

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

DÉBORA EL-JAICK ANDRADE

**“A ÁRVORE E O FRUTO”:
A PROMOÇÃO DOS INTELLECTUAIS NO SÉCULO XIX**

Niterói
2008

DÉBORA EL-JAICK ANDRADE

“A ÁRVORE E O FRUTO”:
A PROMOÇÃO DOS INTELLECTUAIS NO SÉCULO XIX

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor. Área de Concentração: Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Humberto Fernandes Machado

Niterói
2008

Andrade, Débora El-Jaick.

“A árvore e o fruto”: a promoção dos intelectuais no século XIX. Niterói, 2008.
353 fls.

Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal Fluminense, 2008.

1. Intelectuais 2. Organização da Cultura 3. Campo Literário 4. Brasil Imperial

I. Título

DÉBORA EL-JAICK ANDRADE

**“A ÁRVORE E O FRUTO”:
A PROMOÇÃO DOS INTELLECTUAIS NO SÉCULO XIX**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor. Área de Concentração: Cultura e Sociedade

Aprovada em 22 de dezembro de 2008.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professora Gladys Sabina Ribeiro

Professor José Luis Jobim

Professora Tânia Tavares Bessone

Professor Théo Lobarinhas Piñeiro

Professor Humberto Fernandes Machado (Orientador)

*Aos meus pais Ceres e João
e aos meus avós Maria de Lourdes e
Ariston, exemplo que sempre tive destas
pessoas que fizeram história.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Humberto Fernandes Machado, pela dedicação, apoio e gentileza em todas as etapas deste trabalho.

Aos membros da banca de qualificação Théo Lobarinhas Piñeiro, Gladys Sabina Ribeiro e também ao professor Carlos Gabriel Guimarães, pelas relevantes sugestões.

Aos funcionários da Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, pelo sempre eficiente apoio.

A Virgínia Fontes e Sônia Regina de Mendonça, professoras do curso de Pós-Graduação de História da Universidade Federal Fluminense, pela importância que tiveram na minha formação acadêmica.

A minhas irmãs Joana e Inês Andrade, que me ajudaram e torceram por mim.

A Márcia Carneiro, Gisele R. Cruz e Natália R. Cruz, Vanderlei Vaselesk e Esther Kuperman, meus companheiros de congressos e viagens, que me estimularam a concluir este trabalho.

A meus amigos e colegas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná Marcos Erkhardt, Deise Rizzo, Fábio Neves, Cíntia Raquel de Oliveira, Selma Duarte, Alessandra Gasparotto, Marli Schosser, José Edésio Cunha, Alexandra P. Santos, Paulo J. Köling, Carla Conradi e Ivonete Pereira, pelo estímulo e todo o auxílio que me deram.

Aos funcionários e bibliotecários da biblioteca Lúcio de Mendonça, da biblioteca Rodolfo Garcia e do Centro de Memória da Academia Brasileira de Letras, que gentilmente me permitiram o acesso ao seu acervo.

Aos servidores e funcionários do Arquivo do Museu Imperial, da Fundação Casa Rui Barbosa, da Fundação Biblioteca Nacional, da Biblioteca Central da PUC do Rio de Janeiro, da Biblioteca de Educação da USP, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Arquivo Nacional, sem os quais esta pesquisa não seria possível.

...que apenas principio a estender um braço para apalpar, e medir o terreno por onde me estenderei, e poderia equiparar-me a um frondoso coqueiro, abundante de frutos gigantescos e belos de forma, nutrido do mais belo suco da natureza e compacto com a força dos anos?

Araújo Porto Alegre

As árvores frondosas e de sólidas raízes suportam bem, sem curvar-se, o peso das parasitas que n'elas se escoram, e absorvendo-lhes alguma seiva, compensam os agravos que fazem, atraindo sobre elas os olhos dos indiferentes, que assim mais lhes admiram a corpulência.

Domingos José Gonçalves de Magalhães

RESUMO

Esta tese propõe-se a investigar a formação do campo literário no Brasil no período regencial até as primeiras décadas do Segundo Reinado. Parte da trajetória de quatro dos mais consagrados escritores do Império, Manuel de Araújo Porto Alegre, Domingos José Gonçalves de Magalhães, Joaquim Manuel de Macedo e Gonçalves Dias, para perceber as relações estabelecidas dentro do campo literário, a relação com outros campos em formação, com o Estado e com a classe dirigente imperial. Eles dedicaram-se a efetivar a independência cultural do Brasil, empenhando-se em organizar a cultura a partir das agências do Estado e de instituições por ele criadas ou mantidas.

Esses escritores atuaram no jornalismo literário, nas principais revistas do período, a revista *Niterói* (1836), a *Minerva Brasiliense* (1843-1845) e o *Guanabara* (1849-1855), participando da promoção da literatura e principalmente dos literatos, poetas, artistas e eruditos. Esta promoção compreendia, sobretudo, a construção da auto-imagem do escritor, que se destinava a mudar a mentalidade da sociedade em relação aos poetas e artistas e poder integrá-los definitivamente à classe dirigente. Através das revistas, discursos, cartas e obras compreende-se sua visão de mundo, seu projeto para a sociedade e para o homem, ligado ao movimento intelectual do Romantismo.

ABSTRACT

This thesis is an investigation about the constitution of literary field in Brazil, from Regency period to the first decades of the Second Reign. It begins by analysing the trajectory of four of the most celebrated writers of the Brazilian Empire, in order to depict the established relations within the field, the intercourse with other forming fields, with the State and the Imperial ruling class. They devoted themselves to accomplish Brazil's independence in a cultural sphere, endeavoring to organize culture at State's agencies and institutions.

These writers worked as journalists, contributing in the main literary reviews at the time, such as *Niterói* (1836), *Minerva Brasiliense* (1843-1845) and *Guanabara* (1849-1855) participating at the promotion of literature and especially of writers, poets, artists and scholars. This promotion meant above all, the building of the writer's self image, which was due to change social mentality towards poets and artists and finally to integrate them into the ruling class. By consulting reviews, speeches, letters and books we may find out their world's view, and their project towards society and men, related to the intellectual movement of Romanticism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
1. PROMESSA DE SOLO FÉRTIL: cultura letrada no período colonial	08
1.1 O livro e a censura nos três primeiros séculos da colonização	08
1.2 A vida cultural após a chegada da Corte	22
1.3 A hegemonia no Império Brasileiro	31
1.4 Transformações na esfera cultural	38
2. CULTIVANDO AS LETRAS: a formação do campo literário no século XIX	51
2.1 O homem de letras entre a missão e a profissão	51
2.2 Os intelectuais e a pátria: destinos conexos	62
2.2.1 Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto Alegre: poetas oficiais da Nação	62
2.2.2 Macedo e Gonçalves Dias: fortunas e infortúnios dos literatos na Corte	95
2.3 O retrato de Carlsbad	130
3. SEMEANDO OS ALICERCES DA NAÇÃO	137
3.1 Primeiros passos da imprensa periódica e literária	137
3.2 Três estudantes em Paris	159
3.3 <i>Niterói</i> : Uma revista "pelo Brasil e para o Brasil"	174
3.4 Edificando os alicerces	183
3.5 Em busca do Gênio Nacional	200
4. COLHENDO OS FRUTOS	233
4.1 Imitação versus criação original	233
4.2 A querela entre Antigos e Modernos	242
4.3 O poeta e o poder	269

4.4 O Império das letras: avanço ou estagnação?	290
CONSIDERAÇÕES FINAIS	319
FONTES E BIBLIOGRAFIA	325
ANEXO	342

INTRODUÇÃO

O processo de independência das nações da América Latina, que se desenrolou entre 1810 e 1830, foi seguido da constituição de Estados autônomos, dirigidos não mais por representantes das classes dominantes européias, espanhóis e portugueses, mas por membros da aristocracia agrária nativa. Esta classe de grandes proprietários rurais nativos, que já era dominante durante o período colonial, ascendia à classe dirigente com o estabelecimento de repúblicas no fragmentado território latino americano¹.

O Brasil, país de colonização portuguesa, constitui um caso excepcional, tanto pela unidade territorial, quanto pelo sistema político adotado após sua independência em 1822. Neste país ocorrera a formação de uma monarquia que, como afirma Emília Viotti da Costa, tinha laços de continuidade com relação à herança e administração portuguesa, mantendo unido sob a forma de império um vasto território e preservando a estrutura colonial de produção. Esta continuidade, que significava a garantia da ordem, da propriedade e da escravidão, não foi consensual, mas gerou dissidências nas províncias do Nordeste e as revoltas urbanas na cidade do Rio de Janeiro, culminando com a abdicação do monarca da dinastia dos Bragança, D. Pedro I, em 1831.

A superação da desconfiança em relação ao Estado pelas classes proprietárias, o ingresso da aristocracia de terras no Estado brasileiro em constituição, a forte participação dos negociantes nos assuntos de Estado e a proteção que era destinada aos interesses de comerciantes e traficantes de origem lusa tornavam a questão da independência um desafio e uma tarefa a ser efetivada na realidade política e econômica concreta, tanto no nível das representações quanto das idéias na sociedade brasileira.

Em toda a América latina o momento que segue a independência é de construção dos Estados e de sua burocracia, de suas leis, seus aparelhos ideológicos e instituições culturais, aproveitando quando possível as antigas instituições do período colonial.

Mas, paralelamente à organização e à ascensão à direção das classes proprietárias, um importante dilema se colocava diante destas como produto da liberação e consolidação nacional: o que fazer com os indígenas, com os trabalhadores pobres, escravos (em algumas regiões da América Latina) e mulatos livres, que lutaram nos processos de independência? De que forma buscar a adesão dos proprietários das províncias longínquas e ao mesmo tempo manter o controle social a partir da autoridade

¹ CHAUNU, Pierre. *Interpretacion de la independência de América Latina*. Buenos Aires, Ediciones Nueva vision, 1973. pp.15-17.

do Estado, inculcando uma disciplina cívica, a obediência às novas leis diante de grupos sociais em ebulição? Estes grupos começavam a sentir concretamente as contradições da nova sociedade pós-independência e a percebê-la igualmente excludente.

A questão também se apresentava para os intelectuais latino-americanos que apoiaram os processos de independência. Participantes por origem de classe ou por identificação com as classes proprietárias ocupantes da função de direção do Estado, detentores de um saber erudito e letrado que, como mostra Angel Rama, legitimava o poder na sociedade colonial², os escritores, artistas e bacharéis também se encontravam apartados da função de direção.

O fracasso dos experimentos liberais entre 1810 e 1830, que conduziram os Estados a regimes autoritários, seja com a ditadura de Rosas na Argentina ou o ensaio absolutista de Dom Pedro I em 1824 no Brasil, forçou a geração de 1830 a repensar o problema da adequação entre o projeto político e o projeto cultural para as recentes Nações e da legitimação dos Estados recém constituídos³.

Na Europa o nacionalismo criaria os laços morais e identitários, substituindo o universalismo que vigorava até a Idade Moderna. Porém, se concordamos com Benedict Anderson que o nacionalismo oficial seria conservador⁴, tendo surgido em reação aos nacionalismos populares da década de 1820, por outro lado observamos que ele promoveria, a partir dos dispositivos estatais, a difusão desta idéia de “comunidade imaginada” que conquistou a adesão popular para a constituição do Estado-Nação.

No Brasil, a idéia do Império, de um lado resgatava a idéia do império de Napoleão Bonaparte, fortemente centralizado e autoritário, de outro afastava a “via revolucionária” que se processava na América Latina, impondo autoridade sobre as províncias revoltosas (Pernambuco, Bahia, Maranhão, as províncias do Sul), garantindo a integridade e a unidade do Império e a continuidade com o passado da época colonial. O Estado imperial selava o compromisso entre a soberania popular e os direitos da realeza⁵, pois o modelo do Império adotado significava a existência de uma hierarquia de funcionários, tribunais e sistema escolar, carreiras da vida pública, que parecia a

² RAMA, Angel. *A cidade das letras*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

³ MYERS, Jorge. "Literatura romântica e projeto social" In: *América Latina, Palavra, literatura, cultura..* Emancipação do Discurso. Editora da Unicamp, Campinas, 1994.p.225. vol. 2.

⁴ ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*, London, Verso, 1991.p.110.

⁵ MATTOS, Ilmar R. *O Tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: Access, 1994. p. 78

melhor possibilidade de se alcançar os ideais máximos da prática ilustrada: a beneficência e o bem-estar⁶.

O nacionalismo, que permaneceu uma noção vaga e inserida no contexto do pensamento liberal até os anos de 1880, promoveu a identificação entre a nação e o Estado Nacional em formação. A associação destas noções deveu-se grandemente ao predomínio do Romantismo nos primeiros tempos do Segundo Reinado:

O Estado-Nação seria o grande elemento para a definição de uma nação. Fatores como língua, etnia, raízes culturais etc. pesariam menos. Menos assim, a própria afirmação crescente dos Estados centralizados incentivou as iniciativas que buscavam em tradições mais remotas elementos que fortalecessem os laços e traços comuns de um povo. Ancorado nestas tradições, este viria a construir em base de uma nação, por sua vez identificada com um Estado centralizado. No plano cultural, esta situação correspondia aos tempos de predomínio do Romantismo, em que nação e história, pela via política bem real de construção ou consolidação dos Estados nacionais, estavam indissoluvelmente ligados... a cultura romântica estava presente e buscou compor o pano de fundo das nações⁷.

O grande desafio apresentado aos intelectuais da primeira metade do século XIX era superar a “falta de um sentimento espontâneo de nacionalidade, coisa que as rebeliões provinciais deixavam patente, se fortalecesse cartográfica, literária ou paisagisticamente a idéia de uma comunidade imaginária delimitada nacionalmente”⁸. Toda a produção intelectual deste período precisa ser entendida dentro desta proposta de elaborar e legitimar estes “laços e traços comuns”, recorrendo a tradições remotas e inventadas, produzindo-os em pinturas, poesias épicas, obras de história, romances, de forma alegórica, ficcional ou realista. O Romantismo, tanto enquanto movimento filosófico, intelectual e artístico quanto como uma mudança em termos de valores, sensibilidades e visão de mundo, adequou-se bem a esta legitimação.

Conforme o argumento de Jorge Myers, os intelectuais que aderiram ao Romantismo ambicionavam completar a obra da Revolução, tornando a independência não apenas política, era preciso levá-la a todas as dimensões da sociedade, especialmente às artes e à literatura. Através da fundação de uma nova literatura que

⁶ MATTOS, Ilmar R. *O Tempo Saquarema*. Op. cit. pp. 77-78.

⁷ SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial, a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.p.30.

⁸ SÜSSEKIND, Flora. “O escritor como genealogista” In: *América Latina, Palavra, literatura, cultura*. Op. cit. p.457.vol 2.

interpretasse a sociedade, poderiam completar a revolução em um plano mais elevado, espiritual, descobrindo a essência da nação, os personagens típicos, a cultura popular, traduzindo-a e a registrando. Para que seu pensamento se revestisse de legitimidade, era preciso projetar-se enquanto um grupo social autônomo, desinteressado e ao mesmo tempo irmanado com o poder. Por fim, restava a este grupo "inventar" uma genealogia da Nação, isto é, traçar as origens do sentimento de nacionalidade, através da valorização da História e da literatura, além das várias manifestações artísticas, mapeando anacronicamente os vestígios de uma nacionalidade incipiente⁹.

Esta genealogia na Nação, ou “esta forma genealógica de pensamento que dominaria a literatura romântica brasileira”¹⁰, precisa ser tomada como uma genealogia do poder, um processo de construção de “monumentos” no sentido que lhe é dado por Jacques Le Goff, que visa afirmar, legitimar e eternizar um discurso do poder¹¹. A história e o discurso sobre o passado, assim como a ênfase sobre os infortúnios de poetas e escritores, teriam como objetivo sensibilizar o público leitor.

Desta forma, os intelectuais brasileiros das décadas de 1830, 1840, 1850 e 1860 assumiram uma missão civilizadora, moralizadora, literária e ao mesmo tempo, política, tornando-se porta-vozes de reformas sociais e culturais que procurariam empreender através do jornalismo, da política e da participação no Estado.

Em nosso entender estes intelectuais tornaram-se intelectuais orgânicos no sentido que Antônio Gramsci lhes reserva, enquanto indivíduos ligados a grupos sociais fundamentais, que não apenas dirigem produção, mas cujas funções são "organizativas e conectivas" e que são "pressupostos" do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político¹².

Circulando em torno da Coroa, buscando o Estado e dependendo dele em grande medida, os escritores, artistas, filósofos, eruditos e literatos empenharam-se para “educar” e formar os dirigentes imperiais, inserindo-se no processo caracterizado por Ilmar Mattos como “a expansão da *classe senhorial*”.

Nesta pesquisa nos propomos a reconstituir a estratégia de promoção do intelectual através do ideário inspirado no Romantismo, culminando na formação do campo literário no Brasil do século XIX. Esta estratégia já estava presente desde o

⁹ MYERS, J. Op. cit. p.225.

¹⁰ SÜSSEKIND, Flora. Op. cit. p.453.

¹¹ LE GOFF, Jacques. “Monumento/documento” In: *História e Memória*. São Paulo, Unesp:1992.

¹² GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. O jornalismo*. Vol 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 pp.20-21.

primeiro manifesto literário e ideológico, que era a revista *Niterói*, lançada em Paris em 1836.

Elegemos alguns escritores em particular que se engajaram neste propósito de cultivar as letras, diagnosticar os obstáculos para o avanço cultural e civilizatório do país e ao mesmo tempo tornaram-se símbolos deste avanço artísticos, cultural e literário. São eles: Gonçalves Magalhães, Araújo Porto Alegre, Joaquim Manuel de Macedo e Gonçalves Dias, além de outros que igualmente compartilharam desta missão, como João Manuel Pereira da Silva, Francisco Sales Torres Homem, Joaquim Norberto da Silva e Santiago Nunes Ribeiro. Seus nomes estão relacionados com um processo de reforma moral, conforme defendida por Antônio Gramsci em seus escritos em *Maquiavel, a política e o Estado Moderno* e principalmente em *Literatura e vida Nacional*.

Trata-se de uma reforma que concedeu autonomia à literatura, a uma literatura nacional-popular, voltada para as exigências e necessidades das multidões, e forjou a cultura nacional, que colocou em questão temas, padrões estéticos e critérios étnicos, lançando as bases para a "descoberta do povo". O Romantismo levaria, na concepção do militante marxista, à "democratização" da arte, ao universo dos trabalhadores, do conhecimento e da literatura, que no futuro ajudaria a criar "a base cultural da nova literatura"¹³.

Assim, esta pesquisa investiga através da perspectiva da história intelectual e da história social das idéias, a atuação, a relação com o Estado e com a classe dirigente, a visão de mundo e o ideário dos intelectuais, no sentido de elevar os seus valores a um plano "universal"¹⁴.

Utilizamos como fontes de pesquisa cartas, textos impressos ou manuscritos, artigos de revistas literárias ou científicas, ofícios, poesias e textos literários relacionados principalmente, mas não exclusivamente, aos quatro escritores considerados por nós como representativos das posições e fases do campo literário no Brasil oitocentista: Manuel de Araújo Porto Alegre, Domingos José Gonçalves de Magalhães, Antônio Gonçalves Dias e Joaquim Manuel de Macedo.

No capítulo 1 desse trabalho, apresentamos um panorama da cultura letrada no período colonial, a entrada e a leitura de livros, o papel da censura, a criação de

¹³ GRAMSCI, Antonio. *Literatura e Vida Nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.p.14-15.

¹⁴ Ver GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. O jornalismo*. Op. cit. pp.20-21.

sociedades eruditas, a circulação das idéias políticas e literárias entre as formas de transmissão oral e as manifestações da cultura popular. Em seguida, após o estabelecimento da Corte joanina, dá-se o desenvolvimento da cultura em suas várias facetas e a criação de um ambiente para as letras e os letrados. Abordamos ao final da regência a criação de novas instituições que se tornaram referência na constituição da hegemonia *senhorial*.

No capítulo 2, a partir da metodologia de Pierre Bourdieu, apresentada em seus livros *A economia das trocas simbólicas* e *As regras da Arte*, reavaliamos a trajetória de duas gerações de escritores, a de Manuel de Araújo Porto Alegre e Gonçalves de Magalhães e de uma geração mais nova, representada por Gonçalves Dias e Joaquim Manuel de Macedo, em nosso estudo no contexto do Brasil Imperial, buscando definir o posicionamento dos autores, seu círculo de convivência, suas afinidades literárias, sua base de sustentação econômica. Procuramos traçar a sua formação, suas principais influências intelectuais, a relação com o mercado editorial e, especialmente, sua inserção no Estado.

No capítulo 3 analisamos, a partir da publicação da revista *Niterói* e esparsas poesias e obras, a ruptura com a herança cultural portuguesa na busca por constituir novas bases culturais para nação. O historicismo difundido através de autores alemães e franceses, aparece como uma matriz intelectual importante, a partir da qual se repetiria a metáfora orgânica da árvore, a afirmação dos “gênios” nacionais, relacionado à genealogia dos escritores e artistas conhecidos e desconhecidos do passado colonial. Mostramos como a representação romântica destes escritores enquanto “gênios” visava incidir sobre o público, valorizando a imagem do escritor e do artista.

No capítulo 4 abordamos o debate em torno da literatura nacional, a ascendência francesa sobre a literatura romântica no sentido de condenar a imitação dos modelos clássicos e exigir a produção de obras originais inspiradas na natureza do Brasil. Evidenciamos também que, estes intelectuais inseridos no Estado e dependentes dele, criam uma “representação ambígua de seu próprio papel”¹⁵ expressando sua frustração em relação à fração dominante da classe¹⁶, ou seja, à aristocracia imperial que

¹⁵ Ele percebe a relação escritor-mercado (de bens simbólicos) como o princípio da "representação ambivalente" que o autor tem do público leitor, vendo-o ora com simpatia ora com desprezo em consequência da condição de dependência ao mercado de bens simbólicos ao qual está sujeito.

¹⁶ Segundo Pierre Bourdieu, dentro do campo, seja intelectual, político, artístico ou científico existem regras próprias, gratificações, disputa pela doxa. A configuração do campo sempre compreende as diferentes posições dos seus agentes, que podem ser dominantes ou dominados, e a relação do campo com

teria acesso às gratificações materiais e simbólicas distribuídas pelo Estado em nome das classes dirigentes.¹⁷

Observamos que, no Brasil Imperial, a dependência do campo literário em relação ao financiamento estatal mais do que a do público leitor e do mercado editorial em formação, ainda restrita pelos baixos índices de alfabetização e pela escravidão e a fragilidade das instituições educativas, contribuiria para que até o final dos anos de 1860 os intelectuais ainda se ressentissem da situação da cultura e das letras, assim como da condição de intelectual.

o campo de poder. Ver BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5ªed., São Paulo, Perspectiva, 1999.

¹⁷BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.p 67.

1. PROMESSA DE SOLO FÉRTIL: cultura letrada no período colonial

1.1 O livro e a cultura letrada nos primeiros séculos da colonização

Nos primeiros tempos da colonização no Brasil, a cultura letrada, a educação escolar e os livros escasseavam, predominando outras formas de manifestação cultural e de transmissão dos saberes. A língua, a instrução e os livros foram objeto da tentativa de controle por parte da Coroa e da Igreja Católica, no intuito de manter a obediência e a tutela sobre colonos e nativos.

Na maior parte do território colonial até o século XVIII falava-se “línguas gerais” derivadas do tupi – a língua geral guarani no Oeste do Paraná e nas margens do rio Uruguai, a língua brasílica no litoral de São Paulo ao Nordeste, a língua geral do sul em São Paulo e o nheengatu, no Maranhão, Pará e Vale Amazônico. Entre nativos, mestiços e colonos, dentre portugueses e demais europeus, o tupi era empregado na comunicação com o gentio, na vida privada e cotidiana, em decorrência da grande miscigenação, enquanto o português era língua oficial, reservada ao espaço público.

Tendo em vista que a maior parte da população colonial era analfabeta e se encontrava absorvida pela necessidade de sobreviver dentro da rígida ordem hierárquica difundida com a colonização, foram múltiplos os lugares onde o saber e a educação eram ministrados¹⁸. A primazia era para o aprendizado de ofícios que permitissem o sustento, pois o saber escolar, a instrução e os livros, além de não gozarem de muito prestígio, não estavam ao alcance de todos. Não havia universidades na colônia, a maioria dos livros era escrita em latim, a língua letrada do período, enquanto aos escravos, índios ou africanos, aos homens pobres “desclassificados” era vedado ou desestimulado o acesso às primeiras letras e cálculos. Nem mesmo os proprietários se interessavam em dar educação formal a seus filhos, que eventualmente usufruíam desta no ambiente doméstico ou pela via do autodidatismo.

Os primeiros divulgadores das letras foram, desde o século XVI, os padres da Companhia de Jesus, que se dedicavam à afirmação do dogma, à defesa da autoridade católica, à rígida disciplina e ao combate ao espírito crítico e ao livre pensamento. Na metrópole eram os principais responsáveis pela educação das primeiras letras e pela direção das Universidades. Foram eles que conduziram, assim, entre os habitantes das

¹⁸ VILLALTA, Luiz Carlos. “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. In: *História da Vida Privada no Brasil*. vol.1 São Paulo: Companhia das Letras, 2007.p.334

aldeias mais isoladas da Colônia, a obra de aculturação e disciplinadora dos corpos dos nativos em suas missões de catequese no contexto da Reforma e da ofensiva católica no Novo Mundo.

Os jesuítas que chegaram ao Brasil em 1549, poucos anos após a fundação da ordem, reconheceram a humanidade dos ameríndios e intencionaram promover modificações em seus costumes, especialmente aqueles incompatíveis com a fé católica. Aproximaram-nos da cultura cristã através da sensibilidade, fazendo uso da música, danças, autos religiosos e procissões, bem como de castigos físicos para os que não aprendessem a letra. Diante da dificuldade de doutrinar em português e de ouvir a confissão, estudaram o tupinambá, usaram intérpretes, decodificaram e traduziram o cristianismo para a língua tupi, com a finalidade de viabilizar a catequese. Garantiram, desta maneira, a primazia das “línguas gerais”, que eram versões “ocidentalizadas” da língua tupi, que acabou modificando o tupi original e se firmando entre indígenas de outros troncos lingüísticos. Assim, traduziram-se orações, vocabulários, catecismos, gramáticas, dicionários, sendo que a primeira gramática foi composta pelo padre Anchieta, mestre de gramática latina no recém-fundado colégio de Piratininga, que esboçou em 1555 sua *Arte da gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, publicada em Coimbra em 1595.¹⁹

A educação dos jesuítas era destinada também à formação de novos membros da ordem para continuar o trabalho de catequese dos índios e para instruir a ainda pequena população de meninos brancos, filhos de portugueses, principalmente nas primeiras letras, realizadas em colégios gratuitos mantidos com os dízimos recolhidos sobre o açúcar. Seus colégios fundados a partir da segunda metade do século XVII eram os principais centros culturais da colônia²⁰ e ofereciam cursos secundários de humanidades e artes, bem como alguns seminários para a formação de novos padres. Neles se estudava lógica, retórica, aritmética, latim, preparando um pequeno segmento letrado dentro da classe dominante para ingressar na Universidade de Coimbra, principalmente no curso de Direito, formando bacharéis que poderiam vir a ocupar cargos na administração colonial.

Como responsáveis pela instrução dos colonizadores e colonos no império português, desempenharam assim o papel de intelectuais e educadores, uma importante

¹⁹VAINFAS, Ronaldo. “Língua Geral” In: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. pp.346-348

²⁰NEVES, Guilherme Pereira. “Jesuítas” In: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial*. Op. cit. p.328.

tarefa de organizar e garantir o controle sobre uma “mão de obra” nativa em uma sociedade onde o Estado se fazia presente de forma irregular e rarefeita. Acabaram por alterar o modo de vida e desarticular as culturas indígenas, fixando tribos seminômades, reunindo em suas fazendas indivíduos de nações diferentes e interferindo na sua língua e costumes. Contudo, os conflitos com os colonos e com seus inimigos na Corte contribuíram para a expulsão da ordem em 1759, consequência das reformas do Marquês de Pombal (1750-1777) durante o reinado de D. José I, que apesar de arbitrárias, tinham inspiração nas idéias ilustradas.

As reformas pombalinas tiveram como característica principal a centralização da administração com a redução dos poderes do Conselho Ultramarino, o estímulo à produção agrícola e ao comércio com as colônias, que derivou na criação de Companhias de Comércio e no surgimento de uma poderosa burguesia mercantil favorecida pela Coroa. Os ilustrados portugueses defendiam o estímulo à diversificação na agricultura do Brasil, levando ao desenvolvimento do algodão e arroz e à expansão do tabaco e do cacau, bem como o maior controle fiscal e judicial com a criação do Real Erário e de um novo Tribunal da Relação no Rio de Janeiro. Na esfera da administração colonial, planejavam a extinção das capitânicas hereditárias remanescentes e a transferência da sede do Governo geral da América Portuguesa, em 1763, para o Rio de Janeiro.

Dentre as reformas introduzidas por Pombal está aquela que compreendia a expulsão dos jesuítas, uma das instituições mais ricas da América Portuguesa, assim como a consequente desapropriação de suas fazendas, escravos, sesmarias e revogação de privilégios fiscais. A reforma em suas instituições e métodos de ensino tinha papel estratégico, eliminando a concorrência da influência política dos inicianos sobre as atividades econômicas e sobre a mão de obra indígena e, por fim, deslocando o ensino da esfera religiosa para a esfera da intervenção do Estado²¹.

Com o ministério de Pombal a educação escolar ganhou maior importância e o governo metropolitano desenvolveu uma política de imposição da língua portuguesa para de um lado legitimar a posse da terra em muitas regiões, de outro reverter o trabalho dos jesuítas. Seguiu-se no âmbito cultural e educacional a desintegração do sistema educacional dos jesuítas, com o estabelecimento de aulas régias a serem ministradas por professores laicos, concursados e qualificados, o que esbarrou em

²¹ CARDOSO, Ciro F S. “O Trabalho na Colônia” In: *História geral do Brasil*.9ª Rio de Janeiro: Campus, 1990. p114-119.

enormes dificuldades, tanto na metrópole quanto mais na colônia, de concretização destas exigências.

A modernização da educação tinha fins práticos como eram aqueles da Reforma Pombalina, de formar quadros tecnicamente mais capazes de executar suas funções no aparelho burocrático do Estado e na administração colonial. Era acompanhada da preocupação em normatizar, evidenciada na legislação sobre a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa em todo o Brasil, nas reformas da instrução e na secularização da Inquisição e da censura com a criação da Real Mesa Censória (1768), a fundação da Imprensa Régia, entre outras medidas educacionais de menos sucesso²².

Muitos ministros de Pombal eram adeptos do pensamento ilustrado em Portugal e defendiam a intervenção na economia e também na instrução pública para superar a conjuntura de decadência do reino. Desejavam a reforma do aparelho do Estado, reforçando o poder real enquanto restringia aquele da alta nobreza e clero, sem alterar a forma de governo e estrutura sócio-econômica. Instituiu-se uma política que privilegiava a racionalização através de ações influenciadas pela idéia de pragmatismo e através do reforço dos laços coloniais e o enriquecimento do reino.

Mesmo após a saída de Pombal em 1772 e a ascensão de D. Maria I, que restabeleceu o controle da educação por outras ordens religiosas, houve a permanência de muitos ministros ‘ilustrados’ da época pombalina, que participavam da elaboração de projetos e políticas como membros da Academia Real das Ciências de Lisboa, criada em 1779 pela rainha, dentre os quais foram formados pela Universidade de Coimbra reformada²³.

A Universidade de Coimbra, para a qual se encaminhava a maior parte dos moços da Colônia, passou a ser dirigida pelas idéias da Ilustração, que ocasionaram grandes transformações na Faculdade de Direito (Canônico e Civil) e na de Filosofia, com a introdução de novas disciplinas, métodos e orientações. Especialmente nesta segunda, a filosofia ganhou destaque, introduzindo-se também as disciplinas de lógica, da metafísica e da ética, química, botânica, zoologia, mineralogia, física, metalurgia, história natural e agricultura. Isto demonstra de um lado o prestígio que adquiriu a filosofia no século XVIII, por outro a introdução de disciplinas ligadas às ciências

²² NEVES, Guilherme Pereira. “Reformas Pombalinas” In: VAINFAS, R. *Dicionário do Brasil Colônia*. Op. Cit.p. 503. Ver também Francisco C. Falcon. *A Época Pombalina*. São Paulo: Ática, 1982.

²³ KURY, Lorelai & Oswaldo Munteal Filho. “Cultura científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista : um estudo acerca da Sociedade Literária do Rio de Janeiro” In: *Acervo*: Rio de Janeiro, v.8 n°1-2, 1995. p.109.

naturais, especialmente agricultura, considerada uma arte estratégica para a recuperação econômica do reino. A Universidade passava a fornecer um conhecimento técnico, crítico e pragmático para formar cidadãos “úteis” ao Estado e à administração pública, compondo o aparelho burocrático do governo. Como afirma Berenice Cavalcante:

O cultivo da vida do espírito abriu caminho para que as belles lettres adquirissem nova dignidade em substituição à destreza nas armas como critério para reconhecimento de mérito e distinção social, virtude e politesse, razão e perfectibilidade constituem-se como os novos dogmas pregados pelo credo das Luzes²⁴.

As idéias da Ilustração, portanto, difundiam-se na colônia por intermédio de agentes da Coroa, altos funcionários, juristas, professores régios e naturalistas comissionados para mapear a riqueza do território, alimentadas pela circulação, ainda que precária, de livros junto à população letrada²⁵. Assim, a vida cultural, embora restrita, não era inexistente²⁶. Os círculos letrados passavam a se reunir em academias e sociedades literárias, que na Europa apareceram no século XVII e viraram moda no século XVIII. Na Colônia elas foram fundadas a partir de 1720²⁷ e constituíam os primeiros espaços de sociabilidade dentre a pequena parcela instruída da população.

Em Portugal, apesar de terem igualmente surgido no século anterior, apenas nos anos vinte do século XVIII elas adquiriram outra dimensão, com a proteção e o patrocínio da Coroa, ocorrendo a criação da Academia Real da História Portuguesa, incentivando a elaboração de trabalhos de erudição que inexistiam no país, seguida pela fundação da anteriormente mencionada Academia Real das Ciências de Lisboa em 1779²⁸. As formas de sociabilidade dos homens letrados neste período configuram a vida nos salões, academias científicas e sociedades literárias e clubes, onde a curiosidade científica e a apreciação estética se impunham. Nestas instâncias privadas, em que os súditos vivenciavam a experiência de liberdade de opinião e de igualdade no plano das idéias, erigia-se a utopia de uma nova sociedade que reinstaurasse a harmonia

²⁴ CAVALCANTE, Berenice. “Os ‘letrados’ na sociedade colonial : as academias e a cultura do Iluminismo no final do século XVIII” In: *Acervo*. Arquivo Nacional :Rio de Janeiro,v.8 nº1-2, 1995.p.55

²⁵ NEVES, Guilherme Pereira. “Ilustração”In: VAINFAS, R. *Dicionário do Brasil Colônia* .Op.cit.p 298.

²⁶ VAINFAS, R. “Letras”In: VAINFAS, R. *Dicionário do Brasil Colônia* .Op. Cit. p.106.

²⁷ Idem. Ibidem. p.106

²⁸ NEVES, Guilherme Pereira. “Academias” In:VAINFAS, R. *Dicionário do Brasil Colônia* Op. Cit. p. 14.

entre os cidadãos, acompanhada da intenção de realizar uma reforma moral na sociedade que, segundo Berenice Cavalcante, representava uma forma indireta de fazer política ou de proceder a crítica ao Estado Absolutista.²⁹

As academias e sociedades no Brasil foram fundadas segundo o “espírito” do Iluminismo por letrados, formados em instituições de ensino portuguesas, que enraizados no Brasil compartilhavam um conjunto de preocupações comuns com os letrados de além mar. Apesar de incorporar este ideário da Ilustração, entre seus sócios encontravam-se frequentemente sacerdotes e jesuítas, em meio a militares, funcionários e alguns comerciantes.³⁰

Elas foram fundadas nas regiões economicamente mais prósperas, na Bahia, antiga sede do Governo Geral, e no Rio de Janeiro, principal porto de escoamento do ouro e de desembarque de mercadorias e escravos. Havia a Academia Brasílica dos Esquecidos (Bahia, 1724), fundada pelo vice-rei da Bahia Vasco Fernandes de Meneses, inspirado pela solicitação de D. João V, para que os eclesiásticos reunissem dados sobre a América para fornecer à Academia Real da História Portuguesa³¹; a Academia dos Felizes (Rio de Janeiro, 1736); a Academia dos Seletos (Rio de Janeiro, 1752); a Academia Brasílica dos Renascidos (Bahia, 1759); a Academia dos Esquecidos, de curta duração; a Academia Científica do Rio de Janeiro (1771) criada pelo vice-rei Marquês do Lavradio, extinta após sua morte e continuada pela Sociedade Literária (Rio de Janeiro, 1786)³², sustentada por seu sucessor D. Luís de Vasconcelos e Sousa e interdita pelo Conde de Resende (1790-1801) devido à implicação de alguns sócios com a suposta Conjuração de 1794³³.

Algumas delas possuíam princípios, estatutos, planejamento das sessões, programa de atividades em que eram escolhidos os temas a serem tratados nas reuniões ordinárias. A cultura letrada começava a lampejar através do debate de idéias, valorização da filosofia, da história natural e ciências naturais e estímulo às "bellas letras" e à imaginação.

Além disto, como mostram estudos recentes sobre as sociedades literárias do século XVIII, os princípios que cultivavam estavam em sintonia com o “espírito” das reformas pombalinas e com os ideais e comportamentos das sociedades eruditas e

²⁹ CAVALCANTE, Berenice. Op. Cit.p.55.

³⁰ CARDOSO, Ciro. Op. Cit. p.119.

³¹ Ela teve 18 sessões quinzenais e alguns sócios produziram trabalhos significativos. Ver NEVES, Guilherme P. “Academias”In: VAINFAS, R. *Dicionário do Brasil Colônia*. Op. Cit. 14.

³² Idem. Ibidem.p.119.

³³ KURY, Lorelai &Oswaldo Munteal Filho.Op. cit. p.112.

academias reais européias, de que o conhecimento deveria ter uma aplicação prática e de busca “de meios que lhes permitissem capturar a natureza e forçá-la a revelar seus segredos”³⁴. Isto passou a ser a razão e o sentido do conhecimento, diferenciando-se assim da noção tradicional da contemplação de verdades eternas³⁵, para colocá-lo a serviço da apropriação da natureza colonial condizente com os interesses mercantilistas do Estado português em meados do século XVIII. Neste contexto podemos localizar as missões científicas que passam a aliar os estudos das ciências naturais às viagens e estudos geográficos³⁶ que anteriormente eram realizadas por indivíduos sem o auxílio dos governos³⁷ e objetivavam mapear as riquezas minerais, as possibilidades de utilização de transportes terrestres fluviais e principalmente a flora que serviria para experimentos de novos cultivos e aclimação de plantas na agricultura.

Uma das primeiras associações da colônia a ter em seu programa a descrição de produtos naturais brasileiros com base nos métodos da história natural foi a Sociedade Literária do Rio de Janeiro. Vinculada à sua antecessora, a Academia Científica, seus membros defendiam a aplicabilidade da ciência (medicina, química) na indústria e agricultura e compartilhavam da preocupação de exploração metódica da natureza, baseando-se também nas leituras de filósofos portugueses que participavam da Academia Real das Ciências de Lisboa, do Jardim Botânico, de Colégios e das Universidades Portuguesas.

Além de cultivarem as Artes, a matemática, a física, as ciências naturais, a química, a medicina, a geografia, a história e a poesia, preocupavam-se em incorporar em seus estatutos a difusão das Luzes e em adquirir e renovar idéias e comunicá-las àqueles que as ignoravam. Por outro lado, prezavam pela obediência à monarquia, pois apesar da desconfiança da Inquisição sobre seus trabalhos e sobre os membros das sociedades, não havia indícios de sedição. Ao contrário, a literatura presente nestas academias, sociedades e clubes era representada pelas odes e poemas, pelos elogios,

³⁴ CAVALCANTE, Berenice. Op. Cit. p.63.

³⁵ Idem. Ibidem. p.58.

³⁶ A primeira missão científica teria ocorrido em 1785 presidida por Dr Alexandre Rodrigues Ferreira, natural da Bahia, que subiu o Pará pelo rio Amazonas, explorou o Rio Negro e o Branco, percorreu o Madeira e o Guaporé e se passou a Cuiabá, em 1790, tendo retornado a Belém, ponto inicial da viagem. Esta expedição ao legou desenhos, diários e memórias sobre botânica e zoologia da regiões percorridas e descrição de numerosas nações indígenas. Ver. SAMPAIO, Theodoro & TESCHAEUR, Carlos. *Os naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX e a etnografia indígena*. Livraria Progresso: Salvador, 1955.

³⁷ As expedições dos primeiros séculos de colonização tinham o objetivo de desbravar os sertões em busca de ouro, de cativos ou de realizar missões jesuíticas, mas sobretudo a partir do século XVIII jesuítas e comissários régios contribuíram para corrigir aperfeiçoar a geografia e a cartografia da América do Sul.

como o “Aplauso Brasílico” dedicado ao futuro Marquês de Pombal pela Academia dos Felizes, ou a “gloriosa exaltação e promoção do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Gomes Freire de Andrade” ao qual se dedicaram os sócios da Academia dos Seletos. Isto se explica pelo fato da “literatura” na Idade Moderna significar coisa bastante distinta do que significaria no final do século XIX³⁸ - significado mais atual que pressupõe uma seleção de obras e autores de acordo com critérios especializados e estáticos que denominamos cânone.

Desta forma, os sócios e eruditos das academias cultivavam as letras e as produziam, escolhendo de temas como história, “retratos”, versos heróicos e assuntos líricos ou lúdicos, ciências e arte, sonetos, romances, elogios, epigramas máximas, políticos e militares, grande parte em latim, dissertações sobre temas atuais ou relativos à Antiguidade Clássica.³⁹ A *Academia dos Esquecidos* voltava-se para a implantação dos estudos históricos, divididos em quatro partes: natural, militar, eclesiástico e política, recontados através de “máximas”, e à produção de biografias – chamadas à época de “retratos”, entre os quais os de André Vidal de Negreiros, Gaspar de Ataíde e Francisco de Moraes. A produção erudita dos sócios da Academia dos Seletos resumia-se a celebrar resolução das questões de fronteira da região sul, enquanto o desafio de escrever uma história em homenagem ao rei D. José animava as reuniões da Academia dos Renascidos e o interesse no estudo de química e agronomia dinamizava a Academia Científica do Rio de Janeiro.

A partir do virtuoso cultivo do conhecimento de perfil eclético e enciclopedista buscava-se, enfim, estabelecer a distinção dos homens esclarecidos⁴⁰ na sociedade, que visava promover a felicidade, a harmonia e a concórdia, base da relação entre saber e poder no século XVIII. Esta distinção era reforçada tanto pela identificação dos membros de determinada agremiação, em detrimento daqueles que estavam excluídos destes espaços de sociabilidade na sociedade colonial⁴¹, quanto pela correspondência e leitura dos ilustrados portugueses, cujas obras dissertavam sobre ciências, atividades comerciais, agrícolas, etc. Esta separação do mundo dos letrados do universo da maioria da população analfabeta da Colônia possibilitava a auto-representação dos escritores, letrados e eruditos como parte de uma mesma seleta, excludente e cosmopolita comunidade: uma República das Letras.

³⁸ ABREU, Márcia. *O caminho dos livros*. Campinas: Mercado das Letras, 2003. p.15

³⁹ CAVALCANTE, Berenice. Op. Cit. p.57.

⁴⁰ Idem. Ibidem. pp.61-62

⁴¹ Idem. Ibidem p.62.

Como membros da República das Letras no Brasil, não intencionavam transformar os locais de sociabilidade, a exemplo de parte do *grand monde* francês, em espaços de sedição. Como ocorrera na Europa no Antigo Regime, a constituição dos ambientes de sociabilidade eram aqueles em que se esboçava uma opinião pública. Esta possuía relação direta com o crescimento da circulação e leitura de livros e panfletos, trazidos por livreiros, pelos estudantes, sacerdotes ou funcionários reais que vinham aportar na colônia portuguesa.

A leitura, o consumo e o debate de livros e idéias, era por si só, razão de desconfiança por parte das autoridades religiosas e seculares. Desde o século XVI a circulação de livros era vigiada especialmente pelos clérigos, mesmo sendo a posse e a importação de livros raros nos primeiros dois séculos de colonização.⁴² A partir do século XVIII, a documentação produzida pela censura, apreendida da devassa às bibliotecas de conspiradores, permite constatar a quantidade e a qualidade desta transformação que ocorria no consumo e circulação dos livros através das solicitações de autorização de transporte de livros para o Brasil. Os livros não se restringiam mais a manuais de catecismo e impressos educativos e religiosos como à época dos jesuítas, diversificaram-se em temas, gêneros e idiomas.

As bibliotecas mais consistentes eram aquelas das ordens eclesiásticas, especialmente dos jesuítas, onde se encontravam livros de devoção e catecismo, livros para o aprendizado da língua portuguesa, mas também clássicos censurados pelo índice de livros proibidos, como Virgílio, Cícero, Horácio, Ovídio, Sêneca, Aristóteles, Platão, Demóstenes, Homero, Hesíodo e Píndaro⁴³ Na disputa pelas almas do Novo Mundo contra a heresia calvinista, a perseguição e a censura nos primeiros séculos enfocavam as escolas e livros de instrução protestantes produzidos por franceses e holandeses, que pudessem influenciar negativamente índios e colonos. No setecentos a ameaça começa a se constituir a partir da introdução dos impressos de escritores e filósofos iluministas que entravam na colônia clandestinamente, na bagagem dos estudantes ou imigrantes e funcionários lusos.

⁴² Mesmo sem a existência de estudos quantitativos para o século XVI as fontes permitem concluir que havia poucos livros: além do número de proprietários ser reduzido, cada qual possuía poucos volumes. A exceção era a França Antártida, colônia francesa estabelecida na Bahia de Guanabara onde circulavam muitos livros calvinistas. A maior parte das obras que circulavam, segundo pesquisa de Alcântara Machado, eram obras devocionais. Ver VILLALTA, Luiz Carlos. "Bibliotecas privadas e práticas de leitura no Brasil colonial". p.4

Disponível em: <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios>>. Acesso em 8/3/2008.

⁴³ ARAUJO, Jaime. *O perfil do leitor colonial*. Ilhéus: Editus, 1999. pp. 34-37

As bibliotecas particulares crescem no período de 1750-1820⁴⁴, especialmente em Minas Gerais e Rio de Janeiro, pelo crescimento urbano e pela transferência da sede do vice-reinado, ampliando o número de funcionários da burocracia estatal. Seus tamanhos eram diversos, embora a maioria ainda parca, não sendo determinados tanto pela riqueza quanto pelo refinamento intelectual de seus proprietários.⁴⁵ Através de pesquisas recentes, historiadores mapearam a presença dos livros através de documentos produzidos pela censura, pela devassa e através dos inventários. Concluíram que, a posse de livros que tratavam de ciências, saberes profanos ou sagrados, distinguia-se conforme a categoria profissional e a posição social dos inventariados: concentravam-se entre os detentores da propriedade de terras e escravos e também congregavam os que se dedicavam à carreira sacerdotal, ao direito, à cirurgia e à farmácia, ao comércio, à navegação, aos estudos e ao exercício de cargos públicos⁴⁶.

Contudo, a riqueza e a propriedade por si só não explicariam a aquisição de livros porque, como constata Márcia Abreu, eles eram “muito caros para os pobres e muito baratos para os ricos”.⁴⁷ À pergunta “quem lia no Brasil Colonial?” a autora procura responder, demonstrando que as pessoas poderiam comprar livros usados, inventariados, ou obras encadernadas nas mãos dos livreiros da cidade, ainda que a impressão fosse proibida e os livros importados de Portugal fossem obrigados a passar pela malha fina da censura. Os livros novos, especialmente impressos e importados de Portugal e da Europa (através de Portugal), seriam mais caros nas mãos dos livreiros por conta da demora de meses e dos encargos fiscais que lhes impunham - principalmente aos comerciantes de livros - as instituições censórias, ao longo da maior parte do período colonial⁴⁸.

⁴⁴ Os melhores dados são para Minas Gerais e Rio de Janeiro onde Luiz Carlos Villalta, Júnia Furtado e Márcia Abreu entre outros, realizaram pesquisas nos inventários pos mortem, mapeando a frequência de livros e sua procedência. Do montante de inventários das pesquisas em Diamantina, Rio de Janeiro e Mariana, a porcentagem dos proprietários de livros era de 20%, 14,5% e 11% respectivamente e VILLALTA compara com dados fornecidos por Roger Chartier que era de 33% dos inventariados nas cidades do Oeste francês e 22,6% em Paris em 1750. Ver VILLALTA, L. C. “Bibliotecas privadas e práticas de leitura no Brasil colonial” In: Op. cit.

⁴⁵ As maiores eram daqueles leitores que se dedicavam ao direito e ao sacerdócio e que precisavam ler. A biblioteca de dez advogados pesquisados compreendiam de 14 a 322 títulos. Ver VILLALTA, L. C. “Bibliotecas privadas e práticas de leitura no Brasil colonial”. Op. cit. p.9.

⁴⁶ VILLALTA, Luiz Carlos. “Bibliotecas privadas e práticas de leitura no Brasil colonial”. In: Op. cit. p.6

⁴⁷ ABREU, Márcia. “Quem lia no Brasil colonial?” In: Intercom. Congresso Brasileiro de Comunicação XXIV. Campo Grande: 2001. Disponível em:

<<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/papers/NP4ABREU.pdf>> Acesso em 8/3/2008.

⁴⁸ Três instâncias exerciam o controle sobre os livros em geral desde o século XVI : ao Santo Ofício da Inquisição , a quem cabia interferir nas publicações e elaborar os índices expurgatórios introduzidos pelo Concílio de Trento; à autoridade eclesiástica, bispos, em geral, denominado Ordinário; e à Mesa do

Para os homens letrados o livro passa a adquirir a função de ornamento, de símbolo de prestígio e ostentação para proprietários que podiam adquiri-los⁴⁹ e fazia parte do ritual de distinção dos membros da República das Letras.

Os livros de profissionais ou religiosos, mais caros⁵⁰ ou que atestavam erudição por parte dos seus proprietários, eram os que se encontravam mais freqüentemente nas bibliotecas inventariadas no período colonial e no início do Primeiro Reinado⁵¹, sugerindo que as pessoas guardassem os impressos que consultariam muitas vezes⁵².

Quanto aos “best-sellers” das Belas Letras, maioria composta por romances, textos didáticos, livros infantis, gêneros pouco valorizados no período, pelo baixo custo da encadernação em *in octavo*, não transmitiam a seu proprietário a aura de erudição e bom gosto. Contudo, estes eram os de maior circulação, os que não eram tão conservados, amarelados, devorados pelas traças e cupins, mais manuseados e gastos, possivelmente comprados por lazer e dos quais se desfaziam mais facilmente, sendo doados, vendidos ou emprestados.

Isto explica o contraste entre a ampla circulação, as práticas freqüentes do anúncio e pedidos de encomenda de romances que eram sucessos editoriais, como “Marília de Dirceu” e “D. Quixote ou História do Imperador Carlos Magno”, e sua quase inexistência nas bibliotecas inventariadas no Rio de Janeiro.⁵³ Outros, como “Aventuras de Telêmaco” de Fénelon, permaneceram por mais de um século como os mais vendidos na Europa e no Brasil, publicados em vários formatos e materiais, em traduções e versões, testemunho de uma época em que a leitura passava a ser mais extensiva do que intensiva, distanciando-se do hábito de reflexão que acompanhava a leitura dos textos religiosos.

Para se reconstituir a composição das bibliotecas no período colonial tem sido valiosa a documentação produzida pela Censura Régia, constituída pelas três instituições que controlavam a divulgação das idéias - o Santo Ofício, o Ordinário e o Desembargo do Paço⁵⁴. Cabia a estas autorizar ou interditar a circulação de livros entre

Desembargo do Paço.Cf. NEVES, Guilherme Pereira. “Censura”In: VAINFAS, R.*Dicionário do Brasil Colônia. Op.cit.*

⁴⁹ VILLALTA, Luiz Carlos. “Bibliotecas privadas e práticas de leitura no Brasil colonial”In: www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios.p.6

⁵⁰ Geralmente custavam mais de 1\$000, não por causa da valorização pecuniária de seus conteúdos mas pelo formato em que eram impressos publicadas in-fólio. ABREU, Márcia. *O Caminho dos livros. op.cit.p.181*

⁵¹ Idem. Ibidem. pp.177-178

⁵² Idem.Ibidem. p.180.

⁵³ ABREU, Márcia. *O Caminho dos livros. Op. cit. pp.177-178*

⁵⁴NEVES, Guilherme P. “A Censura” In: VAINFAS, R. *Dicionário do Brasil Colonial. P.113.*

idades portuguesas e entre a metrópole e as colônias, especialmente sua colônia mais populosa, urbanizada e promissora, o Brasil.

Entretanto, pode-se concluir pela ineficácia das três instituições em exercer este controle, atribuída à pouca familiaridade dos Censores externos, ou seja dos jesuítas, que segundo a interpretação dos ilustrados portugueses eram “a maioria destituídos das letras necessárias para conhecerem, e julgarem as obras que censuravam”⁵⁵ – “iludidos” com o gênero de literatura que passava a incomodar mais do que os livros da reforma.

Paradoxalmente, o despotismo ilustrado do governo pombalino, mecenas de Basílio da Gama, criador de Escolas, da Imprensa da Universidade de Coimbra, da Biblioteca Real, elegia os livros de autores ilustrados europeus, como Montesquieu, Voltaire, Rousseau, Abbé Raynal, como alvo principal da censura. Devido a sua capacidade de “corromperem” os povos, passavam a integrar a lista dos livros proibidos por ordem de Sua Majestade D. José I.

Preocupado com a ameaça “à religião, à monarquia, ao sossego público e Bem comum do Reino” e considerando o “Direito da proibição, ou permissão dos Livros, de importância tão grande”⁵⁶, D. José reformou esta instituição em 1768, transformando as três Repartições em uma só Junta, composta por Censores Régios, denominada a Real Mesa Censória, composta por um presidente e sete deputados (um sendo inquisidor da Mesa do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa, um Vigário-Geral do patriarcado de Lisboa e cinco homens letrados). O documento, que criava a Real Mesa Censória, também estabelecia punições para os que introduzissem, imprimissem ou reimprimissem no Reino sem aprovação da Mesa, com pena de seis meses de cadeia, confisco dos exemplares e, para reincidentes, multa e até mesmo o degredo para Angola.

A grande ênfase da lei incidia sobre impressores e principalmente sobre os comerciantes de livros, o que está relacionado não só com o objetivo de controlar o tipo de livros que eram transportados e circulavam no Império Português, mas também em conformidade com a política do Antigo Regime, preservar os privilégios e monopólios concedidos a livreiros e a Oficinas de Impressão. O grande negócio que mobilizava muitos agentes econômicos, do autor ao vendedor de porta em porta, no Império Português ainda não era livre.

⁵⁵ “Excertos de documento de 1768 que cria a Real Mesa Censória em Portugal” in: Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/acervo>>. Acesso em 8/3/2008.

⁵⁶ Idem. Ibidem.

Com a ascensão de Maria I, a tarefa passou a ser exercida em 1787 pela Comissão Geral para o Exame e censura dos livros, retornando à Real Mesa Censória em 1794 sob o príncipe João, no contexto da perseguição ao jacobinismo e Revolução Francesa; reintegrava as instituições tradicionais de censura (a Inquisição, o Ordinário e a Mesa do Desembargo do Paço) retornando à Mesa do Desembargo do Paço a função de censurar livreiros e a imprensa Régia.⁵⁷

A partir da transferência da Corte para o Brasil, a atuação da Mesa do Desembargo do Paço intensificava-se, sendo que os censores que constituíam a junta censória eram escolhidos dentre os homens eruditos, alguns dos quais, como Mariano José Pereira da Fonseca, eram mesmo antigos conjurados com vínculos passados com os princípios liberais e revolucionários franceses. Eram estes que, conhecedores de seu *métier*, apontavam prioritariamente os livros franceses - porque se tratava da leitura mais popular e vulgar e porque era a língua francesa a de tradução mais freqüente dos livros que entravam no Brasil - em detrimento dos ingleses⁵⁸. Visavam a temível revolução literária e doutrinal que atentava contra o trono e o altar e propagava os horríveis princípios e sentimentos políticos, filosóficos ideológicos e jurídicos, disseminando a ruína da religião e dos governos.⁵⁹

A preocupação em substituir a antecessora Real Mesa Censória, acusada de negligência, revela que era comum, a despeito do controle do Estado, a difusão no território luso, e também na colônia, de milhares de livros sediciosos ou imorais, vindos do estrangeiro⁶⁰. Os negociantes tentavam burlar a censura através de listas de solicitação de importação de obras cujos autores ou títulos eram omitidos. Nada se imprimia sem a autorização régia, mesmo elogios e odes a sua Majestade estavam sujeitos à censura e os originais eram encaminhados à Imprensa Régia por aviso da Secretaria de Estrangeiros e da Guerra para exame dos censores. Esforçavam-se por coibir a divulgação de notícias de grande convulsão em Paris e de seus princípios filosóficos de igualdade, democracia, da liberdade de culto e de imprensa, de constituição; impediam e confiscavam de bibliotecas particulares, inventários e lojas de negociantes livres suspeitos⁶¹.

⁵⁷ NEVES, Guilherme P. "A Censura" In: VAINFAS, R. *Dicionário do Brasil Colonial*. p.113.

⁵⁸ NEVES, Lúcia B & FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da C. "O medo dos abomináveis princípios franceses: a censura de livros no Brasil nos inícios do século XIX". *Acervo* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 113-119, 1989.

⁵⁹ Idem. Ibidem.p.143

⁶⁰ Idem. Ibidem.p.143

⁶¹ Idem. Ibidem p.118

Apesar de todas as precauções, as novas doutrinas iam sutilmente penetrando no ideário da classe proprietária luso-brasileira, fosse pelo recurso ao contrabando, fosse pelas licenças fornecidas a alguns homens de bem que podiam ter acesso às obras proibidas, desde que não circulassem livremente dentre o público. Esses livros proibidos “sediciosos e libertinos” ultrapassavam as fronteiras brasileiras, passavam de mão em mão, trazendo consigo princípios liberais, como os de liberdade de imprensa. Em sociedades literárias, sociedades secretas, lojas, tabernas e nas praças da cidade, onde os letrados e “desclassificados” entravam em contato, o debate ocorria através dos discursos e leituras em voz alta, com as idéias francesas consideradas perigosas.

As obras e as notícias vindas da Europa chegavam através dos livros e periódicos impressos fora do Brasil durante as últimas décadas do período colonial, mas eram difundidas graças à permanência da tradição oral. Esta tradição se manifestava nos poemas, canções, sermões, leituras públicas, autos, encenações, nas relações sociais, na pregação e nos divertimentos que na sociedade colonial envolviam todas as classes sociais.

O teatro é demonstração tanto da presença da oralidade quanto o que Carlo Ginzburg chamou de circularidade cultural. No século XVIII, peças nativas do Brasil foram compostas e impressas em Portugal, e o teatro começava a despontar de Salvador, sede do Vice-Reinado, ao Rio de Janeiro, em Minas Gerais e Mato Grosso, locais que experimentaram grande crescimento urbano, decorrente da descoberta do ouro. Em ocasiões ligadas ao calendário sacro, a teatralização estendia-se à cidade inteira no período do auge do barroco, incluindo peças, cavalhadas, touradas, combates simulados, números musicais, fogos de artifício e desfile de carros alegóricos⁶².

Ao lado do teatro amador, improvisado, que misturava sagrado e profano, também se encenava obras primas da ópera italiana, quando são construídos teatros na Bahia, no Rio de Janeiro, no Recife (Pernambuco), em São Paulo e Porto Alegre (Rio Grande do Sul). Textos de Pietro Metastasio, traduzidos pelo escritor Cláudio Manoel da Costa (1729-1789) eram encenados em Vila Rica, prestando-se a tratamentos cênicos mais livres, podendo ser lidos ou como libretos postos à disposição dos compositores ou como tragédias de fundo histórico⁶³, representadas por atores e cantores improvisados, em geral mulatos, negros alforriados, estudantes, professores de primeiras letras, pequenos funcionários públicos, caixeiros de loja e militares e acompanhados por

⁶² PRADO, Décio de Almeida. *História Concisa do teatro brasileiro*. São Paulo, Edusp, 1999. p. 22

⁶³ Idem. *Ibidem*.p.24

orquestradas mal versadas em música e regentes eclesiásticos. Estes espetáculos envolviam toda a sociedade, inclusive os segmentos populares, e as peças de origem espanhola, italianas ou francesas passavam por Lisboa de onde vinham frequentemente traduzidas ou adaptadas - muitas vezes sem menção do autor e com títulos modificados. Essas edições avulsas, denominadas “de cordel” tal qual a *bibliothèque bleu* francesa, graficamente pobres e de duvidosa idoneidade editorial, que compreendiam autores teatrais como Molière, Voltaire e Goldoni, eram um veículo rápido e barato de difusão em língua portuguesa⁶⁴.

Portanto, a cultura letrada vinculada à cultura dirigente penetrava no mundo da palavra falada e da cultura subalterna, não apenas através da leitura intensiva e privada, mas também através dos discursos, aulas, discussões em tavernas, leituras públicas proferidas nos espaços de sociabilidade. As traduções, versões curtas ou didáticas das obras de literatura latina, os manuais de boas maneiras, os romances de fácil digestão que começavam a ser introduzidos aos milhares no Brasil no final do período colonial, demonstravam que havia demanda mesmo no restrito círculo alfabetizado.

Esta demanda por lazer e também por instrução formal cresceria no século XIX, coincidindo com a transferência da Corte para o centro sul, quando novos critérios de distinção social começavam a se impor aos habitantes locais a partir do convívio com a nobreza lusitana e do grande número de agentes estrangeiros, ingleses e franceses que começavam a desembarcar em terras brasílicas.

1.2 A vida cultural após a chegada da Corte

A transferência da Corte para o Brasil provocou muitas mudanças, impulsionando a vida cultural e a constituição de círculos letrados em uma sociedade colonial ainda majoritariamente analfabeta, em que a oralidade predominava. Diante dos eventos que sucederam à ascensão de Napoleão Bonaparte e à guerra na Europa, a Coroa Portuguesa reeditava o projeto da Ilustração Portuguesa de constituição do quinto império lusitano com sede no Brasil, então a colônia mais rica de Portugal.⁶⁵ Com vistas à revitalização da economia e das finanças portuguesas, cuja agricultura e

⁶⁴ Idem. Ibidem.pp.24-25.

⁶⁵ LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do Poderoso Império, Portugal e Brasil: Bastidores da Política 1798-1822*.Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994. pp.107-188.

comércio estavam estagnados, a criação de um novo império na outra margem do território colonial português significava também a reestruturação da debilitada Monarquia Portuguesa através da revitalização da circulação de moedas. De acordo com este projeto, com bons rendimentos alfandegários, o reino teria condições de se refazer, pois contaria com os auxílios provenientes da prosperidade do Brasil.⁶⁶

O contexto cultural geral da sede da Colônia ampliou-se com a chegada da Corte portuguesa ao Brasil. Iniciou-se um processo que Maria Odila Silva Dias chamou de “Interiorização da Metrópole” (1808-1853) no Centro-sul, que corresponde a um enraizamento de interesses portugueses por toda a primeira metade do século XIX e que, sobretudo, desencadearia o processo de consumação da separação política no Brasil ante as dissidências internas de Portugal.⁶⁷

A transplantação da Corte que criou para a classe proprietária no Brasil novas possibilidades de projetos políticos para o Império luso-brasileiro e para o futuro Reino Unido, por outro lado, cindiu os interesses das classes proprietárias locais em torno de tais projetos.⁶⁸ A princípio, o Príncipe Regente pôs em prática a modernização da estrutura econômica e social do reino, pois a prosperidade do novo império nascente não poderia arcar sozinha com as despesas das guerras, nem com a recuperação do reino português, passando a vender bens da Igreja e da Coroa e a criar impostos extraordinários⁶⁹.

Logo a montagem do aparelho do Estado e a manutenção das necessidades da Corte sediada no Rio de Janeiro acarretariam despesa extra, que foi custeada pela sobrecarga sobre as províncias do Norte do Brasil⁷⁰, acentuando características regionais de dispersão que remontam aos séculos anteriores de colonização⁷¹. Através de loterias, doações particulares, subscrições voluntárias assinadas pelos principais negociantes da praça do Rio de Janeiro, dentre os quais muitos traficantes de escravos e donos de crédito e de ativos de dívidas, pagou-se pelas despesas diárias da Corte e dos

⁶⁶ DIAS, Maria Odila. “A Interiorização da Metrópole” In: MOTA, Carlos Guilherme. *1822 Dimensões Perspectiva*, 1990. p.167. Esta prosperidade seria alcançada com algumas medidas como a promoção do comércio que ocorreria como decorrência da Abertura dos Portos, motivar o povoamento, a agricultura, plantando canhomo, especiarias, e outros gêneros para o mercado interno e externo, a extração de preciosos produtos do reino animal vegetal e mineral. Idem. Ibidem. p.182.

⁶⁷ Idem. Ibidem. pp.165-171.

⁶⁸ O projeto de “Interiorização da Metrópole” baseava-se na premissa dos interesses enraizados no Centro-Sul, enquanto os proprietários e produtores do Norte (Ceará, Maranhão, Pará) e da Bahia estariam submetidos a política tributária da Corte.

⁶⁹ Idem. Ibidem. pp.167-72

⁷⁰ Aumentou-se os impostos sobre a exportação do açúcar, tabaco, algodão e couros, criando uma série de outras tributações que afetavam diretamente as províncias do norte. Idem. Ibidem. p.182

⁷¹ Idem. Ibidem. p.167.

cortesãos, do funcionalismo, das obras públicas, em que se incluíam as celebrações extraordinárias para casamentos, nascimentos e outros momentos na vida da família real que absorviam uma enorme quantia de dinheiro. A Coroa respondeu à generosidade de uma parte destes prósperos súditos, que trocavam a riqueza acumulada capitalistamente pela concessão de sesmarias e de construção de obras públicas⁷², através da prática do nepotismo, distribuindo cargos no Estado, comendas, títulos, privilégios, monopólios - isenções típicas do Antigo Regime⁷³ que simbolizavam o status em uma sociedade de ordens.

O estabelecimento da nova Corte trouxe o contato direto com o soberano, transformando a monarquia em referência mesmo para os adeptos da emancipação, constituindo-se como natural que o rei, cuja imagem de pai dominava o discurso político, precisasse governar⁷⁴. A presença da Corte no Brasil reforçou a hierarquia social e beneficiou aqueles situados no cume da pirâmide social e política, uma vez que cada indivíduo estaria inserido em uma ordem hierárquica cujos lugares se encontravam rigidamente demarcados.⁷⁵ Os signos de status eram dados por privilégios, ordenações, títulos nobiliárquicos, honrarias e cargos no Estado, artifícios que serviam para conceder aos “homens bons” prestígio social e manter esta hierarquia e a deferência dirigida pelos que ocupavam lugar social inferior⁷⁶. Obrigados a uma conexão estreita com a classe mercantil, ao mesmo tempo que a segregava, a nobreza enraizada passou a ser um modelo para a reforma em hábitos, costumes e padrões civilizatórios dos grupos dominantes locais.

A cidade do Rio de Janeiro transformava-se, recebendo 15 mil refugiados, abrigando a Corte, tornou-se uma escola de maneiras “civilizadas” para os proprietários locais. Como consequência do momento de rearranjo de forças políticas e sociais cujo resultado seria a organização das classes dirigentes de uma nação que se fundava, ocorria a construção do Estado brasileiro⁷⁷. Esta construção ocorreu pouco a pouco a partir de 1808, ao se estabelecerem arquivos, a biblioteca Real, os órgãos de censura, a Imprensa Régia, etc. Acompanham-nas as atividades cotidianas da Corte: as festas,

⁷² A construção de Palácios, como o Palácio da Ajuda e de Santa Cruz, o Palácio de Dona Carlota no sítio de Andaraí e outro no sítio do Caju com valor de 77 milhões de reis, ampliação no Palácio de São Cristóvão, um picadeiro novo no valor de 50 milhões e uma cadeia nova. Idem. Ibidem. p.172.

⁷³ MALERBA, Jurandir. *A Corte no Exílio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. pp. 230-232.

⁷⁴ Esta imagem baseava-se na “generosa liberalidade” da concessão de hábitos, comandas, postos, e ofícios, dignidades, honras, empregos e mercês difundidas pelo príncipe regente. cf. MALERBA, J. Op. cit. p.15

⁷⁵ Idem. Ibidem. p.16

⁷⁶ Idem. Ibidem. p.16.

⁷⁷ Idem. Ibidem. p.21

missas em ação de graças, galas nos palácios e no teatro, as embaixadas oficiais. A família real celebrou os momentos mais elevados de sua passagem pelo Brasil, como a derrota sobre os revoltosos de Pernambuco, o consórcio do Príncipe Pedro e a aclamação de D. João.

O teatro se tornaria o centro de todas as manifestações políticas e sociais, especialmente a partir de 1813, quando se inaugurou no Rocio o Real Teatro São João, com 112 camarotes e acomodação para 1020 pessoas, apenas antecedido no século XVIII pela casa de ópera do padre Ventura no Valongo, e pelo teatro de Manuel Luís, que continuou existindo após a chegada da Corte. As exigências por bens culturais, contudo, estavam mudando, e a cidade alçada à condição de sede do Império demandaria uma casa de espetáculos condigna⁷⁸ cuja criação foi possível graças à loteria organizada para angariar fundos em 1811, administrada pelo negociante Fernando Carneiro Leão.

O teatro São João tinha o nível dos teatros europeus de seu tempo e contava com quatro ou cinco representações por semana. Com a Corte, chegaram ao Brasil já em 1809 os primeiros artistas europeus - músicos, atores, cantores. Encenavam-se comédias, dramas e tragédias em português, além de óperas italianas entremeadas de bailados e espetáculos que também sofreram a influência do meio e não agradavam igualmente a todos os estrangeiros que transitaram pela cidade. Os enredos abordavam temas com personagens da mitologia, clássicos, gregos e romanos, ou de histórias de reis como Henrique IV, o Himeneu, drama em quatro cenas escrito e ofertado a Pedro I e D. Leopoldina pelo comendador da Ordem de Cristo e intendente das reais cavalariaças e inspetor das obras, além de fidalgo da Casa de S. M., Joaquim Antônio Neves Estrela.

O aparecimento da família real em festas e locais públicos, no teatro, na praça ou na capela, eram ocasiões de reunião, de saudação dos vassallos agradecidos ao monarca, e ocasiões em que proprietários, comerciantes, que buscavam a distinção, ostentavam suas posses. Quando a vida social era pautada pelo calendário da Igreja, as manifestações de religiosidade, irmandades, confrarias, paróquias, sincretismos, festas religiosas, missas, ocupavam a vida pública e eram algumas das poucas oportunidades em que mulheres livres, mucamas, escravos e pessoas sem posses tomavam parte.

Nesta época, o Brasil foi “descoberto” por viajantes estrangeiros que vinham pintar a flora e fauna e o cotidiano dos núcleos urbanos, como Jean Baptiste Debret e Johann Moritz Rugendas, naturalistas que sob orientação de Humboldt estudaram e

⁷⁸ Idem. Ibidem. p.92.

divulgaram sua natureza, bem como Langsdorff, Spix e Martius que pesquisaram-na em várias regiões do país acompanhados de especialistas.

Foi por indicação de Humboldt, na França, que o governo brasileiro entrou em contato com Joaquim Lebreton, membro desempregado do *Institut de France*. Lebreton organizou uma “missão” com outros artistas franceses de várias especialidades, que costumavam servir a Napoleão Bonaparte - arquitetos, escultores, gravadores, serralheiro, carpinteiros, mestre-ferreiro e perito em construção naval e artesãos. Grandjean de Montiny, Glaziou, A. Taunay e Joaquim Lebreton, desempregados com a Restauração, desembarcaram no Rio de Janeiro em 1816, para trabalhar para o rei expatriado D. João, por uma pensão anual com um contrato de pelo menos seis anos.

O projeto de Lebreton era a construção de uma Academia de Artes que promovesse a implantação do ensino das artes no Brasil segundo o paradigma acadêmico do neoclassicismo francês. Contudo, ela demoraria uma década para ser efetivada. Criada pelo príncipe regente D. João, foi inaugurada em 1816 e só começou a funcionar efetivamente apenas em 1826. Esta academia acabou sendo dirigida por um português, Henrique José da Silva, que preteria os artistas franceses⁷⁹. Posteriormente, em 1820, o projeto converteu-se em uma Academia Real de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil. Apesar da falta de organização, da precariedade das instalações e dos currículos deficitários, ela foi responsável pela formação da primeira geração de brasileiros a se dedicarem às belas artes. Mas seus principais mestres continuaram exigindo as reformas necessárias e urgentes, que só seriam efetuadas muito tempo depois.

Os artistas franceses foram responsáveis pelo embelezamento da cidade, estabelecendo prédios - como o Palácio de São Cristóvão, a Casa França Brasil - jardins, arcos de triunfo, obeliscos e ornamentos para a cidade, compondo quadros e registrando as festas e principais eventos da estada da Corte portuguesa no Brasil, como as cerimônias de aclamação de D. João VI (1817) e as da vinda da futura imperatriz (1817), a princesa Leopoldina. J. B. Debret revelou o Brasil em seus diversos aspectos, da colônia ao Primeiro Reinado e levou muitas de suas telas de volta para a França, para onde retornou com o fim da Restauração e início da Monarquia de Julho, para lá compor sua *Viagem Pitoresca e Histórica pelo Brasil*.

⁷⁹ NEVES, Lúcia Bastos. “A missão artística francesa” In: *Rede da memória virtual brasileira*. Disponível em: <<http://catalogos.bn.br/redememoria/missfrancesa.html>> Acesso em 11/2008.

A sociedade carioca se transformava com a vinda da Corte, em termos de padrão de consumo, hábitos e modos de conduta, de divertimentos e vestuário na educação formal. Se os estrangeiros que estiveram no Rio de Janeiro, como Maria Graham, John Luddock, J. Debret e Taunay, espantavam-se com os hábitos “pouco civilizados” e requintados das senhoras e dos homens de posse, testemunharam, por outro lado, a modificação destes hábitos, com as demandas por educação e etiqueta, resultado de novos padrões que se impunham da convivência com estrangeiros, especialmente após a abertura dos Portos.

D. João VI encarregou-se de suprir as demandas de crescimento do setor comercial, criando as aulas de comércio (1811) para fundamentar a formação profissional até então inexistente no país, concedeu subsídios à publicação de obras que tratassem de assuntos como cultura e comércio.⁸⁰ Criava-se um novo campo de trabalho para educadores, voltado à instrução de moças e rapazes filhos da nobreza lusitana emigrada, do corpo diplomático e funcionários reais e também dos grandes negociantes. O mercado também abrigava artistas, músicos, professores de dança, artesãos especializados e livreiros, pois não só aumentava a demanda por mercadorias de luxo, especialmente as estrangeiras, mas também se ampliou a demanda por bens culturais, como escolas, quadros, diversão e livros, inclusive livros infantis, manuais escolares e romances.

Para estes segmentos, que a partir de então passaram a exigir a educação formal, secundária e mesmo superior para si e para seus filhos como critério de distinção social das “massas iletradas”, os livros tornaram-se um instrumento para a inserção no mundo civilizado através do cultivo das letras. Passava a ser um bem de consumo, cuja circulação aumentou consideravelmente com o estabelecimento da Corte, não apenas pela chegada de emigrados, mas porque os próprios residentes passaram a adquirir hábitos de leitura⁸¹.

O montante de livros consumidos legalmente no final do período colonial, excluindo-se os que entraram em anos precedentes e já estavam em circulação, passaram pela censura prévia da Mesa de Desembargo do Paço. O decreto que revogava a proibição do estabelecimento da imprensa no Brasil, em 1808, também instituía a Imprensa Régia e a designava como o lugar “onde se imprimam exclusivamente toda a

⁸⁰ ⁸⁰ Idem. Ibidem. p.92

⁸¹ Márcia Abreu em O caminho dos livros mostra não tiveram que pedir licença de entrada nem em Lisboa em no RJ.

legislação e papéis diplomáticos, que emanarem de qualquer repartição de Meu Real Serviço; e se possam imprimir todas, e quaisquer outras obras...”.⁸² As máquinas da Imprensa Régia compradas por 100 libras esterlinas da Inglaterra, segundo Hipólito da Costa, foram trazidas em caixotes nos navios rumo à capital da Colônia⁸³ e começaram a funcionar, publicando éditos e documentos oficiais e, em setembro de 1808, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal impresso no Brasil.

Livros também começaram a ser impressos nesta Real Tipografia, com exceção de obras religiosas, que entravam facilmente no Brasil com o aval da censura. Publicava-se obras de cunho político e histórico, folhetos, orações de graças à família real, odes e poemas, mapas dos correios, conforme informam os anúncios publicados na *Gazeta do Rio de Janeiro*. Mesmo alguns romances, os mais populares e de venda certa, como *O diabo cocho*, foram editados nas máquinas desta tipografia.

Outras tipografias também foram surgindo, timidamente, embora a demanda continuasse a crescer no Rio de Janeiro e nas Províncias. Esta morosidade é explicada em função da fiscalização da Mesa do Desembargo do Paço que vigiava a entrada de livros proibidos, suspeitos de que pudessem conter alusões à sexualidade, ao ateísmo ou críticas veladas ou explícitas à religião, ao despotismo ou abordassem os princípios franceses de constitucionalidade, democracia, liberdade de comércio e de expressão.

Os Censores monitoravam as tipografias, censurando o que poderia ir para o prelo. A coincidência no estabelecimento da Imprensa, da Censura Régia e na abertura dos Portos significava que a Coroa objetivava continuar a exercer o controle sobre as idéias, os monopólios e interdições sobre a impressão e o comércio livreiro. A vigilância da Junta sobre os livreiros, que traziam dezenas e por vezes centenas de exemplares, era muito maior do que sobre os particulares – que muitas vezes não declaravam sua intenção de negociar os livros trazidos em suas bagagens. Como pesassem quase sempre dúvidas quanto aos títulos ou conteúdos das obras nas listas de solicitações, muitos livreiros acabavam por esperar meses pela carga que poderia se deteriorar e se perder. Livros confiscados eram perdidos ou estragados com frequência e impediam que os livreiros ampliassem seu negócio ainda mais, pois a prática de censura não beneficiava a venda de livros.

⁸² Projeto Memória da Leitura. Seção cronologia. Disponível em <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/>>- Acesso em 5/2008.

⁸³ “Micellaneas”. In: *Correio Braziliense*. Outubro de 1808, pp.393-394. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/correio_braziliense/correio_braziliense.htm> Acesso em 8/3/2008.

Contudo, grande parte dos pedidos de licença era de livreiros, indicando que este negócio crescia. Logo no primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro* se anunciava que se encontrava no prelo a “Memória Histórica da invasão dos Francezes em Portugal no ano de 1807”, e já se anunciava à venda em brochura por 480 reis nas casas de costume⁸⁴, que vendiam toda a sorte de produto, e “Observações sobre o Commercio Franco do Brazil”⁸⁵ anunciada a 640 reis e 800 reis em papel de Olanda nas livrarias de Manoel Jorge da Silva e na de Paulo Martim⁸⁶. Na loja da Gazeta, conforme os anúncios publicados naquele jornal, vendia-se mapas dos correios, orações de graças à família real, quadros do Príncipe Real.

O setor tipográfico e livreiro iniciou sua expansão com o fim da censura prévia em 1821, ecoando os abalos causados pela Revolução do Porto que instituiu a liberdade de imprensa em Portugal⁸⁷. Persistiria a censura sobre a tipografia e a proibição aos livros que proferissem contra a religião, a moral e os bons costumes, contra a constituição, o soberano e a ordem pública.

Após os anos entre 1821 e 1823 de debates e grande participação política, o 1º Reinado iniciava-se com uma severa política de repressão. A partir de então, apesar da censura posterior chancelada na constituição política do Império após a independência, a primeira constituição do Império do Brasil afirmava que “todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura, com tanto que hajam de responder pelos abusos, que cometerem no exercício deste Direito, nos casos, e pela forma, que a lei determinar”⁸⁸. Instituíam-se, assim, a censura *a posteriori*, resguardando o imperador e o governo contra os “excessos” da liberdade de expressão, com o intuito de evitar que se propagasse pela imprensa as doutrinas incendiárias e subversivas que promovessem anarquia e destruíssem o sistema de povos do reino dos inimigos da ordem.

⁸⁴ *Gazeta do Rio de Janeiro*. Número 14 de 29 de outubro de 1808. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta_rj_1808/gazeta_rj_1808.htm> Acesso em 8/3/2008.

⁸⁵ *Gazeta do Rio de Janeiro*. Número 10 de 15 de outubro 1808. Disponível em: Op. cit.

⁸⁶ Anúncios publicados *Gazeta do Rio de Janeiro* nos números 1 de 10 de setembro de 1808, nº 13 26/10 e nº 14 29/10, 9 12/10 /1808 e 10 15 de outubro de 1808. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta_rj_1808/gazeta_rj_1808.htm> Acesso em 10/4/2008.

⁸⁷ NEVES, L. & BESSONE, T. Op. cit. p. 119

⁸⁸ Constituição política do Império do Brasil de 25 Março de 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm> Acesso em 10/4/2008.

Contudo, estas “novas idéias” já não entravam no país clandestinamente, mas dentro de um sólido circuito comercial⁸⁹. Ao final do período colonial e primeiros anos do Império a atividade livreira, com a demanda por livros, jornais, folhetos e pelos prestigiosos “bens culturais”, ganhou impulso e se mostrava um negócio bastante lucrativo, se utilizarmos como parâmetro de julgamento o número de livreiros e livrarias na cidade e a quantidade de livros publicados e anúncios na Gazeta.

Como mostra Márcia Abreu, o negócio livreiro intensificou-se após a chegada da Corte, praticado por mercadores, negociantes e também por letrados cuja profissão não era exclusivamente de comércio - sacerdotes, funcionários públicos e professores. Um caso emblemático é do pai de Francisco Saturnino da Veiga, pai de Evaristo da Veiga, professor primário, português emigrado, cujos filhos dedicaram-se à venda de livros, abriram uma tipografia e conseguiram posição de destaque na política e na vida cultural durante o Império.

Em 1824 não havia ainda, mesmo no cenário urbano da Corte, uma esfera pública literária consolidada, ainda que se expandisse o número de livrarias, de periódicos e de tipógrafos. O uso que o Estado passa a fazer da imprensa na batalha das idéias já se anunciava com a *Gazeta do Rio de Janeiro*, a despeito do que afirmavam os redatores que “esta gazeta, ainda que pertença por privilégio aos oficiais, à secretaria dos negócios estrangeiros e da guerra, não é contudo oficial; e o governo somente responde por aqueles papéis que nela mandar imprimir em seu nome”.⁹⁰ Continuava se intensificando agora sob a égide do constitucionalismo e do liberalismo.

Esta proximidade entre livreiros e o Estado foi demonstrada por Marco Morel em sua pesquisa sobre o notório Pierre Plancher, livreiro e tipógrafo parisiense, cuja livraria instalada na rua do Ouvidor 95 possuía livros franceses, sobretudo da época da restauração, sobre assuntos como teoria política, constituição, relação entre os Estados, manifestos, relatórios, e constavam de suas prateleiras especialmente obras de História e Política⁹¹. Foi um dos fundadores do *Jornal do Commercio* em 1827, junto com seu

⁸⁹ MOREL, Marco. *A transformação dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial(1820-1840)*. São Paulo: Hucitec: 2005.p. 31

⁹⁰ Gazeta do Rio de Janeiro. Número 1. 10 setembro de 1808. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta_rj_1808/gazeta_rj_1808.htm> Acesso em 10/4/2008.

⁹¹ Marco Morel reconstituiu através dos catálogos da livraria a composição das prateleiras, e verifica que achavam-se *best sellers* da época como obras do Abade Raynal e De Pradt, e também obras de Guizot, Benjamin Constant, Madame de Stäel que faziam a leitura dos princípios liberais da revolução francesa sob a ótica da Restauração e também obras de J. B. Say e J. Bentham sobre economia política – obras que interessavam para instruir os negociantes e dirigentes. Ver MOREL, M. *A transformação dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial(1820-1840)*. *Op. cit.*

filho Émile, com o médico francês J. Sigaud e os brasileiros Júlio César Muzzi e Francisco de Paula Brito, e também fundou o *Spectator Brasileiro* (1827), embora em sua tipografia imprimisse também periódicos de outros redatores. Tipógrafo já experiente nos anos de 1820 em busca de novos mercados, Plancher contornou a desconfiança dos agentes do governo obtendo de Pedro I brevet de livreiro com o título de impressor imperial para si mesmo e de Tipografia Imperial para seu negócio. Perseguido pela restauração na França por suas idéias liberais, no Brasil era atacado pela oposição liberal acusando-o de fazer política não para o bem comum, mas para obter lucro. Mesmo após a abdicação, continuou flertando com o poder até seu retorno à França em 1834, após a ascensão da Monarquia de Julho. Pierre Plancher foi pioneiro no que se tornaria posteriormente recorrente na história brasileira: o setor privado nutrir-se de sua aliança com o Estado.⁹²

O campo literário e intelectual, que na França, na Inglaterra e em diversos países da Europa já vinha consolidando sua autonomização, na Corte ainda dava seus primeiros passos. Vinha acompanhada, porém, do aparecimento da esfera pública, da participação de vários setores sociais nos debates políticos, mesmo que não com o voto, nos primeiros anos posteriores à independência, em livrarias, tipografias, academias e na praça. Estes setores populares, que provavelmente não assinavam jornais, mas tivessem acesso a eles e a folhetos e folhas mais baratos, ou que os ouvissem lidos em locais de sociabilidade, agitaram e amedrontavam as autoridades nos anos de 1820 e 1830.

Para conter esta agitação popular, o radicalismo manifesto nos jornais pelos seus redatores e evitar a subversão e anarquia, o Estado não apenas intensificaria o uso dos dispositivos de coerção, mas também ampliaria as políticas culturais para a esfera pública, vencendo as reticências da “boa sociedade”, especialmente passados os abalos políticos do golpe constitucional e o liberalismo conservador e centralizador de Pedro I.

1.3 A hegemonia no Império Brasileiro

A sociedade brasileira após a independência caracterizava-se de um lado pela impossibilidade de estabelecer a unidade em meio à diversidade regional e por outro

⁹² MOREL, M. *A transformação dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial(1820-1840)*. *Op. cit.*

pelas permanências econômicas e pelas mutações que se enraizavam lentamente na economia.

Desde 1780 e ao longo do séc. XIX testemunhou-se a ascensão do café como principal produto de exportação⁹³ dentro de uma dinâmica autônoma do mercado interno em relação ao mercado externo, que possibilitou, desde o período colonial, a acumulação endógena de capital em meio à economia escravista agro exportadora dependente. Isto pressupunha que a economia brasileira no período de 1815 e 1850 já possuísse bases próprias de acumulação e reprodução com auto financiamento da lavoura e comércio, a partir de uma lógica em que escravismo colonial em sua reprodução gerava formas de produção não capitalistas ligadas a seu abastecimento, entre as quais a produção camponesa, o trabalho livre não assalariado da estância gaúcha e a produção escravista de alimentos.⁹⁴

Ao mesmo tempo, o país inseria-se como periferia na ordem mundial com a expansão do capitalismo concorrencial na primeira metade do século XIX, como explica Rosa Luxemburgo, em que o consumo de mercadorias, como tecidos, ou de meios de produção, como ferrovias, máquinas, metalurgia, indústria química, auxiliava na acumulação e realização de mais valia nos países centrais, através do estímulo a sua indústria e economia.⁹⁵

A abertura dos Portos e a inserção de milhares de mercadorias, anunciadas semanalmente nas páginas da *Gazeta do Rio de Janeiro*, seria acompanhada pelo incremento das atividades artesanais e mercantis no país. O Brasil, única Monarquia escravista do continente americano, inseria-se na fase concorrencial do capitalismo internacional como fornecedora de produtos tropicais e, ao mesmo tempo, como receptáculo de investimentos e de capitais ingleses⁹⁶.

A reprodução ampliada da economia brasileira no período imperial dependia da escravidão, e este comércio gerou fortunas oriundas do tráfico de escravos que passaram a ser convertidas também para financiar os grandes empreendimentos

⁹³ O historiador João Fragoso analisa a montagem da agricultura cafeeira realizada em um período de recessão segundo os modelos explicativos clássicos que se baseavam no sentido da colonização O consumo interno de açúcar, charque, toucinho e escravos, proporcionava compensação às perdas dos mercados internacionais. Ver FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura*. 2ªed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

⁹⁴ FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura*. 2ªed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p.27

⁹⁵ Ibidem. Há assim uma vinculação da acumulação capitalista a círculos não capitalistas até porque estes materiais e elementos de produção são necessários para ampliação contínua da produção capitalista que necessita baratear e consumir este capital constante.

⁹⁶ MATTOS, Ilmar R. "A Moeda Colonial" In: *O Tempo Saquarema, a formação do Estado Imperial*, 3ª ed, Rio de Janeiro, Access, 1994.

agrários, principalmente a partir da década de 1820, especialmente do grande negócio do império: o café. Surgiam, assim, as grandes fortunas dos barões do café do Paraíba do Sul⁹⁷. A montagem dos grandes engenhos e unidades cafeicultoras, no Rio de Janeiro, Zona da Mata de Minas e norte de São Paulo, pressupunha a concentração da riqueza e do sobretrabalho em poucas mãos, tendo como característica central a agricultura extensiva com baixo nível técnico. Como consequência do incremento da inserção internacional pelos bons preços do açúcar no Norte Fluminense e o novo investimento no café no Vale do Paraíba, o Rio de Janeiro tornava-se não apenas capital administrativa do novo Império, mas também importante pólo econômico⁹⁸.

Ao lado de grandes cafeicultores na sociedade escravista, havia no topo da hierarquia social os comerciantes de grosso trato.⁹⁹ Fragoso chega até a afirmar que existia uma subordinação da empresa agrícola à acumulação mercantil¹⁰⁰. Este grupo se destacava na sociedade imperial e, como mostra Théó Piñeiro, os negociantes eram os agentes econômicos dominantes - não eram apenas comerciantes, mas proprietários de capital que atuavam na esfera da circulação, também no abastecimento de gêneros, no tráfico de escravos, nas atividades bancárias, companhias de seguro, manufaturas, aquisição de imóveis urbanos, desempenhavam papel chave como fornecedores de crédito e mão de obra para reprodução escravista¹⁰¹. Estes detinham a reposição física da reprodução das relações de produção e forças produtivas não capitalistas e cativas até quando o tráfico foi proibido em 1850.

Foram os homens de negócios que, através das subscrições, subsidiaram a permanência da Corte no Rio de Janeiro e financiaram Pedro I se engajando no processo de ruptura com Portugal.¹⁰² Os negociantes, a partir da independência, constituiriam uma aliança com setores escravistas fluminenses e participariam do *bloco*

⁹⁷ Como Ribeira Avellar (Visconde da Paraíba, Barão de S. Luís, etc), Werneck (Barão de Paty do Alferes, Barão de Palmeiras, etc), Alves Barbosa (Barão de Sta Justa), Barros Pereira (Barão de Entre Rios, etc) Além do Paraíba do Sul, havia fortunas agrárias oriundas do comércio como a de João Rodrigues Pereira de Almeida (Barão de Ubá), e da família Pereira Faro (Barões do Rio Bonito) etc. Assim também ocorria com as fortunas dos plantadores de cana de açúcar em Campos como Bernardo F. Rabello, Braz Carneiro Leão etc.

⁹⁸ FRAGOSO, João. *Arcaísmo como projeto. Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro*. 3ª ed, Rio de Janeiro, Sette Letras, 1998.

⁹⁹ Idem. "O império escravista e a república dos plantadores". In: *História Geral do Brasil*. 9ª ed, Rio de Janeiro, Campus, 1990. p.149

¹⁰⁰ Idem. Ibidem.p.153.

¹⁰¹ PIÑEIRO, Théó Lobarinhas. "Os simples comissários", *Negociantes e política no Brasil Império*. Niterói:2002.(Tese de Doutorado)- Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2002. p.12-13.

¹⁰² Subscreveram um empréstimo de 400 contos de réis que seria pago em dez anos a juros de 6% ao ano garantido pelas receitas da Província do Rio de Janeiro. Ver PIÑEIRO, Théó Lobarinhas.Op. cit.p.78.

no poder, ingressando nos aparelhos estatais para garantir o controle sobre as políticas comerciais e públicas implementadas pelo Estado¹⁰³.

No primeiro momento após a independência prevaleceu a conciliação, que envolveu os grupos de comerciantes e de proprietários agrícolas portugueses e os grandes proprietários escravistas do sudeste, sob a perspectiva da permanência do Príncipe D. Pedro, da manutenção da unidade territorial e da estrutura jurídica do escravismo. Este pacto de interesses comuns prolongar-se-ia apenas até a ruptura do projeto político, com a dissolução da Assembléia Constituinte de 1823 e com a outorga da Carta de 1824.

A pretensão de submeter o Imperador à Constituição e à Câmara de deputados foi geradora das tensões durante todo o período até a abdicação em 1831. O rompimento da aliança com os ricos negociantes do Rio de Janeiro, que tinham o objetivo de influir nas decisões políticas e administrativas, abriu espaço para a composição com os portugueses que constituíam maioria na restrita estrutura do Estado e no grande comércio. Distúrbios nas ruas, campanha na imprensa e uma forte pressão política conduziram Pedro I à abdicação em 1831, abrindo uma perspectiva nova para o país.

O período regencial foi interpretado pelos contemporâneos como uma revolução necessária, a vitória da liberdade frente os excessos da autoridade do Imperador¹⁰⁴. Mas, ao longo dos nove anos de duração, a Regência foi palco de rebeliões provinciais em que os partidos foram incapazes de arbitrar as divergências entre os grupos dominantes e acolhê-las no sistema, produzindo um frágil consenso¹⁰⁵. Ao mesmo tempo, o período de 1831 a 1836 foi considerado "o mais fascinante" da história política oitocentista por constituir-se em um laboratório de experiências e de disputas de projetos distintos para o Estado em construção.

Os movimentos separatistas e a defesa da descentralização pelos exaltados nutriam-se da perspectiva da não representatividade dos proprietários provinciais no Estado. Alguns deles compartilhavam dos ideais republicanos, como os que inspiraram

¹⁰³ PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. "Introdução". Op. cit.

¹⁰⁴ GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Ânimos temeratos: uma leitura dos medos sociais na Corte no tempo das Regências*. Niterói: 1995. (Dissertação de Mestrado)- Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 1995 p.87.

¹⁰⁵ MATTOS, Ilmar R. & GONÇALVES, Márcia de Almeida. *O Império da Boa Sociedade, a consolidação do Estado Imperial Brasileiro*. 11ª ed, SP, Atual, 1991. p.38.

a Confederação do Equador na 1820.¹⁰⁶ Para fazendeiros e comerciantes, tais forças que entraram em cena, emanadas da pequena burguesia e da população trabalhadora, em grande parte devido aos exaltados que insistiam em fazer da rua o espaço social privilegiado de suas manifestações federalistas e republicanas¹⁰⁷, representavam a "anarquia", a possibilidade da extinção da escravidão e da luta aberta contra os portugueses radicados. O medo da desordem e das liberdades irrestritas, presente nos discursos dos homens de Estado e na imprensa da época, motivou os grupos dominantes a assumir uma posição mais conservadora e a defender uma monarquia forte¹⁰⁸, representando a continuidade sob o cetro dos Bragança como garantia da "ordem".¹⁰⁹

Principalmente após 1836, os moderados procuravam frear os efeitos descentralizadores do Ato Adicional de 1834, como a extinção do Conselho de Estado, e deter a concentração de poder dado aos fazendeiros locais e às instâncias provinciais.¹¹⁰ As diferenças de projetos entre os proprietários foram superadas após 1834, em prol da manutenção da ordem. No entendimento de Ilmar Mattos, a Coroa teria aparecido então como um partido, no sentido gramsciano do conceito, isto é, como "um organismo complexo da sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação", que incorporaria "os interesses mais avançados da classe dominante"¹¹¹. Embora argumentando que a Coroa constituía-se na forma mais avançada dos interesses da classe em formação, e por isto não se reduzia à figura do imperador, a Coroa sobre a qual escreve o historiador, confunde-se com o próprio Estado, partilhando da mesma função de um aparelho privado de hegemonia.

A adesão à idéia do "regresso" da monarquia a partir de 1837, agora sob novos termos, poderia ser tutelada pelo corpo de ministros, senadores representantes dos proprietários portugueses enraizados no Brasil, mas de grupos dominantes nativos. A ascensão dos conservadores, sobretudo daqueles proprietários que possuíam base econômica no Sudeste e particularmente no Norte Fluminense voltados para a

¹⁰⁶ Também os levantes nitidamente populares – a revolta dos Malês (Bahia) 1835, os Cabanos no Grão Pará em 1836, no Maranhão e Piauí a Balaiada 1839 a 1841 assim como aqueles em que houve participação da classe subalterna, a Sabinada na Bahia em 1837-38 e a Praieira, em 1848 e a Farroupilha 1835-45.

¹⁰⁷ GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Ânimos temoratos: uma leitura dos medos sociais na Corte no tempo das Regências*. Op. cit. p.97.

¹⁰⁸ Idem. Ibidem. pp.97-98.

¹⁰⁹ LINHARES, Maria Yedda. *História geral do Brasil*. 9ª Rio de Janeiro: Campus, 1990. p.133.

¹¹⁰ MOREL, Marco. *O período das regências. O período das regências*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. (Descobrimo o Brasil). pp.35-36.

¹¹¹ MATTOS, Ilmar R. *O Tempo Saquarema*. Op. cit. p.88.

agricultura de exportação, preparou terreno, com Araújo Lima e com os liberais liderados por Evaristo da Veiga, para a antecipação da Maioridade de Pedro de Alcântara, que aos quinze anos assumia a função de Imperador, exercendo o poder moderador sem muita intervenção nas primeiras décadas de seu reinado.¹¹²

O período de 1837 a 1850 é dedicado à desmontagem da legislação descentralizadora e à constituição de centralização política e administrativa por obra do regente Araújo Lima. A lei interpretativa do Ato Adicional de 1840, votada pela Câmara, desvirtuava as medidas de 1834, revertendo as conquistas dos liberais exaltados no início da década de 1830. O Ato Adicional passaria a ser centralizador e foi acompanhado em 1841 da restituição do Conselho de Estado - órgão de aconselhamento do imperador formado por representantes da *classe senhorial* - e a Reforma do Código de Processo Criminal, com a centralização e submissão da polícia, da justiça e mais tarde da Guarda Nacional à figura do Ministro de Justiça.

Neste sentido torna-se evidente, nas palavras de Ilmar R. Mattos, a necessidade da "boa sociedade" impor a ordem sobre a rua¹¹³, e para tanto a *classe senhorial* teve de superar a desconfiança que nutria em relação ao Estado e reconhecer nele a instância de autoridade necessária para controlar os insurretos. O aparelho coercitivo de Estado tornava-se mais complexo, segundo as necessidades da classe dominante, que assumia o controle através da centralização. As frações de classes se reorganizavam nos partidos conservador e liberal que representavam muito mais projetos estatais distintos do que diferentes origens e condições sócio-econômicas. A fragilidade das noções de nacionalidade, de Estado-Nação, levaria a classe que assumia a direção a promover a conciliação com as classes dominantes não dirigentes vencidas durante as rebeliões regenciais, através da força, em um primeiro momento, e de compromisso, em um segundo momento, através das anistias aos insurgentes.

Foi preciso constituir-se a coerção e o consenso como duas faces da mesma moeda, dois momentos que não se sucederiam mecanicamente no tempo, mas poderiam ocorrer dialética e simultaneamente, em um dado momento histórico. No dizer de Antonio Gramsci, ação política e na vida estatal:

*..podem se reduzir teoricamente a dois graus fundamentais, correspondentes à natureza dúplica do **Centauro maquiavélico**, ferina e humana: da força e do consentimento, da autoridade e da*

¹¹² SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹¹³ De acordo com Ilmar Mattos e Márcia Gonçalves a rua significava os vadios, capoeiras, escravos, estrangeiros, prostitutas, enfim todos que pudessem querer impor a liberdade a custa da "anarquia", da ameaça à propriedade da "boa sociedade".

hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e do momento universal (da "Igreja" e do "Estado"), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia.¹¹⁴ (grifo nosso)

A conciliação dependia da veiculação de idéias pretensamente "universais", interpretadas sob o prisma dos interesses de classe sob uma única direção¹¹⁵. A direção saquarema construiu as bases políticas e sócio-culturais para que uma nova hegemonia se estabelecesse, erigidas pelos dirigentes do Estado ao longo do 2º Reinado, aproveitando as disposições do próprio chefe simbólico Pedro II. Para constituir a hegemonia era preciso que os principais representantes do Partido moderado empreendessem uma série de reestruturações nos aparelhos de Estado que ampliassem suas funções e se transmutassem em um "projeto civilizatório" no plano nacional, que transcenderia as classes e os confrontos étnicos, nacionais e históricos¹¹⁶.

A *classe senhorial* que assume a direção é uma "frente" constituída por muitas frações de classe que tinham um projeto comum, pressupõe uma formação social e cultural, uma categoria histórica que explica a coesão de interesses e projetos como constituinte de uma mesma identidade, resultado de experiências comuns vivenciadas pelos sujeitos históricos¹¹⁷. Formou-se ao longo das disputas e experiências do período regencial em oposição às forças centrífugas e descentralizadoras da política exaltada e da participação das classes populares, ao mesmo tempo que formou o Estado imperial. Contudo, a *classe senhorial* dela difere porque pressupõe a atuação política, a utilização do Estado imperial (superando a desconfiança inicial) para construir a sua unidade e proporcionar sua expansão e integração de novos elementos dentre os plantadores de outras partes do país e dentre outras classes e frações de classes, à direção do Estado e à sua burocracia – compreende a expansão vertical desta classe.

As classes proprietárias superaram em parte suas diferenças atribuídas à sua origem de classe e aderiram aos critérios de distinção econômica e social. Ao mesmo tempo em que atuavam em relações de produção não capitalistas, a racionalidade capitalista já se manifestava na preocupação com o lucro, com a cotação do café no mercado internacional; negociantes e grandes cafeicultores compartilhavam das aspirações aristocráticas pelos sinais de distinção, títulos, comendas e construções

¹¹⁴ GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.p. 41.

¹¹⁵ Idem. Ibidem.p.55

¹¹⁶ Idem. Ibidem.p.50

¹¹⁷ MATTOS, Ilmar R.O *Tempo Saquarema. Op. cit. p.4 e pp.87-88*

santuárias, homenagens. Na sociedade do oitocentos, no nível das representações, as hierarquias eram reiteradas pelo enobrecimento e pela aquisição de terras e escravos, afirmavam a separação entre proprietários e não proprietários.¹¹⁸

Embora curto, o período regencial foi responsável na História brasileira por grandes transformações na estrutura do Estado no século XIX, compreendendo tanto imposição da força, como as novas leis - o Ato adicional e o Código Criminal de 1830, a Guarda Nacional em 1831, quanto de instituições de disseminação de idéias ou destinadas ao ensino e à pesquisa para promover assim a formação e expansão da *classe senhorial* na sociedade civil.

1.4 Transformações na esfera cultural

A cidade do Rio de Janeiro situava-se não apenas na região Sudeste, de maior importância econômica no período imperial, mas no topo da hierarquia do poder, sendo “palco de decisões e disputas que diziam respeito ao território nacional como um todo”¹¹⁹. Foi em torno da direção do governo sediado na Corte, que se tornara independente da província do Rio de Janeiro, que se daria a disputa entre facções cujas diferentes visões de mundo abriria a possibilidade de implantação de projetos políticos diferentes para o país¹²⁰. Foi nela onde a Corte Imperial instituiu seus aparelhos, ministérios e sede do Império.

A sociedade da época imperial, especialmente na capital do Império, transforma-se rapidamente depois da Maioridade, com os investimentos em urbanização dos anos de 1850. Ao contrário das demais províncias do Império que tiveram poucos investimentos, a Corte sofreu muitas intervenções urbanas, que tinham como finalidade

¹¹⁸ Um terço dos quase 1000 títulos concedidos pelos dois imperadores era de cafeicultores, comissários e banqueiros ligados ao café como a família Werneck, Nogueira da Gama, Paes Leme, Teixeira Leite, Monteiro de Barros, Souza Breves entre outros. FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura. Op. cit. p.35*. Ver também SILVA, Eduardo. *Barões e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

¹¹⁹ MOREL, Marco. *O período das regências*. Op. cit. p.39.

¹²⁰ Estes projetos políticos expressavam os interesses de frações de classe diversas como os plantadores e proprietários de outras regiões do país que não do sudeste, de setores médios urbanos radicais, dos negociantes e plantadores escravistas do sudeste e da nobreza e dos comerciantes portugueses. Marco Morel afirma que foram colocados em discussão a monarquia constitucional, absolutismo, republicanismo, separatismo, federalismo, liberaisismos em várias vertentes, democracia, militarismo, catolicismo, islamismo, messianismo, xenofobia, afirmação de nacionalidade, diferentes fórmulas de organização do Estado (centralização, descentralização, posições intermediárias) conflitos étnicos multifacetados, expressões de identidades regionais antagônicas, formas de associação até então inexistentes, etc. Conforme MOREL, Marco. *O período das regências. Op. cit. p.9*.

torná-la vitrine para resto do país, símbolo da modernidade, "centro irradiador" de valores, idéias e progresso científico e material. Destacava-se das demais províncias pela concentração de atividades de lazer, saraus, jogos, lojas, mas principalmente pelas instituições de ciência e cultura.

Neste contexto de urbanização, com o crescimento dos investimentos externos e a expansão da produção de café, ocorria a complexificação das relações sociais, de formação de uma opinião pública¹²¹, que se expressava, interferindo não apenas na esfera da frágil sociedade civil, mas da sociedade política. O ingresso em agências estatais permitia a participação de dirigentes e intelectuais na esfera decisória do Estado.

No processo de expansão vertical da classe dirigente¹²² mostrava-se necessário ampliar as instituições escolares e culturais, no sentido de organizar e "educar" a classe dirigente, unificar, homogeneizar, habilitando-a ao exercício de uma direção¹²³. Seus primórdios remontam o governo de D. João com a criação das aulas de comércio e a Real Biblioteca Pública. No 1º Reinado foram abertos os cursos jurídicos de São Paulo e Olinda, a Imperial Academia de Belas Artes em 1827, as faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro em 1823. Entretanto, as atribuições ocasionadas pelos conflitos com o poder moderador impediram o estabelecimento e padronização do ensino público primário, assim como a reforma na Imperial Academia de Belas Artes.

Durante a Regência, a Corte foi local da fundação do Colégio Pedro II (1837), o Imperial Observatório, o Museu Nacional, o Arquivo Público (1838), a Biblioteca Nacional, o Laboratório do Estado, o Jardim Botânico e a Academia Imperial de Belas-Artes¹²⁴, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838) bem como um maior número de escolas normais e liceus, como as escolas normais de Niterói e da Bahia (1835), o liceu da Paraíba (1836). Não eram somente iniciativas de um imperador profundamente interessado em ciências e letras e ativo na criação de uma auto-imagem, mas uma estratégia de organização dos grupos dirigentes no plano da sociedade civil através da organização da cultura .

O Estado assumiu a função de propagar os valores e a cultura identificada como "nacional", através do ensino padronizado e da escrita da história, do satisfatório ao

¹²¹ Ver MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial(1820-1840.)*Op. cit.

¹²² MATTOS, Ilmar R. Op. cit. pp.87-88.

¹²³ Idem. Ibidem. p.88.

¹²⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador.*Op. cit.p.155.

progresso do país, para a legitimação e assimilação de novos elementos à *classe senhorial*. Como caracterizou P. Bourdieu:

*Ao impor e inculcar universalmente uma cultura dominante assim constituída em cultura nacional legítima, o sistema escolar, particularmente através do ensino de história e, especialmente, da história da literatura, inculca os fundamentos de uma verdadeira "religião cívica" e, mais precisamente, os pressupostos fundamentais da imagem (nacional) de si.*¹²⁵

Para alcançar estes objetivos de fomentar esta “religião cívica”, são exemplos significativos o Colégio Pedro II e o Instituto Histórico Brasileiro, ambos criados no final da Regência. Começou-se a vislumbrar a utilidade da instrução pública, fiscalizada e promovida pelo Estado, que estava sob o encargo das congregações religiosas¹²⁶. Ainda que a primeira constituição brasileira estabelecesse a instrução pública primária consagrada em lei para os cidadãos (excluindo índios, escravos e desclassificados), destinada a ministrar noções de matemática, alfabetizando, ensinando gramática e português, história do Brasil e religião, a implementação desta rede acabou não se consolidando.

Durante a Regência Trina Permanente, o Ministro do Império Lino Coutinho aprovou verbas para reformar o antigo Seminário São Joaquim - um Colégio de Padres Jesuítas - que seria transformado em 1824 no Imperial Seminário de São Joaquim. Passava então à inspeção da Câmara Municipal do Rio de Janeiro como estabelecimento de ensino de instrução primária gratuita destinada a órfãos e desvalidos, filhos de militares e funcionários públicos, admitindo também alunos pensionistas.

Até então o seminário São Joaquim era um organismo que fugia ao alcance do Estado, destinado à reprodução da sociedade hierarquizada do período colonial, tendo a função de formar para o sacerdócio e alfabetizar crianças ricas e instruir as pobres¹²⁷.

¹²⁵ BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas, sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 2003. p.106

¹²⁶ No Brasil no período colonial as ordens religiosas, especialmente os jesuítas, controlavam inúmeras colégios e seminários. Quando foram expulsos por Pombal em 1759, seu “sistema de ensino foi desmantelado”, sendo substituído pelas “aulas régias”- aulas e cursos isoladas de gramática, latina, grego por determinação do governo metropolitano. VECHIA, Ariclê, CAZAZOTTI, Maria Auxiliadora (orgs.). *A escola secundária*. São Paulo: Annablume, 2003. p.15.

¹²⁷ Esta observação foi feita por Joaquim Manuel de Macedo, que se muniu da tradição oral, e a respeito o uso que se fazia do trabalho dos órfãos e da segregação dentro do Seminário observou com seu conhecido bom humor: “Segue-se portanto que não podia haver gratuitos menos onerosos do que os pobres órfãos de S. Joaquim, que durante muito tempo andaram com sapatos e cintos diferentes dos que traziam seus colegas ricos, e nem ao menos comiam com eles toicinho à mesma mesa, e tinham ou recebiam à parte o seu purgantes da cãs e o seu ponto e vírgula, como se até nos pontos e vírgulas e nos purgantes se devesse

Sobrevivia de caridade pública, estando sob a proteção dos Bispos do Rio de Janeiro e se dedicava a amparar órfãos e filhos de homens brancos pobres. Perdendo esta função anteriormente tão vital, chegou a ser desalojado durante a estada da Corte portuguesa e apropriado pela Coroa para aquartelar tropas portuguesas. Foi refundado por D. Pedro I após 1821, existindo ainda precariamente por todo o período. Com o estabelecimento da Regência, seria transformado, pela classe dirigente em formação, em instituição de ensino destinada à habilitação para o trabalho e para a instrução militar "com o objetivo de formar elementos para a preservação da ordem pública na Guarda Nacional recém criada e para a defesa do país, em caso de necessidade nos Batalhões de Soldados da Pátria"¹²⁸.

Durante os primeiros anos do período regencial, a grande preocupação presente nos debates da Câmara, especialmente por parte de deputados liberais (moderados), era expandir escolas de meninos e meninas, criando-as nas cidades, vilas e freguesias mais populosas, ao mesmo tempo padronizá-las, garantindo a fiscalização e o controle sobre os professores, os métodos de ensino, os manuais e cartilhas. A educação deveria acima de tudo ser mais prática do que teórica e o método preferencialmente escolhido foi de ensino mútuo, o método lancasteriano¹²⁹. A priorização do ensino primário ao universitário, que também chegou a ser discutido na Câmara dos Deputados, obedecia à idéia de "que o Estado, com sacrifício não pequeno, tem procurado estabelecer e espalhar, a fim de meter na massa geral os cidadãos a primeira e mais essencial instrução de ler e escrever, sem o que se não pode dar melhoria da indústria e nem da moralidade"¹³⁰. Cumpriria, assim, a função de instruir e disciplinar, preparando a "massa" para o trabalho, evitando que a juventude se corrompesse com idéias perigosas.¹³¹ No entanto, apesar de tantos esforços em criar o cargo de diretor e inspetor de estudos, estabelecer concursos, normas de conduta e freqüência, construir prédios

estabelecer diferença entre pobres e ricos!"MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garnier, 1991. p.152

¹²⁸ ANDRADE, Vera Lucia Cabana de Queiroz. "O paradigma civilizatório do Império". In: *Colégio Pedro II : um lugar de memória*. RJ, UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 1999.p.12.

¹²⁹ Este método foi aplicado na Europa, especialmente na Inglaterra, em que crianças instruídas diretamente pelo mestre, atuam como monitores ensinando a outros e supervisionando sua conduta e suas tarefas. Várias escolas foram criadas na Corte com este método, visando à economia, posto que seria possível instruir até mil alunos com um só mestre. MANACORDA, Mario M. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 2001.p. 158. Contudo, além da falta de edifícios que comportassem este sistema de ensino, os próprios deputados que idealizaram o projeto de ensino, admitiram o fracasso pedagógico deste sistema. Ver PRIMITIVO, Moacir. Op. cit. p.115.

¹³⁰ Aviso do Ministro Lino Coutinho aos presidentes de Província, no primeiro ano da Regência, diante da constatação do abandono das escolas de ensino mútuo recém criadas. Apud. idem. ibidem. 514.

¹³¹ Idem. Ibidem. p.516.

apropriados, fixar salários, uniformizar compêndios e conteúdos, até o 2º Reinado as condições continuaram insatisfatórias.¹³²

No final do período regencial, um elemento novo gerou a necessidade de se repensar o sistema de ensino implementado até então. A imposição da direção saquarema e o apaziguamento das províncias rebeldes tornaram fundamental a assimilação de elementos dominantes das províncias, até então excluídos da órbita da direção política. Consagrando um novo pacto que se definia no final do período regencial, o aparelho do Estado era reformado e ampliado.

Em 1837, quando Pedro de Araújo Lima, futuro Marques de Olinda, tornou-se regente, coube a seu ministro Bernardo Pereira de Vasconcellos fundar, em homenagem ao aniversário de doze anos do Imperador, o Imperial Colégio de Pedro II, transformando assim o Seminário de São Joaquim. Doavam-lhe um novo prédio reformado pelo arquiteto Grandjean de Montigny, da Missão Francesa e da Academia Imperial de Belas Artes, modelado conforme os melhores liceus franceses da época e de localização na Rua Larga São Joaquim. Sua nova função social era ser o primeiro colégio oficial e público de instrução secundária, ministrando "o ensino integrado e seriado das humanidades"¹³³, preparando os alunos para os cursos superiores com um saber enciclopédico e bacharelesco. Como residia na Corte, estava vinculado ao ministério do Império, ao contrário dos liceus e colégios que foram fundados na mesma época nas províncias da Bahia, Pernambuco e Paraíba. A nova "escola modelo" se notabilizava pelo currículo renovado, preparatório para o ensino superior nas faculdades de Medicina ou Direito que tinham sido fundadas no Rio de Janeiro, Salvador e em São Paulo e Olinda.

A inauguração do novo colégio contou com a presença do regente do Império, Marquês de Olinda, e de seu ministério, assim como de um "numeroso concurso de cidadãos" que assistiu às cerimônias¹³⁴. O Colégio aceitava meninos a partir dos doze anos e, até a Reforma de 1854, o governo determinou que de vinte alunos gratuitos internos, doze seriam órfãos pobres, para compensar a desapropriação dos prédios e

¹³² Constatavam que a qualificação dos mestres era inadequada, porque até 1875 não haveria uma escola de formação de professores não havia prédios e muitos pais preferiam ensinar seus filhos em casa. *Ibidem*. p.522.

¹³³ ANDRADE, Vera L. C. Q. *Op. cit.* p.13

¹³⁴ MACEDO, Joaquim M. de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. *Op. cit.* p160.

bens do Seminário de S. Joaquim, fruto de esmolas e das benfeitorias destinadas aos órfãos, que de acordo com Joaquim Manuel de Macedo somavam 20:391\$500.¹³⁵

Mas seu caráter elitista, conforme o idealizara Bernardo de Vasconcellos, logo se evidenciaria. O colégio que podia acomodar até 65 pensionistas passou a funcionar, em maio de 1838, com apenas 30 internos¹³⁶, dentre os quais 7 meninos pobres seguiriam o curso gratuitamente. Os alunos tinham que comprar ou solicitar que lhes fornecessem enxoval para o internato, no valor de aproximadamente 600\$000 réis anuais, acrescido da pensão de 420\$000 réis para os alunos pagantes¹³⁷.

Seu primeiro reitor foi Dom Frei Antonio da Arrabia, Bispo d’Anemuria exonerado em 1839, que deveria receber em torno de 600\$000 réis anuais. Entre 1838 e 1851 foram nomeados professores de latim, de retórica e poética, de inglês, de filosofia, de geografia, de história, de alemão, de desenho e de religião. Também ingressaram capelães, tesoureiros, secretários, mestres de ginástica com salários mais baixos. Os salários dos mestres variavam conforme a matéria, entre 400\$000 e 800\$000 réis anuais¹³⁸, tendo os valores elevados por gratificações e decretos¹³⁹. Personalidades intelectuais e políticas da época desfrutaram de colocações no recém criado colégio imperial, embora sua passagem tenha sido efêmera, senão pela remuneração que ainda era muito baixa para os dispêndios da vida na Corte, pelo prestígio que o posto lhes fornecia.¹⁴⁰

Joaquim Manuel de Macedo, ao recuperar a história da fundação do Colégio onde trabalhou por longos anos, nas páginas do *Jornal do Comércio* comentava que os primeiros professores não eram apenas reconhecidos por sua capacidade, alguns eram considerados “notabilidades”. A estas “notabilidades” a qual menciona Macedo, o Colégio parecia uma alternativa momentânea. Ao que conseguimos constatar, pelo menos a metade do corpo de professores egressos nos primeiros anos de atividade do Colégio evadiu-se nos cinco primeiros anos, pela demora na definição do ordenado ou

¹³⁵ Idem. Ibidem. p.165.

¹³⁶ O Colégio podia acomodar a até 65 pensionistas. Idem.Ibidem.p.160.

¹³⁷ MACEDO, Joaquim M. de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*.Op. cit. p.165.

¹³⁸ Valores respectivamente dos salários de professores religião e de filosofia.

¹³⁹ LIVRO DE MATRÍCULA DE EMPREGADOS DO CPII 1838-1852. Rio de Janeiro: Colégio CPII.

¹⁴⁰ Os primeiros professores nomeados foram: de História Natural e ciências Físicas, o sr. Dr. Emílio Joaquim da Silva Maia, de História e Geografia Justiniano José da Rocha, de Grego e de Retórica Caetano José da Silva, de inglês Diogo Maze, de Francês Francisco Maria Piquet, de Filosofia Gonçalves de Magalhães, de Latim Jorge Furtado de Mendonça, de Desenho Araújo Porto Alegre e de Música Januário da Silva Arvelos.

por encontrar meios de vida menos trabalhosos e mais lucrativos¹⁴¹, tanto que em 1862, só restava o professor de latim Jorge F. de Mendonça como representante dos primeiros mestres do Colégio¹⁴².

Justiniano José da Rocha já era bacharel formado em São Paulo quando lecionou Geografia e História Antiga e Romana e mais tarde História Pátria e Cronologia, com o ordenado de 500\$000 réis, determinado meses depois do início da função. Era uma característica muito freqüente nos primeiros anos de existência do Colégio os professores não se fixarem: licenciavam-se, faltavam às aulas ou apenas pediam exoneração ou eram demitidos. Mesmo após o decreto de Março de 1840, concedendo-lhe ordenado anual de um conto de réis, Justiniano José da Rocha preferiu pedir demissão¹⁴³ e se dedicar a atividades mais lucrativas e promissoras como à política imperial. Antes, porém, teve a oportunidade de elaborar livros e compêndios de História Antiga e Média para as aulas no Colégio¹⁴⁴.

Desde sua fundação, pretendia-se que o currículo do Colégio de Pedro II servisse para ser adotado por todas as instituições secundárias do país, públicas e particulares, especialmente após a reforma de 1854, quando os exames preparatórios para o curso de Direito e Medicina passaram a ser realizados em conformidade com os programas desta instituição¹⁴⁵. Os estatutos iniciais do Colégio foram copiados dos liceus franceses, mas sofreram uma série de modificações e Reformas, assim como também os planos de estudos, para se adequar à exigência das circunstâncias, para procurar estimular a permanência dos alunos, garantindo que ao formando que completasse o programa de estudos, fosse conferido o grau de bacharel em Letras, o que lhe daria o direito de se matricular sem prestar exames em qualquer instituição de ensino superior do Brasil¹⁴⁶.

Em seus currículos várias vezes modificados nota-se grande ênfase sobre as humanidades, disciplinas de línguas, filosofia, história e a geografia tinham grande espaço nos dois primeiros programas de estudos. Os compêndios das disciplinas de filosofia, química, zoologia e botânica eram todos em francês, pela carência dos

¹⁴¹ Ver LIVRO DE MATRÍCULA DE EMPREGADOS DO CPII 1838-1852. Rio de Janeiro: Colégio CPII.

¹⁴² MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Op. cit. p.160.

¹⁴³ Idem. Ibidem.

¹⁴⁴ VECHIA, Ariclê, CAZAZOTTI, Maria Auxiliadora (orgs.). Op. cit. p.31.

¹⁴⁵ VECHIA, A & LORENZ, Karl. Op. cit.

¹⁴⁶ LORENZ, Karl. "O ensino de ciências e o imperial Collegio Pedro II (1838-1889)" In: VECHIA, Ariclê & CAZAZOTTI, Maria Auxiliadora (orgs.). *A escola secundária*. São Paulo: Annablume, 2003.p.52. Decreto de 1843, transcrito por MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Op. cit. p.161.

escritos em português. Os manuais que serviam de acompanhamento para História Antiga, Média e Moderna eram o *Baccalauréat* para o uso dos liceus.¹⁴⁷

Este aspecto demonstra o caráter restritivo do ensino, em que as crianças e adolescentes a partir do 3º, 4º ano deveriam ler francês para ter um desempenho satisfatório na escola. O currículo do Colégio Pedro II, criado para servir de modelo a outras escolas secundárias, passaria por muitas reformas que tentariam adequar melhor o ensino às necessidades práticas. Diferentemente das escolas primárias de ensino mútuo, de “instrução grosseira... própria para as últimas classes da sociedade”¹⁴⁸, o Colégio de Pedro II havia sido idealizado para “atender aos filhos da classe dominante”,¹⁴⁹ para introduzir os valores e conhecimentos compartilhados pela *classe senhorial*.

O discurso de fundação proferido pelo Ministro Vasconcellos na Sessão Solene de inauguração das aulas em 1838, que contava com a presença do Imperador e de suas irmãs, enfatizava o desejo do governo pela boa educação da mocidade "utilizando-se de regras importadas de países esclarecidos"¹⁵⁰. Afirmava a filiação teórica, pedagógica com o liberalismo europeu e a função ideológica que esta escola secundária oficial teria na formação e organização da classe dirigente com o sentido de criar funcionários, agentes do Estado pertencentes por formação ou origem à classe dominante, para o exercício da direção, que estivessem empenhados na busca do progresso científico, engajando-se nos princípios do liberalismo econômico, tão consolidados nos países centrais do capitalismo europeu, em particular França e Inglaterra.

Estes dirigentes atuavam também na sociedade civil como escritores, políticos, membros da burocracia estatal, professores, artistas, bacharéis, diplomatas e promoveriam a divulgação de ideais de civilização e nacionalismo, importantes em um momento em que o separatismo e a alternativa republicana eram ameaças presentes para o grupo hegemônico, alicerçado na grande propriedade exportadora e escravista do Sudeste.

Esta característica de aparelho estatal destinado à formação da *classe senhorial* foi construída ao longo de algumas décadas através dos decretos e Reformas que tornaram o sistema de ensino mais “eficaz” por um ângulo, e excludente por outro,

¹⁴⁷ Idem. Ibidem.p.161.

¹⁴⁸ PRIMITIVO, Moacir. *Op.cit.* p.520

¹⁴⁹ LORENZ, Karl. “O ensino de ciências e o imperial Collegio Pedro II (1838-1889)”In: *Op. cit.*p.51.

¹⁵⁰ Apud. ANDRADE, Vera Lucia Cabana de Queiroz. *Op. cit.*p.15.

coadunando com o projeto conservador¹⁵¹. A reforma de 1857 deixava a critério do Governo conceder ou não as vagas gratuitas para os órfãos, o que na prática não ocorreu, sendo preteridos pelos filhos de funcionários públicos, de professores e por apadrinhados de políticos. Macedo demonstrava, através de contabilidade de aluguéis e propriedades do antigo Seminário de São Joaquim, e alertava que a injustiça mascarava-se de caridade, pois os pobres bancavam os ricos no colégio: "... aí estão os doze pobres órfãos, chamados alunos internos gratuitos, sendo realmente mais contribuintes do que os contribuintes"¹⁵². Além disto, comentava que a lei também foi "desastrosa para os pobres" porque implementava um novo plano de estudos com um sistema simultâneo, sendo os alunos obrigados a estudar diversas matérias cujo número ia aumentando à medida que eles iam subindo aos anos superiores¹⁵³. Este sistema estaria, segundo Macedo, prejudicando os alunos que não tinham a desenvoltura para reter tantas informações ao mesmo tempo e que, assim, teriam que desistir do grau de bacharel em letras.

Uma outra importante instituição fundada no tempo do regresso foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado pelos membros da SAIN – Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional fundada em 1827¹⁵⁴. Apesar da referência à "Indústria Nacional" a Sociedade privilegiava a atividade agrícola, não tendo apenas por objetivo socializar técnicas agrícolas, mas pressionar por políticas públicas e veicular posicionamentos liberais sobre a mão de obra escrava e sobre as reformas no Estado. A SAIN formou novas sociedades afins, como o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. Tinha cunho quase oficial, pois recebia dotações do orçamento geral e contava, entre seus membros, com boa parte dos políticos mais importantes da época, como o marquês de Olinda, Abrantes e Rio Branco, que presidiram a instituição, fundada pelo negociante Pinto de Almeida¹⁵⁵. Ao cônego Januário da Cunha Barbosa, que já participara do estabelecimento da Academia Fluminense de Ciências e Artes ainda no 1º Reinado, coube a iniciativa de criar com o coronel Raimundo José da Cunha Mattos uma outra agremiação com fins culturais, o Instituto Histórico Geográfico

¹⁵¹ Macedo resgata todos os decretos e Reformas até 1862.

¹⁵² Idem. Ibidem.p.165.

¹⁵³ Idem. Ibidem. p.163.

¹⁵⁴ OLIVEIRA, Geraldo Beauclair M. de. *Construção inacabada, A economia brasileira 1828-1860*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001.p.107.José Murilo de Carvalho no capítulo 2 de *A Construção da Ordem*.

¹⁵⁵ Idem. Ibidem.p.107.

Brasileiro, que aprovada em assembléia geral passava a funcionar em 1838 nas dependências da SAIN.

Criado para ser uma instituição particular, foi proposto por seu fundador, Januário da Cunha Barbosa, que o Imperador tomasse o Instituto sob sua imediata proteção, e encaminhou à Regência uma solicitação de subsídios para a instituição, que obteve no valor de dois contos de réis anualmente. Tanto quanto a SAIN contava com verbas estatais para cumprir seu programa, o Instituto Histórico tornou-se cada vez mais dependente dos recursos do próprio imperador¹⁵⁶ Esta dependência dos cofres públicos revela que apesar de ter sido criado nos moldes do *Institut Historique de Paris* (1834), tinha organização interna diversa, sendo que a maioria dos 27 sócios fundadores do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro desempenhava funções no aparelho de Estado, dentre bacharéis, militares ou burocratas, negociantes, políticos, a maioria de origem urbana e não de proprietários rurais, alguns nascidos em Portugal e fiéis à Casa de Bragança¹⁵⁷. Enquanto a atuação no *Institut Historique* era remunerada, já que tinha o claro perfil de profissionalização e divulgação do conhecimento científico e historiográfico, o pertencimento ao IHGB era antes marca de distinção, prestígio e honraria. Ao contrário, os sócios associados e correspondentes deveriam pagar 10\$000 e mais uma taxa semestral de 3\$000 réis, dos quais os sócios honorários estavam isentos.¹⁵⁸

Entre os sócios a historiadora Lúcia M. P. Guimarães identificou a existência de dois grupos políticos no IHGB, os membros do antigo Partido Restaurador e os remanescentes da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro, reduto do liberalismo moderado. Moderados e restauradores, que haviam sido alijados do poder pelo partido regressista em 1837, começam a se aproximar durante o Terceiro Gabinete da Regência¹⁵⁹ e se alinham à facção de Aureliano de Sousa Coutinho, chamada “áulica”¹⁶⁰. Alguns deles vieram a compor a

¹⁵⁶ A partir da penetração cada vez maior de investimento estatal que em 1843 já chega a 75% do seu orçamento (fora as verbas extras frequentemente pedidas)

¹⁵⁷ Cf. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico e o Projeto de uma História Nacional." In : *Estudos Históricos : Caminhos da Historiografia*. Rio de Janeiro, n.1, 1988, pp.9-10. Conforme GUIMARÃES, Lúcia M. P. “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. Rio de Janeiro, jul/set. 1995. p.484. Os estatutos previam 50 membros ordinários (25 na Seção de História e 25 na de Geografia) e um número ilimitado de sócios nacionais e internacionais, mas em 1839 foram admitidos 174 novos filiados, sendo 151 nacionais e 23 estrangeiros.

¹⁵⁸ Idem. *Ibidem*.

¹⁵⁹ GUIMARÃES, Lúcia M. P. Op. cit. p.484.

¹⁶⁰ A facção áulica era composta por marechal Torres Alvim, Joaquim Francisco Vianna e Januário da Cunha Barbosa e José Clemente Pereira.

primeira mesa diretora do Instituto e a ocupar os cargos de presidente, caso do senador José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, dos vice-presidentes, Raimundo Cunha Mattos¹⁶¹, conselheiro Araújo Vianna e do primeiro secretário perpétuo Januário da Cunha Barbosa¹⁶².

Ligando-se ao círculo do imperador, os cortesãos desta facção buscavam “um espaço aparentemente neutro, que lhes permitisse transpor os jardins da Quinta, facilitando o seu trânsito no cenário político”, como alternativa ao afastamento político dos postos da Regência¹⁶³. Ao lado de um projeto cultural, o IHGB representou naquele momento um projeto político contra-hegemônico ao projeto saquarema que despontava, sendo que liberais moderados e antigos caramurus apoiariam a Maioridade de Pedro II e desfrutariam de seu apreço e influência mesmo quando não faziam os Gabinetes do Segundo Reinado.

Este ambiente de sociabilidade política, onde “os encontros acadêmicos mais pareciam reuniões do Conselho de Estado”¹⁶⁴ pela abundância de Ministros que participavam das sessões do Instituto também se comprometiam e cada vez as exigências se ampliavam, no caminho da pesquisa e do enaltecimento da “pátria”. O próprio imperador passou a freqüentar assiduamente as reuniões, a propor temas para ensaios e oferecer prêmios para trabalhos científicos. Em seus estatutos de fundação já demonstravam uma disposição de aproximação com o Estado que se tornaria mais evidente em 1849, quando o Instituto muda sua sede para o Paço da Cidade e quando se processará a mudança de seus estatutos em 1851.

A partir de então se alargavam as funções do Instituto, seus sócios efetivos, honorários e correspondentes. Nos primeiros estatutos os trabalhos visavam coletar e publicar documentos relevantes para a História do Brasil e incentivar o ensino desta História em instituições de ensino público, mantendo relações com instituições similares nacionais e internacionais e objetivando também a criação de institutos históricos provinciais. Para escrever a História nacional, a pesquisa empírica era essencial, realizar missões de pesquisadores brasileiros à Europa ou às províncias, assim como expedições etnográficas em regiões longínquas à Corte, de grande população indígena, de território em disputa ou naqueles em que as rebeliões recentes deixaram

¹⁶¹ Raimundo Cunha Mattos morreu antes de completar o mandato e foi substituído por Aureliano de Sousa Coutinho. Conforme GUIMARÃES, Lúcia M. P. Op. cit.p.483.

¹⁶² Também é mencionado o dr. Emílio Joaquim Maia que ocupou a segunda secretaria e o major Pedro de Alcântara Bellegarde que se tornou o orador oficial e Dr. José Lino de Moura elegeu-se tesoureiro.

¹⁶³ Idem. Ibidem.p.482.

¹⁶⁴ Idem. Ibidem. p.485.

sua marca, fazer estudos arqueológicos, lingüísticos, e produzir textos que expressassem esta diversidade.¹⁶⁵ Como percebe Manuel Salgado:

*O conhecimento da história adquiriu um sentido garantidor e legitimador para decisões de natureza política, mormente aquelas ligadas às questões de limites e fronteiras, vale dizer, aquelas ligadas à identidade e singularidade física da Nação em construção*¹⁶⁶.

Fazia parte de um projeto grandioso: pretendia a ramificação em todas as províncias do Império e estabelecer intercâmbio permanente com agremiações congêneres em diversos países. Para isto também seria necessário um periódico trimestral onde, além da edição de documentos históricos, seriam divulgadas suas atividades e a produção intelectual dos seus associados¹⁶⁷. Nas páginas da revista os resultados do árduo trabalho dos sócios se materializavam, na publicação de biografias, de documentos originais, mapas, de estudos sobre indígenas, de pareceres sobre documentos e obras históricas, de odes e elogios, da criação de um panteão de figuras aristocráticas e heróicas dos tempos coloniais que se transformavam em parte História do Brasil. O IHGB, assim como o Arquivo Nacional¹⁶⁸, cuidava da construção da “Memória Nacional”, através da memória dos grandes da terra, prova de civilização e da abundância cultural do país.

A constituição de instituições de ensino e pesquisa fazia parte da política cultural que começava a ocupar o Estado a partir de 1838, das quais são exemplos o Colégio Pedro II e o Instituto Histórico e Geográfico. Nelas a *classe senhorial* formava seus próprios intelectuais orgânicos de diferentes graus e especialidades, como funcionários estatais, bacharéis, políticos, engenheiros, burocratas, diplomatas, artistas, educadores, dando-lhes “homogeneidade e consciência da própria função”¹⁶⁹ e em muitos casos visavam promover a chamada “alta cultura” nos campos da ciência e da técnica.¹⁷⁰ A complexificação do mundo cultural pressupunha que os intelectuais exerciam uma função organizativa, diretiva e educativa. Assim, o Estado imperial sob a direção conservadora garantiu as próximas duas décadas de estabilidade política e

¹⁶⁵ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico e o Projeto de uma História Nacional”. Op. cit..pp.8-9.

¹⁶⁶ Idem.Ibidem.p 15.

¹⁶⁷ GUIMARÃES, Lúcia M. P. Op. cit. p.483.

¹⁶⁸ O Arquivo Nacional dispunha de uma Seção histórica e seu objetivo era reunir documentos importantes para a administração e para a escrita da história.

¹⁶⁹ GRAMSCI, Antonio. Op. cit.p. 15.

¹⁷⁰ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo.O jornalismo*. Vol 2. RJ, Civilização Brasileira, 2001.p. 19.

prosperidade econômica, através de um longo processo de organização da cultura que incluía a criação de instituições educacionais, culturais e científicas, cuja função não se restringia a ilustrar e a civilizar, mas a educar, moralizar e integrar grupos dominantes a uma visão de mundo.

2. CULTIVANDO AS LETRAS: a formação do campo literário no século XIX

2.1 O homem de letras entre a missão e a profissão

Com a independência muitos escritores e letrados das primeiras décadas do século XIX cumpriram o papel de organizadores de uma nova cultura no contexto da formação dos Estados Nacionais. Tal qual ocorreu na França pós-revolucionária ou em Portugal constitucionalista, no Brasil o grande desafio era “civilizar” através da política e das leis, mas igualmente educar e formar leitores e eleitores dentre os grupos sociais médios e da pequena burguesia.

No Brasil, o número de letrados originários de segmentos médios havia aumentado desde o período colonial. Formados em Coimbra e cada vez mais nas faculdades criadas durante o Primeiro Reinado, os jovens buscavam através das letras galgar um lugar social de onde pudessem tirar os proventos e a segurança financeira. Torna-se aqui fundamental salientar que, o processo que levou estes letrados desprovidos de títulos e propriedades a constituir um grupo que se diferenciava e se destacava na sociedade escravista por sua capacidade de expressar melhor que outros as realidades sociais e naturais da “nação”, tinha estreita ligação com a formação do campo intelectual, literário e artístico no Brasil oitocentista.

A modernidade, a partir da expansão das relações capitalistas nos países centrais e periféricos do capitalismo, engendrava a racionalização no âmbito da sociedade civil e do Estado e a especialização das atividades intelectuais, decorrente da intensificação da divisão social do trabalho. Definem-se, assim, novos campos relacionados de diferentes formas ao campo de poder, os campos literário, jornalístico, intelectual, editorial, acadêmico, científico e político, que transformaram seu papel social e a forma como os intelectuais perceberam-se no mundo.

Esta autopercepção ao longo da época moderna envolveu questões como a importância da autoria (identificação e reconhecimento do autor) na apresentação das obras, a liberdade e subordinação do escritor frente ao seu mecenas ou ao público leitor, a relação com as autoridades seculares e eclesiásticas e a garantia de poder tirar proventos do seu trabalho.

O fato de que por muito tempo autores utilizaram pseudônimos ou simplesmente deixaram suas obras permanecerem anônimas revela, entre outras coisas, que a perseguição religiosa era uma ameaça real.

O mecenato constituía a única e mais ambicionada forma de estabelecimento e segurança dos escritores. Muitos deles dedicavam suas obras a membros da nobreza com o intuito de receber proteção em troca da homenagem, como mostra o exemplo de Maquiavel que, desalojado da diplomacia florentina com o retorno dos Médici ao governo, oferecia “O Príncipe” a Lourenço de Médici, enquanto no século seguinte, na Península Ibérica, Miguel de Cervantes dedicou ao Duque de Béjar seu “O Engenhoso Fidalgo Don Quixote de La Mancha”.

Na Europa, em particular na França e na Inglaterra, a atuação crescente do intelectual na esfera pública acompanhava o processo de autonomização do campo literário, que se iniciou ainda durante o Antigo Regime com o desligamento dos letrados do domínio eclesiástico, recaindo sob a proteção do poder absolutista¹⁷¹.

Foram estes regimes, criadores das Academias de Letras e de Ciências e incentivadores de sociedades literárias e dos intelectuais em vários países europeus, que possibilitaram a emergência de um corpo de produtores especializados, habilitados a expressar um juízo estético sobre obras e autores, constituindo-se enquanto instâncias de consagração. Esta se tornou condição fundamental que permitiu, ao longo do tempo, ao artista e ao escritor se liberarem do patronato e do mecenato e pleitearem a profissionalização no século XIX¹⁷².

Contudo, a profissionalização dos escritores, etapa importante na autonomia do campo, esbarrou nos conflitos de interesse com os editores, livreiros, nas interdições da Igreja Católica e na desconfiança do Estado.

Nos primórdios do surgimento da imprensa, nada impedia que vários editores publicassem a mesma obra. Porém em decorrência do aumento do valor do impresso, da maior concorrência e da organização dos impressores e livreiros, tão cedo quanto o século XV, começam a ser requisitados e concedidos privilégios sobre impressão de livros importantes que os reis e imperadores procuravam, às vezes em vão, concentrar sob prerrogativa das Coroas¹⁷³.

Além de beneficiar livreiros de confiança e ligados às Cortes, ao prejuízo dos livreiros das províncias, esta medida teve também a função de acirrar a vigilância sobre livros heréticos ou sediciosos, pois a autorização de impressão de um livro só era dada

¹⁷¹ SAPIRO, Gisele. “Elementos para uma autonomia do processo de autonomização, o exemplo do campo literário francês” In: *Revista Tempo social*. São Paulo: Junho, 2004. vol.16 nº1. p.94

¹⁷² Idem. *Ibidem*. p.94.

¹⁷³ FEBVRE, Lucien & MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. pp.313-320. Esta prática teve início na Itália, mas foi praticada na França e no Sacro Império e Espanha nos séculos XVI e XVII e em Portugal também nos séculos XVI a XVIII.

se tivesse sido outorgado a um editor o privilégio após avaliação do conselho eclesiástico ou laico.

Estas medidas permitiam-lhes fiscalizar a atividade dos impressores sobre a produção de obras, e também sobre o comércio e a circulação, com vigilância sobre portos, lojas, bibliotecas particulares em busca de livros, autores, impressores e livreiros heréticos ou subversivos.

Na França, os livros portavam privilégios concedidos pela graça real e corporações privilegiadas monopolizavam a produção e distribuição impressa, suprimindo livros e autores indesejáveis. Os privilégios também eram direcionados a periódicos e às instituições e academias criadas a partir do século XVII e que oprimiam os escritores. A Comédie Française, Academie Royale de Musique e Academie Royale de Peinture et Sculpture monopolizavam a ópera e as artes plásticas, a Académie Française circunscrevia a imortalidade literária a 40 privilegiados e a Académie des Sciences e a Societé Royale de Medicine dominavam o mundo das ciências¹⁷⁴.

Em Portugal, os privilégios e monopólios foram fornecidos desde o século XVI a livreiros idôneos, com limpeza de sangue e de religião, pois todo o cuidado era necessário “pelo perigo que pode haver de neles se semear algumas heresias por meio dos livros que assim imprimirem”¹⁷⁵. Corporações de livreiros de toda parte do Império Ultramarino detinham o monopólio sobre as publicações de obras consagradas. A Coroa subvencionava a elaboração de obras que interessavam à religião ou à Monarquia, aplicava censura a livros, até mesmo fornecia papel e material de impressão a livreiros oficiais. Legislava quanto às punições para os impressores que imprimissem e vendessem livros e libelos contra a religião, os costumes e o Bem Público, regulando o ofício dos livreiros.

A censura eclesiástica e os monopólios reais são aspectos das sociedades corporativas e hierárquicas que existiram na Idade Moderna e que não facilitavam a existência dos que desejavam viver do que escreviam. Como observou Robert Darnton, a sociedade corporativa na França produziu uma organização igualmente corporativa da cultura que asfixiava as forças em expansão que podiam ter aberto caminho para as

¹⁷⁴ DARNTON, Robert. *Boemia Literária e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

¹⁷⁵ Carta dos Privilégios concedidos aos impressores, passada a requerimento de Pedro Craesbuck, 20 de janeiro de 1731. In: *Projeto Memória da Leitura*. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/>> Acesso em 8/3/2008.

indústrias culturais¹⁷⁶. Nenhum dos grandes *philosophes* de meados do século contava com os produtos da venda de seus livros, a exceção de Diderot.

Embora muitos escritores do Alto Iluminismo fossem de origem humilde, poucos ascendiam a *le monde* como os grandes filósofos, que usufruíam de pensões e sinecuras, postos acadêmicos e em jornais privilegiados pelo regime, títulos honoríficos conferidos pelas autoridades do Estado apenas aos escritores de prestígio que calaboravam com o regime. Escritores pobres acabavam encurralados entre os mestres das corporações de editores piratas e subsistiam de trabalhos mal pagos e esporádicos, como escriturários, panfletistas escritores de pornografia, quase sempre na clandestinidade ou no limite da ilegalidade.

Ao longo de todo o reinado de Luis XV e Luis XVI, uma multidão de jovens se frustravam de seu sonho de desfrutar de glória e freqüentar os salões como Voltaire ou d'Alembert¹⁷⁷, enquanto outros literatos de pouco talento eram recrutados para funções de historiôgrafos, leitores, bibliotecários, secretários, ou membros das academias e possuidores de pensões, às quais obtiveram cultivando relações nos salões e conhecendo a nobreza ou a aristocracia literária.

Em Portugal também era comum o mecenato de músicos, pintores e escritores. Especialmente durante a época da Ilustração, o poder público incentivou a criação de Academias de Ciências e sociedades literárias. Sob o governo do Marquês de Pombal, o ministro arregimentou um grupo de estudantes brasileiros encabeçado por Basílio da Gama, autor do poema “O Uruguay”, que em sua poesia enaltecia o Conde de Oeiras, legitimava a expulsão dos jesuítas e as reformas educacionais. Em retribuição, livrou-se do degredo na África e se tornou secretário particular do ministro até sua queda em 1777¹⁷⁸.

A despeito das origens e posições diferentes, os escritores partilhavam, no geral, de algumas experiências em comum: questões como autenticidade dos textos, edições de má qualidade contendo erros, publicações piratas ou apócrifas tornavam a relação com editores e livreiros desvantajosa e insegura para os autores.

As primeiras reivindicações em favor da propriedade literária remontam ao século XVIII. O manifesto de Denis Diderot, pela propriedade literária e liberdade do escritor em vender seus direitos de impressão, foi paradoxalmente estimulado pela

¹⁷⁶ DARNTON, R. *Boemia Literária e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.p.32

¹⁷⁷ Idem. Ibidem. pp.27-35.Ver também WATT, Ian. *A ascensão do romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹⁷⁸ TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato Pombalino e poesia neoclássica*. São Paulo: Edusp.1999.p.52

atitude defensiva dos livreiros das capitais que, em meio a um mercado de livros que permaneceu controlado e regulado pelo Estado, pretendiam assegurar os direitos perpétuos sobre obras de grande vendagem¹⁷⁹. Assim, os autores solicitaram aos poderes públicos privilégios de impressão e venda dos textos publicados, garantindo dez anos de direitos pelo decreto francês de 1777, que reconhecia pela primeira vez a obra como fruto de um trabalho e direito do autor de obter seu rendimento¹⁸⁰.

Contudo, dentro do campo literário francês já se manifestavam disputas daqueles que esperavam conservar ou transformar a configuração do campo, conquistar prestígio ou mantê-lo. Fazer da literatura um comércio continuava sendo mal visto pela “aristocracia literária” que era mantida pelo mecenato e pelo regime absolutista e seus membros designados “escritores de Estado”¹⁸¹.

Era assim que no século XVIII se opunham o “proletariado literário” que escrevia grande parte das obras consumidas pelo público mais rústico, os subliteratos membros da boemia literária, prontos a criticar e condenar o Alto Iluminismo, ligado por origem ou posição à nobreza, sendo que um segmento dele já apresentava uma distinção importante, caso de Diderot e Rousseau, por depender da venda dos seus livros. Contudo, como revela a condição de Rousseau, sem patrono, ao final da vida assombrado pela miséria, oferecia seus escritos inéditos a qualquer um que lhe socorresse, muito embora existisse uma disputa acirrada no mercado editorial por seus manuscritos¹⁸² e seu romance *Nouvelle Heloise* tenha sido um *best seller* do século XVIII com 70 edições até 1800.¹⁸³

No século XIX, todavia, ocorreu a emergência de um público alfabetizado consumidor de bens culturais e a nova situação econômica e social propiciou o que R. Darnton caracterizou como um mercado aberto “democrático”, capaz de alimentar um grande número de autores ativos¹⁸⁴.

Na Inglaterra tão cedo quanto a primeira metade do século XVIII já se manifestava a subordinação do escritor ao mercado, quando ele passou a receber por

¹⁷⁹ CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. 2ª ed, Brasília: Editora UNB, 1999.

¹⁸⁰ Idem.Ibidem.p.39

As livrarias de província viviam das reedições permitidas após o tempo de expiração da exclusividade dos livreiros da capital e o pressionavam pelo fim de seu monopólio.assim como afirma Chartier, quando o Estado reconhece o direito dos autores favorecendo primeiro plano o editor e não sobre suas obras , eles o fazem na lógica antiga do privilégio. O estado permitiu que após a morte do autor, várias editoras poderiam editar sua obra.

¹⁸¹ SAPIRO, Gisele. Op.cit. p. 94

¹⁸² DARNTON, R. *O grande massacre dos Gatos*.2ª ed, Rio de Janeiro: Graal, 1986. p.301

¹⁸³ Idem.Ibidem. p.310

¹⁸⁴ Idem.. *Boemia literária e revolução*. Op. cit. p.30

número de páginas escritas, existindo, tal como na França, milhares de escrevinhadores trabalhando em pequenas oficinas ou desempregados. Mas escritores de classe média como Defoe e Richardson destacavam-se pela popularidade de seus personagens e por histórias que fizeram sucesso entre o público leitor.¹⁸⁵

Principalmente no século XIX os escritores passariam a se confrontar na esfera do mercado editorial, sobrevivendo da arte, a ponto de criar mesmo a imagem do “escritor empresário”, depreciado por parte dos seus pares sob o rótulo de mercenário das letras, rechaçados no campo literário como reflete o artigo de Saint Beuve “Litterature Industrielle” na *Revue des Deux Mondes* em 1839¹⁸⁶.

Especialmente na época do Romantismo o escritor era obrigado a se dirigir a um público mais amplo, a linguagem utilizada se transformou, acompanhando a preferência por gêneros mais populares e veículos mais baratos e efêmeros: o jornal. Assim, as transformações no campo literário acompanharam desde cedo aquelas que se sucederam no campo editorial.¹⁸⁷

Quando o romance apareceu no século XVIII era considerado literatura de fácil digestão que não obrigava ao uso da razão e à reflexão, como os vernáculos clássicos e modernos¹⁸⁸. O novo gênero desenvolveu-se até o século seguinte, adquirindo, a partir de autores como Rousseau, um sentido pedagógico, pressupondo a leitura intensiva, o estabelecimento de maior comunicabilidade e identificação de experiências entre autores e leitores, a partir da qual a história de vida do escritor e sua intencionalidade tornaram-se parte integrante da obra¹⁸⁹.

Com o aparecimento do romance folhetim, que proporcionou sucesso de vendagem, popularidade e prosperidade de muitos escritores através de contratos firmados com casas editoriais, a arte literária transformava-se em produção industrial, em produto de consumo, como demonstra o caso de Alexandre Dumas, de Balzac e de

¹⁸⁵ WATT, Ian. Op. cit p.54

¹⁸⁶ SAINT-BEUVE, *Revue des deux mondes* n°7-9,1839.pp.675-691. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k86870f>> Acesso em 07/2008.

¹⁸⁷ A reação a imposição da lógica do mercado e na censura que vigorou da Restauração e no 2º Império se materializou na teoria da arte pela arte que seria defendida por Flaubert e Baudelaire que foi seguida pela politização do campo literário francês na IIIª República mediante a profissionalização de outras frações do campo intelectual, político, jornalístico, científico. A autonomia do campo assim se concretiza com a multiplicação de instâncias profissionais, sociedades e sindicatos de autores e instâncias de difusão e consagração como revistas, prêmios literários e mais tarde no século XIX as conquistas sociais dos escritores (extensão de direitos do autor, direito à previdência, estatuto fiscal, estatuto do escritor em 1977) políticas públicas na esfera da cultura e amplos investimentos de longo prazo dos editores. Ver SAPIRO, G. Op. cit. p.98.

¹⁸⁸ WATT, Ian. Op. Cit. p.53.

¹⁸⁹ DARNTON, R. *O grande massacre dos Gatos*. Op. cit. p.300

Eugène Sue na França, ou de Camilo Castelo Branco em Portugal. Alcançavam um público mais amplo do que a própria classe de origem e menos habituado à linguagem erudita e ao latim. Os escritores, assim, passavam a depender da demanda e da sansão do público, tornando suas obras parte da produção regida pela lógica econômica da rentabilidade a curto prazo¹⁹⁰ e não mais por relações pessoais ou prestígio.

Em Portugal a autonomização do campo literário perpassava às questões de garantia legal da propriedade literária e da profissionalização do escritor. A prosperidade da indústria e comércio livreiro nos tempos do Romantismo (1840-1860) foi impulsionada pelo sucesso do romance e do romance folhetim entre o público.

Luís Sobreira em seu estudo determinou a configuração do campo literário português através dos *best sellers* do Romantismo, onde se desenhava uma bipolarização¹⁹¹. Havia uma hierarquia entre os subgêneros e seus autores: de um lado a literatura séria e civilizadora de Alexandre Herculano, de Rodrigues Bastos que representava as forças da tradição, de outro, aquela destinada ao de mero entretenimento que seguia os passos do romance folhetim francês e o folheto de cordel, este último considerado um tipo de literatura inferior - realmente popular. Obras representativas do período incluíam o romance histórico e o romance moral de papel moralizante e edificante, marcada pelo nacionalismo e religiosidade¹⁹² e, concorrente no campo, circulava o romance dito popular, que atingia um público mais vasto, menos culto e exigente e recém chegado ao campo dos bens culturais que pedia literatura de ação, mistério, baseados nos modelos franceses, acessíveis através do folhetim ou coleções baratas. Os escritores de romances de entretenimento, como Camilo Castelo Branco, estavam comprometidos com as grandes vendagens com o grande público e com os editores, transformando-se em operários da pena. Eram muito criticados pelos demais literatos que consideravam que os autores de romances populares não assumiam nenhuma espécie de compromisso face à sua época, apenas destinando-se ao êxito editorial, pertencendo a um plano inferior das letras.

¹⁹⁰ SAPIRO, Gisele. Op. Cit. p.95

¹⁹¹ SOBREIRA, Luís. “Uma imagem do campo literário português no período, através dos *best sellers* produzidos entre 1840 e 1860”In: IV Congresso Internacional da associação portuguesa da literatura comparada.p.3 Disponível em : <<http://www.eventos.uevora.pt/comparada/VolumeI/UMA%20IMAGEM%20DO%20CAMPO%20LITERARIO%20PORTUGUES.pdf>> Acesso em 4/3/2008.

¹⁹²Luís Sobreira menciona o romance histórico, *Eurico, o presbítero* de Alexandre Herculano, *A Virgem da Polónia*, de José Joaquim Rodrigues Bastos, *A Mão do Finado*, de Alfredo Possolo Hogan e *Maria! Não me mates, que sou tua mãe*, de Camilo Castelo Branco. SOBREIRA, Luís. Op. cit.

Com esta prevenção, Alexandre Herculano criticou a lei de propriedade literária proposta por Almeida Garret e a promulgação em 1851. Escritor e historiador de renome, Herculano acreditava que a literatura era uma vocação e o escritor, um profeta. Defendia que, como na França, em Portugal vigorasse um sistema bem organizado de recompensas públicas e nacionais: prêmios pensões acadêmicas, empresas literárias ou científicas do governo, o professorado, os provimentos de certos cargos destinados para dar pão ao homem de letras, meio mais eficaz para a composição de grandes obras.

Alguns fatores contribuíram para frear o processo de subordinação do escritor ao mercado e a autonomização do campo literário: as múltiplas formas de recrutamento daqueles que viviam de empregos e de instâncias de consagração concorrentes que não conseguiam monopolizar o poder de legitimação, nem impor as condições de acesso ao ofício¹⁹³ A perspectiva do Estado apoiando os letrados e a cultura ainda atraía grande parte do campo literário e não foi abandonada na maioria dos países. Muitos escritores talentosos enveredaram pelo caminho da política, preocupados com a salvação pública, que resultou na subalternização da sua atividade literária¹⁹⁴.

Assim, no século XIX, em diversos países as modalidades de dependência dos escritores no campo literário eram ainda plurais – o mecenato, a inserção na sociedade política e nas instituições estatais e o mercado editorial. Pierre Bourdieu, referindo-se à França de meados do século XIX, sugere que o escritor é sujeito a uma subordinação estrutural no campo, por muitos caminhos:

Doravante [a partir do século XIX] trata-se de uma verdadeira subordinação estrutural, que se impõe de maneira muito desigual aos diferentes autores segundo sua posição no campo, e que se institui através de duas mediações principais: de um lado no mercado, cujas sanções ou sujeições se exercem sobre as empresas literárias, seja diretamente, através das cifras de venda, do número de recebimento etc., seja indiretamente, através de novos postos oferecidos pelo jornalismo, a edição, a ilustração e por todas as formas de literatura industrial; do outro lado as ligações duradouras, baseadas em afinidades de estilo de vida e de sistema de valores que, especialmente por intermédio dos salões, unem pelo menos uma parte dos escritores a certas frações da alta sociedade, e contribuem para orientar as generosidades do mecenato de Estado¹⁹⁵.

Na disputa pelo capital simbólico no interior do campo literário em que se faz presente a lógica do mercado, ao mesmo tempo não prescinde das relações pessoais,

¹⁹³ Idem. Ibidem. p.3.

¹⁹⁴ Idem. Ibidem. p.2

¹⁹⁵ BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte*. Op. cit. p. 66.

conexões e mecenato de Estado. A dependência e a subordinação estrutural foram acompanhadas pela campanha de afirmação do escritor na sociedade.

Segundo analisa Gisèle Sapiro, a “aura” da atividade literária, a “missão” que os intelectuais se arrogavam consistia em outra faceta desta resistência frente à subordinação ao mercado, que retardou a profissionalização deste segmento social.

A representação do escritor como gênio criador, como veremos no capítulo 3, foi seguida principalmente por escritores ligados à visão de mundo do Romantismo em quase todos os países que vivenciaram esta inovação filosófico-literária e significou naquele momento a promoção da arte e do escritor. Pierre Bourdieu observa que:

Os produtores culturais detêm um poder específico, o poder propriamente simbólico de fazer com que se veja e se acredite, de trazer à luz, ao estado explícito, objetivado, experiências mais ou menos confusas, fluídas, não formuladas, e até não formuláveis, do mundo natural e do mundo social, e por esta via, de fazê-las existir.¹⁹⁶

Em meio às contradições inerentes à condição de homem de letras e aos limites de seu poder simbólico, os representantes deste segmento se muniram de teorias que legitimariam sua excepcionalidade:

O homem de letras tornou seu objetivo carregar um fardo, armando-se de uma espécie de autoridade moral que não tem nada a ver com o poder político efetivo e que alcançava talvez muito além do poder dos indivíduos no Estado moderno.¹⁹⁷

Esta nova identidade nascia da experiência comum de frustração diante das transformações da economia capitalista, materializada pelo mercado de bens simbólicos, e da tentativa de salvaguardar o seu *status* dentro do novo sistema. Se de um lado a expansão de uma classe social desejosa de lazer literário deu ao artista um papel proeminente e uma maior liberdade, se comparado aos grandes literatos do tempo do mecenato, de outro ele nunca experimentou em tais proporções a instabilidade e a angústia, pois sua arte transformara-se antes de tudo em mercadoria, cujo valor simbólico estaria atrelado ao valor de troca. No Romantismo, assim como em outras concepções filosóficas e artísticas posteriores, os 'sintomas de desorientação' que

¹⁹⁶ BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.p.176.

¹⁹⁷ BUTLER, Marilyn. *Romantics, Rebels and Reactionaries*. New York: Oxford University Press, 1982.p71.

contagiavam o escritor eram canalizados para a obra de arte, passando a ter funções estéticas.¹⁹⁸

Os intelectuais latino-americanos também vivenciaram este processo. Motivados pelas idéias românticas nas primeiras décadas do século XIX, tal qual os europeus, não se furtavam ao engajamento político, tanto porque continuavam a acreditar possuir uma função de intermediação entre o poder e a sociedade, através do manejo da palavra escrita que lhes conferia supremacia total em países de maioria analfabeta, tanto porque os elementos novos da ideologia romântica conferiam aos intelectuais uma responsabilidade e uma missão iluminada de interpretar a realidade e de transformá-la. Assim, o intelectual passa a ser considerado o portador de uma genialidade criativa, um mediador entre a cultura popular e erudita.¹⁹⁹

Esta "missão", inerente à função dos intelectuais, esteve especialmente relacionada ao advento do Romantismo na América Latina:

Seu projeto cultural apontaria para uma legitimação do grupo letrado como interlocutor privilegiado frente ao novo poder político, quando detentor direto daquele poder. Os românticos, ao proclamarem-se os intérpretes da verdadeira essência da sociedade justificam tacitamente seu direito de participar no desenho das políticas destinadas a reagir e a modificar essa mesma sociedade.²⁰⁰

O programa de legitimação dos Estados nacionais conduziu-os à escrita da história, à literatura e à política, em meio à formação dos estados nacionais latino-americanos. Jorge Myers afirma:

Todavia, a ubiqüidade desta persuasão historicista nos escritos dos românticos latino americanos não só respondia ao exemplo dos europeus que lhes serviam de modelo, somente que se dirigia a problemática essencialmente local: sobretudo a urgente necessidade de encontrar alguma solução para o problema da legitimidade dos novos Estados surgidos do movimento pela independência e dos grupos dirigentes associados a eles. Efetivamente, os escritores da geração romântica foram os primeiros a estabelecer este problema como tal.²⁰¹

Os escritores românticos mantiveram uma relação com o poder e com as classes dirigentes que pressupunha a convivência com estes em locais públicos, em saraus, academias, universidades e no Estado. O fato de não terem ascendido no poder

¹⁹⁸ Idem. Ibidem. p.71.

¹⁹⁹ ROCHA, João César de Castro. "O verbo e o gesto" In: *Literatura e Cordialidade, O público e o privado na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

²⁰⁰ MYERS, Jorge. Op. cit. p.227.

²⁰¹ Idem. Ibidem. p.225.

enquanto grupo social nos Estados recém-fundados não significou que não exerceram influência política no rumo dos acontecimentos.

Grande parte deles ascendeu na carreira estatal e assumiu posição privilegiada no campo político em diversos momentos de suas vidas, como o historiador argentino Bartolomeu Mitre e o escritor Sarmiento, autor de "Facundo", que se tornaram presidentes, o poeta Salvador Sanfuentes, no Chile, que seria governador de província e deputado federal, o historiador Benjamin Vicuña Mackenna que ocupou vários cargos políticos e foi prefeito de Santiago do Chile. Um dos casos mais notórios era o do brasileiro José de Alencar, que foi deputado pelo Ceará, ministro da Justiça do governo conservador entre 1868-1870, e se candidatou ao Senado, obtendo a maior votação - só não assumiu o mandato pelo rechaço de D. Pedro II que havia lhe alertado de não usar seu prestígio de ministro para tornar-se Senador.

No Brasil, no século XIX, havia poucas alternativas para a mocidade letrada. O cargo de “escritor de Estado” sequer existia no início da existência do país independente, e os escritores lutaram muito dentro do campo de poder para criar espaços e distinção, apostando no mecenato do Estado e do Imperador como meio de ascensão social. A política foi uma forma de engajamento e uma fonte de renda, na falta de um mercado editorial “empreendedor” e de um público mais consistente. Enquanto para Herculano o mecenato era o meio mais eficaz de garantir grandes obras literárias para o país, no Brasil era uma única forma do escritor se manter e se destacar da massa empobrecida.

À medida que o campo se complexificava a partir de meados do século XIX, alavancado pelo sucesso do romance folhetim, surgem outras modalidades de relação com o mercado e o desenvolvimento de novos gostos entre o público. Surgem regras e critérios estéticos definidos no campo, constituem-se instâncias de consagração e espaços de sociabilidade oficiais ou semi-oficiais, enquanto as polêmicas literárias travadas na imprensa quanto ao valor das obras publicadas revelam o nascimento da crítica literária.

Durante muitas décadas a intelectualidade brasileira foi polivalente – eram pintores e historiadores, poetas e etnógrafos, compositores e arquitetos. Como os campos intelectuais ainda não estavam claramente delimitados, isto contribuiu para que a carreira de escritor fosse complementada com alguma outra ocupação. Além de insegura e mal remunerada, a atividade intelectual era vista com desconfiança pelos

contemporâneos, especialmente pelos membros das classes proprietárias, que a consideravam mania de estudantes.

A proximidade da relação entre intelectuais e o poder era perceptível na participação que vários deles tiveram na política desde os tempos de José Bonifácio, assim como na vocação para integrar cargos da burocracia estatal, na diplomacia, nos liceus, nas secretarias e ministérios²⁰². Também buscavam instâncias de consagração e prestígio como o Colégio Pedro II, o Colégio Militar, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Conservatório Dramático, Academia Imperial de Belas Artes. Estes homens de letras perpassaram vários campos circunscritos ao Estado, em diferentes momentos da sua trajetória.

Justifica-se, portanto, seguirmos a proposta metodológica de Pierre Bourdieu de reconstituir o sistema de disposições como produto da trajetória social e da posição dos intelectuais no interior do campo literário²⁰³ sendo este composto pelos espaços sociais onde obras e artistas são produzidos, inseridos no campo de poder e onde se reproduzem hierarquias, regras e cânones e onde disputas são travadas.²⁰⁴

São representativas as trajetórias de Domingos Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto Alegre, inseridos em uma fase inicial do processo de autonomização do campo literário no Brasil, enquanto Gonçalves Dias e Joaquim Manuel de Macedo construíram suas carreiras literárias em um ambiente sociocultural que já refletia o resultado das transformações iniciadas no final do período regencial.

2.2 Os intelectuais e a pátria: destinos conexos

2.2.1 Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto Alegre: poetas oficiais da Nação

Idealizadores da Revista *Niterói*, publicada em 1836, Araújo Porto Alegre e Domingos Gonçalves de Magalhães possuíam muitas afinidades e nutriam uma amizade

²⁰² Como veremos em suas trajetórias, Gonçalves de Magalhães experimentou a diplomacia desde muito cedo, ainda em sua primeira viagem à Paris. Porto Alegre, como Magalhães tornou-se diplomata, longe da pátria, em seus anos de maturidade e velhice. Gonçalves Dias nunca chegou a ser diplomata, era funcionário público, vivia de licenças e subvenções do Estado, mas em momentos de “aperto”.

²⁰³ BOURDIEU, Pierre. “Le Champ Litteraire” In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Année 1991, Volume 89, Numéro 1.p. 3 – 46. p.4

²⁰⁴ Idem.Ibidem.p.2

profunda. Sua trajetória coincidiria em vários aspectos, coadunando para um projeto comum que faria com que eles voltassem a se reunir em outras ocasiões, já de volta ao Brasil.

A trajetória destes intelectuais também revela as bases de identificação com a *classe senhorial*.

Gonçalves de Magalhães nasceu no Rio de Janeiro em 1811, filho de mãe brasileira e o pai, Pedro Gonçalves Magalhães Chaves, português descendente de família nobre. Os dados relativos a sua origem e infância encontram-se de forma esparsa em sua poesia, como percebeu seu maior biógrafo, Alcântara Machado²⁰⁵. É por esta razão que o volume de informações a respeito do escritor é menor, apesar de gozar do “título” de poeta oficial do Império e de ter sobrevivido em muito aos seus amigos Porto Alegre e Gonçalves Dias. Não se tem informação sobre a profissão do pai ou em que colégio estudou, embora Sérgio Buarque afirme que “recebeu uma educação doméstica, mas zelosa”²⁰⁶.

Foi amigo de infância de Francisco Sales Torres Homem²⁰⁷, filho natural de um padre e de uma mulata quituteira, e ainda moleques, presenciaram o cotidiano da Corte recém chegada ao Brasil, assim como as ocasiões da independência e da Abdicação.

Com Sales Torres Homem, Gonçalves de Magalhães formaria uma rodinha literária, na qual se juntaram Antônio Félix Martins e Araújo Porto Alegre. Araújo Porto Alegre chegou ao Rio de Janeiro em 1827 para matricular-se na Academia Militar e já que ela estava em férias, enveredou a estudar pintura e arquitetura na Academia de Belas Artes que acabava de se instalar em 1826, convencendo o amigo Magalhães a

²⁰⁵ MACHADO, Alcântara. *Gonçalves de Magalhães, ou o romântico arrependido*. São Paulo: Livraria Acadêmica/ Saraiva, 1936.

²⁰⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Livros dos prefácios*. Companhia das Letras, São Paulo: 1996. p.358.

²⁰⁷ Francisco Sales Torres Homem, depois Visconde de Inhomirim, nasceu em 1812 e morreu em 1876. Formou-se médico pela Escola Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro, mas não chegou a exercer a profissão. Na juventude aproximou-se de Evaristo da Veiga e colaborou com a *Aurora Fluminense*, e graças a ele viajou à Europa para estudar direito e conseguiu ser nomeado secretário da legação brasileira na França. Estudou economia política, concluiu direito na Universidade de Paris e participou da publicação da revista Niterói e depois da Minerva Brasiliense. Envolveu-se com a política ao lado dos liberais e foi deportado para Lisboa em 1842 por ter participado da insurreição em São Paulo e Minas Gerais. Foi anistia e eleito deputado e publicou o panfleto Libelo do povo em que demonstra ter posições liberais avançadas para a época. Porém, mudando de opinião, aproximou-se da Coroa, defendeu a política de conciliação dos partidos, e foi convidado para assumir a secretaria do Tesouro nacional. A partir daí aproximou-se dos conservadores, exerceu diversas funções, como presidente do Banco do Brasil e a pasta da Fazenda e escolhido por Pedro II para ser senador. Contrariou a bancada do partido conservador ao apoiar a Lei do ventre livre em 1871, com seu discurso Elemento servil. Em 1872 foi nobilitado com a título de visconde.

matricular-se também, tendo este concorrido à segunda exposição realizada por esse instituto, em 1830.²⁰⁸

O jovem Manuel José de Araújo, nome original de Araújo Porto Alegre, alguns anos antes já mostrava a inclinação juvenil para o desenho e para as ciências naturais, tendo formado até seu museuzinho²⁰⁹ e se admirava com um quadro de Monsieur Debret, artista que foi trazido com a missão francesa para retratar o novo habitat da família real portuguesa. Nasceu em 1806, em São José do Rio Pardo, na província de São Pedro, do Rio Grande do Sul, originário de uma família de poucas posses, cujo lado materno possuía “bens de raiz”, era provavelmente filho de pequenos comerciantes. O pai era negociante de fazendas e trigo e a mãe, dona Francisca Antonia Viana, filha do negociante e proprietário Francisco Pereira Viana.

A principal fonte em que seus biógrafos, tal qual Hélio Lobo, baseiam-se são os *Apontamentos biográficos*²¹⁰, documento publicado na Revista da Academia Brasileira de Letras de 1931. Através dos *Apontamentos* sabe-se que a família de Araújo Porto Alegre possuía condição econômica modesta e que o jovem desenhista nutria o desejo de tornar-se bacharel, mas precisou empregar-se em um trabalho manual e aprender um ofício. Aos 16 anos mudou-se para Porto Alegre, capital da Província rio-grandense, para completar a formação com aulas de latim, filosofia, geografia e álgebra, enquanto trabalhava como relojoeiro na oficina de M. Gondret, que lhe ensinou francês. Lá teve seu primeiro contato com a pintura através do jovem desenhista amador francês Francisco Ther e foi estimulado a continuar no desenho pelo sr. Gondret. Quando lhe permitiam, observava o trabalho do retratista de nome Manuel José Gentil e de um pintor de decorações chamado João de Deus, aprendendo o manejo das tintas a óleo. Começou a fazer por si alguns painéis, em uma época em que a diferenciação entre artesão e artista ainda estava em processo.

Exercitava sua pintura e era autodidata em seu aprendizado “sem conhecer a menor regra de perspectiva, vivia numa grande aflição por não saber dar profundidade às cenas e representar as coisas ao longe, como é preciso”. De fato Rodrigo M. F.

²⁰⁸ Idem. Ibidem. Sérgio Buarque afirma que Magalhães estudou com J. B. Debret, mas não há menção à isto no livro de Alcântara Machado.

²⁰⁹ PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. “Apontamentos biográficos” In: *Revista Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro, 1931. vol 37, nº117.

²¹⁰ Conforme Letícia Squeff esclarece, alguns sugerem que os apontamentos foram escritos pelo próprio Porto Alegre, outros sustentam que a narrativa na terceira pessoa do plural indica que outra pessoa, talvez um discípulo seu o tenha escrito. Ver SQUEFF, Letícia Coelho. *O Brasil nas Letras de um pintor: Manuel de Araújo Porto Alegre*. São Paulo, 2000. (Dissertação de Mestrado) –Departamento de História Universidade de São Paulo, 2000.

Andrade comenta que é surpreendente o interesse e o empenho de Porto Alegre em suas pesquisas, em seus estudos de arte, devido às condições pouco favoráveis em que ocorrera sua formação de artista e de escritor, para levá-lo a apreciar a arte, arquitetura, a desenvolver sua inteligência e sensibilidade²¹¹.

Em sua autobiografia, Porto Alegre revelava como aprendeu sozinho algumas regras de pintura:

Havia-lhe emprestado uma gravura, representando o interior dos banhos romanos de Nismas, e ele contemplava aquela perspectiva, procurando estudar o meio de fazer fingir os objetos. De repente, começo a notar que certas linhas iam todas convergir a um ponto; põe em cima da estampa duas réguas, examina todas as linhas do pavimento e cimallhas e tão contente se achou daquela descoberta que desmaiou de prazer! Não dormiu, a espera do dia, e logo que este veio foi para o teatro fazer a aplicação de sua descoberta, pelo que foi cumprimentado por todos os seus amigos artistas, todos os discípulos da natureza²¹².

Este trecho mostra como os seus colegas, artistas “curiosos”, também pouco conheciam dos progressos e convenções próprias do campo da arte. Agiam por instinto, pelo senso de estética, mas não por estudos acadêmicos. Eram, neste sentido, pintores amadores, que transformaram a arte em seu ganha-pão.

Porto Alegre começou a trabalhar como retratista para proprietários que lhe encomendavam quadros. Na Casa de um destes proprietários, viu o quadro da princesa Leopoldina desembarcando na Praça XV, de Jean-Baptiste Debret e ambicionou estudar com o grande artista francês no Rio de Janeiro. Após a relutância em abandonar a mãe viúva, o jovem pintor amador, temendo o recrutamento na Guerra Cisplatina, partiu para o Rio de Janeiro em uma Sumaca chegando em janeiro de 1827, levando consigo algum dinheiro ganho de retratos e outras pinturas.²¹³

Sua família, como bem percebe Maria Orlanda Pinassi, não possuía muitos bens, mas tinha conexões na Província do Rio Grande do Sul, como o senador Antonio Vieira da Soledade, indicado pelo amigo João Evangelista França, que o hospedou²¹⁴. Também

²¹¹ ANDRADE, Rodrigo M. F. “Araújo Porto-Alegre, precursor dos estudos de história da arte no Brasil” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1944. vol.184.

²¹² PORTO-ALEGRE. “Apontamentos biográficos” Op. cit. p.418.

²¹³ Porto Alegre tinha uma certa propensão a jocosidade, relatada pelo próprio, em sua Autobiografia. Ele fora recrutado para o regimento de dragões do Rio Pardo e deveria tomar parte na Guerra Cisplatina Porto Alegre e outros fizeram um concurso da moça mais feia da cidade que era filha do capitão mor, o que não se efetivou por conta da interferência do Visconde de Castro (irmão da marquesa de Santos). João Tomaz Coelho que como vingança pediu ao presidente da Província que o incluísse no recrutamento. Castro intercedeu para sua baixa porque admirava sua habilidade de retratista em que Porto Alegre havia pintado o retrato da esposa do Visconde que nascera no Rio Grande.

²¹⁴ Depois foi tesoureiro do Colégio Pedro II.

foi ajudado pelo bispo José Caetano, para quem fez alguns painéis, e que o iniciou nas altas esferas da sociedade carioca.

Como afirma Hélio Lobo: “Um dos traços característicos de Porto Alegre era a facilidade com que sabia fazer relações, nelas se movendo naturalmente”²¹⁵. Tão logo iniciou seu curso, fez amizade com o renomado pintor francês Jean Baptiste Debret, seu mestre na Academia Imperial de Belas Artes. Com ele aprimorou seus conhecimentos de pintura histórica e principiou a travar conhecimentos, os mais afetivos e úteis para sua vida presente e futura.

A importância das “conexões” iria ficar mais e mais clara para que os escritores e poetas conseguissem “colocações” que lhes permitissem subsistir e realizar seus trabalhos literários.

Podemos perceber nestes dois intelectuais a semelhança na origem de classe, que explica em parte suas opções sucedâneas, pois não provinham de famílias abastadas, tradicionais, oriundas da aristocracia agrária. Maria Orlanda Pinassi assim argumenta:

*Nem Magalhães, nem Porto Alegre, nem Torres Homem tiveram origem social em famílias abastadas, tradicionais, oriundas da aristocracia agrária, da qual foram, ao menos durante a juventude, opositores eloqüentes. Frutos de uma urbanidade que, pouco a pouco, deixava de ser incipiente, cenário de incontáveis agitos políticos e culturais, muito provavelmente herdaram lastros da crescente burocracia do Estado e beneficiaram-se de uma relativa abertura dos instrumentos de educação escolar que teve início ainda no período joanino...*²¹⁶

Tanto Gonçalves de Magalhães como Araújo Porto Alegre experimentaram inclusive grandes dificuldades financeiras na Corte e no estrangeiro. Dependiam desde cedo do mecenato proporcionado pela burocracia estatal²¹⁷ e dos cargos nos aparelhos culturais e educacionais que eram ampliados mais rapidamente no período regencial.

Não podemos afirmar com exatidão em que ocasião se conheceram, provavelmente Porto Alegre conheceu Magalhães e Sales Torres Homem na casa do bispo José Caetano, onde se hospedou. A residência era ponto de encontro de políticos e literatos, como o Marques de Maricá, o padre Caldas, o padre José Maurício, os bispos de Diamantina e do Maranhão. Pode tê-lo encontrado também na loja literária de

²¹⁵ LOBO, Hélio. *Manuel de Araújo Porto Alegre*. Rio de Janeiro, Liv. ABC Ltd, 1938.

²¹⁶ PINASSI, Maria Orlanda. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre*. São Paulo: Unesp, 1998.p.40.

²¹⁷ Idem.Ibidem.p.40.

Evaristo da Veiga, editor da *Aurora Fluminense*, jornalista liberal moderado, grande patrocinador de literatos e artistas.²¹⁸

A afinidade entre Porto Alegre e Gonçalves Magalhães transformou-se em sólida amizade que duraria até o final de suas vidas. Eram apaixonados por pintura, literatura, música e história, partilhando de gostos ecléticos. Foi Porto Alegre que naturalmente aproximou dos companheiros seu mestre Jean Baptiste Debret, de quem Magalhães se tornou amigo e entusiasta.

Alcântara Machado reproduz com bom humor o poema que Magalhães escrevera a seu amigo Porto Alegre: “Magalhães diz a Porto-Alegre o que não disse a qualquer de suas Marflias, e hoje ninguém ousaria dizer a um amigo, sem dar pasto a suspeitas injuriosas”²¹⁹:

*O' meu caro Araújo,
O' parte de um mesmo, o' meu amigo,
O fado quer que tu de mim te apartes...
O' meu caro Araújo, inda um abraço...
Concede inda um abraço ao teu amigo
Pela última vez ...aperta... aperta...
Ai deixa que se espalhem
Em teu peito estas lágrimas nascidas
Do triste coração do teu Osmindo.*²²⁰

A amizade fazia crer a Magalhães que Porto Alegre era um “Rafael do Brasil”, um “David brasílio”²²¹, um verdadeiro gênio, enquanto mais tarde Porto Alegre retornaria a admiração ao amigo, muitas vezes exaltando-o como fundador da poesia brasileira.

Nesta época de iniciação nos estudos e exercício literário Magalhães e Porto Alegre tinham pseudônimos árcades - o de Magalhães era *Osmindo* e o de Porto Alegre era *Elmano*. No final dos anos de 1820, na capital do Império, iniciava o tímido desenvolvimento das letras e da vida literária, que se intensificaria a partir da segunda metade do século, assim como a criação de espaços de sociabilidade literária: saraus, salões, teatros, repúblicas estudantis, confeitarias e cafés, jornais, livrarias, redações de jornais, sociedades literárias das academias de direito. A literatura ganhava um novo *status* no meio letrado, a despeito do preconceito que subsistia em relação aos jovens que se dedicavam a ela: diziam-nos sonhadores, irresponsáveis.

²¹⁸ SQUEFF, Letícia. Op.cit. p.40-41 e 58.

²¹⁹ MACHADO, Alcântara. Op. cit. p.19.

²²⁰ MAGALHÃES, D. J. G. Obras Avulsas. Apud: MACHADO, Alcântara. Op. cit. p.19.

²²¹ MACHADO, Alcântara. Op. cit p.20.

O prestígio da literatura e do homem de letras ampliou-se primeiramente devido à popularização da poesia. Mesmo quando não era lida, era recitada pelos jovens estudantes. Contudo, na capital do Império, ainda era pobre a vida literária e o Brasil encontrava-se na periferia do mundo da cultura letrada. Entre os anos de 1810 e 1820, os rapazes estudiosos e idealistas assumiram os modelos pseudoclássicos da Arcádia como vanguarda literária. O lema de Magalhães era “Tratemos de imitar os nossos mestres”²²². Seguindo este lema, Magalhães escreveu todos os gêneros: epístolas, sátiras, élogos e sonetos, livros epigramas, nênias e contatas, epicédios e odes pindáricas de gosto clássico. Os temas preferidos eram: a virtude, o patriotismo, a liberdade, a paz, a saudade, a tranqüilidade d’alma, a filosofia, a aurora, a amizade, o sete de setembro e o sete de Abril, a volta dos políticos desterrados, a partida de Debret.

Mais tarde Magalhães definiria sua produção de juventude como “Obras Imperfeitas”. A influência de Young sobre a formação do ambiente sentimental foi considerável, assim como a forte presença do elemento religioso sobre a emoção poética, abrindo o caminho para o romantismo²²³.

O encontro de Magalhães com Monte Alverne seria um divisor de águas nas disposições intelectuais do poeta: conheceu o frei franciscano à beira da sepultura do frei Francisco de Sampaio. Junto com São Carlos e São Januário, fizeram-se os três paladinos das reivindicações populares contra o despotismo e a tirania. Magalhães com fervor idealista também sonhava com o púlpito²²⁴. Seu interesse pelo cristianismo era um prenúncio da espiritualidade e comunhão que buscava no Romantismo. Aprofundou-se a amizade quando, em 1832, começou a frequentar o curso de filosofia que Monte Alverne mantinha no Seminário Episcopal de S. José²²⁵. O interesse pela filosofia, particularmente pela filosofia eclética, nascia deste contato com o frei, e pela religião virou uma influência permanente em sua alma de artista. As duas fontes de inspiração são pilares da visão de mundo romântica que se difundia pela Europa nesta mesma época. Os estudantes e homens de letras que encomendavam livros, romances da França ou os compravam diretamente nas livrarias de Plancher, Mongie ou em outras

²²² Idem. Ibidem. p.20.

²²³ Idem. Ibidem p.15.

²²⁴ Idem. Ibidem.p.25.

²²⁵ Frei Francisco do Monte Alverne, nascido Francisco José de Carvalho nasceu em 1784 e morreu em 1858. Foi um frade franciscano e teólogo brasileiro, estudioso de filosofia, professor reconhecido e orador e pregador oficial do Império do Brasil, ocupou vários cargos honoríficos, tendo sempre gozado de prestígio junto ao clero e à corte imperial. Monte Alverne, segundo relatos, não era um filósofo original, ministrando filosofia antiga Demócrito, Descartes, Platão, Aristóteles e moderna Leibnitz, Locke, Malebranche, Kant, mas era melhor professor do que filósofo. Seguia compêndios de Genuense cujas deficiências supria com apostila manuscritas. Era considerado ótimo orador.

quatorze livrarias existentes na Corte, consumiam e reinterpretavam as idéias e as modas artísticas que circulavam entre o Velho e o Novo Mundo²²⁶.

Gonçalves Magalhães não pode tornar-se padre por vontade paterna. Em 1828 matriculou-se no Colégio Médico-cirúrgico, instituído ao tempo de D. João VI no Hospital de Santa Casa de Misericórdia, que se tornaria Faculdade de Medicina. Com ele estavam Sales Torres Homem, Antônio Félix-Martins, Candido Borges Monteiro. A medicina não era exatamente uma profissão que daria *status* ou fortuna. Devido à grande competição com curandeiros e boticários amadores, à falta de rendimentos da clientela, ser médico não traria nem estabilidade, nem reconhecimento, a não ser que se chegasse a médico da Imperatriz Teresa Cristina, como Candido Borges Monteiro. O grau de médico estaria abaixo do de bacharel em direito, mais procurado pelos filhos das famílias proprietárias²²⁷.

Doente durante todo o curso médico, Magalhães nunca levou a sério a Medicina, tanto que após a formatura foi o único de sua classe rejeitado pela Congregação da Faculdade para o cargo de professor substituto, que “considerou que [Magalhães] não estava exatamente a par dos conhecimentos médicos”.²²⁸ Também Sales Torres Homem abandonara o cargo de substituto na Faculdade de Medicina para seguir os estudos em ciências políticas e jurídicas, que era a sua real aptidão, ingressando na Faculdade de Direito em Paris.

Porto Alegre fez cursos na Academia de Medicina, onde estudou anatomia e fisiologia, que lhe eram de bom proveito para aperfeiçoar sua técnica de desenho²²⁹. O pintor rio-grandense cursou também os primeiros anos da escola Militar onde aprendeu engenharia e arquitetura. Sua formação havia sido eclética, focada sobretudo na pintura; mas também interessado em música, passa a freqüentar a Sociedade de Beneficência Musical, onde conviveu com o Padre José Maurício Nunes Garcia, já no final da vida. Conheceu também Lino Coutinho, o grande orador Sampaio, frei Francisco de Monte Alverne, o Senador Paula Souza, Antonio Carlos, Martim Francisco, José Bonifácio e o próprio imperador Pedro I²³⁰.

Porto Alegre recebeu prêmios em pintura, arquitetura e escultura na 1ª exposição pública da Academia de Belas Artes. Seu desempenho foi de tal modo reconhecido que

²²⁶ MOREL, Marco. *As transformações do espaço público*. Op. cit. p.60.

²²⁷ BROCA, Brito. Op. cit. pp.147-150.

²²⁸ MACHADO, Alcântara. Op. cit. p.29. Consta em *Os médicos na Academia Brasileira*, artigo publicado no Jornal do Comércio por Vieira Souto.

²²⁹ Não há indícios de que chegou a se formar médico.

²³⁰ LOBO, Hélio. *Manuel de Araújo Porto Alegre*. Rio de Janeiro, Liv. ABC Ltd, 1938.p.10.

recebeu a encomenda de um painel para presentear a Escola de Belas Artes, representando D. Pedro I entregando o decreto da reforma da Academia de Medicina ao corpo acadêmico, caracterizando, além do soberano e seu Ministro, todo o conjunto de professores²³¹.

A partir desta encomenda real vieram outras. O Imperador o chamou para realizar retratos de si, da Imperatriz e dos filhos e lhe propôs bancar uma viagem à Áustria, com a finalidade de entregar o retrato da Imperatriz a sua mãe e depois deveria ir à Itália para estudar. Esta promessa era tão ambicionada que o tom de decepção e lamento se reflete em sua autobiografia, especialmente no episódio do encontro casual com Pedro I em Paris, em 1831. A proposta do monarca acenava com a possibilidade de continuar sua formação no exterior, especialmente na França e na Itália, onde estavam os grandes mestres neoclássicos que influenciaram J. B. Debret.

O ressentimento que nutria em relação à Regência em seus escritos posteriores em função da abdicação é em grande parte decorrência da experiência pessoal de ter enfrentado dificuldades em sua carreira, que podiam ser atribuídas também ao desentendimento dentro do Governo Regencial (dissensões políticas entre o ministro e a Câmara) que acabaram por não sancionar a pensão que lhe permitiria ter uma vida mais tranqüila no exterior.

Desenvolveu-se também no artista a percepção posterior de que o Estado, na figura do soberano, seria o grande mecenas dos intelectuais, artistas, poetas, músicos, atores, etc. De fato, a partir de 1840, sob a direção de Félix de Taunay, instituiu-se na Academia Imperial de Belas Artes a prática de conceder prêmios em viagens para complementar a formação de jovens artistas promissores. Assim como os prêmios oferecidos pelo IHGB, o financiamento de livros, de artistas e grande parte da verba para premiação da Academia de Belas Artes viria do orçamento particular do Imperador Pedro II.

O sonho de se aperfeiçoar no desenho em “nações mais civilizadas” foi interrompido momentaneamente, até que Debret decidiu partir para a França, com o fim do período da Restauração e o início da Monarquia de Julho. Nestas circunstâncias, sem a bolsa do Imperador ou qualquer ajuda do Estado regencial, Porto Alegre servia-se pela primeira vez dos conhecimentos que travou. Retornou com seu mestre, obtendo passagem gratuita a bordo de um navio de guerra, por intermédio de José Bonifácio. Também recebeu uma soma de 400 mil réis de uma subscrição feita por Evaristo da

²³¹ PORTO ALEGRE, “Apontamentos biográficos”. Op. cit. ; SQUEFF, L. Op. cit.p.59.

Veiga em seu jornal. Através de uma carta de Antonio Carlos, foi recomendado ao conselheiro José Joaquim da Rocha, enviado extraordinário e ministro Plenipotenciário do Brasil em Paris.

Em uma petição ao Ministro do Império, Gonçalves de Magalhães informava que teria de ir à França para continuar seus estudos ao invés de exercer o professorado, negado pela Faculdade. Em 1833 ele embarcou para Inglaterra e dali fez a travessia para a França onde já se encontravam Sales Torres Homem e Araújo Porto Alegre. Nesta ocasião escreveu os versos:

*Vou ver estranhas terras si me é dado
Alguns favos colher da sapiência,
Com que possa prender a Pátria minha
E aos meus ser proveitoso*²³²

A França era governada por Luís Filipe, o chamado "rei-cidadão", que alijava parte da aristocracia da participação e, sobretudo, o proletariado. Naquele tempo o Romantismo chegava ao seu apogeu e vários escritores começavam a se autoproclamar "românticos" e a se filiarem a este movimento intelectual.

Ao desembarcar Magalhães achou o amigo Sales Torres Homem bem colocado como adido à legação do Brasil, enquanto estudava ciências políticas e sociais. Porto Alegre por sua vez alojou-se, então, em um quarto na oficina de Debret, cuja aula de pintura era gratuita. Teve que abandonar as aulas com o Barão Gros, discípulo de Jean Louis David e um dos primeiros pintores que rompiam com o neoclassicismo na França, por não poder pagar a mensalidade e as despesas.

A situação financeira de Porto Alegre no exterior era realmente preocupante. Ficou quase seis anos na França e na Itália. Tanto ele como Magalhães passaram por apuros financeiros que só uma rede de conhecimentos em expansão poderia atenuar²³³. A herança de seu pai, que Porto Alegre planejava investir na viagem, foi roubada por um primo a quem emprestou o dinheiro. Por isto o Senador Soledade, representante do Rio Grande do Sul, empenhou-se em obter pequena pensão na França, que acabou não lhe sendo entregue, da mesma forma que 600 mil réis que a mãe lhe mandara, que também foram perdidos.

²³² MAGALHÃES, D.J. G. Obras Avulsas. Apud. MACHADO, Alcântara. Op. cit. P.30.

²³³ Magalhães narra estes apuros em cartas a seu Mestre Monte Alverne. Ver. LOPES, Roberto (apresentação) *Gonçalves de Magalhães e Manuel de Araújo de Porto Alegre. Cartas a Monte Alverne*. São Paulo: 1964.

Hélio Lobo comenta que o ministro José Joaquim da Rocha, enviado extraordinário e ministro, ofereceu-lhe ajuda financeira da qual aceitou apenas 140 francos mensais: “sabia o artista viver como pobre”. Mas as conexões que fazia situavam-no no topo da sociedade: “A amizade dos dois Debret - o pintor e o arquiteto François Debret - membros do Institut de France, abriu-lhe as portas da melhor gente”. Paralelo a isto, o jovem pintor tornava seu trabalho conhecido: concorreu à escola de Belas Artes em Paris, obtendo boas colocações em concursos. Provavelmente na casa de Debret em 1833, conheceu e começou a ser visitado por Almeida Garrett, escritor do Romantismo português, cujo retrato no cerco do Porto, Porto Alegre pintou.

Mais uma vez o conselheiro José Joaquim da Rocha lhe foi de grande valia em seus projetos de seguir até a Itália. Porto Alegre conta em sua autobiografia:

Na sessão de 1834, Martim Francisco propôs uma pensão para o jovem artista e extremamente satisfeito ficou quando viu sua proposta apoiada e sustentada por Evaristo Ferreira da Veiga, seu contrário político; mas esta pensão não foi sancionada. O pobre artista pagou as dissensões políticas entre o ministro e a Câmara, e sofreu mais este golpe, depois de tanto se haverem empenhado por ele o dr. Claudio Luiz da Costa e o atual bispo do Maranhão, então o padre Manuel Joaquim da Silveira Luiz Menezes chegado à Paris, sabendo da dificuldade do artista ofereceu-lhe 20 mil francos para acabar seus estudos na Itália dos quais aceitou apenas 4 mil francos. Depois de grande insistência aceitou a ajuda “esta pequena quantia lhe bastava, porque o conselheiro Rocha [José Joaquim], que havia sido mudado para Roma, assim como seu filho o sr. Juvêncio Maciel da Rocha, lhe ofereceram casa e comida em Roma”²³⁴.

Em uma carta a seu amigo e benemérito, Evaristo da Veiga, escrita poucos meses antes de partir para a Itália, Porto Alegre relata sua situação em Paris: “Paris já não tem atrativos para mim, quem não gosta da vadiação tem nela o seu elemento, teatro, danças, etc. é para quem tem dinheiro e gosta, portanto, eu já não posso aqui viver...”²³⁵

Na mesma carta, na observação dá conta da condição de seus jovens amigos, Gonçalves de Magalhães e Sales Torres Homem, ambos formados em medicina que abandonaram a carreira para se dedicarem às letras. Segundo o depoimento de Porto Alegre:

O nosso Sales e o Magalhães aqui se dão com todo o fervor aos estudos e gozam de saúde, o Sales tem a metade do corpo que tinha,

²³⁴ PORTO ALEGRE, “Apontamentos biográficos”. Op. cit p.427.

²³⁵ PORTO ALEGRE, M.A. “Apontamentos”. Op. cit. p.93

*e o Domingos tem engordado um pouco, e aqui vai com o seu poema dos Tamoios, que eu creio estar melhor do que tudo que ele fez até aqui; enquanto aos mais patrícios dizem os antigos na terra que nunca houve rapazes tão estudiosos como os de hoje.*²³⁶

Esta observação ao final da carta não deixa de ser pitoresca se lembrarmos da imagem rechonchuda de Sales Torres Homem e das feições pálidas e mirradas de Magalhães. É possível imaginar quanto os três, particularmente Porto Alegre e Magalhães, produziram nestes quase seis anos, a rede de sociabilidade que criaram, os contatos com artistas e escritores franceses, portugueses. Realmente poderíamos supor que o projeto do Romantismo surgiu nesta temporada. Encontrou o romantismo francês em plena idade do ouro com a juventude respirando o ar das novidades, batendo-se por idéias e ao culto da arte.

A facilidade do pintor de fazer amigos e estabelecer ligações foi providencial. Consta que foi ele quem conheceu e introduziu Almeida Garret ao resto do grupo e quem orientou seus conterrâneos, chegados à Paris, e interessados pelo Romantismo. Através dele as portas do *Institut Historique* e das rodas literárias e artísticas francesas foram receptivas aos jovens estudantes brasileiros esforçados e dedicados.

Partiu junto com seu amigo Domingos Gonçalves de Magalhães, em 1834, para a Itália, com quem dividiu o dinheiro que tinha, pois o amigo estava “doente, sem pensão, e num estado desesperador”. Magalhães esperava conseguir o cargo de adido na França, para o qual foi nomeado em janeiro de 1834 e que nunca saía. Estava abrigado junto ao protetor e Ministro José Joaquim da Rocha, vivendo de favor.

Aproveitou o tempo, que dispunha, freqüentando o curso de Jouffroy no *Collège de France* e estudava a obra de Vitor Cousin e Malebranche aprofundando seu conhecimento de filosofia, especialmente de filosofia eclética que já era de seu interesse, enquanto discípulo dileto de Monte Alverne. Ele e Porto Alegre decidiram então percorrer a Itália e depois a Suíça, alcançando Genebra e atravessando os Alpes em visita a Milão. Chegariam a Florença em novembro, a Roma, ao Vaticano. Em maio os amigos se apartaram: Porto Alegre foi a Tivoli e Palestrina e Magalhães a Ferrara e depois a Veneza, passando por Fuzina, Arqua, Pádua, Vicenza, Montebelo, Verona, Bolonha e Turim. Lá o poeta escreveria os *Suspiros Poéticos*, várias tragédias e começava a escrever os versos de *Confederação dos Tamoios*²³⁷.

²³⁶ Idem. “Carta escrita a Evaristo da Veiga em maio de 1834”. In: *Revista da Academia Brasil de letras*. vol. 39, 1932.

²³⁷ MACHADO, Alcântara. Op. cit. pp.32-35

No retorno a Paris em 1835, Magalhães recebeu uma boa notícia, assumia o posto de adido de primeira classe à legação do Brasil. Enviado extraordinário e ministro plenipotenciário junto ao governo francês, o conselheiro Luiz Moutinho de Lima Álvares e Silva, chefe de Magalhães e de Torres Homem também participava junto aos adidos do Instituto Histórico de Paris. Moutinho se indispôs com Magalhães que foi demitido em abril de 1836, tendo escrito o folheto “Episódio da infernal Comédia, ou viagem ao inferno” que trazia prefácio e notas em prosa de Porto Alegre para vingar-se dele.

Os amigos estavam sempre perto de Magalhães para adular seu gênio. Após uma breve visita à Bélgica, ele inicia com Sales Torres Homem, Porto Alegre, João Manuel Pereira da Silva²³⁸ e Azeredo Coutinho que viviam na França, a publicação de um mensário denominado *Niterói*. O primeiro número esgotou-se rapidamente, é o que diz um dos colaboradores. Apesar disto a revista desaparece com o segundo fascículo. Magalhães escreveu dois artigos para a *Niterói* - no primeiro número “Ensaio sobre a história da literatura no Brasil” e no segundo número “Filosofia da religião”.

Porto Alegre narra este acontecimento nos *Apontamentos*:

*Na companhia de seus amigos Magalhães e o conselheiro Francisco de Sales Torres-Homem, muito lucrou o nosso artista, porque no contacto de duas tão altas inteligências há sempre que ganhar. Com eles, se associou na publicação que fizeram de uma revista científica, literária e artística intitulada “Niterói”, da qual saíram dois números somente, por se haverem retirado da legação e de seus empregos estes dois moços, preferindo tudo a suportarem o caráter sombrio, tráfego e versátil do conselheiro Moutinho, chefe da legação da França.*²³⁹

Assim explicava Porto Alegre o encerramento de um dos seus empreendimentos mais importantes e revela as dificuldades financeiras pelas quais eventualmente passavam, que limitavam em muito a concretização de seus projetos. Apesar disto, os três estudantes se dedicaram com afinco aos estudos e a outros projetos a fim de bem representar o país na França. Engajaram-se em muitas instituições culturais que estavam sendo fundadas naquele momento, especialmente o *Institut Historique* de Paris.

²³⁸ João Manoel Pereira da Silva nasceu em 1817, concluiu o curso de direito em Paris em 1838, retornou ao Brasil e advogou até 1850. Dedicou-se ao jornalismo, foi deputado na assembléia provincial em várias legislações desde 1840 e candidato a senador, escolhido pela Princesa Isabel em 1888. Dedicou-se às letras, à história do Brasil, tendo publicado muitas obras como o *Parnaso Brasileiro* e o *Plutarco Brasileiro*. Era filiado ao partido conservador e conselheiro do império. BLAKE, A. V. Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Conselho Federal de Cultura, 7 vol, 1970.

²³⁹ PORTO ALEGRE, M. A. “Apontamentos”. Op. cit. p 429.

Na mesma época que lança a *Niterói*, Magalhães reunia a sua produção em uma publicação chamada *Suspiros Poéticos e Saudades*, sendo que grande parte das poesias foi escrita durante a viagem. Recém-saído do prelo, este livro foi considerado por Torres-Homem, que fez seu prefácio, o marco inicial de “uma era na poesia brasileira”, considerado por Alcântara Machado um marco puramente convencional.

Alcântara Machado ressalta que Magalhães ainda preservava hábitos mentais da escola clássica em que cresceu e aprendeu. Além de remoçar a linguagem, renovou a técnica do verso, quebrando os moldes rígidos da velha poética.²⁴⁰ A nova escola despertou o interesse pela paisagem e pela gente da terra pátria e a imensa repercussão dos *Suspiros Poéticos e Saudades* no Brasil denotava o vácuo que a literatura nacional e os escritores nacionais haveriam de preencher nas décadas seguintes.

Porto Alegre foi nomeado para a comissão que organizaria a exposição geral do Louvre, com uma atuação muito elogiada por Mr. Le Grand, relator da exposição. Como teve sua pensão sancionada por outro ministro, no retorno à França, comprou alguns livros, visitou as escolas holandesas e belgas²⁴¹ e foi à cidade de Londres em companhia de Magalhães. Quando soube da notícia da revolta rio-grandense, a Farrroupilha, abandonou o projeto de ir à Grécia e ao Egito e voltou ao Rio de Janeiro para ver sua mãe, em maio de 1837, “cheio de vida, de culturalismo e de esperanças”²⁴².

A esta altura, Magalhães, desprovido de sinecura, já tinha retornado em 1836. Segundo Machado, foi recebido como triunfador pelos contemporâneos. Principiou a escrever peças para teatro, como a tragédia *Antônio José ou o Poeta e a Inquisição*, para João Caetano dos Santos²⁴³, principal ator do período. Encenada a 13 de março de 1838, no teatro da Praça da Constituição, a peça foi um sucesso e o teatro ficou repleto. Seguiu-se a primeira tentativa de nacionalização do teatro que contagiaria tantos outros

²⁴⁰ Em vez de estâncias regulares, versos de metros vários, que se cruzam sem a repetição periódica dos mesmos efeitos. Ganhava-se maior liberdade na construção e maior variedade nos ritmos. O rompimento com a estrutura clássica não é completa em *A Flor Suspiro, O riso da fortuna*.

²⁴¹ Na Bélgica mais uma vez seus conhecimentos lhe valeram ficou hospedado com o major e amigo Carlos Miguel de Lima adido à legação belga.

²⁴² PORTO ALEGRE, M. A. “Apontamentos”. Op. cit. p.430.

²⁴³ João Caetano dos Santos nasceu em 1808 e morreu em 1863. Foi ator e empresário teatral, tendo começado a carreira como artista amador, e em seguida se juntado a companhia do Teatro São Pedro de Alcântara. Nos anos de 1830 fundou sua própria companhia, tendo atuado no Teatro de São Pedro assim como em outros teatros da Corte e em outras províncias. Protagonizou tragédias neoclássicas e dramas românticos e melodramas foi considerado estrela principal do teatro na década de 1850. Inovou por ter desenvolvido técnicas de expressão artística, declamação, e por ter escrito livros para o ensino destas técnicas. VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário Imperial* (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. pp.401-402.

escritores, entre eles Porto Alegre, Joaquim Manuel de Macedo e Gonçalves Dias, além de Martins Pena.

Magalhães persistiu na dramaturgia. Em 1839 é encenado *Olgiato*, publicado em 1841 pela editora de Paula Brito e constituía a tentativa de adequar as peças teatrais à moral da sociedade. Foi encenado no Teatro constitucional fluminense, transformado em Teatro S. Pedro de Alcântara que passou por reformas, entre elas o pano de boca pintado por Porto Alegre.

Devido às peças para o teatro que Porto Alegre e Magalhães escreveram e dirigiram (inclusive aquelas encenadas por João Caetano), o pintor foi chamado para reformar o teatro e dar impulso à arte dramática pela comissão diretora da Sociedade Teatral. Trabalhou muito, até a exaustão: “A Porto Alegre se devem todas as inovações que hoje se conhecem do cenário e o uso de se vestirem a caráter as peças de teatro, porque antes dele nada havia”²⁴⁴.

Magalhães ainda insistiu mais uma vez, apesar do fracasso de *Olgiato*, ao traduzir Otelo para o português, modificando alguns nomes de personagens. Qualquer escritor novato ou não, crédulo de que poderia viver de suas obras, da venda de seus livros e encenação de suas peças, logo se frustraria e voltaria a pleitear um cargo do funcionalismo de que pudesse tirar proventos. Foi isto que fez Magalhães e foi o que tratou de fazer Porto Alegre.

O pintor não poderia contar mais com a assistência de três de seus maiores amigos: Evaristo da Veiga, o senador Soledade e o bispo do Rio de Janeiro. Sem recursos e amigos, conforme conta sua autobiografia, o jovem mandou chamar a mãe ao Rio de Janeiro e pleiteou algum cargo público ou sinecura na Corte²⁴⁵. O senador Paula Souza escreveu uma carta ao ministro Alves Branco dizendo “que lhe parecia um favor ao Estado a entrada de Porto Alegre para a Academia e não favor do governo ao artista”.²⁴⁶ Em outras circunstâncias Paulo Barbosa, mordomo do palácio imperial, ainda haveria de ser generoso com Porto Alegre, que começava a freqüentar as festas no Paço. Foi “colocado”, assim, como professor de pintura histórica, a mais prestigiada, no

²⁴⁴ CORREA FILHO, Virgílio. “Araújo Porto Alegre e o Instituto Histórico”In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. 1957.p.431

²⁴⁵ Cartas da Biblioteca Nacional mostram que Porto Alegre pleiteou o cargo de pintura histórica da Academia Imperial de Belas Artes que era de Debret em 1837 e obteve resposta positiva do governo conservador. SANTO ANGELO, Manuel de Araujo Porto Alegre barão de. “Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando a cadeira de pintura historica da Academia das belas Artes, que se acha vaga a demissao do prof, J. B. Debret”, 1837. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional C-0048,024 n°003

²⁴⁶ PORTO-ALEGRE. M. A. “Apontamentos”. Op. cit. p.430

lugar de J. B. Debret, na Academia Imperial de Belas Artes, em 1837, que à época estava sob a direção de Félix Emílio de Taunay. Contudo, o ambiente se mostrou por demais hostil ao pintor brasileiro:

O diretor da Academia não o queria, mas fingia-se seu amigo. Porto Alegre, como discípulo grato e amigo de seu mestre Debret, herdou todas as inimizades de seu mestre, e muito se indignava quando via seus devedores e inferiores em tudo atacar com ingratidão um homem que reunia as mais altas virtudes sociais e talento de primeira ordem. Uma polêmica havia entre o diretor e o seu amigo Magalhães o tornou odioso na Academia, e o ciúme que tinham dele todos os outros professores, estrangeiros todos, quando o viam constantemente procurando pelas primeiras pessoas do país.²⁴⁷

Assim ganhou a vida, realizando além das aulas na Academia (que lhe forneciam ordenado de 800\$ 000 anuais), trabalhos para particulares, através dos quais se estabeleceu e se casou com dona Ana Paulina Delamare, filha do professor Delamare. Foram testemunhas de seu casamento os compadres Domingos Gonçalves de Magalhães e Sales Torres Homem.

Em 1838, devido ao sucesso de "Antônio José", Magalhães conseguia da Regência uma promessa da cadeira de filosofia no Colégio Pedro II, fundado a 25 de março de 1838²⁴⁸. Mas como a matéria que lecionava, filosofia, só estava incluída nos dois anos finais, ficou sem alunos e sem remuneração. Não aceitou assumir interinamente cadeira de desenho, a qual passou ao amigo Porto Alegre. Por condescendência do professor de Geografia e História Antiga e Romana, que era Justiniano José da Rocha, tentou lecionar História Antiga aos alunos da 6ª classe, mas foi proibido²⁴⁹. Estava indócil para começar no exercício de seu cargo e, sobretudo, necessitado de um ordenado fixo e seguro. Em 1839, enquanto esperava (ficou assim por 1 ano), diante da dificuldade dos meios de subsistência na capital, tentou trazer alunos externos ao colégio para iniciar as aulas de filosofia, mas o governo nunca admitiu esta classe avulsa. Em uma carta manuscrita pede ao Ministro do Império para lhe designar o ordenado, o que lhe era negado.

Para Porto Alegre, o ano de 1838 foi marcante por dois acontecimentos importantes: após ingressar na Academia de Belas Artes passaria a integrar, junto com Magalhães, o corpo docente do Imperial Colégio de Pedro II e também se tornou membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, inaugurado no mesmo ano,

²⁴⁷ Idem. Ibidem. p.430

²⁴⁸ O artigo foi publicado na época no Jornal do Comércio e foi transcrito na Revista do IHGB em 1957.

²⁴⁹ LIVRO DE MATRÍCULA DE EMPREGADOS DO Colégio Pedro II 1838-1852. Rio de Janeiro Pub do Colégio CPII, 1838-1852. p.6.

atividade esta “que lhe proporciona mais adequado cenário às suas atividades”²⁵⁰. Precisava urgentemente de dinheiro agora que constituía família, e as atividades do *Instituto Histórico*, embora prestigiosas, não eram remuneradas, mas exigiam assiduidade e estudo.

Em 1838, Gonçalves de Magalhães foi nomeado sócio do Instituto Histórico Geográfico, mas pouca é a referência sobre sua presença nas sessões, diferentemente de Porto Alegre e, posteriormente, Macedo, que se tornaram oradores e secretários. Diante do impasse na publicação de seu ordenado, Magalhães que era amigo íntimo dos irmãos do coronel Luiz Alves de Lima e Silva (Caxias) - Carlos de Lima e Silva e Francisco de Lima e Silva - passou a servi-lo como secretário de governo. Caxias partia em 1839, como coronel que vai assumir a presidência do governo e comando de armas do Maranhão, pois a Província estava desde 1838 em guerra civil – pelos bem-te-vis e balaios. A aventura não deixa de ser a primeira imersão de Magalhães na política. No início de 1840, após enfrentar uma viagem acidentada até São Luís, os versos do poeta dão conta da grande necessidade de água e de comida pelos quais passaram durante a “pacificação” do Maranhão. Em 1847, ele as descreveu em uma memória premiada com a medalha de ouro pelo IHGB.

Com a demissão de Caxias, em maio de 1841, voltou ao Rio de Janeiro a tempo de saudar o segundo imperador. Por volta de 1840 foi publicado o ordenado para o futuro professor de filosofia, 800 mil réis anuais, montante que subiu para 1 conto e 200 mil réis anuais em 1842.²⁵¹ Magalhães receberia pouco mais do que um trabalhador braçal, e Porto Alegre menos ainda, pois o ordenado de professor de desenho estava estipulado em 400 mil réis anuais.²⁵²

Talvez por este motivo, ao assumir a cadeira em 1842, deu aulas por apenas 8 meses. Ausente, acabou sendo substituído por Santiago Nunes Ribeiro²⁵³, que se tornou colaborador da Revista *Minerva Brasiliense*, publicada no ano seguinte²⁵⁴.

²⁵⁰ CORREA FILHO, V. Op. cit. p.430.

²⁵¹ LIVRO DE MATRÍCULA DE EMPREGADOS DO Colégio Pedro II 1838-1852. Rio de Janeiro Pub do Colégio CPII, 1838-1852. p.6.

²⁵² Idem. Ibidem. p.10.

²⁵³ Santiago Nunes Ribeiro nasceu no Chile e morreu em Minas Gerais em 1847. Chegou ao Brasil criança, órfão, trabalhou como caixeiro até completar os estudos, estudou história, filosofia, poesia e línguas. Veio para a Corte para instruir-se e passou a ensinar em colégios. Era lente de retórica e poética no Colégio Pedro II e de filosofia no Ateneu Fluminense, sócio e secretário do IHGB, redator da *Minerva Brasiliense*. BLAKE, A. V. Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Conselho Federal de Cultura, 7 vol, 1970.

²⁵⁴ Magalhães volta a lecionar entre setembro de 1846 e abril de 1847, quando é substituído de novo por Santiago Nunes Ribeiro. Na verdade não consta demissão ou exoneração do LIVRO DE MATRÍCULA DE EMPREGADOS DO Colégio Pedro II 1838-1852. Rio de Janeiro Pub do Colégio CPII, 1838-

Em 1842, Caxias foi nomeado comandante-em-chefe do exército em operação no Rio Grande do Sul e presidente da Província e, como no Maranhão, Magalhães assumiria a secretaria do governo. Colaborando desde 1843 na obra de “pacificação”, escreveu várias poesias, odes para celebrar a vitória de Caxias²⁵⁵. Mais tarde, em 1846, Magalhães tornou-se deputado pelo Rio Grande do Sul. Como deputado geral na 6ª legislatura, voltava à Corte reconhecido e empossado pela Câmara no governo do ministro Holanda Cavalcanti.

Enquanto seu compadre seguia a carreira política, Porto Alegre tratava de sobreviver e arcar com os custos de ser um homem de letras. Ao longo do seu diário e na leitura de suas cartas alguns elementos são recorrentes: a incompreensão, a ingratidão e a falta de dinheiro, que o obrigava a calcular todas as despesas. Aparecem em especial os gastos com a educação dos filhos, com o provimento da sua extensa família, despesas com médicos, com a publicação de livros e revistas que dirigiu, com o pagamento da taxa anual do IHGB, com o pagamento das comandas e honorárias que recebeu, assim como com os imprevistos que sempre surgiam, sobretudo em seu cotidiano como diplomata em Lisboa.

Em sua autobiografia, o pintor revelava as frustrações de sua carreira, mencionando a ingratidão de João Caetano que teve aulas de mímica e de declamação com ele e com Magalhães. Porto Alegre realizava confecção de figurinos e de cenários como aqueles para a peça *Antonio José*, de Magalhães, gratuitamente, “pelo prazer de ver a arte progredir”²⁵⁶. Para seu contentamento a arte progredia e conquistava o público carioca: “Em 1839 abriu-se o teatro, e o público do Rio de Janeiro admirou aquelas pinturas e decorações que ainda não foram igualadas.”²⁵⁷

Uma constante na carreira do pintor e escritor foi a não remuneração dos trabalhos, o que o obrigava a endividar-se e a procurar variadas fontes de renda. A própria Sociedade Teatral que lhe encomendou trabalhos, nunca honrou os pagamentos e não reconheceu as dívidas.

A ascensão de Pedro II significou para o artista não só o retorno político à ordem e a renovação de suas esperanças patrióticas em um futuro promissor para a cultura nacional, mas a maneira de tornar-se requisitado em suas habilidades artísticas.

1852.p.6, apenas “Última Lição”. O filósofo-poeta era nomeado Encarregado dos Negócios e Cônsul Geral interino no reino das duas Sicílias e efetivado no cargo em 1851.

²⁵⁵ Publica em São Luís do Maranhão em 1841 “Ode ao Pacificador do Maranhão o Ilmº e Exmº Sr. Coronel Luís Alves de Lima”.

²⁵⁶ CORREIA FILHO, V. Op. cit.p.431

²⁵⁷ Idem. Ibidem. p.431

Adquiriu grande prestígio pela aproximação pessoal com o mordomo da casa imperial, Paulo Barbosa (1833), um dos homens mais poderosos do Segundo Reinado.²⁵⁸

Substituindo José Bonifácio, Paulo Barbosa fazia parte de um pequeno círculo ligado ao jovem príncipe e às princesas que cuidava das finanças do Palácio, mas também tratava da educação do futuro imperador²⁵⁹. Barbosa desempenhava o papel de intermediário entre o príncipe e a Corte, enquanto Aureliano Coutinho atuava como uma espécie de professor político, escolhendo ministros e influenciando nas decisões regenciais.²⁶⁰ Ambos influenciavam os rumos políticos do país e em suas festas, reuniões e saraus na Quinta da Joana, Barbosa reunia os irmãos Andrada e os Cavalcanti, entre outros. Este grupo palaciano influente chamou-se “Clube da Joana” e participou da articulação que visava primeiro a restabelecer a centralização política e depois a desalojar os conservadores do poder e a antecipar a Maioridade.

Nestes saraus Barbosa se cercava de artistas e homens de letras: Manoel Odorico Mendes, Sales Torres Homem, Gonçalves de Magalhães, o pintor José dos Reis Carvalho e Luís Aleixo Boulanger, Maurício Rugendas, Joaquim Norberto de Sousa²⁶¹ e Silva, Araújo Porto Alegre e Émile Adet, entre outros²⁶². Em uma Corte tão desprovida de vida cultural, estas reuniões atraíam Porto Alegre, e se revelavam espaços importantes para receber “colocações”, encomendas e títulos, quando o campo artístico encontrava-se ainda em sua gênese. Foi assim que Paulo Barbosa, que detinha o controle sobre a escolha de artistas, materiais de decoração e obras para a realização das festas imperiais, encomendou a Porto Alegre a sacada da festa da Sagração, assim como as roupas usadas pelo Imperador²⁶³.

Com a Proclamação da Maioridade, foi chamado a fazer o figurino das vestes imperiais, executando também a varanda que serviu na aclamação de Sua Majestade, o que foi considerado um arrojo “porque não havia pintores e oficiais de obras artísticas, o

²⁵⁸ SQUEFF, L. Op. cit. p.60

²⁵⁹ Deste grupo também faziam parte Aureliano de Sousa Oliveira Coutinho, o tutor Manuel Ignácio Coelho, o Marquês de Itanhaém, o frei Pedro de Santa Mariana e Dna. Mariana de Werna, a futura condessa de Belmonte.

²⁶⁰ SQUEFF, L. Op. cit. p.61.

²⁶¹ Joaquim Norberto de Sousa Silva nasceu em 1820 e morreu em 1891. Fez seus primeiros estudos no Seminário de São Joaquim, trabalhou como caixeiro, e trocou o comércio pelo serviço público na Secretaria dos Negócios do Império. Colaborou em diversos periódicos, entre eles a *Minerva Brasiliense*, e deixou extensa bibliografia entre poemas, ensaios, romances, óperas, escreveu memórias históricas como a *Conjuração Mineira*. Foi comendador da Imperial Ordem da Rosa e sócio do IHGB. VAINFAS, R. *Dicionário do Brasil Imperial*. Op. cit. p.413-414.

²⁶² LACOMBE, América Jacobina. “Introdução” In: PORTO–ALEGRE, M. A. *Correspondência com Paulo Barbosa da Silva*. 2ªed, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995.p.9.

²⁶³ SQUEFF, L. Op. cit pp.63-64.

que supriu com alunos que adestrou no teatro, e ali mesmo foi formando“. Relata o episódio em sua autobiografia:

Proclamada a maioria, foi chamado Porto Alegre para fazer o figurino das vestes imperiais, e executou a varanda que deveria servir na aclamação do Sr. D. Pedro I.

No dia 28 de julho de 1840, logo que foi aprovado o seu desenho, por conselho do mordomo da Casa Imperial, S. Majestade o Imperador o nomeou pintor da sua Câmara, o que lhe foi ali comunicado pelo mordomo.
264

Construiu a varanda para a aclamação em sete meses, a qual se estendia por 310 palmos entre o adro da capela imperial e o passadiço do Palácio da Cidade. Foi encarregado por Antonio Carlos, ministro do Império, de todas as festas imperiais, e pelo mordomo, o conselheiro Paulo Barbosa, dos trabalhos do Paço Imperial. Cumpriu satisfatoriamente todas estas incumbências sendo nomeado cavaleiro da Ordem de Cristo no dia 2 de dezembro de 1840, em que “o sr. D. Pedro II fez as primeiras graças, e cavaleiro da Rosa no dia da Sagração tendo recebido, além desta graça, uma boceta de ouro do Imperador e a quantia de quatro contos de réis do Governo”²⁶⁵.

Sobre este episódio, ironiza Porto Alegre: “A varanda, que importou em 104 contos de réis, foi avaliada em 500 pelos membros do corpo diplomático, que todos felicitaram o mordomo e o governo por achar um homem tão hábil e tão honrado!”²⁶⁶

Logo depois, foi nomeado pintor da Imperial Câmara (1840), encarregado de todas as festas da Corte²⁶⁷, passando a fazer o quadro da sagração e as festas de batizado dos príncipes. Decorou a sala do trono e dos trabalhos do Paço, dirigiu uns e outros por ocasião do casamento de sua majestade com a Princesa de Nápoles, deu os planos para a nova Escola de Medicina, do Banco do Brasil e do Cassino Fluminense, coordenou a reforma ao Palácio de São Cristóvão, cuidou da decoração no Palácio de Petrópolis. Como vereador, suplente da Corte, desenvolveu projetos urbanísticos de relevância. Propôs a criação de escolas industriais para a educação dos operários, obtendo professores gratuitos. Preparou um código de posturas, “sendo de notar que no então vigente, com escândalo seu, não se encontravam sequer as palavras arquitetura e arquiteto”²⁶⁸.

²⁶⁴ PORTO ALEGRE, M. A. . “Apontamentos”. Op. cit. p.433.

²⁶⁵ Idem. Ibidem. p.433.

²⁶⁶ PORTO-ALEGRE, M. A. “Apontamentos”. Op. cit. 433.

²⁶⁷ Diz Porto Alegre nos *Apontamentos* que Antônio Carlos (Andrada) Ministro do Império o encarregou das festas.

²⁶⁸ LOBO, Hélio. *Manuel de Araújo Porto Alegre*. Rio de Janeiro, Liv. ABC Ltd, 1938.p.18.

Como salienta Letícia Squeff, Paulo Barbosa estaria por trás de todos os títulos e comendas que o artista recebeu, e a amizade e gratidão para com ele se expressariam nas cartas que trocavam, no quadro da coroação de Pedro II, em que Barbosa é pintado no primeiro plano, e no poema “O corcovado” do livro de poesia as *Brasilianas*. Estas obras e honras motivaram a inveja dos professores na Academia Imperial de Belas Artes, onde trabalhava, “mormente entre os artistas estrangeiros e seus colegas da Academia que assentavam ter o direito exclusivo de tudo fazer com exclusão dos nacionais. A execução da varanda foi um arrojo de coragem inaudita, porque não havia pintores e oficiais para obras artísticas. Dos poucos alunos que havia adestrado no Teatro e de outros que ali mesmo ia formando, saíram aquelas pinturas que tanto sensação causaram.”²⁶⁹

Em 1839, foi demitido do Colégio Pedro II. As razões não foram esclarecidas no Livro de Matrícula do Colégio²⁷⁰. A partir de 1840, trabalhou arduamente na Academia de Belas Artes e no Paço como pintor da Imperial Câmara, orientando em todas as obras no Paço e no Palácio de S. Cristóvão. Idealizou uma obra monumental inspirada na coroação do Imperador na qual teve ajuda de João Maximiliano Mafra e fez os retratos que ficaram inacabados porque teria perdido dois escravos que o ajudavam. Viu-se obrigado a realizar todo o trabalho pesado sozinho.²⁷¹

Os trabalhos que lhe foram incumbidos de fazer pelo governo não foram pagos. Com a saída de Paulo Barbosa da mordomia, o número de encomendas diminuiu, como consequência da mudança política operada no Paço. Trabalhou sozinho sem escravos, vilipendiado por seus colegas da Academia com a complacência dos diretores, Félix de Taunay e do francês Moreaux²⁷². Pediu transferência para a Academia Militar neste mesmo ano.

Em 1842, Porto Alegre foi nomeado diretor da seção de “Numismática, artes Liberais, Arqueologia, Usos e Costumes das Nações Antigas e Modernas”, do Museu

²⁶⁹ PORTO ALEGRE. “Apontamentos”. Op. cit p. 433.

²⁷⁰ LIVRO DE MATRÍCULA DE EMPREGADOS DO CPII 1838-1852. Rio de Janeiro Pub do Colégio CPII. Ou seja, foi admitido em maio de 1838 como professor de desenho, quando da inauguração do Colégio recebendo designação de ordenado de 400\$000 – e não 600\$000 anuais como calculou SQUEFF - metade da remuneração de Gonçalves de Magalhães que deu aula de filosofia alguns anos depois. Foi exonerado menos de um ano depois, como consta em aviso de fevereiro de 1839. Talvez porque não cumprisse seriamente o exercício do cargo pela baixa remuneração.

²⁷¹ PORTO ALEGRE. “Apontamentos”. Op. cit.p. 434.

²⁷² Ambos Taunay e Moreaux alimentaram boatos de que um dos painéis para a exposição de 1848, feita por Porto Alegre não era verdadeiramente dele. Parece que o âmago da rivalidade estaria não a figura de Porto Alegre mas da sua ligação com o mestre Debret.

Nacional, provavelmente arranjado por Paulo Barbosa²⁷³. Nos anos de 1840 produziu muitas obras literárias, participou, entre 1843 e 1844, da edição da *Minerva Brasiliense* e permaneceu por mais de uma década no cargo de orador oficial do IHGB:

Escreveu assim em jornais e revistas sobre assuntos de crítica artística, literária e histórica, tendo iniciado o Colombo, poema sobre o descobrimento da América que já andava em mais de 6.000 versos. Compôs vários poemas, alguns dos quais reuniu depois nas Brasilianas, como o Veadeiro, O Caçador, O Voador, A destruição das florestas, o Corcovado, Canto do Harpoador; e dissertou sobre as artes e arquitetura, escreveu um relatório sobre a inscrição da Gávea, uma Memória sobre a antiga escola de pintura fluminense, sobre as festas imperiais, a Exposição Pública de Belas Artes, a Igreja Paroquial de N. S. da Candelária, a Academia de Belas Artes, a Santa Cruz dos Militares, a Música Sagrada no Brasil, sobre Algumas idéias sobre as Belas Artes e a Indústria no Império do Brasil, a Cenografia, a estátua eqüestre do Sr. Pedro I, além de ensaios sobre os artistas Padre José Maurício, Valentim da Fonseca e Silva e Francisco Pedro do Amaral.²⁷⁴

Na mesma época, o amigo Magalhães não teve a mesma produtividade literária, nem como poeta, nem como historiador. Colaboraria com as revistas *Minerva Brasiliense*, com *Jornal dos Debates políticos e literários* e com a *Revista do IHGB*. Encontrou-se na vida política na Corte com Torres Homem, à época do Ministério de Holanda Cavalcanti. Na Câmara, para a qual foi eleito representante de Minas, apoiava o governo. O seu interesse de ambos estava na reforma da educação, elegendo-se para a comissão de instrução pública. Em todos os outros assuntos da Câmara, Magalhães teve desempenho apagado, até porque a maioria das questões que ocupava a Câmara era partidária, que envolvia liberais e conservadores e pouco entusiasmava o deputado-poeta²⁷⁵.

Em 1846, subscreveu três projetos da comissão a que pertencia. O primeiro limitava-se à liberdade do ensino particular. O segundo com o título de “Conselho Geral da Instrução Pública”, foi a criação de uma junta destinada a auxiliar o governo na organização e direção do ensino em todo o Império. O terceiro propôs a fundação, na Corte, de um externato, para o ensino das letras e dos elementos das ciências, sob o nome de “Liceu Nacional”. Só este último entrou em discussão, sendo combatido por vários deputados e defendido por Sales Torres Homem e Gonçalves Magalhães. Este pronuncia duas alocuções ligeiras: uma para demonstrar que o projetado externato não

²⁷³ SQUEFF, L. Op. cit. p.64.

²⁷⁴ LOBO, H. Op. cit. p. 18.

²⁷⁵ MACHADO, A. Op. cit. p.64.

viria prejudicar o Colégio Pedro II, outro, para impugnar um pedido protelatório de volta dos papéis à comissão.²⁷⁶

No ano seguinte, em 1847, Sales Torres Homem e Magalhães concentraram-se em um só projeto. Diante da tentativa de adiamento, Torres Homem fez um estudo criterioso e documentado da instrução primária e secundária na capital do país em defesa da iniciativa. Registrou que para a instrução primária existiam 17 escolas masculinas e 8 femininas, com 1.532 alunos, para uma população livre de mais de 100 mil pessoas, salas emprestadas, em que mal se podia respirar, o ensino reduzido à aprendizagem da leitura e da escrita, das quatro operações fundamentais, das rudimentares de gramática e do catecismo, “mestres públicos”, sem remuneração bastante, sem prestígio, sem entusiasmo. Em relação à instrução secundária, o estudo das línguas era feito através de compêndios sumaríssimos, o da filosofia pela cartilha do *Genuense*, o da retórica em extratos de Quintiliano, enquanto o fiscal da municipalidade, exercia tanto a tarefa de providenciar a remoção do lixo quanto de zelar sobre o ensino das belas artes²⁷⁷. Em suma, as condições descritas por Torres Homem, nos Anais da Câmara em 1847, não expressavam diferenças substanciais daquelas apresentadas pelos deputados ainda no 1º Reinado nas comissões que debatiam a expansão da instrução pública.²⁷⁸

Porto Alegre também atuou na política, como Joaquim Manuel de Macedo, como suplente de vereador da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Trabalhou no sentido de promover reformas urbanísticas na capital do Império: elaborou uma carta geral da cidade, a partir de plantas parciais da Comissão de Engenheiros. Segundo narra nos *Apontamentos*, teve a camaradagem de todos os seus colegas da Câmara, foi membro de todas as comissões importantes, deu o projeto para a nova rua do Carmo, a pedido da Câmara. Propôs a Companhia de Urbanos, obrigou os proprietários a apresentarem desenhos das casas que deveriam construir, para ver se estavam nas condições higiênicas, arquitetônicas. Insistiu para que se abandonasse o sistema de antigas calçadas, fez o projeto de aformoseamento do Campo [de Santana], com aléias, edifícios, e um jardim mourisco, que denominou “Alhambra”, onde aos domingos, se dessem concertos. Obteve dos diretores do Jardim Botânico e da Quinta Imperial todas as plantas necessárias, gratuitamente, e três homens especialistas em botânica e

²⁷⁶ Idem Ibidem. p.64.

²⁷⁷ Idem. Ibidem. p.65.

²⁷⁸ Ver PRIMITIVO, Moacir . Op. cit.

floricultura para dirigirem gratuitamente o plantio das árvores e das palmeiras imperiais, que deveriam formar a aléia principal, em cujo centro se deveria colocar um monumento à independência. O Governo, apesar da aprovação pessoal do Imperador, adiou tudo isso.²⁷⁹

Os projetos de reforma e planejamento urbanos defendidos por Porto Alegre eventualmente contradiziam os interesses de negociantes e pessoas influentes do Império: “Foi um dos que mais pugnou pela mudança do matadouro, que tinha porpositor um conselheiro de Estado, proprietário das fétidas e asquerosas barracas de S. Luzia”²⁸⁰.

Propôs Escolas Industriais para a educação dos Operários e obteve para eles professores gratuitos, sendo ele o professor de desenho industrial. Deu a idéia de fazer, no prolongamento do Rocio da Cidade Nova, um mercado junto à caldeira do canal. Preparou um novo “Código de Posturas” que não apresentou porque foi substituído pelo vereador titular do cargo. Foi nomeado membro da Comissão da estátua eqüestre que estudou a criação de um monumento em honra de Pedro I.

Após todos estes trabalhos prestados, o Imperador voltou a confiar em Araújo Porto Alegre para conduzir reformas que renovariam o papel da Academia Imperial de Belas Artes como instituição promotora da arte e da identidade brasileira. Nos *Apontamentos* há o relato de como foi nomeado diretor da Academia Imperial de Belas Artes em 1853:

No dia 4 de agosto de 1853, por ocasião de apresentar a sua Majestade o projeto de aformoseamento do Campo²⁸¹, o Soberano, a proposta das Escolas Municipais para os operários, depois de o animar nos termos mais lisonjeiros e benignos, lhe disse: “escreva as suas idéias para uma reforma radical da Academia das Belas Artes, assim como o seu pensamento sobre os melhores meios de fomentar o gosto das artes no país de uma maneira permanente”²⁸².

O governante havia mandado propor nas Câmaras uma cadeira de História das Belas Artes destinada a ele, assim como que pretendia nomeá-lo diretor da Academia para proceder tal reforma. Segundo escreveu nos *Apontamentos*, o imperador insistiu que voltasse à Academia e que procurasse Luís Pedreira do Couto Ferraz, ministro com

²⁷⁹ PORTO-ALEGRE, M. A. “Apontamentos”. Op. cit . p.436. Ver também LOBO, Hélio. Op. cit. p.19.

²⁸⁰ Idem.Ibidem. p.436.

²⁸¹ Refere-se ao Campo de Santana.

²⁸² PORTO-ALEGRE, M. A. “Apontamentos”. Op. cit p.436.

passado liberal, admitido pelo Ministério da Conciliação, chefiado pelo Marquês de Paraná²⁸³.

Apesar de se identificar com o modo de pensar dos liberais, Porto Alegre repudiava qualquer posicionamento radical e chegou a condenar seu amigo Sales Torres Homem na ocasião em que este escreveu o *Libelo do Povo*, em 1848, em meio aos acontecimentos da Praieira. Apesar de pouco convicto politicamente, foi, antes que tudo um homem mais comprometido com o ambiente em torno do Imperador e pagaria o preço das mudanças políticas do período.²⁸⁴ Esta também era a disposição de Gonçalves de Magalhães, que, como observa Alcântara Machado, não era combativo²⁸⁵, mas também se alinhava a um grupo²⁸⁶ que foi moderado no passado e que compartilhava de idéias e concepções liberais, embora notoriamente tenha contribuído com Caxias na obra de pacificação do Império no Maranhão (durante a Balaiada) e no Rio Grande do Sul (durante a Guerra dos Farrapos), na reintegração ao Império da província rebelde²⁸⁷.

Porto Alegre, que havia estado afastado da Academia Imperial de Belas Artes por discordar do diretor Moreaux, retornava a pedido do Imperador no cargo de diretor. Pediu que escrevesse suas idéias para a reforma e prometeu-lhe apoio e proteção política. Deste projeto constam: *Memória da Academia de Belas Artes* (constatando a decadência e como regenerá-la), *A memória sobre os meios de fomentar e manter o gosto pelas Belas Artes* (baseava o seu plano na construção de um cemitério monumental) e uma *Memória sobre os objetos que poderia o Brasil mandar a Exposição Francesa*.

No discurso de posse como diretor da Academia, afirmava :

*que ele era ainda o mesmo homem com as mesmas idéias, e que não ia lá com tenções de enganar o governo e o público com exposições públicas que nada significavam de real; que o seu fim era mais modesto, mais patriótico e mais sólido: cuidar do ensino e estabelecer-lhe uma base permanente e progressiva; substituir o método imitativo pelo método racional, fazer criadores em vez de copistas.*²⁸⁸

Esta proposta transformada no que seria chamada de a Reforma Pedreira, por conta do apoio do Ministro Luís Pedreira do Couto Ferraz, o Visconde do Bom Retiro,

²⁸³ Honório Hermeto Carneiro Leão, um dos idealizadores da Maioridade.

²⁸⁴ SQUEFF, L. Op. cit. p.67.

²⁸⁵ Magalhães ficava afastado das lutas entre as facções na Câmara.

²⁸⁶ Foi moderado como foram Evaristo da Veiga e Aureliano Coutinho.

²⁸⁷ MACHADO, A. Op. cit p.62.

²⁸⁸ PORTO-ALEGRE. M. A. "Apontamentos". Op. cit. p.438.

consistiria na inovação dos padrões de ensino e de reconhecimento da profissão de artista consolidando a reforma iniciada em 1831 e continuada em 1837 pela descentralização do ensino e inserção de novas cadeiras ao currículo acadêmico. Alfredo Galvão relata como era a Academia antes da Reforma Pedreira²⁸⁹:

Era convicção dos Mestres franceses da famosa Missão Artística de 1816 ser o ensino das artes plásticas necessariamente “centralizado e total”, isto é cada professor ensinando sua arte sem exigir estudos preliminares de desenho ou de qualquer outra matéria, no correr do curso artístico, com professores de formação heterogênea. O aprendizado deveria ser uniforme, facultando ao estudante adiantamento de acordo com o talento e não pelo tempo de frequência às aulas. Para tanto, o estudo não seria dividido em séries ou anos, como se estabeleceu depois e permanece até hoje. Era o que se verificava nos “ateliers” particulares, como o de Rubens, por exemplo. Em 1820, porém, com espanto e indignação dos franceses foi imposta a cadeira de Desenho, entregue, desde logo, ao pintor lusitano Henrique José da Silva, que teve ainda o cargo de “Encarregado das aulas” ou seja, o de Diretor. Nessa mesma data previu-se também a “Aula do nu”, presidida pelos professores de Desenho, Pintura e Escultura “um de cada vez” dizia a lei. Essa aula só funcionou muito mais tarde, por falta de modelos.²⁹⁰

Visando a adequar as finalidades até então pouco práticas da Academia de Belas Artes às necessidades de uma cidade em transformação, voltando-a para a “educação industrial”²⁹¹, a Reforma Pedreira estabeleceu inúmeras cadeiras, para o desenvolvimento da seção de Arquitetura, do Curso Industrial e das aulas noturnas, assim como foi incorporado à Academia, o Conservatório de Música fundado em 1847²⁹². Porto Alegre lista em *Apontamentos*, orgulhoso, as suas realizações:

²⁸⁹ Termo empregado para se referir à Reforma sob o Ministério do Império, Luís Pedreira do Couto Ferraz, o Visconde do Bom Retiro, também ele membro e mais tarde presidente do Instituto Histórico e Geográfico, nomeado pelo Marquês de Paraná presidente do Gabinete da Conciliação, em 1853. Este ministro de passado liberal, assumiu a função de empreender uma série de Reformas na instrução pública, reformas urbanas e também na Academia de Belas Artes. Será ele que encarregou Gonçalves Dias da visitação às escolas européias, com o objetivo de compor um relatório que servisse como base para a Reforma educacional de 1856. Bom Retiro, no entanto, saiu do cargo em 1857 quando morre Paraná e assume um gabinete conservador.

²⁹⁰ GALVÃO, Alfredo. “Araújo Porto Alegre” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. n.º327 Rio de Janeiro. 1980.p.208.

²⁹¹ SQUEFF, L. Op. cit. p. 166.

²⁹² Alfredo Galvão explica que “o ensino da Academia foi distribuído por cinco seções :Arquitetura, Pintura, Escultura, Ciências acessórias e Música, com as seguintes cadeiras: Desenho de Ornatos, Arquitetura civil – Desenho figurado, Paisagem, flores e animais, Pintura histórica – Escultura de ornatos. Gravura de medalhas e pedras preciosas, Estatuária – Matemáticas aplicadas, Anatomia e Fisiologia das paixões, História das artes, estéticas e Arqueologia”.

A seção de Matemáticas aplicadas compreendia: Desenho geométrico, Desenho das três ordens da Arquitetura grega, Geometria, Perspectiva e sombras, Estereotomia.

No curso noturno: desenho industrial.

Na quinta seção: as matérias indispensáveis ao músico e as de especialização: piano, violino, etc.

organização dos estudos, as aulas de matemáticas aplicadas e de desenho geométrico, teoria de sombras e perspectiva, as aulas industriais de desenho e escultura de orfanatos“, a reunião do conservatório de Música, a Academia; a edificação da Pinacoteca; a criação de uma biblioteca, os diplomas dos mestres de desenho e música, para evitar a aluvião de charlatões que enganavam as famílias, a obrigação de se lecionar por um programa de estudos, aprovado pelo Corpo Acadêmico, o melhoramento dos ordenados dos professores e da sorte dos pensionistas, que passou de três a seis anos; e o mandar estes para a escola de Paris, a primeira da Europa”²⁹³.

O projeto de Porto Alegre para a Academia coaduna-se com a sua concepção geral do desenvolvimento da nação: o progresso artístico e cultural que definiriam a importância do Brasil enquanto nação, sobretudo a partir de um olhar europeu e seria medido pela capacidade de se produzir aqui obras originais, com estilo e temática brasileiros. Para isto a reforma no ensino das Belas Artes era fundamental, no sentido de qualificar artistas nacionais para pensar e pintar sua pátria com as suas próprias cores, pois “a natureza brasileira pedia intérpretes”²⁹⁴. Além disto, a consolidação desta reforma retirava dos artistas e mestres individuais a incumbência da formação de discípulos e profissionaliza o ensino, restringindo-o a um campo acessível apenas através de títulos, diplomas, bolsas de viagem, ou seja, da obtenção de capital simbólico neste campo em formação.

Assim, enquanto a preocupação do governo residia em dar uma função prática e utilitária à Academia, Porto Alegre tinha a preocupação pedagógica de adequar os conteúdos e cursos ao aprendizado acadêmico, defendia o processo progressivo do ensino e o estudo da botânica, objetivando a formação de artistas nacionais²⁹⁵. Neste sentido, atuava como um intelectual orgânico para promover e organizar as instituições artísticas, as exposições, os museus e a produção do conhecimento sobre a arte nacional no Segundo Reinado. A vinculação com o projeto monárquico fica claro, através da incumbência que receberam, no caso de Porto Alegre relutantemente, devido a rivalidades internas entre os professores dentro da Academia e a supervisão de um

Além dos professores efetivos surgiram os Professores honorários que substituiriam os primeiros nos seus impedimentos. Desapareceram os antigos Professores substitutos.

Foi criado ainda o título de membro correspondente, cuja escolha deveria ser feita dentre os mais distintos, artistas e cientistas não residentes no Brasil.” . p.208

²⁹³ GALVÃO, Alfredo. Op. cit.p.438.

²⁹⁴ LOBO, H. Op. cit. p.26.

²⁹⁵ FERNANDES, Cybele V. N. “A reforma pedreira de 1855 na AIBA e a sua relação com o panorama internacional do ensino nas academias de arte” In:180 anos de Escola de Belas Artes.Rio de Janeiro:UFRJ, 1996. p.154.

gabinete conservador. Porto Alegre se considerava detentor desta “missão” quando escreveu a propósito em sua autobiografia: “Ninguém há 20 anos tem mais trabalhado para as artes e os artistas, e ninguém tem sido mais acremente agredido pelos artistas do que ele, mormente dos estrangeiros, que olham para ele como para um homem que lhes não pode servir de escada e capa”.²⁹⁶

A resistência a esta administração foi grande, especialmente por parte dos pintores estrangeiros que esperavam continuar usufruindo de privilégios sobre os artistas formados no Brasil. A organização e os bons resultados, obtidos por Porto Alegre, fizeram esmorecer as resistências dos professores contrários à reforma.

Com a substituição do chefe do Ministério pelo Marquês de Olinda em 1857, o apoio de Porto Alegre esvaiu-se. Opondo-se veementemente à indicação ministerial de um professor analfabeto, um cenógrafo de nome Joaquim Lopes de Barros Cabral, para a cátedra de cenografia e pintura histórica, Porto Alegre foi pedir o apoio do monarca²⁹⁷. Tal indicação contrariava-o pois mais uma vez não conseguira indicar artistas de sua predileção para a cadeira²⁹⁸, esvaziando sua autoridade como diretor. Apesar da solidariedade do Imperador, a quem foi expor o caso, Lopes de Barros tomou posse sem a presença do diretor e do vice diretor da Academia. Nos *Apontamentos* o pintor rio-grandense explicava sua conduta:

*Procurei dar consideração à Academia e tinha fé de que daqui a cinco anos apresentaria resultados dignos da confiança do Governo; mas no Brasil não há governo, há ministros, há pessoas que sobem ao poder sem se importarem com o passado e com as tradições dos que trabalharam antes deles.*²⁹⁹

Percebeu então que a aristocracia que ocupava os altos postos do governo não manifestavam interesse pelas artes e indústrias de prosperarem, pela falta de visão e conhecimentos do meio artístico. Nos *Apontamentos*, Porto Alegre lista os resultados que obteve com a Reforma da Academia:

Deixo a Academia das Belas Artes muito melhorada em sua disciplina interna; com professores novos, capazes de bem ensinar suas especialidades, e de infundir no coração da mocidade princípios

²⁹⁶ PORTO-ALEGRE. M. A. “Apontamentos”. Op. cit p. 442.

²⁹⁷ A cadeira de pintura histórica, a mais valorizada segundo os critérios da Academia, foi primeiramente ocupada por J. B. Debret entre 1826 e 1831. Olinda baseava-se no fato de que o candidato fôra professor Substituto de Desenho pelo Regimento de 1831.

²⁹⁸ Vitor Meirelles ganhou uma bolsa em 1853 para estudar na Escola de Pintura de Paris e por recomendação de Porto Alegre estudou com o Barão Gros que também foi seu mestre em pintura. O mestre guardava a vaga de pintura histórica para ele, mas perdeu a indicação para João Maximiliano Mafra.

²⁹⁹ LOBO, H. Op. cit. p.27.

salutares; deixo-a com um fundo de biblioteca precioso, e com modelos plásticos para o estudo clássico da arquitetura, e o estudo do claro escuro e da forma, modelos que só podem ser avaliados pelos homens sumos; deixo-a circundada de professores honorários de mérito superior nas ciências e nas artes, e de membros correspondentes e honorários, que me farão sempre justiça; deixo-a com uma escrituração regular, senão perfeita, e com a convicção de haver servido com lealdade e zelo através dos incômodos inseparáveis da vida de todo aquele que chama os homens ao dever, ao estudo e procura moralizar³⁰⁰.

Assim o artista revelava seu enorme esforço no sentido de profissionalizar o ensino de pintura na Corte, para gerar os produtores de uma pintura nacional que pudessem igualmente, através de sua arte, louvar o Governo Imperial como ícone e representante incontestado da unidade, da natividade e da Providência. Um artista formado em uma época em que a aprendizagem era amadorística, que aprendeu com um relojoeiro talentoso e através de seu próprio interesse em imitar os grandes franceses, lançava as bases para a constituição de um campo artístico, com um *habitus* próprio, critérios de reconhecimento e capital simbólico.

Após o desgosto e a exoneração da Academia³⁰¹, Porto Alegre mais uma vez sentiu-se desprestigiado ao voltar a lecionar na Academia Militar, pois a reforma empreendida o fez passar para uma categoria inferior tendo como consequência seu pedido de exoneração. A esta altura a situação financeira voltava a ficar difícil para o artista e pai de família Araújo Porto Alegre.³⁰²

Magalhães começaria a se dedicar ao reingresso na carreira diplomática no final da década de 1840. Após breve retorno, em 1846, ao ensino de filosofia no Colégio Pedro II deixa definitivamente a cadeira talvez pelo baixo ordenado, ou por falta de estrutura do ensino, já que o único manual de filosofia de que dispunha era a cartilha do Genuense, aquela que já era utilizada por Monte Alverne nos anos de 1820.

Seu trabalho como poeta oficial, produzindo odes e cantos para o Imperador recém saído da puberdade tinha saído³⁰³, lhe valeu não só títulos, como a de Cavaleiro

³⁰⁰ Idem. Ibidem. p.28.

³⁰¹ Segundo os *Apontamentos* o Imperador não queria aceitar a demissão, então Porto Alegre lhe disse que já não tinha força moral e não podia aceitar a desfeita do Ministro.

³⁰² Porto Alegre freqüentemente passava por apuros financeiro porque ganhava em cada instituição como professor na AIBA, no Colégio Pedro II e na Academia Militar pouco mais do que um trabalhador manual, um artesão. Em média ganharia 800\$000 réis em cada cargo enquanto um artesão ganharia 700\$000 réis. Os projetos de arquitetura e decoração, os cargos de bibliotecário e diretor também eram muito mal remunerados. Um médico, ou advogado, segundo Squeff ganhava cerca de 3:000\$000 réis mensais.

³⁰³ Nas ocasiões em que recebia títulos declarava saudações e odes ao Imperador. Tal aconteceu em 1841 quando recita a “Saudação a Sua Majestade Imperial o Sr. D. Pedro II, Imperador Constitucional e

da Ordem Imperial do Cruzeiro, a Comenda da Ordem de Cristo, mas a tão desejada “colocação”. É nomeado cônsul geral e encarregado de negócios no reino das Duas Sicílias governado pelo irmão de Teresa Cristina, Fernando II. Em Nápoles, em fins de 1847 ou começo de 1848, em meio a uma guerra de independência encabeçada pelo Piemonte sob a pressão do movimento liberal, Fernando é pressionado a outorgar uma Constituição mas resiste com violência e se refugia em palácios em Gaeta e Caserta.

Fora do Brasil escreveu poesias para distrair a dor da perda de dois filhos de seu casamento e preencheu o tempo escrevendo a epopéia sobre o assunto nacional que já ambicionara desde 1832, e que levou sete anos para escrever. A *Confederação dos Tamoios*, que pensava ser sua obra prima, terminou em 1854. Neste ano segue de Nápoles para Turim para assumir a chefia da representação na Corte de Victor Emmanuel II. Mas, entre 1854 e 1855, pede uma licença para ir à Corte apresentar ao Imperador A *Confederação* e só volta em meados de 1855, antes da edição do livro pela tipografia de Paula Brito.

É quando Magalhães retorna ao exterior em sua função de diplomata na corte de Victor Emmanuel cercado de Homens de letras, professores, pensadores políticos em pleno processo da unificação italiana, com Cavour. No Brasil, *As cartas sobre a Confederação dos Tamoios* foram publicadas por Alencar em julho e agosto de 1856 no Diário do Rio, na coluna “Folhas Soltas” sob o pseudônimo de Ig, gerando uma polêmica que mobilizaria seus melhores amigos em sua defesa.

Apenas eventualmente um escritor poderia viver dos seus romances ou do jornalismo em meados do século XIX. A disputa pelo reconhecimento e pelo patrocínio do imperador acarretava a publicação gratuita de uma obra – que ainda era um risco muito grande para a empresa editorial – e seu sucesso. A certeza de receber um ordenado de Estado, e integrar o funcionalismo público, acabou seduzindo escritores e poetas que antes sonhavam em dedicar-se à cultura e às letras e apenas a elas.

Porto Alegre, por exemplo, teve uma enorme produção literária nos anos de 1840 e 1850 que só não foi maior porque se metia a trabalhar ao mesmo tempo em

Defensor Perpétuo do Brasil, no fausto dia da sua Coroação e Sagração, 18 de julho de 1841” foi nomeado Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro, pelos serviços prestados na província do Maranhão. Em 1845 publica uma ode dedicada ao Imperador “A Sua Majestade o Senhor D. Pedro II, Imperador do Brasil, por ocasião da visita que se dignou fazer à província de São Pedro do Rio Grande do Sul, acompanhado de sua Augusta Esposa” e no final do ano é agraciado com a Ordem de Cristo. Em junho de 1854 vem da Sardenha para o Brasil e lê perante o Imperador o poema “Confederação dos Tamoios” e em fevereiro do ano seguinte é nomeado Comendador da Ordem da Rosa. Ver a síntese cronológica em LIMA, Israel de Souza. *Cláudio Manuel da Costa, Domingos Gonçalves de Magalhães e Evaristo da Veiga*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002. vol 5. p220-223.

vários empreendimentos e vários campos, na política, no jornalismo, como historiador no IHGB, em pintura, na arquitetura, na música e na poesia. Parafraseando Hélio Lobo tratava-se de “o homem-tudo”³⁰⁴. Além de atuar na *Revista do IHGB* e lá serem publicadas vários pareceres e memórias, fundou a *Minerva Brasiliense* e a *Guanabara* com Joaquim Norberto e Gonçalves Dias. Colaborou ainda com a *Íris*, o *Ostensor*, o *Jornal dos Debates Políticos e literários* o *Jornal das Famílias*.

Mas, foi no exterior que começou a escrever seu projeto literário mais ambicioso *Colombo*, um épico histórico com mais de 6.000 versos, escrito para “coroar seu patriotismo”³⁰⁵. A esta altura, Porto Alegre abandonou a pintura e assumiu um cargo de agente comercial na Turquia, cargo que nunca chegou a assumir. Recebeu, ao invés disto, uma colocação como diplomata, em que possuía experiência prévia como secretário do Conselheiro Rocha em Roma nos anos de 1830³⁰⁶.

Com mais de 50 anos, Porto Alegre, com quatro filhos, sendo uma filha parálitica, com a saúde alterada, lançava-se em uma aventura que lhe custou bastante. Mas o fazia porque necessitava realmente. O diário do pintor revela como os gastos da viagem, da casa, da mudança e até com médicos lhe preocupavam, vê-se ao longo de páginas e páginas e mesmo nas cartas que mandava a amigos, ao cunhado Capanema e ao genro, Pedro Américo, contas e projeções de gastos e reclamações quanto ao preço dos artigos em Lisboa, comparando com os preços em Dresden. Ele lamentava:

*Tenho servido ao Imperador, ao Governo e ao meu país com lealdade e desinteresse e do Imperador não tenho queixa. Tenho sofrido por ser leal, por ser amigo. Ainda não postulei uma só graça do Governo: até hoje tenho cumprido ordens e até sacrificado o meu bem estar geral*³⁰⁷.

Esta queixa talvez emanasse da frustração diante da expectativa que tinha o pintor de que a Monarquia ampararia os intelectuais e artistas de valor, provendo-os e desenvolvendo as artes e letras. Em uma carta, Porto Alegre eximia o imperador da culpa de não ter recebido a ajuda recebida para montar o consulado em Lisboa.³⁰⁸

³⁰⁴ LOBO, H. Op. cit. 17.

³⁰⁵ Ele afirma “Para coroar meu patriotismo concluo na mesma carta, preparo e está quase concluído um poema que, se não tem o mérito literário tem o artístico, porque é uma obra original em seu plano. Fiz um poema porque Deus não me deu cabedal para escrever outro livro: fi-lo por obedecer a uma lei da natureza. Vossa Excelência sabe que um poema também se edifica o futuro, enobrecendo-se o coração da mocidade, preparando-se os ânimos para o amor do belo, da pátria e do heroísmo, a mais pura de todas as virtudes.” PORTO ALEGRE. “Apontamentos”. Op. cit p.34

³⁰⁶ LOBO, H. Op. Cit. pp.34-35.

³⁰⁷ Idem. Ibidem. p. 36

³⁰⁸ Carta a Capanema datada de 13 e de 15 de abril de 1857. Acervo do Arquivo do Museu Imperial.

Reclamava da falta de mobília da casa oferecida para sua permanência, da falta de honorários revelando a precariedade da carreira diplomática do período. Contudo, o artista “reformado” hesitava pedir recursos ao Imperador, pois ao soberano “apenas coisas grandes”. Diante de uma certa decepção das instituições e mesmo da família real, a figura imperial alimentava-lhe as esperanças.

Apesar das dificuldades, a diplomacia era a melhor colocação de que dispunha. O relato a bordo do navio Tyne, em 1858, foi registrado em seu diário de próprio punho. A viagem desgastante com paradas em Recife e em Salvador, teve como destino Lisboa em que Porto Alegre passou por uma quarentena, em condições penosas. Acabou por permanecer em Lisboa por quase um ano e travou contatos com escritores e homens ilustres como Alexandre Herculano, Inocêncio Francisco da Silva, o Duque de Saldanha, o Visconde de Juromenha, o Marquês de Penalva “todos os grandes do tempo”³⁰⁹.

Tornou-se membro correspondente e de mérito da Academia de Belas Artes Lisboa e produziu uma obra sobre a parte artística, industrial e literária da capital com observações interessantes sobre os costumes dali. Depois serviu seis anos como Cônsul Geral da Alemanha, especialmente em Dresden. Nem ele nem a família freqüentavam festas oficiais, por falta de recursos³¹⁰. Em suas cartas destinadas a amigos, à filha e ao genro, pode-se entrever as dificuldades financeiras pelas quais passavam, as quais Porto Alegre fazia questão de descrever em minúcias para familiares e amigos íntimos. A precariedade da estrutura da atividade diplomática obrigava-o a economizar para continuar educando seus filhos mais velhos. Afirmava o desejo de “regular minha vida material para bem educar os outros quatro filhos que me restam e subsistir com aquela ordem conveniente e própria do meu cargo”³¹¹.

Participou das comissões brasileiras na exposição em Paris (1867), em Viena (1873). Mas também lhe sugavam os recursos, atividades que eram atribuições do consulado, para as quais o governo brasileiro não disponibilizava recursos, como a ajuda a imigrantes pobres, criados, marinheiros, estudantes, viúvas que lhe escreviam rogando amparo e ajuda financeira. Nesta época, paralelo a suas atividades consulares,

³⁰⁹ LOBO, H. Op. Citp.35.

³¹⁰ Contudo Hélio Lobo afirma que sua casa era um centro de encontro de artistas e intelectuais. Ver LOBO, Hélio.Op. cit. p.35.

³¹¹ Dentre suas tarefas como diplomata estão aquelas de recepcionar autoridades –a princesa Isabel e o Conde d’Eu em sua visita à Colônia - escrever pareceres sobre comércio, navegação e imigração. Por exemplo, já em Lisboa, escreveu relatórios sobre o comércio avaliando que o Brasil deveria se libertar da dependência dos gêneros de Portugal (sal, vinho e trigo).

aproveitava para estudar e preparar a publicação das *Brasilianas* e *Colombo* que só pode publicar porque recebera recursos adiantados do seu amigo Gonçalves de Magalhães, retribuindo o favor que lhe prestara cerca de trinta anos antes.

Ambos no exterior, os amigos Magalhães e Porto Alegre trocavam correspondências. As de Porto Alegre foram em grande parte preservadas, talvez porque tivesse mais amigos ou porque necessitasse desabafar seus infortúnios. A vida de ambos agora se passara no exterior enquanto a pátria era um frágil elo e uma vaga inspiração. Magalhães permaneceu em Turim, até 1857, sendo removido para S. Petersburgo enquanto aproveitava para concluir e publicar dois livros *Os Mistérios* em 1857 e *Fatos do Espírito Humano* em fins de 1858. Nesta data foi encarregado dos negócios para a Espanha então governada por Isabel II e dali em poucos meses para Viena por decreto de 7 de maio de 1859³¹², promovido a Ministro residente em Viena onde ficou por 8 anos com a família, a esposa Januária de Sá Pinto Ribeiro, e os filhos Amadeus e Nenela³¹³. Em 1859, além da biografia de Monte Alverne, escreveu um ensaio para a Revista do IHGB “Os indígenas perante a história” em que polemizava com Francisco Adolfo de Varnhagen, autor de *História Geral do Brasil*.

Magalhães mudou-se de Viena, tornou-se ministro plenipotenciário nos EUA em Washington logo após a guerra de secessão e obteve igual posto em Buenos Aires em 15/04/1871³¹⁴. Por conta de seu desempenho, Magalhães foi então agraciado com o título de barão de Araguaia por decreto deste ano, 1872, e encarregado das negociações na capital do Paraguai e em 1874 enviado como ministro plenipotenciário junto à Sta Sé e logo depois tornou-se Visconde de Araguaia³¹⁵. Para um escritor sem propriedades, o título nobiliárquico não teria sido concedido em atribuição a seus feitos culturais, seus

³¹² Em 1858 seu grande mestre Monte Alverne morre e Magalhães que não pôde ir ao seu enterro escreve para a Revista do IHGB sua biografia em 1859. O amigo Porto Alegre julgava-se continuador da doutrina de Monte Alverne e expôs este pensamento no sepultamento do padre.

³¹³ Sobre a família de Gonçalves de Magalhães, seu maior biógrafo Alcântara Machado não diz uma palavra. Mas sabemos que ele era devotado à esposa com quem se casou em 1847 e para quem ofereceu o livro de poemas *Amância*, anagrama de Januária. Era um pai atencioso, o que era perceptível através da correspondência que trocou com Porto Alegre quando ambos eram cônsules na Europa. Ver Carta de Viena de 18 de fevereiro de 1862. Cartas de Domingos José de Magalhães à Manuel de Araújo Porto Alegre. Epistolário Acadêmico In: *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro, 1934. vol. p.109–110.

³¹⁴ Ao que parece, Magalhães foi um hábil diplomata contornando conflitos ao representar o Brasil. Na presidência de Domingos Sarmiento de 1868 a 1874 “É Magalhães que agüenta, em Buenos Aires, a repercussão do gesto audacioso de Cotegipe, com a assinatura em separado dos tratados de paz com o Paraguai”. A crise caminhou para uma guerra com a antiga aliada por pendências territoriais. Foi resolvido com acordo assinado em 1872.

³¹⁵ Nos últimos anos de sua vida escreve obras filosóficas “A alma e o cérebro” em 1876 e “Comentários e pensamentos” em 1880 falecendo em 1882.

dramas, odes, poesias e obras filosóficas, mas ao desempenho político e prático para a consolidação do Império.

Mas apesar dos infortúnios³¹⁶, dos problemas financeiros e apesar dos lamentos frequentes³¹⁷, seus filhos formaram-se dentro do vasto campo de interesses de Porto Alegre; casou muito bem duas de suas filhas³¹⁸, o filho Inácio estudara piano, a filha Ana estudou música e pintura. Porto Alegre não deixou muitos bens, após uma vida de apertos³¹⁹. Por outro lado, recebeu honrarias, comendador, cavaleiro, foi membro de Academias de Belas Artes de Letras, no Brasil e na Europa foi agraciado com o título de Barão de Santo Angelowm em 1874. Frequentava mais as Academias, o Conselho da Sociedade Promotora das Belas Artes, onde havia conferências científicas e literárias, do que festas e solenidades.

Desde os anos de estudante buscando aproximar-se dos locais onde poderiam galgar gratificações simbólicas, patrocínios, honrarias e celebridade, da Corte e principalmente com o Imperador, no final da vida esses intelectuais receberam honrarias que tanto ansiavam em troca dos préstimos auferidos à pátria, pelo entusiasmo com que frequentemente saudaram o Imperador e a família imperial e que os tornaram monarquistas convictos.

2.2.2 Macedo e Gonçalves Dias: fortunas e infortúnios dos homens letrados na Corte

Para Porto Alegre e Gonçalves de Magalhães que deixaram o país em fins da década de 1820 e início de 1830, a pobreza do ambiente literário e a escassez de meios materiais para promover a cultura nacional constituíam um enorme entrave ao cultivo das artes, das letras e ciências e ao avanço da “civilização”. Isto significava que existia uma cultura nacional e um meio cultural a ser organizado. Para os jovens literatos

³¹⁶ Outros infortúnios lhe atingiram: perdeu duas filhas e uma criada por conta do clima.

³¹⁷ Nos apontamentos escrevia sobre si próprio “Nunca ambicionou cargos políticos e nunca postulou uma só graça ao poder...É casado, tem cinco filhos, e vive dos seus trabalhos pobrememente, pois nunca se aproveitou das ocasiões que teve.”(PORTO-ALEGRE, “Apontamentos”. Op. cit. pp.441-442)

³¹⁸ A filha Paulina casou-se com Paulo Faulhaber, antigo ajudante de ordens do rei da Saxônia, artista de música e compositor reconhecido e Carlota casou-se com Pedro Américo, pintor celebrado no Brasil Imperial.

³¹⁹ Segundo Letícia Squeff, Porto Alegre morreu realmente pobre, sem bens para deixar como herança, tendo sido enterrado em um jazigo emprestado. Deixou no Brasil bens que foram avaliados em 1:200\$000 réis - metade do orçamento mensal que dispunha, somando todos os seus empregos no Brasil. SQUEFF, L. Op. cit. pp.70-71.

nascidos uma década depois, como Joaquim Manuel de Macedo e Antônio Gonçalves Dias, a transformação já tinha começado e cabia a eles fazerem parte dela. Talvez por isto tenham sentido melhor, do que os dois amigos mais velhos, algumas das implicações modernas de serem homens de letras no século XIX.

A trajetória de J. M. Macedo demonstrava as opções disponíveis aos homens de letras no Brasil, durante a década de 1840, em um meio literário em que o romantismo passava a contagiar os intelectuais, através do surgimento de uma sensibilidade, de gostos e valores que eram compartilhados com os escritores europeus através dos jovens estudantes no estrangeiro, dos romances que chegavam nas bagagens dos emigrados ou que eram vendidos a preços variados nas livrarias.

Os estudos biográficos sobre Joaquim Manuel de Macedo são esparsos. Constam de prefácios a obras do autor, artigos comemorativos em jornais, capítulos de livros ou compêndios. A única obra de maior fôlego de caráter biográfico é o livro recentemente lançado de Tânia Serra, *Joaquim Manuel de Macedo, ou os dois Macedos, a luneta mágica do segundo reinado*³²⁰. Esta ausência explica-se pelo fato de Macedo não ter deixado um ensaio autobiográfico ou suscitado ensaios biográficos por seus amigos e companheiros do Instituto Histórico, mas dificilmente justifica-se o lapso por ter sido o romancista “pessoa do imperador”, professor das princesas imperiais, político liberal, freqüentador da corte e dos salões literários, membro do Conservatório Dramático e sócio do Instituto Histórico.

Nascido em 1820, dois anos antes da independência do Brasil, Joaquim Manuel de Macedo viveu na freguesia de Itaboraí, no interior do Rio de Janeiro³²¹, uma região agrária especializada no fornecimento de víveres (especialmente farinha, feijão e açúcar), onde algumas famílias constituíram fortunas com a posse de fazendas e engenhos. Pouco se sabe sobre sua infância, mas Joaquim Manuel provinha de uma família de rendimentos modestos, embora seu pai fosse boticário da vila, juiz substituto e vereador algumas vezes.

A ascensão social e a estabilização financeira do rapaz de Itaboraí não foi decorrência de seus estudos na Escola de Medicina na Corte que seguiu por vontade paterna. A medicina era a garantia de um ofício respeitável para filhos dos extratos médios da sociedade, mesmo para aqueles que não demonstravam vocação e interesse

³²⁰ SERRA, Tânia. *Joaquim Manuel de Macedo, ou os dois Macedos: A luneta mágica do 2º reinado*. Brasília, UNB, 2004.

³²¹ Elevada a vila em 1833.

pela medicina. Como Magalhães, Macedo ingressou na Faculdade Médica para agradar ao pai que planejava uma carreira sólida para o filho. Após sua formatura em 1844, a necessidade o levou a clinicar eventualmente, mas assim que encontrou meios mais regulares de obter proventos, a profissão permaneceu como um último recurso quando encontrava-se endividado.

Como estudante já se engajara no jornalismo e na literatura como era comum à juventude letrada de meados do século, escrevendo poesias na já tão badalada *Minerva Brasiliense*³²² editada por respeitadas figuras do romantismo como Araújo Porto-Alegre e Joaquim Norberto. Neste mesmo ano em que defendeu a tese *Considerações sobre a Nostalgia* também publicou *A Moreninha* (1844) que foi resultado de uma aposta estudantil durante as férias na cidade natal, de que Macedo poderia narrar seus amores em forma de romance e terminá-lo em um mês³²³. *A Moreninha* foi um grande sucesso, esgotando os mil exemplares impressos na primeira edição, já que Macedo adotou uma eficiente estratégia de vendas, tendo encarregado dois escravos de oferecer o romance de porta em porta³²⁴.

A historiografia literária recente toma como referencial este romance de juventude de Macedo porque a partir do enorme sucesso desta obra, que saiu em folhetim pelo *Jornal do Commercio* e depois foi editado, por conta do autor, pela Tipografia Francesa, o público leitor incipiente no século XIX torna-se receptivo à produção romanesca nacional. Macedo garantiu a receptividade da obra incumbindo dois escravos da venda dos romances de porta em porta, percorrendo os sobrados do centro, da Cidade Nova, de São Cristóvão os palacetes do Catete e de Botafogo³²⁵. Até então o contato dos leitores com os valores e a estética romântica restringia-se aos romances estrangeiros, especialmente franceses traduzidos para o português, e doravante preparava-se uma geração de escritores e literatos que escreveram visando este público.

O sucesso de *A Moreninha* resenhada na *Minerva*³²⁶ colocou Macedo entre os escritores mais populares do período. Não só os escritores da nova geração surgiram do meio estudantil, mas também se processava uma transformação na sensibilidade do

³²² A REVISTA MINERVA BRASILIENSE: Jornal de Ciencias, Letras e Artes foi editada entre 1843 e 1845.

³²³ MACHADO, Ubiratan. *Vida literária no Brasil durante o romantismo*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.p.48.

³²⁴ Idem. Ibidem.p77.

³²⁵ MACHADO, Ubiratan. Op. cit p.77

³²⁶ MELLO, Dutra e. “A Moreninha” In: *Minerva Brasiliense*,nº13,Typographia de E.S. Cabral,1º de Maio de 1844. vol 1. p.474-451.

público leitor, tanto para recepcionar as obras, mas como para a forma com que o poeta ou o literato passaria a ser visto. O iniciante Macedo não tinha o prestígio de Magalhães, o primeiro poeta oficial, nem o de Porto Alegre, aos quais muito admirava, mas o sucesso entre o público leitor e nem tanto entre os homens de letras ligados ao Estado, abriu-lhe as portas para o jornalismo, a política e para obtenção de cargos no Estado.

Também Gonçalves Dias experimentou uma trajetória coincidente neste aspecto, ao tornar-se o poeta mais popular de meados do século XIX. A sua mais completa biografia foi escrita por Lúcia Miguel Pereira³²⁷ que mostra a contradição existente nas ações e nas convicções dos homens de letras. Gonçalves Dias nasceu no Maranhão na cidade de Caxias, antiga Aldeias Altas, uma das mais florescentes vilas do interior, localizada na região do algodão e centro do comércio local. Caxias “a mais importante vila da Província, composta quase toda de negociantes ricos e grandes lavradores europeus” foi foco da resistência protagonizada pelos comerciantes e oficiais portugueses à época da independência³²⁸.

Dentre estes ricos comerciantes³²⁹ encontrava-se o pai de Gonçalves Dias, João Manuel. Tinha duplo motivo para sentir-se desprezado, o fato do pai ser um “marinheiro”, assim como seu nascimento ilegítimo, filho de uma criada mestiça do caixeiro português. Possuía uma casa de comércio, típica venda de interior capaz de prover a todas as necessidades rudimentares dos tropeiros e barqueiros que chegavam à vila trazendo algodão das fazendas. Na infância e adolescência enquanto ajudava o pai, como auxiliar de caixeiro na venda, conviveu com índios, já “civilizados”, que habitavam as redondezas e iam à vila vender seus objetos³³⁰.

³²⁷ *A vida de Gonçalves Dias* é uma obra de quase 400 páginas. Para compô-la a autora consultou os arquivos de Antônio Henrique S. Leal, do amigo mais íntimo Alexandre Teófilo Leal de Gonçalves Dias e do professor José Medeiros. Também dispunha dos arquivos de Nogueira da Silva para escrever sua autobiografia. Os principais documentos são uma autobiografia que forneceu a Ferdinand Denis, necrológios do poeta, cartas aos seus principais amigos, Alexandre Teófilo Leal, A Henriques Leal, Gilherme Schüch Capanema, Porto Alegre, ao sogro, assim como suas poesias. Alguns estão arquivados na Biblioteca Nacional, outros no arquivo do IHGB.

³²⁸ PEREIRA, Lúcia Miguel. *A vida de Gonçalves Dias*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1943. p.12.

³²⁹ A fortuna de seu pai pode ser medida através da multa que foi atribuída a ele e a seu irmão Estevão quando da chegada das tropas dos independentes para os que não contribuíram com a independência. A multa chegava a 1 conto de réis de João Manuel e 100 mil réis do irmão Estevão sendo que preferiram fugir a pagar pois parece que eram comprometidos. João Manuel parece ter sido um homem abastado e constava de uma lista que variava de 6.000\$ 000 a 12\$000. Por conta desta dívida o menino Antônio nasceu durante a fuga e viveu por dois anos em uma cabana no meio do mato.

³³⁰ PEREIRA, L. M. Op. cit.p.13.

A descontinuidade dos seus estudos na infância³³¹, não evitou que se desenvolvesse através da leitura. Seus livros favoritos eram os romances de cavalaria *História do Imperador Carlos Magno e os Doze Pares de França* de Vasco de Lobeira. O pai, que trocou a criada mestiça por uma senhora branca, não abandonou o filho e desejava pagar seus estudos, quando faleceu a caminho de Lisboa com o menino. O sonho que parecia perdido foi realizado em 1838 quando a madrastra o mandou a Coimbra, convencida a pagar os estudos e a estadia do rapaz³³².

Desde muito jovem, Gonçalves Dias foi obrigado a contar com a solidariedade e a ajuda de amigos. Quando ocorreu a Balaiada, os negócios da madrastra tiveram refluxo e Gonçalves Dias teria que retornar a Caxias³³³ não fossem os companheiros Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, o melhor amigo, Pedro Nunes Leal, Antônio do Rego, João Duarte Lisboa Serra, Antonio Ferreira d'Araújo Jacobina que o auxiliaram com abrigo e depois com uma mesada. A sociabilidade e simpatias que despertava valeram-lhe por toda a vida e a eles Gonçalves Dias acreditava dever sua vida literária. Assim Lúcia Miguel Pereira os descrevia “Alegres, entusiastas, descuidados, providos de fartas mesadas...”³³⁴.

O clima intelectual do romantismo contagiava os jovens estudantes brasileiros e inspirou o rapaz a escrever poesias e outros projetos literários:

*A mocidade portuguesa vivia então em plena efervescência romântica, deslumbrada diante da trindade Herculano-Garret – Castilho. Coimbra não podia ficar alheia à revolução literária. A crônica literária, dirigida por José Freire de Serpa Pimentel, depois Visconde de Gouveia, poeta medíocre, mas que teve a sua hora publicava odes e baladas, e sextilhas de temas medievais e sentimentalismo à Martine, de Béranger e Chateaubriand, de Alfred de Vigny e Alexandre Dumas – todos devorados com o mesmo ardor, todas repetidos com a mesma docilidade pelos rapazes de longas capas e cabeleiras ao vento.*³³⁵

³³¹ Passou a infância muito solitária sem o carinho materno, com pai rígido que no entanto sentiu a inteligência do filho e matriculou-o no curso de Ricardo Leão Sabino, filósofo e aventureiro em 1835, onde estudou latim, francês e filosofia.

³³² RAEDERS, Georges. “Um grande poeta romântico brasileiro em Coimbra: Antônio Gonçalves Dias” In: *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Centro de Memória da Academia Brasileira de Letras. p.487 Os membros da Municipalidade se mobilizaram para obter do Estado uma pensão a favor do rapaz, recusada pela madrastra que, convencida pelo professor de Gonçalves Dias e outros de que o enteado tinha futuro brilhante o manda para Coimbra com uma mesada.

³³³ Estava inscrito na ocasião no Colégio das Artes, fazia os preparatórios para a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

³³⁴ PEREIRA, Lúcia Miguel. Op. cit. p.40

³³⁵ “Os defensores do romantismo, Alexandre Herculano, Almeida Garrett, Antônio Feliciano de Castilho, têm uma influência considerável sobre a formação do jovem escritor” Ibidem. p.489.

Estudava direito e igualmente línguas e literaturas francesa, inglesa e a poesia portuguesa.³³⁶ Conheceu o poeta em voga na época, José Freire de Serpa Pimental, Almeida Garrett, a quem tanto admirava e que apostava no romantismo nascente no Brasil, tal como Ferdinand Denis³³⁷, inspirador dos autores da *Niterói*. F. Denis acreditava que os brasileiros não mais iriam imitar os poetas pseudo-clássicos de Portugal, mas passariam a procurar em seu próprio país, em suas tradições, motivos de inspiração original. Alexandre Herculano tornou-se seu admirador após a publicação dos Primeiros Cantos, para os quais escreveu uma crítica elogiosa ao promissor poeta, a quem só iria conhecer em 1854.³³⁸

Gonçalves Dias e os companheiros, entusiasmados pela literatura sobretudo pelo romantismo francês, liam Victor Hugo, Lamartine, Vigny, Béranger, Alexandre Dumas, seus autores prediletos. Os autores românticos da Alemanha e da Inglaterra lhes chegavam às mãos por intermédio das traduções francesas³³⁹. Participava da “revolução literária” frequentando o grupo de portugueses interessados pelo medievalismo que publicavam na *Crônica Literária*, dirigida por José Freire de Serpa Pimentel, depois Visconde de Gouveia, que publicava odes e baladas, solaus e sextilhas de temas medievais e sentimentais a Rousseau assim como no jornal de João de Lemos, *O Trovador*.³⁴⁰

Em 1841, Gonçalves Dias fez viagens a Lisboa, realizou leituras³⁴¹, visitou teatros e no ano escolar que se seguiu em 1842-1843 trabalhou muito como estudante e como poeta.³⁴² Contudo, perdeu a matrícula do ano de 1844-45 mas, mesmo assim, obteve o título de bacharel em ciências jurídicas, apesar de não ter conseguido retirar o diploma. Com pouco dinheiro, retornava à cidade natal no Maranhão.

A cidade de Caxias, que já era estranha ao poeta, tornava-se muito provinciana para ele. Além da má reputação da qual dispunha, ser bem sucedido em uma carreira

³³⁶ Ibidem.p.489.

³³⁷ Ferdinand Denis, o sábio conservador da Bibliothèque Sainte-Geneviève escreveu em 1826 em seu *Resume de l'Histoire litteraire du Portugal et du Brésil* que o Brasil “deve enfim ser livre na sua poesia como já o era em seu governo”.Conheceria Ferdinand Denis em uma viagem à Paris e continuaram se correspondendo.

³³⁸ Quanto à Herculano acreditava no gênio do jovem estudante de Coimbra, mas não no romantismo brasileiro, ao qual achava um movimento poético bastante falso.

³³⁹ Idem. Ibidem.p.491.

³⁴⁰ PEREIRA, Lúcia M. Op. Cit. p.41. A convivência com o grupo de medievalistas de Serpa Pimentel manifestou-se em *Sextilhas de Frei Antão*. “O indianismo teve, com efeito, entre nós, um caráter evidente de glorificação da raça, do mesmo nacionalismo que levou os europeus a cantarem a Idade Média. Os índios foram os nossos cavaleiros, os nossos barões, a nossa nobreza. Mais que ninguém, Gonçalves Dias assim os viu.”

³⁴¹ Tasso, de Ariosto, de Dante, de Petrarca.

³⁴² Idem. Ibidem.p.493.

para um jovem bacharel pobre, no interior de Província na primeira metade do século XIX, era tarefa penosa e frustrante³⁴³. Sem perspectivas, passou uma temporada em São Luiz, capital da Província onde residiu como agregado na casa da família do amigo Alexandre Teófilo. As pretensões do jovem poeta mudariam de rumo; desejava “obter uma situação que lhe proporcionasse subsistência e meios de aproveitar o seu talento”.

*Precisava publicar os versos, agora acrescidos dos novos, feitos em São Luiz, escrever, estudar. Os problemas sociais e históricos, que sempre o interessaram, desde Coimbra, onde já lera pelo menos o Padre Simão de Vasconcelos, e certamente outros cronistas e viajantes do Brasil colonial, exigiam um centro mais intelectual. Mesmo para os poemas americanos não lhe bastariam os livros que pudesse comprar; a consulta à Biblioteca Pública da Corte era-lhe indispensável.*³⁴⁴

Através de Teófilo Leal conseguiu do vice-presidente da Província uma passagem gratuita no vapor para a Corte. Lisboa Serra emprestou-lhe dinheiro, depois que gastou quase todos os seus 200 mil réis que trouxera e com os quais pagava caros hotéis como l’*Univers*, almoços, bilhetes para peças, livros. Divertia-se na Corte, ia a saraus e bailes na casa de desembargadores e fazia amigos com a esperança também de que lhe aparecesse algum emprego³⁴⁵. O empréstimo do amigo Serra possibilitou-lhe pagar os gastos com as provas dos *Primeiros Cantos* que deixou na editora *Laemmert*.

Em 1846, dois anos após a *Moreninha*, foi a data em que estreou na poesia com os *Primeiros Cantos* do qual constava a *Canção do exílio* escrita em Lisboa. Um ano depois, apesar de poucas menções da imprensa, Gonçalves Dias já se tornava conhecido na Corte e fora dela³⁴⁶. Contudo a perspectiva de viver apenas da literatura permaneceria um sonho inalcançável.

³⁴³ Segundo as cartas remetidas a seu amigo Alexandre Teófilo Leal, as pessoas da cidade se chocavam com a extravagância do poeta, que gargalhava em público, falava o que lhe vinha na cabeça, bebia cerveja em público e não tinha emprego. Tentou então trabalhar como advogado pedindo a amigos que lhe mandassem se Coimbra o diploma que não conseguira retirar. Aos vinte três anos, sem cargo, mal visto pela madrastra e pelos moradores da cidade, envolvido ao lado dos “cabanos” nas disputas políticas da cidade o bacharel gasta seu dinheiro em livros que encomenda de Teófilo para reconstituir a biblioteca vendida à saída de Portugal obtendo obras jurídicas mas especialmente obras da literatura universal, Ossian, Vigny, Hugo. PEREIRA, Lúcia M. Op. Cit. pp63-67.

³⁴³ Edmundo C. Coelho considera que esta situação tendia a se alterar após a segunda metade do século XIX, quando firmas nacionais e estrangeiras se abriram, a atividade comercial e financeira se intensificou, absorvendo os bacharéis em Direito. Muitos prosperaram como Rui Barbosa, outros nem tanto, como Joaquim Nabuco. COELHO, Edmundo C. *As Profissões Imperiais, Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro* (1822-1930). Rio de Janeiro: Record, 1999.

³⁴⁴ PEREIRA, Lúcia M. Op. cit. p. 72.

³⁴⁵ DIAS, Gonçalves. “Carta a Teófilo de 1º de outubro de 1846”. In: *Correspondência ativa de Gonçalves Dias*. Op. cit. p.47-49.

³⁴⁶ Em alguns jornais seus versos figuravam na forma de críticas à personalidades controvertidas.

Da mesma forma Joaquim Manuel de Macedo não conseguiu viver do que escrevia, mesmo após o grande sucesso do seu primeiro romance que foi lançado em três edições. Ao lado de exercer atividades de escritor de prosa, teatro e poesia, continuou clinicando em Itaboraí e Porto das Caixas entre 1846 e 1847. Paralelamente, escrevia em jornais como o *Correio mercantil*, publicando folhetins e na revista *O Ostensor*. Mas, estas atividades não lhe permitiam sobreviver na Corte³⁴⁷ e nem tampouco casar com Maria Catarina Sodré, filha de Baltazar Sodré, um rico proprietário de engenho de açúcar e aguardente da região, o que só foi possível quando atingiu a estabilidade financeira.

O preconceito que o futuro sogro nutria contra o pretendente-escritor não demonstra apenas o quanto era disseminada a desconfiança em relação à índole ou caráter dos artistas e poetas, mas também mostra as barreiras sociais, no âmbito da classe dominante, que iriam se apresentar também para Gonçalves Dias. Macedo demonstrara ter consciência deste desprezo público contra os poetas, “seres privilegiados”, que não recebem reconhecimento da sociedade, em suas poesias “A incógnita”, “O amor de rate”, publicado no *Ostensor*. Aparentemente, a resistência de Sodré foi rompida após ser condecorado com a ordem da Rosa que também foi concedida ao poeta mestiço em 1849³⁴⁸.

Gonçalves Dias suscitava admiração e desconfiança. Em Caxias para onde retornou depois da viagem a Lisboa, era visto como extravagante e aproveitador. Em 1851, em São Luiz, portanto após alcançar a fama, ter recebido a ordem da Rosa do Imperador³⁴⁹, freqüentar o Paço imperial e conseguir proventos de uma ocupação no Estado, o pedido de casamento feito à Ana Amélia Vale, prima e cunhada de seu grande amigo Teófilo Leal, filha de família influente e tradicional no Maranhão, foi recusado.

³⁴⁷ Um médico recebia em média 3\$000 réis anuais. Um médico do interior talvez menos, dependendo se sua clientela tivesse posses. Se atendesse um rico fazendeiro, ganharia este valor em um mês, caso o contrário, provavelmente teria dívidas por atender as consultas a crédito. Ver COELHO, Edmundo. Op. cit. p.76. O aluguel de uma casa na Corte devia ser de igual ou superior a 400\$000 réis anuais, valor proposto pelo Ministro de Estado a ser pago aos professores primários como abono em 1839. Ver. PRIMITIVO, Moacir. Op. cit. p.523.

³⁴⁸ Em uma passagem do livro Tânia Serra afirma que o fato de nenhum parente de Catarina Sodré ter aparecido no enterro sugere que ela foi deserdada ou repudiada por causa do casamento com Macedo. SERRA, T. Op. cit. pp.52-53.

³⁴⁹ Coincidindo a saída do primeiro número da Guanabara com o aniversário do Imperador, foi um dos redatores levá-la à Quinta de São Cristóvão”. – [oferecê-lo ao monarca talvez já esperando que esta seria bancada por ele como foi]. Segundo Leal, D. Pedro reparou que, ao contrário de Macedo e Porto Alegre Gonçalves Dias não trazia no peito uma só condecoração e no dia seguinte deu-lhe o título de cavaleiro da ordem da Rosa. – ficou não só indiferente a ela mas talvez contrariado porque achava que o governo como vendia as condecorações por certo vendeu-as a negreiros, tendeiros comerciantes e elas pouco significavam.

O orgulho ferido pelo preconceito lhe inspirou inúmeros poemas, mas em cartas enviadas à mãe da moça o próprio poeta já advertia em relação à sua carreira instável de poucos proventos e de perspectivas incertas:

*Não tenho nem ambição de figurar na política do meu país, nem amor de fazer fortuna,...Assim parece-me que nem chegarei a ter mais do que hoje tenho, sendo difícil que venha a ter menos, nem valerei mais do que hoje valho, que é bem pouco.*³⁵⁰

Lúcia M. Pereira sugere que o casamento com Ana Amélia representaria “a entrada definitiva para o meio a que tudo fizera por pertencer, a estabilização da sua posição social”.³⁵¹ Talvez constituía a forma de distanciar-se de sua origem mestiça e ilegítima e sobretudo, de sua condição de não proprietário já que, em cartas posteriores ao amigo Antônio Henriques Leal, caracterizaria a si mesmo como “sem fortuna e sem proteção”³⁵².

Este incidente tem paralelo com a experiência de Macedo, cujo casamento com uma fazendeira também foi interditado durante muito tempo. Revela como o homem de letras de origem não-aristocrática, nem proprietária, almejava a ascensão social, freqüentando círculos dirigentes. Todavia, na realidade era pouco aceito, e, eventualmente tinha contato com a condição de excludente.³⁵³

A rígida hierarquia social tolerava-os em bailes e saraus, abrigava-os em cargos inferiores do Estado, mas não reconhecia o critério do talento e do renome literário, especialmente no que tange às ligações matrimoniais com as classes proprietárias e os altos postos do Governo Imperial. Havia um Gonçalves de Magalhães, poeta dileto do imperador e um Araújo Porto Alegre, pintor da Imperial Câmara, que tinham livre acesso ao Palácio de S. Cristóvão, mas a maioria dos escritores não desfrutava de proteção na Corte. Estes dois assumiram no aparelho de Estado, cargos de secretários, diretores, professores, deputados e diplomatas e por esta última função receberam título de baronato ao final da vida. Mas o exemplo de José de Alencar mostraria que até na ocupação de ministro da justiça, a nobreza imperial toleraria um homem de letras, mas ao Senado, sua entrada estava interditada.

³⁵⁰ DIAS, A. Gonçalves. “Carta a D. Lourença Vale”. (Arq Nogueira da Silva).Apud PEREIRA, Lúcia Miguel.Op. cit p.157.

³⁵¹ PEREIRA, L. M Op. cit. p.220

³⁵² DIAS, A. Gonçalves. “Carta a Antônio Henriques Leal”. Apud PEREIRA, Lúcia Miguel.Op. cit p.158

³⁵³ Ao irmão de Ana Amélia afirma: “Sabes que não tenho fortuna e que longe de ser nobre de sangue azul” e pragueja o mesmo discurso da carta à D. Lourença mãe de Ana Amélia. PEREIRA, Lúcia Miguel.Op. cit.

Entretanto, Gonçalves Dias dava seus primeiros passos nesta direção, Os *Primeiros Cantos* foi elogiado por Alexandre Herculano³⁵⁴ que não só exaltara o autor, mas a literatura brasileira. Mas, no início da sua carreira, em termos materiais, Gonçalves Dias ainda precisava de um emprego e tinha que vender o livro para pagar 900 mil réis ao *Laemmert*, o quanto custara a impressão e mais 100 mil réis com os volumes que despachava pelo correio. Por isto ambicionava uma sinecura, precisava que o favor Imperial lhe valesse um emprego:

*Isto de Rio de Janeiro , estou vendo que não me serve , ou que eu não lhe sirvo.Há perto de um ano que aqui estou, e por ora nada de arranjar –me – até disso vou perdendo as esperanças. Os nossos grandes homens recebem-me com a carinha n'água, namoram-me quase como se eu pudesse dispor de alguns votos, e estou certo de que se for bem recebido pelo Imperador, a quem terei a honra de ser apresentado um destes dias, ninguém será mais festejado, mais gabado, mais apreciado e mais acariciado do que eu: veremos pois se os bons olhos de S. M. fazem mudar a minha estrela – de promessas, já estou farto, de esperanças me vou fartando: e um ano de espera é muito esperar.Qualquer dia embirro os pés na parede, volto a cabeça como um burro cabeçudo e ponho-me ao fresco : vou plantar batatas, que é melhor do que fazer versos.*³⁵⁵

Gonçalves Dias sentiria como Magalhães, Porto Alegre, e também Macedo o abandono e o peso da escolha que fizera e aprenderia com a experiência que freqüentar os círculos de poder, dedicar a personalidades poderosas suas obras e ligar-se a indivíduos com cargos no aparelho de Estado, permitia-lhe obter cargos e subsídios para edição de livros e assim sustentar a sua literatura, a despeito do valor literário e patriótico que ela tivesse. Dias já não acreditava que seus livros o pudessem sustentar, ao contrário, acreditava que bancar a impressão de seus livros seria uma preocupação presente em sua carreira de escritor:

*Tenho-me convencido, meu Teófilo, que a vida de literato no Brasil , é por ora para quem tem dinheiro – confiava melancolicamente ao amigo – “quem não o tiver, faz bem em vender-se a um jornalista; ora , em não me quero vender”.*³⁵⁶

As cartas de Gonçalves Dias a Teófilo Leal são um testemunho importante da condição do intelectual em meados do século durante a constituição do campo literário e

³⁵⁴ Em uma crítica no artigo de Alexandre Herculano intitulado “Futuro Literário de Portugal e do Brasil” publicado na *Revista Universal Lisboense* em 1847.

³⁵⁵ DIAS, A. Gonçalves. “Carta à Teófilo”. Carta sem começo, sem data. In: Apud PEREIRA, Lúcia Miguel. Op. cit.p.87.

³⁵⁶ DIAS, A. Gonçalves. “Carta a Teófilo datada 3 a 8/4/1847”. *Correspondência ativa de Gonçalves Dias*.Op. cit.pp.79-83.

revelam o quanto, ora sob a égide do mercado editorial, ora sob a dependência do mecenato do Estado, a modernidade já era experimentada pelos homens de letras :

Poesias entre nós, não vendem. Dramas vão para o excelente Conservatório e lá se demoram meses; vêm para o Teatro, e não são representados; vão para a Imprensa, e não dão para as despesas, é um gosto. Romances se forem bons, não hão de ter compradores; como os de Paulo de Kock, ou ainda mais imorais, dão porém é pena que haja quem por tão pouco se queira desacreditar. Entre nós, estamos no tempo de Camões, podeis compor Lusíadas”³⁵⁷.

Ambicionava escrever uma epopéia brasileira original, que seria *Os Timbiras*, iniciado em 1847, e que permaneceriam incompletos, completar sua obra de pesquisa histórica *A História dos Jesuítas*, tema proposto em um concurso do *Instituto Histórico*³⁵⁸ para o qual ficou décadas coletando documentos históricos no Norte, no Amazonas e na Europa e mais tarde planejou escrever uma História Contemporânea do Brasil. Nas sessões e trabalhos do IHGB, nas pesquisas e projetos revela-se sua atuação como historiador e como etnógrafo. Para Dias, não havia antagonismo entre essas tendências do espírito, ser historiador era “um dos elos que se me fazem precisos para o meu currículo literário, um traço na superfície que eu pretendo encher”³⁵⁹.

Indicado ao Instituto por Porto Alegre em 1847, também trabalhariam juntos na redação da Revista *Guanabara* em 1849. Gonçalves Dias realmente valorizava o Instituto, mesmo nos dias em que mais tarde, doente, sentia-se mal nas ruas da cidade do Rio e desprezava o ambiente da Corte, tinha prazer em comparecer às sessões do Instituto com os amigos, com a presença do Imperador. O poeta maranhense era “dos mais ativos membros do Instituto, presente a todas as sessões, fazendo parte de comissões, emitindo pareceres, dando-lhe o melhor do seu esforço, estudando com a mesma minúcia o *Voyages dans les deux Océans*, de Eugène Delessert e a questão da entrada de mulheres no Instituto.”³⁶⁰

Em 1848, escreveu sua primeira obra histórica, seu prefácio aos *Anais históricos* de Bernardo Pereira de Berredo e Castro e no ano seguinte com 25 anos recebeu do IHGB, de que fora eleito sócio efetivo, a incumbência de escrever uma Memória comparando os indígenas do Brasil com os naturais da Oceania.

³⁵⁷ Idem. Ibidem. pp.79-83.

³⁵⁸ Ele teve a idéia de realizar a obra no retorno de Portugal e em 1864 Dias ainda achava documentos para a compô-la em Lisboa. A História dos Jesuítas já estava escrita desde 1859.

³⁵⁹ Os outros traços seriam o teatro e o romance. Ver PEREIRA, Lúcia Miguel. Op. cit., MONTELLLO, Op. cit p.IX

³⁶⁰ PEREIRA, Lúcia Miguel. Op. cit.p.103

Em 1849, o Imperador presidindo a primeira sessão do Instituto Histórico realizado no Paço da cidade, em que o instalara, distribuiu teses a vários sócios. Ao conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro incumbiu de estudar os elementos indígenas nos hábitos e na linguagem da gente culta, Francisco de Paula Menezes devia se pronunciar sobre as vantagens ou desvantagens, para a poesia nacional, do estudo e imitação dos poetas românticos; Joaquim Norberto foi encarregado de investigar o papel do acaso no descobrimento do Brasil. O presidente do Instituto, Candido José de Araújo Viana, deveria manter o soberano a par dos trabalhos, apresentando-lhe a lista dos sócios cumpridores das tarefas. A tese entregue a Gonçalves Dias foi saudada na *Guanabara*, “Comparar o estado físico, intelectual e moral dos indígenas do Brasil, considerados uns e outros na época da respectiva descoberta e deduzindo desta comparação, quais ofereceriam nessas mesmas épocas melhores probabilidades à empresa da civilização”. Deste programa proposto nasceu *O Brasil e a Oceania*, considerado o primeiro trabalho de etnografia brasileira. Esta longa monografia o poeta leu no Instituto em presença do Imperador e na qual confirmou a vastidão de seus estudos, o domínio da prosa erudita e o pendor das indagações científicas.³⁶¹

Lúcia M Pereira aponta brilhantemente a contribuição de suas pesquisas sobre os índios do Brasil e sua produção poética do período, especialmente nos livros *Os Timbiras*, *I-Juca-Pirama*, *Poesias Americanas* e outros poemas avulsos. *Os Timbiras* foram escolhidos para protagonistas do que Gonçalves Dias queria que fosse a epopéia indígena, mas contou apenas com 4 do 16 cantos pretendidos e ficou inacabada. O poema caracterizava a luta entre Timbiras e os Gamelas, e se passaria no século XVII, o século heróico do Brasil, em que as tribos Timbiras perseguidas recuavam para a selva amazônica.

Seu companheiro nas sessões do Instituto Histórico, Macedo foi admitido a partir de 1845, introduzido por Joaquim Norberto de Sousa e Silva e Manuel de Araújo Porto Alegre, seus companheiros na *Minerva Brasiliense*. No Instituto Histórico trabalhou incansavelmente por quase 37 anos, assumindo cargos de 1º, 2º secretário e orador³⁶². Tornou-se 2º secretário substituindo Francisco de Paula em 1848, ganhando mais e mais projeção, tornou-se 1º secretário e membro da comissão de trabalhos

³⁶¹ MONTELLO, J. Op. cit. p.XI.

³⁶² Tornou-se 2º secretário substituindo Francisco de Paula em 1848, ganhando mais e mais projeção, torna-se 1º secretário e membro da comissão de trabalhos históricos nas sessões magnas de 1851, 1853, 1854, 1855 e 1856. Em 1856 é eleito orador e tinha como incumbência fazer discursos aos sócios falecidos.

históricos nas sessões magnas de 1851, 1853, 1854, 1855 e 1856. Em 1856 é eleito orador e tinha como incumbência fazer discursos aos sócios falecidos, discursos estes que seriam compilados no seu *Ano Biográfico*.

Durante as sessões estreitou o contato e a amizade com o Imperador. Especialmente após 1849, com a mudança do Instituto para o Paço Imperial, o soberano sempre prestigiava os debates com sua presença. Devido a sua atuação como professor tornou-se tutor, sem aceitar qualquer remuneração, das princesas Isabel e Leopoldina. Passou a ter livre acesso ao Paço e ao Palácio Imperial, nos saraus e festas organizados pelo monarca. Atuou em outras instituições de instrução e de promoção cultural do Império: foi membro do Conservatório Dramático em que emitia pareceres de censura de peças entre 1844 e 1863. Fazia parte de comissões de pesquisa histórica no Instituto Histórico e Geográfico assim como sua atuação docente gabaritou-o para membro do conselho de Instrução Pública para reforma do ensino primário em 1866.

Mas, ao contrário de Gonçalves Dias, Macedo não compôs nenhum grande trabalho publicado na Revista do IHGB. Sua maior realização no campo da história diz respeito ao ensino, ao adaptar para as escolas primárias e ao entendimento dos alunos do Colégio Pedro II os conhecimentos produzidos no IHGB.

Desde que chegou à Corte, Gonçalves Dias começou a diminuir suas expectativas e assumiu um lugar como secretário e professor adjunto de Latim no Liceu de Niterói, recém criado, que Lisboa Serra conseguiu com a intervenção de Alves Branco, presidente do Conselho³⁶³. A recusa em trabalhar para os jornais ou aceitar auxílio do governo para publicação de suas obras logo cedeu à necessidade. O livro *Segundos Cantos* impresso na “Tipografia Clássica” foi pago pelos 300 mil réis com o auxílio oficial, a verba para fomentar as letras.³⁶⁴

Em maio de 1848, passou ao jornalismo político que detestava, atuando como redator dos debates do senado para o *Jornal do Comércio* nos quatro meses que duravam as sessões legislativas. Trabalhava todos os dias, domingos e dias santos das nove à meia noite.³⁶⁵ Era redator dos debates do Senado, assistia às sessões e corrigia os trabalhos dos taquígrafos. Na Câmara, exerceu o mesmo cargo para o *Correio Mercantil*

³⁶³ Ganhava 1 conto de réis anuais, com promessa de passar a um conto de duzentos. Mas isto não lhe bastava, só com duzentos mil réis mensais sustentaria seu padrão de vida. Não ganhou nada com as peças teatrais.

³⁶⁴ O episódio é interessante porque mostra como eram concedidos os subsídios às obras. Os Segundos Cantos eram dedicados à Teófilo, mas Lisboa Serra propôs que Gonçalves Dias o dedicasse ao ministro Alves Branco, e este último queria que o dedicasse ao Imperador e as Princesas. Dias amofinado, resolveu deixá-lo sem dedicatória.

³⁶⁵ O emprego no *Jornal do Comércio* lhe rendia os 200 mil réis que julgava necessário para subsistência.

no mesmo horário e passou a colaborar também com o opositor deste, o *Correio da Tarde* (antigo *Sentinela da Monarquia*, órgão do partido conservador). Escreveu crônicas, folhetins teatrais, críticas literárias também no *Correio Mercantil*, onde talvez tenha conhecido Macedo com o pseudônimo de “Optimus Criticus” e em um período em que a crítica literária dava seus primeiros passos. Quanto à crítica, Gonçalves Dias destruiu o poema de Teixeira e Souza *A independência do Brasil* que era dedicado ao Imperador e que pleiteava o subsídio monárquico. Também publicou poemas e colaborações na *Gazeta Oficial*.

O trabalho nas Câmaras, apesar de permitir manter-se financeiramente, não satisfazia sua necessidade de literato. Para viver tinha que ser redator de debates, matando-se de trabalhar para que fossem corretamente impressos os discursos, na maioria medíocres, dos senadores e deputados:

... estou agora feito o burro de cargo do Senado ... trabalho como um mouro”, “o maldito Senado, o troco de 200\$ mensais, tem-me tirado os anos de vida, e quanta poesia ainda tinha na cabeça. Estou hoje uma máquina de ouvir e de escrever!³⁶⁶

Por meio das relações travadas nas Câmaras, conseguiu do governo do Marquês de Olinda a sua nomeação, em março de 1849, como professor de Latim e História do Brasil do Imperial Colégio Pedro II³⁶⁷. Não interrompeu, embora tivesse “de estudar como um diabo” para dar aulas, as funções nas Câmaras e as colaborações do *Correio Mercantil*; certamente por não lhe bastarem para viver os vencimentos de 1:000\$000 anuais do novo cargo de professor. Ensinava Latim ao segundo e ao terceiro ano, e História do Brasil ao sétimo. O trabalho aumentou pela reforma promovida pelo decreto do Ministro do Império Monte Alegre que bipartiu as cadeiras de Geografia e História³⁶⁸. O amigo Macedo, que também ingressou no Colégio em 1849, lecionou História Antiga e Geografia, mais tarde Geografia e História Média e Moderna, e assumindo a cadeira de História do Brasil que Gonçalves Dias também deixaria em 1851 licenciado para ir ao Norte.³⁶⁹

Além deste encargo a mais, o cotidiano das aulas devia ter sido muito difícil pela precariedade das condições materiais e pedagógicas mesmo na Corte. Como faltava a

³⁶⁶ DIAS, A. Gonçalves. “Carta a Teófilo, 26/7/1848 e 10 e 11/8/1849”. (Arquivo do IHGB). p.101

³⁶⁷ Cf. BROCA, Brito. Op. cit. p. 148.

³⁶⁸ Aumentando as lições de dez para doze lições semanais para Gonçalves Dias sendo que as duas últimas seriam destinadas ao ensino de História Pátria. Pelo acréscimo de trabalho a gratificação anual seria de 200\$000 réis a serem adicionados aos 800\$000 da cadeira de latim

³⁶⁹ LIVRO DE MATRÍCULA DE EMPREGADOS DO Colégio Pedro II 1838-1852. Rio de Janeiro Pub do Colégio CPII, 1838-1852.p.6.n.º38 e 39.

Magalhães um manual didático para lecionar filosofia, e a Macedo um manual atualizado e satisfatório para ensinar história, Gonçalves Dias também não dispunha de um livro satisfatório para o ensino de História do Brasil. Macedo e Gonçalves Dias dividiam a disciplina de História com outro professor de muito prestígio junto ao Imperador, de nome João Baptista Calógeras, professor de origem grega, que possuía a 1ª cadeira de História. Este tomou emprestado da Biblioteca Pública da Corte e não devolveu a *História do Brasil* de Southey, que o poeta desejava consultar para poder preparar as aulas. O episódio chegou ao conhecimento do Visconde de Monte Alegre, Ministro dos Negócios do Império, provavelmente por queixa de Gonçalves Dias, havendo o estremecimento entre os dois colegas³⁷⁰.

A necessidade de obter um provento regular que a carreira literária não fornecia, aliada ao interesse de Macedo pela História do Brasil e pela Geografia levaram-no, em 1849, a aceitar a nomeação para a 2ª cadeira de História Antiga e Geografia do Imperial Colégio de Pedro II. No início dos anos de 1850, Macedo substituiu Gonçalves Dias na cadeira de História e Corografia do Brasil criada três anos antes³⁷¹. Mas, dividia as suas tarefas como professor, com a dedicação à política tentando ser eleito para uma cadeira efetiva de deputado na Assembléia Provincial. Como professor, aproveitava qualquer folga quando os alunos faziam provas, para redigir seus folhetins ou corrigir provas tipográficas de seus livros. A produção teatral e romanesca de Macedo realmente continuou muito ampla neste período. Além de enveredar no empreendimento de seu jornal liberal "A Nação"(1852 a 1853), publicou poesias na Revista *Guanabara*, em que era redator, iniciou uma coluna no *Jornal do Commercio* e participava da Comissão de Trabalhos Históricos do IHGB. Para dar conta da atuação na instituição de ensino, no IHGB, na cena literária, nos jornais onde sempre publicava e na política, tinha o hábito de trabalhar à noite, começando às 10 horas e interrompendo às 2 ou 3 da madrugada.

Macedo, tal qual Araújo Porto Alegre, Gonçalves Dias, entre outros, verdadeiramente apreciava e valorizava as reuniões no Instituto Histórico. Se sua atuação no Colégio Imperial não foi marcada nem pela assiduidade, nem pelo entusiasmo, no Instituto Histórico cumpriu honrosamente suas funções de secretário e

³⁷⁰ SEGISMUNDO, Fernando. *Excelências do Colégio Pedro II*. Rio de Janeiro:Colégio Pedro II: 1993.p.15 e 16. Justiniano José da Rocha, quando assumiu a cadeira de História Antiga e Geografia a partir de 1838, já preparara compêndios para auxiliá-lo depois de pedir muito ao Ministro manuais para trabalhar. Outros compêndios foram adotados nos anos seguintes, mas todos insuficientes até que em 1863 Joaquim Manuel de Macedo assumiu a tarefa de adaptar o trabalho de Varnhagen para o uso dos alunos do Colégio Pedro II e de escolas primárias.

³⁷¹ Assumiu a cadeira em 1852.

orador, participou dos debates e homenagens, mas sua contribuição mais efetiva à idéia de divulgar o resultado das discussões sobre a história pátria deu-se com a iniciativa de produzir compêndios direcionados à juventude e que suprissem a sua carência, que contivessem informações confiáveis e que dispusessem de um método para tornar os conteúdos atrativos para os alunos. Macedo adaptou as pesquisas e o trabalho documental, especialmente retirados da obra de Varnhagen *História Geral do Brasil*, para uma linguagem acessível e relevante para as crianças da 4º ano e 7º ano do Imperial Colégio Pedro II e depois para todos os colégios de instrução primária, manuais que foram editados pela primeira vez respectivamente em 1861, 1863 e 1865³⁷².

Ao mesmo tempo que escrevia as crônicas para o *Jornal do Comércio*, entre janeiro de 1861 a agosto de 1863, redigia justamente o volume das Lições do 4º ano e do 7º ano (1861 e 1863). Nestas *Lições didáticas*, utilizadas como instrumento nas aulas de História e Corografia no Colégio de Pedro II, o autor adequava as informações às séries e à capacidade de memorização, diferenciando os alunos do Colégio Pedro II e do ensino primário de outros liceus. Escolheu os conteúdos visando a despertar o amor à pátria e à identidade nacional, produzindo heróis, enaltecendo datas e acontecimentos, depreciando outras figuras "traidoras" (como Calabar), gerando anseios e valores da classe dirigente³⁷³. A incumbência do Instituto para a produção de dois volumes diferenciados, porém interligados, mostra a propensão de seguir uma padronização nas formas de ensinar história, embora reafirme a distinção social através da diferenciação dos conteúdos curriculares.

A sua atuação no Colégio Pedro II onde trabalhou por 33 anos como professor de História é descrito por seus alunos como aparentemente distante. Não permitia que seus alunos apreciassem a história com um pouco de filosofia. Cabia aos alunos repetir o que estava no compêndio e nada mais. Esta atitude talvez emanasse de uma concepção empirista de educação e da convicção de que se tratava de ensinar a "verdade histórica" e portanto a filosofia não poderia deturpá-la. Em grande parte era motivada pela questão prática de que não havia tempo para o professor apreciar o magistério, aproveitando o tempo das aulas para revisar provas dos folhetins escritos para a *Revista Popular*.

³⁷² MATTOS, Selma R. "Ordenar, Civilizar, Instruir" In: *O Brasil em lições*. Rio de Janeiro, 1993. (Dissertação de Mestrado) Rio de Janeiro, 1993.p.44 e Guilherme P. Neves "Joaquim Manoel de Macedo: História e memória nacional In: *Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica Anais da VII Reunião*, São Paulo, 1988.pp.133-137.

³⁷³ Ver MATTOS, Selma R. "Ordenar, Civilizar, Instruir" In: *O Brasil em lições. Op. Cit.*

Simplesmente, mandava um aluno reproduzir mapas geográficos no quadro negro e mergulhava na revisão de seus escritos.³⁷⁴ Mas, também se apoiava na certeza de que aqueles conhecimentos e informações sobre a História Pátria eram apropriados e necessários para a classe dirigente que estava sendo formada.

A elaboração de manuais didáticos tem uma importante função que Selma Mattos identificou. A autora entende Macedo e sua geração como dirigentes, ou seja intelectuais orgânicos da *classe senhorial* que, longe de já existir *a priori*, no momento do golpe da Maioridade, constituía-se paralelamente à formação do Estado Imperial e a hegemonia senhorial³⁷⁵. Para preservar os interesses econômicos desta classe e manter a direção, sofreram e exerceram um processo de expansão buscando a adesão inclusive de elementos das classes subalternas.

Era preciso expandir-se como classe e manter a coesão para garantir a prosperidade e integridade territorial do Império, “mantendo a ordem e difundir a civilização”. Dispondo deste projeto de simultânea inclusão e exclusão, os dirigentes do Império deram especial importância à cultura, às letras e à instrução pública³⁷⁶, através de leis, decretos, provisões e pela adoção de manuais didáticos de história do Brasil. Assim, como afirma Selma Mattos, "disseminar a instrução, fiscalizar as escolas, escolher métodos e encontrar mestres qualificados eram algumas das preocupações dos dirigentes que haviam se imposto à tarefa de construir Estado, ao mesmo tempo em que eram constituídos".³⁷⁷

Esta tarefa de regulamentar, modelar e centralizar o ensino no Império revelava o papel que a instrução pública cumpria aos dirigentes imperiais em seu projeto político unificando os valores, os conhecimentos sobre ciências e artes e as expectativas de proprietários rurais inclusive daqueles que viviam em regiões isoladas.

Foi esta a missão que teve Gonçalves Dias em suas viagens ao Norte na Comissão de Instrução. Em 1851, foi incumbido pelo governo de examinar o desenvolvimento da instrução pública e colher os documentos que encontrasse da história pátria nas províncias do norte. Aproveitou a estada em São Luiz, de abril a

³⁷⁴ SERRA, Tânia. *Joaquim Manuel de Macedo, ou os dois Macedos: A luneta mágica do 2º reinado*. Op. cit. p.135.

³⁷⁵ MATTOS, Selma R. "Ordenar, Civilizar, Instruir" In: *O Brasil em lições*. Op. Cit.

³⁷⁶ A constituição de 1824 incumbia ao Estado de oferecer ensino gratuito, mas esta iniciativa seria adiada até a reforma de 1854 que definia os requisitos necessários ao exercício do magistério primário e secundário, estabelecia um modelo de ensino a partir do Colégio Pedro II e criava a Inspetoria Geral de Instrução Primária e Secundária do Município Neutro.

³⁷⁷ MATTOS, Selma R. "Ordenar, Civilizar, Instruir" In: *O Brasil em lições*. Rio de Janeiro: PUC, 1993. Dissertação de Mestrado, 1993.p.44

julho, para visitar colégios, seminários, bibliotecas e arquivos, verificando as necessidades dos primeiros e inventariando os documentos e obras existentes nos últimos³⁷⁸.

Coube-lhe a missão de examinar todos os estabelecimentos de instrução das províncias que percorreu, excetuando-se apenas a Academia Jurídica de Olinda e a Escola de medicina da Bahia, tendo uma impressão global do estado da educação primária, secundária e profissional em sua época. Apontava a falta de escolas normais como a principal responsável pela deficiência do ensino primário. Por exemplo, na Bahia havia apenas uma escola e nela não se ensinava Didática, nem Metódica, como se dizia, nem Pedagogia. Em seu relatório, hoje infelizmente perdido, insurgia-se contra a intromissão do governo nos programas dos seminários, que deviam ser regidos pelas autoridades eclesiásticas; reclamando contra o fato das escolas secundárias prepararem os moços apenas para “o exclusivismo médico e jurídico”, com prejuízo das ciências naturais e matemáticas, do comércio e da indústria; pedia maior equidade nos vencimentos dos professores, cujas variações eram absurdas, maior fiscalização da frequência e mais rigor no exame dos compêndios adotados³⁷⁹.

Estranhava que a família, a escola e a igreja não cooperassem na educação; levantando-se contra o abandono dos índios e dos escravos; insistindo, a propósito dos últimos, em dois pontos do relatório, no perigo de corrupção que, assim, representavam para a mocidade, chegando mesmo a propor que não fossem aproveitados nos serviços dos internatos. Era todo um plano de educação que traçava, rapidamente, mas com o critério de quem observara e meditara.

Ele concluía que havia “grandes classes da nossa população não recebiam nem ensino nem educação alguma – os índios e os escravos”. Aconselhava o governo a promover a educação através da instrução religiosa, tendo de incentivar a integração entre Igreja, escola e família na educação. A educação moral seria uma necessidade e afirmava que, além de ser um dever religioso educar os escravos, era um dever social para que misturados à população livre evitasse sua ação desmoralizadora.

Quero crer perigos dar-se-lhe instrução, mas porque não se lhe há de dar uma educação moral e religiosa? Não será necessário prepará-los com muita antecedência para um novo estado, a ver se

³⁷⁸ “Ofício a Costa Carvalho escrito em São Luiz”. Apud PEREIRA, Lúcia M., Op. cit.p. 154. A epidemia de febre amarela acabou dificultando as pesquisas por não poder perceber nas escolas “a regularidade de sua marcha”.

³⁷⁹ Idem. Ibidem.p.154.

evitamos perturbações sociais, que semelhantes atos têm produzido em outras partes ou quando os reivindicam por mais violentos— ou quando o governo imprudentemente generoso os surpreende com um dom intempestivo? Centenas de escravos existem por estes sertões, aos quais se falta com as noções as mais simples da religião e do dever, e que não sabem ou não compreendem os mandamentos de Deus. Educá-los, além de ser um dever religioso, é um dever social, porque a devassidão dos costumes, que neles presenciamos, será um invencível obstáculo à obra da educação da mocidade.³⁸⁰

Aponta para a centralização da instrução pública, para a garantia de igualdade na remuneração dos professores e “uniformidades na instrução primária, que é uma das faces da nacionalidade”, a padronização do método e compêndios que seriam distribuídos pelo comércio para dar lucro, embora fossem vendidos mais baratos. Com o lucro mais pessoas habilitadas concorreriam com seus trabalhos. Dias continuaria suas proposições:

Poder-se-hão estabelecer escolas industriais coroadas por uma Politécnica —promover os estudos secundários com o grau de Bacharel — e as ciências com a criação de uma Universidade ao lado da Politécnica — e formar enfim de toda a instrução um vasto sistema, que desse ao Brasil nas letras, indústrias e ciências o lugar que lhe prometeu a extensão do seu território e a abundância dos seus recursos naturais.³⁸¹

Também estive no Pará, em setembro daquele ano, passou pelo Ceará, percorreu o Rio Grande do Norte e a Paraíba, examinou colégios e programas de ensino, visitou arquivos, remexeu em papéis velhos, depois foi a Pernambuco e Bahia e então voltava ao Rio de Janeiro. Remetia relatórios ao governo, ao secretário do Império, dentre os quais apenas um restou intacto— que resumia os pontos principais dos outros. Os relatórios aparentemente foram elogiados, mas o seu autor nem obteve a impressão dos trabalhos realizados, nem a gratificação esperada pela participação na comissão.

Em 1852, de volta da comissão, foi nomeado primeiro oficial da secretaria dos Negócios Estrangeiros, ato espontâneo do Ministro, o Visconde de Uruguai, deixando definitivamente o cargo de professor na disciplina de História do Brasil. O valor de seus rendimentos aumentaria em muito: receberia 1:200\$000 anuais e os emolumentos além da gratificação de 80\$000 anuais, por serviços especiais de que o encarregou o Ministro Limpo de Abreu.³⁸² Passaria a gozar de certo conforto material de que precisava para o casamento com Olímpia da Costa, filha de Cláudio Luiz da Costa, médico da Imperatriz

³⁸⁰ PEREIRA, Lúcia M. Op. cit. p 170.

³⁸¹ Idem. Ibidem. p.171.

³⁸² Idem. Ibidem. p.182.

e mestre de Araújo Porto Alegre.³⁸³ Talvez por esta ligação forte, foi o amigo Porto Alegre que pediu a mão de Olímpia para Gonçalves Dias.

Gonçalves Dias abandonava definitivamente o jornalismo político para desempenhar suas funções oficiais como homem de Estado e para tomar parte nas comissões e sessões do IHGB que tanto interesse lhe despertavam. Cogitou em alguns momentos ingressar na política, coincidentemente quando sofreu rejeição da próspera família maranhense da amada Ana Amélia Vale e quando retornou, bastante frustrado, da Comissão Exploradora do Norte, pensou em lançar-se deputado por Caxias, com o apoio do amigo, o engenheiro e liberal G. S. Capanema. Contudo, desistiu da candidatura logo depois de lançá-la. Seu conceito sobre a política imperial era bastante pessimista. Era monarquista, admirava o imperador desde os tempos de estudante, mas temia aparentar bajulador:

Porque – Pois estou convencido que ninguém crê mais firmemente do que eu na necessidade do governo monárquico entre nós, ninguém quer mais ao Imperador do que eu item virtudes que o fazem um homem estimável, tem qualidades de um rei literato ; mas parece-me que sempre que se fala na presença de um poderoso é preciso cautela e reserva nos louvores para que se não convertem em lisonjas ; é preciso ter alguma coragem para se poder afrontar com certeza na opinião do vulgo, quando se acaba de louvor um destes – o epíteto de lisonjeiro ou adulator ! É cousa que não poderei fazer nunca, ainda que me sobrasse vontade para isso: não posso, não sei³⁸⁴.

Ainda estudante de Direito em Lisboa, comemorou com os amigos brasileiros e portugueses a aclamação da maioria de Pedro II em 1841, em uma festa na Quinta da Várzea, cantando hinos, aplaudindo, fazendo brindes patrióticos e versos, recitados por brasileiros e portugueses, José Freire de Serpa Pimentel, Gonçalves Dias, Lisboa Serra entre outros. Em cartas enviadas a amigos demonstrara temer revoluções e a fragmentação do Império em “republicuetas” com as dissensões provinciais das décadas finais da Regência e início do Império. Afirmava: “Amo o Brasil como quem mais o ama ... e a perspectiva de uma revolução armada empreendida com forças e recursos diminutos, aterra-me”.³⁸⁵

³⁸³ O pai de Olímpia foi amigo de Debret e professor de anatomia e fisiologia de Araújo Porto Alegre na Academia de Belas Artes por intermédio do amigo íntimo Antônio Carlos. Também era membro do Instituto Histórico e da Academia de Medicina.

³⁸⁴ DIAS, A. Gonçalves. “Carta a Teófilo 10/4/48”. In: *Correspondência ativa de Gonçalves Dias*. Op. cit. pp.104-105.

³⁸⁵ Idem. “Carta a Teófilo 15/6/1847”(Arq. do IHGB). In: *Correspondência ativa de Gonçalves Dias*. Op. cit.

Discordava dos governos, mas admirava o Imperador e acreditava que a constituição tinha prioritariamente a função de amparar o Monarca quando este precisasse intervir nas decisões de Ministérios ou funcionários. Não se posicionava como liberal ou conservador, mas como era, em princípio contrário à escravidão, a favor da liberdade e ascensão social dos escravos e mestiços, achava-se, como Macedo, mais próximo do Partido Liberal, do qual supôs ter o apoio, quando cogitou concorrer a deputado por Caxias. Contudo, como revelam as cartas, também era aceito nos círculos saquaremas, de quem poderia ter apoio numa eventual candidatura.

Também monarquista, militante do Partido Liberal, adepto do reformismo, defensor moderado do abolicionismo e apaixonado da Monarquia Constitucional, Macedo, diferentemente do colega maranhense³⁸⁶, gostava das atividades políticas às quais se dedicou ao lado do exercício das atividades literárias³⁸⁷ e de se notabilizar no jornalismo. Foi editor do jornal liberal *A Nação* em 1852-53 e instalou uma tipografia na própria casa para imprimir o jornal liberal dando continuação à proposta do jornal *A Reforma*, de Luiz Antônio Navarro de Andrade, redigido por Antônio Manuel de Campos Melo, Gabriel José Rodrigues dos Santos e Sales Torres Homem, com o qual também colaborou Porto Alegre. Esta foi a experiência única de Macedo como jornalista político, o que parecia apreciar, mas a carreira política seria a opção até o final de sua vida.

Como deputado, teve legislaturas de deputado provincial e na Assembléia geral, nas décadas de 1850 e 1860, na época da Conciliação dos Partidos no Ministério do Marquês de Paraná, sempre militante do Partido Liberal. Primeiro como suplente, exerceu a cadeira apenas por vinte dias, depois da experiência do jornal *A Nação* passou à representação efetiva. Foi eleito quando ascendeu o gabinete Zacarias entre 1862 e 1868, conhecido como o “Segundo Quinquênio Liberal”, baseado em uma plataforma de moralidade na justiça e na economia. Como o partido que encabeçasse o gabinete Ministerial era aquele que fazia a maioria nas Assembléias no Segundo Reinado, Macedo elegeu-se deputado para a Assembléia Geral em 1863 para a legislatura de 1863 a 66, obtendo licença sem vencimentos do Colégio Pedro II.

³⁸⁶ Gonçalves Dias cogitou em alguns momentos ingressar na política, coincidentemente quando sofreu rejeição da próspera família maranhense Vale e quando retorna da Comissão Exploradora no norte e cogita lançar-se deputado por Caxias, com o apoio do amigo Capanema, desistindo da candidatura logo depois.

³⁸⁷ Sobretudo em obras de grande sucesso como *O Moço Loiro*, *Os Dois Amores*, *A Carteira de Meu Tio*, *O Cego e Cobé*, *A nebulosa*.

Recusou inclusive o convite do Imperador para ser Ministro dos Negócios Estrangeiros no Gabinete de agosto de 1864, o que teria tornado sua vida financeira menos atribulada. Os gastos domésticos excessivos, o desejo de manter um padrão de vida para si e para a esposa, superior às reais possibilidades, fez com que contraísse dívidas durante grande parte da vida. Sua recusa, o que não faria José de Alencar na pasta da Justiça, baseava-se na falta de fortuna, de acordo com a carta enviada ao Imperador. Parece aludir à possível corrupção inerente ao cargo ou ao endividamento ainda maior, devido à ampliação das obrigações sociais.³⁸⁸

Ao invés de Ministro tentou com muita energia ser senador, chegando a ter seu nome incluído em uma lista sêxtupla ao Senado, contudo seu nome foi preterido por Francisco Otaviano e Luís Pedreira do Couto Ferraz, futuro Visconde de Bom Retiro. Mesmo assim manteve-se deputado na Legislação seguinte de 1865 a 68, tendo a carreira sido interrompida nos dez anos seguintes com a queda do Ministro liberal Zacarias. Com a dissolução da Assembléia Geral da qual Macedo fazia parte, seguiu-se um longo interregno do governo conservador. Só retornou à Assembléia em 1878 quando os liberais voltaram ao poder, e passou a atuar como oposição ao governo durante todo o período. Teve que se voltar mais uma vez para o ensino e às atividades literárias e para as colunas de jornal.

Para Gonçalves Dias o período entre 1852 e 54 foi pouco produtivo do ponto de vista literário; sua produção poética cairia muito, o que pode ser atribuído à conturbada vida conjugal. Por outro lado, a produção histórica e etnográfica não cessou. As atividades no Instituto Histórico eram, para o poeta, tanto quanto para Macedo e Porto Alegre, o centro de estudos e o local de convívio social e intelectual de que precisava, ao qual comparecia quinzenalmente, às cinco e meia da tarde - depois do jantar - um grupo de amigos e de homens inteligentes: Joaquim Manuel de Macedo e Porto Alegre, com quem era tão ligado desde os tempos da *Guanabara*; Lisboa Serra, seu velho amigo, Joaquim Norberto, Aurelino Coutinho, Varnhagen, Bernardo A. Nascentes de Azambuja, seu colega de Ministério, gente com quem poderia conversar, pilheriar. Também freqüentavam as reuniões o sogro, Dr Cláudio e Capanema, o engenheiro Guilherme Schüch Capanema, que depois se tornou barão de Capanema, cunhado de Porto Alegre a quem se ligaria muito, eram também assíduos às sessões.

³⁸⁸ Segundo Salvador de Mendonça escreve à Majestade Imperial: “Admita-se que eu tenha as qualidades que Vossa Majestade me atribui, mas não sou rico, requisito indispensável a um ministro que queria ser independente e eu não estou para sair do Ministério endividado ou ladrão”. Apud SERRA, Tânia. Op. cit. p.123.

Em 1854, o Instituto dá-lhe nova incumbência com a questão proposta pelo imperador: se de fato existiram amazonas no Brasil. Desta indagação nasceu o ensaio de notável erudição que ocupou as sessões de 28 de abril e 12 de maio daquele ano, em que Gonçalves Dias mostra que além de poeta também era um homem de ciência. Em sua estada na Europa, enquanto realizava as pesquisas históricas e as visitas, publicou quatro cantos de os *Timbiras* o qual chamava de “Ilíada Americana”, que escrevia há 10 anos, tendo-o sabiamente dedicado ao Imperador. G. S. Capanema que também era sócio do IHGB e que o conheceu através de Porto Alegre, cuidava dos seus negócios de venda dos seus livros no Brasil, defendendo seus interesses. Os *Timbiras*, cuja aceitação foi em grande parte negligenciada pelo público, “foram estropiados” por Macedo e Porto Alegre quando chegaram ao Instituto³⁸⁹. O que mostra que se formava um elo de afinidade e de interesses culturais dos homens de letras ligados às classes dirigentes, cujas expectativas destoavam daquelas do público leitor em formação.

Ao reagir ao desinteresse do público pelos *Timbiras* Gonçalves Dias expunha uma grave contradição do homem de letras no século XIX:

*Conheço a nossa gente, e sei que eles andam procurando pretextos para não lerem. O não completa será para eles uma boa desculpa. Como eles quiserem, que tão bem não se me dá muito disso... literatura, no Brasil, está longe de granjear meios de vida : é um vício e quando Deus quer, um vício caro*³⁹⁰.

Um escritor, como Gonçalves Dias, que supunha poder viver tanto das peças teatrais, quanto da literatura impressa, desiludia-se rapidamente. Não foi por falta de tentativas que ele não o pode fazer, todas as vezes que esperava adquirir independência para viver dos direitos autorais, via-se limitado pela desonestidade de livreiros, pela irregularidade das vendas, pela flutuação do público leitor.

Sua tarefa organizativa teve continuidade. Em junho do mesmo ano, Gonçalves Dias foi encarregado de ir a Portugal e depois a outros países europeus, em comissão igual a que havia exercido pelo norte do Império, observando e fazendo apontamentos sobre a organização e os métodos da instrução pública, do ensino secundário nos países mais adiantados do velho mundo, e também de copiar os arquivos e quando possível

³⁸⁹ G. S. Capanema dava conta em carta de 12 de janeiro: “Os teus *Timbiras* chegaram (...) para serem estropiados por Macedo e Porto Alegre no Instituto. Concordamos em vendê-los por 2\$000 e mesmo assim não afluem compradores como aconteceu aos Cantos, muitos dizem que não compram por não estar acabado”. (Carta do Arq. Do IHGB) CAPANEMA, G. S. “Carta de Capanema a Gonçalves Dias de 12 de janeiro de 1858” In: *Correspondência passiva de Gonçalves Dias*. Op. cit. p.174.

³⁹⁰ DIAS, A. G. “Carta ao sogro 2-8-1857”. (Arq Nogueira da Silva). Apud. PEREIRA, Lúcia M. Op. cit. p.216.

obter os originais de documentos da História do Brasil. Interessou-se principalmente pelos documentos do Arquivo do antigo Conselho Ultramarino relativos ao Maranhão, examinava-os, selecionava-os, copiava-os para remetê-los ao Instituto. Realizava as pesquisas especialmente em Évora e Lisboa e se queixava do excesso de trabalho a despeito de dispor do auxílio de copistas³⁹¹.

Para ambas as tarefas recebeu do governo, financiado pelo imperador, na Secretaria de Estrangeiros uma licença com os vencimentos integrais –1:200\$000 anuais – e mais uma gratificação de 4:800\$000 anuais dados pela Secretaria do Império, então a Cargo do Conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, depois Visconde do Bom Retiro. Recebia ainda para pagar aos copistas, 1:500\$000 por semestre.³⁹² O governo mostrava-se razoavelmente atento ao desempenho nestas comissões, tanto porque Luiz Pedreira do Couto Ferraz, Ministro do Império- o mesmo que empreendeu a reforma na Academia de Belas Artes em que Araújo Porto Alegre era diretor - pedia-lhe o relatório da sua visitação às escolas européias. Acabou por destituir Dias da função de copiar os documentos históricos, sendo ela entregue a João Francisco Lisboa que já expressava o interesse em realizá-la. A substituição aborreceu bastante o poeta maranhense, interessado em colecionar documentos para seu projeto de escrever a *História dos Jesuítas no Brasil* que considerava corresponder a uma história da colonização do Brasil³⁹³.

Mas outra missão o absorveria em sua estada na Europa. O Instituto Histórico em sua sessão de 20 de maio de 1856, “aprovou a proposta para que fosse nomeada uma comissão de engenheiros e naturalistas, que explorassem algumas das províncias menos conhecidas do Império com a obrigação de formarem também para o Museu Nacional uma coleção dos produtos dos reinos orgânicos e inorgânicos, e de tudo quanto pudesse

³⁹¹ Após substituir Gonçalves Dias na pesquisa aos arquivos J. F. Lisboa afirmava em carta que estava lento nos trabalhos porque depois de muito investigar verificou que já se achavam copiados ou mesmo impressos. Gonçalves Dias também incutira neste erro recopiando muitos documentos sem necessidade, facilmente explicado porque não havia catálogo de documentos que os guiassem, os arquivos estavam sendo desbravados por historiadores como eles.

³⁹² PEREIRA, Lucia Miguel Op. Cit p.190.

³⁹³ Os manuscritos segundo carta ao Ministro Paranhos, foram perdidos “Quer V. Exa saber o apreço que deu o Governo a esses trabalhos , o que foi feito deles? Precisei de alguns desses manuscritos para uma notícia que tencionava apresentar ao Instituto Histórico , e não os encontrei ...Tinham saído da Secretaria do Império para as mãos de um homem a quem só conheço pela carência absoluta de boa fé e de honestidade literária. Parece incrível!” PEREIRA, Lúcia. Op. cit. p.210. Até a década de 1950 os documentos trazidos por ele e Lisboa continuavam sem classificação. Constavam entre eles de : documentos valiosos, sobretudo para a história dos jesuítas, bastando citar a crônica dos Padres da Companhia de Jesus no Maranhão, do Padre João Filipe Batendorf , e o Diário do Padre Samuel Fritz.

servir de prova do estado de civilização industrial, usos e costumes dos nossos indígenas”.³⁹⁴

Em 1º de outubro de 1856, saiu o decreto criando a Comissão Científica de Exploração e nomeando seus membros. Caberia a Gonçalves Dias chefiar a seção etnográfica, escolha que significava uma honra pois “recaia sobre homens de prestígio como o Conselheiro Freire Alemão, Capanema, Giacomo Raja Gabaglia e Manuel Ferreira Lagos, este diretor da Seção de Zoologia do Museu Nacional, os outros professores de escolas superiores. Só G. Dias não possuía títulos científicos”³⁹⁵, mas sua indicação foi proposta dentro do próprio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro³⁹⁶.

O novo encargo destinado a Gonçalves Dias ainda na Europa, que realizaria juntamente com Raja Gabaglia, era comprar o necessário para a Comissão de Exploração. O governo colocou à sua disposição 3.000 libras e mais se fosse preciso, sendo que 2300 libras foram entregues ao poeta pela Legação Imperial em Londres e rigorosamente gasto com as encomendas que fazia Capanema; instrumentos e livros escolhidos e adquiridos em diferentes países da Europa³⁹⁷: cefalômetros, dinamômetros, aparelhos e material fotográfico, pólvora, fuzis, mosquetões, remédios, bocais de vidro, papéis especiais para desenho, material indispensável a uma expedição que se ia internar pelo sertão. Os livros foram comprados com o livreiro Brockhaus, que era o editor da edição europeia de *Os Novos Cantos*, dedicado a Capanema, transformado, graças a Gonçalves Dias, em livreiro imperial e fornecedor do Instituto Histórico.

As dificuldades da Comissão de Exploração do Instituto Histórico já se prenunciavam na sua fase de preparação, com o atraso no recebimento de verbas, a má vontade de parte de elementos oficiais, a suspeita de extravio de dinheiro enviado.³⁹⁸ O enorme aparato com que se organizava então no Rio para estudar os recursos das províncias do Norte, o dispêndio de verbas orçamentárias e a grande expectativa nela depositada, explicaria porque foi tão ridicularizada com o nome de “Comissão das Borboletas” ou “Comissão Defloradora”. Movidos de grande otimismo, os homens cultos do Império tinham um objetivo prático: esperavam encontrar carvão e metais preciosos com aparelhamento científico; era o velho sonho dos bandeirantes

³⁹⁴ Rodolfo Garcia em *História das explorações científicas*. Apud MONTELLO. Op. Cit p. X.

³⁹⁵ PEREIRA, Lúcia. Op. cit.pp.210-211.

³⁹⁶ MONTELLO. Op. cit. p.X.

³⁹⁷ Também à Bélgica Alemanha, Inglaterra, Àustria, Suíça e Itália entre 1855 e 1857.

³⁹⁸ A cartas com listas de material enviadas por Capanema chegavam abertas e suspeitava de gente da secretaria do Império ou dos Estrangeiros.

reconfigurado. Para eles um só dia que tivessem de fortuna bastaria “para mudar a face do Brasil”.

Também no caso da seção etnográfica, seguia-se as instruções do Instituto que, na ausência de Gonçalves Dias, haviam sido redigidas por Porto Alegre e dividiam em três partes a sua missão: a primeira e principal, consistia em estudar os indígenas do Brasil em seus aspectos físico, moral e social, de modo a se ter deles um conhecimento perfeito, antes que desaparecessem. Para isso, devia moldá-los sempre que possível e retratá-los em diversas posições, empregando a heliografia e o desenho; medir-lhes a estrutura, a força muscular e os ângulos faciais, procurando fixar os caracteres peculiares da raça; verificar, pela comparação dos dados obtidos com os morais e psicológicos, a aplicação das teorias de Gall e Compar; observar-lhes a atitude, a mímica, os hábitos, as crenças, o modo de enterrar os mortos, a vida social, o grau de cultura, a disposição das casas e aldeias, a alimentação, os métodos de agricultura e comércio; procurar saber a quanto montava a população selvagem, e aprender as línguas das diversas nações, observando as palavras –fio e redigindo a gramática dos idiomas ainda não estudados, bem como “um codizinho de todos os atos dos indígenas que se assemelhem a uma espécie de direito público ou internacional”. Deveria ainda colecionar múmias, crânio, armas ornatos utensílios domésticos e de trabalho e instrumentos musicais.³⁹⁹

Contudo também a seção etnográfica fora enviada por razões práticas: Gonçalves Dias tinha a missão diplomática de sondar os indígenas sobre as suas opiniões a respeito dos brancos e as queixas que por ventura tivessem para que, removendo-se esses obstáculos, se pudessem “chamar à indústria tantos braços perdidos”.⁴⁰⁰ Também, neste empreendimento, o escritor maranhense deveria integrar os que estavam fora do Império, à margem da civilização de acordo com os interesses dos dirigentes do Estado Imperial.

Para tal empreendimento a Comissão de Exploração que partiu em 1859 se compunha de cinco seções: Botânica, chefiada pelo presidente Freire Alemão, Mineralogia, por G. S. Capanema, assistente dessa especialidade no Museu Imperial, e também professor da Escola Central; Zoologia, pelo comendador Manuel Ferreira Lagos, diretor da seção de igual nome no Museu Imperial e colega de Gonçalves Dias

³⁹⁹ PEREIRA, L. M. Op. cit p. 264. Ver também o FERRAZ, Luís Pedreira do Couto. *Instruções para a Comissão científica encarregada de explorar o interior de algumas províncias do Brasil*. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1858. Seção de obras raras da Biblioteca Nacional.

⁴⁰⁰ Idem. *Ibidem*.

no Ministério de Estrangeiros, Astronomia e Geografia, pelo capitão tenente Giacomo Raja Gabaglia, lente da Academia de Marinha; Etnografia, por Gonçalves Dias que se devia também encarregada da narrativa de viagem e que não possuía títulos. Além dos chefes, nove adjuntos, um desenhista e numerosos auxiliares inferiores completavam o pessoal da Comissão. Foi presidida pelo Conselheiro Francisco Freire Alemão, botânico eminente, professor jubilado de escola de Medicina e da Escola Central.

Mas a expedição enfrentou vários contratemplos desde dois anos de preparativos, a espera para mudar o Ministério do Marquês de Olinda para o governo do Visconde do Abaeté⁴⁰¹ até seu retorno em 1861: os gastos vultosos com material para a expedição, efetuados pelo Ministério do Império, somaram-se ao mau estado das estradas de ferro, à seca e ao aguaceiro na província do Ceará que tornou difícil o desembarque dos instrumentos, a pouca receptividade das autoridades locais aos doutores da Comissão, a dificuldade da alimentação e hospedagem, a falta de auxiliares, a interdição do governo do Ceará em permitir o saque da tesouraria das quantias necessárias às despesas das expedições, as doenças e desavenças entre os membros da Comissão, e no final a escassez de verbas, cada vez mais reduzidas, à medida que a credibilidade do empreendimento decrescia.

Gonçalves Dias proporcionava ao *Jornal do Comercio* no ano de 1859 e 60 um diário da expedição, colocando os leitores a par das riquezas minerais e etnográficas que poderiam vir a ser descobertas. E o próprio Gonçalves Dias acreditava nestas tradições e histórias baseadas em crônicas e mapas do início do século XIX, escrevia nas páginas do *Jornal do Comércio* e sintetizava as esperanças da seção geológica: “... as amostras de argila, mármore, porfírios ... Mas isto é nada em comparação com o que se supõe e diz das riquezas minerais do Ceará, de montes cujas cabeças se inflamam de rugidos subterrâneos, de lagoas encantadas, tesouros holandeses e outras maravilhas”⁴⁰².

Para a Comissão, o desgaste deveu-se à falta de recursos⁴⁰³, aos modestos resultados de ordem prática, como também aos boatos das aventuras sexuais dos doutores pelos sertões do Ceará, que acabaram levando ao retorno de seus membros em julho de 1861.⁴⁰⁴ Para Gonçalves Dias um somatório de problemas o aborreceram e o

⁴⁰¹ O retardamento da partida foi calculado porque o governo do Marques de Olinda não merecia a confiança dos membros da Comissão, esperaram mudar o Ministério. CAPANEMA, G. S. “Carta de Capanema a Gonçalves Dias de 12 –11 –1857” (Arquivo do IHGB) In: *Correspondência passiva de Gonçalves Dias*. Op. cit. pp156-157.

⁴⁰² DIAS, A. G. “Carta ao Jornal do Comércio 2/4/59”. Apud. PEREIRA, L. M. Op. cit. p.252-3

⁴⁰³ A Comissão toda acabou limitada ao montante de 50 contos em 1861.

⁴⁰⁴ MONTELLO, J. p.XIII

debilitaram fisicamente: acusações de deputados e oficiais da província do Ceará e da Corte, como no caso do camelo morto e do ajudante da seção de Astronomia, que portava uma faca, arma proibida no Ceará. Enquanto estava no norte, a reforma na Secretaria dos Estrangeiros na capital determinou a redução do seu ordenado, obrigando-o a ficar subordinado a funcionários sem qualquer brilhantismo⁴⁰⁵. Além de tudo, apesar de sua seção ser reduzida a ele próprio, não encontrou no interior e na serra cearense nenhuma tribo indígena intacta, mas sim caboclos, de difícil identificação quanto a suas origens⁴⁰⁶. Mesmo assim, Dias e Capanema aproveitaram para examinar os terrenos e visitar as localidades de Jardim e Milagres, percorreram parte da Paraíba e do Rio Grande do Norte e foram ao local chamado Barra no Ceará e de lá a Limoeiro, seguindo até a foz do Rio Jaguaribe e retornando a Fortaleza pela estrada do Litoral.

Mas um outro aspecto de sua missão, quase imperceptível ao público leitor do *Jornal do Comercio*, constava da busca de documentos interessantes à história e geografia do Brasil, a ser feita nos arquivos e cartórios tanto civis como eclesiásticos. Devia copiar os manuscritos em poder de particulares, caso estes não os cedessem, bem como procurar dados estatísticos e demais informações referentes ao comércio interno e externo das províncias que visitou, à área inculta e à cultivada, às zonas de florestas virgens, ao adiantamento e atividades das diversas povoações.⁴⁰⁷ Desta parte ocupou-se o chefe da seção etnográfica durante a excursão, em que examinava arquivos e reunia informações sobre cada lugarejo em que parava, procurando saber como se formara, de que vivia, quais os recursos de que dispunha.

Nas correspondências para o *Jornal do Comercio* aludia este ponto de sua missão queixando-se por não poder obter dados estatísticos, alongando-se tanto, por vezes, em considerações a propósito de alguns sítios, que se poderia extrair dessas cartas um estudo sobre as vilas do interior do Ceará, ao tempo em que as visitou. Mas, não publicou todos os dados disponíveis, guardou-os para seus relatórios que, concluídos, devem ter se extraviado na Secretaria do Império ou na gaveta de um amigo nas vésperas da partida para a Europa em 1862.

A Comissão acabou desmantelada tendo que voltar à Corte, pois vários cargos foram suprimidos e houve redução de vencimentos de todos os membros. Os 180 contos de verbas da Comissão transformaram-se em 130 contos, despesas previstas para os

⁴⁰⁵ Gonçalves Dias chegou a apelar ao Imperador e pedir sua demissão se a decisão não fosse revista.

⁴⁰⁶ Um aldeamento de índios, os chacós, localizados próximos a Milagres no lugar chamado “cachorra morta” com população bastante reduzida.

⁴⁰⁷ PEREIRA. L. M Op cit p. 265.

anos de 1861 e 1862, segundo lei orçamentária de 1860. Era o fim da Comissão, que desunida, sem apoio do governo e sem exibir nenhuma descoberta de vulto não podia prosseguir os trabalhos.

Nas páginas do *Jornal do Comércio* alguns meses após a interrupção do diário da Comissão, Joaquim Manuel de Macedo, na introdução de suas crônicas de *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, publicada no mesmo jornal, justificava o fracasso da Comissão Exploratória que era o assunto do dia e envolvia seu colega do IHGB:

Tenho bem de memória que em 1859, quando pela primeira vez apareceu a idéia de se mandar uma comissão científica brasileira explorar essas Províncias do Império, fez-se disso objeto de escárnio e de sarcasmo, e a pobre comissão, que partiu no ano seguinte da nossa capital, levando consigo quantas pragas e maus agouros puderam lançar sobre ela os homens práticos e sabichões do Estado e do próprio governo, que já não pouco havia despendido para fazê-la encetar os seus trabalhos, ficou em breve tão desestimada que até às vezes achou-se sem recursos para prosseguir nas explorações; e por fim de contas, foi obrigada a parar em meio da obra, porque era inevitável que se apagasse a lâmpada, quando não lhe puseram mais azeite⁴⁰⁸.

Na crônica do jornal propunha uma solução diferente da que foi defendida pelos opositores da Comissão, especialmente pelos conservadores, que criticavam o enorme dispêndio com a inócua expedição:

Dizem, e eu creio, que a nossa comissão científica, ao tempo em que suspenderam a subvenção, já se achava quase ao ponto de desorganizar-se por si mesma, e sustentam que os seus trabalhos não corresponderam às despesas feitas; parece-me, porém, que em tal caso o mais acertado seria procurar remover os embaraços que a amesquinhavam, dar-lhe mais seguras condições de harmonia e de vigor, e de fazê-la continuar em zeloso labor, mesmo porque as mais avultadas despesas estavam feitas, e a verdadeira economia aconselhava aproveitar o dinheiro empregado e a experiência do noviciado dos exploradores. Mas entendeu-se que isso de comissão científica era peta, e acabou-se a história.

Na mesma introdução, Macedo prossegue usando da boa ironia contra os “homens práticos” que não percebiam vantagens na missão da Comissão científica:

Devemos contentar-nos com as comissões dessa natureza que têm sido e hão de ser mandadas ao Brasil por nações estrangeiras; nós não temos a menor necessidade de conhecer a nossa própria casa:

⁴⁰⁸ MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo/ Rio de Janeiro, Planeta, 2004. pp.21-22.

basta que os estranhos nos ensinem o que ela é o que temos dentro dela.

Afirmam que tal comissão importou e devia importar um enorme desperdício dos dinheiros públicos; porque o único resultado que prometia era alguma coleção de bichinhos para o Museu Nacional, que provavelmente também se entende que nos faz carregar com uma despesa de luxo. Vê-se daí que os nossos homens práticos aborrecem a história natural, que é segundo eles, um gênero especial de poesia. Mas a comissão científica tinha ainda a incumbência de muitos outros e importantíssimos trabalhos, e portanto, não procedia aquela observação que, aliás, eu consideraria muito justa; porquanto, era puerilidade indesculpável tomar-se tanto incômodo pra se arranjar lá por aqueles desertos uma coleção de bichinhos, quando aqui mesmo da capital do Império se poderiam organizar, até entre os próprios homens práticos e os nossos grandes políticos, umas poucas coleções de bichos de proporções colossais que ainda não foram classificados pelos naturalistas.⁴⁰⁹

Macedo reconhecia a importância do trabalho do amigo, e as dificuldades materiais que encontrou pelo caminho. Esta seria a forma de defendê-lo, porque no período em questão, de 1861 a 1863, Macedo trabalhava intensamente, escrevendo várias colunas para o *Jornal do Comércio*⁴¹⁰, para a *Revista Popular*, o que o exauria, encenando peças⁴¹¹ e produzindo um Cântico patriótico para uma antologia em homenagem à estátua equestre de Pedro I, inaugurada na praça Tiradentes, em 1862. Também nesta época é que o Instituto Histórico lhe encomenda *As Lições de História do Brasil para os alunos do Colégio Pedro II e para o uso dos alunos do ensino primário*. Com todas estas atividades e com a necessidade de ganhar dinheiro para manter o padrão de vida, mas também para viabilizar sua carreira política, Macedo não teria a oportunidade de elaborar melhor a defesa pública do seu estimado Dias, que como ele próprio, não apenas tratava de produzir pesquisa científica realizada por brasileiro, mas de participar da organização da cultura da classe senhorial.

Muito criticado na Corte, o poeta maranhense sabia da relevância da sua pesquisa, tanto que continuou a viagem por sua conta. Iria ao Pará e ao Amazonas, estudar os seus indígenas, na linha de seus estudos etnográficos, continuando os trabalhos sem nenhum ônus aos cofres públicos. Não dispunha de auxiliares nem verba, mas sim do apoio do presidente da província do Amazonas, Manuel Clementino Carneiro da Cunha que o recebeu com honras e o nomeou visitador das escolas dos Solimões.

⁴⁰⁹ Idem. Ibidem p.21-22.

⁴¹⁰ São elas “O Labirinto”, “Crônicas da Semana”, “A Semana”.

⁴¹¹ “O Luxo e a Vaidade” e “O Novo Otelo”.

Durante a expedição anotou as suas viagens na Amazônia, e pelo relatório que apresentou, de volta, ao presidente, pode-se reconstituir-lhe o itinerário – Baena, Coari, Tefé, Fonte Boa, Tonantins, Olivença, São Paulo e Tabatinga, no Brasil, Loreto, Cochequins, Pedas, Iquitos, Naut, S. Rissi, Parinari e Marina no Peru.

Observava a população indígena de índios mansos, maioria nômade que vivia da pesca, e sendo assim observava que a frequência das crianças à escola era irregular porque os indiozinhos precisavam ajudar os pais na pesca. Escolas de mestres improvisados, vigários locais sem material apropriado, que ensinavam quando muito o português. Durante o trajeto preocupava-se muito em recolher dados geográficos das localidades, pois ainda procuravam carvão entre o Solimões e o Rio Negro, tudo lhe interessava, todos os problemas: o mal da devastação das florestas, as possibilidades agrícolas do Amazonas, a navegabilidade do Madeira.

Apesar de doente, Gonçalves Dias pensava poder servir à sua pátria. Conviveu com os índios bolivianos que achava bonitos, altos e inteligentes, obteve informações sobre alimentação, festas dos índios dos povoados no curso do rio até Santa Isabel. Admirava os caboclos, a quem chamava indistintamente índios e mestiços, falando língua baré ou em português: Tocanos, Tarianas, Juruparis, Xirianás. Admirava suas habilidades, humildades, docilidade. Foram para Cocuí, a fortaleza ao pé da Serra do mesmo nome, estiveram no limite com a Venezuela. Atravessaram a fronteira, foram até a povoação venezuelana de São Carlos povoadas pelos índios barés. Praticamente observou os índios já aculturados ou que pelo menos já tinham tido contato com os “brancos” e com sua cultura⁴¹².

Antes de deixar Manaus, o presidente que tanto o prestigiava nomeou-o presidente da Comissão organizadora da contribuição do Amazonas à Exposição Industrial, que deveria ser realizada no Rio de Janeiro. Em curto espaço de tempo, acompanhado de algumas outras pessoas, Gonçalves Dias teve que escolher, recolher, catalogar, acondicionar todos os objetos destinados à exposição.

No retorno para o Rio de Janeiro, Gonçalves Dias já estava doente, pegara malária no Ceará, tinha sífilis, tuberculose, febre palustre, e sua debilidade já era notória na Capital do Império. Debilitado como se encontrava, teve amostras de afeto e das suas boas relações estabelecidas ao longo da sua trajetória que o visitaram :

Um Marechal, conselheiros, ministros, senadores, deputados, e muitos, quase todos os que entre nós figuram na tribuna, na

⁴¹² PEREIRA, Lúcia Miguel . “Capítulo 10”. Op. cit

*imprensa e nas letras procuraram-me no hotel de S. Paulo. Da Paraíba, de Nova Friburgo, do Maranhão, do Ceará tem-se-me escrito instando comigo para que eu aceite a hospitalidade que eles de bom grado me oferecem para o meu tratamento e convalescença. A imprensa festeja-me, não como a um amante que volta, mas acaricia-me como se acaricia um amigo que sofre. Nas ruas, quando eu passeio, arrastando-me, enfermo e desanimado, sinto o calor vivificante de olhos compadecidos que me acompanham. Essa mocidade inteligente e benévola do Rio, que me aprecia muito além do que valho, parece compreender vendo-me que há em mim o que quer que seja que me alquebra o corpo, depois de me ter acabrunhado o espírito. Sua majestade mesmo, com uma bondade de que não esquecerei nunca, recomendou a um amigo meu que me meta em um corpo e me leve para fora do Rio.*⁴¹³

Contudo, o Rio de Janeiro não lhe agradava mais. Na volta do Amazonas não tinha entusiasmo nem sequer de ir às reuniões no Instituto Histórico e, apesar de monarquista e admirador do imperador, queixava-se dele por não ter interferido na reforma da Secretaria dos Estrangeiros. Na realidade, não suportava o trabalho burocrático, teve o ímpeto de demitir-se muitas vezes durante suas viagens, mas foi contido por seus amigos que sabiam como uma sinecura custava caro em uma cidade imperial.

Mantinha-se no cargo de primeiro oficial no Ministério de Estrangeiros e permanecia recebendo soldos, licenciado da Comissão Científica. Foi em direção ao Maranhão onde pretendia passar seus últimos dias. Um desvio para tratar da saúde em um clima temperado levou-o de novo inesperadamente à Europa. A dura viagem lhe rendeu homenagens póstumas e mais uma vez provas de como era tido como o poeta mais popular do Brasil após seu suposto falecimento em alto mar⁴¹⁴.

Na Europa, encaminhou-se de Paris para Vichy, de Vichy a Bruxelas e depois foi a Dresden, peregrinando à procura de tratamentos de saúde, médicos, instâncias de banhos. Para as despesas tinha apenas 200\$000 que lhe bastaram por 1 ano e mais 2 contos de reserva dos amigos no Maranhão e de Capanema que eventualmente lhe ajudava.

Ao final da vida, longe de poder sustentar-se da poesia e da literatura, Gonçalves Dias tinha que lutar pelos direitos autorais de suas obras, violados mais de uma vez pela

⁴¹³ DIAS, A. G. “Carta à Antônio Henriques Leal de março de 1862” (Arquivo Nogueira da Silva). Apud. PEREIRA, L M Op. cit.p.336.

⁴¹⁴ Um marinheiro morreu à Bordo do *Grand Condé* durante uma tempestade e como o Dias encontrava-se muito mal de saúde o diretor do Jornal de Recife pensou ter sido ele. A consternação foi geral no Rio, no Instituto elogios fúnebres e a sessão foi suspensa em sua homenagem, ocorreram necrológios, missas e manifestações de pesar em todo o Brasil. Gonçalves Dias divertiu-se em ver de longe as conseqüências da confusão. PEREIRA, L M Op. cit. pp.350-351.

ganância dos editores e preocupar-se com sua situação financeira, ameaçada pelas mudanças de Ministérios, pela ausência de legislação a respeito da ocupação dos cargos públicos.⁴¹⁵ Foi avisado que não mais fazia parte da Comissão Científica, ficou reduzido aos ordenados da Secretaria dos Estrangeiros, com licenças que terminavam em poucos meses. Em 1863, perdia definitivamente os rendimentos do cargo de oficial na Secretaria dos Estrangeiros que tanto detestava e que perfazia 166\$666 por mês a menos. Moribundo, retornava ao Brasil exatamente com a mesma quantia de 200\$000 réis que guardava quando veio viver na Corte aos 21 anos, quando era um ilustre poeta desconhecido.

Quando a situação apertava tinha os amigos cultivados durante a vida, dentre eles Guilherme Schüch Capanema e Joaquim Manuel de Macedo que cuidavam de seus negócios no Brasil. O primeiro intercedia por ele junto ao Ministério do Império e emprestava-lhe dinheiro. Macedo era seu procurador. Porto Alegre, então cônsul do Brasil ofereceu-lhe hospedagem em sua casa para poder cuidar de sua saúde. Em carta ao cunhado Capanema, dizia que “não pareceu “assustador” o seu estado [de Gonçalves Dias], porque voltou-lhe o brilho, a agudeza de engenho, a constante alegria que lhe vimos. Há de vir morar perto de mim, porque não o desejo ver isolado, entregue à caridade alemã, presidida pelos cordões da bolsa”.⁴¹⁶ A amizade que nutria Porto Alegre era sincera, queria seu restabelecimento, achou o amigo em “estado moral ótimo, apresenta uma conversação aquele bom-humor e sutileza de espírito de outros tempos. É grande felicidade para mim a estada dele aqui...”⁴¹⁷. De Dresden aproveitaram para ir a Carlsbad no verão, cuidar da saúde, onde encontram Gonçalves de Magalhães.

Antes de sua morte Gonçalves Dias ainda rodou muitas cidades, Dresden, Berlin, Bruxelas, Lisboa, Paris. Escrevia a Porto Alegre, dando conta dos seus tratamentos e do estado de saúde. Antes de embarcar no trágico *Ville de Bologne* encontrou velhos amigos, Odorico Mendes, o Conselheiro Vasconcelos Drummond e Ferdinand Denis. Esperava reassumir sua função de pesquisador e copista de documentos históricos, com a morte de João Francisco Lisboa, pois Capanema e

⁴¹⁵ Preocupava-o também a sua situação material. Saiu do Brasil com três meses de licença, depois prorrogada, nas mesmas condições, isto é com vencimentos integrais, até 22/08 de 1862, data em que foi desligado da Comissão Científica, devendo voltar a receber pelo Ministério de Estrangeiros. Daí obteve mais 6 meses, ainda com vencimentos, expirando o prazo, em março de 1863, foi-lhe concedido outro semestre com metade dos vencimentos, e findo este a licença continuou, mas sem vencimentos. PEREIRA, L M Op. cit p.361.

⁴¹⁶ PORTO ALEGRE, M. A. “Carta de Porto Alegre a Capanema de 2/10/1862”. (Arq Nogueira da Silva) PEREIRA, L M Op. cit p.358.

⁴¹⁷ Idem. Ibidem. p.359

Macedo haviam se empenhado para obter seu retorno junto ao governo. Pensava nos rendimentos de 400\$ que lhe possibilitariam ficar na Europa e em terminar a *História dos Jesuítas*. Contudo a mudança de Ministério sob José Bonifácio, o moço, cancelou seus serviços nos arquivos europeus sob alegação de medida de economia.

Indignados com a medida despropositada e com o desamparo ao grande poeta, os amigos ofereceram-lhe dinheiro e hospedagem, solidariedade esta que deveria ser bastante custosa para os intelectuais que não dispunham de fortuna familiar e tinham grandes problemas financeiros sempre a enfrentar. Outra vez, Macedo e Capanema puseram-se a lutar por uma gratificação ou ao menos um auxílio para Dias. Obtiveram verba de 3 contos do Instituto Histórico e mais um montante do bolsinho particular do Imperador para enviar ao amigo maranhense. Em uma carta a Antônio Henriques Leal Capanema dizia que teve que procurar pessoas desconhecidas para obter para o amigo 200\$ mensais durante o presente exercício, na mudança de Ministério:

*... eu acreditava na ilustração dessa gente e supus que seria ela sôfrega em respeitar o nome de Gonçalves Dias e não e deixaria morrer à mingua. Enganei-me horrivelmente e com elas descansaram ... foi-me preciso ultimamente procurar pessoas que não conhecia para pedir engenhos e por fim deu-se ao nosso amigo 200\$ mensais, porém só durante o presente exercício!*⁴¹⁸

Entretanto, diante da situação financeira incerta, Gonçalves Dias ponderou em ir para o Maranhão, combinou com Odorico Mendes de ir morrer naquela província, onde ambos eram nascidos. No navio, que naufragou na costa da província natal em 1864, não se encontrou o precioso manuscrito que Gonçalves Dias carregava consigo da *História dos Jesuítas* e nem tampouco o relatório dos seus trabalhos na Comissão Científica, provavelmente roubados pela própria tripulação que provavelmente não acudiu ao adoentado passageiro.

Macedo redigiu o elogio fúnebre no Instituto Histórico, de seu estimado amigo após o trágico naufrágio do *Ville de Bologne*. Obrigado a retornar ao ensino e às atividades literárias nas décadas de 1860 e 70, Macedo sofreu o declínio editorial decorrente, segundo Tânia Serra, sobretudo da mudança de gostos e expectativas do público leitor do período, que de um lado não aceitava mais seus romances “de literatura para moças” e de outro não apreciava a adesão de Macedo às novas tendências realistas e naturalistas. A autora atribuiu um grande peso à identificação da produção

⁴¹⁸ CAPANEMA, Guilherme Schuch. “Carta a Antônio Henriques Leal ” (Arq Nogueira da Silva) Apud. PEREIRA, L M. Op. cit p.374.

mais tardia do Dr. Macedo com a “leitura oficial”, e isto ocorria porque a nova geração de jovens escritores, incluindo Bernardo Guimarães, Aluísio Azevedo, reconhecia nos intelectuais freqüentadores do Paço e do Instituto Histórico o conservadorismo político e literário, ainda que os romances de Macedo descortinassem o preconceito, denunciassem a escravidão e criticassem os costumes sociais. Este rótulo ficou mais evidente quando publicou por encomenda oficial, obras de exaltação à Pátria e a seus vultos como *As Noções de Corografia do Brasil* (1874), o *Ano Biográfico* (1875) e *As Efemérides* (1878-76).

A pouca aceitação dos seus romances e peças teatrais, ao contrário do que ocorria na década de 1840, devia-se também ao ritmo frenético em que escrevia. Havia também em consequência deste ritmo- em média publicava três romances por ano, alguns folhetins chegavam a ter 800 páginas – a queda da qualidade dos trabalhos, em termos de escrita e de adequação das tramas. Este fato traduziu-se na queda das vendas e portanto na diminuição do interesse e da procura dos editores a seus trabalhos recentes

Seu endividamento se agravava a ponto de mudar-se em 1869 para Niterói e depois para Itaboraí a fim de evitar pesadas despesas com aluguel. Em uma carta de fevereiro de 1872, Joaquim Norberto escreveu a Araújo Porto Alegre, que estava em Lisboa dando conta do amigo Macedo:

*O Macedo está em Itaboraí. Deu agora para escrever a vapor, produz muito, escreve romances e dramas aos centos, mas com pouco cuidado no seu estilo e enredo, de modo que o vaidoso Alencar vai-lhe tomando os louros ganhos na áurea quadra dos Porto Alegre, Magalhães e Gonçalves Dias [já morto em 1864]. Está armando ao dinheiro para pagar dívidas, segundo me disse.*⁴¹⁹

Em uma sociedade em que o ambiente literário se tornava mais complexo, o campo literário e o editorial estavam se constituindo, a disputa pela sagração e legitimidade literária era consequência inevitável. Tendo contribuído para estas mudanças, a Macedo só restava viver da reedição de algumas de suas obras de um lado. De outro, tendo sido gradualmente rechaçado pelo mercado editorial, restava-lhe valer-se do mecenato de Estado com o qual ainda poderia contar. Recebeu uma gratificação por quinze anos de magistério no Colégio Pedro II no valor de 640\$000 réis. Aceitou por encomenda obras como *Noções de Corografia do Brasil*, traduzida em várias línguas, realizada pela Comissão Diretora da Exposição Nacional, que apresentou o

⁴¹⁹ MACEDO, J, M de. “Carta transcrita na *Revista do Livro* nº23/24, julho /dezembro de 1961. Apud SERRA, Tânia. Op. cit. p.

Brasil em Viena, também adotada nas aulas de Geografia do Colégio Pedro II. Também foi o secretário do júri que selecionou o material que figurou na Exposição Universal de Viena. Em 1875 redigiu para a Comissão Superior da Exposição Nacional, o *Ano Biográfico* para a Exposição da Filadélfia, cujo suplemento saiu em 1880. Também recebeu em 1874, por serviço prestados à pátria, a comenda da Ordem de Cristo.

Tânia Serra sugere que quanto menos se publicava, mais medalhas e encomendas oficiais recebia, sagrações, gratificações simbólicas e materiais, e que em uma época de crise e mesmo de contestação à Monarquia – o próprio Partido Liberal dá origem ao Partido Republicano em 1870 - estas honrarias definiriam cada vez menos o sucesso literário e editorial dos escritores. É claro que o Estado ainda beneficiava os seus intelectuais, representantes da visão de mundo hegemônica. No caso de Macedo, isto ocorria na medida em que *As Lições de História do Brasil* seriam adotadas nas escolas primárias até a República e a intelectualidade da nova geração também estudava com seus livros e manuais.

Não podia mais ministrar as aulas no Pedro II por causa de sua doença mental que o levou à morte em 1882. Contudo compareceu às sessões do Instituto Histórico até 1881 e foi reeleito orador e vice-presidente do Instituto como forma de homenagem. Como o poeta seu amigo, morreu na miséria, não deixando bens, porque os que tinha foram penhorados para saldar as dívidas que contraiu, procurando exercer bem suas funções de servir à Pátria e ao Imperador⁴²⁰.

2.3 O Retrato de Carlsbad

Carlsbad, atual Karlovy Vary, é uma rica cidade localizada na região ocidental da República Checa, na confluência dos rios Ohre e Teplá. Mas há quase um século e meio Carlsbad ou Karlsbad, era uma cidade da Boemia, ligada ao antigo Império Austro Húngaro, onde até relativamente pouco tempo se falava alemão. Famosa por suas águas termais, Carlsbad desde muitos séculos atraía os doentes e desvalidos da Europa e de outras partes, alguns muito ricos e poderosos, pensando encontrar melhora em banhar-se em suas águas⁴²¹. O imaginário popular conta histórias sobre a fundação da cidade, cujo

⁴²⁰ Sua esposa Maria Catarina Sodré de Macedo precisou mesmo pedir a Princesa Isabel uma pensão em nome do finado marido, porque encontrava-se na miséria. SERRA, Tânia. Op. cit. p 220.

⁴²¹ Em uma carta   Porto Alegre Gonçalves Dias menciona sobre a possibilidade de Ana Paulina, esposa de Porto Alegre, ir também   Carlsbad. “Se já lá muita freq ncia d’enfermos, não será bem fácil achar

nome significa “banhos de Carlos”, aludindo à descoberta dos poderes curativos das fontes térmicas no século XIV pelo Imperador Carlos IV do Sacro Império Romano durante uma caçada.

No século XIX, especialmente a partir dos anos de 1830-40, quando o deslocamento de pessoas é agilizado pela construção de redes férreas para transporte de passageiros e barcos a vapor, o turismo passava a ser um negócio a ser explorado pelos capitalistas. Os viajantes de outrora, a partir desta época tornaram-se turistas, atraídos pelas belezas naturais, pelos climas amenos ou pela vida social intensa. Carlsbad certamente atraiu Gonçalves Dias, ávido para curar a tuberculose e a sífilis que afetavam sua saúde, como atraía enfermos de toda a Europa. O poeta tinha dor no fígado, nas pernas, reumatismo e estava ficando afônico. O médico em Recife lhe recomendara a Europa, e nos últimos anos de vida ele circulava de cidade em cidade procurando aquela cujo clima lhe favorecesse. De Berlin a Bruxelas, de Bruxelas a Dresden e de lá de volta a Paris, consultava todos os médicos. Foi aos banhos de Sweizermühle onde não melhorou mas divertiu-se com as excursões; a Teplizt, nas redondezas de Dresden, onde também havia banhos, para tentar se restabelecer antes de prosseguir com os planos de ir passar uma temporada na cidade da Boêmia.

As fontes quentes que brotavam da terra eram conhecidas como revigorantes e taumaturgas. O número de visitantes cresceu imensamente a partir de 1860 porque dizia-se que as suas águas curavam diabetes. Porto Alegre, na casa de quem Dias estava hospedado por falta de proventos, e Gonçalves de Magalhães, que residia em Viena, acompanharam-no na visita. Além de aproveitar a ótima estada e o lazer, é possível que tivessem interesse em curar-se também porque, como escrevia Gonçalves Dias a Capanema, formavam todos “o triste parnaso de hepáticos reumáticos, sorumbáticos”⁴²². Porto Alegre sofria de ataques do fígado⁴²³, Gonçalves de Magalhães sempre teve saúde fraca.

Magalhães já tinha se banhado nas águas enquanto era Cônsul em Viena e recomendou-lhe ao amigo Porto Alegre: “Creio que não te darás mal com o médico que

casa conveniente para a família”. “Carta à Porto Alegre de 24 de maio de 1863” In: *Correspondência ativa de Gonçalves Dias*. Op. Cit. p.351.

⁴²² DIAS, A. G. “Carta à Capanema Carlsbad, 20/7/1863”. (Arquivo Nogueira da Silva).

In: *Correspondência ativa de Gonçalves Dias*. Op. Cit. p. 357-358. DIAS, A. G “Carta à Antônio H. Leal – Carlsbad, 20/7/1863” In: *Anais da Biblioteca Nacional. Correspondência Ativa*. pp.356-357.

⁴²³ Idem. “Carta de Gonçalves Dias à Capanema de Dresden, 4 de dezembro de 1862” *Correspondência ativa de Gonçalves Dias*. Op. Cit. p. 340-41.

escolheste, e que muito bem te farão as águas de Carlsbad como me fizeram”⁴²⁴ E combinava um encontro: “se for a Carlsbad, como tenciono, serei portador de um exemplar da minha *Urânia*, que por estes dias sairá da tipografia. Planejavam há alguns meses, pelo menos desde novembro de 1862, enquanto Magalhães já combinava com Porto Alegre seu encontro em carta de fevereiro de 1862⁴²⁵. Pelo menos em 13 cartas Gonçalves Dias se refere à ida à cidade com os dois amigos, sinal de que ansiava muito por aquele momento de prazer com os amigos e por uma possível cura miraculosa.

Gonçalves Dias estava ficando em Dresden na casa de Porto Alegre. Logo que este chegou e se instalou em um Hotel, caiu gravemente doente. Porto Alegre insistiu para que o amigo enfermo se mudasse para junto à sua família onde pudesse ter cuidados maiores. Apesar de todos os gastos que o preocupavam - em 1862 os sete membros da família caíram doentes, despendia com médicos, sustentava a mãe idosa e um filho recém nascido, pagava a educação dos filhos Paulo e Inácio - era um anfitrião atencioso e generoso. Um amigo devotado a todos os seus amigos. Dias ficou seis semanas doente e desprovido de recursos na casa de Porto Alegre.

Na casa de Porto Alegre, Gonçalves Dias participou da vida íntima da família, testemunhou as doenças de Ana Paulina, esposa de Porto Alegre, provavelmente de cálculo renal⁴²⁶ e também o mal estar da filha Paulina, o rompimento do noivado da filha Carlota com um certo Sr. Borja que atormentava toda a família, sua ansiedade por terminar as *Brasilianas*, que seriam oferecidas ao Imperador. Mas não só opinou sobre o dia a dia da família, Porto Alegre naturalmente aproveitava para tentar reconciliá-lo com a esposa Olímpia, com quem nunca se entendera. Exaltava suas virtudes e aconselhava-o, sem no entanto ter surtido efeito a "ladainha".

Porto Alegre e Dias, ao que tudo indica, partiram juntos para Carlsbad para lá encontrarem Gonçalves de Magalhães pelo dia 20 de julho de 1863. Devem ter se banhado na águas ditas terapêuticas, que eram engarrafadas e exportadas para outras partes. Mas também é admissível que não tenham só se banhado, mas que tenham seguido em excursões pela região e passeios pela cidade para ver as Igrejas góticas e

⁴²⁴ Idem. “Carta de Viena de 25 de abril de 1862”. Também ver MAGALHÃES, D. J. G. “Cartas de Domingos José de Magalhães à Manuel de Araújo Porto Alegre”. In: *Epistolário Acadêmico* In: Revista da Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro, 1934. vol. 45. p.111

⁴²⁵ Idem. “Carta de Viena de 18 de fevereiro de 1862 Cartas de Domingos José de Magalhães à Manuel de Araújo Porto Alegre”, *Epistolário Acadêmico*. In: *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro, 1934. p.110 –111. vol.1

⁴²⁶ PORTO ALEGRE, M. A. “Carta de Porto Alegre à Capanema. Dresden, 4 de outubro de 1863”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. Abril-Junho 1957. Vol. 335. p.384

barrocas, remanescentes dos incêndios de séculos anteriores. Percorreram as ruas da cidade onde nasceu Friedrich Schiller e devem ter aproveitado para conhecer monumentos e visitar o Teatro barroco do século XVIII, posto que lá permaneceram algumas semanas.

Mesmo a passeio Dias não esquecia do Macedo. Na Alemanha, em quase todas as cartas a Capanema e a Porto Alegre menciona Macedo, pede-lhe algum favor – já que Macedo era o procurador de Gonçalves Dias junto aos livreiros no Rio de Janeiro - perguntavam-lhe de sua saúde, mandavam-lhe notícias, pediam-lhe notícias, recriminando-o por não escrever. O Dr. Macedo não era muito de escrever. Há pouquíssimas cartas dele nos arquivos. Ademais Macedo nunca viajou para o exterior, talvez preferisse o isolamento do seu sítio no interior da Província. O fato é que no final de 1862 achava-se adoentado, como confirma Capanema, que foi visitá-lo em casa,⁴²⁷ prática comum nos círculos dos homens de letras.

Também não poderia acompanhá-los a Carlsbad nem se quisesse, sem comissão, sem emprego no consulado e atarefado como ele estava. Nesta época Macedo escrevia as *Lições para o uso do Colégio Pedro II*, crônicas para a *Revista Popular* e para sua coluna no *Jornal do Comércio*, além de se envolver com outros trabalhos literários. Ainda por cima, concorria a deputado na Câmara Legislativa. Porto Alegre, já sabendo das novas, comentava: “Segundo penso o Macedo estará deputado, e se assim for hei de escrever-lhe sobre certas coisas, que lhe competem fazer como literato professo...”⁴²⁸ E o amigo pintor julgou certo, sob o Gabinete liberal de Zacarias, Macedo elegeu-se deputado para a Assembléia Geral da legislatura de 1863 a 1866.

Diante do alegre conagraçamento dos amigos escritores em férias, deixaram-se fotografar durante as semanas que passaram na estação, uma foto que conforme nos indica Porto Alegre teve 12 cópias. Uma deu ao cunhado e amigo Capanema: “Estive 14 dias em Carlsbad que mais não posso estar; e aí fizemos esta fotografia. Guarde-a. É que tiramos 12 exemplares com os três”⁴²⁹. Este famoso retrato em que Porto Alegre, Magalhães e Gonçalves Dias posam austeros para a eternidade contém a assinatura dos três. É sentida uma ausência: a de Macedo. Dias com seu humor negro que já foi posto à prova na ocasião da sua suposta morte em 1862, comenta em uma carta a Capanema:

⁴²⁷ DIAS, A. G. “Carta de Gonçalves Dias à Capanema. Dresden, 4 de dezembro de 1862”.In:

Correspondência ativa de Gonçalves Dias. Op. Cit.p.341.

⁴²⁸ PORTO ALEGRE, M. A “Carta de Porto Alegre à Capanema. Dresden, 4 de outubro de 1863”.In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. Abril-Junho 1957.p.384 Vol. 335

⁴²⁹ Idem. A “Carta de Porto Alegre à Capanema. Dresden, 2 de Agosto de 1863”. (Arquivo do Museu Imperial).

“Se cá estivesse o Macedo também, constituíamo-nos em Parnaso Brasileiro. Triste Parnaso – de hepáticos, reumáticos e sorumbáticos!”⁴³⁰

Irônico, o termo Parnaso empregado pelo poeta maranhense alude não apenas ao classicismo, mas viria a denominar posteriormente o grupo de poetas, defensores de uma poesia erudita e impessoal no fim do século XIX e início do século XX, que criticariam a poesia romântica. Antes dos parnasianos e dos naturalistas tecerem seus nomes no Cânone literário à custa da crítica ao Romantismo, uma geração de jovens românticos também transformava os gostos e expectativas do público leitor atingindo os protegidos do Imperador. O próprio José de Alencar contribuiu para esta mudança ao travar a batalha de penas nos jornais e folhetins contra a *Confederação dos Tamoios*, obra remendada e financiada por Pedro II.

Porto Alegre, Magalhães e Gonçalves Dias não se demoraram muito em Carlsbad, apenas algumas semanas. Gonçalves Dias voltou a Dresden e de lá foi a Bruxelas, Dresden, Berlin, Bruxelas, Lisboa, Paris. As águas de Carlsbad não lhe fizeram nem bem nem mal⁴³¹ por isso ainda procurava uma cura para suas dores terríveis. Despediu-se dos amigos Ferdinand Denis e Odorico Mendes e desapareceu no mar, aos 40 anos incompletos, no naufrágio do *Ville de Bologne* em 1864, poucos meses após o encontro em Carlsbad.

Sua vida e trajetória, embora curta, cheia de infortúnios, foi consagrada com a notoriedade que teve perante o público letrado e o reconhecimento de seu talento literário pelos colegas, homens de letras do IHGB, pelo Imperador e por grandes escritores do Romantismo como Alexandre Herculano. As dificuldades em obter “colocações”, a injustiça de certas reformas na burocracia de Estado, as trocas de Ministérios e a incompreensão dos políticos que inviabilizavam grandes e respeitáveis projetos como da Comissão Exploradora, foram se somando e exaurindo um homem que atuou intensamente em atividades que pudessem beneficiar culturalmente o país, transformar suas instituições e criar um público mais abrangente para a literatura.

No final de julho Porto Alegre acompanhou Magalhães em visita a Viena, visita esta que o compadre lhe cobrava há muito tempo e provavelmente ficou hospedado em

⁴³⁰ DIAS, A. G. “Carta à Capanema – Carlsbad, 20/7/1863.” In: *Correspondência ativa de Gonçalves Dias*. Op. Cit.p.357-358.

⁴³¹ DIAS, A. G. “Carta à A. Henriques de 20 de agosto de 1863”. In: *Correspondência ativa de Gonçalves Dias*.Op. cit.p.248.

sua casa. Breve aguardavam Sales Torres Homem para fazer-lhes uma visita⁴³². Porto Alegre, mais sociável, colecionara amigos durante a vida, ligara-se a figuras célebres e influentes do Império, teve em sua trajetória uma luta incansável por organizar e aperfeiçoar as instituições culturais do Império e ajudar a alçá-lo a uma civilização de primeira grandeza. Sentia as dificuldades da sobrevivência para alguém que só dispunha de suas capacidades intelectuais e artísticas a oferecer, em uma sociedade hierarquizada, patriarcal e escravista. Sempre próximo aos liberais, e mais próximo ainda do Monarca a quem sempre poupava quando, em suas cartas, criticava ferozmente o governo e os políticos do Estado Imperial. Também Gonçalves de Magalhães, como seu compadre Porto Alegre, experimentou um começo de carreira difícil para quem não provinha das classes proprietárias. Passaram dificuldades, contaram com amigos em seu percurso que lhes garantiram “colocações” e pensões que o Estado ainda não fornecia aos intelectuais. Frequentaram o Paço e o Palácio de São Cristóvão. Desfrutavam verdadeiramente da afeição do Imperador, a quem dedicaram muitos cânticos, poesias, hinos e livros. Nutriam por ele uma admiração quase paternal. Ele, Magalhães trabalhou diretamente com Caxias na obra de pacificação do Império e como diplomata em várias questões políticas e territoriais, importantes para manutenção da integridade do território. Por isto Magalhães, depois Porto Alegre, galgaram títulos de nobreza e ingressaram no hall dos barões do Império.

E Macedo, que foi tão popular em meados do século, morreu louco e na penúria, sua viúva tendo que contar com uma pensão concedida pela princesa Isabel. Macedo também sentiu a ambigüidade a qual o homem de letras começava a estar sujeito, trabalhava no jornalismo porque, de um lado precisava, de outro acreditava que seria uma forma de militância liberal mais efetiva. Dedicou-se à política, tentou viver da literatura, foi professor grande parte da vida, produzindo os manuais através dos quais muitos dirigentes foram formados. Dedicou-se ao IHGB e com a responsabilidade de quem acreditava no seu papel de intelectual, um intelectual que organiza, que veicula suas idéias, age, divulga e exalta.

Na verdade nenhum dos quatro homens de letras, *da “áurea quadra”* como lhes chamou Joaquim Norberto, sobreviveu para ver o fim do Império que tanto prezavam e defendiam em suas letras. Contudo, associados como estavam ao Imperador, ao IHGB e aos dirigentes, através da produção de uma “literatura oficial”, de certa forma o retrato

⁴³²DIAS, A. G “Carta à Porto Alegre – Dresden, 31/7/1863”. *Correspondência ativa de Gonçalves Dias*. Op. Cit.p.359

de Carlsbad inspira, em quem o admira, sensações ambíguas: por detrás da aparente serenidade daquelas três figuras imortais, inabaláveis, estava a enfermidade daqueles nobres e “reumáticos”, “sorumbáticos” poetas oficiais, simbolizando a decadência do próprio Império.

3. SEMEANDO OS ALICERCES DA NAÇÃO

3.1 Primeiros passos da imprensa periódica e literária

A formação do campo literário no Brasil dependeu do Estado tanto quanto sua autonomização esteve ligada a ampliação do setor privado e a constituição do campo editorial. Tendo coincidido com a dinamização da vida cultural e multiplicação dos espaços de sociabilidade, o movimento intelectual do romantismo impulsionou a mudança não apenas das idéias em voga, discutidas em meios cultos, mas em toda a mentalidade da época, valorizando o papel social das letras e do homem de letras, a relação entre os sexos, os locais de sociabilidade literária⁴³³.

Diante da frágil e tardia presença das universidades no meio social, diferentemente do resto da América Latina, a divulgação e a circulação das idéias e ideologias passou a depender de jornais. Os periódicos revelavam-se meios de formar a opinião pública dentre as classes abastadas e instigar a mobilização popular. A imprensa que engatinhara nos anos finais da Colônia, despontava como uma das mais atuantes forças em prol da independência, do liberalismo e das reformas. Além disto, as tipografias e redações de jornais eram, em conjunto com cafés e gabinetes de leitura, locais onde os letrados travavam contato, firmavam amizades e estabeleciam relações com políticos, tipógrafos e outros escritores já consagrados. Também os setores subalternos experimentaram as conseqüências desta atividade jornalística, não apenas através do consumo de folhetos e literatura de circunstância, mas devido ao predomínio da oralidade entravam em contato com as novas idéias participando das leituras e discussões sobre os acontecimentos políticos em lugares públicos⁴³⁴.

Os periódicos, em particular a imprensa literária, apareceram tardiamente no Brasil se comparado com a Europa. Ao longo do século XVIII aqui circulavam jornais portugueses como *A Gazeta de Lisboa*⁴³⁵ entre outros, que disseminavam informações, opiniões, e idéias, mas não praticavam o debate e a divergência política. Outros como o

⁴³³ MACHADO, Ubiratan. Op. cit.

⁴³⁴ NEVES, Lúcia Maria Bastos P. "Leitura e leitores no Brasil, 1820-1822: o esboço frustrado de uma esfera pública de poder". In: Acervo. RJ: Arquivo Nacional, 1994, p.132.

⁴³⁵ A *Gazeta de Lisboa* era uma espécie de Diário Oficial da Monarquia portuguesa, contendo reportagens de atos oficiais informando o que se passava nas cortes européias, da saúde às iniciativas dos príncipes, exceto os de Portugal, pois nada era mencionado sobre a loucura de Dona Maria I ou dos ataques de gota de D. João.

Correio Brasiliense, periódico mensal redigido em Londres por Hipólito da Costa⁴³⁶, entre 1808 e 1822 era distribuído em Portugal e a despeito da censura, também chegava ao Brasil a bordo nos navios ingleses. Os exemplares de quase 100 páginas⁴³⁷ em cada número, eram bastante disputados e alcançavam do Pará ao Rio Grande do Sul, destinando-se a “preparar o Brasil para instituições liberais e melhorar os costumes políticos” o que atraiu a atenção da censura régia⁴³⁸. O rigor com que a censura determinava sua apreensão, variava conforme os tempos, não tanto por pregar a independência da colônia ou propor o fim da monarquia, mas por dirigir críticas à administração e às autoridades portuguesas. Entretanto, mesmo o jornal de Hipólito da Costa que era editado em Londres para evitar a censura portuguesa praticava a auto censura e era instrumento privilegiado para veicular os documentos e decretos oficiais da Corte no exílio⁴³⁹.

No período colonial o desenvolvimento da imprensa se restringiu a algumas tentativas frustradas em Recife e no Rio de Janeiro⁴⁴⁰. Seu estabelecimento definitivo data da montagem da Imprensa Régia por D. João VI em 1808, através da instalação do equipamento trazido nos porões do navio *Medusa* pelo Conde da Barca quando da fuga da família real para o Brasil. A Imprensa Régia manteve o monopólio sobre a impressão na colônia desde sua criação até 1821, quando ganha o nome de Tipografia Nacional cujo objetivo era imprimir papéis diplomáticos e legislação.⁴⁴¹ Nesta gráfica foi editada a *Gazeta do Rio de Janeiro*, jornal oficial que manteve a linha da *Gazeta de Lisboa* e abordava questões relativas à saúde da família real portuguesa e europeia, noticiava as núpcias de Pedro I, publicava anúncios e despertava pouco interesse do público. Na

⁴³⁶ Hipólito da Costa confessou certa vez que redigia e imprimia o *Correio* sozinho, uma dura tarefa para quem tinha que se dividir entre o jornal e outras atividades (comércio) que permitisse fontes de remuneração.

⁴³⁷ No seu artigo Bethânia Marini afirma ser em torno de 80 páginas cada. Ver. MARIANI, Bethânia S. C. “Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória)” In: ORLANDI, Eni P. (org) *Discurso fundado, A formação do país e a construção da identidade nacional*. São Paulo: Pontes, 1992

⁴³⁸ CHAGAS, Carlos. *O Brasil sem Retoques: 1808 – 1964*. São: Record, 1989.

⁴³⁹ Segundo Morel havia mais oito periódicos portugueses publicados na Inglaterra. MOREL, Marco & BARROS, Marianna Monteiro. *Palavra, imagem e poder, o surgimento da imprensa no Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: DP& A, 2003

⁴⁴⁰ Em 1706 em Recife e em 1747 no Rio de Janeiro tentou-se instalar tipografias com os auspícios das autoridades locais, mas em ambos os casos Cartas Régias advindas da Corte determinaram seu confisco e destruição.

⁴⁴¹ Sua produção foi variada com mais de 1.200 itens publicados, basicamente compêndios de medicina, tratados de matemática, física, mecânica para os alunos das escolas superiores recém-criadas. Também foram publicados textos sobre o livre comércio como *Compêndio da Riqueza das Nações*, de Adam Smith e após 1820 e 1821 começa a publicar textos sobre temas políticos. Maria Lígia Prado observa que para ter uma obra publicada pela Imprensa Régia seria preciso uma forte indicação da Junta Administrativa.

realidade, tanto o *Correio* como a *Gazeta* eram destinados ao mesmo público leitor, isto é, aos portugueses emigrados em lugar dos brasileiros natos.⁴⁴²

A presença da censura, prévia ou auto-imposta aos jornais, como no caso da prática de o *Correio Braziliense*, desde os primórdios da formação do campo jornalístico inibia o caráter explícito da subjetividade, da interpretação e da opinião nos discursos jornalísticos dos dois periódicos, enfatizando em ambos a neutralidade na função de noticiar⁴⁴³. Os impressos e periódicos importados como vimos, geralmente não tratavam da realidade brasileira, tinham o olhar voltado para os acontecimentos internacionais. Mas tanto *A Gazeta do Rio* quanto o *Correio Brasiliense* não tinham divergências políticas profundas, eram ambos monarquistas, apoiavam o projeto de união luso-brasileira e eram contrários às idéias da Revolução.⁴⁴⁴ Apenas incomodava aos asseclas e ministros do Príncipe Regente controvérsias suscitadas pelo jornal de Hipólito da Costa quando da Abertura dos portos às Nações Amigas (1810) em que o *Correio* evocava a Economia política para condenar o monopólio comercial.⁴⁴⁵

Apesar de engatinhar, a imprensa periódica às vésperas da independência, convivía com formas de comunicação típicas do Antigo Regime como gazetas, pregões, bandos, exibição de cartazes impressos ou manuscritos nas ruas, leituras coletivas e proclamações em voz alta⁴⁴⁶, que serviam para divulgar informações e opiniões. Assim entre 1821 e 1823 ela teve papel relevante nos embates que levaram à consolidação da emancipação política, estimulando o debate de idéias e divulgando uma cultura política da Ilustração no mundo luso-brasileiro⁴⁴⁷. Como aponta Lúcia Neves, o ano de 1821 marcou a fase áurea do periodismo no mundo luso-brasileiro, suscitado pelos debates gerados pelo movimento liberal constitucionalista das Cortes.⁴⁴⁸

No Brasil os jornais opunham ao “despotismo” das Cortes lisboetas a liberdade dos colonos. Com a Revolução Liberal de 1820, em que o monarca viu-se obrigado a dividir seu poder com uma Junta de Governo, foi assinado um decreto em março de 1821 suspendendo provisoriamente a censura prévia para a imprensa geral, redundando na proliferação não apenas da imprensa periódica e regular, mas de outros tipos de

⁴⁴²MARIANI, Bethânia S. C. Op. cit. p. 40.

⁴⁴³Idem. Ibidem.p.33

⁴⁴⁴MOREL, Marco & BARROS, Marianna Monteiro. *Op. Cit.*

⁴⁴⁵SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*.4ª ed,Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.

⁴⁴⁶MOREL, M & BARROS, M. M. Op. cit. p.24

⁴⁴⁷NEVES, Lúcia Bastos. “Guerras de Penas: os impressos políticos e a independência do Brasil”.In : *Tempo*. Rio de Janeiro: UFF, Ago 1999.volume 8.p.2

⁴⁴⁸Idem. “Corcundas e constitucionais: a cultura política no mundo luso-brasileiro (1820-1822)”In: SILVA, Maria Beatriz da.*Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*.Estampa, Lisboa,1995.pp.265-280.

impressos como brochuras, manifestos, proclamações, panfletos, contendo denúncias que circularam nas principais cidades, no Rio de Janeiro e em Salvador. No Rio de Janeiro surgiram cerca de vinte jornais de circulação semanal entre 1821 e 1822 que procuravam informar a respeito dos acontecimentos de forma mais direta, por meio de um discurso mais ideológico e político do que cultural⁴⁴⁹.

Esta imprensa permitiu a circulação dessas informações em todas os sectores sociais, trazendo à tona acontecimentos diários que passavam do domínio privado ao público, fazendo os factos políticos adquirirem a condição de novidades. Portadoras das idéias esclarecidas, desenvolveram-se entre o terreno da curiosidade e o da ação, erigindo o esboço de uma esfera pública para o pensamento político.⁴⁵⁰

Esta predominância da política na fundação de periódicos é uma tendência do período da independência. Notícias do movimento liberal português em 1820 já eram divulgadas por meio de impressos, jornais e folhetos que alcançaram o Pará, Maranhão, Pernambuco e em outros locais de menor expressão, motivaram intensos debates políticos em que os artigos e a literatura de circunstância, de comentários dos fatos recentes, geralmente anônimos, passaram a ser discutidos nas ruas, e sobretudo nos novos espaços de sociabilidade, cafés, academias, livrarias e sociedades secretas, como a maçonaria.⁴⁵¹ Como explica Lúcia Neves, os periódicos criados no final do período colonial tratavam de defender um destaque maior para o Brasil no Império Português enquanto a questão do separatismo só estaria na ordem do dia às vésperas da independência, defendida por jornais como a própria *Gazeta do Rio*⁴⁵². Esta tardia adesão ao separatismo expressava a divisão quanto à questão existente no próprio seio da classe dominante, que levava setores em algumas regiões do país, como aqueles da Bahia a continuarem fiéis à Coroa portuguesa, pois para alguns letrados como Januário da Cunha Barbosa, era preciso defender uma maior representatividade do Brasil nas Cortes em Portugal. A hostilidade entre o projeto dos portugueses e brasileiros era manifesto na chamada “guerra de penas” da qual era palco a imprensa. Sua origem está

⁴⁴⁹ Idem. Ibidem. p 3. Segundo MOREL & BARROS enquanto em 1820 havia apenas um periódico impresso no Rio de Janeiro este número subiu para onze em 1821.

⁴⁵⁰ Idem. Ibidem..pp.265-280.

⁴⁵¹ NEVES, Lúcia Bastos. “Guerras de Penas: os impressos políticos e a independência do Brasil”. Op. cit.

⁴⁵² A tardia adesão dos periódicos a emancipação de Portugal expressava a divisão no seio da classe dominante quanto aos projetos e interesses econômicos. Isto levava alguns setores regionais, por exemplo da Bahia, a continuar fiel a União do Brasil com Portugal ou de indivíduos como Januário da Cunha Barbosa a defender uma maior representatividade do Brasil junto às Cortes em Portugal.

na disputa em saber em qual parte do império se situaria a sede do Império luso-brasileiro, onde a monarquia deveria fixar-se⁴⁵³. Nesta guerra literária, o Brasil fora caracterizado como uma terra de “macacos, pretos e serpentes” enquanto Portugal era visto como “país de gente branca, de povos civilizados”.⁴⁵⁴

Os embates políticos na imprensa prosseguiram durante as décadas de 1820 e 1830 e a rivalidade entre brasileiros e portugueses no Brasil independente metamorfoseou-se no antagonismo entre patriotismo versus antipatriotismo. A partidarização ocorrida a partir dos anos de 1826 envolveu os jornais que se tornavam porta-vozes das tendências, que constituíam identidades políticas, exibidas por vezes no próprio nome dos periódicos, como o *Exaltado* (redigido pelo padre Marcelino Pinto Ribeiro), *A Trombeta Farroupilha*, ou o *Caramuru*. Também entre os partidos do período regencial, os jornais se posicionavam e traziam críticas e chacotas direcionados aos restauradores, exaltados e moderados.⁴⁵⁵

A “guerra de penas” designada por Lúcia B. Neves, assume nos anos 1820 e 1830 o papel de fomentar as rivalidades e expor contradições sociais, fazer circular idéias que causavam horror às classes proprietárias, idéias como *revolução, democracia, anarquia*, associadas nos anos 1830 aos exaltados. Os exaltados eram identificados por moderados como “demagogos”, incapazes de atitudes razoáveis, deixando-se levar pelas paixões. Os moderados eram acusados pelos opositores de hipocrisia e de conformar-se ao governo, enquanto os *Caramurus* eram apelidados de “pés-de-chumbo”, “corcundas” e “marinheiros”, associados ao despotismo e ao antipatriotismo. As disputas dos atores políticos através da imprensa criara uma troca de insultos entre os adversários, atribuindo nomes de animais selvagens aos brasileiros ou de deformidades físicas aos portugueses com o propósito de negar-lhes a racionalidade e qualidades civilizadas⁴⁵⁶. A esta animalização por meio de metáforas de desqualificação Marco Morel denomina de “zoologia política”⁴⁵⁷.

⁴⁵³NEVES, Lúcia Bastos. “Guerras de Penas: os impressos políticos e a independência do Brasil”. p. cit.p.11

⁴⁵⁴Idem.Ibidem.p11.

⁴⁵⁵MOREL, Marcos.*As transformações dos espaços públicos.Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial.* Op. cit. p.67.

⁴⁵⁶Os brasileiros eram chamados de macacos, galinhas e principalmente bodes – que aludia uma condição racial de mestiçagem e inferioridade, pelos jornais monarquistas. Os jornais exaltados ou moderados acusavam-nos de serem camelos, aludindo as corcundas proeminentes por conta da adesão ao despotismo.Alguns periódicos adotaram para si a terminologia, procurando valorizá-la, como *O Macaco Brasileiro, O Papagaio, o Beija-Flor ou o Minhoco, o verdadeiro filho da terra.*

⁴⁵⁷MOREL, Marcos. *As transformações dos espaços públicos.Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial.(1820-1840).* São Paulo: Hucitec: 2005.p.67.

Durante o início da formação do campo editorial no Brasil após a independência, as particularidades na relação entre imprensa, campo editorial e Estado pressupunham e recriavam àquelas entre os letrados, os intelectuais com o poder. Estas relações eram ditadas pela situação de subordinação do campo intelectual dentro do campo de poder e perpassadas pela progressiva distinção dos literatos enquanto grupo social diante da massa dos analfabetos. A liberdade de imprensa estava assim limitada pelos embates e discursos que envolviam os defensores e opositores do poder moderador uma vez que ocorria a interferência do imperador no sentido de subvencionar ou perseguir determinados periódicos e redatores.

Na história da imprensa periódica a década de 1830 na Europa ficou marcada como a transição entre a forma artesanal e a nova imprensa industrial. Em especial na França, muitas eram as barreiras para a imprensa de massas: o analfabetismo que chegava a 53%, o preço alto dos jornais, aliado à dificuldade na sua distribuição e transporte, a baixa capacidade de impressão das máquinas -apenas 15 000 exemplares - insuficiente para grandes tiragens, além da censura e dos pesados impostos sobre jornais e sobre selos e correios. Apesar disto a imprensa era vista como instrumento de poder na luta política, servindo para o reagrupamento interno da classe dominante, meio de propaganda, mobilização e arma de luta eleitoral onde se confundiam leitores e eleitores⁴⁵⁸.

A imprensa na década de 1830 conheceu apenas uma semi-revolução tecnológica que permitiu a extensão do público leitor nas mesmas bases de outras épocas, a partir da redução dos custos de produção, mas ainda nos limites do alcance de um público burguês e das classes médias urbanas ou rurais das regiões centrais⁴⁵⁹. O aumento considerável das tiragens foi obtido pelo êxito de jornais como *La Presse* (1836) de Émile Girardin, ou o *Siècle* de Armand Dutacq que reduziram o preço da tiragem a metade dos demais jornais. O público foi atraído pelo romance folhetim que substituiu a novela e pela crônica hebdomadária temática de arte, teatro, literatura, ciências e recreação, no rodapé dos jornais cotidianos, destinada a proporcionar instrução e recreação a um público mais “popular”. Desde o primeiro ano *La Presse* já publicava *La Comtesse de Salisbury*, de Alexandre Dumas, em julho e *La vieille Fille* de Balzac, em outubro de 1836 e foi seguido pelos concorrentes *Le Siècle* e *Journal des*

⁴⁵⁸ CHARLE, Christophe . “La Presse de la Monarchie de Juillet” In: *Le siècle de la presse (1830-1939)* Paris: Seuil, 2004. pp.28-34

⁴⁵⁹ Idem.Ibidem.

Débats, que apoiava a política de Guizot a partir de 1840 e publicou o grande sucesso *Les Mistères de Paris* de Eugène Sue. A receita vai se elaborando ao poucos na década seguinte, adaptando às novas condições de corte, suspense, recapitulação, e a fórmula “continua amanhã”.⁴⁶⁰ Em pouco tempo todos os jornais, de qualquer posição política não podiam se privar de publicar o *roman-feuilleton* para assegurar um público fiel⁴⁶¹.

Enquanto a década de 1830 iniciava a transição para a imprensa popular e empresarial, no Brasil a imprensa era artesanal, empregando prensas tipográficas rudimentares. À época da independência proliferavam os pasquins que tinham formato pequeno, tendo geralmente quatro páginas e não era incomum que fossem redigidos por uma só pessoa ou duas no máximo, que compunha o original em manuscrito e o enviava à tipografia que servia não só como impressora, mas como ponto de venda⁴⁶². Eram vendidos não apenas nas livrarias, mas em quaisquer estabelecimentos comerciais ou distribuídos para os assinantes. Em alguns casos, como naquele do *Correio Braziliense*, não se diferenciavam do formato mais durável do livro, sendo posteriormente encadernados e vendidos seus tomos.

O jornalismo não era categoria profissional, qualquer indivíduo letrado que desejasse atuar na vida pública como médicos, clérigos, filósofos ou militares poderia rodar seu pasquim. Esta ocupação atrairia um grupo grande de escritores e poetas em meados do século XIX. Também por isto, não raro os pasquins eram efêmeros, dependendo das condições financeiras do editor em sustentar o empreendimento. Alguns chegaram a lançar apenas um número e não se distinguiam do opúsculo ou do panfleto, pela periodicidade irregular.

Durante esta fase do processo de formação do campo jornalístico, predominava o jornalismo político, e os jornais não pretendiam a imparcialidade, assumiam ou representavam partidos ou posicionamentos ideológicos: “No Período Regencial, sobressaíram os chamados jornais de opinião, em que o redator principal era considerado “escritor público” e tinha como missão defender uma causa”⁴⁶³.

Os jornais não se intimidavam em assumir um posicionamento, e como afirma Hélio Vianna, os pasquins de fins de 1830 e 1831 tiveram poderosa influência sobre a abdicação.⁴⁶⁴

⁴⁶⁰ MEYER, Marlise. *Folhetim*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.p.59

⁴⁶¹ Idem. *Ibidem*.

⁴⁶² MOREL & BARROS. *Op. cit.* p.48.

⁴⁶³ Idem. *Ibidem*. p.53.

⁴⁶⁴ VIANNA, Helio. *Contribuição a historia da imprensa*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.p.98.

Outra característica da primeira geração da imprensa brasileira era a veemência da linguagem . Havia, é certo, órgãos mais bem – comportados , que se pretendiam apenas noticiosos, geralmente no campo econômico ou literário. Mas a imprensa como instrumento político, de convencimento, revelando as paixões e conflitos, preponderava – fosse conservadora ou contestadora, exaltada ou moderada. O estilo panfletário, pasquineiro, dava a tônica, independentemente da colaboração política. Por tudo isso , a imprensa da 1ª metade do século XIX no Brasil privilegiava o doutrinário, o propagandístico, em detrimento do factual e descritivo⁴⁶⁵.

A tendência política dos periódicos continuava ao longo do período regencial em meio a conflitos e rebeliões nas províncias e na Corte. Os dados indicam um aumento das publicações de periódicos no Rio de Janeiro para o início do período, entre 1830 e 1831⁴⁶⁶, embora também assinalem a descontinuidade das “folhas”, que em geral não passavam de dois anos de existência.⁴⁶⁷ Helio Viana nos informa que em 1831 muitos dos periódicos surgidos transformaram-se em pasquins, contribuindo para agitar a vida política, em um ambiente de polêmica, levantes, conflitos e de movimentos revolucionários, a ponto de Pedro I, pouco antes de abdicar, discursar pela repressão através dos meios legais, contra o “abuso da liberdade de imprensa” na sessão de abertura da 2ª legislação do Império.⁴⁶⁸

O surgimento da chamada “opinião pública”⁴⁶⁹ durante os anos de 1820 e 1830 é favorecida pela maior circulação de livros e pela presença de bibliotecas, que contribuía para a existência de um público leitor em expansão, dentre comerciantes, nobres, militares, clérigos e segmentos médios, assim como de um público interessado pelos debates políticos, mas condenado pelo analfabetismo, que valia-se das práticas de leitura orais para compartilhar das notícias e opiniões dos redatores.

⁴⁶⁵ Idem. Ibidem.p49.

⁴⁶⁶ MOREL, M. & BARROS, Marianna Monteiro. *Op.cit.* p.29.

O *Diário Fluminense* e *Gazeta do Brasil* eram órgãos ligados à monarquia, jornais como *O Exaltado*, *A Nova Luz Brasileira*, *Voz da Liberdade*, *a Sentinela da Liberdade*, *a República* eram panfletos dos exaltados e *Astréa*, *o Censor Brasileiro*, e *Aurora Fluminense* eram veículos das idéias dos moderados.

⁴⁶⁷ O número de periódicos surgidos durante a regência constituía um aumento expressivo em relação aqueles que apareceram durante o 1º Reinado, foi maior nos três primeiros anos da Regência de 1831 a 1833, com baixa continuidade na publicação dos periódicos , sendo poucos os que se mantinham por mais de 2 anos. Com maior duração das folhas dos moderados e principalmente das folhas informativas e comerciais como o *Diário do Rio de Janeiro* 1821-1878 e o *Jornal do Comércio* 1827- Ver nos quadros de estimativas em IPANEMA, Marcol & IPANEMA, Cibele. “Imprensa na Regência, observações estatísticas e de opinião pública “In: *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: Abril, Junho, 1975. vol. 307.

⁴⁶⁸ VIANA, Hélio. *Op. cit.* p 121.

⁴⁶⁹ MOREL & BARROS definem opinião pública no sentido moderno como “opinião fundada sobre a razão crítica ou sobre a vontade da maioria, mas que em ambos os casos se insinua na cena pública como instrumento de legitimidade política” relacionada ao ideal iluminista de progresso e ilustração. Idem. Ibidem p.42.

O campo editorial, jornalístico e literário, se expandia e também crescia o papel organizativo dos editores de jornais, seja dos jornais políticos seja dos que se pretendiam literários, científicos e econômicos: “os homens de letras se apresentavam como cidadãos e escritores ativos, como construtores da opinião que almejavam conduzir a sociedade a algum tipo de progresso e de ordem nacional”⁴⁷⁰. Paralelamente o espaço público se transformava, com o surgimento de associações filantrópicas, patrióticas, científicas e literárias, maçônicas, etc.

Jornais e periódicos pretendiam intervir diretamente sobre a vida política nas instituições, e sobre as ações das autoridades, e estabeleciam-se como organizadores de uma nova cultura, cumprindo o papel de aparelhos privados de hegemonia⁴⁷¹. Este papel de formador de opinião não se extinguiria após duas conturbadas décadas, porém ganhou novos contornos em uma fase sucedânea em que o projeto regressista tornava-se hegemônico:

Nos anos seguintes, a conexão entre literatura e jornalismo ainda era muito forte. Após a independência, passou-se a buscar para o Brasil uma “alma de nação”, procurou-se formar uma identidade nacional. Essa foi uma preocupação do movimento conhecido como Romantismo. Nesse período (a partir da década de 1830) a literatura ganhou prestígio rapidamente, embora de uma maneira ambígua”⁴⁷²

O jornal vinha sendo considerado como um veículo privilegiado para precipitar as descobertas e relações literárias, tarefa prioritária da imprensa literária.⁴⁷³ Em Portugal alguns contemporâneos já antecipavam o papel do jornal como substituto do livro enquanto veículo de difusão de informação, aperfeiçoamento dos conhecimentos e recreio assim como dos periódicos populares e recreativos, que são ao mesmo tempo jornais e livros⁴⁷⁴. O livro passa a ser um aporte preferencial de alguns poucos letrados eruditos, mais caro e em termos de linguagem menos acessível ao indivíduo alfabetizado menos cultivado. É o que afirma a *Revista Universal de Lisboa* (Lisboa, 1841-59) sobre o novo papel do jornalismo: “Assim devia ser porque este século é

⁴⁷⁰Idem. Ibidem. p.43.

⁴⁷¹ Ao caracterizar as formas nas quais se metamorfoseiam os partidos, Gramsci chama a atenção para a função de força dirigente de frações dos partidos orgânicos que pode ser assumida por um jornal, ou conjunto de jornais, ou por revistas ou conjuntos de revistas que podem ser “partidos”, “frações de partido” ou “funções de determinados partidos”. Ver GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere, Maquiavel notas sobre o Estado e a Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.p.350.

⁴⁷²MOREL & BARROS. Op. Cit p.53.

⁴⁷³RODRIGUES, E. “Formas de viver em 1836”.In: *Nitheroy, Revista Brasiliense, edição fac símile*.Coimbra:Minerva Coimbra, 2006. p 12

⁴⁷⁴Edgar Rodrigues o demonstra este argumento através da proposta dos jornais *O Panorama* (Lisboa 1837-1868) e *Revista Universal de Lisboa (1841-1859)* Ver RODRIGUES, E. “Formas de viver em 1836.”Op. cit.

popular. Os livros eram há muito ciência para poucos homens; os jornais são um pouco de ciência para todos”.⁴⁷⁵

Muitas revistas assumiram o formato de livros, compiladas em tomos e volumes, mais e mais visavam ser de utilidade pública e promover instrução e divertimento, tratando conhecimentos e descobertas com didatismo e brevidade, trazendo obras de autores estrangeiros publicadas, poemas inéditos e colocando-se, como o fizeram alguns periódicos portugueses, a meio caminho entre o livro e o romance folhetim.

Um tipo intermediário entre o jornal e o livro, mais durável, as revistas literárias se originariam a partir do destaque dado à literatura com anúncios e resenhas de livros recém publicados que serviram para popularizar e divulgar a literatura. Neste contexto a revista literária foi um tipo de publicação periódica específica do campo literário que surgiu ainda muito cedo por toda a Europa ainda no século XVIII e se transformou em um instrumento cultural de importância cada vez maior e mais generalizado, servindo de paradigma às revistas inglesas e francesas⁴⁷⁶. Sua importância para a formação deste campo está em viabilizar um espaço em que os escritores publicassem textos que em seguida seriam transformados em volumes⁴⁷⁷, tornando-se veículos prioritários da crítica exercida com prudência de modo a demonstrar a verdade ao público leitor e apurar mais o bom gosto das Ciências e Belas-Artes⁴⁷⁸. Com o tempo tornaram-se também espaços para divulgação de pesquisas e experimentações onde os escritores poderiam encontrar obras que fossem ao encontro com suas perspectivas estéticas e de popularização de suas opiniões.

As primeiras versões das revistas literárias apareceram em algumas partes da Europa no século XVII. Os primeiros periódicos científicos eram impressos pelas sociedades de conhecimento erudito como o *Journal des Savants* na França e a *Philosophical Transactions* (1665) da British Royal Society fundada em Londres, na Inglaterra. Eram revistas muito especializadas para o nível do público leitor, dedicadas a um novo campo do saber como as ciências e a historiografia⁴⁷⁹.

O impulso decisivo promovido pelos periódicos sobre o campo jornalístico e editorial foi dado, sobretudo no século XVIII, e em particular na Inglaterra que

⁴⁷⁵ *Revista Universal de Lisboa*. Apud RODRIGUES, E. “Formas de viver em 1836”. Op.cit. p.12

⁴⁷⁶ ROSADO, Sofia. “Revistas Literárias” In: E-Dicionário de termos literários. Coord. Carlos Ceia. Disponível em <http://www.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/R/revista_literaria.htm> p.1. Acesso em 8/3/2008.

⁴⁷⁷ Dictionnaire international des termes litteraires. Disponível em <<http://www.ditl.info/>> Acesso em 8/3/2008.

⁴⁷⁸ ROSADO, Sofia. Op. cit.p.1

⁴⁷⁹ BUTLER, M. “Culture’s medium: the role of the review” In: CURRAN, Stuart. *The Cambridge Companion to British Romanticism*.Cambridge: Cambridge University Press, 1993. pp122-123.

diferentemente da França e da Alemanha, possuía uma imprensa que se liberava da tutela aristocrática e transformava-se em um negócio lucrativo para impressores, comerciantes e distribuidores⁴⁸⁰. As revistas que surgiram na Inglaterra no início do século XVIII, como o *Tatler* (1709-1711) publicada por Robert Steele, cuja proposta era trazer "relatos de galanteria, prazer e divertimento" e principalmente a *Gentleman's Magazine* fundada em 1731 com a colaboração de Samuel Johnson, abriram caminho para a literatura e a crítica literária. A *Gentleman's Magazine* a princípio, tinha o propósito de reproduzir itens de outros jornais e panfletos, mas passou a confeccionar seu próprio material bastante eclético e desordenado, sendo que dentre fábulas, cartas, poemas, viagens, ciência natural, história e biografia, obituários e tabelas de preços, encontravam-se também resenhas de livros e anedotas sobre a vida de escritores famosos⁴⁸¹. Algumas décadas mais tarde, os periódicos se multiplicavam como efeito da ampliação do público alfabetizado interessado em literatura, como nos informa Ian Watt em *A ascensão do romance*⁴⁸², acirrando a concorrência e tornando a cultura em mercadoria e lazer⁴⁸³.

As revistas, sob a inspiração do ideal da ilustração, abriam espaço para o juízo dos leitores e para a consolidação de uma identidade entre estes e os escritores, para além da condição de classe de cada um, estimulando a noção de uma esfera pública⁴⁸⁴. A leitura destas revistas passou a ser um sinal de requinte do homem culto, uma forma de ingresso na sociedade educada e "civilizada", e já podiam ser encontradas em sociedades locais, bibliotecas e vendidos em escala nacional.⁴⁸⁵ Se a princípio as revistas miravam em um público diversificado, inclusive aquele ainda pouco familiarizado com as obras literárias, as notícias sobre livros visavam criar e

⁴⁸⁰ Idem. Ibidem. pp. 121-122. Butler explica que sem a censura e os privilégios a publicação de periódicos ajudaram a constituir um público leitor que consumiria jornais, revistas, romances, e outras formas de prosa.

⁴⁸¹ Idem. Ibidem.p122. Refletindo os valores da classe média inglesa, havia também o interesse pela história natural, botânica, geologia, história cultural e as "antiguidades populares", incluindo baladas, costumes populares, superstições, que suplantava os conhecimentos tradicionais

⁴⁸² WATT, Ian. "O público leitor e o surgimento do romance" Op. cit.p35. Estes índices eram muito elevados para os padrões europeus, e as tiragens dos livros publicados, principalmente romances, alcançaram números igualmente surpreendentes para a época. Ian Watt estima que em 1790 o público variava em torno de 80.000 pessoas, mas o mais importante é que a composição deste público havia mudado ao longo de todo século XVIII, abrangendo a classe média e a classe de trabalhadores assalariados urbanos.

⁴⁸³ Surgiu no século XVIII na Inglaterra a *Monthly Magazin* (1749) revista de orientação Whig editada por Ralph Griffiths e sua rival a *Critical Review*, de posicionamento Tory, ditada por Tobias Smolett, disputavam o novo público para a literatura. A *Critical Review*, tal qual sua rival trazia notícias anônimas de poesias, romances, teatro, belas-letas, viagens, biografia ciência e teologia popular. BUTLER, M. "Culture's medium: the role of the review" In: Op. cit.p125.

⁴⁸⁴ Idem. Ibidem. p127

⁴⁸⁵ Idem.Ibidem. p125.

desenvolver um público voltado para a “inteligência literária”⁴⁸⁶. As resenhas eram elaboradas partindo do princípio que o leitor não conhecia as obras e o campo de conhecimento no qual elas se inseriam. Contudo, os editores estavam divididos quanto à forma de compô-las: ora definindo-as como um resumo sobre a obra, ora emitindo a opinião, procedendo a uma avaliação comparativa, especialmente para poesias e romances⁴⁸⁷. Além disto, mais destaque seria concedido à literatura à medida que se aproximava o século XVIII, pois cada vez um número maior de escritores colaborariam nas revistas e seria objeto de elogios e ataques, transformando-se em personalidades no século XIX.

Os periódicos do século XVIII e XIX refletiam as idéias dos seus colaboradores e principalmente dos seus editores e abordavam questões referentes à educação, religião, política e literatura⁴⁸⁸ e, apesar de enfocarem acontecimentos ligados ao momento, duraram em geral décadas ou em alguns casos, séculos. As transformações econômicas e sociais ocasionadas pela Revolução Industrial, assim como as questões políticas e partidárias que giravam em torno da reforma social na Europa, ganhavam cada vez mais espaço nas ruas e na imprensa durante as primeiras décadas do século XIX.

Como as novas tendências literárias, as críticas e os debates estéticos passaram a disputar espaço com as questões políticas como na influente *Edinburg Review* (1802) de posicionamento liberal que trazia críticas a Wordsworth, Coleridge e Byron, a *Fraser's Magazine* e *Quarterly Review* (1805), jornais *tories* literários e de generalidades com os quais contribuíram Walter Scott, Coleridge, Robert Southey, Thomas Carlyle e William Thackeray, as radicais *Westminster Review* (1824) e *Examiner* (1808) que além de apoiarem os deputados radicais e propagar o liberalismo utilitário publicavam poesias, obras de Byron, Coleridge, Shelley e Carlyle. As revistas ligadas a partidos ou tendências ideológicas selecionavam os escritores cujas obras iriam divulgar de acordo com sua militância ou a mensagem de suas obras e da mesma forma lançavam duras críticas contra escritores de tendências opostas.

Havia aquelas, no entanto, que não se propunham a tratar de temas políticos, como a *London Magazine*, fundada em 1820 ou a revista *Athenaem* (1822), que se concentravam no universo da literatura e publicavam trabalhos de escritores como

⁴⁸⁶ Idem.Ibidem. p.123.

⁴⁸⁷ Idem.Ibidem. p 126-127.

⁴⁸⁸ ROSADO, Sofia. Op.cit. p.1

Wordsworth, Charles Lamb, W. Hazlitt e Thomas Carlyle. Outras revistas não partidárias veiculavam a propaganda pela reforma social, como os jornais editados por Charles Dickens entre 1850 a 1859, a *Householdwords*, sucedida pela *All the year Round* que publicavam artigos sobre política, ciências e história, mas também contos, comédias e folhetins que abordassem questões sociais como os romances de Dickens e de Elizabeth Gaskell, e que renderam a estes semanários sucesso de vendas.

Também na França do século XVII os periódicos que surgiram tiveram vida longa, e alguns duraram até três séculos. Dedicavam-se a informar o público culto pertencente à “república das letras”, como era o caso do *Journal des Savants*, que trazia entre outras coisas resumos de livros, necrológicos (notícias sobre a vida de escritores que acabavam de morrer) com comentários de suas obras ou de obras recém saídas do prelo, mas que não resistiram à censura estatal. No século XVII surgiu ainda o *Mercurie Galant* (1672) órgão oficial da monarquia absolutista até a Revolução Francesa e que reformulado estendeu-se até 1935. O século da Ilustração testemunhou o surgimento de periódicos como *Mémoires pour servir à l’Histoire des Sciences et des Artes* (publicado de 1701 a 1767), a *Gazette Litteraire de l’Europe* (1764 a 1766) com colaboração de Diderot, d’Alembert e Voltaire, e *La Décade Philosophique, Littéraire et Politique*, de 1794 e 1804.

Durante a Monarquia de Julho os franceses testemunharam a fundação de várias grandes revistas inspiradas em geral nos modelos ingleses que abordavam grande variedade de temas, tanto políticos como literários e artísticos, contendo inclusive romances, peças, poemas e ensaios. Como exemplo, apareceram em 1825 a *Revue Britannique* de orientação liberal e avessa ao romantismo, seguida pela *Revue Germanique* que publicava extratos de jornais ingleses e alemães.⁴⁸⁹ Surgiram diversas revistas de moda, revistas de doutrinas filosóficas e políticas como os *Annales Franco-Allemandes* onde escreviam Marx e Engels, a *Revue républicaine* e *Revue du Progrès* editadas pelo socialista Louis Blanc, a socialista *Revue indépendante*, a revista liberal *Journal des économistes*⁴⁹⁰. Apareceram periódicos de vulgarização como o *Journal des Connaissances Utiles* de Émile Girardin, mais baratos e que combinavam informações do senso comum com novidades científicas, estatísticas, institucionais como os antigos almanaques, o *Magasin pittoresque* destinado a um público pequeno-burguês, ou ainda o *Musée des familles* (1833) que anunciava a colaboração de grandes escritores. Devido

⁴⁸⁹ CHARLE, Christophe. Op. Cit. p.62.

⁴⁹⁰ Idem.Ibidem. pp.65-66.

à redução do custo das gravuras popularizaram-se também periódicos ilustrados que misturavam notícias estrangeiras, crônicas mundanas e políticas, folhetim teatral e musical, distrações, anúncios, obras literárias e gravuras como *L'Illustration* que teve grandes tiragens na década de 1840.⁴⁹¹

No século XIX as revistas literárias proliferaram, impulsionadas pelo interesse do público já condicionado pela sensibilidade romântica. O caráter pedagógico da filosofia do Romantismo se manifestava nestas publicações no sentido de que as revistas do início do século se diferenciavam daquelas revistas especializadas da 2ª metade do século XIX e do século XX. A diferença está no seu ecletismo, pois longe de se ligarem a domínios exclusivos ou áreas profissionais e públicos especializados⁴⁹², elas atendiam a uma vasta gama de conhecimentos de forma extensiva, voltada ao leitor culto e letrado. Este conhecimento compreendia tanto a crítica a respeito de assuntos do cotidiano acessíveis ao senso comum, quanto colaborava para a vulgarização de descobertas e conceitos da história, geografia, sociologia, ciências. No entanto, reservavam espaço de destaque para a literatura ao inserirem nas suas páginas poemas, romances, novidades, textos e fragmentos, comentários e resenhas. Como afirma Ada Myrian Scanu: “Nas páginas das revistas e periódicos é que apareciam as novidades literárias e comentários, e eram nestas páginas que os polemistas tomavam posição, destruíaam ou faziam o sucesso de uma produção artística”.⁴⁹³

Neste sentido, o periódico ou o jornal tornou-se um espaço privilegiado e um veículo de expressão e de ligação do homem de letras com o mundo, o que desbanca a idéia comumente aceita do escritor romântico isolado do mundo e preso as suas próprias emoções e desejos. M. Butler explica este caráter do novo intelectual que se forjava:

*O homem de letras tornou seu objetivo carregar um fardo, armando-se de uma espécie de autoridade moral que não tem nada a ver com o poder político efetivo e que alcançava talvez muito além do poder dos indivíduos no Estado moderno.*⁴⁹⁴

Sendo assim os periódicos literários se revelaram um formidável veículo para divulgar disputas em torno de concepções filosóficas, estéticas e literárias como

⁴⁹¹ Idem. Ibidem.p.67-68.

⁴⁹² Há a multiplicação destas revistas como a Scientific American (1845), a National Geographic (1888) Nature (1896) a New Society, , Historia, etc, mas um aumento de revistas para um público especializado, refletindo o aumento no volume de conhecimentos.

⁴⁹³ SCANU, Ada Myriam. “Romantisme et fantastique dans la presse litteraire française”p.3. Disponível em <http://www.rilune.org/dese/tesinepdf/Scanu/Scanu_HistoiredesIdees.pdf> Acesso em 8/3/2008.

⁴⁹⁴BUTLER, Marilyn. *Romantics, Rebels and Reactionaries*. New York: Oxford University Press, 1982.p71.

sucedida na Revista *Atheneum* na Alemanha, popularizadas através de Mme de Stäel para o meio letrado francês dos anos de 1820. A *Nouvelle Revue de Paris* (1866) onde atuaram Balzac, Flaubert e Lamartine e muitas outras que foram criadas na última metade do século XIX e XX foram vetores das vanguardas artísticas. Nas páginas das revistas literárias das primeiras décadas do século XIX, a introdução do romantismo na França gerou polêmicas em torno das quais se reuniam intelectuais combatentes que defendiam e esperavam uma renovação das letras e da literatura que rompesse com a imitação dos antigos, inspirada pelo neoclassicismo.

Uma geração de jovens escritores dos anos de 1820, que vivenciaram o período pós-revolucionário, começava a construir as suas carreiras de escritores, reinventando estilos, critérios e valores literários, intelectuais e sociais, disputando a notoriedade no interior do campo literário francês, polemizando com os tradicionalistas através das páginas das revistas:

*O papel que os periódicos literários desempenharam no desenvolvimento da doutrina romântica é preponderante; é suficiente pensar na Musa literária e no Globe que definiram as novas tendências. Mas, podemos também pensar na querela dos clássicos e românticos que foi disputados nas teses das revistas.*⁴⁹⁵

Foi em torno da *Muse Française (1823-1824)*, revista de pretensões ambiciosas mas que teve curto tempo de existência, que se formou o grupo denominado Cénacle composto por Alfred de Vigny, os irmãos Duchamp que editaram a revista, Édouard Douprat e Charles Nodier, e engrossado por Vitor Hugo, Lamartine, Alfred de Musset, Dumas pai, Merimée, assim como Saint Beuve, Théophile Gautier e Nerval, estes atraídos para o grupo ao final do período da Restauração. A revista encerrou a publicação em 1824 e não teve muito impacto sobre o público leitor. Teve, contudo, grande significado na história das idéias já que promoveu a identificação do grupo em torno do romantismo e veiculou idéias opostas àquelas do classicismo, discutindo doutrinas artísticas e literárias. O grupo que se reunia em torno da *Muse Française*, acabou por desagradar autoridades do Estado e os membros da *Société des Bonnes Lettres*⁴⁹⁶, difundindo idéias incompatíveis com a ideologia conservadora da época da Restauração, e acabou por se dissolver em 1830.

⁴⁹⁵ SCANU, M. Op. cit. p.3

⁴⁹⁶ Conforme SCANU, a Sociedade era uma das maiores apoiadoras da *Muse Française*, mas passou a incitar seus redatores a se distanciarem das “idéias rebeldes”, expressão do espírito revolucionário” Idem. Ibidem.

Na França a partir da Monarquia de Julho, as revistas literárias assumiram importante papel no debate estético e literário que conduziu à afirmação do Romantismo. A mais importante a surgir em 1829, pouco antes do arrefecimento da censura que fez tantos periódicos desaparecerem, e foi a *Revue de Litterature, Histoire, Arts et Sciences des Deux Mondes*. No seu ano de fundação a *Revue des Deux Mondes* propunha trazer uma diversidade de temas voltados à instrução dos leitores que se inscrevia na perspectiva cosmopolita das Luzes: diário de viagens, administração, costumes entre diferentes povos e novidades sobre o progresso da civilização⁴⁹⁷. Devido à baixa subscrição ela veio a se reformular, abandonando a orientação documentária, erudita e exótica, e sob a direção de François Buloz a partir de 1831 e especialmente de 1833, seu conteúdo se tornou cultural e literário⁴⁹⁸. A revista se abria à colaboração de escritores de vanguarda como Victor Hugo, Alexandre Dumas, Jules Michelet, Sainte-Beuve, Augustin Thierry, Alfred Musset, Alfred de Vigny, Honoré Balzac, Renan, Taine e George Sand, sendo esta escritora uma das mais fiéis colaboradoras, que lá publicou quase todos os seus romances antes da edição em volume⁴⁹⁹. Às vésperas da Revolução de Julho a *Revue des Deux Mondes* constituiu como um de seus objetivos reunir os melhores escritores e políticos para ajudar a ordem estabelecida no progresso⁵⁰⁰.

A revista francesa trazia ao público narrativas de viagens, muitas críticas de teatro, arte e literatura, crônicas políticas e econômicas, comentários, resenhas, textos de história e de história da literatura, o número de subscritores ultrapassou duas mil em 1843 e atingiu duas mil e quinhentas em 1846⁵⁰¹. Contudo, como estava politicamente à esquerda em tempos em que a Monarquia Constitucional tornou-se mais autoritária o governo, ameaçado pelo público crescente da revista⁵⁰², tentou comprá-la em 1841 por 400.000 francos. A revista se reformulou sete vezes ao longo do século XIX, mas conseguiu manter sua continuidade, enquanto seus concorrentes sucumbiam à censura, aos impostos e às baixas vendas, publicando artigos de grandes nomes do campo intelectual. Ela passou a dar ênfase à história e à política nas últimas décadas do século XIX, em consequência dos turbulentos anos de revoluções, da guerra franco-prussiana,

⁴⁹⁷ CHARLE, Christophe. Op. cit p.63.

⁴⁹⁸ Idem. Ibidem.p 64.

⁴⁹⁹ Idem.Ibidem. p.64.

⁵⁰⁰ Idem. Ibidem. p.64.

⁵⁰¹ Idem. Ibidem. p.64.

⁵⁰² Idem. Ibidem.p.64.

da Comuna de Paris e da primeira guerra mundial⁵⁰³. Contudo, atravessou o século XX, se consagrando como referência para os escritores e intelectuais da Europa e mesmo da América até o século XXI, tornando-se a revista mais antiga da Europa⁵⁰⁴.

Portugal também testemunhou a multiplicação de revistas literárias na época do Romantismo. Desde o século XVIII já se lançavam jornais de síntese para a Ilustração, que abordavam matérias científicas, filosóficas e literárias de informação cada vez mais variada (História Natural, física, hidráulica, medicina, relações políticas entre os países, anedotas e miscelânea). A *Gazeta literária ou notícia exacta os principais escriptos modernos, conforme a analysis que delles fazem os melhores críticos e dinastias da Europa*, fundada no Porto em 1761, pode ser exemplo de imprensa periódica com características de revista literária que valorizava no seu número de abertura a crítica literária para “apurar o bom gosto das ciências e Belas Artes”, já que os escritores aprimorariam seu estilo em função da aprovação ou desaprovação do público⁵⁰⁵. Outras revistas apareceram, tais como o *Occulto Instruído para lícito divertimento*, e *Honesta recreação se há de publicar dividida em diferentes partes* (Lisboa, 1756-1757), o *Paládio Portuguez* ou *Clarín de Pallas* (Lisboa 1796), *O Anonymo, Repartido pelas semanas, para divertimento e utilidade do público* (nº 11, Lisboa, 1753), *Micellanea Curioza e Proveitoza/ou Compilação, tirada das melhores obras das nações estrangeiras* (Lisboa, 1779-1785), *Jornal Encyclopedico dedicado a Rainha N. Senhora* (Lisboa, out. de 1788).

No século XIX especialmente entre 1836 e 1840, época de afirmação da imprensa em Portugal, verificou-se a proliferação de revistas nas principais cidades, Lisboa, Coimbra, Porto⁵⁰⁶. Cento e cinquenta e sete periódicos portugueses foram criados apenas neste intervalo de quatro anos - 67 dos quais em 1836, no ano em que a Revista *Niterói* foi lançada⁵⁰⁷ - e eram ao mesmo tempo continuadores do espírito iluminista das revistas precedentes, e inovavam por exigir e colocar em pauta o debate sobre a renovação da literatura setecentista portuguesa. Rodrigues lista alguns periódicos literários portugueses como *O Jornal de Coimbra* (1812), o *Museu Literário*,

⁵⁰³ Idem.Ibidem.p.64.

⁵⁰⁴ Ver “Qui sommes nous?” *Revue des Deux Mondes*.Disponível em: <<http://213.251.170.17/prod/r2m/home/whoarewe.php>> Acesso em 6/2008.

⁵⁰⁵ Ver ROSADO, Sofia. Op. cit

⁵⁰⁶ Segundo Ernesto Rodrigues as estimativas indicam que o nº de publicações periódicas que chegava a 9 entre 1801 e 1805 começa a subir de modo progressivo nos anos subseqüentes às invasões napoleônicas, passou a 61 entre 1826 e 1830 e salta para 81 entre 1836 e 1840, mesmo em um período de turbulências com guerra civil e reforma legislativa. Ver RODRIGUES, E. “Revistas literárias”In: BUESCU, Helena Carvalhão. *Dicionário do Romantismo Português*. Lisboa: Caminho, 1997.

⁵⁰⁷ RODRIGUES, E. “Formas de viver em 1836”.Op. cit.p.12.

Útil e Divertido (1833) versando sobre crítica literária e debatendo poesia clássica versus “romanesca”, o *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras* criada no mesmo ano de 1836, em que colaboraram Herculano, Antonio Feliciano de Castilho, Antonio de Oliveira Marreca, a *Revista Estrangeira* (1837), a *Revista Literária* (1839), e a *Revista Universal Lisboense* (de 1842 a 1853), dirigida por Antonio Feliciano de Castilho com a colaboração de Alexandre Herculano e Almeida Garret, Andrade Corvo, Camilo Castelo Branco, João Lemos, etc. Outros importantes periódicos destinados a literatura eram o *Repositório literário da sociedade das Ciências Médicas e de literatura do Porto* (1834-1835), *O Recreio, jornal das famílias* (1835-1842), *Biblioteca familiar e Recreativa* (1835-1842), *Cidadão Filantropo, jornal político literário e recreativo* (1836), *Jornal enciclopédico, Anais da Sociedade literária Portuense* (1837-1838). Em meados do século apareceram A *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil* publicada em Lisboa entre 1859 e 1865 com a colaboração literária de Antônio Feliciano de Castilho, Bulhão Pato, Camilo Castelo Branco, Machado de Assis,⁵⁰⁸ entre outros tantos até o final do século XIX que se dedicaram a instruir, divertir e informar sobre assuntos da atualidade⁵⁰⁹.

Através deles é possível conhecer como escritores formados sob os princípios filosóficos, estéticos e sociais do Romantismo participaram da formação do campo jornalístico contribuindo ativamente nos jornais e revistas. Particularmente *O Panorama, jornal literário e instrutivo* (1837 a 1868), dirigido pelo escritor e historiador romântico Alexandre Herculano e *A Revolução de Setembro* (1840-1892) são exemplos do propósito literário e instrutivo e enciclopédico de um projeto que se desejava romântico⁵¹⁰. Permeáveis às influências estrangeiras, sobretudo francesas, também aderiram ao *roman-feuilleton*, surgido em 1836 em Paris. *O Panorama*, inaugurava o gênero em 1838 no rodapé do jornal,⁵¹¹ representando uma nova fase da imprensa periódica em que a revista literária perdia espaço para o folhetim.

É revelador que no mesmo ano em que era fundado na França o primeiro jornal de grande circulação popular, o *La Presse* (1836), seguido do *Le Siècle*, surgia ainda

⁵⁰⁸ Outras revistas seguiram-se ao período romântica no final do século XIX e XX como a *Revista Occidentale* (1875) *Anathema*, a *Revista Portugal* (1889 a 1892), *Presença, Aqui e Além, Mundo Literário, Confronto, Unicórnio, Tempo Presente* ente outras tantas congregavam a colaboração de nomes importantes do mundo literário português como Eça de Queirós, Antero de Quental, Gonçalves Crespo, Oliveira Martins, Teófilo Braga, etc e de literatura francesa, italiana, russa e brasileira. Ver ROSADO, Sofia. Op. cit.

⁵⁰⁹ Para ter uma relação completa dos periódicos literários lançados em Portugal ver o verbete “Revistas literárias” de Ernesto Rodrigues no *Dicionário do Romantismo português*. Op. cit. pp.472-476.

⁵¹⁰ RODRIGUES, Ernesto. “Revistas Literárias”. Op. cit. p.472.

⁵¹¹ Idem. *Ibidem*.

discreto o *feuilleton*, que também seria publicado pelo *Jornal des Débats*. A grande imprensa aderiu ao gênero transformando o espaço no rodapé dos jornais antes ocupado com as ciências e curiosidades, com historietas seriadas que já continham a fórmula “a ser continuada”. Na realidade o folhetim possibilitou a sobrevivência de muitos periódicos que poderiam ter sido extintos caso não aderissem à novidade. Sua aparição nos anos de 1830 passou a impulsionar as vendas e a circulação dos exemplares tanto dos jornais e revistas, deixando o público leitor aficionado e promovendo a divulgação de obras que depois seriam lançadas em livros, introduzindo uma nova lógica empresarial no mercado editorial⁵¹².

Após os acontecimentos traumáticos da Revolução Francesa e o retorno do conservadorismo da Restauração, a ascensão do romance-folhetim durante a Monarquia de Julho significava tanto um escape quanto uma expressão artística dos sentimentos e anseios de uma geração, corroborando para a fama de Eugène Sue, Alexandre Dumas, Soulié e Balzac. Como nos informa Marlise Mayer, o romance folhetim e a literatura romântica, especialmente com Eugène Sue, mas também com Vitor Hugo, teve efeito controverso, ao mesmo tempo em que seduzia o leitor afastando-o das lutas políticas, desenvolvia uma nova sensibilidade e consciência quanto ao valor do Povo - este personagem criado pelos românticos – e quanto ao universo operário e ao “submundo”, desqualificados no discurso das classes dirigentes. Tais folhetins acabariam inspirando assim à revolta e à revolução⁵¹³.

A década de 1830, época em a Revista *Niterói* foi publicada, corresponde ao lançamento do romance folhetim, mas não ao seu ápice. Os romances folhetins franceses seriam reproduzidos e traduzidos, com ou sem autorização dos jornais e de autores pelo mundo afora, na Europa, na Itália, em Portugal e também no Brasil, gerando muitas continuações apócrifas, como a *Mão do Finado*, folhetim do escritor português Alfredo Possolo Hogan, continuação da obra *O conde de Monte Cristo* de Alexandre Dumas que chegou a ser publicado no *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro). A fórmula seria copiada nos anos de 1830 e 1840 em diversos países da Europa, Inglaterra, Portugal e na América, causando impacto nas literaturas nacionais, no modo de trabalho e no status social dos escritores.

Na década de 1820 e 1830 a França assistiu a ebulições políticas por ocasião da Restauração e da censura à imprensa. As dificuldades de gerenciamento dos

⁵¹² MEYER, Marlise. Op.cit.p.82.

⁵¹³ Idem. Ibidem. p.82.

empreendimentos, o caráter artesanal e não capitalista de muitas iniciativas se impunha e comprometia a sobrevivência dos periódicos, especialmente onde não se envolvia o capital estatal e nenhum interesse político ou partidário mais evidente. Apesar dos periódicos serem majoritariamente de tendências políticas como a imprensa legalista, católica, liberal saint-simonista, fourierista, republicana, representando organizações da sociedade civil e seus projetos nacionais, também se abriu grande espaço durante a Monarquia de Julho para a imprensa literária.

No Brasil, diferentemente da Europa, o período de turbulências políticas inibiu e retardou em algumas décadas a multiplicação das revistas divulgadoras das ciências, artes e da literatura. Estas não se afirmariam antes da consolidação da monarquia sob o 2º Reinado, quando o jornal passou a ser veículo de divulgação dos romances-folhetins. Ao mesmo tempo em que os escritores aderiram ao gênero e dependiam dos periódicos para tornar conhecidos seus romances que posteriormente poderiam ser encadernados e publicados, em uma época em que o mercado editorial não assumia riscos de publicação, a imprensa passaria a depender da publicação destes romances para vender o seu produto.

No início desta nova fase da imprensa brasileira do século XIX a revista *Niterói*, criada em 1836 em pleno período regencial, divergia da tendência partidarista. Seguia a lógica moderada expressa por Evaristo da Veiga, redator da *Aurora Fluminense* e amigo de Araújo Porto Alegre, que considerava perigosos os conflitos, a desordem e seus efeitos sobre a sociedade que deveria ser preservada do choque violento entre os partidos⁵¹⁴. Contudo, não fora a *Niterói* a primeira a trazer em suas páginas preocupações literárias, científicas e informativas. Antes, *O Correio Braziliense* tinha uma *seção científica e literária* onde publicava resumos e anúncios de livros editados na Inglaterra ou no mundo luso-brasileiro.

Durante a estada da Corte, também traziam seções literárias os jornais, *Variedade ou ensaios de literatura da Bahia* (1812) e o *Patriota* (1813 e 1814). Hélio Vianna enumera quatro revistas literárias do período do 1º Reinado como os *Anais Fluminenses de Ciências, Artes e Literatura* de 1822, o *Jornal Científico, Econômico e Literário* de 1826, a *Revue Brésilienne* e o *Beija-Flor* de 1830.⁵¹⁵ Destinavam-se a ser

⁵¹⁴ MOREL, M. *As transformações dos espaços públicos* Op. cit. p.122

⁵¹⁵ VIANNA, Hélio. Op. cit. p.98. Os *Anais Fluminenses* e o *Jornal Científico* ambas de inspiração maçônica, foram redigidos por conta de José Vitorino dos Santos Souza, um militar e literato, lente da Academia Imperial Militar, interessado em engenharia, matemática e botânica. Este requereu ao ministro de Pedro I um auxílio para a publicação que acabou sendo indeferido. Assim os *Anais* contaram com um

noticiosos, e embora trouxessem no título “Literatura” e “Artes”, tratavam preferencialmente de assuntos gerais: economia, astronomia, agricultura, medicina e farmácia, comércio e política estrangeira, noticiário de acontecimentos recentes. No espaço reservado às poesias, belas letras e literatura nestes jornais literários constavam sonetos, poesias avulsas, anedotas, fábulas e máximas como no *Jornal Científico, Economico e Literário* de 1826 que publicou poemas transcritos de Cláudio Manoel da Costa, poematos em latim em homenagem ao nascimento de Pedro I e ao império do Brasil ou novelas imitadas do inglês como na *Revue Brésilienne* e no *Beija-Flor*⁵¹⁶. Contudo, estas revistas literárias não traziam qualquer debate ou tentativa de definição sobre a noção de literatura brasileira, enquanto o tema das Artes era inexistente em suas páginas.

Na realidade, o pequeno espaço dedicado a fragmentos e obras de literatura, evidencia seu caráter enciclopédico e principalmente noticioso, assim como a curta sobrevivência dos periódicos literários têm explicação, como defende Hélio Vianna, no interesse quase que exclusivo em relação a questões de ordem política que giravam em torno dos projetos de organização do poder na nova nação. A despedida de *O Beija-Flor* transcrita por Viana é reveladora das dificuldades de vingarem as revistas literárias nos duros tempos, em que preocupações políticas absorviam os leitores:

*Conhecemos muito bem que a situação do país, a irritação dos partidos, não admitem bagatelas. Nomeio de disputas tão azedadas, e que todas versam sobre a política, os leves divertimentos de mera literatura não cativam suficientemente a atenção: a sorte de Clarinda, ou as ações d’Olaia e Júlio, pouco importam àqueles que não sonham senão em ministros d’Estado, senadores, deputados, federação ou indivisibilidade*⁵¹⁷.

Esta nota de despedida nos ensina algumas coisas acerca do ambiente cultural dos anos de 1830. O fracasso atribuído ao baixo número de subscrições da revista mostrava o caminho aos literatos que pretendiam fazer progredir a cultura e a civilização através das revistas: precisavam contar com o mecenato de políticos e da

único número e o *Jornal Científico* com três. A *Revue Brésilienne*, a primeira revista francesa no Brasil, pretendia sair todo o dia e 3 e 5 de cada mês com 64 páginas editada pela Tipografia de Queffier na Rua da Quitanda, custando 4.\$000 a subscrição, mas contou com um único número. Também por esta Tipografia é editada *O Beija-Flor*, (1830-1831) que se dizia editada por uma sociedade imaginária de literatos e tinha 234 páginas e teve 8 números até seu encerramento.

⁵¹⁶ Na *Revue Brésilienne* publicou-se “Uma visita ao purgatório” e em *O Beija-Flor* “O Colar de Pérolas, ou Chamada”, de Walter Scott e a novela nacional “Olaia e Júlio, ou a Periquita” continuada em alguns números.

⁵¹⁷ Despedida de *O Beija Flor*. Tipografia Giffier, Rua da Quitanda, 8º número. Apud: VIANA, Hélio. Op. cit. p.119.

Coroa. Reconhecendo a grande dificuldade em dar continuidade à publicação de o *Jornal Científico, Económico e Literário*, seu redator José Vitorino dos Santos e Souza, literato, professor, inventor e proprietário de uma oficina tipográfica, enviava um requerimento em 1826 a José Feliciano Fernandes Pinheiro, então Ministro do Império pedindo auxílio a Sua Majestade Imperial para viabilizar a publicação, solicitação que lhe foi negada⁵¹⁸.

Mais precária no Primeiro Reinado e na Regência, a proteção às artes, à literatura e ao ensino teria expansão com a passagem para o Segundo Reinado. A dependência do Estado caracterizou o campo literário, intelectual e artístico no Brasil por todo o século XIX, sendo que até mesmo ao findar o século, quando a monarquia cedeu lugar à República, apesar do maior vigor do campo editorial e da organização dos literatos com a criação da Academia Brasileira de Letras, a intelectualidade lamentava a interrupção do financiamento e da proteção monárquica aos institutos e academias da capital.

No Brasil as noções de literatura nacional, assim como a afirmação do romance e do império do folhetim só se estabeleceriam definitivamente com o apaziguamento das lutas políticas e do separatismo do período após a independência, quando a Regência cedia lugar à aparente estabilidade do sistema político do 2º Reinado. Ainda no período regencial, período em que a política era preocupação central, a *Revista da Sociedade Filomática* que consistiu de seis números, publicada de junho a novembro de 1833 e da qual participou a nova geração de jovens letrados, manifestava seu espírito academicista e o desejo de “encontrar resposta a algumas perguntas que pairavam no ar”⁵¹⁹ relativas a constituição do novo espaço público, tão importante para criação de locais de sociabilidade dos letrados.

Os redatores José Inácio Silveira da Mota, Carlos Carneiro de Campos e Francisco Bernardino Ribeiro demonstravam no artigo de abertura de 14 de junho de 1833 a necessidade de se organizar em grupo para unidos promoverem o avanço literário que a nova nação estava a exigir. Reconheciam que as letras não usufruíram

⁵¹⁸ José Vitorino dos Santos e Souza que já tinha redigido em sua oficina *Os Anais Fluminenses de Ciências e Literatura* em 1822 pedia ao Ministro que o Imperador mandasse tomar cem assinaturas, distribuindo-se os respectivos exemplares como fosse mais conveniente, a fim de poderem os redatores arcar com os gastos da impressão. Hélio Viana comenta que “apesar de não terem sido, provavelmente, os primeiros a solicitarem semelhante favor, nem certamente, os últimos a fazê-lo o resultado foi indeferimento no despacho lê-se: “não tem lugar”. VIANA, Hélio. Op. Cit p.108.

⁵¹⁹ LOPES, Hélio. *A divisão das águas: contribuição ao estudo das revistas românticas “Minerva Brasiliense” (1843-45) e “Guanabara” (1949-1856)*. São Paulo, 1972. (Tese de Doutorado) São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1972. p.7

nenhum progresso nos últimos cinquenta anos, isto é, desde quando se pretendeu fundar uma nova Arcádia no Rio de Janeiro, em 1780⁵²⁰. Constatavam o apego ao Neoclássico, à imitação dos europeus e do estilo grego como parâmetro, e a incompreensão da própria noção de literatura como “expressão colorida do pensamento da época⁵²¹, mas desconheciam Sousa Caldas, Frei Francisco de São Carlos, Américo Elísio (José Bonifácio de Andrada), Borges de Barros, Vilela Barbosa e José Elói Otoni que integrariam em pouco tempo o panteão literário⁵²². Como afirma Hélio Lobo, no propósito de rejuvenescer as letras, os redatores da *Revista Filomática* se revelaram vacilantes, a ponto de não se sentirem suficientemente fortes para sozinhos quebrarem os entraves da estagnação literária.⁵²³

3.2 Três estudantes em Paris

O aparecimento da *Revista Niterói* foi considerado pela historiografia da literatura um marco e um passo decisivo para a adesão ao Romantismo no Brasil⁵²⁴. O ano de sua publicação é sugestivo, tendo sido aquele em que a imprensa vivenciou sua virada mais importante no século XIX, com o aparecimento da imprensa cotidiana popular a partir da fundação do jornal *La Presse*, do folhetim e com a publicação em Portugal da *Voz do Profeta*, obra do grande escritor romântico Alexandre Herculano.

O papel de vanguarda atribuído à *Niterói* por Antonio Candido, por exemplo, reside em seu programa nativista e renovador, fundador oficial do Romantismo no Brasil. A singularidade expressa na proposta dos seus redatores aproximava-se do modelo das revistas literárias do início do século XIX, pois se tratava de ilustrar e despertar a atenção para assuntos polêmicos, como explicita o Prefácio do 1º tomo: [sua intenção era] "desviar-se das habituais discussões sobre cousas de pouca utilidade, e o que é mais, de questões sobre a vida privada dos cidadãos, que os acostumasse a refletir sobre objetos do bem comum, e de gloria da pátria"⁵²⁵.

⁵²⁰ Idem. Ibidem. p. 7

⁵²¹ Idem. Ibidem.p.9

⁵²² Idem. Ibidem.p.8

⁵²³ LOBO, Hélio. Op.cit. p.9

⁵²⁴ Ver Antônio Candido em *Formação da Literatura Brasileira*.9ªed, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 2000. vol.1 e 2. pp.14-15

⁵²⁵ "Prefácio" In: *Revista Niterói.No 1*, Paris, Libraire Dauvin et Fontaine, 1836.

Redigida em Paris, alheia às disputas que ocupavam a grande parte da imprensa no período regencial, a história da criação da *Niterói* se coaduna com aquela de alguns jovens estudantes em Paris. Na sua página de apresentação o mote "Nitheroy, Revista Brasiliense: tudo pelo Brasil e para o Brasil" lembrava a terra-pátria onde nasceram seus redatores, três estudantes brasileiros, Domingos José Gonçalves Magalhães, Manuel de Araújo Porto Alegre e Sales Torres Homem. Gonçalves de Magalhães e Sales Torres Homem, amigos desde a infância no Rio de Janeiro, formaram-se em medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro fundada por D. João VI, mas frustrados com as perspectivas da carreira médica no Brasil foram buscar estudos mais aprofundados segundo suas verdadeiras aptidões. Magalhães buscou as aulas de filosofia eclética e economia política e Francisco Sales Torres Homem, o direito. Porto Alegre que conheceu Magalhães quando da sua chegada ao Rio de Janeiro aparentemente foi quem o convenceu a acompanhá-lo à Paris, aonde iria encontrar seu mestre Debret e estudar pintura.

De fato, a França vinha se estabelecendo desde a época dos *philosophes* e das Luzes, como centro difusor de idéias combativas e ousadas: "A França tornava-se o centro do Mundo: todos se voltavam, em pensamento, na sua direção"⁵²⁶. Na cultura, nos costumes, na etiqueta, no vestuário, nos livros, a França, em particular Paris, com sua efervescente atividade científica e literária, musical e artística, tornou-se o lugar para onde os poetas iam direta ou indiretamente beber conhecimentos e inspiração⁵²⁷. A língua francesa substituiu o latim como vocábulo corrente das obras eruditas e aquelas que figuravam nas bibliotecas dos homens de Estado e ilustravam suas ações geralmente eram francesas ou traduzidas para o francês:

*Não só o francês tornara-se como que um idioma das Luzes, linguagem internacionalizada das elites culturais ocidentais, como também, por outro lado, fazia que a França funcionasse como uma espécie de "metrópole cultural" para estes mesmos grupos letrados que constituíam, também, os quadros dirigentes nacionais de cada país*⁵²⁸

No Brasil, os livros importados da França pelos livreiros – vários deles franceses – tratavam de Religião, de Direito, de Ciências e Artes, mas principalmente de Política e de História. A pesquisa de Marco Morel sobre os catálogos da livraria Plancher em

⁵²⁶ MASSAUD, Moisés. "Paris, berço do Romantismo brasileiro: Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto-Alegre" In: *Revista Brasileira*.nº43, Rio de Janeiro: Abril-Maio-Junho de 2005. Ano XI.p.67.

⁵²⁷ Idem. Ibidem.

⁵²⁸ MOREL, Marco. *As transformações do espaço público...* Op. cit. p.37.

1827, indica que grande parte dos livros era do período da Restauração na França, como os exemplares de Chateaubriand e de Mme Stäel; muitos abordavam a Revolução Francesa sob o prisma da contra-revolução, como o Ministro e historiador Guizot; enquanto outros eram de autores do período da Ilustração, como Condillac, Diderot, Mably, Buffon, Montesquieu etc. Morel afirma inclusive que a presença francesa no Rio de Janeiro era constituída mais pela rede de comércio do que pela ação diplomática⁵²⁹.

Gonçalves de Magalhães também constatou nos anos de 1830 e julgou positivo “o comércio literário e científico” entre a França e o Brasil⁵³⁰. As gerações de jovens brasileiros que primeiro entraram em contato com o Romantismo o fizeram por intermédio das traduções e do “modelo literário” do romantismo francês. No *Institut Historique de Paris*, onde realizavam estudos e ensaios sobre História universal, conheceram e conviveram com escritores e a nata da intelectualidade francesa.

Paris à época era um centro difusor de idéias, onde se reuniam os grandes sábios e papas do Iluminismo, as academias eruditas, uma capital em ebulição com crescimento populacional, com seus subúrbios onde os operários e trabalhadores se amontoavam, onde a miséria e as grandes contradições sociais davam sinais, uma metrópole cosmopolita com um proletariado crescente que já apresentava os sintomas da industrialização e do “mal du siècle”. Palco dos acontecimentos mais dramáticos da História contemporânea, das jornadas revolucionárias e das conquistas constitucionais de 1789 seguidas pelo Terror Jacobino, sede do governo imperial de Napoleão Bonaparte, Paris deveria inspirar admiração e temor nos coetâneos, especialmente dos visitantes estrangeiros, diante da iminência das revoltas e das barricadas que tiveram lugar em 1830 ao se derrubar Carlos X, último descendente dos Bourbons. Paris simbolizava todos os antagonismos e materializava todos os fantasmas da nova civilização emergente, do conservadorismo monárquico ao radicalismo libertário.

Estavam os redatores próximos do “centro dos acontecimentos”, porém, distantes dos embates da política partidária e da sucessão regencial do Império do Brasil, mas cientes das “comoções da nossa Pátria”. Como relata Araújo Porto Alegre a Evaristo da Veiga, “longe de me augurarem mal, ao contrário me dão pressentimento de um futuro brilhante, as nações, como os homens, necessitam de experiência, uma torrente de vicissitudes forma quadros comparativos, e, destes, grandes resultados”.⁵³¹

⁵²⁹ Idem. Ibidem.

⁵³⁰ MASSAUD, Moisés. Op. cit.p.72.

⁵³¹ PORTO-ALEGRE, M. A. “Correspondência de Manuel de Araújo Porto Alegre a Evaristo da Veiga de 8 de maio de 1834”. In: *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro.1932. vol. 39.pp.93-94.

Faltava assim apenas quem explicasse coerentemente tais “experiências” de forma a tornar claro o caminho a seguir em direção ao futuro brilhante da nação pressentido pelo jovem pintor, papel este que caberia à intelectualidade brasileira.

Cercados por tantos monumentos e “coisas raras” – “templos góticos”, “arcos de triunfo, sobre colunas de bronze” e sobre palácios grandiosos, os estudantes brasileiros nutriam suas inteligências com professores e livros⁵³², freqüentavam salas de aula que se achavam sempre “apinhoadas”, onde eram ensinadas “quantas línguas vivas há aí vivas e mortas”, em que havia cadeiras “só para explicar Dante, Tucídides, Voltaire, Locke etc. etc. Há cadeiras para todas as ciências e para as divisões e subdivisões de todas as ciências”.⁵³³ Enquanto Porto Alegre realizava o curso com o barão Gross e preparava quadros para trazer consigo no retorno ao Brasil, Gonçalves de Magalhães acompanhava vários cursos de uma só vez, de Direito, economia política e química, embora seu interesse não fosse o de obter títulos acadêmicos conforme explica insistentemente em carta a Monte Alverne.⁵³⁴

A Paris dos anos de 1830, berço da Ilustração, centro da cultura erudita não prometia apenas a formação universitária aos seus visitantes, mas oferecia a boemia, o teatro⁵³⁵, as danças⁵³⁶, os salões onde se podiam conhecer escritores e artistas. Talvez por intermédio dos brasileiros residentes em Paris tenham conhecido Eugène de Monglave, amigo do imperador Pedro I, editor de sua correspondência e autor de sua biografia. Por ter estado no Brasil como oficial em 1814 e morado em Portugal, onde lutou em favor do regime constitucionalista, Monglave era grande entusiasta e estudioso dos assuntos brasileiros e conhecedor da língua portuguesa, o que o levou a proferir aulas sobre literatura brasileira na *Sorbonne*. Nos anos de 1820, fundou jornais satíricos, traduziu obras de autores estrangeiros, entre eles *Marília de Dirceu* de Tomás Antonio Gonzaga e o *Caramuru* de Santa Rita Durão - algumas delas proibidas pela censura, lhe

⁵³² Em uma carta de 20 de janeiro de 1834 a frei Monte Alverne, D. J. G. de Magalhães dá conta do seu cotidiano e aprendizado em Paris, onde estudava Direito e economia política, provavelmente acompanhando Sales Torres Homem. LOPES, Roberto (org.) *Cartas a Monte Alverne*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1964. pp.15-21

⁵³³ MAGALHÃES, D. J. G. “Carta a Monte Alverne datada de 20 de janeiro de 1834”. In: LOPES, Roberto (org.) Op. cit.p.19.

⁵³⁴ Idem. Ibidem. p.20

⁵³⁵ MAGALHÃES, D. J. G. “Carta a Monte Alverne datada de 20 de janeiro de 1834”In: LOPES, Roberto (org.)Op. cit.pp.15-21. Fala do Teatro francês onde só se apresentavam os clássicos, Racine, Corneille, Ducis e Molière, em que contracenavam grandes atores Pierre Ligier, Mademoiselle George na tragédia e mademoiselle Mars na comédia “ambas notabilidades vivas” como as define Magalhães.

⁵³⁶ Em Carta a Evaristo da Veiga, Porto Alegre diz ter-se cansado de Paris, lugar atraente para quem gosta de vadiagem, teatros e dança.Ver PORTO ALEGRE, Manuel Araújo. “Apontamentos biográficos”. Op. cit

valeram prisão. Escreveu obras de História, como a *Histoire resumée des États Unis* (1825), o *Résumé* da história do México, da Suíça, da Espanha e de Paris.

Esta empreitada lhe habilitou a trabalhar para implementar o projeto de criação do Instituto Histórico durante o ano de 1833, objetivo apenas atingido após a aceitação do convite a Joseph Michaud, consagrado historiador das cruzadas e membro da *Academie Française*, que se tornou presidente da associação dedicada aos estudos históricos e concorreu para a legitimação da proposta de Monglave. Frente ao prestígio dos estudos históricos nas primeiras décadas do século XIX, não contava, contudo, com o financiamento do Estado e como concorrente do *Institut de France* em quase um século de existência, fracassou em projetar na memória coletiva seu significado e importância, encerrando suas atividades em 1939.

Quando da fundação do Instituto Histórico de Paris entre seus objetivos estava o de criar um campo ilimitado de pesquisa, apertado, tolerante quanto a escolas, sistemas ou opiniões diversas e onde os seus membros estariam ligados por aliança.⁵³⁷ A partir de então a ele filiou-se uma gama de literatos e intelectuais “pertencentes a uma das nuances da especialidade do Instituto”, muitos deles já prestigiados historiadores nos anos 1830, como Augustin Thierry e outros historiadores menos talentosos, de pouco prestígio para além de sua própria época. Partindo de trinta e quatro sócios, se ampliou o número de participantes, também escritores famosos que não eram muito assíduos, antes do processo de profissionalização que começaria nos anos de 1840. Dentre os sócios constavam Lamartine, Michelet, Ampère pai e filho, Ferdinand Denis, Eugène Sue, Chateaubriand, Séanancour, George Sand e outros menos conhecidos como o escritor de Joy, os arqueólogos de Laborde e E. Jomard, Geoffroy de Saint Hilaire, enquanto Guizot e Thiers proclamavam sua simpatia pelo Instituto, embora suas carreiras políticas não permitissem integrá-lo⁵³⁸.

Na ocasião da fundação que ocorreu no final de 1833, Monglave, secretário perpétuo, convidou os jovens brasileiros que havia conhecido a participar da fundação do *Institut Historique de Paris*. Assim Magalhães, Porto Alegre e Sales Torres Homem eram os primeiros brasileiros a constar nas primeiras atas do *Institut Historique*,

⁵³⁷ Esta proposição consta na introdução do projeto de regulamento do Instituto Histórico de Paris. Apud FARIA, Maria Alice. *Brasileiros no Instituto Histórico de Paris*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, s/d. p.18

⁵³⁸ Maria Alice Faria mostra em sua pesquisa com a revista do *Institut* que os grandes escritores e historiadores não eram tão populares e nunca conseguiram ser eleitos para a presidência do Instituto. Os mais medíocres ou os iniciantes eram muito ativos e participantes no Institut.

indicados na 2ª Assembléia pelo secretário perpétuo⁵³⁹. Faziam parte do grupo de treze sócios admitidos no primeiro ano de existência, distribuídos nas várias classes de história⁵⁴⁰. Os três foram responsáveis por trazer algumas grandes personalidades como o pintor J. B. Debret⁵⁴¹, mestre de Porto Alegre e amigo de Magalhães, cuja publicação de *Voyage Pittoresque au Brésil* divulgou na capital francesa as novidades sobre o extenso Império dos trópicos, sobre o qual pouco se conhecia e que seguia com afinco o exemplo francês em relação à moda, às idéias e à cultura. Também o padre e orador Monte Alverne⁵⁴² com quem sempre mantiveram contato por meio de correspondência, assim como outras personalidades oficiais do Império como o Sérgio T. Macedo, encarregado dos negócios do Brasil em Lisboa, os doutores em medicina João Martins Leão e Manoel de Valadão Pimentel, o Visconde de São Leopoldo e Silvestre Pinheiro.⁵⁴³

O Instituto estipulava várias atividades para seus sócios. Além da leitura e discussão de memórias durante as sessões, o cumprimento do programa de cada classe, com publicação de manuais, dicionários históricos, gramáticas, cursos externos públicos e gratuitos ministrados pelos membros da associação (sobre literatura francesa do século XIX, história da literatura brasileira e portuguesa, a Música, etc)⁵⁴⁴, a definição de temas para apresentação no Congresso Histórico europeu realizado em Paris,⁵⁴⁵ e a premiação de trabalhos destacados, uma importante tarefa foi a publicação do *Journal Historique de l'Institut* a partir de 1834. A idéia central do Instituto era fundar não

⁵³⁹ Não conseguimos mais informações em Dicionários de escritores e historiadores franceses. Maria Alice Faria obteve informações sobre o fundador do *Institut Historique* que transcrevemos aqui. Monglave foi biógrafo de Pedro I, deu cursos sobre literatura portuguesa e brasileira, comentou livros, corrigiu informações erradas, abriu às portas do IHP a muitos brasileiros, publicou anúncio de livros brasileiros e resenhas nas revistas do *Institut de Paris*.

⁵⁴⁰ Ao longo de toda a história do Instituto foram 47 sócios. Na década de 1830 a maioria era de diplomatas, poetas, escritores e políticos. Na década de 1840, seu quadro de sócios brasileiros compunha-se de personalidades notáveis, aristocratas, políticos, o Imperador Pedro II. FARIA, Maria Alice. Op. cit. p.55

⁵⁴¹ Jean Baptiste Debret que viera ao Brasil junto com a Missão Francesa de 1816 a 1831 e criara a Escola de Belas Artes.

⁵⁴² A nomeação do frei Monte Alverne graças a Magalhães e Porto Alegre confirma-se na carta de 22 de julho de 1834. “Agora eu lhe envio esta carta, pela qual ficará sabendo que está nomeado membro do Instituto Histórico de França, eu e o Araújo, já que formos nomeados para ele, tratamos logo de o propor”. MAGALHÃES, D. J. G. “Carta a Monte Alverne de 22 de julho de 1834” In: LOPES, Roberto (org.) Op. cit..p.29

⁵⁴³ Segundo consta na obra de Maria Alice Faria, seriam 47 brasileiros admitidos no *Institut* entre 1834 e 1856, dentre médicos e professores de projeção, diplomatas e militares e representantes da antiga aristocracia e dos barões do Império, inclusive D Pedro II. Grande parte deles reuniria-se depois em torno do IHGB e a participação no Instituto a partir dos anos 1850 ficaria resumida ao envio de exemplares da revista do instituto francês ao IHGB, como pôde averiguar FARIA, nas atas manuscritas das Assembléias gerais encontradas por ela na *Bibliothèque du Arsenal* em Paris.

⁵⁴⁴ FARIA, Maria Alice. Op. cit. p.37

⁵⁴⁵ O primeiro foi em 1835.

apenas uma academia de história, mas uma equipe de operários laboriosos, inteligentes e desinteressados⁵⁴⁶ em que a troca entre os seus membros das vantagens dos trabalhos de cada um e a comunidade das pesquisas de todos, trouxessem os fatos e verdades úteis para avaliar e divulgá-la entre todas as classes da sociedade e em todos os países do globo.⁵⁴⁷

Os jovens estudantes brasileiros se sentiam prestigiados pela honra de ingressar como sócios em um Instituto onde consideravam que seriam imortalizados entre os grandes vultos:

Esta sociedade sábia contém tudo que há de mais célebre em França e no mundo, como poderá ver pela lista impressa à margem da carta, que o Instituto lhe remete. Seu nome gravado nos anais desta sociedade não tem de morrer ; com a posteridade firme diante dos olhos, pode agora marchar no caminho difícil da imortalidade, em que tem colhido tantos louros⁵⁴⁸

Os estudantes eram assíduos nas primeiras reuniões e muito entusiasmados no período 1834-1836, especialmente Porto Alegre, o mais dedicado segundo Maria Alice Faria. Dentro do *Institut* cada qual se agrupou em uma sessão de trabalho distinta. Magalhães estaria na 3ª classe de história das línguas e das literaturas, Porto Alegre na 5ª classe de História das belas artes e Torres Homem na 2ª classe de História das ciências sociais e políticas - a que congregava maior número de sócios.

O comparecimento às reuniões das classes do *Institut Historique*, que ocorriam duas vezes por mês, assim como as reuniões das Assembléias Gerais mensais colocaram os estudantes brasileiros em contato com escritores, estudiosos e cientistas mobilizados por questões étnicas, nacionais, estéticas e culturais, muitos dos quais provinham de correntes e orientações diversas. Havia arqueólogos, matemáticos, naturalistas, geógrafos, médicos e estudiosos da arte e da literatura e muitas vezes as discussões refletiam a contradição entre os estatutos e os posicionamentos estéticos e ideológicos, pois muitos membros eram defensores ou opositores do Romantismo, outros eram ultrarealistas, outros ainda liberais e saint-simonistas.

⁵⁴⁶ Apud. FARIA, Maria Alice. Op. cit.p.15.

⁵⁴⁷ “Introdução do projeto de regulamento do Instituto Histórico de Paris”. Apud FARIA, Maria Alice. Op. cit p.19

⁵⁴⁸ MAGALHÃES, D. J. G. “Carta a Monte Alverne datada de 22 de julho de 1834” LOPES. R. Op. cit.pp.29-30.

Neste ambiente de ecletismo, liberalidade e de dedicação ao conhecimento que estimulou os estudos do grupo em Paris⁵⁴⁹ nasceu a idéia da criação da Revista *Niterói*, a qual ao ser finalizada foi noticiada na revista do Instituto Histórico de Paris. O 1º volume do *Journal de l'Institut Historique*, entre junho e julho de 1834, trouxe ainda extratos dos discursos proferidos por Araújo Porto Alegre, Gonçalves de Magalhães e Sales Torres Homem, cada qual em sua classe. Os discursos, reproduzidos nas páginas do *Journal*, desiguais em termos de extensão e aprofundamento de informações⁵⁵⁰, manifestavam precocemente a orientação que perpassaria os escritos e a atuação dos intelectuais a partir de então: dar início à promoção do intelectual, artista e do escritor brasileiro, que estaria intimamente ligada à organização de uma nova cultura. Para isto reafirmam a existência do potencial criador no Brasil desde a época colonial, a despeito das interdições impostas pela metrópole portuguesa.

A brevidade do discurso de Magalhães e a correspondência com Monte Alverne demonstram que as suas pesquisas não estavam adiantadas. Faltava-lhe documentos que inexistiam na Biblioteca de Paris, biografias de célebres escritores e oradores, alguns deles recentemente falecidos, as quais pedia insistentemente ao padre mestre para enviar-lhe, as biografias de Sampaio, São Carlos, do Frei Antonio de Santa Úrsula Rodvalho e a do próprio Monte Alverne⁵⁵¹. Na Memória Magalhães informa de sua intenção e empenho na árdua, inédita e demorada tarefa de escrever uma História literária do Brasil, uma vez que haveria um ‘vazio de produções’ a respeito do tema, documentação esparsa, demandando tempo e estudo para reuni-la, aprofundar-se nela e tirar algo de novo⁵⁵². É assim que do projeto original de fazer uma história da literatura a partir da biografia dos grandes homens de letras, Magalhães partiu para redigir um ensaio sobre o curso e o sentido do desenvolvimento das letras no Brasil ao longo das épocas, contornando suas dificuldades em obter dados empíricos.

⁵⁴⁹ Além da amplitude dos estudos de Magalhães, Araújo Porto Alegre também demonstrava a sede por aprender de tudo, como nos informa em carta a Monte Alverne “Eu aqui vou indo nos meus trabalhos, formando uma biblioteca de cópias dos melhores autores de todas as escolas..” . In: LOPES, Roberto (org.) Op. cit.p.13

⁵⁵⁰ Enquanto o discurso de Magalhães não chega a ocupar uma página, o de Sales Torres Homem toma duas páginas e meia e a de Araújo Porto Alegre três páginas e meia. O trabalho de pesquisa Porto Alegre, muito mais adiantado, foi encaminhado para Monglave ler uma memória sobre as Belas Artes no Brasil (24-7-1834) perante a 2ª sessão da 5ª classe, Magalhães leu a sua na 2ª sessão da 3ª classe, um trabalho sobre a história e a poesia no Brasil no dia 2-7-1834⁵⁵⁰ e Sales Torres Homem sua memória sobre a história das ciências no Brasil.

⁵⁵¹ MAGALHÃES, D. J. G. “Carta a Monte Alverne de 27 de novembro de 1835”.In:LOPES, R. Op. Cit. p.59.

⁵⁵² Resumé de l’histoire de la littérature , des sciences et des arts au Brésil”(Journal de l’Institut Historique)In: MAGALHÃES, Gonçalves de. *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*.Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994. p.47

Tão cedo quanto em seu primeiro ensaio, Magalhães esboça a abordagem de um tópico que seria, a partir de então, recorrente não apenas na historiografia literária, mas na filosofia da história no século XIX:

*O Brasil, tão fértil na produção natural não o é menos raro em gênios. Ela teve seus poetas, esta nação nascida ontem, ou melhor, o brasileiro nascia poeta e músico: no alto de suas altas palmeiras, ao som de uma mandolene agreste, seu espírito se exprime em acordes melodiosos, como uma brisa de suas florestas virgens.*⁵⁵³

Os “gênios” que povoaram o solo brasileiro, e cuja biografia é difícil traçar pela escassez documental, constituiriam o alicerce de todas as realizações culturais pretéritas e futuras. Por outro lado se constata a obstinação em justificar a ausência de grandes autores e em afirmar a estagnação literária no período colonial pela influência das “divindades gregas e romanas”, o classicismo, que “sacrificavam a beleza de uma natureza original”⁵⁵⁴. Os melhores escritores, mesmo que em certa medida inspirados pelo classicismo teriam surgido no fim do século XVIII, Durão, Basílio da Gama, Gonzaga, Caldas, S. Carlos, todos inspirados pelo classicismo em alguma medida. O próprio Magalhães se insere nesta tradição de escritores nacionais, encaminhando ao Instituto um livro de poemas de sua autoria do período de 1829-34 e dois anos depois publicando e divulgando na revista Niterói *Os Suspiros Poéticos e Saudades* que de fato se tornou um marco do Romantismo reconhecido pela historiografia do século XIX e XX.

Se Magalhães apontou nesta resumida comunicação para a insuficiência da cultura no período colonial, Sales Torres Homem constata igualmente os efeitos repressores e inibidores do sistema colonial. Sua tese é de que “uma nação forçada a ficar imóvel em todos os elementos de humanidade e de se absorver profundamente na unidade de um despotismo sistematicamente opressor” e que prejudicou o avanço das ciências no Brasil, carecendo este país ao longo de três séculos de academias ou instituições literárias⁵⁵⁵. A despeito disto constata a existência de poesia “Em meio ao mutismo da inteligência popular, no seio do despotismo da metrópole”, inflamada pela beleza da natureza e de poetas, que desde o século XVII enfrentavam a censura e o jogo

⁵⁵³ Idem. Ibidem. p.47

⁵⁵⁴ Idem. Ibidem. p.47.

⁵⁵⁵ Idem. Ibidem. p.47-48.

dos vice-reis e capitães gerais, não podiam chorar o tormento e ou cantar a liberdade da pátria⁵⁵⁶.

Entre os poetas, o estudante de direito menciona escritores não arrolados por Magalhães: Bento Teixeira, autor da Prosopopéia e Bernardo Vieira, defensor do Brasil na luta contra a Holanda, Manoel Botelho, autor de *Música do Parnaso*, Brito de Lima, Salvador de Mesquita, autor do drama intitulado *O Sacrifício de Jephté*. Exemplifica a produção do século XVIII com Francisco de Almeida, autor de *Orpheu Brasileiro* e *O Parnaso americano* obras que ele próprio admite não serem ‘obras de arte’, embora consistissem em ponto de partida para o futuro da literatura que no final do século produziria um *Caramuru* de Durão, *Uruguay* de Basílio da Gama, *Marília* de Gonzaga e os cantos de Souza Caldas.

Torres Homem elegeu a Revolução Francesa como a ruptura do jugo colonial, ao engendrar a fuga da Corte de D. João para o Brasil. Em sua avaliação, as grandes transformações tiveram início naquele momento, que marcava a aparição das ciências no Brasil atraindo médicos, matemáticos, naturalistas e literatos de todos os pontos de Portugal. O impulso teria sido dado pela criação de instâncias para a formação e aperfeiçoamento das inteligências como a transferência da Academia de Marinha para o Rio de Janeiro, consagrada às ciências matemáticas, às ciências físico-matemáticas, ao estudo de artilharia, à navegação e ao desenho, uma Academia militar para ensinar matemáticas, ciências militares e naturais, e duas escolas médico-cirúrgicas no Rio de Janeiro e na Bahia. Este avanço da instrução pública promovido por D. João teria esbarrado no receio do progresso das luzes, mas teria permitido à juventude brasileira dispor em sua pátria mesmo, de meios de instrução, por mais imperfeitos que fossem, sem gastar fortunas ou ter que cruzar o Atlântico.

No terceiro e último período da história das ciências no Brasil decorrente da emancipação, Torres Homem aponta a fundação de duas escolas de direito em São Paulo e Pernambuco, que contavam com quatrocentos alunos por ano para o estudo de direito romano, público, interno e externo, civil, criminal, comercial e economia política. As Academias médico-cirúrgicas foram reformadas em 1832, transformando-se em Faculdades que se espelhavam no modelo francês, e ainda foram criadas cadeiras de belas-letas nas instituições de ensino.

Segundo ele, todos os sábios das ciências naturais, salvo raras exceções professariam doutrinas francesas, inclusive na contestação ao empirismo de Locke⁵⁵⁷.

⁵⁵⁶ Idem. Ibidem.p.48.

Dentre os sábios que o século XIX teria permitido aflorarem por causa de alguma proteção ao mérito, menciona José Bonifácio de Andrada, filólogo e mineralogista, o doutor Mello Franco, autor de trabalhos de medicina na academia de Lisboa, o padre Leandro, ilustre botanista idealizador da cultura do chá no Brasil, o erudito Silva Lisboa autor de escritos sobre legislação comercial e os eloqüentes padres São Carlos e Sampaio, todos apontados como exemplos de ilustração científica⁵⁵⁸.

Além de salientar a adesão ao modelo francês, Torres Homem acompanhava Magalhães no que diz respeito à exaltação do gênio brasileiro:

*Enfim, na legislação, na filosofia, na medicina, em todas as ciências sociais, físicas ou matemáticas, o gênio natural do povo brasileiro, livre de entraves que se opunham por muito tempo seu desenvolvimento, e reaquecido pela luz vivificante da liberdade realiza cada dia as esperanças que ele concebeu. Ainda por alguns anos, nesta parte da América do Sul não terá nada a invejar das mais velhas nações da América setentrionais.*⁵⁵⁹

A Memória lida por Araújo Porto Alegre na 5ª classe do Instituto Porto Alegre relata entusiasticamente e mais detalhadamente as conquistas das últimas décadas após a independência. Propondo-se a “mergulhar no passado” e lançar um rápido olhar sobre a marcha das artes da pátria, elege o período colonial como época dos primórdios das artes no país, negando aos índios originalidade poética. Ligada à necessidade dos colonos e depois à introdução das belas letras com os jesuítas, a arte se manifestaria na construção de igrejas por artistas arregimentados pelos jesuítas, nos quadros, baixos relevos, capelas.

Porto Alegre também esclarecia seus ouvintes do *Institut* sobre os motivos do atraso da marcha das artes, atribuindo-o ao governo português que em dois séculos restringiu-as aos seus domínios, sendo que nenhum templo, nenhuma obra era desenhada ou executada no Brasil: “Ao brasileiro só restava juntar as peças; era proibido aplicar suas faculdades intelectuais para as artes mecânicas mais grosseiras”⁵⁶⁰. A utilização pelos colonos portugueses dos braços africanos tanto na mineração quanto nos lazeres derivados do luxo trazido pelo enriquecimento, teria feito com que muitos escravos aprendessem música, pintura, e recebessem salário. As habilidades artísticas que Porto Alegre nega aos indígenas ele atribui aos africanos e mulatos como Sebastião que decorou a igreja de São Francisco no Rio de Janeiro, outros que ergueram

⁵⁵⁷ Idem. Ibidem. p.49

⁵⁵⁸ Idem. Ibidem. p.48

⁵⁵⁹ Idem. Ibidem p.49

⁵⁶⁰ Idem. Ibidem. p.50.

conventos e pintaram quadros sobre a reconquista de Pernambuco aos holandeses e sobre a derrota de Villegagnon.⁵⁶¹ Nascido em condição análoga a do escravo, o artista e suas habilidades teriam sido desprezados na sociedade colonial:

*O artista mais inspirado era a seus olhos não mais que uma máquina mais felizmente organizada que as outras máquinas; servia-se dele o desprezando, enquanto que o traficante mais ignóbil obtinha todas as homenagens, havia honra em receber o prêmio pela troca mais vil; o prêmio do trabalho mais sublime era considerado como abaixo de uma esmola*⁵⁶².

Após enfatizar a condição inferior do artista, retoma na Memória a idéia de que “Apesar dos esforços dos portugueses, o gênio começava a dissipar as trevas”⁵⁶³. Assim o “gênio” do brasileiro se destacaria na atrasada sociedade colonial, inclusive, os brasileiros teriam vindo a Lisboa para compor o melhor dicionário da língua portuguesa⁵⁶⁴, e os melhores professores da universidade de Coimbra seriam brasileiros: o mulato Manuel João fabricava jóias de aço em Minas Gerais, aqueles homens que ganhavam a vida esculpindo grosseiras imagens e transformaram-se por encanto em hábeis estatuários ao serem contratados pelo vice-rei do Brasil Luís de Vasconcellos e Sousa para ornamentar o passeio público no Rio de Janeiro⁵⁶⁵. A despeito desta menção ao ex-Vice Rei do Brasil, Porto Alegre eventualmente opõe o desenvolvimento das artes e o despotismo dos governos, avaliação que não deixa de estar calcada na experiência vivida naquele momento envolvendo o governo regencial conforme abordaremos mais adiante: “*Estas obras e muitas obras davam impulsão ao gênio nacional; a despeito do governo, as artes não adormeciam mais e foram preparados ao progresso quando D. João VI desembarcou nas costas do Brasil*”.⁵⁶⁶

Porto Alegre, tal qual Torres Homem, associava a Revolução Francesa e sua repercussão na América com o impulso dado à cultura, inaugurando o 2º período das artes no Brasil, especialmente pela presença do estrangeiro, pela entrada de livros que teria acelerado ainda suas disposições nacionais. Ao mencionar o “estrangeiro” Porto Alegre excluiria os artistas lusitanos que acompanhavam D. João, pois estes “não se

⁵⁶¹ Idem. Ibidem.

⁵⁶² Idem. Ibidem.

⁵⁶³ Idem. Ibidem.

⁵⁶⁴ Referia-se a Antônio de Moraes Silva, nascido no Rio de Janeiro em autor do *Diccionario da Língua Portuguesa* publicado em Lisboa.

⁵⁶⁵ “Resumé de l’histoire de la littérature, des sciences et des arts au Brésil”(Journal de l’Institut Historique)In: MAGALHÃES, Gonçalves de. *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*.Op. cit. p.50

⁵⁶⁶ Idem, Ibidem.

elevavam acima da mediocridade”, tendo os talentos brasileiros supremacia incontestável sobre os portugueses⁵⁶⁷. Porto Alegre referia-se aos músicos italianos que chegaram em 1815 para compor a orquestra da Capela Real e principalmente aos artistas franceses recrutados pelo marquês de Marialva, M. Lebreton, M. Debret, os irmãos Taunay, Grandjean de Montigny, Ovide, os irmãos Ferrez, Pracher e o músico Neucon que chegaram às vésperas da coroação.

Assim, conforme a interpretação do discípulo de Debret, a poesia e a música caminhariam à frente em direção ao progresso, pois se liberaram da imitação da Antiguidade. Entraves ao desenvolvimento da arte atrasaram a instalação da Academia de Belas Artes, fizeram-se sentir através de intrigas “para fechar a carreira ao talento” resguardando os privilégios dos artistas portugueses, como a nomeação do pintor português Henri José da Silva como diretor da Academia, seguida pela dispersão dos artistas franceses. Reportando-se a época contemporânea, sustentava que a independência marcou a retomada do desenvolvimento da literatura e da arte, quando a Academia foi fundada e o corpo acadêmico empossado, a partir do que “novos projetos se preparavam”, a capital se embelezava e o brasileiro reconhecia nascer no coração uma simpatia pela França. A capital do Império tropical, palco de exposições, agraciada pela arquitetura de Grandjean de Montigny e pintura de Debret, teria provocado admiração dos seus habitantes e ganharia graças a eles cada dia em elegância e regularidade⁵⁶⁸.

Dando conta da situação presente, comunicava aos sócios a continuação do trabalho de Debret, a quem indicaria para o Instituto, porque a despeito de todas as dificuldades, das falhas nos estatutos da Academia, da falta de recurso e de amparo aos alunos, demonstrara notável bravura ao ensinar doze alunos e ajudá-los também com recursos pecuniários, estabelecendo laços fortes de união entre mestre e alunos⁵⁶⁹.

Segundo o artista brasileiro, a história nacional foi traduzida em “poesia muda” pelos discípulos de Debret, Francisco Pedro de Amaral pintor e arquiteto, Christo Moreira, Simplício, professor dos príncipes, José dos Reis Arruda, e ele próprio.

⁵⁶⁷ Cita como José Leandro que obteve o 1º prêmio no concurso para o grande quadro do autor principal, da capela real, o músico padre José Maurício e Marcos Portugal os cantores e músicos Francisco Manoel, Candido Ignácio da Silva Caldas e São Carlos brilhavam na poesia e arte oratória, Sampaio, Monte Alverne.

⁵⁶⁸ “Resumé de l’histoire de la littérature, des sciences et des arts au Brésil”(Journal de l’Institut Historique)In: MAGALHÃES, Gonçalves de. *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*.Op, cit. pp.50-51

⁵⁶⁹ Idem. Ibidem..p.52

Porto Alegre justifica a sua estada em Paris para se aperfeiçoar nas belas artes e se identifica como discípulo do velho pintor francês⁵⁷⁰.

Além de se incluir no movimento de desenvolvimento da arte no Brasil, o jovem pintor constata a mudança de mentalidade em relação ao escritor e ao artista com o aumento do número de escolas e academias e do ordenado dos professores que lhes permitiria ter uma existência honesta⁵⁷¹:

Nesta época, uma prodigiosa revolução se manifesta nas idéias do povo brasileiro: os pintores, que até agora não eram apreciados, são admitidos nas sociedades mais brilhantes; eles aproveitavam a estima e a consideração geral; o imperador parou sua carruagem no meio das ruas para se entreter com os pintores; um deles deixa escapar seu pincel no momento de inspiração; o imperador se abaixou, o recolhe e entrega a ele. Enfim as belas artes se espalham nas famílias e são raros hoje aqueles em que o desenho e a música não entram na educação das crianças.⁵⁷²

A imagem do imperador se abaixando e entregando o pincel ao pintor, demonstrando respeito e admiração, esconde, contudo, as enormes dificuldades financeiras e a precariedade da condição do artista, intelectual e poeta na sociedade oitocentista. Esta condição pode ser confirmada através da troca de correspondência entre os estudantes e seus mestres, Debret e Monte Alverne. Em carta a Porto Alegre datada de 1837, Debret reclamava da falta de pagamento de suas pinturas desde a época de D.João e confessava sua frustração e a esperança de obter uma pensão do governo regencial.⁵⁷³ Sua expectativa ao que parece, nunca fora satisfeita, uma vez que ainda se queixava em carta datada de 1844 destinada a Porto Alegre de que não houvera recebido qualquer remuneração pecuniária do governo brasileiro por suas obras de pintura feitas para o rei português e para o imperador Pedro I, a quem Debret afirma ter procurado e cuja reação foi de solene indiferença.⁵⁷⁴

⁵⁷⁰ Idem. Ibidem.p.52.

⁵⁷¹ Idem. Ibidem. p.53

⁵⁷² Idem. Ibidem. p.52

⁵⁷³ DEBRET, J. B. “Carta de J. B. Debret à M. A. Porto Alegre datada de 28 de agosto de 1837”. Seção Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional.

⁵⁷⁴ Debret afirma a propósito do encontro com Pedro I em Paris quando lhe informou da dívida não paga: “...et que sur ma réponse négative il m'en a marqué à haute voix son mécontentement, en haussent les épaules!”. A seguir menciona as obras cujo pagamento estava pendente, quadros feitos para o Rei D. João: o quadro histórico que representa o restabelecimento da Ordem Real da Conceição, a Primeira revista militar da Praia Grande, o Desembarque das tropas portuguesas em Montevidéo, o Desembarque da arqueduesca da Áustria, o Retrato do rei em grande gala, e do Príncipe real, o quadro da sagração de Sua Majestade o Imperador Pedro I. DEBRET, J. B. “Carta de J.B. Debret à Araújo Porto Alegre datada de 1844”. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

A experiência negativa de Debret como pintor oficial no Brasil e sua insegurança financeira na velhice, devem ter impactado seu dileto discípulo e soado como um contra-exemplo para sua carreira, pois Araújo Porto Alegre acabaria por trilhar outro caminho, o da diplomacia, dentro das possibilidades oferecidas pelo Estado. Na realidade, o que as memórias lidas para os sócios do Instituto omitiam e nos permitem antever apenas nas entrelinhas, são as enormes dificuldades que ainda se colocariam ao intelectual, em sua condição de dominado durante a gênese do campo intelectual. O preconceito ligado à figura do artista e do escritor seria resultado do desinteresse nutrido pelo governo, que recaía sobre a educação e às artes nas primeiras décadas de formação do Império e que as tornavam bens dispensáveis e secundários.

A mensagem da Memória, afirmando exatamente o oposto, está no encerramento do discurso em que concluía percebendo a irreversível marcha do Brasil em direção à civilização e a importância do intercâmbio cultural com a França:

Em definitivo senhores, posso dizê-lo com orgulho que, as belas artes acharam no Brasil um solo fértil; a Escola de Rio de Janeiro, filha legítima da Escola de Paris, lhe ofereceria tão logo os filhos dignos dela, em toda a parte uma sede de instrução que não pode ser saciada a não ser pelas fontes da ciência. Também, veja a juventude brasileira socorrer as pragas do Oceano, solicitar o exílio como um favor, vencer tempestades para tocar o solo da França, e lá se remetendo ao trabalho com um novo ardor, consultar noite e dia estes preciosos tesouros que vossa hospitalidade proporciona a todas as nações do globo.⁵⁷⁵

Desfrutando da hospitalidade francesa para estudar e viajar, possível graças ao apoio de amigos, especialmente à camaradagem e solidariedade dos brasileiros que viviam em Paris e também do trabalho na legação brasileira, Sales Torres Homem, Domingos Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto Alegre sentiram como sua missão traçar um panorama sócio-cultural mais amplo do país e oferecê-lo ao Instituto no retorno da viagem dos dois últimos à Itália entre 1834 e 1836.

Idealizaram assim, uma revista que teria por modelo certamente o *Journal de l'Institut Historique* e provavelmente as revistas literárias do período como a francesa *Revue des Deux Mondes* que publicava notícias variadas, conhecimentos das humanidades e sobre outros países, obras e poemas de célebres escritores⁵⁷⁶.

⁵⁷⁵ “Resumé de l’histoire de la littérature, des sciences et des arts au Brésil”(Journal de l’Institut Historique)In: MAGALHÃES, Gonçalves de. *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*.Op. cit. . p.52.

⁵⁷⁶ Sabemos que Magalhães era leitor da Revista des Deux Mondes através das cartas remetidas a Monte Alverne. Na carta de 29 de janeiro de 1836 comenta que foi publicado um poema épico de Edgard Quinet

3.3 *Niterói*: Uma revista "pelo Brasil e para o Brasil"

A revista intitulada *Niterói* (1836), que já estava sendo preparada em janeiro de 1836⁵⁷⁷, foi editada em *in-8º* Paris por Dauvin et Fontaine Libraires e impressa na Imprimerie de Baulé et Jubin e ao que indica a resenha de Monglave sobre ela no dia 8 de junho de 1836⁵⁷⁸ deve ter sido lançada naquele mês. No segundo semestre os amigos lançariam o 2º número da revista e embora a proposta fosse tornar-se mensal, segundo constatamos na apresentação de Monglave para o segundo e último número da revista, interromperam a publicação devido a partida de Magalhães, que perdera o emprego na legação brasileira e Porto Alegre para o Brasil. Não há na capa e contra-capas existente indicação expressa da época quando saíram os números nem os nomes dos diretores ou redatores. A certeza de que Magalhães, Porto Alegre e Torres Homem estavam envolvidos no projeto advém da correspondência dos seus colaboradores e sobretudo do discurso de Monglave, que acrescentou um quarto redator, um colaborador que não seria sócio do IHP, o que permite especular sobre a participação de Azeredo Coutinho, colaborador do primeiro número, do negociante Manuel Moreira Neves que financiou a publicação⁵⁷⁹, ou possivelmente João Manuel Pereira da Silva, à época estudante de Direito, amigo de Magalhães pelo menos desde julho de 1834⁵⁸⁰.

Na revista *Niterói* também não encontramos preços de venda e de assinatura, que talvez estivessem na capa⁵⁸¹, assim como não foram encontradas listas de subscrições - fórmula a que geralmente recorriam os editores para viabilizar as

Ahasvêrus na *Revue des Deux mondes* entre 1833-34. MAGALHÃES, D. J. G. "Carta a Monte Alverne datada de 29 de janeiro de 1836" In: LOPES, R. Op. cit. pp.61-62.

⁵⁷⁷ Na carta de Magalhães a Monte Alverne de 29 de jan de 1836 ele comunica ao padre mestre que sua História da Literatura no Brasil da qual se ocupava sairia brevemente com o primeiro número da Revista Brasileira, de que ele, Sales Torres Homem e Araújo Porto Alegre eram autores. MAGALHÃES, D. J. G. "Carta a Monte Alverne datada de 29 de janeiro de 1836" In: LOPES, R. Op. cit. pp.62-63.

⁵⁷⁸ Como assinala Plínio Doyle os exemplares da coleção da Biblioteca Nacional, do Itamaraty, o Real Gabinete Português de Leitura não trazem indicação do mês da publicação, mas há artigos datados de julho e agosto de 1836 o que significa que o nº 2 só deve ter aparecido no final do ano de 1836. DOYLE, Plínio. *História de revistas e jornais literários*. Rio de Janeiro: Ministério da educação e cultura Fundação Casa de Rui Barbosa. s/d. vol 1

⁵⁷⁹ Idem. Ibidem. p.8. Como afirma Porto Alegre na observação final do 2º e último número da revista, Manuel Moreira Neves, negociante brasileiro prestou auxílio para a publicação da revista, presumivelmente financeiro, demonstrando que havia alguns homens de negócio interessados no intercâmbio cultural do Brasil com a França.

⁵⁸⁰ Magalhães menciona Pereira da Silva em um *pós scriptum* em que transmite lembranças deste ao padre Francisco de Monte Alverne. MAGALHÃES, D. J. G. "Carta a Monte Alverne de 22 de julho de 1834" In: LOPES, Roberto (org.) Op. cit. p.32

⁵⁸¹ DOYLE, Plínio. Op. cit. p.8

publicações - ou aviso aos anunciantes. Para exemplificar, ao compararmos com o primeiro número do *Panorama, Jornal Litterário e Instructivo* publicado pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis em 1837, portanto cerca de um ano depois da *Niterói*, percebemos que a publicação já nascia amparada pela Rainha D. Maria II⁵⁸², acionista da Sociedade, e logo após a dedicatória à rainha constam o preço da assinatura, informações sobre anúncios, endereço de subscrições e venda em Lisboa e nas províncias e periodicidade⁵⁸³.

O relato de Monglave na apresentação do segundo número da *Niterói* explicita o modo como este empreendimento veio à tona:

*Ora, a proposição, pensam bem, foi acolhida com grande e unânime ímpeto; os centavos vindos de todas as partes agradavam a carteira do pobre estudante; compraram papel, se colocaram em contato com um impressor; a modesto loja de um redator se tornou a sede da redação geral, e a primeira edição que tenho sob os olhos, aparecida, não faz um mês, em 12 folhas em 8º, bem distribuídos, bem variados, cheios de pensamentos e de fatos.*⁵⁸⁴

De acordo com o testemunho de Monglave e como percebe Ernesto Rodrigues, o aspecto artesanal e amador da publicação indica que talvez se encontrasse à margem do campo editorial, então em expansão com o advento do jornal e do romance-folhetim⁵⁸⁵. Preferia-se inserir nas páginas da *Niterói* exemplos da poesia nacional a romances e contos que especialmente nas publicações francesas eram comumente publicados no rodapé dos jornais ou em seções de variedades. Foi em 1º de julho de 1836, que Émile de Girardin fundava *La Presse* trazendo uma nova estratégia empresarial para promover as vendas e popularizar o jornal: o romance-folhetim. A novidade que continha a fórmula “continua no próximo número” deve ter sido conhecida dos editores da Revista *Niterói*, que provavelmente não a consideraram uma forma elevada de literatura, como fazem supor os debates em torno da “literatura industrial” que envolveram os literatos franceses na década seguinte.

⁵⁸² Na dedicatória a Rainha D. Maria II, que dava proteção e auspícios a publicação os redatores anunciam: “A sociedade estampando um Jornal dirigido a pôs em prática o seu intuito patriótico, isto é derramar conhecimentos profícuos e variados julgou do seu dever dedicá-lo a Vossa Magestade continuará a favorece-lo recebendo esta prova de grau subido adorna o coração de V. Magestade” In: *Panorama, Jornal Litterário e Instructivo*. Lisboa: Imprensa Nacional, nº1, 6 de maio de 1837. p.1. Disponível em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Panorama/Panorama_1837.htm> Acesso em 9/2008.

⁵⁸³ *Idem. ibidem.* p.1.

⁵⁸⁴ MONGLAIVE, E. “Relatório lido na 2ª classe do Instituto Histórico.” In: *Niterói, revista brasiliense*. Nº2 Paris, Librairie Dauvin et Fontaine, 1836. p.5

⁵⁸⁵ RODRIGUES, E. “Formas de viver em 1836” In: *Revista Nitheroy*. Op. cit.

E. Rodrigues sugere que a *Niterói* se insere dentro de um gênero de transição entre o periodismo político e a fase do romance-folhetim, resguardando uma concepção erudita de literatura:

*Nesta convergência, lance patriótico (embora fugaz) nas artes e nas letras , e fruto (temporão embora) de um jornalismo em vias de ser abanado pelo folhetim, Nitheroy sinaliza uma época em perda; vinga, já, na assunção do que se entendia por literário, com evidente repercussão em Portugal.*⁵⁸⁶

A troca cultural foi estimulada pelo convívio mesmo que limitado com grandes literatos franceses e europeus, em um ambiente acadêmico, embora de baixa especialização, erudito e eclético como o *Institut Historique de Paris*. A participação ainda que discreta nas polêmicas e a exposição de trabalhos configurou-se em uma experiência muito importante que se expressava nas páginas da Revista *Niterói*, marcada pelo entusiasmo e amadorismo de seus redatores, pelo ecletismo dos temas, das ciências e da indústria, às artes e à literatura, pela diversidade ideológica, pelo caráter enciclopédico da publicação, que remete à cultura horizontal presente no IHP, o desejo de ampliação rápida da cultura, e a improvisação do empreendimento⁵⁸⁷.

A intenção de proporcionar esta “cultura horizontal” pode ser constatada ainda na apresentação da revista intitulada “Ao leitor”:

*Há muito reconheciam eles [os redatores] a necessidade de uma obra periódica, que desviando a atenção pública, sempre ávida de novidades, das diárias e habituais discussões sobre coisas de pouca utilidade, e o que é mais, de questões sobre a vida privada dos cidadãos, os acostumasse a refletir sobre objetos do bem comum, e de gloria da pátria*⁵⁸⁸.

Assim, educar o público era o objetivo explícito da revista, tanto na abertura do primeiro número intitulado “Ao leitor” quanto na apresentação de Eugène Monglave do segundo número em que afirma:

*Tratar-se-à de mostrar a nossos irmãos de lá que nós não os esquecemos em terra estrangeira, e que o alvo constante dos nossos esforços de não responder aos sacrifícios que se impõe para nos lançar a guiá-los nesta via do progresso e da civilização que nos foi aberta.*⁵⁸⁹

⁵⁸⁶ Idem. Ibidem.

⁵⁸⁷ FARIA, Maria Alice. Op. cit p.76.

⁵⁸⁸ "Ao leitor". In: *Revista Niterói. No 1*, Paris, Libraire Dauvin et Fontaine, 1836. p.37

⁵⁸⁹ MONGLAVE, E. “Relatório lido na 2ª classe do Instituto Histórico”.In: *Niterói, revista brasiliense.nº2*. Op. cit. p.5

Apesar da intenção dos redatores de popularizar o conhecimento, o público real ao qual se dirigia a *Niterói* era sem dúvida erudito, devido ao alcance restrito da publicação e até mesmo pelas dificuldades em executar o projeto sem muitos recursos. Na indisponibilidade de dados mais concretos para verificar sua circulação, sabemos que ela teve circulação entre os pares do *Institut Historique*. Um exemplar foi encaminhado para a biblioteca do *Institut* conforme indica o *Journal* que noticiou a revista e que publicou a resenha de Monglave. Segundo a apresentação de Monglave, todos os exemplares da primeira edição já haviam sido esgotados em alguns meses, até o instante do seu discurso na 2ª seção do IHP. Como explica o secretário perpétuo do Instituto, os brasileiros teriam consumido os volumes publicados. É muito provável que também tenham sido distribuídos entre os membros do IHP simpáticos à produção dos jovens intelectuais brasileiros. Ferdinand Denis em 1837 recebeu um exemplar, como prova a dedicatória de Porto Alegre na primeira página do exemplar que se encontra na biblioteca Saint Geneviève em Paris⁵⁹⁰. Certamente Debret, Monte Alverne, Monglave, possivelmente o presidente Michaud e os outros sócios brasileiros, dentre os quais incluímos o Visconde de São Leopoldo, Januário da Cunha Barbosa, Evaristo da Veiga, e Luís Moutinho, chefe de Magalhães e Torres Homem na missão diplomática, todos da classe de línguas e literatura.

É difícil contabilizar ao certo os exemplares impressos, assim como determinar a quem foram distribuídos.⁵⁹¹ Mais plausível é constatar que a questão da recepção da obra ultrapassa o público real que teve acesso ao periódico e diz respeito ao público ideal visado e imaginado pelos redatores. O projeto da *Niterói* não consistia apenas em servir aos eruditos, iniciados e a intelectualidade, mas auxiliar na ampliação deste segmento:

*As obras volumosas e especiais só atraem a atenção de alguns homens exclusivos, que de todo se dedicam às ciências, aqueles, porém, que por sua posição não podem sacrificar o tempo a longa meditação, folgam, quando em um pequeno livro, contendo noções variadas e precisas, encontram um manancial, que lhes economiza o trabalho de indagações, e o enojo de um longo estudo, colhendo n'uma hora o resultado de um ano de fadigas.*⁵⁹²

⁵⁹⁰ BAREL, Ana Beatriz Demarchi. “Revista Nitheroy (1836): relações político-culturais entre Brasil e França no século XIX” In: *Revista Nitheroy ed. fac simile*. Op. cit.

⁵⁹¹ Se avaliarmos a presença das coleções remanescentes nas bibliotecas, além da biblioteca Saint Geneviève em Paris, a Biblioteca Nacional da França guarda um exemplar de época da revista e a Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro possui 4 coleções⁵⁹¹, de acordo com Plínio Doyle. DOYLE, P. Op. cit.

⁵⁹² “Ao leitor”. In: *Revista Niterói. No 1, Op. cit.*

Ao se propor a ser um veículo de divulgação de conhecimentos, nas palavras de Ernesto Rodrigues, “devedora do espírito iluminista”⁵⁹³, destinava-se a instruir e informar sobre assuntos úteis e variados e assim fomentar o progresso. Mais do que informar, na apresentação encontra-se explicitada a ação pedagógica dos idealizadores da revista de “apresentar em um limitado espaço considerações sobre todas as matérias que devem merecer a séria atenção do Brasileiro amigo da glória nacional.”⁵⁹⁴ A escolha de tais matérias deveria ser feita pelos intelectuais, cuja prerrogativa seria saber qual seria o interesse público. E como percebia Antônio Gramsci, já que seria impossível acompanhar toda a literatura sobre algum assunto ou grupo de assuntos, tornava-se um serviço obrigatório publicar um corpo orgânico e completo de informações críticas para um público de cultura medíocre ou que se iniciava na vida cultural ⁵⁹⁵. Referindo-se ao jornalismo do tipo crítico-histórico-bibliográfico o autor marxista discorre sobre o caráter didático da tarefa da revista:

*O leitor comum não tem, e não pode ter, um hábito científico, que só se adquire com o trabalho especializado: por isso, deve ser ajudado a assimilar pelo menos o “sentido” deste hábito, através de uma atividade crítica oportuna. Não basta fornecer-lhe conceitos já elaborados e fixados em sua expressão “definitiva”; a concreticidade de tais conceitos, que reside no processo que levou àquela afirmação, escapa ao leitor comum: deve-se, por isso, oferecer-lhe toda a série dos raciocínios e das conexões intermediárias de modo bastante detalhado e não por indicações.*⁵⁹⁶

Assim, procurando tornar a cultura erudita e científica mais acessível no 1º Tomo e nº 1 da Revista "Nitheroy, revista brasiliense ciencias, letras, e artes" (com 188 páginas), trazia-se após o prefácio “Ao leitor”, um artigo sobre astronomia "Cometas" de Azeredo Coutinho, em seguida o artigo "Considerações econômicas sobre a escravatura" e "Reflexões sobre o crédito público e sobre o relatório do Ministro da fazenda" ambos escritos por F. Sales Torres Homem, depois o tão esperado "Ensaio sobre a história da literatura do Brasil" de Gonçalves Magalhães, prometido desde 1834 ao Instituto. Publicou-se também "Idéias sobre a música" de Manuel de Araújo Porto Alegre, e por último, seguindo o modelo do *Journal de l'Institut Historique*, uma seção intitulada "Bibliografia", sobre livros recém-lançados de interesse para leitores brasileiros.

⁵⁹³ RODRIGUES, Ernesto. “Formas de Viver em 1836.”Op. cit. p.

⁵⁹⁴ “Ao leitor”. In: *Revista Niterói. No 1, Op. Cit.*.

⁵⁹⁵ GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere: Os intelectuais, o princípio educativo, o jornalismo. 2ª ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. vol. 2 p.202.

⁵⁹⁶ Idem. Ibidem. pp.241-242.

O segundo número com 262 páginas trazia os artigos "Física industrial: das caldeiras, empregados na fabricação do açúcar" de C. M. D'Azeredo Coutinho, "Química: da destilação" de A. de S. Lima de Itaparica, "Idéia de uma sociedade promotora da Educação Industrial" de Silvestre Pinheiro-Ferreira, "Considerações sobre a descoberta feita por Antonio Saint-Valery Sebeul de hum novo sistema de fabricar o açúcar" – tradução de um artigo de um grupo de franceses, "Comércio do Brasil" de F. Sales Torres Homem, "Contornos de Nápoles: fragmento das notas de viagem de um artista" atribuído a Araújo Porto Alegre, "Estudos sobre a literatura" de J. M. Pereira da Silva, e na seção "Bibliografia" Torres Homem resenhou o livro de poesias *Suspiros poéticos e Saudades* de seu amigo D. J. Gonçalves Magalhães.

Os redatores da *Niterói* não se eximiam de compartilhar com o público sua opinião, ao contrário, sua missão era ilustrar e despertar a atenção para assuntos polêmicos que pudessem ter um uso prático para seu país. O prefácio do primeiro número da revista já anunciava um rompimento com os pasquins e periódicos políticos do final do 1º Reinado e período regencial e também do tom oficial da *Gazeta do Rio de Janeiro*.⁵⁹⁷ A Revista *Niterói* seguia os modelos das revistas literárias francesas e portuguesas da primeira metade do século XIX e ao mesmo tempo afirmava se distanciar da tendência de grande parte dos periódicos brasileiros destinados a representar tendências políticas, por vezes sediciosas, difamatórias ou de assuntos domésticos de interesse feminino ou privado. Tinha, ao contrário, o intuito de debater e tratar de temas nacionais ou que diziam respeito à novíssima nação que estava sendo constituída.

A proposta desta maneira condiz com a idéia corrente de que as revistas e jornais seriam meios de popularizar (para alguns vulgarizar) o conteúdo dos livros atingindo um público mais amplo e menos erudito. Assim comportaria uma utilidade prática e imediata na divulgação da cultura erudita, e também de "depuração" do pensamento popular e vulgar. Se a tendência geral do Romantismo foi de valorização da tradição e a cultura popular, particularmente aquela intocada pela civilização, E. P. Thompson demonstra, por exemplo, que no século XIX mesmo entre os poetas românticos, era difícil a aceitação da cultura do povo calcada na experiência e nos sentimentos, e a maior parte dos educadores de classe média preocupados em corrigir

⁵⁹⁷ Ver citação nota nº 130.

“erros” deste tipo de conhecimento do senso comum, passava à repressão da validade desta experiência.⁵⁹⁸

Entretanto a tarefa inicial não era tanto a de educar as classes populares quanto a de formar e informar a camada dirigente, que não se ocupava com a vida do espírito, ampliando-a verticalmente. Uma preocupação semelhante se encontra em cartas trocadas entre Magalhães, Porto Alegre e o frei Monte Alverne, em que o primeiro explica ao padre a sua decisão em não tirar o título de doutor em Paris, argumentando que “não faltam doutores no Brasil sem ciência, como comendadores sem mérito”⁵⁹⁹. Reclamando acerca da falta de apoio do Estado brasileiro, Porto Alegre lhe explica que “no Brasil todos amam a pintura sem a terem visto”⁶⁰⁰, ilustrando a mediocridade e a ignorância que predominavam tanto entre as pessoas de posses e títulos quanto por parte do próprio governo⁶⁰¹. Por este motivo ambos dedicavam-se ao estudo e ao trabalho árduo e se associavam a indivíduos que tinham este mesmo propósito educativo:

*Eu só desejo voltar para a minha pátria, tenho algumas idéias e quero pô-las sobre o papel, e só para isso trabalho. Eu sinto não poder falar ao coração os brasileiros, eu lhes diria a todos os momentos que é tempo de trabalhar e de escrever; a vadiação entre nós é grande e excede a tudo o que se pode dizer; ela é a causa de tanta vaidade, e de tanta crítica ignorante, que envergonha.*⁶⁰²

A sentença de Magalhães contrasta com as expressões de entusiasmo e estímulo que proferiam sobre o intercâmbio cultural do Brasil com a França e sobre o progresso das letras e artes no Brasil. Nas cartas aparecem as verdadeiras preocupações com o futuro do país e a constatação nostálgica de que a mocidade brasileira era pouco dada aos estudos, à reflexão, à composição de obras literárias e artísticas. Mais do que informar, a *Niterói* materializava este desejo de “colocar as idéias no papel”, idéias compartilhadas de vários anos de estudos e convivência com a intelectualidade parisiense. Os três estudantes e amigos pareciam reconhecer o enorme potencial das revistas como formadoras de opinião, embora o seu alcance fosse restrito.

⁵⁹⁸ THOMPSON, E. P. “Educação e experiência” In: Os românticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.pp.11-47.

⁵⁹⁹ MAGALHÃES, D. J. G. “Carta a Monte Alverne de 15 de janeiro de 1835”. In: LOPES, Roberto (org.) Op. cit..p.43

⁶⁰⁰ PORTO ALEGRE, M. Araújo. “Carta Monte Alverne de 5 de fevereiro de 1835”. In: LOPES, Roberto (org.) Op. Cit. p.50

⁶⁰¹ Idem. Ibidem.p.51.

⁶⁰² MAGALHÃES, D. J. G. “Carta a Monte Alverne de 23 de fevereiro de 1835”. In: LOPES, Roberto (org.) Op. Cit. p.55

O artigo da *Niterói* que melhor corporifica o reconhecimento do papel da imprensa como formadora da opinião dos leitores foi redigido por Sales Torres Homem, “Considerações Econômicas sobre a Escravatura” e tem sido digno de pouca atenção por parte dos que estudaram a revista. Neste artigo Sales Torres Homem, talvez o mais erudito dos três amigos, desenvolveu o argumento de que a escravatura é e sempre foi responsável pelo atraso e decadência dos povos. Demonstrava esta tese através de estudo sério e a apresentação de vários autores que trataram de economia política e da ciência política, a maioria franceses, como J. B Say e Aléxis Toqueville. Preocupando-se em embasar e referenciar suas observações e opiniões mostra como desde o estabelecimento dos colonos na América, onde deveriam “semear os germes da vindoura civilização”, marcaram sua presença com horrores da conquista, espoliação e extermínio dos aborígenes e ulteriormente com escravização e tráfico africano que persistiu por três séculos.

Torres Homem não enfatiza em seus argumentos objeções de ordem moral ou humanista, antes ele demonstra que a alegação dos “lavradores” de que a escravidão é mais lucrativa, portanto útil e necessária à economia, constituía-se na “expressão dos erros e preconceitos da época”, alimentada pelos governos do passado favoráveis aos traficantes. Ao longo da história, desde o mundo antigo, o escravo permaneceria como parte do capital fixo do proprietário, tratado como “mera força muscular comparável em sua ação aos esforços de um dromedário”⁶⁰³, o que acarretou conseqüências negativas para a agricultura e principalmente para a indústria, como a desvalorização das classes livres⁶⁰⁴, o preconceito quanto às profissões assalariadas e as artes mecânicas que foram por muito tempo restritas aos escravos africanos que não teriam habilidade para o trabalho na indústria por incapacidade, preguiça, relutância e vida desordenada.

Para Torres Homem, tanto a aristocracia agrária quanto os comerciantes adaptaram-se em tais sociedades à cultura do emprego público, não investindo capitais na agricultura ou na indústria⁶⁰⁵. Pela quantidade de homens disponíveis para o trabalho compulsório não viam a necessidade de economizar tempo e usar máquinas que correspondessem ao desenvolvimento do poder intelectual na produção de riquezas no mundo moderno. Demonstra que o trabalho gratuito do escravo aparentemente mais

⁶⁰³ HOMEM, Francisco Sales. "Considerações econômicas sobre a escravatura" In: *Revista Niterói. No 1*, Paris, Libraire Dauvin et Fontaine, 1836. p.37

⁶⁰⁴ Idem, Ibidem.p.39

⁶⁰⁵ Idem, Ibidem. p.57.

vantajoso era em realidade mais oneroso para os proprietários⁶⁰⁶ e menos produtivo do que o trabalho livre. Aponta as disparidades entre sociedades tão próximas historicamente e espacialmente, como Norte e Sul dos Estados Unidos e Cuba e Porto Rico⁶⁰⁷, em que a adoção do trabalho livre neste último trouxe prosperidade agrícola, desmentindo a crença de que o sol dos trópicos inabilitaria o colono livre ao trabalho na agricultura.

O jovem diplomata orientava a classe proprietária do Brasil sobre o caminho a seguir tomando como modelo as sociedades modernas onde predominariam a indústria, o acréscimo de riquezas, oficinas, máquinas a vapor, bancos, instituições industriais. Com o avanço das idéias e costumes e o progresso da reflexão, deveriam rejeitar “a desarmoniosa e imoral exploração do homem pelo homem” entendendo que o destino inevitável de humanidade é a civilização e o trabalho livre. Torres Homem lamentava que, embora tivesse progredido na vida política⁶⁰⁸ e que o “gênio do Brasil tem realizado em um pequeno número de anos aquilo, que a velha Europa custou largos séculos de dolorosas tentativas”, em meio a campanha geral para a abolição do trabalho escravo o Brasil ainda fosse visto como um dos países que acolhia este sistema, ignorando o “carro da civilização e a lei do progresso”.

Assim as ponderações de Salles Torres estavam em plena sintonia com as transformações sócio-econômicas que o ocorriam no Velho Mundo, como professava Monglave na apresentação ao segundo número, e contribuiria para extirpar “a lepra hedionda da liberdade americana”.⁶⁰⁹ Contudo, eram por demais avançadas e polêmicas para a sociedade brasileira, já que assumia abertamente um posicionamento liberal que se tornaria mais radical nos anos seguintes, e que nesta ocasião pode ter causado certo desconforto a alguns de seus compatriotas, dentre os quais vários futuros barões e dirigentes imperiais sócios do Instituto⁶¹⁰.

Os escritos sobre economia política estavam relacionados à reflexão sobre as bases materiais da sociedade brasileira no intuito de promover o progresso. É por este motivo que não à toa um outro ensaio foi escolhido e reproduzido no segundo número da *Niterói*, o discurso de inauguração da Sociedade Promotora de Educação Industrial

⁶⁰⁶ Idem, Ibidem.p.66

⁶⁰⁷ Idem, Ibidem. p.58

⁶⁰⁸ Idem.Ibidem p.79

⁶⁰⁹ MONGLAVE, E. “Relatório a 2ª classe” In: *Revista Niterói*.nº2. op. cit. p.6.

⁶¹⁰ Monglave já previa esta polêmica que podia gerar os artigos de Sales Torres Homem e elogioso complementava: “Estes artigos podem ser mostrados com orgulho aos amigos e aos inimigos do Brasil” In: MONGLAVE, E. Op.cit.p7.

da Bahia intitulado “Idéia de uma Sociedade Promotora de Educação Industrial objeto da Sociedade” de Silvestre Pinheiro Ferreira, também voltado às questões políticas e econômicas do momento. Criticava a reforma proposta pelo Estado, apontava como o principal obstáculo da regeneração política e da reconstrução do edifício social o fato de que “máxima parte da classe produtora de todos as matérias primeiras da indústria, e mesmo a maior parte dos que exercem os diversos ramos das artes e oficinas não era nem podia ser admitida a gozar dos direitos naturais da liberdade individual, da propriedade real, e da igualdade civil”.⁶¹¹ Tal qual o artigo de Torres Homem, este discurso defendia o aumento do número de braços livres, a multiplicação e variação dos ramos da indústria, o apoio à agricultura e a outras atividades como comércio, artes e ofícios e a ramos industriais e à instrução gratuita fornecida pelo governo. À este caberia fornecer à mocidade os meios de adquirir os conhecimentos precisos para as diferentes carreiras científicas ou industriais, para todas as classes e assim formar homens inteligentes e empreendedores que poderiam ser empregados. Através destas propostas se justificaria a fundação de um Instituto nacional de artes e ofícios⁶¹².

A despeito do destaque atribuído aos escritos sobre a economia política na revista, a literatura e as artes seriam os tópicos principais no debate em torno do atraso cultural do país. A “Literatura nacional e as Artes que vivificam a inteligência, animam a indústria e enchem de glória e orgulho os povos, que as cultivam” e teriam verdadeiro destaque nas páginas da revista, não seriam “de nenhum modo negligenciadas”⁶¹³. As contribuições de Gonçalves de Magalhães - o tantas vezes prometido ensaio sobre a literatura brasileira - e de Porto Alegre, restituíam através da história as potencialidades culturais do “povo” do Brasil, através das letras e da música. Ampliando e elaborando as observações do *Resumé* publicado no primeiro número do *Journal de l’Institut*, demonstram igualmente o estado moral de desenvolvimento do Brasil.

3.4 Edificando os alicerces

⁶¹¹ FERREIRA, Silvestre P. “Idéia de uma Sociedade Promotora de Educação Industrial objeto da Sociedade” In: *Revista Niterói*. n° 2. Op. cit. p.133.

⁶¹² FERREIRA, Silvestre Pinheiro. Op. cit. p 134.e.135.

⁶¹³ “Ao leitor” In: *Niterói*. n°1. Op. cit. p.6

Mestre dos ambiciosos redatores da revista *Niterói*, frei Francisco de Monte Alverne, professor e religioso, leitor de Kant e de Jouffroy, expressava a sua indignação frente ao centralismo de D. Pedro I. Em março de 1831, quando o Primeiro Reinado já se encontrava em crise, o sábio orador da capela imperial, discursava no púlpito em favor da liberdade e da nacionalidade:

Importava pouco ao Brasil gemer no senhorio da metrópole, ou suportar grilhões nacionais ; mas era da maior transcendência para o Brasil estabelecer sua existência sobre alicerces indestrutíveis; espancar a tirania debaixo de qualquer nome...⁶¹⁴.

Diante do Imperador e da corte presentes, o respeitável padre afirmava ser necessário "o Brasil estabelecer sua existência sobre alicerces indestrutíveis", preservar a independência política conquistada e assegurar por outro lado, que a sua existência enquanto nação não seria questionada. Para tanto a "opinião pública" e a "imprensa" se transformariam em poderes ascendentes; acrescentava em seu discurso que a "força cede à inteligência".⁶¹⁵ Os discursos de Monte Alverne certamente impressionaram uma geração de literatos. Neste em particular, parecia antecipar todas as transformações materiais, espirituais e políticas do século XIX.

A revista *Niterói*, concebida dentro deste espírito de promover mudanças e principalmente construir estes firmes alicerces sobre os quais a nação deveria se erguer, trazia em seu primeiro número o artigo intitulado "Ensaio sobre a história da literatura do Brasil, um estudo preliminar" em que Gonçalves de Magalhães retomava na história "a tradição viva dos homens, de como se passaram as coisas, segundo a marcha do desenvolvimento intelectual, e pesquisando o espírito que a presidia para mostrar "verdadeiro quadro histórico da nossa literatura".⁶¹⁶ Segundo o próprio autor, sua intenção não era tanto traçar a biografia cronológica dos escritores que povoaram a história do Brasil, mesmo porque, Magalhães declarava as dificuldades que teve em reunir fontes para elucidar a trajetória dos autores, mas antes escrever a história da literatura do Brasil⁶¹⁷. Escrevia que "toda história, como todo drama, supõe lugar da

⁶¹⁴ Discurso de Monte Alverne em 25 de março de 1831. Apud: LOPES, Hélio. Op. cit. pp.66-67.

⁶¹⁵ Idem. Ibidem. pp.66-67.

⁶¹⁶ MAGALHÃES, D. J. G. "Ensaio sobre a História da literatura do Brasil". In: *Revista Niterói*. no 1. op. cit. p. 135

⁶¹⁷ Sobre as dificuldades de encontrar material para pesquisa de Magalhães, temos o testemunho das cartas a Monte Alverne datadas de Paris, 27 de nov de 1835 e de 29 de jan de 1836. ver LOPES, R. *Cartas a Monte Alverne*. op. cit. Ver também o "Ensaio sobre a História da literatura do Brasil", Magalhães afirmava ter pesquisado nas bibliotecas de Paris, Roma, Florença, e Pádua. MAGALHÃES, D. J. G. "Ensaio sobre a História da literatura do Brasil". In: *Revista Niterói*. no 1, op. cit. p. 137

cena, atores, paixões, um fato progressivo, que se desenvolve; que tem sua razão, como tem uma causa, e um fim. Sem estas condições nem há história, nem drama"⁶¹⁸.

Esta concepção de história que associa a trama histórica a um enredo teatral também supõe de um lado que há a singularidade em termos de tempo e espaço para os eventos históricos, de outro que existiria uma razão histórica, um sentido para tais eventos. A filosofia da história⁶¹⁹ que perpassa este ensaio de Magalhães e encontra-se presente também em textos de Porto Alegre e especialmente em Pereira da Silva é o historicismo, ou seja, um certo olhar sobre o passado e o presente que também oferece uma concepção nova do indivíduo, a organização da sociedade, e da consciência da continuidade histórica e da identidade dos povos.

A afirmação do historicismo está ligada ao advento do Romantismo, mas a sua origem remonta aos séculos XVII e XVIII.⁶²⁰ O início desta corrente de pensamento é apontado como tendo surgido durante o período correspondente à segunda fase do Iluminismo, entre os anos de 1760-70, atribuído a Giambattista Vico (1668-1744) e a Gotfried Herder. Em meio à hegemonia do racionalismo na época do Iluminismo, seus defensores divergiam da concepção da História que tornava seu objetivo a comprovação de leis naturais para o gênero humano, e que, para tanto, submetia os fatos singulares. Na crítica à interpretação iluminista o fato histórico individual e a variedade histórica deveriam ser objetos de uma nova e autônoma ciência do homem e da sociedade, integrada a uma nova ciência da natureza.

Apesar da crítica aos iluministas, ambos os pensadores não romperam totalmente com a perspectiva de uma filosofia da história. Vico, em suas obras, ainda se preocupava com a História Universal e também advogava a idéia de etapas de desenvolvimento das nações e das sociedades que trazia consigo a concepção de progresso. Nas três etapas identificava idades pelas quais passaram todos os povos: a idade dos deuses, na qual os homens temeriam a natureza identificada com divindades e a linguagem permaneceria muda, a dos heróis, em que haveria famílias, cidades e aristocracias dominando o restante da população e a linguagem se tornaria simbólica.

⁶¹⁸ Idem.Ibidem. p.142.

⁶¹⁹ De acordo com Ernest Cassirer entende-se “filosofia da história” a tentativa dos filósofos do século XVIII em diante em estabelecer “condições de apreender o “sentido” do devir histórico, para adquirir um a idéia clara e distinta do que seja este sentido, para fixar as relações entre “idéia” e “realidade”, entre “lei” e “fato”, e para traçar limites estáveis e seguros entre esses termos.” CASSIRER, E. A filosofia do Iluminismo. Campinas: Unicamp,1998.p268.

⁶²⁰ A palavra historicismo aparece no momento da crise do movimento, nas primeiras décadas do século XX, primeiramente na Alemanha e tardiamente na Itália, mas continuou ignorado por muito tempo na França e Inglaterra.

Por último, haveria a Idade dos homens na qual imperaria a razão, e o governo assumiria a forma de república popular ou monarquia com leis racionais e linguagem baseada em vocábulos convencionados. Vico pensava a sociedade como organismos⁶²¹, enquanto a história para ele seria marcada por ciclos ou repetições, em que o final de um ciclo marcaria o começo do ciclo seguinte.

Também Herder incorporou uma idéia de progresso, preconizando a ascensão da humanidade - arbitrariamente interrompida pela intervenção do Estado - não através da razão, mas do espírito humano. Ao invés de sucumbir às caracterizações gerais, Herder enfatizava a variedade de formas humanas que a natureza colocara sobre a Terra, e alertava para o valor singular das situações humanas, em cada fase da sua história com seus direitos, necessidades, costumes constituindo a heterogeneidade perfeita dentro da unidade, partes indispensáveis ao todo.⁶²² Concebendo a pluralidade de naturezas humanas, com a variedade de valores humanos, estabelecia o relativismo, contra o anacronismo presente nas filosofias da história creditadas em seu tempo⁶²³. Por isto, Herder compreende que o que é virtude dentre os egípcios é vício dentre os gregos e que cada nação em seu tempo possui suas próprias normas e seus próprios ideais⁶²⁴.

Esta compreensão da natureza humana como plural e ao mesmo tempo singular, esta capacidade de experimentar as manifestações do espírito humano em todos os tempos e lugares em sua individualidade e variedade, a que C. Antoni denomina de um “novo humanismo”⁶²⁵ seria a base do historicismo fundamentado em Herder. Ele deveu muito ao meio intelectual alemão de sua época, impregnado do pietismo luterano, que enfatizava a vida interior e a individualidade. Entendia-se, portanto, “que pela emoção interior, a alma vem a experimentar o infinito, atingir o sentimento da presença imediata de Deus e pregava assim, a consciência de sua própria sublimidade”⁶²⁶. A poesia e a filosofia alemã do século XVIII e XIX opunham à concepção iluminista do homem e da história humana regidas pela física mecânica, a idéia da alma, criatura pura e espontânea de Deus que teria em si a intuição e nostalgia do Absoluto e do infinito.⁶²⁷ Nutrindo-se desta tradição, Herder entendeu que tal como o indivíduo, a nação também teria uma alma que seria ao mesmo tempo natural, e absolutamente individual e singular e que não

⁶²¹ HAMILTON, Paul. *Historicism*. London: Routledge, 1996.p. 35.

⁶²² CASSIRER, E. Op. cit.p.307

⁶²³ Idem. Ibidem..p308.

⁶²⁴ Idem. Ibidem.p.307

⁶²⁵ ANTONI, Carlo, *L'Historisme* Génève : Librairie Droz, 1963 p.55.

⁶²⁶ Idem. Ibidem.p.53.

⁶²⁷ Idem. Ibidem.p.54.

se expressaria nos círculos cultivados, intelectuais e cosmopolitas, mas nos camponeses, naqueles que eram classificados como rudes e ignorantes pelos filósofos esclarecidos⁶²⁸.

Este novo conceito de nação romântica que Herder deu à Alemanha e à Europa⁶²⁹, vitoriosamente legada ao século XIX, tornou a consciência nacional um elemento passional e vigoroso a ponto de enfraquecer a interpretação iluminista sobre as nações e sua história como o progresso de um grupo de nações européias e civilizadas. Ao invés disto, Herder pensava a História da humanidade similar a história sacra, em que cada etapa do seu desenrolar seria também um momento de revelação progressiva de uma verdade absoluta, de acordo com uma ordem pré-estabelecida pela Providência. Tal qual em Hegel, a ordem natural da Providência seria violada pelo intelecto abstrato que não se sabia de onde teria vindo ou para onde iria.⁶³⁰ As nações corresponderiam assim, a graus ou momentos de um desenvolvimento único do espírito do mundo e da humanidade, e por outro lado, possuiriam uma alma obscura, vital, irracional, que traduziria a sua própria individualidade.⁶³¹

Tal qual o desenvolvimento biológico individual, a história das nações⁶³² seria cíclica - passando pela infância, maturidade, velhice. Para Herder cada período se construiria sobre o período seguinte e o progresso humano seria mensurável pela percepção "do que veio antes" e "do que virá depois" e então exibiria variações de acordo com a circunstância cultural, análoga à diferença na biografia pessoal⁶³³. A sucessão de eventos e regularidades "eram então mais parecidos com a experiência individual do que com regularidades que faziam supor leis que seriam externas aos homens, ao contrário, o homem estaria implicado ativamente no fenômeno investigado".⁶³⁴

Contrariamente a Hegel e igual a Vico, Herder era favorável à nação, mas hostil ao Estado, à história militar e política. Pensava em realizar uma História cultural da

⁶²⁸ Idem. Ibidem.p.54.

⁶²⁹ Idem. Ibidem.p.54.

⁶³⁰ Idem. Ibidem. p.57.

⁶³¹ Idem. Ibidem. p.53 e p.58.

⁶³² Analisando a história ocidental, Herder entendia que o Estado romano caiu porque se tornou mecânico, anulando as nacionalidades e sufocando a tradição, sendo revertido pelas forças da providência que torna a colocar em movimento a História criando novas nações. A Idade Média apareceria como a grande cura que restituiria a vida às nações, enquanto a época que a sucede vê o ressurgimento do Estado reduzindo os súditos a "tropas filosoficamente governadas" e por fim Herder vislumbra que o Estado esclarecido acabará e de novo a Providência concederá uma nova vida às nações.

⁶³³ HAMILTON, Paul. Op. cit. p.41

⁶³⁴ Idem. Ibidem.

humanidade, pretensamente apolítica como supunha ser sua filosofia da história⁶³⁵. A nação seria vista como individual, singular e, apesar de alicerçar-se sob o plano político no Estado, ela não seria representada como política.⁶³⁶ A concepção do historicismo alemão das nações entendidas enquanto organismos vivos que teriam seu espírito próprio, sua história particular e sua alma profunda e irracional, cuja voz seria o espírito do povo, encontrou-se com o movimento intelectual do Romantismo que a elegeu o elo entre a subjetividade destacada pelos filósofos e escritores e a comunidade perdida ao redor do eu e do infinito. A cultura, ou o “espírito” era, enfim a ponte para se pensar a individualidade da nação. Assim como explica R. Ortiz:

*A reflexão sobre a unidade nacional adquire, portanto um papel estratégico. Pretendemos construir uma civilização-organismo alemão, única forma de um povo escapar da dominação estrangeira (particularmente francesa) e da segmentação política. No plano interno, a totalidade-nação resolveria a contradição entre elite e o povo, no plano externo, os alemães conseguiriam uma identidade para se contrapor aos países centrais. É dentro deste contexto que surge o debate sobre a cultura popular; parte da intelligenzia alemã volta sua atenção para as tradições para nelas encontrar o substrato de uma autêntica cultura nacional.*⁶³⁷

A visão egocêntrica do artista – que também é um traço do pensamento romântico como veremos a seguir - cedia lugar ao anonimato da criação, e paradoxalmente, a partir de um movimento contrário desvalorizar-se-ia a capacidade de imaginação artística individual. A atenção é deslocada para o ser popular, assim Shakespeare, Ossian, Homero e sua poesia exprimiriam a essência de um povo, sem a mediação do trabalho poético do intelectual⁶³⁸

As individualidades irreduzíveis das nações seriam apreendidas através de suas almas de onde emanariam a poesia, a linguagem popular, os cantos populares, as fábulas e costumes, expressões coletivas e anônimas que seriam ao mesmo tempo originais, sinceras e espontâneas, ingênuas e livres de quaisquer convenções, que até então haviam sido taxadas como supersticiosas e grosseiras pelos filósofos ilustrados. A partir de então pensar a história alemã através do mito de uma nação bárbara e antiga já não seria mais visto de forma depreciativa, mas ao contrário, como signo de sua pureza. Não só a

⁶³⁵ Este posicionamento é uma crítica assumida a Frederico da Prússia e aos círculos intelectuais e aristocráticos alemães que valorizavam a cultura francesa e as regras clássicas nas artes, depreciando como bárbaras a literatura e a língua de seu país. Contra estes valores e preconceitos, também existentes na Itália à época de Vico, Herder e a geração do *Sturm und Drang* se bateram, reafirmando que os reinos alemães haviam produzido uma elite letrada de valor.

⁶³⁶ ANTONI, Carlo. Op. cit. p.54.

⁶³⁷ ORTIZ, Renato. *Românticos e Folcloristas*. São Paulo: Olho d'água, s/d.p..22.

⁶³⁸ Idem.Ibidem.p.23.

Alemanha, mas outras regiões periféricas na Europa como Escócia, Irlanda, regiões da Europa Central e Oriental, cujas identidades nacionais ainda eram fragilmente caracterizadas, seriam reabilitadas com o historicismo, fomentando os nacionalismos locais que resultariam a médio prazo em levantes como as independências na América colonial e a Primavera dos Povos de 1848.

Desta maneira, Herder fornecia a base para se pensar as nações recém-fundadas após as independências. E como, para conhecer as nações seria indispensável lançar o olhar sobre a sua história, o historicismo se apresentava como uma teoria da nação e da história nacional⁶³⁹. Dá-se importância na confecção desta história singular à esfera civil, ao mundo da cultura em sua diversidade, portanto às literaturas, mitologia e línguas nacionais que apareceram como manifestações culturais, convenções específicas de um determinado tempo e lugar. A História nacional passou a figurar em uma pluralidade de veículos de representação e passa a ser o objeto de atenção dos escritores, artistas, historiadores e do público. Stephen Bann sugere que a partir do Romantismo a história tornou-se subsidiária de todas as principais atividades do homem, popularizou-se dentre todas as classes sociais a ponto de desenvolver-se uma consciência histórica⁶⁴⁰.

Assim no século XIX a representação histórica seria encontrada tanto em espetáculos populares, quanto em museus, tendo impulsionado também a própria pesquisa realizada por historiadores profissionais e conduziu os governos a sentirem-se obrigados a elaborar políticas para a preservação de documentos, de prédios públicos e do patrimônio histórico. Na Europa, o renovado interesse pelos antiquários, pela coleta de costumes populares, dialetos locais, canções e literatura, ocasionou a fundação de clubes de discussão que motivaram pessoas leigas a opinar sobre as revistas e livros do ramo.⁶⁴¹ A busca pelas origens nacionais levou-os à Idade Média, como mostra o fascínio pelas obras de Sir Walter Scott e pelas baladas de Macpherson, ou conduziu-os a um passado mais remoto ainda, anterior à conquista romana⁶⁴², consolidando mitos

⁶³⁹ ANTONI, C. Op. cit, p.9.

⁶⁴⁰ S. Bann explica que a partir de então seria possível a qualquer pessoa apreender o "valor de época", ou seja, distinguir-se entre o novo e antigo, expandiu-se mesmo dentre aqueles que estavam mergulhados em preocupações com a existência material, como camponeses e trabalhadores fabris BANN, Stephen, "Romanticism and the Desire for history" In: *Romanticism and the Rise of history*. New York: Twayne Pub., 1995.p 4.

⁶⁴¹ ORTIZ, Renato. Op. cit. p.13.

⁶⁴² A cultura dos antigos escandinavos, normandos, godos, celtas, visigodos, saxões, despertaram modas como a celtomania, a septentriomania que foram divulgadas no continente por volta do meio do século. Ver REY, Pierre-Louis. *La littérature française du XIX ème siècle*. Paris: Armand Colin, 1993.p 27

que valorizavam a cultura céltica na Escócia, a Irlanda e a França e o germanismo na Inglaterra e, sobretudo na Alemanha.

Plenamente conscientes de sua função social, historiadores e antiquários tentavam se manter a distância do uso generalizado da história feita pelo senso comum, de um lado através da erudição⁶⁴³ e do conhecimento especializado, de outro, incumbindo-se do dever de procurar nos séculos passados a “missão” atribuída a cada nação por Deus, pelo seu gênio, ou pelas glórias remotas, e na qual residiriam as soluções para questões políticas do momento presente.⁶⁴⁴

Devemos compreender sob este prisma os artigos publicados na revista *Niterói*, dotados não apenas da caracterização de aspectos da cultura brasileira⁶⁴⁵, mas também da busca dos motivos implícitos do desenvolvimento ulterior dos destinos nacionais⁶⁴⁶. O próprio Gonçalves de Magalhães o afirma em seu “Ensaio sobre a história da Literatura”: “Como nós estudamos a história, não com o único fito de conhecer o passado, mas sim para tirarmos úteis lições para o presente...”.⁶⁴⁷ A leitura de Herder, aliás, é evidenciada nos artigos de Magalhães e Pereira da Silva⁶⁴⁸. Por isto, se a erudição, a coleção de documentos raros, a comprovação dos fatos eram procedimentos importantes que motivavam seus esforços, seu objetivo principal era tanto defender a pureza e promover a particularidade da nação quanto interpretar o curso da sua historia no que diz respeito a cultura nacional⁶⁴⁹ desvinculando-a, a exemplo de Herder, da política. Assim a idéia da nação como uma unidade orgânica⁶⁵⁰, fenômeno único espacialmente e temporalmente, pressupunha que elementos culturais, costumes, usos, religião, língua, arte, folclore e mitos formavam uma totalidade harmônica constituindo um sistema de instituições e valores, organicamente entrelaçados, que corrobora a si mesmo.⁶⁵¹

⁶⁴³ BANN, Stephen, "Romanticism and the Desire for history" In: *Romanticism and the Rise of history*. New York: Twayne Pub., 1995 p 6.

⁶⁴⁴ ANTONI, C. op. cit. p.78.

⁶⁴⁵ É preciso lembrar que esta acepção de cultura relativa a uma tradição, costumes e patrimônio cultural comum à nação, não existe ainda até o fim do século XIX, quando também surge a idéia da “cultura popular”, inventada pelos folcloristas.

⁶⁴⁶ ANTONI, C. Op. cit. p. 56.

⁶⁴⁷ MAGALHÃES, D. J. G “Ensaio sobre a História da Literatura” In: Revista Niterói. Op. cit.p. 159.

⁶⁴⁸ D. J. G. Magalhães mostra que conhecia a obra de Herder através dos seus tradutores franceses como Edgard Quinet. MAGALHÃES, D. J. G. “Carta a Monte Alverne de 29 de janeiro de 1836” In: LOPES, R. Op. cit.p 61.

⁶⁴⁹ Esta idéia de cultura nacional ainda não existe, porque o termo cultura ainda possuía a acepção de uma tradição cultural comum.

⁶⁵⁰ FLEISHMAN, Avrom, *The English Historical Novel*, Walter Scott to Virginia Woolf. London: The John Hopkins Press, 1972. p 19.

⁶⁵¹ Idem. Ibidem.p.19.

Em sintonia com estas idéias historicistas, no “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil” Gonçalves de Magalhães considerava que cada época representaria então uma idéia "que por uma espécie de contágio (...) lavra entre os homens de uma época; reune-se todos n'uma mesma crença; seus pensamentos se harmonizam e para um só fim tendem"⁶⁵². Inspirado por Victor Cousin⁶⁵³ que realizava a leitura de filósofos alemães e os sintetizava em sua filosofia eclética, o poeta defendia que a idéia que preside e "contém e explica as outras idéias" é o espírito de uma época, "razão oculta nos fatos contemporâneos"⁶⁵⁴.

Dentre as manifestações culturais, a língua desde Herder, teria enorme destaque na concepção historicista⁶⁵⁵, o que se reflete no interesse pela gramática, pela lingüística, pelos cantos populares. Em especial a poesia, considerada a expressão do sentimento autêntico e espontâneo da alma de um povo – que deveria estar, portanto, livre de regras e convenções⁶⁵⁶ - seria o pivô de toda crítica romântica aos racionalistas no século XVIII, iniciada por Vico e Herder e mais tarde no século XIX estaria no centro de uma querela que oporia os defensores dos clássicos e dos românticos. Contudo a língua e a literatura tiveram papel ainda mais significativo no processo de afirmação das nações recém constituídas:

Que uma literatura nacional existia, ao lado de uma língua justificava que reclamassem a independência e a unidade nacional, sobretudo quando outros direitos históricos e outras premissas etno-políticas faziam falta (...) E mesmo lá onde este argumento faltava, o folclore, a tradição etnográfica, os cantos, as danças, os costumes, lendas, tomavam o valor de testemunhos e o título à independência. [Para]as denominadas nacionalidades sem história da Europa central são assim criadas uma consciência política graças aos temas tomados a Herder. Nestas regiões, a luta política e mesmo a luta social tomavam antes todos a característica de uma luta pela língua”⁶⁵⁷

Portanto, ao realizar um ensaio pioneiro sobre a literatura de sua terra, Magalhães cumpria um dever moral como historiador e como educador, imbuído de uma nobre missão. A literatura nacional, como as artes, não seria mais concebida enquanto prazer ou ornamento, revestiu-se de dignidade e seriedade e sua história

⁶⁵² MAGALHÃES, D. J. G “Ensaio sobre a História da Literatura”In: Op.cit. p.134.

⁶⁵³ Idem.Ibidem. p.135. Ele se reporta as *Lições* de Vitor Cousin publicadas em 1828(p.8)

⁶⁵⁴ Idem. Ibidem.

⁶⁵⁵ ANTONI, C. Op. cit. p.54

⁶⁵⁶ Idem. Ibidem.p.4

⁶⁵⁷ Idem. Ibidem.p.56.

transformou-se na história espiritual de uma nação⁶⁵⁸. Assim, no ensaio para o primeiro número da *Niterói*, o poeta definia a literatura “como expressão de um povo, de uma época, do que ele tem de mais sublime e heróico”, avaliando que “quando este povo desaparece com todas as suas instituições, crenças e costumes, a literatura escapa ao tempo para anunciar às futuras gerações qual foi o caráter deste povo”⁶⁵⁹. Estaria enfim, alçando a literatura a alicerce da nação.

Partindo do entendimento de que “cada povo tem sua Literatura, como cada homem o seu caráter, cada árvore o seu fruto”⁶⁶⁰ o poeta utiliza-se da metáfora orgânica, para afirmar sua especificidade. O paradigma organicista que interfere na percepção dos seres e das coisas, na elaboração das teorias científicas e na criação das obras de arte⁶⁶¹ possui como uma das categorias fundamentais a árvore⁶⁶². Esta imagem, tão antiga na mitologia e religião permanece no Romantismo, porém como emblema da vida em oposição a imagem mecanicista do relógio do paradigma newtoniano. Para A. W. Schlegel a árvore podia simbolizar o Cosmos, o homem e também a sociedade com suas raízes, tronco, galhos, ramos, folhas, frutos etc. A árvore poderia significar o poeta, enquanto as poesias seriam os frutos, como no Prefácio de *Cromwell* de V. Hugo⁶⁶³, ou poderia simbolizar um povo inteiro tendo a literatura como seu fruto, sendo ela espontânea e natural. Como explica Gusdorf: “A árvore romântica é parábola de identidade e de comunidade vital, indicadora de uma ordem natural mais essencial que as construções arbitrárias do espírito”⁶⁶⁴.

Por isso encontraremos a referência à árvore em muitos momentos, em escritos ou na correspondência pessoal dos escritores. Ao considerar a literatura um fruto, um produto orgânico e natural, pensaria nela como única e singular, “expressão de um povo e de uma época”⁶⁶⁵ e ao mesmo tempo “variável como são os séculos”⁶⁶⁶, pois se encontraria sujeita a modificações através do tempo. Ela seria particular ainda que fosse resultado da mescla de duas culturas diferentes (a literatura romântica na Espanha

⁶⁵⁸ Idem. Ibidem.p.56

⁶⁵⁹ MAGALHÃES, D. J. G. "Ensaio sobre a História da literatura do Brasil". In: *Niterói. No 1, Op. Cit.* p.132.

⁶⁶⁰ Idem.Ibidem.p.131

⁶⁶¹ GUSDORF, Georges. *Fondements du savoir romantique*. Paris: Payot, 1982.p 441.

⁶⁶² MAGALHÃES, D. J. G. "Ensaio sobre a História da literatura do Brasil" In: *Niterói. No 1. Op. cit.* p.134.

⁶⁶³ GUSDORF, Georges. *Fondements du savoir romantique*. Op. cit.p.441.

⁶⁶⁴ Idem. Ibidem.p 438.

⁶⁶⁵ Idem. Ibidem.p 438.

⁶⁶⁶ MAGALHÃES, D. J. G “Ensaio sobre a História da Literatura”In: *Niterói. No 1. Op. cit.* p.132.

⁶⁶⁷ Idem. Ibidem.p.134.

produto de idéias cavaleirescas e árabes). Concluía que ela sempre correspondeu ao carácter e ao estado de civilização de um povo⁶⁶⁷, assim como a poesia favoreceria seu desenvolvimento⁶⁶⁸. A literatura tanto seria produto das idéias que predominavam em uma sociedade, quanto expressaria, da forma mais autêntica, como seria uma sociedade em toda a sua especificidade material, moral e espiritual, em suas falhas, em seu atraso e em seu progresso. Considerava também que a literatura seria filha e a representante moral da civilização e abrangeria grande parte de todas as ciências, artes⁶⁶⁹.

Aludindo ao grande debate sobre a literatura clássica e a romântica que ocupou a intelectualidade durante as primeiras três décadas do século XIX, ele denominava de “enxertada” à literatura que se mirava na cultura clássica, relacionada às crenças, à moral, aos costumes da Grécia Antiga, mas que não seria mais que uma "recordação" de costumes e crenças de outros povos em outros tempos, sendo assim, de fato, artificial. A literatura indígena nos países europeus, seria aquela originária da civilização Cristã⁶⁷⁰.

Assim, o ensaio de Magalhães, que teve grande impacto sobre os estudiosos da literatura, consistiu no primeiro esforço para refletir sobre as questões principais que se aplicariam ao Brasil e diriam respeito à origem da sua literatura, seu carácter, suas fases, seu progresso. Magalhães, assim como outros literatos inspirados pelas idéias do Romantismo, procurava esclarecer quem eram aqueles que cultivavam as letras, "em que circunstâncias, que em diferentes tempos favoreceram ou tolheram seu florescimento"⁶⁷¹. Perguntas similares propunha Alexandre Herculano no artigo "Qual é o estado da nossa literatura? Qual é o trilho que ela hoje tem a seguir?" escrito para o *Repositório Litterario* em 1834.

Neste texto e em outro publicado no mesmo periódico em 1835, Herculano desenvolveu o argumento de que a literatura, em particular a poesia, a eloquência e as artes em Portugal estariam decadentes desde o século anterior.⁶⁷² Em seu argumento demonstra que tal decadência teria sido derivada de uma equivocada convicção literária que teve início na Itália e se alastrou por Portugal e Espanha e que seduziu quase todos os escritores do século XVII. Esta convicção, que estabelecia ser preciso obedecer à autoridade dos antigos, assim como seguir as regras que ditavam a forma na poesia,

⁶⁶⁷ Idem. Ibidem. pp.133-134.

⁶⁶⁸ Idem. Ibidem. p.158.

⁶⁶⁹ Idem. Ibidem. p.135

⁶⁷⁰ Idem. Ibidem. p.133

⁶⁷¹ Idem. Ibidem. p.135.

⁶⁷² HERCULANO, Alexandre. “Qual é o estado da nossa literatura? Qual é o trilho que ela hoje tem que seguir?” In: Opúsculos: Literatura. Tomo IX. p.4. Disponível em Gutenberg Project: <<http://www.gutenberg.org/files/18330/18330-8.txt>> Acesso em 7/2008.

amesquinhou a crítica em Portugal - a ponto de depreciar *Os Lusíadas de Camões* - bem como viciou os talentos surgidos no período como o de Garção, Gomes, Quita e Dinis, retirando a nacionalidade e a influência das tradições populares sobre a literatura portuguesa.

O historiador e escritor português também denunciava que os velhos eruditos, atrelados ferozmente aos seus preceitos recusavam a polêmica sincera e, através da crítica, negavam qualquer mérito às produções dos gêneros modernos e “só dão ao gênio nascente o sorriso do desprezo”⁶⁷³. Herculano constatava a existência de uma atmosfera de desorientação para a mocidade letrada que só poderia ser sanada com a publicação de um curso de literatura em que a metafísica, as escolas e as teorias sobre a literatura fossem apresentadas sem parcialidade e preconceito, concedendo liberdade ao poeta enquanto também a circunscrevesse aos limites da razão⁶⁷⁴.

Os objetos de reflexão de Magalhães e Herculano convergiam em muitos aspectos, em especial na preocupação com o futuro literário das duas nações irmanadas pela língua comum. Magalhães enfatizava em seu artigo as grandes dificuldades com as quais se deparou em seu projeto, e afirmava que nenhum nacional se ocupou do tema, desprezando a obra de seu companheiro de seção no IHP Januário da Cunha Barbosa⁶⁷⁵, cuja obra admitiu conhecer mais adiante no mesmo ensaio. Considerou a obra do cônego um trabalho biográfico e pôde "achar um ou outro nome de um Brasileiro distinto, no meio dessa aluvião de nomes colecionados as vezes com bem pouca crítica"⁶⁷⁶. Magalhães desconsiderou a obra o *Bosquejo de História da poesia e língua portuguesa* de Almeida Garret publicado em 1826, enquanto mencionava e criticava os livros de outros estrangeiros como F. Bouterwech, Sismondi (*Literatura du Midi d'Europe*), e de Ferdinand Denis, amigo dos brasileiros e sócio do Instituto (*Resumo da história literária de Portugal e do Brasil*), por serem incompletas, breves demais, ou tratarem a literatura brasileira como apêndice da literatura portuguesa⁶⁷⁷.

Apartando-se desta tradição, pretendendo realizar uma tarefa de historiador "empenhados em dar alguma coisa mais meritória" do que uma simples tradução ou

⁶⁷³ Idem. Ibidem. p.3.

⁶⁷⁴ HERCULANO, A. "Imitação-Bello-Unidade" In: Opúsculos: Literatura. Tomo IX. p.6 Disponível em Gutenberg Project: <<http://www.gutenberg.org/files/18330/18330-8.txt>> Acesso em 7/2008.

⁶⁷⁵ Januário da Cunha Barbosa publicou o *Parnaso Brasiliense* em 1829 a 1831. Ele foi admitido no Instituto Histórico em 1835, só deve ter convivido com Magalhães alguns meses, pois em 1836 o jovem poeta retornava da viagem à Itália.

⁶⁷⁶ MAGALHÃES, Gonçalves de. "Ensaio sobre a História da literatura do Brasil". In: Niterói. *No 1, Op. Cit.* p.136.

⁶⁷⁷ Idem. Ibidem. p.136.

repetição das obras publicadas por estrangeiros, afirmava ter investigado todas as bibliotecas de Paris, Roma, Florença, de Pádua e de outras das principais cidades da Itália. Após "longo e enfadonho estudo" vira-se sem guia que não seu próprio juízo, lendo e obtendo os autores que pôde, deixando, contudo, ignoradas as datas de nascimento dos "nossos primeiros poetas", "que tanto apreço damos nós aos grandes homens, que nos honram, desses homens cuja herança é hoje nossa única glória"⁶⁷⁸. Salienta a importância de "melhor conservar os monumentos dessa glória para as raças futuras a fim de que não nos exprobem nosso desmazelo, e de bárbaros não nos acusem"⁶⁷⁹.

Ao aludir os "monumentos dessa glória", Magalhães estaria se referindo, como era corrente ainda no século XIX, aos documentos, vestígios e testemunhos de uma cultura, de um grupo social que aspiravam a eternizar e naturalizar determinada representação da realidade: "O documento é monumento. Do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias".⁶⁸⁰ Como mostrou Jacques Le Goff a etimologia da palavra monumento remete ao substantivo *men* (memória) e o verbo *monere* (perpetuar a recordação), e alude a um sinal do passado, enquanto documento teria raízes em *docere* (ensinar) e adquiriu o significado de "prova". O emprego dos dois termos como sinônimos até o final do século XIX - com o uso de "monumento"⁶⁸¹ para designar grandes coleções de documentos - até que o termo "documento"⁶⁸² se impôs, evidencia que tanto um quanto o outro são utilizados pelo poder e são produtos da sociedade que os fabricou segundo determinadas relações de força⁶⁸³. Como ressalta o autor, importa notar que "todo documento tem em si um caráter de monumento e não existe memória coletiva bruta"⁶⁸⁴.

A concepção tradicional do historiador no século XIX era "memorizar os monumentos do passado e transformá-los em documentos"⁶⁸⁵. Desta forma, conforme

⁶⁷⁸ Idem. Ibidem. p.137.

⁶⁷⁹ Idem.Ibidem.p.137.

⁶⁸⁰ LE GOFF, Jacques. "Monumento/documento" In:Op.cit. p.548

⁶⁸¹ Nas sociedades em todos os tempos os monumentos estiveram ligados ao poder.Ver LE GOFF, Jacques. "Monumento/documento" In:Op. cit. p.536.

⁶⁸² Segundo Jacques Le Goff, "o triunfo do documento do final do séc XIX significaria o fundamento do fato histórico e ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por sim mesmo como prova histórica. A sua objetividade parece opor-se à intencionalidade do monumento". Isto é, a idéia de neutralidade que acabou sendo atrelada ao documento esvaziou seu caráter intencional e vinculado com o poder. LE GOFF, Jacques. "Monumento/documento" In:Op. cit. 536.

⁶⁸³ Idem. "Memória" In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1997. p.17.

⁶⁸⁴ Idem. "Monumento/documento" In: Op. cit. p.536.

⁶⁸⁵ Idem. Ibidem. p.546.

veremos, “conservar os monumentos” significaria produzir estes documentos recuperando os feitos e a biografia de "gênios" e restituir a glória à sociedade de onde eram originários.

Gonçalves de Magalhães também utilizava como sinônimos “documento” e “monumento” ao discorrer sobre os cânticos dos índios dos quais não se tinham exemplares:

Posto que nenhum documento sobre isto possuímos, todavia, talvez que nas bibliotecas conventuais, com especialidade as da Bahia, se achem a todo o tempo algumas instruções. Que precioso monumento não fora para nós desses Povos incultos, que quase tem desaparecido da superfície da Terra, sendo tão amigos da liberdade, e da independência, que com preferência ao cativo em cardumes caíam debaixo das espadas dos Portugueses, que embalde tentavam submete-los a seu jugo tirânico⁶⁸⁶.

Igualmente nos artigos de Alexandre Herculano, encontramos dois sentidos para “monumento”. Em um artigo intitulado “Monumentos Pátrios” (1838) o historiador e poeta lusitano constatou a decadência e corrupção da sociedade lusitana oitocentista que permitia a demolição de monumentos pátrios, inspirados pelas idéias de progresso e utilidade, compartilhadas pela administração pública que os considerava improdutivos. Como analisa Françoise Choay, o século XIX é a fase da consagração dos monumentos históricos, em que os historiadores se dedicavam a defender a preservação dos monumentos e edifícios contra a sede de demolições do Estado sob a Revolução Industrial, pois entendiam que os edifícios e monumentos antigos, embora não contribuíssem para fundar um saber, seriam ilustrativos do sentimento nacional, passando a simbolizar a nação.⁶⁸⁷ Dentre tais monumentos Herculano mencionava mosteiros, muralhas, edifícios, esculturas, sepulturas, campanários e mosteiros, mas igualmente livros e quadros, testemunhas de épocas de glória, da história, da arte, da religião e recordações de grandes homens, provas da ascendência ilustre dos lusitanos⁶⁸⁸ barbaramente apagados da memória dos contemporâneos. Denunciou as autoridades municipais alegando que “nem as somas que aí se despenderam saíram dele só, nem a história que transforma o monumento em documento é a história de uma vila ou cidade, mas sim a de um povo inteiro”⁶⁸⁹ e que alguma voz no seio do Parlamento “se alevante

⁶⁸⁶ ⁶⁸⁶ MAGALHÃES, Gonçalves de. "Ensaio sobre a História da literatura do Brasil". Op. cit.p. 157.

⁶⁸⁷ CHOAY, Françoise. *A alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001.p. 122

⁶⁸⁸ HERCULANO, A. “Monumentos pátrios”In:Opúsculos. Tomo II.p.6. Disponível em Gutenberg Project :<<http://www.gutenberg.org/files/16922/16922-8.txt>>. Acesso em 7/2008.

⁶⁸⁹ Idem. Ibidem.p.14

em enérgica a favor do passado”, criando uma lei de preservação e punição aos infratores⁶⁹⁰.

A angústia de Herculano ao constatar a destruição da arquitetura e dos locais ligados ao passado, que associados à identidade, materializariam as aspirações e modo de vida as gerações que os edificaram e que já desapareceram⁶⁹¹, transparece igualmente ao empregar um outro uso para a palavra monumento. Também Alexandre Herculano, tal qual Magalhães, compreendia as obras literárias como monumentos, e mencionava os poemas *Dona Branca* e *Camões* que “apareceram um dia nas páginas da nossa história literária sem precedentes que os anunciassem, um representando a poesia nacional, o romântico; outro a moderna poesia sentimental do Norte (...) mas o que devemos lembrar é que eles são para nós os primeiros e até agora os únicos monumentos de uma poesia mais liberal do que a de nossos maiores”.⁶⁹²

Herculano abordava o ponto de vista crucial, de que os livros, tanto quanto imponentes igrejas góticas e largas muralhas, fossem monumentos destinados à posteridade. Compartilhando desta convicção, Magalhães e Araújo Porto Alegre insistiam em várias cartas trocadas com Monte Alverne para que mandasse publicar seus sermões e seu curso de lógica em francês, pois seus “excelentes sermões” seriam “considerados como monumentos de eloquência e de língua portuguesa”⁶⁹³. Apelavam ao padre mostrando-lhe que consistia em um “dever” e uma “missão” mandar “seu nome à posteridade na frente de um livro”⁶⁹⁴. Ao mesmo tempo, noticiavam a indicação que ambos lhe fizeram ao Instituto Histórico de Paris, assim como a preparação do livro de Debret sobre os habitantes e costumes do Brasil, cujo terceiro tomo traria os estabelecimentos de ciências e artes e os retratos dos homens célebres. Dentre as notabilidades do império tropical, prometia ao frei que seu retrato figuraria entre os gênios e acrescentava Magalhães: “eu creio que adicionado a um monumento estará mais próximo ao lugar distinto que lhe compete”⁶⁹⁵:

Tentavam convencê-lo de que o dinheiro que teria de desembolsar, seria muito bem empregado para a publicação em uma casa francesa e garantia-lhe o discípulo que se tivesse 1 conto de réis, ele mesmo se incumbiria da tarefa e da dívida:

⁶⁹⁰ Idem. Ibidem. p.14.

⁶⁹¹ CHOAY, F. Op. cit. p.14

⁶⁹² HERCULANO, A. . “Qual é o estado da nossa literatura? Qual é o trilho que ela hoje tem que seguir?”

In: Op. cit. p.2.

⁶⁹³ MAGALHAES, D. J. G. “Carta de 8 de março de 1834” .In: LOPES, R. Op. cit. p.26.

⁶⁹⁴ MAGALHAES, D. J. G. “Carta de 22 de julho de 1834” .In: LOPES, R. Op. cit. p.31

⁶⁹⁵ MAGALHAES, D. J. G. “Carta de 8 de março de 1834” .In: LOPES, R. Op. cit. p.24

*Tenho pois, que pedir-lhe, em nome da Pátria e dos amigos que V Revma, olhe o fim que tiveram os sermões do nosso Padre Mestre Sampaio, e que não basta para posteridade um retrato, um nome; é preciso mais; é preciso que o Padre Mestre pula os seus sermões, que fizeram as delícias daqueles que o ouviram, e trate de os publicar. O que é um, ou dois contos de réis, quando se trata da glória e posteridades? Não serão eles comprados? Que importa; há muitas bibliotecas no Brasil; que se depositem aí, e eles chegarão um dia à posteridade.*⁶⁹⁶

Diante de uma sociedade que até pouco tempo satisfazia-se com a oralidade, encontrando-se tão carente de grandes obras, cujos escritores eram raramente traduzidos para o francês, sendo praticamente desconhecidos na Europa como avaliava Magalhães, o sacrifício se fazia necessário para cravar o nome na posteridade e projetar o Brasil como nação. O próprio Magalhães anunciava seu intento de fazer publicar as poesias que compôs durante a longa viagem à Itália, que saíram naquele ano de 1836 sob o título de *Suspiros Poéticos e saudades*, deixando entrever, contudo, que a distância entre o esquecimento e a posteridade residia no dispêndio de alguns contos de réis:

*Lancei-me inteiramente na poesia religiosa. Espero também dar à luz este ano um volume, tanto que me chegue a nova de aumento de ordenado que requeri. De novo lhe peço que não se esqueça de enviar os seus sermões para aqui se imprimirem. Quatro mil francos bastam para dois belos volumes impressos em luxo. Eu insisto sobre isso porque não quero que se perca este monumento de glória de nossa pátria; quando tão poucos escrevem fora triste que aqueles que o fazem não deixem sinais de si.*⁶⁹⁷

Absorvidos pelo dilema de dispor ou não das suas economias para garantir notoriedade, no final das contas, ao menos Gonçalves de Magalhães terminou por publicar na França *Os suspiros poéticos e saudades*, tendo recebido uma resenha altamente positiva do amigo Sales Torres Homem. O tão esperado livro de poesias mereceu de Pereira da Silva uma nota de rodapé em seu “Estudos sobre a literatura”, publicado no segundo número da *Niterói* que é, contudo, esclarecedora :

É com o maior prazer, que vimos impressos os Suspiros Poéticos e Saudades, do nosso patrício Magalhães, uma coleção de Odes e Cantatas, escritas segundo a inspiração, onde o patriotismo, a doçura de uma alma cândida, e a poesia se disputam a primazia, este livro é um monumento de glória erigido ao Brasil, um monumento verdadeiramente nacional e poético; ao autor compete a duplicidade coroa do primeiro lírico brasileiro, e de chefe de uma nova escola.

⁶⁹⁶ Idem. Ibidem. p.26.

⁶⁹⁷ MAGALHAES, D. J. G. “Carta de 29 de janeiro de 1836” In: LOPES, R.Op. cit. p.63.

Muitos estimáveis poetas existem na nossa pátria, entre as quais nomeamos o Exmo snor Vilella Barbosa, e João Gualberto. Ambos se mostram verdadeiramente vates; o primeiro nas poucas coisas, que d'ele temos no Parnaso, e que nos deixara, depois da leitura, pesarosos de encontrarmos tão pouco ou nada tempos vistos, e de outros, apesar de reconhecermos muito talento, com, contudo diremos de novo; servil imitação em fato de literatura, nunca deu honras a uma nação”⁶⁹⁸

Assim, tendo como traço marcante a originalidade da sua própria inspiração, Magalhães era canonizado pelos seus amigos de momento e pelos amigos que faria de volta a pátria. Sales Torres Homem e Pereira da Silva o elogiaram na ocasião da publicação do segundo número da *Niterói*, Joaquim Norberto de Souza Silva alguns anos depois o considerava “seu mestre”⁶⁹⁹ a quem dedicou um poema e atribuiu somente a ele a “tão desejada reforma da poesia brasileira”⁷⁰⁰ afirmando: “O gênio fluminense, o autor dos *Suspiros Poéticos e Saudades*, já deu sinal para a reforma. Com o seu estandarte ele marcha à frente da esperançosa mocidade brasileira, bradando-lhe: Avante, que a posteridade é nossa!”. Chefe de uma revolução toda literária, ele marcou nos anais da literatura do Novo Mundo uma época brilhante de poesia”⁷⁰¹. O cônego Joaquim Fernandes Pinheiro considerava o amigo Magalhães reformador da poesia, que se manifestava “abertamente romântico” e convidara as juvenis inteligências dos seus conterrâneos, aconselhando-os à emancipação das fórmulas mitológicas. Exaltando os *Suspiros Poéticos e Saudades*, no qual se reuniria o sentimentalismo de Lamartine, a suave melancolia de Chateaubriand, a vigorosa imaginação de Lord Byron, ou de Victor Hugo, as graves e profundas cogitações de Schiller e de Goethe, seria “um precioso talismã dos novos romeiros”.⁷⁰² Seria enfim incluído nas histórias da literatura do século XIX e XX como iniciador de uma escola literária, cujo marco fundador seria justamente os *Suspiros Poéticos*, estabelecendo uma tradição cultivada pelos seus sucessores. Cumpriram a promessa da famosa frase de despedida da *Niterói*: “...continuaremos a sacrificar os nossos estudos em proveito do país, sem esperança de outra recompensa que a satisfação de havermos lançado uma pedra para o edifício da nossa ilustração”⁷⁰³.

⁶⁹⁸ SILVA, J. M Pereira. “Estudos sobre literatura”.In:*Niterói*.no 2. Op. cit. pp.239-240.

⁶⁹⁹ SILVA, J. Norberto de S. “Modulações Poéticas”In:ZILBERMAN, Regina & MOREIRA, Maria Eunice. *O Berço do Cânone*. Porto Alegre: Mercado aberto, 1998. p.94

⁷⁰⁰ Idem. Ibidem.p.134.

⁷⁰¹ SILVA, J. Norberto de S. *História da Literatura Brasileira e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zé Mario editor, 2002. p.284. Ver tanto as *Modulações Poéticas*, quanto *História da Literatura Brasileira*.

⁷⁰² PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. “Curso elementar de literatura nacional(1862)”In: *Historiografia da Literatura Brasileira: textos inaugurais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007. p 218

⁷⁰³ “Observação final”In: *Revista Niterói*. N° 2, Paris: Libraire Dauvin et Fontaine, 1836.

3.5 Em busca do Gênio Nacional

No intuito de regenerar a pátria, conforme diria Monglave, e livrá-la das chagas do passado colonial, a jovem intelectualidade da geração de 1830, encabeçada por Gonçalves de Magalhães, julgou fundamental garantir a publicação de *monumento verdadeiramente nacional e poético*, que fosse um documento necessariamente original da cultura brasileira. À condição de civilização acompanhava a instituição de uma tradição intelectual para produzir uma determinada memória coletiva para a comunidade nacional, o que compreendia arrolar os grandes homens do passado, criando uma identificação entre o passado e o presente, projetando-os em direção a um futuro promissor. Como explicitava Gonçalves de Magalhães, fazia-se necessário:

*...reunir todos os títulos de sua existência, para tomar o posto que justamente lhe compete na grande liga social, como o nobre recolhe os pergaminhos de sua genealogia para em face do Rei fazer-se credor de uma graça.*⁷⁰⁴

É por esta razão que pouco tempo após o seu retorno ao Brasil, Porto Alegre recebia uma carta do mestre Debret felicitando-o pela nomeação como seu sucessor na cadeira de professor de pintura histórica da Academia Imperial de Belas Artes. Entre outras coisas o pintor francês recomendava-lhe:

Eu sempre insisto que conserve a idéia fixa de se tornar o historiógrafo do Brasil! Honra, pouco comum, que recai nas suas atribuições; e que associa o artista ao herói que ele representa; reproduzindo inteligivelmente, aos olhos do mundo inteiro uma biografia nacional comprovada em um museu aberto à admiração dos estrangeiros, atraídos até o momento somente pela riqueza dos produtos da história natural ou o exotismo dos ornamentos dos selvagens do Brasil.

*Neste século, vós o sabeis, consagrado à pesquisa histórica, que preciosa novidade para o viajante europeu! O sucesso é indubitável faça seus alunos trabalharem, pois é preciso.*⁷⁰⁵

Após mencionar a popularidade que as exposições públicas, galerias, museus e antiguidades estavam fazendo na Europa, concluía:

O Brasil existe, ele precisa de monumentos primitivos de sua história, para completar o interesse que ele é chamado a inspirar, um dia, como nação distinta.

⁷⁰⁴ Magalhães, D. J. G. "Ensaio sobre a História da literatura do Brasil". Op. cit p.144.

⁷⁰⁵ DEBRET, J. B. "Carta de Debret à Porto Alegre datada de 28 de agosto de 1837". Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

A esta coleção reproduzida por um simples traço, tomará lugar, entre os documentos históricos, nas bibliotecas européias⁷⁰⁶.

Esta orientação de Debret resume brilhantemente qual deveria ser a missão que recaía sobre Gonçalves de Magalhães, Sales Torres Homem, Porto Alegre e Pereira da Silva: tornarem-se historiógrafos de sua pátria, assim como artistas e poetas, claramente, mas sobretudo, “heróis”. Heróis que comporiam uma “biografia nacional”, o que faltava ao país para ter reconhecimento como “nação distinta” que produzira e produzisse “primitivos monumentos” que pudessem ser arquivados como documentos históricos nas bibliotecas européias para conhecimento dos homens cultos.

Esta era a condição de existência de uma nação: partilhar de uma cultura comum, indivisível como deveriam ser suas várias localidades e seus habitantes. Esta noção estaria presente entre seus coetâneos, ainda que aceção de cultura que geralmente utilizamos a partir do século XX em diante como uma cultura comum não existisse. O vocábulo ligado ao verbo latino *colere* significava culto⁷⁰⁷, cultivo da terra para fazer produzir⁷⁰⁸, terreno cultivado⁷⁰⁹, cultivo das boas artes e do engenho⁷¹⁰, ou ainda, a cultura das faculdades do espírito (artes, ciências)⁷¹¹. Como mostra Terry Eagleton, o sentido mais comum de cultura denotava de início um processo completamente material, ligado a atividade agrícola, simultaneamente espontâneo e natural e artificial e consciente, o termo cultivado passa a ganhar outra conotação significando algo que se faz ou é feito ao espírito para refiná-lo, moldá-lo as regras sociais⁷¹². Enfim a palavra permaneceu como sinônimo de civilização até que no final do século XIX se dissociam, e emergiria o conceito de cultura germânico, sob a ótica romântica, expressando um modo de vida social característica de diferentes nações ou períodos. A cultura, contrariamente também designaria as atividades consideradas mais imaginativas devido à racionalização das sociedades modernas, a literatura, as Belas Artes e a Música, e assim significa a erudição e as artes, atividades restritas a um

⁷⁰⁶ Idem. Ibidem.

⁷⁰⁷ BACELLAR, Bernardo Lima e Melo. *Diccionario da Língua Portuguesa*. Lisboa: Oficina de Jozé de Aquino Bulhões, 1783.p.129

⁷⁰⁸ FARIA, Eduardo. *Novo Diccionario da Língua Portuguesa. 3ªed Lisboa: Imprensa Nacional, 1865. p.775.*

⁷⁰⁹ CALDAS, Aulette. *Diccionario Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881 .p.431.

⁷¹⁰ SILVA, Antônio Moraes da. *Diccionario da Língua Portuguesa*. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813.

⁷¹¹ CALDAS, Aulette. Op. cit.. p.431.

⁷¹² EAGLETON, Terry. “Versões de Cultura” In: *A idéia de cultura*. São Paulo: Unesp, 2005.pp.9-49.

pequeno grupo de indivíduos.⁷¹³ Como ainda estariam distantes de pensar uma “cultura popular” para associá-la a unidade da nação, traduzindo as características de seu “povo”, escrever uma “biografia nacional” significaria recuperar, acima de tudo, a história dos homens de gênio que povoaram este solo e cultivaram as letras, as artes, enfim o espírito.

Magalhães escrevia com a autoridade de jovem poeta brasileiro em seu “Ensaio sobre a Literatura” proclamando o seu diagnóstico:

Nós pertencemos ao futuro, como o passado nos pertence. A glória de uma nação, que existe, ou que já existiria não é senão um reflexo da glória de seus grandes homens; de toda a antiga grandeza da pátria dos Cíceros, e dos Virgílios apenas restam suas imortais obras, e essas ruínas, que tanto atraem a vista do estrangeiro, e no meio as quais Roma se sustenta, e se enche de orgulho. O aparecimento de um grande homem é uma época para a história, e semelhante a uma jóia preciosa, que só possuímos quando a podemos possuir, o grande homem jamais se apresenta quando nós não o merecemos. Ele existe no meio de nós sem ser conhecido, sem se conhecer a si mesmo, como o ouro nas entranhas da terra, e só espera que desencavem para adquirir seu valor. Empreguemos os meios necessários e nós possuiremos grandes homens. Se é verdade que a paga anima o trabalho, a recompensa o gênio é a glória, é segundo o belo pensamento de Mme de Stäel⁷¹⁴ : "O gênio no meio da sociedade é uma dor, uma febre interior de que se deve tratar como verdadeira moléstia, só a recompensa da glória não lhe adoça as penas"⁷¹⁵.

Como vimos de apontar acima, a busca dos grandes homens, ou dos gênios produzidos pela nação brasileira era recorrente desde os discursos publicados no *Journal de l'Institut Historique* e retornou na revista *Niterói*, nos artigos de Magalhães, Porto Alegre e Pereira da Silva. Como lembra A. Gramsci, a “repetição” de um ponto de vista que se queria afirmar consistia em um recurso útil “didaticamente” e de caráter “dramático” nos jornais de opinião⁷¹⁶. Assim, baseando-se no pensamento dos autores alemães Schlegel, Fichte e Novalis por meio das traduções de Mme de Stäel, que divulgou e vulgarizou os seus escritos na França e principalmente por intermédio do popular filósofo Victor Cousin, Gonçalves de Magalhães aludia à proeminência do grande homem, que pelo trabalho do historiador seria "desencavado das entranhas da terra para adquirir seu valor" e reconduzido a sua merecida glória. O "grande homem" a

⁷¹³ Idem.Ibidem.

⁷¹⁴ Esta citação não especificada foi retirada da obra *De l'Allemagne* de Madame de Stäel. Não conseguimos localizar a página.

⁷¹⁵ MAGALHÃES, D. J. G. “Ensaio sobre a História da literatura no Brasil” In: Op. cit.p.138.

⁷¹⁶ GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere, os intelectuais, o princípio educativo. jornalismo*. Op. cit.p.243.

que se refere Magalhães, que "existe no meio de nós" incógnito, não seria rei, guerreiro, político ou aristocrata, mas a exemplo da alusão a "Cíceros" e "Virgílios" seriam de fato os poetas e intelectuais, incompreendidos e subestimados pela sociedade, o que causava a "febre interior que se deve tratar como verdadeira moléstia".

Tanto quanto Magalhães em seu ensaio sobre a literatura, Araújo Porto Alegre preferiu realizar um ensaio sobre a história da música praticamente sem dispor de dados biográficos ou referências empíricas mais consistentes. Seu estudo apresenta um sentido geral para a evolução das artes, da música e poesia na história⁷¹⁷. Percebemos no artigo de Porto Alegre no primeiro número da *Niterói* acerca da Música que ela é um elemento da cultura nacional⁷¹⁸, "vida e a alma da sociedade", que sem corporeidade, em todos os tempos e lugares, desde o estado selvagem até a civilização, exprimia paixões nutridas pelas idéias, como saudade, patriotismo e heroísmo e estabelece a relação entre Deus e os homens⁷¹⁹. Cultivada e apreciada por grandes homens ao longo da história, como Pitágoras, Platão, Licurgo, Sapo, Rousseau e Napoleão⁷²⁰, Anchieta e Nóbrega⁷²¹ e Pedro I⁷²², a música teria evoluído da infância à decadência dos povos. Como afirmava que o caráter dos diferentes povos manifestar-se-ia em suas produções artísticas, realçado na Música⁷²³, propunha que olhássemos não para a história da música, mas para o estado das nações presentes para comparar suas produções musicais e sua civilização, pois para o autor, à medida que a indústria cresceria em um povo, com ela viria a perfeição musical⁷²⁴.

Assim avaliava o estado da música e da civilização no Brasil e, apesar de arrolar grande número de músicos, oriundas de diferentes províncias⁷²⁵, constatava que

⁷¹⁷ PORTO ALEGRE, Araújo. "Idéias sobre a Música" Op. cit. p.174.

⁷¹⁸ Porto Alegre supunha que o clima, os solos concorreriam para o caráter nacional fornecendo inspirações para o espanhol, o francês, o alemão, o italiano cada qual com sua maneira de determinar a harmonia, a melodia e o caráter da música. Nas nações meridionais de clima intenso, a música seria propensa à melodia e às paixões.⁷¹⁸ Assim conclui que o caráter da música brasileira é e será melódico desde a origem da nação brasileira povoada por portugueses proscritos inspirados pelo amor e dos filhos da floresta cuja música era inspirada na Natureza. Idem.Ibidem. p.179

⁷¹⁹ Idem.Ibidem. p.164.

⁷²⁰ Idem. Ibidem. p.174.

⁷²¹ Idem. Ibidem. p.171.

⁷²² Idem. Ibidem. p.172.

⁷²³ Idem.Ibidem. p.173.

⁷²⁴ Idem.Ibidem. p.174.

⁷²⁵ Revela que nas Províncias do Brasil, a música é cultivada desde a senzala até o palácio, de dia e noite a marumba do escravo, a guitarra, e a viola do Capadocio, e o piano do senhor⁷²⁵. Dentro da mesma nação brasileira haveria o lundum, a música voluptuosa e melódica da Bahia onde se produz o açúcar, e a música mineira, a modinha de tom mais grave. Das províncias seriam originários os melhores músicos do Brasil. Santa Catarina e Pernambuco apresentariam homens de gênio musical, especialmente as composições de João Francisco de Oliveira Coutinho, que no entanto teriam morrido desconhecidos. Idem.Ibidem. p.180.

a arte da música no Brasil estaria em decadência depois da derrubada da Capela Imperial: "...abate-se um muro, e não se cultiva o terreno, que ele enchia, antes se deixam os fragmentos esparsos! Ah! Senhor Deos... Voltemos à Música".⁷²⁶ Considerava que em meio ao quadro de decadência da música, uma nova reação social poderia despertar o gênio e promover uma regeneração que nutra o sentimento musical:

*Si tomarmos, cronologicamente, todos os cânticos de um povo desde sua infância até sua decadência, veremos três sentimentos marcados, entre os quais o furto se mesclam outros secundários pela influência ou invasão de gênios estrangeiros, que, aparecendo na esfera musical, como luminosos astros estendem seus raios benéficos sobre vastas regiões, e com eles aumentam a intensidade do gênio nacional fornecendo-lhe um nova estrada de inspirações.*⁷²⁷

A capital do Império, o Rio de Janeiro, "cheio da melhor sociedade brasileira" e aonde os melhores talentos de Minas Gerais, e outras Províncias, viriam exercitar sua arte⁷²⁸ representaria a transformação cultural porque passaria o país recém-independente, com a promessa de um futuro mais promissor para as artes e artistas. Com seu teatro de canto, a sua Capela Imperial, aclamada como um dos melhores conservatórios de música do mundo, com a melhor orquestra, e que trazia cantores italianos, modificou o gosto musical. Surgiram então entre a Colônia, o Reino e o Império músicos como Marcos Portugal, e seu colega Pedro Teixeira, Francisco Manoel, homens de gênio, que produziram continuamente composições musicais, cujo pensamento original jazia "no meio da apatia da nossa Pátria, onde a voz da política soando mais alto enche as abobadas do edifício social"⁷²⁹

A construção desta imagem do escritor e artista enquanto gênio tornou-se vital durante a gênese e o processo de autonomização do campo literário. José Luis Jobim chega mesmo a afirmar que esta visão seria a "pedra de toque" do Romantismo e que o texto seria interpretado como manifestação das idéias e emoções do eu do escritor cuja obra seria a sua criação⁷³⁰ absolutamente original. Marilyn Butler discorrendo sobre o surgimento do intelectual profissional no final do século XVIII, lembrou que a busca

⁷²⁶ Idem. Ibidem. p.182.

⁷²⁷ Idem. Ibidem. pp.173-174.

⁷²⁸ Idem. Ibidem. p.181

⁷²⁹ Idem. Ibidem. p.182. Porto Alegre também menciona os tenores João dos Reis, Candido Ignácio da Silva, Gabriel, e o falecido José Maurício principal gênio brasileiro "sempre grandioso e sempre pobre"⁷²⁹, que conheceu pessoalmente e por quem não que esconde o entusiasmo, produzia músicas sacras e formou uma escola que deu a música fluminense um caráter particular. Idem. Ibidem. p.183.

⁷³⁰ JOBIM, José Luís. "Subjetivismo" In: Introdução ao Romantismo. EDUERJ, 1999. p.134.

pelo Romantismo poderia não ser tanto o desafio colocado por um novo produto literário, quanto por um novo tipo de produtor.⁷³¹

De acordo com a nova estética do Romantismo o autor precisaria evitar seguir modelos, imitar autores anteriores, obedecer a regras da composição, como a separação rígida entre os gêneros literários e a autoridade dos clássicos. O elo estabelecido entre a subjetividade do autor e a do leitor, assim como todo o problema da receptividade das obras literárias e artísticas que havia sido o foco da estética empirista, recai sobre a excepcionalidade e o caráter superior do eu do escritor e do artista.

O nascimento desta estética, intimamente relacionada à idéia de gênio criador, remonta ao início do século XVIII com a estética intuitiva de Shaftesbury, superando de um lado, a estética clássica que se concentrava na descrição das obras de arte através de regras como a invariabilidade dos gêneros artísticos, e de outro, a estética empirista que conseguira liberar-se do despotismo absoluto da dedução, lançando-se sobre a questão das atitudes artísticas,⁷³² as sensações e sentimentos provocados sobre os receptores e sobre o problema do gosto.⁷³³ Segundo Ernest Cassirer, com Shaftesbury o problema do gênio se converteu no genuíno problema fundamental de uma estética intuitiva em que a doutrina do belo era central.⁷³⁴ Lançando o foco sobre a criação das obras, ao invés dos modelos e gêneros artísticos, ou da fruição das obras, Shaftesbury recusou a arte como imitação da natureza, atribuindo-a a intuição do gênio⁷³⁵. Ao invés de estar submetido a regras, o gênio teria o direito e o poder de quebrá-las e criar novas, emanadas da sua própria autoridade⁷³⁶. A partir da espontaneidade, fonte do belo:

*...realiza-se a verdadeira, a única síntese possível, não só entre sujeito e objeto, entre o eu e o mundo, mas também entre o homem e Deus. Pois a oposição entre o homem e Deus é abolida desde que pesemos o homem não simplesmente em sua existência de “criatura” mas segundo a força criadora originária que o habita, não como ser criado mas como criador.*⁷³⁷

⁷³¹ BUTLER, Marilyn. *Romantics, Rebels and Reactionaries, English literature and its background 1760-1830*. New York: Oxford University Press, 1981.p.70.

⁷³² A estética clássica baseava-se na “razão”, enquanto a estética empirista de Hume baseava-se na “experiência” do observador da obra.

⁷³³ CASSIRER, E. *A filosofia do Iluminismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. p.394. Apesar de não ter criado a palavra “gênio”, Shaftesbury serve-se dela e dá-lhe um sentido especificamente filosófico, ligado ao domínio das forças produtivas, constitutivas e criadoras.

⁷³⁴ Cassirer explica que para Shaftesbury a beleza é verdade, o que significa que a harmonia interna do universo não pode ser conhecida através de conceitos abstratos e teorias, nem acumulando-se experiência particulares, mas intuitivamente, espontaneamente, enquanto fonte do belo. O belo para o filósofo inglês é função original do espírito. Idem. Ibidem. p418

⁷³⁵ CASSIRER, E. Op. cit. p.418.

⁷³⁶ Idem. Ibidem. p.420

⁷³⁷ Idem. Ibidem. p.416.

Sendo assim, o gênio deixava de ser aquele que tem o poder de estabelecer a simples verdade das coisas, mas a capacidade de exprimi-las de maneira tão precisa quanto possível, de pressentir relações obscuras e escondidas⁷³⁸, conduzindo a um mistério envolvendo o ato da criação que também foi pressentido por Edward Young, para quem obras de arte originais de gênios como Shakespeare e Milton estariam revestidas de uma magia oculta. Portanto, introduzia-se a noção de que por meio da criação e não da imitação se atingiria a “verdade da natureza”, apreendida não na objetividade dos fatos recolhidos da natureza através das experiências sensíveis, mas dentro de si mesmo, na “natureza interior ao sujeito”.

Relacionado à questão do subjetivismo na arte e ao nascimento da estética, Shaftesbury deu ao problema do gênio o centro filosófico para o pensamento alemão do século XVIII, de Lessing e Kant e, sobretudo com o Romantismo ele ganhou novos contornos. Os estados alemães, já nos meados do século XVIII, enfrentavam um quadro de atraso econômico, rígida hierarquia social, fraca industrialização e baixa oferta de empregos e de terras para o cultivo. Esta conjuntura criava dificuldades para grande parte dos filhos da burguesia, educados em excelentes universidades, cuja ocupação de cargos públicos estaria em parte vedada pelos privilégios concedidos aos jovens filhos da aristocracia. Assim, como constata M. Butler, talentos advindos da classe média eram empurrados para a literatura, criando na Alemanha uma idade de ouro literária que veio acompanhada de um sentimento de frustração em relação à sociedade que não reservava lugar aos homens inteligentes⁷³⁹. A busca por este lugar levaria filósofos brilhantes, desde Kant, passando por Fichte, Schelling, Schiller, Novalis e os irmãos Schlegel a refletir sobre a função social do escritor.

Fichte por exemplo, em uma das palestras proferidas em 1794 para eruditos e filósofos de várias regiões da Alemanha, discorreu sobre a missão, função e condição do erudito na sociedade que seria, sobretudo, a de educar a humanidade⁷⁴⁰, promover o aperfeiçoamento ético do homem inteiro⁷⁴¹ e guiá-la pelo caminho do progresso⁷⁴². Para realizar esta missão elevada, o sábio não deveria alcançar o mero conhecimento das disposições e necessidades do homem sem a ciência de como desenvolvê-las e satisfazê-las, mas torná-lo como um conhecimento útil vinculando-o aos meios pelos quais estas

⁷³⁸ Idem. Ibidem. p.428

⁷³⁹ BUTLER, M. Op. cit. p.73.

⁷⁴⁰ FICHTE, Johann Gottlieb. “Sobre a missão do erudito” In: BASTOS, Elide R & REGO, Walquíria D. Leão R. *Intelectuais e Política, a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho d’água, 1999. p.52.

⁷⁴¹ Idem. Ibidem. p.52

⁷⁴² Idem. Ibidem. p..49

necessidades poderiam ser satisfeitas. Em outras palavras, deveria constatar em que nível cultural a sociedade na qual vivia se encontrava, qual seria o próximo patamar específico que ela poderia alcançar e quais os meios de que se deveria utilizar para tanto⁷⁴³. Com esta finalidade, não abdicando do usufruto da razão, precisaria consultar a experiência, analisar os acontecimentos do passado com um olhar purificado pela reflexão filosófica, assim como dirigir o olhar ao mundo à sua volta e observar os seus contemporâneos.⁷⁴⁴

Como guia e educador o erudito precisaria, além de aprimorar-se no seu ramo de conhecimento, estar submetido aos princípios éticos, sendo coerente consigo mesmo e com o espírito de liberdade, posto que seria ele responsável por todos os outros estamentos da sociedade. Faria parte ele mesmo de um estamento autônomo, tão importante para a sociedade quanto os demais⁷⁴⁵. Devido a sua missão sublime, o erudito nunca poderia utilizar-se da força ou coação para persuadir os homens ou iludi-los para atingir sua meta⁷⁴⁶, cabendo a ele ensinar não apenas com palavras, mas mediante seu exemplo pessoal⁷⁴⁷. No encerramento de seu discurso Fichte sintetiza o ideal do erudito na aurora do novo século:

Eu mesmo me vejo co-responsável pela cultura contemporânea e pelo futuro. Também os meus trabalhos serão uma contribuição para o caminho das futuras gerações e da história mundial das nações. Tenho a profissão de ser uma testemunha da verdade; minha vida e meu destino pessoais não possuem valor, os eventuais efeitos da minha vida, contudo, terão importância. Sou um sacerdote da verdade, sou seu devedor, me comprometo a fazer, sofrer e a arriscar tudo em prol dela. Se fosse perseguido e odiado em função dela ou se tivesse de morrer por ela, o que faria de especial senão fazer o que justamente devo fazer?⁷⁴⁸

A “abnegação” e o “desinteresse” de Fichte teriam que ser recompensadas com a consagração do homem de letras. Se em fins do século XVIII de acordo com o filósofo, a erudição ainda era considerada uma profissão, a mudança já se apresentaria na representação que ele próprio fazia de si como um “sacerdote da verdade”, o guia e educador da humanidade. Os filósofos e literatos do primeiro Romantismo começaram a desenvolver teorias que embasariam o processo de nascimento do intelectual enquanto

⁷⁴³ Idem. Ibidem. p.47

⁷⁴⁴ Idem. Ibidem. p.47

⁷⁴⁵ Idem. Ibidem. p.44.

⁷⁴⁶ FICHTE, J. G. Op. cit. p.52

⁷⁴⁷ Idem. Ibidem. p.53

⁷⁴⁸ Idem. Ibidem. p.53

indivíduo pertencente a um grupo autônomo na sociedade. Conforme nos explica M. Butler:

Objetivamente o escritor não estava em uma posição única, até que o avanço da sofisticação levou-o, junto com outros intelectuais, a tornar-se consciente da posição e do papel do seu tipo na sociedade. Uma vez tendo chegado à consciência coletiva, artistas inevitavelmente buscaram ampliar seu prestígio através do desenvolvimento de teorias exaltadas sobre seus poderes criativos distintos; [concebiam]a “imaginação” como oposta por um lado à “razão”, empregada por outros tipos de intelectuais, e por outro lado ao termo “craft”, que significava trabalho mais mecânico e funcional⁷⁴⁹

Todas estas lentas mudanças foram acompanhadas pela re-significação da própria ação de escrever, ou do substantivo “escritor”. “Escrever” deixou de se apresentar como mera cópia, reprodução de textos ou continuação de uma obra já existente, passando a ser vista como uma invenção individual, enquanto o escritor não seria mais um secretário ou copista, mas como autor possuiria a *autoridade* e a responsabilidade sobre a obra. Roger Chartier sugere que o nascimento da função-autor manifestava-se na plena visibilidade do autor, distinguindo-se de outros momentos em que os seus nomes eram mantidos em anonimato ou escondidos sob um pseudônimo, bem como em seu controle sobre o processo de edição das obras e nos contratos firmados com editores⁷⁵⁰. O autor seria ao mesmo tempo, única fonte de inspiração, responsável penal pelo conteúdo do escrito e beneficiário da remuneração pelo comércio livreiro⁷⁵¹.

A ideologia do gênio criador e desinteressado, que garantia a originalidade da obra⁷⁵², elevou a imaginação à faculdade fundamental e autônoma no processo de criação e tornou-a característica da estética romântica, que deriva da evolução do termo *Witz* na filosofia de Schlegel e também de Novalis. Em seus fragmentos Schlegel partiu da definição do conceito *Witz*, traduzido como engenho, argúcia, apreciado pela tradição setecentista como a capacidade de perceber relações inesperadas entre as coisas da natureza e entre idéias. Friedrich Schlegel reformulou o termo, definindo-o como a qualidade de intuir e criar idéias, relacionada à idéia de “genialidade fragmentária”. Esta capacidade tornara-se um fim em si mesmo, como a virtude, o amor, a arte, e consistia

⁷⁴⁹ BUTLER, Marilyn. *Romantics, Rebels and Reactionaries, English literature and its background 1760-1830*. Op. cit. p.72.

⁷⁵⁰ CHARTIER, R. “Figuras do autor” In: *A ordem do Discurso*. Brasília: UnB, 1999. p.44-54

⁷⁵¹ Idem. *Ibidem*.

⁷⁵² Idem. *Ibidem*.

em uma “faculdade profética”⁷⁵³, em que ao invés de duas idéias finitas numa unidade pontual, operaria uma união instantânea, muito rápida e absolutamente transitória, entre finito e infinito. Assim *Witz* passaria a estar relacionado com o modo de entrar em contato com o infinito, semelhante à mística, indicaria a “plenitude absoluta”, a totalidade e o divino⁷⁵⁴. Como o absoluto não é totalidade ordenada, mas antes o caos, é incognoscível, não pode ser conhecido pela razão ou pela intuição, apenas pode ser pressentido, adivinhado, revelado, através do *Witz* e logo perdido outra vez.⁷⁵⁵ Para Novalis *Witz* tornara-se faculdade inventiva, ponto em que se tocam fantasia e razão, meio de criação e produção e não apenas de percepção de semelhanças.

Assim para os teóricos do romantismo alemão a temática do *Witz* encontrar-se-ia à do gênio, conceito admitido como tema central da reflexão estética e da teoria literária do *Sturm und Drang*⁷⁵⁶. Desde Kant a perspectiva do gênio como criador já é encontrada. Na estética de Kant, a noção de gênio começa a mudar, preparando a sua autonomia e distanciando-se da significação de um simples engenho. Kant reinterpretou o nexos entre arte e natureza na perspectiva do belo, afirmando que as obras artísticas parecem belas quanto mais assumem o aspecto de formação espontânea e não se conformam às regras gerais.⁷⁵⁷ Propunha que as artes do belo, ou as belas artes, são as artes do gênio e que o gênio é o talento (natural) dando regras à arte.⁷⁵⁸

A perspectiva de Schelling aproximava-se da problemática kantiana, introduzindo o gênio como única faculdade capaz de explicar a contradição presente em qualquer produto artístico: ele é conscientemente criado, mas no termo do processo criativo aparece como se fosse inconscientemente produzido, e esta união de atividade consciente e inconsciente é fruto do gênio que se situa num plano superior, um poder obscuro e incógnito, “um fragmento do absoluto divino” e “elemento divino no homem”⁷⁵⁹.

Para F. Schlegel o gênio é o estado natural do homem completo, no sentido em que cada homem possui gênio.⁷⁶⁰ Em seus fragmentos, ele concebe o gênio como uma faculdade produtiva da arte e ao mesmo tempo, a potenciação máxima de cada

⁷⁵³ PAOLI, A Op. cit. p.111

⁷⁵⁴ Idem.Ibidem. p.111

⁷⁵⁵ Idem. Ibidem. Em alguns escritos em que se refere ao arabesco e ao grotesco F. Schlegel mencionaria o *Witz* de Ariosto, Shakespeare e Cervantes.Ver Idem. Ibidem. p.114.

⁷⁵⁶ Idem. Ibidem. p.116

⁷⁵⁷ NUNES, Benedito. “A visão romântica” In: *O Romantismo*.São Paulo: Perspectiva, 2002..p.60.

⁷⁵⁸ Idem.Ibidem.p.60

⁷⁵⁹ PAOLI, A. Op. cit. p116

⁷⁶⁰ Idem. Ibidem. p.117

faculdade do espírito. Estabelece a contraposição entre o gênio e o simples talento, que é limitado, setorial, enquanto o gênio é “um sistema de talentos” que supera todos os limites. O gênio é necessário na arte, mas também em todas as atividades criadoras, livres, inovadores.⁷⁶¹

A idéia de que cada homem compartilha do gênio e é em certa medida, também um artista, apareceria depois em Novalis, Achim von Arnim, Schleiermacher e a partir das ponderações de A. W. Schlegel e A. Muller que resolveram a oposição entre a faculdade do gênio e do gosto, criação e fruição da obra, que se tornaram diversas especificações da mesma capacidade. Como explica A. Paoli: “Saber fazer reviver uma obra de arte exige realizar uma ação e não simplesmente resistir a um estímulo: ter gênio significa antes de mais nada saber doar e suscitar no fruidor uma força análoga àquela que foi usada na criação”.⁷⁶² Isto é, o observador da arte tornar-se-ia ele próprio artista, ou não poderia perceber a obra, levando ao reconhecimento de que a atividade artística não é um privilégio de poucos, mas pelo contrário, está presente em cada um.⁷⁶³

Assim, como se percebe, o pensamento filosófico do Romantismo criou uma concepção antropológica que convergiria para a estética e reabilitava o sujeito substancial, já que é no conhecimento de si onde residem as fontes da verdade que ele enunciava. O indivíduo é considerado o finito, o efêmero e temporal inserido no infinito do universo⁷⁶⁴ e assim a individualidade aparece como uma zona de passagem,⁷⁶⁵ e sua consciência é a revelação do infinito no finito, manifestação de uma verdade que irrompe de dentro do homem para o mundo.⁷⁶⁶ Como a consciência de sua existência confere ao eu um caráter singular e distintivo em relação à massa, o indivíduo sentir-se-ia livre para explorar outras faculdades e a pluralidade de dimensões do espírito⁷⁶⁷, inclusive o inconsciente, sendo que a faculdade mais importante, que constituiria o “fundamento da genialidade”, seria para F. Schlegel a imaginação⁷⁶⁸.

Longe de pretender conhecer ou descrever o funcionamento das nossas paisagens internas, românticos como Novalis, Hoffman e Jean Paul esforçavam-se por encontrar um conhecimento “mágico” que relacionaria a obscuridade da vida com a

⁷⁶¹ Idem. Ibidem.p.117

⁷⁶² Idem. Ibidem. p.119

⁷⁶³ Idem. Ibidem. Desta reflexão se infere que a receptividade requer faculdade ativa e não passividade, ponto de vista que também retornaria entre os românticos ingleses.

⁷⁶⁴ GUSDORF, G. *L'Homme romantique*. Paris: Payot, 1984.p.43

⁷⁶⁵ Idem.Ibidem. p.46

⁷⁶⁶ Idem.Ibidem. p47

⁷⁶⁷ Idem. Ibidem.

⁷⁶⁸ NUNES, B. Op. cit. p.61.

imensa realidade pressentida para além do universo sensível.⁷⁶⁹ Através da busca do centro e da ordem, o Romantismo viria a restituir ao homem a centralidade no universo e na natureza que o humanismo lhe havia legado, mas que sentia perdida⁷⁷⁰ em detrimento do universo racional e predeterminado concebido pelos iluministas. Esta perspectiva lançava luz sobre as potencialidades criadoras do homem, ao mesmo tempo em que promovia o gênio a um talento natural e criador, a um “o mediador entre o eu e a Natureza exterior”⁷⁷¹, à “capacidade sintética que universaliza e transubstancia”, enquanto a arte se envolve no modelo da atividade espiritual⁷⁷². A obra de arte que na concepção romântica sempre seria considerada inacabada e imperfeita⁷⁷³, deveria a sua gênese absoluta ao autor⁷⁷⁴ e seria, portanto, irredutível a qualquer outra instância precedente.⁷⁷⁵

A concepção filosófica e a estética romântica reafirmavam, seguindo-se a análise de W. Benjamin, a aura das obras artísticas, definida como “uma figura singular, composta de elementos espaciais e temporais: a aparição única de uma coisa distante, por mais perto que ela esteja”⁷⁷⁶, e cujo declínio foi reconhecido pelo filósofo marxista a partir de meados do século XIX, com o advento dos meios de reprodutibilidade técnica⁷⁷⁷. Assim, o valor único da obra de arte e a sua valorização como “autêntica” possuiriam sempre um fundamento teológico e permaneceriam com sua função ritual, mesmo que ritual secularizado.⁷⁷⁸

Esta perspectiva pode ser associada à compreensão do papel da poesia desde a época moderna. Ela foi consagrada como a mais bela das artes e como uma forma de devoção. À poesia foi atribuído um valor espiritual, pois teria origens nas religiões e estabeleceria a comunicação com o divino, ainda que se tratasse da poesia profana⁷⁷⁹.

⁷⁶⁹ BÉGUIN, Albert. *El Alma romântica y el Sueño* Paris: Livrarie José Corti, 1939 p.480

⁷⁷⁰ BANN, Stephen. *Romanticism and the Rise of History*. New York: Univ. of Kent, 1995.p10

⁷⁷¹ NUNES, B.Op. cit. p.61

⁷⁷² Idem. Ibidem. pp. 61-62

⁷⁷³ Isto se dá tanto porque rejeita os limites impostos pela arte poética quanto por aludir o infinito GUSDORF, G. *L'Homme romantique*.Op. cit. p49.

⁷⁷⁴ No Prólogo da peça *Leonor de Mendonça* escrito por Gonçalves Dias em 1846, o poeta afirma que a obra artística e literária é criação da imaginação e dos sentimentos e que, feia ou sem proporções, ela será uma criatura imperfeita, mas que pertence exclusivamente ao autor como expressão de si.DIAS, A. Gonçalves. "Prólogo" In: *Leonor de Mendonça*.Rio de Janeiro: Serviço Nacional de teatro, 1972. pp.1-2.

⁷⁷⁵ JOBIM, J. L. “Gênio”. In: *Dicionário dos Termos literários*. Disponível em: <<http://www2fesh.unl.pt/edt/verbetes/G/gênio.htm>> Acesso em 8/2008.

⁷⁷⁶ BENJAMIN, W. “A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica” In: *Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. 7ª ed.São Paulo: Brasiliense, 1994.p170

⁷⁷⁷ Idem. Ibidem. Substituíam-se a partir de então sua existência única por uma existência serial.

⁷⁷⁸ Idem.Ibidem. p.171.De acordo com W. Benjamin o valor aurático da obra de arte surgiu primitivamente na tradição que se exprimia no culto e no ritual inicialmente mágico depois religioso.

⁷⁷⁹ BÉNICHOU, P. *Le sacre de l'écrivain*. Paris: Livrarie José Corti, 1985.pp79-89

Nas sociedades antigas seria um hino ou um canto religioso⁷⁸⁰, aspecto este que seria conservado na visão de mundo do Romantismo. No século XIX a poesia conservou sua significação moral e espiritual nutrindo-se igualmente da concepção da criação única e original do seu autor:

Mas em todo o Romantismo europeu, a excepcional autonomia do gênio, resumindo a figura da verdadeira humanidade – do homem tal como é e tal como deverá ser - do homem capaz de ligar o ideal e o real – correu paralelamente à excepcional relevância religiosa e ética, senão metafísica, da poesia (quer no amplo sentido abrangente da literatura e da arte, quer no sentido estrito da lírica), como um novo reino dos fins espirituais.⁷⁸¹

Para Schelling, por exemplo, e principalmente para F. Schlegel a poesia está ligada à metafísica, mas também ao espiritual e ao religioso. Novalis desenvolveu uma concepção da poesia como “representação da alma, do mundo interior no seu todo”: a unidade dos poemas autênticos é dada, precisamente, pela alma que nelas transparece, a poesia é revelação da alma. Assim ele intui que a própria percepção artística é, na realidade uma expressão do modo como o artista vê o mundo. Jakob Grimm afirmaria que a arte seria manifestação ou revelação da interioridade, e ela será tanto maior e verdadeira quanto menos intermediações e sobreposições culturais se interpuserem entre a alma que se expande e o produto poético.⁷⁸² Para os poetas ingleses como W. Wordsworth “O poeta é um homem que sente mais vivamente que os outros homens, possuindo uma sensibilidade de exprimir os pensamentos e os sentimentos que se produzem neles”⁷⁸³. Shelley definiu a poesia como expressão da imaginação, efusão espontânea da interioridade do artista e das paixões da sensibilidade para os românticos alemães. Segundo o poeta inglês, sendo a arte revelação do sentir do artista, não se poderiam comparar as obras de arte de autores de países e de épocas diferentes, reduzidas a termos de comparação abstratos; pelo contrário, seria preciso operar uma transferência, por assim dizer, para o sentimento daquele que a produziu, procurando compreender aquilo que ele pretendia exprimir.⁷⁸⁴

Assim a poesia, como forma privilegiada de arte, ligada à filosofia e ao espiritual, faz supor o poeta como o arauto dos novos tempos, porta-voz e guia espiritual de seu povo (Shelley), sábio, humanista, guia para todos os homens (Keats),

⁷⁸⁰ Idem. Ibidem.p. 275.

⁷⁸¹ NUNES, B. Op. cit. p62.

⁷⁸² PAOLI, A. Op. cit. p125

⁷⁸³ PAOLI, A. Op. cit. p125

⁷⁸⁴ Idem. Ibidem.pp.124-125

mestre verdadeiro (Wordsworth), mas também como um mago, um mágico, um profeta visionário.⁷⁸⁵ Assim como percebe Jobim, abundam as metáforas do escritor que cria o texto do nada assim como pensava Schlegel, como Deus criou o mundo ou ainda como aquele que possui um Deus interior.⁷⁸⁶ Thomas Carlyle, parafraseando Fichte, considerava os livros "uma contínua revelação do divino que existe no homem e no mundano, no comum", exteriorizada através de dialetos, e os literatos seriam os portadores da missão de guiar, trazer a luz e desvendar o que há de divino por detrás das aparências das coisas, discernir e divulgar a "significância impronunciável da divindade"⁷⁸⁷, já que a maioria das pessoas viveriam na esfera da superficialidade. O homem de letras seria para este autor simultaneamente um pregador, um profeta e um padre cuja missão é "conduzir o rebanho em sua peregrinação na escuridão através da imensidão do tempo"⁷⁸⁸ e faz parte de uma "ordem monástica involuntária"⁷⁸⁹.

Em seu livro "Le sacre de l'écrivain" Paul Bénichou mostra que uma das raízes do Romantismo era a tradição da poesia sacra, vista como superior a profana, que preencheria um espaço entre a religião tradicional e o humanismo moderno⁷⁹⁰. O literato inspirado era considerado, na visão de mundo romântica, o sucessor do padre e um filósofo do novo século (XIX), herdando até certo ponto as suas atribuições, e com o seu canto ensinaria as grandes verdades da condição humana, assim como os caminhos que conduzem o homem através de sua história⁷⁹¹. Dotado do sacerdócio poético⁷⁹², ele seria o substituto privado da sanção doutrinal e estaria aberto às dúvidas e às blasfêmias dos homens⁷⁹³. Assim se delinearía um poder espiritual novo que residia na literatura, elevada a uma dignidade até então desconhecida⁷⁹⁴. Como define o autor: "O espiritualismo romântico inclina-se a investir [na literatura,] mas particularmente na poesia; neste sentido o romantismo é uma sagração do poeta"⁷⁹⁵.

O próprio termo "vate", tão repetido nas poesias e ensaios dos redatores da *Niterói* expressa este significado metafísico e religioso e possui atualmente duas acepções, de poeta e de profeta. Ele era aquele que "enxerga mais longe que o comum

⁷⁸⁵ NUNES, B. Op. cit. p.62

⁷⁸⁶ JOBIM, José Luís. "Subjetivismo" In: Op. Cit. p.135

⁷⁸⁷ CARLYLE, Thomas. *Heroes and Hero-worship*. London, The Macmillian Company, 1897.p.209.

⁷⁸⁸ Idem. Ibidem.p.208.

⁷⁸⁹ Idem. Ibidem. p. 224.

⁷⁹⁰ BÉNICHOU, P.Op. cit. p.141.

⁷⁹¹ Idem. Ibidem p.155.

⁷⁹² Idem. Ibidem.p.276.

⁷⁹³ Idem. Ibidem. p.276.

⁷⁹⁴ Idem. Ibidem.p.275.

⁷⁹⁵ Idem. Ibidem.p.275.

dos mortais os caminhos por vir”⁷⁹⁶. Então o gênio é poeta e profeta, tanto quanto Deus um criador, designado a cumprir “*uma missão puramente espiritual, para uns, missão social, para outros, a nítida representação de um destino superior, regido por uma vocação superior. É o bardo, o profeta, o guia.*”⁷⁹⁷

Antonio Candido percebe esta característica do poeta romântico:

*Os poetas se sentiram sempre, mais numas fases do que em outras portadores de verdades ou sentimentos superiores aos outros homens: daí o furor poético, a inspiração divina, o transe, alegados como fonte de poesia.*⁷⁹⁸

A idéia de Cânone literário sugere a associação semântica entre "cânone" ou "canon" no sentido de um conjunto de livros e textos eclesiásticos que comportam a doutrina⁷⁹⁹, e de um modelo⁸⁰⁰ a ser seguido. A partir de então os escritores seriam "canonizados" de acordo com regras e rituais prescritos por um tipo de Igreja dos intelectuais e passariam a servir de modelos literários aos demais escritores e para a sociedade. Por isto, a ênfase na biografia dos literatos torna-se ação pedagógica, pois suas vidas seriam exemplares e suas obras produto de sua personalidade:

*Altivo, incompreendido e distante o poeta romântico impõe-se intimado pela inspiração que o visitava, a tarefa universal de legislador do reino dos fins espirituais intangíveis, onde imune à causalidade e às mutáveis circunstâncias do mundo exterior, ocupa, um lugar elevado em relação a humanidade*⁸⁰¹.

Na ficção, diversos escritores e poetas românticos idealizaram o herói romântico motivado pelo conflito com a sociedade, com outros indivíduos ou consigo próprio, e que por serem o lugar da manifestação de uma doença existencial consagrada como “o mal du siècle”, subvertiam com seu comportamento a ordem, através do isolamento, solidão, dandismo ou marginalidade⁸⁰². Assim a figura do herói romântico desloca-se da ficção - dos personagens protagonistas dos romances e poesias - para a realidade social, para o autor, personagem vivente e real. Este interesse revigorado manifesto no sucesso das biografias dos escritores e poetas que se popularizava no século XIX e da valorização da sua própria história de vida por parte dos próprios poetas e romancistas,

⁷⁹⁶ JOBIM, José Luís. “Subjetivismo”. Op. cit. p.135

⁷⁹⁷ CANDIDO, A. Op. cit. p.25

⁷⁹⁸ Idem. Ibidem .p.25.

⁷⁹⁹ HOUAISS, Antonio. *Dicionário eletrônico da língua portuguesa*. 2001. Ver verbete "Cânone".

⁸⁰⁰ Idem. Ibidem.

⁸⁰¹ NUNES, B. Op. Cit. p.62.

⁸⁰² REIS, C. “Herói” In: BUESCU, Helena Carvalhão. *Dicionário do Romantismo Português* Op. cit. p.231.

evidenciada nas autobiografias, indica que para eles, elas cumpririam uma função pedagógica importante: teriam “lições” a ensinar aos contemporâneos. O aspecto exemplar da biografia dos grandes homens é explicitamente abordado na obra de Thomas Carlyle, em especial no livro *Hero and Hero-worship* (1840). Para este pensador "a vida social é o conjunto de inumeráveis biografias", em especial um tipo de biografia, a do grande homem⁸⁰³, que seria um líder espiritual cuja biografia expressaria a história universal e os valores de uma época.

Transformado no herói que antes retratava em seus livros, o homem de letras, o autor e gênio criador é retratado por seus pares como um indivíduo dotado de um potencial ilimitado e de múltiplas qualidades:

O alargamento da esfera de ação do gênio continuará a ser um dos motivos recorrentes que irão constituir a imagem romântica do poeta, considerado não como um simples artista mas como um criador, um demiurgo, um profeta. Trata-se de um dos aspectos mais conhecidos da poética romântica, até porque pode ser exemplificada mediante a referência a algumas figuras paradigmáticas como Foscolo, em Itália, Hugo em França, Byron na Grã Bretanha. A poesia é vista como um instrumento de uma radical transformação do mundo, assume em si uma função simultaneamente política e religiosa. Hugo falará do poeta como “mago”, Coleridge apresentá-lo-à como aquele que “põe em ação toda a alma do homem e ordena hierarquicamente todas as suas faculdades”. A idéia do poeta que, como criador de mitos, educador, político, herói, exercerá durante longo tempo o seu fascínio nas literaturas européias⁸⁰⁴.

Muito comum entre os literatos, artistas e intelectuais, a associação do grande homem ou do herói romântico ao gênio tornou-se tema muito recorrente durante o Romantismo entre filósofos e pensadores alemães, assim como na literatura de Victor Hugo e de Alfred de Musset, Lamartine, Shelley, Keats, Almeida Garrett entre muitos outros. No campo da política, os autores se debruçaram sobre a questão do heroísmo, impactados pela Revolução Francesa. Historiadores do porte de Jules Michelet, que considerava o povo o verdadeiro herói do qual alguns indivíduos tornavam-se portavozes e de Thomas Carlyle, que chegou a criar uma filosofia da história baseada no dom transformador do herói e do culto ao herói ao longo dos tempos, elegeram este tema como central em seu pensamento histórico.

⁸⁰³CARLYLE, T. "On History". In: *Thomas Carlyle: Select Writings*. Harmondsworth, Penguin, 1986.p53.

⁸⁰⁴PAOLI, A. Op. cit. pp.117-118

Thomas Carlyle fornece o exemplo mais relevante, já que foi o principal leitor e tradutor dos românticos alemães Goethe, Schiller e Jean Paul Richter para a língua inglesa nas décadas de 1820 e 1830. Para este pensador, o heroísmo se caracterizaria pela relação divina que uniria, em todos os tempos, a humanidade ao grande homem, portanto, o culto ao herói consistiria em uma característica humana. A presença do herói seria fundamental para revolucionar a mentalidade e aprimorar a condição moral das sociedades. Os líderes dos homens, estes grandes indivíduos, que reuniriam as qualidades de guerreiro, capitão, poeta, profeta, pensador devoto e inventor, surgiria quase sempre em circunstâncias inóspitas, dentre homens e estruturas sociais ainda despreparadas para recebê-los, mas seriam os modelos, os exemplos, e em amplo sentido, os criadores do quer que a grande massa dos homens planejasse fazer ou atingir⁸⁰⁵.

Mais esclarecedor, em sua lista dos heróis modernos está o homem de letras, Rousseau, Johnson e Burns. O herói como homem de letras compõe, junto com o herói-rei, o grupo dos heróis modernos, os heróis do seu tempo e das épocas futuras. Este quinto tipo de herói é também um pregador, um profeta e um padre, cuja missão é "conduzir o rebanho em sua peregrinação na escuridão através da imensidão do tempo"⁸⁰⁶. A condição de marginalidade no mundo moderno e o ceticismo difundido entre os indivíduos na modernidade teriam determinado o fracasso dos homens de letras em sua missão de guiar, trazer a luz e tornarem-se heróis em seu tempo. Seu grande poder, o poder que emanaria da pena, teria sucumbido diante do servilismo, da marginalidade e da incompreensão da sociedade. Em função do predomínio de laços meramente monetários e artificiais, tal qual membros das ordens monásticas de outrora, os homens de letras resignar-se-iam a uma vida de privações: o herói como homem de letras já seria, na concepção do autor, uma forma de heroísmo consolidada desde o século XVIII, mas ao contrário das formas anteriores, não se extinguiu no século XIX. Segundo a profecia de Carlyle, prometia tornar-se grande, virar um novo e poderoso clero, produzindo a crença de uma nova sociedade. A partir da leitura de Fichte, Carlyle

⁸⁰⁵ CARLYLE, Thomas. *Heroes and Hero-worship*. *Op. cit* p.208. Portanto o herói seria sempre rechaçado pelos seus coetâneos: Maomé, o herói como profeta, teve de fugir dos comerciantes árabes, Dante, o herói como poeta, foi banido de Florença, Lutero, herói como padre, foi perseguido pelo Papa, Samuel Johnson e Rousseau, heróis como homens de letras, morreram pobres, Cromwell, herói como rei, perdeu todos os seus amigos e foi alijado pela historiografia liberal.

⁸⁰⁶ Idem. *Ibidem*

acreditava que os homens de letras poderiam e deveriam se tornar governantes, mediante organização.⁸⁰⁷

A idéia de uma comunidade de gênios, sucessora da república das letras composta por homens desinteressados, poderosos, mas alheios à política liberal e acima dos conflitos de classe, acabou por fazer parte no imaginário dos homens de letras. No âmbito desta comunidade figuravam gênios como Dante, Shakespeare, Cervantes, Caldéron, Lope de Vega e Goethe. Através da definição do cânone romântico, considerar-se-ia que o conjunto de suas poesias consistiria em um quadro sintético da evolução da humanidade⁸⁰⁸.

Claramente o caráter cosmopolita desta comunidade de gênios arrolados pelos românticos como seus antecessores convergia com os pressupostos historicistas que permitiam pensar a literatura, a religião, a moral, a arte e tantos outros aspectos culturais como parte do espírito nacional. Inserido dentro o espaço físico e ideológico da concepção de nação e cultura do Romantismo, ele deixava de ser o gênio individual e se tornava o gênio nacional:

Guardando as significações de espontaneidade criadora, de poder intuitivo, de manifestação original de força da Natureza, que confluem para o entusiasmo, como exaltação platônica do indivíduo possuído ou inspirado, a idéia de gênio se pluralizou à época do Romantismo. O caráter de um povo é considerado a floração do seu gênio nacional; o legislador que prevê, o filósofo que intui, o homem de Estado que modifica o destino coletivo, o homem de ação que arrosta a fortuna com a presciência do futuro, e o homem religioso de dons profético, são outras tantas encarnações do gênio individual. Mas o poeta é o gênio por excelência; mediador entre o Eu e a Natureza exterior, o gênio nacional floresce através e por força de suas obras, a cuja linguagem se vai conferir um alcance original formativo, à altura do trabalho do legislador e próximo do visionarismo místico e profético, quando não de uma importância transcendente à especulação do filósofo, à atividade política e à ciência, que ela possibilita, elucida e perpetua.⁸⁰⁹

Aproximando-se desta proposição, Gonçalves de Magalhães pretendia identificar e fazer-se reconhecer nesta comunidade de gênios, de poetas, escritores, artistas nacionais da história do Brasil, desde o descobrimento ao longo de três séculos de colonização na América portuguesa, refutando a idéia de que nesta terra não existiriam escritores de mérito e literatura nacional.

⁸⁰⁷ Ver ANDRADE, Débora El-Jaick. *O paradoxo no pensamento de Thomas Carlyle: a resistência a democracia e o culto ao grande homem*. Niterói: UFF, 2002. (Dissertação de Mestrado)

⁸⁰⁸ NUNES, B.Op. cit. p.64

⁸⁰⁹ Idem. Ibidem.p.62.

Escrevia o poeta, que o Brasil jazia esmagado de baixo da cadeira de ferro do governador colonial, que em toda sua mesquinhez política criava leis absurdas que entorpeciam o progresso da civilização e da indústria.⁸¹⁰ Em decorrência deste atraso também não se manifestavam os gênios nascidos neste solo:

Os melhores gênios em flor morriam, faltas deste orvalho protetor, que os desabrocha; um frete ignominioso de desaprovação, na fronte gravada do Brasileiro, indigno o tornava de altos e civis empregos. Para ele obstruídas e fechadas estavam todas as portas, e estradas que a ilustração o conduzir podiam; uma só porta ante seus passos se abria, era a porta do convento, do retiro, e do esquecimento. A religião franqueava esta porta, a Religião a fechava sobre seus passos; e o sino, que o chamava ao Claustro, anunciava também sua morte para o mundo. O gênio em vida sepultado, cercado de místicas imagens, apenas saía para catequizar os índios no meio dos desertos, ou para pregar aos fiéis as austeras verdades do Evangelho. Mas em vão: as virtudes do Cristianismo não podiam domiciliar nos corações embebidos nos vivos desses homens, pela parte tirada das cadeias de Lisboa, para vir povoar o Novo Mundo⁸¹¹.

Discriminado por uma sociedade que condenava a nacionalidade brasileira, em que índios eram perseguidos e que o único amparo aos gênios era proporcionado pela vida monástica, os poetas, artistas e literatos eram "em vida sepultados" e seu talento desperdiçado. Como pirilampos os gênios vagavam no Brasil colonial:

...através das espessas trevas em que estavam mergulhadas os homens no novo continente, viram-se alguns gênios superiores brilhar de passagem, bem semelhantes a essas luzes errantes, que o peregrino investigador admira em solitária noite nos desertos do Brasil....⁸¹²

Por isto, à pergunta proposta por ele em seu ensaio sobre a literatura, se poder-se-ia justamente acusar o Brasil de não ter produzido gênios de elevado quilate, respondia positivamente acrescentando que o desconhecimento destes autores, poetas e prosadores do passado dever-se-ia a condição colonial miserável que não permitia que "escalasse o pensamento de sua individualidade"⁸¹³ que "colono", com "o peso sobre os ombros", não poderia "gravar seu nome nas páginas da memória"⁸¹⁴ posto que as ciências, a poesia e as artes são filhas da liberdade e não são partilhas do escravo⁸¹⁵.

⁸¹⁰MAGALHÃES, Gonçalves de. "Ensaio sobre a História da Literatura" In: *Niterói*. No 1. Op. cit.p.138.

⁸¹¹ Idem. Ibidem. p.139.

⁸¹² Idem. Ibidem. p.142

⁸¹³ Idem.Ibidem. p.142.

⁸¹⁴ Idem. Ibidem. p.143

⁸¹⁵ Idem.Ibidem. p.143.

Gonçalves de Magalhães constatava a continuidade da condição marginal do escritor, nascida dos infortúnios do período colonial:

*Se refletirmos, veremos que não são poucos os escritores para um país que foi colônia portuguesa, para um país no qual ainda hoje o trabalho dos literatos, longe de assegurar lhes, com a glória, uma independência individual, em um título demais, ao contrário parece desmerecê-los, e desviá-los da liga dos homens positivos, que desdenhosos dizem: é um Poeta; sem distinguir -se apenas é um trovista, ou um homem de gênio; como se dissessem: Eis aí um ocioso um parasita, que não pertence a este mundo; deixai-o na sua mania. Aí canta o vate por mera inspiração celeste, por esta necessidade de cantar para dar um desafogo a seu coração.*⁸¹⁶

Reportando-se ao momento presente e à época contemporânea, Magalhães instituía também na história das letras e artes no Brasil o “mito de Camões”⁸¹⁷ que Almeida Garrett, Herculano e outros escritores e poetas trataram de introduzir, juntamente com os princípios da estética romântica em Portugal. Almeida Garrett compôs seu poema épico *Camões* em 1825, em que narra a história de vida e a morte de Luís de Camões, artista oriundo da aristocracia empobrecida, compelido ao serviço militar para obter fortuna, e que após experimentar amores contrariados e tornar-se poeta, trilhou o caminho da marginalidade. Após ser protegido pelo rei D Sebastião, que reconheceu o valor político de uma epopéia glorificante divulgando o poema na Europa e imortalizando seu autor, teria passado o resto da vida desamparado pelos amigos, freqüentando hospitais, na indigência, sustentado apenas pelas esmolas que seu escravo pedia em seu nome⁸¹⁸.

As condições da morte de Camões e o fato de que seu túmulo permaneceu desconhecido dos contemporâneos de Garrett, são reveladoras do embate entre criação artística e a luta pela sobrevivência, acabando por reforçar o mito da incompatibilidade entre letras e dinheiro⁸¹⁹. A idéia representada pelo poeta renascentista é do sacrifício pela literatura, por que seu valor é perene⁸²⁰ em contraste com o mundo material que é efêmero.

Não apenas Garrett louvou Camões e elegeu-o símbolo da causa do escritor oitocentista e representante da condição do artista na sociedade. Gonçalves de Magalhães nos seus *Suspiros Poéticos e Saudades*, mencionou Camões em diversos

⁸¹⁶ Idem. Ibidem.

⁸¹⁷ Esta expressão foi empregada por LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. “Cartas e contas” In: O preço da leitura. São Paulo: Ática, 2001. p.72

⁸¹⁸ Idem. Ibidem.

⁸¹⁹ Idem. Ibidem. p.90

⁸²⁰ Idem. Ibidem. p.73

versos. No poema “Sepultura de Filinto Elísio”, lamentava o destino semelhante do conterrâneo de Camões, sem sepultura, sem fortuna, a mercê do esquecimento:

*Onde é que a ingratição da injusta Pátria,
Dessa Pátria que honraste
Co'os teus divinos carmes,
Cavou-se a humilde sepultura? –Onde?
D'ela ausente, proscrito, na miséria,
Como Camões viveste;
Saudoso, e só por ela suspirando,
Monumentos ergueste à glória sua;
E surda sempre foi aos teus gemidos;
Como Camões morreste na indigência!
Mas ele ao menos expirou na Pátria!
Terra da Pátria recebeu seus ossos;
E tu?-Nem ela sabe onde repousas!*

*Ó desgraçada Lísia
Ingrata mãe de heróis, de egrégios vates,
Assim deixas teus preclaros filhos,
Que em fadigas se afanam
Por cingir-te de brilho imarcescível?
Teu vate, teu cantor já te exprobrara,
Quando com rouca voz assim dizia
E não do longo canto afadigado,
Mas de cantar à gente endurecida:
O calor, com que mais se acende o engenho,
Não o dá a Pátria, não que está metida.
No gosto da cobiça, e na rudeza
De uma austera, apagada e vil tristeza.
No Universo estas vozes ressoaram;
Línguas cem estas vozes repetiram;
E o que fizeste ó Lísia?
Chamaram-te madrasta, e mãe tirana;
E hoje? Ainda és a mesma!*

*Ó Pátria minha, é meu Brasil, não sejas
Como Lísia cruel para teus filhos,
Ligado à sorte sua suportaste
Séculos três os grilhões do cativo,
Mas já que sacudiste a espessa treva,
Que os olhos te vendava,
Da tua antiga irmã vê as misérias,
E de imitá-la teme.⁸²¹*

O jovem poeta ostentando o traço antilusitano comum neste momento da sua vida lamenta que “Ingrata mãe de heróis, de egrégios vates” ainda não soubesse tratar dignamente seus poetas nem mesmo na morte e deseja e roga para que o Brasil não

⁸²¹ MAGALHÃES, D.J.G. *Suspiros Poéticos e Saudades*. Brasília: Ed UnB, 1999. pp.171-172

seguisse os passos de sua antiga metrópole. Salientava ao encerramento do poema, o valor exemplar de Filinto Elísio:

*Possa o tempo guardar estes, que escrevo,
Tristes versos, até que um Luso os lei:*

*Uma lágrima daí, ó Portugueses,
Uma lágrima ao menos a Filinto,
Ao desgraçado velho
Assaz honrou à Pátria;
Em prêmio exílio teve-Adeus Filinto*

.....
“*Que exemplos a futuros escritores!*”
*Paris 28 de setembro de 1834*⁸²²

Anos mais tarde, Araújo Porto Alegre comporia um poema com um verso extraído dos *Suspiros Poéticos e Saudades* na epígrafe, que seria reunido nas *Brasilianas* (1859), intitulado “A sepultura de Camões”:

*A pedra, que a mente de um Fidias transforma
Na imagem do gênio, se o tempo a esborcina,
É muda, sem alma, sem moto, sem norma:
Cadáver de pedra; o que é que ela ensina?*

*Escarneo da glória, afronta ao passado!
O lume da mente, a essência imortal
A pedra a não lança; que é pedra é vedado
Brotar pelos poros a luz divina,*

*Camões era um César: o seu centaíio
Avulta na lira, de idade em idade.
A pedra que exara mesquinho epitáfio,
Mostrar jamais pode tão grande entidade.*

*O nome que a lousa ao tempo encarece,
Que encerra esse nome? Da morte o império;
De luz um relampo, mas luz que fenece
Nas trevas do tempo, ou de um vilupério.
O nome do vate no espaço ressoa,
O tempo o exorna do lume da glória;
Se a inveja dos homens na vida o nodoa,
A morte o restaura com dupla memória.*

(...).
*Amo essa pedra despida
Sem uma letra mendaz.
Sem epitáfio falas.
Sem uma frase mentida.
Ah! não foi envilecida
Co'uma fútil inscrição!
Amo esse liso, esse chão.*

⁸²²Idem. Ibidem. p.178

*Essa lage, sem vaidade,
Porque aí veja a humanidade
Na pedra da ingratidão.*

*Vejo aí calcada a palma
Do mártir da inteligência;
Vejo a glória na indigência!
Ai, não foi da terra essa alma
Tão sublime e grandiosa:
Foi da estância luminosa,
Que baixou para sofrer,
Para amar, e renascer
Na morada gloriosa,
(...)*

*O dos males sotopostos
Que na vida o flagelaram;
Os tesouros d'alta mente
Na desgraça do indigente;
Alternando claro escuro!
Era um rei para o futuro
O mendigo do presente.
Malfadada Lusitânia!
Viu dois reis abandonados
Perecerem desgraçados:
O das armas, pela insânia.
Sobre o chão da Mauritânia,
Sem um sepulcro real!
O da lira sem igual,
Sobre a enxerga em que expirou,
Como um vil que se atirou
As portas de um hospital?*

*Foi terrível punição
Após tanta heroicidade:
Foi a voz da divindade
Quem te deu a maldição!
De teus reis a ingratidão
Foi tamanha em plenitude,
Que o Galvão deu servitude,
A Albuquerque a iniquidade,
A Pacheco a crueldade,
E a Camões desprezo rude.⁸²³*

Araújo Porto Alegre exaltava o grande poeta renascentista lusitano, comparando Camões a um César, um rei e um mártir, enfatizando certamente o abandono e a indigência paga por sua “heroicidade”. Porém ao contrário de constatar o esquecimento que se abateu sobre seu nome, ressalta que “A morte o restaura com dupla memória”,

⁸²³ Idem. Ibidem. pp.347-352

pois apenas ela teria contribuído para tornar seu nome mais caro, sua glória imortal, um destino preferível à “inveja dos homens”.

Em outro poema dos *Suspiros Poéticos e Saudades* Gonçalves de Magalhães retrata a pobreza material do escritor que aparece ainda mais explícita no poema “O Cárcere de Tasso”. Neste poema descreve sua visita a uma masmorra em Ferrara durante sua viagem pela Itália em meados da década de 1830, prisão onde ficou encarcerado nos tempos medievais o poeta italiano Torquato Tasso, importante referência para os escritores românticos:

*Vós, meus olhos, nada vedes;
Mas minha alma no passado
Um vate vê encerrado
Nesta lúgubre prisão.
Aqui chorou longos dias,
Longas noites, longos anos,
Quem por olhos soberanos
Enlouqueceu de paixão*

*Tasso aqui como um escravo
Amargurou a existência;
De um senhor a inclemência
A morte aqui lhe quis dar.
Triste ele a ausência carpia
De sua cara princesa.
Seu amor, sua beleza.
Causaram só seu penar.*

(...)

*Fado! Fado do vate!... A Itália toda
As doçuras gostavam de teus versos;
Gofredo ao céu da glória remontava
Sobre as sonoras asas de teu gênio;
E tu, ó Tasso, aqui nesta masmorra
Como um vil criminoso definhavas!
Fado do vate! rigoroso fado!
Mas Tasso ousou amar de um duque a filha!
Ó Ferrara cem duques teus, cingidos
De áureas c'roas, de púrpura cobertos,
Um só Tasso não valem.*

*Um vate é mais que um rei. Reis faz o povo,
E a seu grado os defaz, como do mármore
Tira o escultor um Nume, e quando apraz-lhe
Em simples animal converte-o, ou quebra-o
Mas tu, sagrado fogo d'harmonia,
Quem te acende nas almas dos poetas?
O mágico poder com que convertes
Aquiles num herói, Paris num fraco,
Acaso dos mortais herdaste, ó vate?
Ou foi prenda do céu a lira tua,
A lira, que imortais sons desferindo,
Vive no tempo, e impõe silêncio à inveja?*

(...)
*Mas ó da Providência altos arcanos!
 Que mais sofra na vida, quem co' a morte
 Nova vida imortal viver começa!
 Assim homens ingratos,
 Enquanto vivo, o mérito premeiam!
 Ah! consola-te, ó Tasso,
 Que o único não foste, que da sorte
 Sorveu tragos amargos.
 Quase é do vate estrela o infortúnio!
 Como os mártires são, que só morrendo
 A apoteose recebem.*

*Aquele a quem a Grécia ergueu altares ,
 Homero, mendigou de porta em porta!
 Tu, ó Ravena, o fugitivo Dante
 Viste iracundo praguejar seu fado!
 Camões, rival de Tasso, o pão esmola
 Ante os olhos de Lísias. E tu, ó Silva,
 Da minha Pátria filho,
 A fogueira subsiste com pé firme,
 Que a inocência teus passos vigorava;
 E entre as chamas, por mãos ímpias acesas,
 Teu último suspiro ao céu ergueste*

*Porém dos vates
 Por que lamento
 A triste sorte?
 Pode o tormento,
 Ou pode a morte,
 Inda que seja
 Dura, afrontosa,
 Fazer que a história
 Não perpetue
 Sua memória? ⁸²⁴*

O poeta brasileiro conta a história do pobre Tasso, que ousou amar a filha do duque e definhou na masmorra como um vil criminoso. Como defende Magalhães, seu gênio valia mais que cem duques ou reis, pois seus poderes não eram mortais, mas divinos como aqueles dos heróis homéricos. Mais uma vez alude aos sofrimentos dos vates, mártires e vítimas da ingratidão do mundo que como Tasso “mais sofreram na vida que com a morte”, pois ela lhes garantiria novo e imortal viver. Homero que como Camões mendigou de porta em porta, o fugitivo Dante e o perseguido Silva - Antonio José da Silva, judeu lusitano nascido no Brasil, queimado como herege pela inquisição - deveriam ser consagrados pela história, como a pergunta retórica ao final na realidade propõe.

⁸²⁴ Idem. Ibidem, pp.256-259.

Esta talvez fosse uma das grandes preocupações de Magalhães em sua juventude: garantir a inscrição da memória dos gênios no livro da história. Para tanto criou-se a imagem do escritor genial, incompreendido e desprezado pelos patrícios, exilado, aprisionado, obrigado a mendigar como um escravo, martirizado e perseguido.

Foi justamente Antônio José da Silva, que possuía laços com o Brasil, embora tenha realizado sua carreira dramática em Portugal, o exemplo apontado no intuito de restabelecer a notoriedade dos célebres homens de letras da história. A peça *O poeta e a inquisição* escrita em 1837, a respeito da perseguição e morte do dramaturgo judeu nascido no Brasil, foi encenada no teatro Constitucional Fluminense⁸²⁵ no Rio de Janeiro em 1838, protagonizado pelo já célebre ator João Caetano, tendo sido bastante aplaudido a época.

Antônio José da Silva foi muito popular na década de 30 do século XVIII, por redigir, dirigir e produzir peças de teatro de bonecos, chamadas óperas, em Lisboa. A peça de Magalhães narra os acontecimentos que levaram à sua captura e execução na fogueira da inquisição portuguesa em 1739. Entretanto, após a morte do dramaturgo pouco se sabia sobre sua existência material, a não ser sua obra e as circunstâncias que cercaram sua morte. Cem anos de silêncio, possivelmente provocados pela censura inquisitorial, e também pelo ofuscamento do modelo português pelo teatro clássico francês, apenas seriam superados no decorrer do século XIX, especialmente na segunda metade, com as pesquisas pioneiras e com a publicação do seu processo⁸²⁶.

Em carta datada de 1860, Araújo Porto Alegre dava conta de pesquisas realizadas por ele em Lisboa, em que localizava obras de Antônio José na biblioteca de S. Francisco em Lisboa. Examinava, terminando por refutar, a suposta vingança pessoal do cardeal da Cunha que mandou matar o poeta. Fez a leitura de elogios feitos pelas inquisições de Lisboa e Goa, visitou as ruínas do teatro do Bairro Alto onde Antônio José encenava suas comédias e a casa recém-derrubada em que morou o poeta antes de ser aprisionado e cuja localização constatava a inexatidão⁸²⁷. Por fim admirava-se de que sobre as ruínas da prisão em que ficou Antonio José, levantar-se-ia um magnífico

⁸²⁵ Atual teatro João Caetano, localizado na Praça Tiradentes no centro do Rio de Janeiro.

⁸²⁶ PRADO, Décio de Almeida. "Antonio José de Gonçalves de Magalhães". Revista da Universidade de São Paulo. Disponível em <<http://www.usp.br/revistausp/15/decio.php>> p.1. Acesso em 8/2008.

⁸²⁷ A casa estaria em verdade junto a Igreja do socorro e não no largo. Fato interessante que Porto Alegre acrescenta que achou-se no forro d'ela um saco com dinheiro: os velhos do quarteirão atribuíram este dinheiro ao poeta ; porque assim faziam todas as famílias dos perseguidos, uma vez que o Santo ofício confiscava os bens de suas vítimas. PORTO ALEGRE, Manoel de Araújo. "Carta datada de 27-04-1860". 2fls. Seção de Manuscritos da Biblioteca Pública do Estado do Maranhão.

teatro, construído por D. Maria II⁸²⁸. Apesar de suas pesquisas, Porto Alegre decidiu-se por não escrever uma biografia de Antônio José para o IHGB - coisa que já fora feita por F. Varnhagen - e informa que entregara os documentos encontrados ao Dr. Muzzio que desejava fazer um trabalho sobre o “poeta fundador do teatro cômico português” para o Instituto⁸²⁹.

Em 1860 já se tinham muitos trabalhos sobre Antônio José, sua biografia escrita por F. A. Varnhagen, o "Ensaio Biográfico" de Costa e Silva, o verbete do "Diccionario Bibliographico" de Innocencio Francisco da Sylva e a leitura do processo e das suas obras⁸³⁰. Contudo, em 1830 Gonçalves de Magalhães contava apenas com pouquíssimas fontes para realizar seu projeto. Ele que já relatara dificuldades em obter dados e documentos para seus ensaios sobre a história da literatura, apoiou-se nas informações fornecidas por Ferdinand Denis sobre o dramaturgo setecentista, que lhe pareceu um material válido para compor o enredo de *O poeta e a Inquisição*. Reproduziu então a versão fantasiosa de que existiria amizade entre o personagem real Conde de Ericeira, literato ligado à alta nobreza portuguesa, admirador de Molière e tradutor da *Arte Poética* de Boileau, e o comediante em início de carreira, cristão novo várias vezes processado pela inquisição e praticamente desconhecido como o autor de óperas burlescas e populares.⁸³¹ Além da pouca credibilidade da versão sobre a amizade entre literatos de procedências tão diferentes, na tragédia de Magalhães, Antônio José é abrigado pela personagem fictícia, a amiga e comediante Mariana, protegido pelo Conde, perseguido pelo vilão frei Gil, descoberto e encarcerado. Enquanto aguardava sua execução, todos os personagens, inclusive sua amante, morrem enquanto a peça culmina com o arrependimento do frei perseguidor e o sacrifício de Antonio José, que através das letras passava à eternidade. Nenhum destes acontecimentos tem qualquer comprovação empírica⁸³², revelando que eram muito mais recursos para efetivar a grande moral da peça.

⁸²⁸ Idem.Ibidem.

⁸²⁹ Idem. Ibidem.

⁸³⁰ Idem. Ibidem.

⁸³¹ PRADO, Décio de Almeida. “Antonio José de Gonçalves de Magalhães” Op. cit.p.2

⁸³² Antônio José da Silva nasceu no Rio de Janeiro em 1705 em uma família de cristãos novos radicada no Brasil para fugir da intolerância religiosa. Retornam a Portugal seguindo a mãe que foi presa pela inquisição. Antônio José estudou direito canônico em Coimbra e foi preso e torturado algumas vezes pela inquisição, tendo se convertido em um auto de fé. Escritor de peças teatrais entre 1733 e 1737 dirigiu e produziu peças como *A vida do Grande D Quixote de la Mancha e do Gordo Sancho Pança* (1733), *Ensopaida* (1734), *Encantos de Medeia* (1735), *Anfitrião e Alcmena*, *Labirinto de Creta* (1736), *Guerras do Alecrim e Manjerona*, *As Variedades de Proteu* (1737) e *Precipicio de Faetonte* (1738).Em 1837 ele era preso sem denúncia e sofreu processo inquisitorial que o levou a condenação e morte em auto de fé

Esta moral pode ser apreendida em diversos diálogos, como o que se deu no primeiro ato, cena três, entre a criada Lúcia e a comediante Mariana. Aqui, a triste história de Camões é associada à sorte de todos os artistas e escritores:

*LÚCIA- Oh! certamente que me causa pena.
Tanto eu não poderia: antes quisera
Uma esmola pedir de porta em porta,
Do que seguir tal gênero de vida.
E então porque ralar sua existência?!
Para agradar ao povo! e apresentar-se
A rir, ou a chorar, como uma doída!*

*MARIANA – Que dizes tu? Coitada! o teu discurso
Bem mostra que da glória o amor não sentes.*

*LÚCIA – Não sinto, e queira o céu que eu nunca o sinta;
Que se da glória o amor é que lhe causa
Tantas inquietações, tantas vigílias,
Desprezo tal amor. Eu de contínuo
Nas minhas orações me recomendo,
Quando me deito, ao grande Santo Antônio,
E ao meu anjo da guarda que me ajudem,
E de vis malefícios me preservem.
Só quero amar a Deus... Diga, senhora,
Porventura Camões amava a glória ?*

MARIANA – Oh, se a amava!... E que luso depois dele tanto amou-a?

*LÚCIA – Pois bem, sempre foi pobre;
Na miséria viveu, pedindo esmolas,
E morreu no hospital. Senhor Antônio
Que lhe diga o que ganha com as comédias
Que ele compõe, para agradar ao povo.*

*MARIANA – Ganha a reputação de Plauto Luso, de um ilustre
escritor, de um grande homem.*

*LÚCIA (Com ar de compaixão) – Melhor fora dizer – de um pobre
homem.*

MARIANA – E o que tem a pobreza com o talento?

*LÚCIA – Muito; que em Portugal andam casados.
E se o senhor Antônio continua,
Já lhe prevejo um fim bem miserando.
Eu só ouço dizer que ele é jocoso,
Que faz as pedras rir: eis porque o amam.
E se não fosse a banca, e os demandistas
Que lhe dão de comer, creio decerto
Que ele morto estaria há muito tempo,
Ou pelas portas pediria esmola
Como o pobre Camões... Camões!... Coitado!!
Quando da sua sorte me recordo,
Em lágrimas meus olhos se convertem.
Pobre homem... Tão moço!... Cavalheiro,
Que pudera ter sido alguma coisa,
Dar em poeta!... Andar fazendo versos!
Errando pelo mundo; naufragando!
Vir à Lisboa, e aqui pedir esmolas;*

*Comer o pão com lágrimas molhado;
 (Com tom de piedade e de compaixão)
 Morrer num hospital! Eu creio vê-lo (Limpando as lágrimas)
 Envolto num lençol, no adro da Igreja,
 Sobre o pedra estendido, ali, exposto,
 Movendo a piedade de quem passa,
 Que lhe atira um real para sua cova!...
 Oh meu Deus, que castigo!...Eu tenho um filho,
 Um filho que também erra no mundo;
 Faze que ele da glória o amor não sinta;
 Que não tenha talento, e sobretudo
 Que não seja poeta, porque possa
 Ser feliz sobre a terra.
 MARIANA – O teu discurso,
 Malgrado meu, o coração me toca.
 Confesso que não falas sem motivo.
 Mil vezes refletindo sobre a sorte,
 Vendo a miséria perseguir o gênio,
 A ingratidão dos homens, a injustiça,
 A infâmia que sobre ele a inveja lança,
 E o desprezo da vil mediocridade,
 Que no lodo se arrasta como o verme,
 E outro Deus não conhece mais que o ouro,
 Discorro como tu; e só desejo...
 Nem sei o que... morrer... deixar o mundo.⁸³³*

Assim como Porto Alegre comparou a condição do homem de gênio à do escravo, Gonçalves de Magalhães a compara à condição do serviçal ou do indigente. É a pobre criada Lúcia que sente pena da comediante Mariana e do poeta Antônio José quem provoca a associação de todos os artistas e poetas ao incomparável escritor luso, lembrado pela sua celebridade, mas também pela pobreza em que passou seus últimos dias. Lúcia personifica a sociedade, que abomina a sorte do poeta por não compreender sua louvável missão e que tenta dissuadir Mariana. A resposta de Mariana parece sintetizar toda as intempéries porque passa o gênio e que o fazem calar para sempre: a pobreza, a ingratidão, a infâmia, o desprezo, enfim a morte. Considerando o enorme potencial interativo do teatro, sua capacidade de sensibilizar, sobretudo tendo como protagonista João Caetano, ator que renovou as técnicas de arte dramática então em voga no Brasil, deve ter sido considerável o impacto sobre o público presente. Assistir ao diálogo no primeiro ato e ver as cortinas se fecharem quando o compositor é queimado na fogueira. Talvez tenham se enchido de culpa os espectadores que tivessem eventualmente menosprezado os poetas e músicos, taxando-os de desocupados ou infames.

⁸³³MAGALHÃES, D J G. *O poeta e a inquisição*. Disponível em: <<http://www.domíniopublico.gov.br>> pp.2-3 Acesso em 8/2008.

Certamente não tiveram o mesmo impacto da peça de Magalhães as observações de Araújo Porto Alegre na Niterói. Neste artigo o pintor denunciava o desperdício de talentos musicais que passariam a vida toda sem alcançar reconhecimento e sem obter os meios de desenvolver a sua vocação. A morte e o esquecimento não seria o único destino dos vates e grandes músicos nascidos no Brasil como João Francisco de Oliveira Coutinho e padre José Maurício, “principal gênio brasileiro”, “sempre grandioso e sempre pobre”.⁸³⁴ A pobreza, terrível fantasma que assombrava os intelectuais em todos os tempos, tornava-a a grande vilã deste drama, especialmente quando lhes faltava a intervenção do mecenato, do Estado ou do mercado editorial, quando inexisiam leis sobre propriedade literária, direitos autorais e contratos editoriais que protegessem os escritores. Além disto, sua condição ainda era marginal, tanto em relação ao mundo dos ricos proprietários - da “boa sociedade”-, quanto ao dos trabalhadores braçais. Ouçamos o desabafo de Porto Alegre:

*Entre nós ama-se em delírio a Música, mas despreza-se de alguma maneira os músicos: os ricos trocam de bom grado o seu dinheiro pelas lições do artista, recebem-nos com prazer em seu interior, mas talvez se envergonhem de ser seus amigos; os nossos músicos estão longe do labeo d'imortalidade, ao contrário, são bons pais de família, vivem em harmonia recíproca, tem uma caixa filantrópica, conservam toda a independência, que podem; tem um só defeito, e grande para o artista, nestes século, serem pobres!*⁸³⁵.

Claramente, o processo de distinção dos escritores, intelectuais e artistas laicos já havia se iniciado no país desde a chegada da Corte portuguesa, sendo “natural” que se construísse a idéia de distinção e distanciamento em relação àqueles que dependiam do trabalho manual para a subsistência. Entretanto, o pintor gaúcho expressa em seu artigo um comportamento que o intelectual não podia suportar: o desprezo por parte daqueles que lhes deveriam amparar - *a classe senhorial* e os dirigentes imperiais. Estes aprenderam desde o período joanino que o cultivo das artes e das letras poderia ornar suas casas, exaltar o poder e a glória dos reis, servir para fins políticos e para a distinção social, enfim poderia garantir sua inserção no mundo civilizado.

Porém, para aqueles que se dedicavam a tais atividades tanto como meio de vida, quanto como missão e vocação, era lastimável a pouca atenção dada às artes e às letras. Escrevia Porto Alegre: “Eu não encaro as artes como deleito, mas sim como coisa

⁸³⁴ Idem.Ibidem. p.183.

⁸³⁵ Idem.Ibidem. p180.

necessária. A arte é o ideal, o ideal é o sublime do pensamento”.⁸³⁶ Por isso em carta a Monte Alverne lamentava o desperdício de seus esforços em pintar quadros e avançar em seus estudos sem ter finalidade alguma⁸³⁷, haja visto que as artes permaneciam desconhecidas para muitos e desconsideradas pelos poucos que poderiam incentivá-las.⁸³⁸

Provavelmente para Antônio Gonçalves Dias, jovem escritor desempregado em início de carreira, a situação de Araújo Porto Alegre nos anos de 1840 não parecesse tão desesperadora, ao contrário, bastante confortável. Ele pertencia ao círculo do Imperador, fora nomeado pintor da Imperial Câmara, encarregado das festas imperiais, arquiteto oficial, recebera comendas, fora professor do Colégio Pedro II, da Academia Imperial de Belas Artes, diretor do Museu Nacional, deputado na Câmara. Em 1846, quando iniciava sua carreira, o poeta maranhense também sentia as dificuldades de ser um dramaturgo e escritor desconhecido na capital do Império. Apesar de pouco ter escrito sobre a condição do homem de letras em sua poesia, preferindo cantar a saudade, solidão, amores não correspondidos, os indígenas e a pátria, acha-se um poema intitulado "O vate: no álbum de um poeta" com epígrafe de Vítor Hugo⁸³⁹, que expressa um sentimento de frustração que sempre o acompanhou:

*Vate! Vate! que és tu? — Nos seus extremos
Fadou-te Deus um coração de amores,
Fadou-te uma alma acesa borbulhando
Ardidos pensamentos, como a lava
Que o gigante Vesúvio arroja às nuvens.
Vote! vote! que és tu? — Foste ao princípio
Sacerdote e profeta;
Eram nos céus teus cantos uma prece,
Na terra um vaticínio.
E ele cantava então: — Jeová me disse,
Majestoso e terrível.
(...)
E o vate entanto o pálido semblante
Meditabundo sobre as mãos firmara,*

⁸³⁶ PORTO ALEGRE, M A. “Carta a Monte Alverne datada de 25 de julho de 1834”.In: LOPES, R. Op. cit. p34.

⁸³⁷ Idem. “Carta a Monte Alverne datada de 5 de fevereiro de 1835”.In: LOPES, R. Op. Cit. pp49-51.Retornaremos para análise do conteúdo desta carta no capítulo 4.

⁸³⁸ Idem. Ibidem.

⁸³⁹ Na epígrafe consta a poesia de Hugo:

*Moi...j'aimerai la victoire;
Pour mon coer, ami de toute gloire,
Les triomphes d'autrui ne sont pas un affront.
Poète, j'eus toujours un chanl pour les poètes,
Et jamais le laurier qui pare d'autre têtes
Ne jeta d'ombre sur mon front.
-- V. Hugo*

*Suplicando ao Senhor do interno d'alma.
Foram santos então. — Homero o mundo
Criou segunda vez, — o inferno o Dante, —
Milton o paraíso, — foram grandes!
E hoje!... em nosso exílio erramos tristes,
Mimosa esp'rança ao infeliz legando.
Maldizendo a soberba, o crime, os vícios;
E o infeliz se consola, e o grande treme.
Damos ao infante aqui do pão que temos,
E o manto além ao mísero raquítico:
Somos hoje Cristãos.⁸⁴⁰*

Assim descreve Gonçalves Dias o poeta, um visionário, um grande homem, mistura de "sacerdote e profeta", salvador e santo. Contudo, por seus "ardidos pensamentos", "maldizendo a soberba, o crime e os vícios", os infelizes cantores ameaçariam os poderosos e seriam condenados ao isolamento. Talvez este poema se apresente como uma exceção dentro de sua obra porque Gonçalves Dias é símbolo ele mesmo da tragédia do literato: mestiço, ilegítimo, sem fortuna, desempregado, endividado, discriminado na sua terra natal, rejeitado pela família da sua amada e por fim doente. Em 1846, recém chegado ao Rio de Janeiro, aproveitava os entretenimentos, os teatros e cafés, comprava livros, endividava-se, mas lamentava aos amigos íntimos da demora em conseguir um emprego público ou uma pensão, apesar de tanta "bajulação" de personagens influentes, de não ver aceito pela censura ou pelos diretores de teatro as peças que ele propôs⁸⁴¹, enfim de seu talento não ter sido (ainda) reconhecido:

*Entre nós, estamos no tempo de Camões; podeis compor Lusíadas,
quem vo-lo proibe? O governo, que é inteligente e esclarecido, dará
ao vosso maior poeta no fim de sua vida os 15 \$ anuais d'el Rei D.
Sebastião, e a Miséria franqueará os seu hospitais ao protegido do
Rei.⁸⁴²*

Gonçalves Dias poderia encarnar o próprio Camões, não fosse o desenrolar de sua biografia e de sua carreira literária: a notoriedade internacional como poeta, o favorecimento da crítica, os cargos no governo, a deferência no Instituto Histórico e

⁸⁴⁰ DIAS, Gonçalves. *Primeiros Cantos*. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br>>p.50-51. Acesso em 10/2008.

⁸⁴¹ Nos referimos a *Beatriz Censi* e *Paktull* peças baseados em fatos históricos que eram combinação entre o gênero trágico e cômico. Estes foram rejeitados pela censura que os considerou "imorais". Sua peça Leonor de Mendonça foi aprovada pelo Conservatório Dramático em 1847, mas João Caetano que era diretor, empresário e artista da Companhia Francesa não quis comprá-la e produzi-la porque os lucros advindos do teatro eram baixos.

⁸⁴² DIAS, A. Gonçalves. "Carta datada de 8 /4/1847. In: Anais da Biblioteca Nacional. Op. cit.

Geográfico Brasileiro, as longas viagens à Europa, a relação próxima com o Imperador, as comendas oferecidas e recusadas pelo maranhense.

Quase trinta anos depois da publicação da revista *Niterói*, em 1861 e após décadas de ascensão social dos escritores, de progresso material e do reconhecimento que muitos dos promissores letrados fizeram frente ao público, dos editores e de seus pares, Joaquim Norberto ainda entoava o canto dos “Poetas Moribundos”:

A literatura brasileira, que apenas começa, já conta, como as velhas literaturas de além mar, poetas cujos sofrimentos despertam gratas simpatias.

A lira de nossos poetas, fiel à sua missão, muitas vezes além da campa, dedilhada pela destra que a morte surpreende, paralisa, amortece e mirra para sempre.

*É o eco, que ainda dura, de uma voz que já se extinguiu*⁸⁴³.

Enquanto os literatos tratavam de divulgar o sofrimento dos poetas do passado e de sensibilizar os leitores em relação à condição do poeta na sociedade, produziram simultaneamente sua auto-imagem, alimentada pelas experiências e pelo sofrimento real pelos quais passaram muitos homens letrados no século XIX. Com a convicção de que eram portadores de virtudes e atributos do sacerdócio, eram arautos, videntes, juízes e redentores da sociedade, afirmavam a existência do gênio nacional. Esta auto-imagem de sofrimento, solidão e abnegação contribuiria para constituir a identidade dos intelectuais enquanto grupo social autônomo, incompatível com a política partidária, desinteressado em relação aos bens pecuniários e aos conflitos mundanos e, principalmente, desvinculado com as classes sociais. Também serviu para escamotear as cisões e as diferenças entre eles: suas origens de classe e posições no campo literário, as disputas pelas gratificações simbólicas e pela notoriedade, a dependência do mercado editorial cada vez mais presente no Brasil em meados do século XIX e sobretudo os diferentes graus de aproximação com o poder. Sob a precedência exemplar dos escritores de outras épocas, proclamando a sua missão de todos os tempos, isto é, promover o aperfeiçoamento moral do homem, os literatos se associavam e lutavam para garantir formas de sobrevivência em uma sociedade em que pouca atenção se dava aos livros e à cultura.

⁸⁴³ SILVA, J. Norberto S. “Poetas Moribundos” In: *História da Literatura Brasileira e outros ensaios*. Rio de Janeiro, 2002. p.351.

4. COLHENDO OS FRUTOS

4.1 Imitação versus criação original

Definido ao mesmo tempo como “monumento de glória erigido ao Brasil”⁸⁴⁴ e apresentado como representante da ruptura com a mera prática de imitação, *Os Suspiros Poéticos* foi saudado como o primeiro fruto da moderna literatura do Brasil e de inspiração do gênio nacional. Embora não houvesse acordo entre os intelectuais em relação à origem ou aos critérios para estabelecer o aparecimento de uma literatura nacional, os debates em torno da sua existência e do seu progresso por vezes se configuravam em questões cruciais para a afirmação da identidade e da auto-estima nacional, ocupando todos os seus esforços e atenção.

Desde os tempos da *Niterói* a nacionalidade da literatura mobilizava os intelectuais expatriados. Gonçalves de Magalhães defendia que o poeta, este incompreendido pela sociedade, louvava a beleza e o amor até conhecer a idéia de Pátria e invocá-la sem esperança de recompensa⁸⁴⁵. Criticava os próprios brasileiros que, acostumados a admirar os "estranhos", se mostravam mesquinhos para com os nossos, dando a impressão de que não se possuíam gênios. Propunha que, ao invés de admirar os clássicos latinos e gregos, além dos franceses Voltaire, Racine e Camões, se apreciasse Santa Rita Durão, Basílio da Gama e Souza Caldas.

O clamor de Magalhães é para que os brasileiros passassem a refletir a respeito sua potencialidade e as "cores" do país amparando-se na história, o que significava conhecer os gênios que povoaram o solo do Brasil em outras épocas e encontrar-se com sua própria identidade: "*Jamais uma Nação poderá prever o seu futuro, quando ela não reconhece o que ela é, comparativamente com o que foi. Estudar o passado, é ver melhor o presente, é saber como se deve marchar*".⁸⁴⁶

O estudo da história não se prestaria apenas ao conhecimento do passado, mas a tirar-se lições úteis para o presente⁸⁴⁷. "Saber como se deve marchar" no que toca a poesia, significava para Magalhães que os poetas nativos não se deixassem "escravizar" pelos modelos dos Antigos, pois as Ciências, a Poesia e as Artes, filhas da Liberdade,

⁸⁴⁴ SILVA, J. M Pereira. "Estudos sobre literatura".Op. cit. pp.239-240.

⁸⁴⁵ MAGALHÃES,D. J. G. "Ensaio sobre a história da literatura".cit. p.143.

⁸⁴⁶ Idem. Ibidem.p.145.

⁸⁴⁷ Idem. Ibidem.p.159.

não são partilha do escravo"⁸⁴⁸. Portanto, cabia-lhes não se limitar à reprodução imitativa da Natureza como se ela fosse a mesma em toda a parte. Com a Natureza variariam os costumes, leis e crenças e a poesia. Seu diagnóstico era de que os poetas brasileiros não tiveram bastante força para se despojarem do jugo do modelo antigo da mera imitação de pensamento alheios. O escritor acrescentava, citando Schiller, que o Poeta independente só teria por lei as inspirações de sua alma, o que tornaria sua poesia tanto original⁸⁴⁹ quanto particular. Por isso concluía que "A estrada pelos nossos ilustres maiores aberta ... não tocou ainda o seu cume" guiada apenas pelo nosso gênio pois "mais vale um vôo arrojado deste, que a marcha refletida e regular da servil imitação".⁸⁵⁰ Ao artista e ao poeta caberia ousar criar uma nova poesia, sintonizada com a natureza e com a sociedade brasileira, como Magalhães procurou fazer nos *Suspiros Poéticos*.

As nações livres deveriam desenvolver os elementos de civilização, no sentido do progresso, e o Brasil não deveria "ficar imóvel como o colono sem ambição e sem esperanças", pois liberto do jugo português, o destino deste império americano já estaria reservado, ainda que a escravidão contrariasse o desenvolvimento da indústria, das artes e da moral⁸⁵¹:

*O germe de civilização depositado em teu seio pela Europa, não tem dado ainda todos os frutos, que se deveria dar; vícios radicais tem tolhido seu desenvolvimento. Tu afastaste de teu colo a mão estranha, que te sufocava, respira livremente, respira, cultiva as ciências, as artes, as letras, a indústria, e combate tudo, que entrevá-las pode*⁸⁵².

O rompimento cultural com Portugal, apresentado por Magalhães como a segunda fase da História da literatura no Brasil, era eleito o marco de um renascimento cultural, e a antiga metrópole e sua herança eram caracterizadas de forma negativa como "a mão estranha que o sufocava" no parágrafo anterior, as "mãos pobres e avaras"⁸⁵³, comparável a "um bárbaro senhor [que] algema seu escravo, receoso que ele se escape"⁸⁵⁴. Ainda que Magalhães precisasse reconhecer a herança literária portuguesa, segundo sua avaliação ela teria sido uma influência também negativa, uma vez que ao desembarcar em solo brasileiro a poesia ao invés de tornar-se uma indígena civilizada,

⁸⁴⁸ Idem. Ibidem. p.142.

⁸⁴⁹ Idem. Ibidem. p.158.

⁸⁵⁰ Idem. Ibidem. p.159

⁸⁵¹ Idem. Ibidem.p.141.

⁸⁵² Idem. Ibidem.p.146.

⁸⁵³ Idem. Ibidem.p.146.

⁸⁵⁴ Idem. Ibidem. p.141.

tornou-se uma "grega vestida à Portuguesa e à Francesa e climatizada no Brasil"⁸⁵⁵. Era cópia e imitação que não se inspiraram das imagens da Natureza virgem da Pátria, mas pretendiam reproduzir a mitologia grega e cultura do mundo clássico, como se não houvesse variantes físicas que tornassem as épocas e as paisagens diferentes entre si, alterando igualmente a poesia e a cultura, principalmente a base moral da poesia, isto é, a religião, que elevaria o gênio⁸⁵⁶.

Uma vez mais o poeta utilizava-se da metáfora orgânica e da imagem da árvore para demonstrar o efeito inibidor sobre a literatura no Brasil. Tendo afirmado que "cada povo tem sua Literatura", como cada árvore seu fruto, considerava que uma civilização que é apenas reflexo de uma outra é:

*Então semelhante às árvores enxertadas, vem-se pender dos galhos de um mesmo tronco frutos de diversas espécies, e posto que não degeneram aqueles, que do enxerto brotaram, contudo algumas qualidades adquirem, dependentes da natureza do tronco, que lhes dá o nutrimento, as quais os distinguem dos outros frutos de sua mesma espécie.*⁸⁵⁷

A literatura da França, Inglaterra, Espanha e Portugal, ao lado da sua literatura própria e originária do cristianismo, teriam assim uma outra "enxertada", que por não ser nativa, não seria mais do que uma lembrança de costumes e crenças antigas. Fazia-se necessário que os escritores não se tornassem mais imitadores de um modelo literário estrangeiro, pois para que o poeta pudesse ser chamado de grande e de original, seria necessário ter sua inspiração direto da natureza e não somente por intermédio de livros.

A natureza para os escritores românticos era a tradução e a confirmação da existência de Deus⁸⁵⁸ que o poeta deveria louvar. Ademais, desde Herder, o historicismo fazia a fusão entre natureza e cultura dos povos, integrando historicamente os contornos locais às comunidades⁸⁵⁹ que consistiriam uma mesma unidade orgânica. Interpretada através da imaginação intuitiva, a natureza americana foi exaltada em sua beleza e complexidade por Humbolt, Chateaubriand e Fenimore Cooper. Uma natureza como a brasileira, pintada por grandes artistas e viajantes europeus, seria digna de produzir muitos cantores e poetas nativos e proporcionaria inspiração para uma poesia autenticamente nacional.

⁸⁵⁵ Idem. Ibidem.p.146.

⁸⁵⁶ Idem. Ibidem.p.141.

⁸⁵⁷ Idem. Ibidem. p.122.

⁸⁵⁸ NUNES, Benedito. Op. cit. p.65.

⁸⁵⁹ GUINSBURG, J. Op. cit.pp.15-16

Para demonstrar o potencial inspirador da natureza brasileira, Gonçalves de Magalhães perguntava se o Brasil poderia inspirar a imaginação dos Poetas e se os indígenas teriam cultivado poesia. Ele examinou as questões tomando como princípio e verdade que a disposição e o caráter de um país exerceria influência sobre o físico e moral de seus habitantes, como demonstravam Buffon e Montesquieu. Baseando-se em tal premissa e em manuscritos antigos e anônimos da Biblioteca Real de Paris, afirmou que os indígenas eram grandes cantores, em particular os Tamoios da costa, e que os Caetés e os Tupinambás possuíam gênio musical e poético. Seus hinos, contudo, não teriam sobrevivido, pois os jesuítas missionários durante o trabalho da catequese substituíam os cânticos indígenas pelos cânticos sacros, sem se dar ao trabalho de traduzi-los para linguagem vulgar. Apesar disto, seus cânticos seriam “precioso monumento”⁸⁶⁰ deixado para nós por estes “povos incultos”⁸⁶¹ que influíram sobre a atual poesia brasileira, “como os cânticos do Bardo da Escócia sobre a Poesia influíram do Norte da Europa, e hoje, harmonizando seus melancólicos acantos com a sublime gravidade do Cristianismo em toda a Europa dominam”.⁸⁶²

Produziu-se no discurso de Magalhães a idéia da ancestralidade das raízes indígenas sobre a cultura do Brasil (a literatura e a música), como dimensão do esforço romântico em resgatar a originalidade da tradição popular e os “arquivos de nacionalidade” que formariam o alicerce da sociedade⁸⁶³. Não foi por casualidade que no *Ensaio...* o poeta descrevia o período colonial focando a perseguição aos índios, o roubo e pilhagem e escravização pelos colonos portugueses.⁸⁶⁴ Ao lado disto, reconheceria que através do testemunho de escritos anônimos antigos, as tribos indígenas tinham talento para a música e para a poesia, e especialmente os Tamoios as praticariam em combates, festas, em hinos improvisados, enquanto a poesia seria muito cultivada principalmente por Caetés e Tupinambás⁸⁶⁵.

Anos mais tarde, em os “Indígenas do Brasil perante a História” publicado em 1859 - três anos após o lançamento da sua epopéia nacional *A confederação dos Tamoios* - Magalhães criticaria a historiografia partidária, ou inspirada por teorias apriorísticas, acusando-a de “sempre empenhar-se em glorificar os atos dos

⁸⁶⁰ MAGALHÃES, D. J. G. "Ensaio sobre a História da Literatura". Op. cit. p.157

⁸⁶¹ Idem. Ibidem. p.157

⁸⁶² Idem. Ibidem. p.157

⁸⁶³ ORTIZ, R. Op. Cit.p.22

⁸⁶⁴ MAGALHÃES, D. J. G. "Ensaio sobre a História da Literatura". Op. cit. p.140

⁸⁶⁵ Idem. Ibidem.pp.155-156

conquistadores e de denegrir as vítimas”⁸⁶⁶ já que só se tem dos documentos crônicas e relações que os conquistadores portugueses fizeram. Estes historiadores julgariam e moldariam os acontecimentos à sua versão, sem criticar os documentos ou interpretá-los. Acrescentava ele: “Do mesmo modo desfiguram as crenças, e infamam os usos e costumes estranhos, sendo que de ordinário só nos parecem razoáveis os nossos”⁸⁶⁷. Acrescentava que a história escrita pelos homens é "um processo pleiteado por interesses contrários, que varia de arrazoado segundo o intento" e sendo assim, a omissão de uma circunstância comprometeria as reflexões do estudioso. Portanto, ao se deparar com "documentos vários, provenientes de um só lado, cumpre-nos procurar a verdade pela crítica, e por um método indireto, notando sempre as contradições, como fazem os juízes no acareamento das testemunhas"⁸⁶⁸

Propunha este método crítico de confrontação documental e a desconfiança em relação a "essas pinturas de um povo estranho, feitas pelos seus opressores" para reabilitar os povos indígenas descritos com exageros por alguns viajantes europeus ou destituídos de cultura e de humanidade por outros. Magalhães criticava abertamente o "sr.Varnhagen, incansável pesquisador de antigos documentos"⁸⁶⁹ e sua obra recente *História geral do Brasil*, por não conceder praticamente virtudes aos indígenas, traços culturais como religião, enfim, desprezando a contribuição destes povos para a população brasileira. O crítico reparava que Varnhagen era historiador da conquista do Brasil pelos portugueses e que não manifestava qualquer simpatia⁸⁷⁰ pelos índios, negando-lhes mesmo a designação de indígenas.

Reagindo contra a herança lusa, fardo pesado demais para ser incorporado pela história da literatura de Magalhães, foi um outro modelo estrangeiro que tinha a França como difusora e trazia o Brasil para sua órbita de influência. Magalhães assim como Sales Torres Homem, insistiam que o Brasil fosse perfilhado pela França: "Hoje, o Brasil é filho da civilização francesa, e como a Nação é filha desta revolução famosa que balançou todos os tronos da Europa e que "esclareceu os povos"". ⁸⁷¹ Diversamente

⁸⁶⁶ MAGALHÃES, D. J. G. "Os indígenas do Brasil perante a história" In: *Opúsculos históricos e literários*.s/l, s/d.p.157.

⁸⁶⁷ Idem. Ibidem. p.158

⁸⁶⁸ Idem. Ibidem.p.159.O exemplo por ele é o testemunho do Padre Vieira sobre a matança que neles se fazia, relato este recusado por alguns autores. Idem. Ibidem.p.160.

⁸⁶⁹ Idem. Ibidem. p.164.

⁸⁷⁰ Idem. Ibidem. 164.Explica isto pelo fato do historiador ter vivido longe da pátria.

⁸⁷¹ Idem. Ibidem.p.149.

de Portugal que "sufocou" o desenvolvimento do país para que não o ofuscasse⁸⁷², a França se mostraria como uma grande mestra e guia.

Na periodização da história da literatura no Brasil, em seu *Ensaio sobre a História da Literatura*, relaciona quatro momentos de sua evolução: o estupor da vida literária dos primeiros anos de colonização no século XVI, com ausência de escritores conhecidos, sucedido no século XVII pela literatura jesuítica de propensão religiosa, em seguida o século XVIII, quando teria sido aberta a carreira literária no Brasil, quando a juventude que se dirigia à Europa atrás de sapiência, trazia para o "seio da Pátria os germes de todas as ciências e artes" e foram acolhidos pelos espíritos ávidos de saber que se propagaram com as Luzes.

*Então vasto campo literário abriu-se no Brasil, a todos os ramos da literatura ai foram cultivados, os homens de subida tempera mostraram que os gênios dos incultos sertões da América podiam dilatar seu vôo até as margens do Tejo...*⁸⁷³

A libertação total seria resultado da Revolução Francesa, que redundou em uma importante nova idéia, que no Brasil resultava em uma nova fase da literatura, a idéia de Pátria. Segundo o jovem poeta, com a expiração do domínio português desenvolveram-se as idéias no Brasil⁸⁷⁴, pois desde o século XVIII passara a existir um comércio científico e literário com a França.

Desprezando o fato de que sobretudo no meio cultural francês impôs-se e se difundiu a imitação da estética clássica, a partir de seus grandes dramaturgos barrocos, Racine, Molière, Corneille e da escola de pintura de Jacques Louis David, tanto Gonçalves de Magalhães quanto Pereira da Silva recorreriam ao alinhamento cultural com a França enquanto caminho para ruptura com a imitação clássica associada à literatura do período colonial.

João Manuel Pereira da Silva deu continuidade às reflexões de Magalhães sobre a literatura nacional em seus "Estudos sobre a literatura", publicado no segundo número da *Niterói*, objetivando analisar a marcha da literatura antiga e moderna sob o ponto de vista das relações com as formas do governo, com religião, a civilização, os costumes e nações⁸⁷⁵. Em um momento seguinte ele apresenta a literatura como

⁸⁷² Idem. Ibidem p.141.

⁸⁷³ Idem. Ibidem.p.152.

⁸⁷⁴ Idem. Ibidem.p.149.

⁸⁷⁵ SILVA, J. M. Pereira da. "Estudos sobre literatura". Op. cit.p 216.

“expressão da civilização”, “civilização” compreendida como o “desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos”.⁸⁷⁶ A literatura estaria de tal modo atrelada à sociedade que as letras e a civilização se desenvolveriam, erguer-se-iam e decairiam simultaneamente. Elas caminhariam ao lado do desenvolvimento material porque “a prática das virtudes morais necessárias às sociedades” dependeriam da cultura do espírito e da ilustração de um povo⁸⁷⁷.

O autor mostrava-se igualmente adepto das concepções historicistas em seu ensaio. Sua definição abrangente de literatura converge para a compreensão de Magalhães, de que a literatura exprimiria o caráter de um povo em dada época, do que esta teria de mais sublime e heróico⁸⁷⁸ e de que ela seria um legado às futuras gerações quando todas as suas instituições, costumes e crenças já tivessem desaparecido⁸⁷⁹:

Depois de ter recebido milhões de modificações pelos escritores, que disputavam sobre sua significação; a literatura é hoje a reunião de tudo o que a imaginação exprime pela linguagem, abraçando todo o império, em que exerce a inteligência humana sem poderio, é o resumo dos hábitos e grandeza dos povos, e a história progressiva e circunstância do espírito humano com as suas superstições, crenças, e caráter próprio, é a apreciação da influência dos elementos uns sobre os outros no espírito das diferentes épocas, é a filosofia, a História, a eloquência e a Poesia⁸⁸⁰.

Pereira da Silva, talvez o único dentre os redatores que posteriormente se dedicaria exclusivamente à história, à história da literatura e à biografia, atribuía muita importância a este gênero, uma vez que para ele a literatura abarcava todos os campos da inteligência humana com uma significação bastante abrangente. Relatava que os gêneros predominavam e como evoluíram nas diferentes sociedades os gêneros literários, na Grécia, na China, Índia, Fenícia e Pérsia⁸⁸¹, que a poesia, a história, a filosofia, a eloquência, o saber teve seu apogeu no Egito e na Grécia⁸⁸² e que os sacerdotes inventores, poetas, filósofos e historiadores do mundo antigo eram grandes homens⁸⁸³.

⁸⁷⁶ Idem. Ibidem.p.214.

⁸⁷⁷ SILVA, J. M. Pereira da. “Estudos sobre literatura”. Op. cit.p214

⁸⁷⁸ MAGALHÃES, D. J. G. “Ensaio sobre a História da Literatura”Op. cit. p.132.

⁸⁷⁹ Idem. Ibidem. p.132.

⁸⁷⁹ SILVA, J. M. Pereira da. “Estudos sobre literatura”. Op. cit.p.214.

⁸⁸⁰ Idem. Ibidem. p.215

⁸⁸¹ Idem. Ibidem.p.219.

⁸⁸² Idem. Ibidem.p.220.

⁸⁸³ Idem. Ibidem.p.221. Menciona que na Grécia antiga, a filosofia e a eloquência se desenvolveram, tendo continuidade em Roma. Contudo, não concebe a superioridade da história no mundo clássico – Heródoto só seria um elegante escritor porque não criou uma ciência. Idem. Ibidem.p.224. Interessante notar que se inicia uma clara distinção entre o tipo de produto do trabalho do historiador e a do escritor.

Era por isto que Pereira da Silva tentou traçar um panorama geral de evolução deste campo de conhecimento e as várias modalidades de literatura. Atribuiu importância particular à história pois este gênero permitiria compreender o destino e a missão de um país diante da “carta da humanidade”⁸⁸⁴ cujo princípio e marcha seriam necessários. A história das nações eram epopéias, ora felizes e gloriosas, ora desgraçadas, “transmitindo da época a herança do espírito humano, depois de as modificar, nas idéias e nos sentimentos”⁸⁸⁵. Dentre os historiadores, as lições de um Tácito, Maquiavel, Montesquieu, Gibbon, Robertson, e Bossuet apontavam para duas maneiras de se considerar a história no século XIX, particular e universal. A primeira, a qual pertenceria Thierry, Linguard e Sismondi, consistiria em escrever, segundo grandes modelos, os acontecimentos, com toda a verdade e crítica, em marcar a cada povo seu tipo peculiar, a marcha da civilização, o estado da indústria, e o progresso das nações⁸⁸⁶. Enquanto a segunda maneira seria considerar a história filosófica e ideal como o fazia Giambatista Vico no século XVIII, seguido por Herder e Hegel no século XIX, que estabeleceram leis universais de desenvolvimento da humanidade⁸⁸⁷.

Dentro da concepção ampla de literatura de Pereira da Silva, ele concedia destaque maior à poesia:

*...considerada no nosso século como o representante dos povos, como uma arte moral, que muito influi sobre a civilização, a sociabilidade, e os costumes, sua importância na prática das virtudes, seus esforços a favor da liberdade e da glória lhe marcam um lugar elevado entre as artes, que honram uma nação*⁸⁸⁸.

Enfim, Pereira da Silva examinaria os efeitos desta literatura estrangeira sobre a literatura nacional e a apresentaria como alternativa à literatura romântica, originada na Inglaterra e de lá para a Alemanha "afugentada" da França pelo classicismo. Originada na Espanha medieval, esta poesia semi-árabe teria inspirado Dante, maior gênio dos modernos, cuja obra contagiou Ariosto.

De um lado uma literatura estrangeira, que, como conquistadora, nos infringe regras contrárias a nossos pensamentos, que se opõe ao vôo inflamado de nossos gênios, fazendo-os sacrificar sobre seus altares o frágil aroma da escravidão imitativa, marcando-lhes a estrada do Olympo grego, único espaço, onde se possam esparair

⁸⁸⁴ Idem. Ibidem.p. 242

⁸⁸⁵ Idem. Ibidem.p.242.

⁸⁸⁶ Idem.Ibidem.p.241.

⁸⁸⁷ Idem. Ibidem.p.242.

⁸⁸⁸ Idem. Ibidem.p.237

*seus pensamentos, sem que lhes seja permitido ultrapassar os limites, que como grades de uma prisão, se lhes apresentam*⁸⁸⁹.
De outro lado a nova, bela, adaptada a nossa crença, que proclama a liberdade.
*E o progresso, que permite voar, até a altura, que pudermos, que nos quebra as prisões, e nos fazem entoar o hino da Independência*⁸⁹⁰.

A nova poesia, seria produto da independência política. Para Pereira da Silva a literatura que na Idade Média estava completamente separada da política, passa a estar diretamente ligada a ela, uma vez que “a política influi muito sobre a literatura, abre a carreira social, desenvolve idéias e grita pelas inovações e pelo progresso”⁸⁹¹. Assim associa literatura e política apontando a relação entre Revolução Francesa e Romantismo, em que a primeira abre caminho à segunda com as teorias liberais e humanas.

Apesar de todos os colaboradores da *Niterói* enfatizarem os vínculos literários com a França, como vimos esta relação é de certa forma ambígua, uma vez que o classicismo que por muito tempo condenara os autores à imitação da natureza, e portanto dos modelos clássicos, resistiu na França, enquanto na Alemanha e na Inglaterra ele foi abandonado ainda no século XVIII. Seu desprestígio na França só ocorreu após uma verdadeira batalha entre gerações, em que o Romantismo representava as idéias de ruptura com a velha ordem. As idéias liberais não estariam assim dissociadas do Romantismo por meio da defesa de idéias de representatividade política, mobilidade social, liberdade de credo e de expressão. Diante da enérgica censura da época da restauração e dos privilégios mantidos com referência ao teatro (à *Comédie Française*) ao mercado editorial e ao mecenato, muitos jovens autores dos anos de 1820, como Charles Nodier, V. Hugo, Alfred Vigny e Saint Beuve, foram sendo seduzidos pela idéia de que não haveria mais regras fixas para a arte. Giulio Argan sintetiza bem o espírito desta ruptura:

A crise ocasionada pelo término desse universalismo abre, também na cultura artística uma problemática nova: recusada a restauração monárquica anti histórica, as nações precisam encontrar em si mesmos em sua história e no sentimento dos povos, as razões de uma autonomia própria e, numa raiz ideal comum, o cristianismo, o conteúdo para uma coexistência civil. Assim nasce, no âmbito global do Romantismo, que incluía a ideologia neoclássica decaída, o Romantismo histórico, que se lhe contrapõe como alternativa dialética

⁸⁸⁹ Idem. Ibidem. p.235

⁸⁹⁰ Idem. Ibidem. p.235

⁸⁹¹ Idem. Ibidem. p.236.

*opondo à racionalidade derrotada a profunda e irrenunciável religiosidade intrínseca da arte.*⁸⁹²

A respeito destes dois movimentos intelectuais e artísticos, o neoclassicismo e o Romantismo, G. Argan endossa a perspectiva de historiadores da literatura que minimizam a oposição entre ambos. Segundo o historiador da arte, o romantismo e o neoclassicismo pertencem ao mesmo ciclo de pensamento, sendo o neoclassicismo histórico uma fase do processo de formação da concepção romântica: aquela segundo a qual a arte não nasce da natureza, mas da própria arte, e não somente implica um pensamento por puros conceitos⁸⁹³. Embora a ruptura com a estética clássica e com os valores do Iluminismo tenha sido superestimada por muito tempo, o Romantismo apresentava uma recuperação do sentimento religioso na arte e na compreensão do mundo, distanciando-se do ideal de racionalidade, simetria e percepção da natureza e da sociedade como peças de um mecanismo.

4.2 A querela entre antigos e modernos

A disputa entre os defensores dos clássicos e dos românticos, e que culminou com a vitória destes últimos em meados do século XIX, era um desenvolvimento da querela entre antigos e modernos, que se originou no Renascimento e que desde então opunha a admiração fervorosa da antiguidade clássica como uma época de ouro irre recuperável e inimitável, à confiança de que os modernos podiam superar os clássicos em termos de literatura, artes, língua e política⁸⁹⁴. Do século XVI em diante predominava a sensação de inferioridade e a necessidade de imitar os clássicos Virgílio, Cícero e eventualmente de rivalizar com eles, aperfeiçoá-los e superá-los⁸⁹⁵. A distância no tempo em relação à Antiguidade⁸⁹⁶ gerava a necessidade de adaptar seus autores e de criar um estilo pessoal. Apesar disto, os renascentistas, os primeiros a se verem como modernos, entendiam as criações originais e descobertas como restauração da herança do passado⁸⁹⁷ relacionado ao seu árduo trabalho como filólogos. Nos séculos XVI e

⁸⁹² ARGAN, Giulio. *A arte moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p14.

⁸⁹³ Idem. *Ibidem*. p12.

⁸⁹⁴ LOWENTHAL, David. *The Past is a foreign country*. New York: Cambridge University Press, 1994. p.76

⁸⁹⁵ Idem. *Ibidem*. p.82

⁸⁹⁶ Idem. *Ibidem*. p.79.

⁸⁹⁷ Idem. *Ibidem*. p.84

XVII o tema da decadência foi comum, mas a partir do final deste último século, a confiança no progresso do conhecimento foi reconquistada⁸⁹⁸, consequência da idéia de que o conhecimento é cumulativo e que os antigos ensinaram aos modernos através de seus erros. Consolidou-se no século XVIII uma visão de que no domínio das ciências, que extraíam suas "verdades" da observação da natureza, teria havido progresso, enquanto no domínio das artes e literaturas o sentimento era de que a perfeição dos antigos seria inalcançável e portanto viveriam em uma época de decadência⁸⁹⁹.

Assim, na época moderna, na literatura e nas belas artes considerava-se que os clássicos exprimiram com perfeição os valores universais e estariam mais próximos da natureza. Homero teria atingido um nível de excelência poética que as gerações posteriores não teriam conseguido igualar⁹⁰⁰. A questão central da querela entre antigos e modernos, sobre a qual se debruçaram os críticos literários era se os valores universais eram melhor expressos na literatura clássica ou na moderna⁹⁰¹. Mas, como salienta B. Haddock, a perspectiva de antigos e modernos constituía sérios obstáculos à compreensão histórica dos textos literários, porque discutiam em torno de critério de qualidades universais da grande literatura, não interessando a diversidade cultural ou sua condição de expressão da singularidade de cada povo⁹⁰². Foi preciso superar esta perspectiva na literatura e na história, para que a querela abrisse caminho para o historicismo e o relativismo cultural no século XIX.

Contudo, se isto ocorreu foi devido à percepção do acúmulo de informações e de significados nos textos literários, que os estudiosos passaram a interpretar cada obra em sua especificidade⁹⁰³. Mesmo que o objetivo fosse afirmar a superioridade de “antigos” ou “modernos”, o crítico era obrigado a admitir e abordar as espécies diferentes de poesia com diferentes pressupostos se quisesse achar algum significado⁹⁰⁴. Substituíam-se a querela entre antigos e modernos, a partir da segunda metade do século XVIII e início do XIX, pelo entendimento que não era possível definir critérios únicos para interpretar as literaturas, pois estas estavam imersas em contextos culturais distintos.

⁸⁹⁸ David Lowenthal atribui esta restauração da confiança a disseminação de textos antigos por causa da difusão da imprensa, revelando os erros e falsificações dos clássicos. Idem. Ibidem.pp.88-89

⁸⁹⁹ Idem. Ibidem.pp.92-94.

⁹⁰⁰ HADDOCK, *Uma introdução ao pensamento histórico*. Lisboa: Gradiva.,p.127

⁹⁰¹ Idem. Ibidem.p.128. Muitos estudiosos como Descartes, Bacon, Locke, Voltaire defenderam a causa dos modernos.

⁹⁰² Idem.Ibidem. p.128

⁹⁰³ Idem. Ibidem.p.131.

⁹⁰⁴ Idem. Ibidem. p.131.

A partir do século XVIII a oposição entre as duas tendências identificadas na história da literatura passou a ser entre "clássicos" e "românticos". Na realidade, os termos "romântico" e "Romantismo" só foram amplamente aceitos para designar a literatura dos modernos que nascia após um longo percurso que remonta ao século XVII, quando Thomas Warton empregou o termo "poesia romântica" para se referir aos romances medievais de Ariosto e Tasso. No século XVIII, na Inglaterra, o termo foi eventualmente usado ao lado dos pares opostos como "antigos" e "modernos", poesia "artificial e popular", em oposição à poesia "natural" (de Shakespeare) e à tragédia clássica francesa, e ainda entre "gótico" e "clássico", para diferenciar as literaturas medievais e renascentista de toda tradição de arte literária derivada da Antiguidade clássica. A partir desta aceção, "romântico" foi introduzido na Alemanha principalmente através de Herder no século XVIII (1760), ao fazer a distinção entre o gosto "romântico"(cavalheiresco) e o gosto gótico (nórdico), doravante associado à literatura medieval de Ariosto e Tasso e a renascentistas como Shakespeare, Cervantes e Calderón.

Foram os irmãos Schlegel⁹⁰⁵ que mais tarde atribuíram uma nova concepção ao termo "romântico" opondo-o ao "clássico", discordando de Goethe para quem "o clássico é a saúde e o romântico a enfermidade", não aderindo à distinção feita por Schiller de empregar no seu lugar "ingênuo e sentimental" e não se limitando ao uso do substantivo *romantik* de Novalis para designar aquele que escreve romances ou contos de fadas.⁹⁰⁶ Um momento importante para a generalização destes conceitos ocorreu em 1811, quando tomaram lugar três conferências do irmão mais velho de Friedrich Schlegel, August Wilhelm, nas quais ele esboça uma "História da Literatura Romântica", incluindo entre os fundadores do Romantismo Dante, Petrarca, Boccaccio, que embora fossem admiradores da Antiguidade não teriam aderido as suas formas literárias. Dentre os românticos, A. W. Schlegel apontava para poemas heróicos alemães, como os Nibelungen, para o ciclo de Artur, os romances de Carlos Magno e a literatura espanhola do Cid até Don Quixote. Mais importante, além de incluir como opositor do Romantismo também o neo-classicismo francês, ele associou o antagonismo romântico-clássico à antítese orgânico-mecânico e plástico-pinturesco. Apesar de não incluírem seus contemporâneos nem a si mesmos como românticos (salvo Jean Paul Ritter), os termos passam a designar o movimento contemporâneo, uma vez que os Schlegel eram

⁹⁰⁵ Friedrich e August Wilhelm Schlegel.

⁹⁰⁶ Para Novalis romantismo seria a arte de escrever romances.

obviamente anticlássicos ferrenhos e elegeram modelos antecessores para a literatura que haviam designado como romântica.⁹⁰⁷

Apesar de os irmãos Schlegel valorizarem muito o novo estilo romântico ligando-o ao cristianismo e aos romances cavalheirescos, eles teriam pouca influência em sua época. Apenas uma geração depois, com o segundo Romantismo alemão, ele seria consolidado enquanto movimento artístico e intelectual da atualidade. Sua defesa do Romantismo só se tornaria conhecida quando Mme de Stäel publicou seu *de l'Allemagne*, no qual opunha o nórdico e cristão ao clássico, sulista e pagão, popularizando as idéias dos filósofos alemães⁹⁰⁸. A difusão do termo definido conforme Schlegel ocorreu a partir da primeira década do século, a começar pelos países nórdicos, passando então aos países latinos, por intermédio de Mme de Stäel, que no livro *Essai sur les fictions* anunciava a superioridade do Romantismo frente ao Classicismo. Na França, o termo *La Romantique* encontra-se em uso esparso e é somente em 1813 que se observa o amplo uso da palavra, com a publicação de *De la littérature du midi de l'Europe* de Simonde de Sismondi, e depois a obra *De l'Allemagne*, de Stäel, neste mesmo ano em Londres e um ano depois na França⁹⁰⁹.

Na França, Schlegel, Sismondi e Mme. de Stäel foram bastante combatidos e chamados de *romantiques*. Entretanto, até 1816 não houve quem se denominasse romântico, nem foi o termo romantismo conhecido nesse país⁹¹⁰, nem mesmo na Inglaterra entre os poetas leitores dos alemães, até meados do século XIX⁹¹¹. Porém existia a consciência de que se rompera com a poesia de Alexander Pope e com a tragédia de Molière, e de que a poesia e os movimentos literários nacionalmente constituídos possuíam antecessores⁹¹² e paralelos em outros países. Segundo Stäel a literatura romântica era considerada, mesmo para os franceses, a mais legítima, porque "...é a única que é suscetível ainda de ser aperfeiçoada, porque tem raízes no nosso próprio solo, é a única na qual se pode crer e que pode ser vivenciada de novo; ela exprime nossa religião, ela remete à nossa história: sua origem é anciã (*ancienne*), mas não antiga (*antique*)."⁹¹³ Igualmente afirmava Sismondi que os alemães, ingleses e

⁹⁰⁷ WELLEK, René. *Conceitos de Crítica*. São Paulo: Cultrix, 1963. p 125.

⁹⁰⁸ Idem. *Ibidem*. p. 125.

⁹⁰⁹ Idem. *Ibidem*.p.127.

⁹¹⁰ Idem. *Ibidem*.p.129. O primeiro que parece ter se denominado romântico na França e ter usado a palavra romantismo foi Stendhal, que dizia-se "um romântico furioso, isto é, sou a favor de Shakespeare, contra Racine, e a favor de Lorde Byron, contra Boileau."

⁹¹¹ Idem. *Ibidem*. p.139.

⁹¹² Idem. *Ibidem*.p.138.

⁹¹³ Idem. *Ibidem*. p. 26

espanhóis se prenderam às lembranças da Idade Média e acreditaram achar mais poesia em suas próprias antiguidades do que naquelas de um povo estrangeiro. Sua imaginação se aprazia com todas as velhas tradições populares, eles formaram a poesia cavalheiresca, que se alimentava de emoções nacionais e que "engrandecem a nossos olhos as imagens de nossos ancestrais".⁹¹⁴

Contudo, o processo de aceitação dos pressupostos estéticos, literários e culturais ligados ao Romantismo foi perpassado por confrontos que contagiaram a juventude letrada dos anos da Restauração e da revolução de 1830, e ganharam contornos políticos. Acusava-se os clássicos de se ligarem ao Antigo Regime e de serem realistas. Como já mencionamos no capítulo anterior, a imprensa literária foi um dos grandes veiculadores das críticas e polêmicas estéticas e políticas entre clássicos e modernos, especialmente representados pela *Muse Française* e pelo *Globe*.

O teatro, em especial o drama, foi um dos principais espaços em que o combate entre antigos e moderno foi travado, e onde a inovação foi mais explosiva e radical. Antes de se afirmar no romance, e enquanto na poesia o Romantismo transformava gradualmente os gostos e valores, no teatro os defensores dos clássicos resistiam, referenciando-se em Racine, Molière e Corneille, assim como nos privilégios da Comédie Française.

Uma geração de jovens escritores dos anos de 1820 e 1830 associavam-se ao estilo gótico na arte, alinhavam-se com Shakespeare e se confrontaram moral, artística e até fisicamente na "Batalha do Hernani"⁹¹⁵, ocorrida ao longo de quatro meses de apresentação da peça de Vitor Hugo. O teatro de V. Hugo e A. Dumas rompia com um estilo clássico, como na tragédia racineana, em que predominava o princípio de verossimilhança, economia e funcionalidade, e coincidiam tempo fictício e tempo real.

Os modernos passaram a seguir o exemplo da tragédia shakespeariana, em que o drama se funde ao mesmo tempo com o grotesco e o sublime, o terrível e o bufão, a tragédia e a comédia, fazendo uso da imaginação, mostrando personagens de todas as classes sociais. Foi este o momento exato em que triunfaram as correntes estéticas minoritárias, de procedência inglesa, espanhola ou alemã, tendo sido incorporadas à cosmopolita literatura francesa e apresentadas ao mundo como um fenômeno

⁹¹⁴ Idem. Ibidem.p 27.

⁹¹⁵ Hernani foi uma peça de Victor Hugo encenada durante quatro longos meses de fevereiro a junho de 1830. Foi palco de disputas e agitação pró e contra as inovações introduzidas pela concepção romântica de Hugo e na escola.

predominantemente francês.⁹¹⁶ No fim deste período, seguiu-se a derrota total dos clássicos, até mesmo pela assiduidade do público e aceitação da opinião pública ao novo teatro romântico⁹¹⁷.

Experimentando este confronto entre estes dois partidos, em Paris, durante a Monarquia de Julho, Pereira da Silva aludia à querela entre "antigos" e "modernos" deslocada para "românticos" e "clássicos", que ocuparia os intelectuais por longas décadas. Percebia a predominância da literatura moderna com a vulgarização de Schlegel por parte de Mme de Stäel e afirmava “ Estas duas literaturas tudo invadem, tudo atacam, atravessam séculos...”⁹¹⁸, indicando que a querela entre "antigos" e "modernos" - representados pela literatura romântica ainda estava sendo travada. Pereira da Silva atribuía a esta literatura árabe espanhola na Idade Média, o nascimento dos modernos poetas⁹¹⁹ e a origem de uma literatura nova e moderna que adaptada à religião cristã atravessaria séculos se contrapondo à literatura grega ou antiga, aquela que inibiu a literatura própria de França e da Itália.

*De um lado uma literatura estrangeira, que com a conquistadora nos infringe regras contrárias a nossos pensamentos, que se opõem ao vôo inflamado de nossos gênios, fazendo-os sacrificar sobre seus altares o frágil aroma da escravidão imitativa, marcando-lhe a estrada do Olimpo grego, único espaço, onde se possam espriar seus pensamentos, sem que lhes seja permitido ultrapassar os limites, que como grades de uma prisão se lhes apresentam*⁹²⁰.

Optava pela superioridade da literatura “nova, bela, adaptada a nossa crença (...) que permite voar até a altura que pudermos, que nos quebra as prisões, e nos fazem entoar o hino da independência”⁹²¹. Ao considerar “o estado presente das letras” Pereira da Silva proclamava a poesia romântica vitoriosa em toda a Europa⁹²². Com “os primeiros atletas do romantismo”, Chateaubrinad, B Constant, Mme de Stael, Lamartine, V. Hugo, Monzoni, Foscolo, Pellico, Schiller, Byron, W. Scott, Goethe, Bulmer, Cooper, Martinez de la Rosa e Garrett, “que nas suas diferentes pátrias

⁹¹⁶ PRADO, Décio. "Teatro Romântico: A Explosão de 1830": In: GUINSBURG, J. *O Romantismo*. Op.cit.p169.

⁹¹⁷ Idem. Ibidem.p168.

⁹¹⁸ SILVA, J. M. Pereira da. “Estudos sobre literatura”. Op. cit p.235

⁹¹⁹ Idem. Ibidem.p.234.

⁹²⁰ Idem. Ibidem.p.235.

⁹²¹ Idem. Ibidem.p.235.

⁹²² Idem. Ibidem.p. 236

constantemente gritaram pela liberdade e emancipação do gênio!”, a poesia teria renascido⁹²³.

Tal qual Gonçalves de Magalhães, Pereira da Silva lamentava que a independência literária do Brasil estivesse ainda distante, estando os poetas patricios dedicados à imitação de idéias e pensamentos alheios, não contribuiriam para criar uma cultura original:

*No Brasil porém infelizmente ainda esta revolução poética se não fez completamente sentir, nossos vates renegam sua pátria, deixam de contar as belezas das palmeiras, as deliciosas margens do Amazonas e de Prata, as virgens floresta, as superstições e pensamentos de nossos patricios, seus usos, costumes, e religião, por saudade dos Deuses do Politeísmo grego, inspirarem-se da estranhas crenças, em que não acreditamos ...*⁹²⁴.

Mas os poetas brasileiros ainda precisariam dedicar-se mais a estudar a história, natureza e usos do país e seguirem suas inspirações, como aconselhou Gonçalves de Magalhães, como exemplo do que pode “o gênio livre das cadeias em suas novas obras”. O mesmo autor expressa esta mesma opinião em *O poeta e a Inquisição*. Em um diálogo muito interessante com seu protetor, o Conde de Ericeira, ele afirmava a missão sublime do literato nas palavras do Conde e a convicção de que o poeta não deveria dissimular, mentir, adular ou sucumbir ao poder, pois sua inspiração para ser autêntica viria da natureza e do gênio:

O CONDE – *Tendes razão em parte; não a nego.
Mas, pensando melhor, e a sangue frio,
Deveis me conceder que a maior parte
Dos homens não refletem seriamente
No que devem fazer; não é estranho
Que eles errem; porém, nós Literatos,
Nós que somos poetas e Filósofos,
Que temos por dever servir de exemplo,
Já que Deus nos dotou de algum talento
Para sermos prestantes aos mais homens,
Não devemos obrar como eles obram.
Nós podemos de cada seita antiga
Extrair o melhor; nunca devemos
À risca respeitar nossos costumes,
Antes se eles são maus satirizá-los.
Nem também atacá-los face à face,
Que então caímos no geral desprezo.*
ANTÔNIO JOSÉ – *Que quereis afinal? Que o vate seja
Poeta cortesão? Que se mascare?
Que nunca diga as coisas claramente?
Que combine a verdade com a mentira?...*

⁹²³ Idem. Ibidem.p.238

⁹²⁴ Idem. Ibidem. p 238.

*Poeta que calcula quando escreve,
 Que lima quando diz, porque não fira,
 Que procura agradar a todo mundo,
 Que, medroso, não quer aventurar-se,
 Que vá poetisar para os conventos.
 Eu gosto dos Poetas destemidos,
 Que dizem as verdades sem rebuço,
 Que a lira não profanam, nem se vendem;
 Estes sim, são Poetas. Quanto aos outros,
 São algozes das Musas; mercadores
 Que fazem monopólio da poesia,
 Com que escravos adulam seus senhores.
 Quando escrevo meus dramas não consulto
 Senão a natureza, ou o meu gênio;
 Se não faço melhor, é que o não posso.*

No trecho seguinte, Magalhães através do personagem de Antônio José, evidenciaria sua preferência pela nova e moderna poesia, objetando o conselho prudente de seu amigo, o Conde de Ericeira:

*O CONDE – Tu pecas porque queres; bem podias
 Compôr melhores dramas regulares,
 Imitar Molière; tantas vezes
 Te dei este conselho.
 ANTÔNIO JOSÉ – Eu o agradeço.
 Molière escreveu para franceses,
 Para a corte do grande Luís quatorze,
 Para um rei que animava as Artes e Letras,
 E eu para portugueses só escrevo;
 Os gênios das Nações são diferentes.
 E de mais, porventura por meus dramas
 Sou eu denunciado ao Santo Ofício?
 Creio que não. Os frades bem se importam
 Que eu faça o povo rir. Tomaram eles,
 E todos os mandões que nos governam,
 Que o povo só procure divertir-se,
 Que viva na ignorância, e não indague
 Como vão os negócios, e que os deixem
 A seu salvo mandar como eles querem.
 Contanto que os impostos pague o povo,
 Que cego e mudo sofra, que obedeça,
 E viva sem pensar, eles consentem
 Que o povo se divirta.⁹²⁵*

Com esta crítica à Igreja do século XIX, e não à religião, Gonçalves de Magalhães explicaria que, como Molière escreveu na França de Luís XIV e o dramaturgo judeu em Portugal vivia em meados do século XVIII, um século os separava, portanto "os gênios das nações seriam diferentes", ou seja, os gostos os

⁹²⁵ MAGALHÃES, D. J. G. *O Poeta e a inquisição*. Op. cit. p.21.

costumes, a história, o desenvolvimento intelectual, também variariam, não sendo conveniente a imitação.

De um lado, Magalhães condena a postura servil dos poetas e literatos - o que reitera em várias poesias que escreveu sobre o assunto - de outro, condena a imitação de outros escritores de outros lugares e épocas, ainda que ele próprio e outros poetas românticos que o sucederam não abrissem mão de apoiar-se no modelo de outros poetas de sua geração.

Na década de 1840 outros autores levaram adiante este debate acerca da originalidade da literatura brasileira com o intuito de afirmá-la como um dos traços identitários do povo⁹²⁶. Um dos mais dedicados à causa em seu curto tempo de vida talvez tenha sido Santiago Nunes Ribeiro, que na revista *Minerva Brasiliense* publicou artigos em que argumentava em favor da autonomia para esta literatura. A Revista *Minerva Brasiliense* foi a primeira experiência na imprensa literária que logrou êxito por algum tempo. Com o subtítulo “Jornal de Ciências, Letras e Artes”, tendo sido publicado por uma “associação de literatos”, teve trinta e um números divididos em três volumes e sua publicação se estendeu de 1º de novembro 1843 a 1845, impressa pela tipografia J. E. S. Cabral, com oficina à Rua do Hospício, nº 66, no Rio de Janeiro.

A *Minerva* era um periódico cultural que compartilhava da mesma idéia enciclopédica eclética e cosmopolita da *Niterói*. Seu objetivo era de instruir, divulgar notícias gerais, científicas e culturais. Tinha como colaboradores alguns dos nomes mais reputados no campo das ciências da astronomia, medicina, botânica, zoologia, química, física e geografia, e tratava de uma diversidade de assuntos⁹²⁷, dos temas mais

⁹²⁶ O conceito de povo para os intelectuais românticos expressa o esforço em definir quem faz parte da nação e encarna os valores nacionais à medida que eles descobrem e idealizam os grupos e segmentos de classe que são desconhecidos, periféricos ou marginais na sociedade de acordo com a perspectiva da burguesia no alvorecer do século XIX. Esta noção de povo indica a síntese de características comuns e homogeneizadoras de grupos tão díspares, desprezando contrastes sócio-econômicos e conflitos políticos e étnicos, políticos e religiosos. Ver Renato Ortiz *Românticos e Folcloristas*. São Paulo, Olho d'água, s/d.

⁹²⁷ As segundas de medicina, anatomia, além da seção científica os números traziam uma seção de notícias científicas que tinha colunas mais curtas do que a seção de ciências mas informava sobre descobertas, lançamentos de livros, boletim de sociedades científicas, que se transformam a partir do nº2 em “Variedades” Breve notas dava notícias sobre técnicas industriais, sobre religião, medicina, química invenções, instrução, associação de institutos, religião dados estatísticos, história natural, biografias como a de Napoleão especialmente notícias internacionais ou traduzidos de revistas estrangeiras. Mas também haviam notícias sobre instituições do Brasil como o Colégio Pedro II, a faculdade de Medicina (vol nº5 1º jan 1844) Academia de Belas Artes, especialmente do IHGB. Notícias literárias, anedotas, efemérides, notícias de concertos, teatros, notícias históricas como de Varnhagen sobre o nome do Brasil ou “Importante fato histórico” (vol 1 nº10 15 de março de 1844) (vol nº 13, 1º de maio de 1844, opiniões observações meteorológicas, notícias sobre descobertas na Biologia, da medicina da arqueologia, transcrição de documentos, de revista européias ou de instituições e sobre escritores como Charles Nodier e Victor Hugo, A Chavannes Charadas. A seção de Belas Artes era em geral escrita por Porto Alegre e

especializados às pequenas anedotas, variedades e historietas de nomes célebres da história⁹²⁸.

A revista era bimensal e saíria no 1º e no 15º dia de cada mês, sendo que a partir do 3º volume sua publicação foi intercalada com o lançamento da coleção “Biblioteca Brasília”, composta pelo “Poema Uruguai”, de José Basílio da Gama, pelo discurso político e moral de Feliciano Joaquim de Sousa Nunes “Do Estado Conjugal”, pelos capítulos iniciais de um conto de Hoffman, a edição incompleta das “Cartas Chilenas” de Tomás Antônio Gonzaga⁹²⁹. Esta coleção visava através da reimpressão de obras em 12 números, remediar o problema da escassez e do preço exorbitante de algumas obras, dando ao assinante a possibilidade de comprar um volume que custaria de 1\$000 a 2\$000 por 340 reis. Sendo assim ela integrava-se dentro da proposta da revista de que era “necessário despertar o amor à leitura e ao estudo, porque sem ele tudo quanto se fizer redundará em vão”⁹³⁰ pois “só um povo instruído estará capacitado de governar-se”.⁹³¹

Seu fundador e primeiro redator, Sales Torres Homem, foi um dos três redatores da revista *Niterói* e chegava do exílio em Portugal em 1843 por atividades sediciosas e lutas políticas no jornal *O Maiorista* (1841 e 1842). Após um ano de redação foi substituído por Santiago Nunes Ribeiro⁹³² que já colaborava na revista escrevendo na seção de “Literatura”, para a qual também contribuíam principalmente Émile Adet, e Joaquim Norberto. Desde o primeiro ano da Revista *Minerva*, Santiago

Émile Adet sobre as festas imperiais, arte, arquitetura, teatro francês, exposição pública, concertos foi mais constante no primeiro ano da revista.

⁹²⁸ Recebeu a colaboração de Candido Azeredo Coutinho, Francisco Freira Alemão, Joaquim Caetano da Silva, Coronel Pedro de Alcântara Bellegarde entre outros nas seções de Ciências físicas, físico matemáticas e naturais, do Barão de Planitz, de Domingos Gonçalves de Magalhães, Sales Torres Homem, João Batista Calógeres, Januário da Cunha Barbosa, Manuel Odorico Mendes, Santiago Nunes Ribeiro, Manuel Ferreira Lagos entre conselheiros e senadores na seção de ciências sociais, filosofia, teologia, belas artes, história, filologia e viagens. Emilio Adet, Joaquim Manuel de Macedo, Antonio Gonçalves Teixeira e Sousa, Francisco Antonio Dutra e Melo, Luís Antonio Burgain, Odorico Mendes e Araújo Porto Alegre na seção de literatura nacional e estrangeira, arqueologia, lingüística etc. registrados seguindo editorial do 2º ano de existência da revista.

⁹²⁹ Idem. Ibidem. p.29

⁹³⁰ LOPES, Hélio. Op. cit. p.22

⁹³¹ Diferentemente da *Niterói*, a *Minerva* pretendia se firmar: trazia o preço da subscrição informado na contracapa para a Corte e para a cidade de Niterói de 8\$000 oito mil réis por ano, 4\$5000 quatro mil e quinhentos por semestre e 2\$5000 dois mil e quinhentos réis por trimestre. Nas províncias e países estrangeiros só eram recebidas assinaturas anuais, sendo o seu preço 10\$000 dez mil réis. Números avulsos sem estampa custavam 640 rs (seiscentos e quarenta réis) e com estampa, 1\$000 rs (mil réis). As subscrições e vendas eram feitas no Rio de Janeiro, em Niterói, nas províncias e em Portugal (nas cidades de Coimbra, Porto e Lisboa).⁹³¹

⁹³² No 3º volume O primeiro ano da revista corresponde aos 2 primeiros volumes sob redação chefe de S Torres Homem e no 2º ano passa a Santiago N. Ribeiro (nºs ímpares de 1 a 12)

Nunes Ribeiro participou, tratando da questão da nacionalidade da literatura brasileira e é como aponta Ivan Ribeiro, um dos primeiros críticos da literatura do século XIX.⁹³³

Nas páginas da *Minerva*, ao longo de dois anos (1843-45), seja na seção de Literatura, na resenha bibliográfica ou na seção de "Belas Artes", a crítica era exercida com seriedade, pois como a considerou Porto Alegre a "crítica é um dos efeitos mais nobres do progresso e um elemento de civilização apurada"⁹³⁴ ou, como diria Magalhães, a "morte do livro não é a crítica; é o silêncio da indiferença e da inveja com que são recebidos"⁹³⁵.

A crítica no século XIX teve um papel primordial e por isso passou a ser uma disciplina central, porque passou a ser uma única forma de validar em torno dos critérios de "imaginativo" e "estético" as obras produzidas no âmbito nacional, selecionando e discriminando as grandes obras daquelas menores ou desprezíveis⁹³⁶. O valor das obras passa a ser estipulado a partir de uma seletividade especializada que exigiu a definição de valores literários afirmados pela crítica. Assim, a literatura que, como vimos, tinha o sentido mais genérico e antigo de "todas as obras de um país", combinada com o conceito de tradição, passa a ser a literatura nacional⁹³⁷.

Na *Minerva* dava-se especial importância à literatura, que era a única seção invariável na revista, sendo as demais seções variáveis conforme o número, comportando artigos sobre literatura estrangeira, como a francesa e a chinesa. Em seu primeiro artigo para o primeiro número da revista, saído em 1º de novembro de 1843, intitulado "Da nacionalidade da literatura brasileira" Santiago Nunes defendia o argumento de que se o Brasil, dispondo de posição geográfica, instituições, costumes e hábitos tão diferentes da sua metrópole, deveria, então ter sua índole especial, seu modo próprio de sentir e conceber que lhe confeririam um caráter nacional.⁹³⁸ Para ele os brasileiros teriam seu caráter nacional e, conseqüentemente, deveriam possuir uma literatura pátria. S. N. Ribeiro, acompanhando o raciocínio de F. Schlegel afirmava: "A

⁹³³ RIBEIRO, Ivan Marcos. *A imprensa romântica do Brasil: O Minerva Brasiliense e seu segmento literário (1843-1845)*. Assis: Unesp, 2001. (Dissertação de Mestrado)

⁹³⁴ PORTO ALEGRE, M. Araujo. "Festas Imperiais" In: *Minerva Brasiliense*. Rio de Janeiro: J. E. S. Cabral, tomo 1, nº 1 1843. p.24.

⁹³⁵ MAGALHÃES, D. J. G. "Os indígenas perante a História do Brasil". Op. cit. p.163.

⁹³⁶ WILLIAMS, R. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p.56.

⁹³⁷ Idem. *Ibidem*. p.56.

⁹³⁸ RIBEIRO, Santiago Nunes. "Da nacionalidade da literatura brasileira" In: *Minerva Brasiliense*. Rio de Janeiro: J. E. S. Cabral, tomo 1, nº 1 1843. p.10.

literatura é a expressão da índole, o caráter, da inteligência social de um povo ou de uma época" e cada época seria singular e regida por uma idéia predominante⁹³⁹.

A partir deste pressuposto, Nunes Ribeiro propunha-se a apresentar as razões sobre as quais se fundavam os críticos que negavam ao “gênio brasileiro independência e caráter distintivo”⁹⁴⁰ e, em seguida, rebater tais críticas acerca da literatura do Brasil. Dedicou-se a polemizar com alguns eruditos, como o general Abreu de Lima, também autor de um compêndio sobre História do Brasil muito criticado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e também com o crítico português Dr. Gama e Castro, miguelista e defensor da autoridade monárquica, que no Brasil publicou artigos em jornais sob o pseudônimo de "Um português", advogando pela identidade cultural comum entre Brasil e Portugal.

Santiago Nunes reproduziu os argumentos de Gama e Castro publicado em um artigo no *Jornal do Commercio* de que “os produtos intelectuais do gênio brasileiro pertenciam à pátria de Camões”⁹⁴¹ já que as línguas é que dariam nome às literaturas antigas e modernas⁹⁴². Por falarem a mesma língua portuguesa, Gama e Castro questionava se Brasil e Portugal não teriam a mesma literatura a despeito de terem nascido em circunstâncias territoriais diversas e que, a despeito da distância, as inspirações destes povos se confundiriam, seriam idênticos.

Nunes Ribeiro considerava que Gama e Castro desejasse “deprimir os brasileiros geralmente, em especial os que as letras se dedicam”⁹⁴³. Em seu artigo admitiu que a classificação das literaturas pudesse ser feita segundo o critério lingüístico, mas propunha uma divisão mais filosófica que considerava como seu foco a vida social. Este princípio literário e artístico é o resultado das influências, do sentimento, das crenças, dos costumes e hábitos peculiares a um certo número de homens, que estariam em determinadas relações, e que podiam ser muito diferentes entre os povos. As condições sociais e o clima do Novo Mundo necessariamente deveriam modificar as obras escritas a despeito da língua em comum⁹⁴⁴. Portanto, a língua portuguesa teria produzido duas literaturas, a portuguesa e a brasileira⁹⁴⁵.

⁹³⁹ Idem. Ibidem. p.7.

⁹⁴⁰ Idem. Ibidem.p.8.

⁹⁴¹ Idem. Ibidem. p.9.

⁹⁴² Idem. Ibidem. p.9

⁹⁴³ Idem. Ibidem.p.9.

⁹⁴⁴ Idem. Ibidem.p.9.

⁹⁴⁵ Idem. Ibidem. p.10

O jornalista criticou também a obra *Bosquejo Histórico, Político e Literário* do coronel Abreu e Lima, em que o autor se propunha a tratar do estado das ciências e das letras no Brasil. Santiago N. Ribeiro identificou a contradição no argumento do coronel: em seu ponto de vista, Portugal não possuía literatura - compreendida de modo amplo como o conjunto de obras tanto relativas às ciências exatas quanto à poesia - ao mesmo tempo em que relacionava um grande número de poetas, historiadores e eruditos portugueses. Afirmava ainda que a única literatura que possuía o Brasil era a portuguesa, sem a qual “ficaremos reduzidos a uma condição de selvagens”⁹⁴⁶.

Nunes Ribeiro denunciou o erro desta visão sobre a natureza e constituição da literatura brasileira. O que é muito significativo é que, na defesa da autonomia literária, o crítico nos ensinava os significados que a literatura possuía nesta época. Admitia que a palavra "literatura" na acepção mais ampla significasse "a totalidade dos escritos literários ou científicos", podendo haver uma literatura teológica, médica, jurídica. Restringindo o significado de literatura propriamente dita, Nunes Ribeiro referia-se às literaturas nacionais italiana, inglesa ou francesa nas obras de grandes autores, em Dante, Petrarca, Ariosto, Maquiavel, Tasso, Shakespeare, Milton, Bossuet e Corneille, desconsiderando os tratados de física ou obras filosóficas.

Afirmava a disposição do país para a criação literária: o solo fértil e afortunado do Brasil já teria inspirado não poucos artistas brasileiros e estrangeiros à criação de obras excelentes, "revestidas de vivas cores, de danosas formas, idealizadas nas harmonias da arte musical e poética"⁹⁴⁷. Avaliava, desta forma, a particularidade e o caráter da literatura nacional, assim como os antecedentes coloniais da literatura brasileira, relendo a herança cultural portuguesa.

Na 2ª parte do artigo ele respondia a alguns autores como Ferdinand Denis, Almeida Garret e J. Norberto S. Silva, divergindo das opiniões de Sales Torres Homem e Gonçalves de Magalhães. Com toda a deferência a Sales Torres Homem e a Gonçalves de Magalhães, "verdadeiros literatos e filósofos que são", propunha-se a “demolir para construir”⁹⁴⁸, divergindo da constatação de que a poesia no Brasil era imitadora, ou estrangeira. Para ele, só porque se "vestia à grega" não significaria que ela não trazia em si as "cores locais". A condição desta poesia estaria adequada à época

⁹⁴⁶ Idem. Ibidem. p.8.

⁹⁴⁷ Idem. Ibidem. p.10.

⁹⁴⁸ Idem. Ibidem.p.11.

anterior à independência: "Por ventura poderia ela ser a expressão das idéias e sentimentos de outros tempos?"⁹⁴⁹

Apoiado no pensamento historicista, especialmente de Goethe e dos filósofos Victor Cousin e Jouffroy, radicalizando as posturas de Gonçalves de Magalhães e de Pereira da Silva, Santiago Nunes Ribeiro relativizava o entendimento da literatura, mostrando que "Ninguém pode sentir inspirações completamente estranhos ao seu tempo"⁹⁵⁰. Se era verdade que a literatura, assim como os costumes e virtudes, variavam no espaço, então também a literatura e os conceitos estéticos e artísticos variariam no tempo, sendo singulares e perfeitamente integrados à sua época. Portanto, concluía ser errado assumir que os literatos nos tempos coloniais compartilhassem dos mesmos gostos e inspirações que os contemporâneos do século XIX, que conheciam já o lirismo e o sentimentalismo da Alemanha e a Escola do lago⁹⁵¹. Se a mitologia foi utilizada na literatura clássica e na romântica dos modernos é porque "todas as formas sociais, a cultura inteira desses tempos contribuía para isso"⁹⁵². Neste sentido observava:

*Assim Lord Byron, Lamartine e o sr Magalhães, se escrevesse, um no século da rainha Ana, outro só de Voltaire, e o terceiro enfim no tempo de Cláudio Manoel da Costa, e nos seus respectivos países, não poderiam ter as mesmas idéias que hoje temos do belo, isto é, não seriam os mesmos.*⁹⁵³

Nunes Ribeiro defendia que as obras deveriam ser entendidas no contexto de sua época, pois os poetas e os artistas seriam os que melhor exprimiriam as paixões do tempo⁹⁵⁴. Assim, o estudo da literatura precisaria ser realizado considerando-se a forma de existência social de um povo⁹⁵⁵ e que cada fase literária teria seu caráter singular. Estes fatores foram, segundo o jornalista, ignorados pela crítica do século das Luzes e a crítica liberal e compreensiva, difundida graças ao Romantismo, pretendia que as literaturas de outras épocas carecessem de beleza porque não agradavam aos gostos contemporâneos⁹⁵⁶. Objetava este julgamento, acrescentando que: "Pensar que era muito

⁹⁴⁹ Idem. Ibidem.p12.

⁹⁵⁰ Idem. Ibidem.p.12

⁹⁵¹ Idem. Ibidem. p.12 Refere-se ao Romantismo alemão e inglês.

⁹⁵² Idem. Ibidem. p.12.

⁹⁵³ Idem. Ibidem.p.12.

⁹⁵⁴ Idem. Ibidem. p.12.

⁹⁵⁵ Idem. Ibidem. p.13.

⁹⁵⁶ Interessante notar como estes gostos românticos já estavam difundidos: "Nós todos que hoje escrevemos contra o uso da mitologia, nós que hoje achamos tanta beleza no misticismo vaporoso, na fulguração do belo exterior, do orientalismo, não sabemos como principiaram os mais ilustres poetas das escolas brasileira e portuguesa? (não falamos dos mais jovens que acharam a revolução já feita)

fácil ao poeta compreender ou representar o belo de outro modo que não daquele que a sua época e tendências individuais exigiam, é querer o impossível”⁹⁵⁷.

Em uma época em que em todos os países se imitava a literatura e os costumes alheios, principalmente a França sempre imitou a literatura espanhola, grega, inglesa e por fim a alemã⁹⁵⁸ - Mme de Stael proporia em *De l'Allemagne* uma “nova era de imitação para os franceses”, imitando os clássicos e medievais⁹⁵⁹- Nunes Ribeiro considerava injusta a acusação contra os poetas brasileiros que apenas seguiram uma “lei universal”. Afirmava que a prática da imitação dos antigos persistia mesmo entre os poetas contemporâneos, nas primeiras composições de A. Garrett⁹⁶⁰, de José Feliciano de Castilho, de Gonçalves de Magalhães e de Araújo Porto Alegre, imitadores da poesia talhada nos moldes antigos, gosto que reinava a poucos anos⁹⁶¹.

Acreditava, inclusive, que os poetas brasileiros imitavam com moderação e originalidade, em comparação aos poetas portugueses⁹⁶², além do fato de que os escritores brasileiros, Cláudio Manoel da Costa, José Basílio, Santa Rita Durão e José Bonifácio de Andrade, serem mais instruídos, por isto seus versos seriam superiores aos de Garção, Diniz, Francisco Manoel, etc.

O crítico valorizou a poesia do período colonial como a "poesia do cristianismo, da oração, dos salmos, das cerimônias sagradas, da palavra divina, santificou as primeiras fundações dos portugueses" estando em consonância com a idéia predominante, isto é, a religião. Seria esta que formulou a moral, desenvolveu os instintos nobres, moderou as paixões revoltosas, agressivas e sensuais, continuou a presidir todos os progressos que o espírito de sociabilidade⁹⁶³ fez ao longo do período. Este sentimento religioso se manifestaria ainda, na poesia popular, "expressão mais fiel das crenças e dos sentimentos de um povo"⁹⁶⁴ e é este culto que Nunes Ribeiro acreditava existir entre os "monumentos da poesia brasílica": na epopéia de Frei Francisco de S.Carlos, nos poemas de José Basílio e Santa Rita Durão. Ecoava em certa medida Pereira da Silva, em seu artigo para a *Niterói*, afirmando que "ao poeta é dado, nós o repetimos, compartilhar os sentimentos de sua época e os do povo e de que faz parte", este resumiria "o que estava disseminado na consciência social de um povo

⁹⁵⁷ Idem. Ibidem.p.12

⁹⁵⁸ Idem. Ibidem. p.14.

⁹⁵⁹ Idem. Ibidem.p.14.

⁹⁶⁰ Idem. Ibidem.p.13.

⁹⁶¹ Idem. Ibidem. p.14.

⁹⁶² Idem. Ibidem. p.15.

⁹⁶³ Idem. Ibidem. p.19.

⁹⁶⁴ Idem. Ibidem. p.19.

inteiro"⁹⁶⁵. Exemplificava tal proposição mencionando a *Ilíada*, a *Eneida*, a *Divina Comédia*, que antes de serem compostas, já existiam na imaginação das massas⁹⁶⁶.

Portanto, Santiago Nunes Ribeiro inseria-se no debate sobre a querela entre antigos e modernos realizando, antes de tudo, uma defesa dos poetas brasileiros, que conheciam literatura estrangeira e que copiavam os mesmos exemplares que os portugueses, não sendo de forma alguma seus imitadores. Como cada sociedade possuía seus gostos e modas próprios, assim escritores árcades como Cláudio Manoel poetavam na linguagem conveniente à época. Não se poderia exigir que "um poeta que deplora a falta dos primores de outro clima" se dedicasse à descrição de "objetos que ele reputa prosaicos e contrários à inspiração".⁹⁶⁷ Acrescentava que eles não poderiam "contemplar a natureza como os contemporâneos, nem pintá-la com as mesmas cores, e se isto fosse possível a sociedade os não entenderia, até que certas idéias lhes fossem abrindo novos horizontes"⁹⁶⁸.

Por isto era preciso valorizar a poesia de Cláudio Manoel da Costa, Santa Rita Durão, J. B. Vasílio, Alvarenga, Gonzaga, Caldas e Padre Fr Francisco de S. Carlos em seus próprios termos: "...O gênio dos brasileiros pertence ao clima, ao solo, ao Brasil finalmente"⁹⁶⁹. O fato de serem desenraizados, educados na Europa, não lhes retiraria a inspiração nativa, e prescrevia: "Logo preparam a criar uma nova poesia que se harmonize com as idéias da época nova que vem raiando.."⁹⁷⁰.

Ele retomava a proposição de Gonçalves de Magalhães no "Ensaio sobre a história da Literatura", divulgada através da revista *Niterói*, e consagrada pela historiografia literária oitocentista, corrigindo-a a partir da asserção de que a imitação é um pressuposto, mas não um obstáculo para a originalidade e beleza:

*Assim em vez de considerar a poesia do Brasil como uma bela estrangeira, uma virgem da terra helênica, transportada as regiões do novo mundo, nós diremos que ela é a filha das florestas, educado na velha Europa, onde a sua inspiração nativa se desenvolveu com o estudo e a contemplação da ciência e natureza estranha*⁹⁷¹.

Enfim, Santiago Nunes Ribeiro continuou a discussão inaugurada pela *Niterói* partindo do historicismo, levando-o até as últimas conseqüências, corrigindo e

⁹⁶⁵ Idem. Ibidem. p.20.

⁹⁶⁶ Idem. Ibidem.p. 20.

⁹⁶⁷ Idem. Ibidem.p.13.

⁹⁶⁸ Idem. Ibidem.p.13.

⁹⁶⁹ Idem. Ibidem.p.16.

⁹⁷⁰ Idem. Ibidem.p.19.

⁹⁷¹ Idem. Ibidem.p.19.

acrescentando às idéias de Gonçalves de Magalhães. A *Minerva* também abordaria a querela entre antigos e modernos através de Santiago Nunes Ribeiro, que defendeu a autonomia para a literatura nacional, reabilitou a poesia do período colonial, o que de certa forma já vinha sendo feito na prática por Joaquim Norberto Sousa e Silva, também colaborador da revista, e por J. M. Pereira da Silva, pois ambos esboçavam traços biográficos dos principais escritores do período. Além disto o jovem crítico foi além de Gonçalves de Magalhães e especialmente de Pereira da Silva ao conceber uma cultura popular *avant la lettre*, compartilhada pelos poetas e que serviria de inspiração para eles. O próprio Santiago Nunes Ribeiro reconheceu no início do artigo que os alvos de sua polêmica, que acabou recebendo pouca atenção dos opositores, eram aqueles que desejavam “deprimir os brasileiros geralmente, em especial os que às letras se dedicam”. Em suma, com a resposta de Santiago Nunes Ribeiro, os literatos do presente não poderiam mais ser estigmatizados pelo passado.

Assim como a *Niterói* iniciou o debate em torno da literatura nacional e a *Minerva Brasiliense* a sucedeu, inserindo-se na querela dos defensores dos clássicos e românticos, Alexandre Herculano também abordou a questão como um problema nacional e urgente no *Repositório litterario* em 1834 e 1835, apontando como consequência a decadência da literatura portuguesa. Em seus artigos “Qual é o estado da nossa literatura? Qual é o trilho que ella hoje tem a seguir?” e em “Imitação-Bello”, texto em que o historiador português exercia sua crítica, recriminava os escritores do século XVII por terem possuído convicções erradas a respeito da metáfora enquanto único e principal meio da poesia e da eloquência, e que por isto deveria sujeitar todos os gêneros e estilos⁹⁷². Condenava a adesão cega e a obediência ilimitada à autoridade dos antigos, atribuindo-lhes a causa da decadência da literatura contemporânea.

Em outro artigo, com o propósito de criticar a teoria da imitação na literatura, A. Herculano recusava a idéia dos clássicos e seus seguidores setecentistas de que o belo na obra literária era o verdadeiro, no sentido daquilo que pertenceria ao mundo físico, sendo encontrável na natureza, e portanto invariável e universal. Considerava que todas as idéias que aparecem na literatura teriam por fonte a imaginação e não eram encontráveis na natureza. Portanto, o critério para se definir o belo e assim conferir valor à obra literária deveria ser pela sua utilidade, como pensava Diderot, nem para preencher a sua finalidade, ou porque seria moral, como queria a escola de Kant, nem

⁹⁷² HERCULANO, Alexandre. “Qual é o estado da nossa litteratura? Qual é o trilho que ella hoje tem a seguir?” *Repositório litterario* 1834” Op. cit. p1

mesmo porque seria agradável, como queria a escola sensualista⁹⁷³. A condição para o belo seria estar em concordância e harmonia com a variedade da idéia particular do poema ou da obra com a unidade geral.⁹⁷⁴ Estabelecendo uma teoria da unidade mais de acordo com os grandes monumentos literários⁹⁷⁵ Herculano aplicou a teoria do belo a alguns poemas narrativos como a *Ilíada*, de Homero, a *Eneida* de Virgílio, a *Jerusalém Libertada* de Tasso, verificando que as ações ali descritas estariam interligadas pela idéia geral⁹⁷⁶ que variava conforme a sociedade retratada. Lembrava que: “Para julgar Homero é preciso colocar-nos no seu tempo e no seu país”⁹⁷⁷, sendo assim, não se deveria julgar os antigos por nossas idéias atuais, pois as virtudes essenciais para os antigos⁹⁷⁸ não seriam as mesmas para os homens do século XIX⁹⁷⁹.

Dentro desta perspectiva, Herculano ressaltava em “Qual é o estado da nossa literatura? Qual é o trilho que ela hoje tem a seguir?” que um sentimento de desgosto pelas antigas formas poéticas começava a se difundir a partir da Alemanha, fazendo com que se abandonasse os cânones clássicos⁹⁸⁰. Identificava o surgimento naquele país dos “princípios revolucionários em literatura” que começaram a tomar desde a sua origem uma consistência, que ainda não existia em outras nações. O escritor português lastimava que em Portugal ainda este movimento intelectual não tivesse chegado, estando os intelectuais mais interessados em remover as “misérias publicas”⁹⁸¹.

Em outra ocasião Herculano condenava o servilismo dos seus contemporâneos e posicionava-se como autor romântico:

Mas, pretendendo destruir o sistema da escola clássica, não somos nós românticos? Alguém nos terá como tais: cumpre por tanto que nos expliquemos. Na verdadeira acepção do termo ele é o nosso símbolo: porém este símbolo nada tem em rigor com aquilo acerca de que havemos falado. Tratamos das formas da poesia. As modernas opiniões dos verdadeiros românticos versam sobre a sua essência. Verdade é que a teoria do belo, que indicamos apenas dá a razão da maior parte d’essas mesmas opiniões, cujo exame nos

⁹⁷³ HERCULANO, Alexandre. “Imitação-Belo” *Repositório Literário* 1835. Gutenberg Project Disponível em <<http://www.gutenberg.org>>p.14.Acesso em 8/2008.

⁹⁷⁴ Idem. Ibidem. pp13-14

⁹⁷⁵ Idem. Ibidem. p.14.

⁹⁷⁶ Idem. Ibidem. p.15 Herculano discorda que se tire uma ação, episódio ou cena e necessariamente se destrua a unidade, pois todas as ações estariam ligadas entre si por uma idéia predominante.

⁹⁷⁷ Idem. Ibidem. p.16.

⁹⁷⁸ Alexandre Herculano menciona como idéias predominantes a amizade como virtude social entre os gregos na *Ilíada*, a idéia de glória pátria na *Odisséia* e na *Eneida*, da cavalaria em Ariosto, da vitória do cristianismo contra o islamismo em Tasso. Idem. Ibidem. p.17

⁹⁷⁹ Idem. Ibidem. p.16.

⁹⁸⁰ HERCULANO, Alexandre. “Qual é o estado da nossa litteratura? Qual é o trilho que ella hoje tem a seguir?” Op. cit. p..2.

⁹⁸¹ Idem. Ibidem. p.2.

absteremos de encetar. Diremos somente que somos românticos, querendo que os portugueses voltem a uma literatura sua, sem contudo deixar de admirar os monumentos da grega e da romana: que amem a pátria mesmo em poesia: que aproveitem os nossos tempos históricos, os quais o Cristianismo com sua doçura, e com seu entusiasmo e o caráter generoso e valente desses homens livres do norte, que esmagaram o vil império de Constantino, tornaram mais belos que os dos antigos : que desterrem de seus cantos esse numes dos gregos, agradáveis para eles, mas ridículos para nós e as mais das vezes inharmonicos com as nossas idéias morais: que os substituam por nossa mitologia nacional na poesia narrativa: e pela religião, pela filosofia e pela moral na lírica. Isto queremos nós e neste sentido somos românticos;(...)

Herculano assume esta identidade de romântico, identidade esta que se refere a um programa nacionalista e filosófico para a cultura. O Romantismo significava certamente uma mudança profunda de valores, mas também consistia em um partido neste momento de embate ideológico. Contudo, sem desprezar a inserção no Estado através do sistema representativo, bem como as várias formas de atuação política, desejava que sua luta fosse travada no campo "neutro" da nação e do nacionalismo. Mesmo no campo da estética, as idéias românticas que defendia o historiador português eram moderadas, como denunciam as suas restrições ao radicalismo ateu de Lord Byron:

...porém naquele que a esta palavra se tem dado impropriamente, com o fito de encobrir a falta do gênio e de fazer amar a irreligião, a imoralidade e quanto há de negro e abjeto no coração humano, nós declaramos que o não somos, nem esperamos sê-lo nunca. Nossa teoria fôra primeira a cair por terra diante da barbaria d'esta seita miserável que apenas entre os seus, conta um gênio, e foi o que o criou : gênio sem dúvida imenso e insondável, mas semelhante aos abismos dos mares tempestuosos que saudou em seus hinos de desesperação: gênio que passou pela terra como um relâmpago infernal, e cujo fogo mirrou os campos da poesia e os deixou áridos como o areal do deserto : gênio enfim que não tem com quem comparar-se , que nunca o terá talvez, e que seus exagerados admiradores apenas tem pretendido macaquear.

Falamos de Byron. Qual é, com efeito, a idéia dominante nos seus poemas?

Nenhum ou, o que é o mesmo, um ceticismo absoluto, a negação de todas as idéias positivas. Com um sorriso espantoso, ele escarneceu de tudo. Religião, moral, afetos humanos, mesmo a liberdade e a esperança foram seu ludibrio. A leitura dos seus poemas só produz, em geral, descoroçoamento ou antes desesperação.

Mas o homem, ser imortal, passageiro em um mundo transitório, não nasceu para o ceticismo, para um estado violento, porque ele precisa crer, quando mais não fosse ao menos na voz esperançosa ou ameaçadora da consciência: infeliz, pois, d'aquela que ao acabar de ler Byron não sente no coração um peso insuportável: a sua alma

*será tão escura e tão vazia como a d'este poeta sublimemente destruidor*⁹⁸².

A repulsa por Byron, "poeta destruidor" das virtudes e idéias positivas, foi comum em muitos poetas das primeiras décadas do século XIX, inspirados pelos alemães e por Chateaubriand. Também Gonçalves de Magalhães era um romântico moderado desde seus primeiros contatos com este movimento intelectual. Embora não tivesse assumido este rótulo de romântico como Herculano, Gonçalves de Magalhães sentia-se atraído pela nova literatura, tanto que desafiou as convenções e "verdades" estabelecidas. Nos anos de 1830 ele expressava em carta a Monte Alverne seu entusiasmo:

Falarei do espírito literário que hoje domina este povo tão amigo do novo.

*Os poetas estão aqui empenhados em explorar a mina da meia-idade [Idade Média], fatigados com as idéias antigas, e não podendo quase marchar na estrada de Racine e Corneille e Voltaire, eles calcam todas as leis da unidade tão recomendadas pelos antigos; as novas tragédias não têm lugar fixo, nem tempo marcado, podem durar um ano e mais; o caráter dessas composições é muitas vezes horrível, pavoroso, feroz, melancólico, frenético e religioso. Os assassínios, os envenenamentos, os incestos são prodigalizados às mãos largas, mas nem por isso deixam de ter pedaços sublimes. Os principais trágicos são De Laragotine, Alexandre Dumas, Victor Hugo. Esses poetas chamam-se românticos; eu tenho visto representar as principais dessas peças. No chamado Teatro Francês só se representam os clássicos, Racine, Corneille, Voltaire, Ducis e Molière aí são aplaudidos com entusiasmo*⁹⁸³.

Assim, Magalhães demonstrava conhecer razoavelmente este movimento intelectual, seus representantes, em especial os mais jovens que escreviam para o teatro. Segundo seu depoimento, os clássicos ainda tinham prestígio entre os frequentadores dos teatros, contudo, em pouco tempo, o público que ainda se chocava com os gostos exagerados e ritmos do drama romântico se tornaria plenamente acostumado com eles. Nesta ocasião, Magalhães apesar de inteirado com as novas tendências, revela moderação, e seu moralismo lhe impede de apreciar a arte romântica. Sentia um misto de admiração e repugnância por uma nova estética que dentro de alguns anos seriam absolutamente aceitáveis para os escritores⁹⁸⁴. Em outra carta, a propósito do poema de Edgar Quinet sobre Napoleão, comentava que "apesar de não lhe faltar gênio"

⁹⁸² HERCULANO, Alexandre. "Imitação-Belo" Op. cit.p.1

⁹⁸³ MAGALHÃES, D. J. G. "Carta de 20 de janeiro de 1834" In: LOPES, R. Op. cit. pp.16-17

⁹⁸⁴ Ver o Prólogo da peça *Leonor de Mendonça* em que Gonçalves Dias mistura a comédia e a tragédia, verso e prosa. Ele aborda crimes, traição, violência, tudo o que chocava a moral do público.

estranhava o poema escrito sem episódios, “mais parece uma canção de cânticos líricos de um trovador, que um poema épico. O desejo de ser original tem impellido muitos poetas modernos à extravagância”⁹⁸⁵. A extravagância e principalmente o ateísmo de Byron é que tanto lhe faziam horror, pois foi essencialmente a faceta cristã e mística do Romantismo que havia atraído sua atenção.

A religião para Magalhães, como discorreu no 2º número da *Niterói* no artigo “Filosofia da Religião”, estaria na essência permanente do homem, sua necessidade inerente enquanto criatura especial de Deus. Baseando-se nos alemães, em Herder e principalmente Vitor Cousin, avaliava que tudo de mais fantástico criado pelo homem havia sido gerado por ela, constatava que o cristianismo era o fundamento da civilização moderna, que salvou os restos da civilização antiga, a filosofia, o Estado, a moral, a Indústria, as Artes, a Poesia. Teria sido em torno do cristianismo que se colocaram os mais sublimes gênios de que se enobreceria a humanidade, como Agostinho, Newton, Leibnitz, Dante, Carlos Magno, Tasso, Miguel Ângelo, Raphael, Boussuet, Fénelon, todos estes inspirados pelo Cristianismo⁹⁸⁶.

Assim Magalhães estaria muito mais próximo de Chateaubriand, Herder ou Lamartine do que de Byron, A. de Vigny ou V. Hugo. Décadas mais tarde, já diplomata e poeta consagrado com seu grande “monumento”⁹⁸⁷, *A Confederação dos Tamoios*, a epopéia de fundação do Brasil, confidenciava com Araújo Porto Alegre sobre as considerações de seu crítico anônimo “Ig”, em verdade, José de Alencar. O autor do futuro romance *O Guarani*, então jovem escritor e jornalista ainda desconhecido, desejoso de ingressar no mundo dos homens de letras do Segundo Reinado foi protagonista de uma polêmica que agitou a Corte em 1856. Logo que o livro de

⁹⁸⁵ Idem. “Carta de 29 de jan de 1836” In: LOPES, R. Op cit. p.61.

⁹⁸⁶ MAGALHÃES, D. J. G. “Filosofia da religião, sua relação com a moral e sua missão social” In: *Niterói*. n.º2 Op. cit.p.23

⁹⁸⁷ Assim noticiava a revista *Guanabara* em 1854: “Por carta do Sr Domingos José Gonçalves de Magalhães, soubemos que estava a concluir o seu poema da *Confederação dos Tamoios*, e que trabalhava no último canto. É natural que esta grande composição do reformador da poesia brasileira sofra alguma suspensão com a morte da estimável e virtuosa senhora que deu à luz tão balizado poeta; mas esperamos que, passado a tormenta do coração, e mesmo como um lenitivo seguro, o Sr. Magalhães levará ao cabo mais **esse monumento**.”

E é assim, com o trabalho de muitos homens, com o seu amor pela pátria, que as nações chegam a possuir uma literatura, **que a nossa ainda está muito verde**: apenas começa agora a querer tomar os primeiros lineamentos de seu plano e seu caráter, e tarde se desenvolverá ou se caracterizará, porque marchamos lentamente na nossa organização social, sem o que não há arte alguma que se enraíze e dê frutos próprios.

Somos ainda colonos da França, e mais depressa queremos ler as impressões de qualquer dos seus proscritos, ou um romance da célica, perigosa e talentosa Sand, do que o novo Dicionário do Alto Amazonas, ou a Revista do Instituto Histórico.” REVISTA GUANABARA. Rio de Janeiro, Dous de Dezembro, tomo 2, 1854.p.140.

Gonçalves de Magalhães foi lançado, sob os auspícios do Imperador, o crítico do *Diário do Rio de Janeiro* descarregou contra o obra, constatando a artificialidade do poema, a "falta de beleza" e de imaginação. Magalhães, então em Turim, preferiu não intervir na polêmica que ocupou as páginas dos jornais o *Diário do Rio de Janeiro*, o *Correio Mercantil* e o *Jornal do Comércio*, em torno da sua fracassada tentativa de escrever uma epopéia nacional, objetivo de muitos poetas da sua geração.

Contudo, Porto Alegre, com o pseudônimo de o "amigo do poeta" e o Imperador sob o nome de "o outro amigo do poeta" respondiam a Ig e procuravam em vão intelectuais que pudessem referendar *A Confederação*.... As rusgas se operavam não apenas sobre a linguagem e forma do poema, mas evidentemente em torno da condição de Magalhães de grande amigo e poeta "protegido" do Imperador. Alencar talvez já estivesse ambicionando ele próprio proporcionar um monumento literário ao Brasil a respeito do tema indígena, porém escolheu o romance, porque não entendia nada de poesia como sugere o teor das suas críticas, tendo nascido em 1857 *O Guarani*.

Apesar da crítica de Alencar, o Imperador pediu a amigos e escritores renomados que viessem a público nos jornais e atestassem o valor da obra . Mesmo os amigos de Magalhães, Sales Torres Homem, Monte Alverne, Gonçalves Dias, não se posicionaram com firmeza em defesa do poema, e outros tantos, como Alexandre Herculano, A. D. Varnhagen, João Cardoso de Menezes, não esconderam sua desaprovação⁹⁸⁸. Mas, Porto Alegre que saiu em sua defesa incógnito nos jornais, acabou por ter sua identidade descoberta, além de ser escarnecido por Alencar e por escritores sob outros pseudônimos. Os ataques pessoais ao protegido do Imperador eram tão agressivos que, na ocasião do lançamento do seu *Colombo* em 1867, Porto Alegre desabafava com seu cunhado G. S. Capanema:

*Tinham-se dito aqui, que o J. Alencar preparava uma crítica, e eu a esperava.
Se esta carta é velha, segue-se que é estúpida na coleira, ignorante no que fala, e materialista no fundo.
O homem não sabe retórica, estética, história, e o que é literatura.
Diz asneiras maiores do que eu.
Veremos o que virá.
Por que eu respondi.
Se tiver toda a cortesia é ele, penso que responderei.
Quer-me ridicularizar, veremos quem vence, e quem o faz com grande cabedal de estudo e firmeza de ironia.*⁹⁸⁹

⁹⁸⁸ MACHADO, Ubiratan. "Polemistas para o que der e vier" In: Op. cit. p.251.

⁹⁸⁹ PORTO ALEGRE, M. A. "Carta a Capanema em 6 de agosto de 1967". Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis.

Porém, se os efeitos da polêmica que agitou o Rio de Janeiro por várias semanas foi a desqualificação e exposição do poema de Magalhães, a revista do IHGB parecia ignorar os críticos passando um atestado de que a Confederação dos Tamoios tinha atingido seu objetivo primeiro, isto é, de acordo com Porto Alegre consistia em um "fato moral"⁹⁹⁰:

Algumas obras literárias nos foram dirigidas por seus autores, e memorarei somente aquelas que estão em harmonia com os nossos estudos especiais, quer pela ação e localidade, quer pela influência que podem exercer nos futuros destinos da nossa literatura, ou porque pertençam a sócios que honram este Instituto.

O aparecimento do poema da Confederação dos Tamoios não foi um fato isolado: o Sr. Magalhães, o reformador da poesia, não quis resumir sua missão literária a somente quebrar as portas de bronze da poesia brasileira helênica, e a franquear a mocidade brasileira aquele espaço sagrado percorrido por Chateaubriand, Lamartine e Manzoni; não quis, pelas harmonias do lirismo, mostrar somente aquele conceto mágico da dor e da esperança que conduz o homem com serenidade à sepultura; não, ele quis ir mais longe, e oferecer à pátria um monumento perdurável, um conjunto d'essas harmonias que infundem n'alma a crença, e arreigam no coração as verdades de um dogma que não pode ser compreendido por aqueles que caminham n'este solo, não como herdeiros de um grande futuro, mas como o transitório forasteiro, a quem só importam os gozos do presente.

A Confederação dos Tamoios foi assemelhada com o cunho de uma longa duração, com a mutra da imortalidade; a inveja não, que é um sentimento baixo; porém o ciúme a perseguiu. Teve sua paixão⁹⁹¹.(grifo meu)

Se os detratores utilizavam as páginas dos jornais, Magalhães, Porto Alegre e o Imperador tinham como aliado o próprio Instituto Histórico, local de legitimação e consagração dos literatos, em que Alencar e outros escritores iniciantes nunca puderam ingressar. Através da revista da instituição *A Confederação* recebeu as honras suficientes, concedendo ao poema do "reformador da poesia" o título de "monumento perdurável" da pátria. Em público, Magalhães que residia em Turim, ignorou as críticas desmoralizadoras de Ig. Ao seu amigo Porto Alegre enviou uma extensa carta na qual se defendia:

...Se eu ai estivesse em baixo da impressão imediata da rígida censura, talvez respondesse ao autor das cartas, e mostrasse que os descuidos que ele me atribui são todos descuidos seus. Não falo nem mesmo contigo, sobre o que ele proclama da falta de beleza do meu

⁹⁹⁰ Ver ROCHA, João Cezar de Castro. *Literatura e cordialidade, o público e o privado na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.p.47.

⁹⁹¹ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, tomo XX.1857. p.53.

poema; ainda que por esse lado fosse injusta a crítica, em silêncio eu receberia. Os maiores poetas foram, e são criticados com razão, ou sem ela; que mintos é que também o seja o pobre autor da Confederação dos Tamoios, em um país onde provavelmente a fertilidade e a multidão de produções literárias, tem apurado o gosto e torna a critica pouco indulgente. Mas, aqui para nós, que idéia dá o censor da sua perspicácia, e do seu conhecimento da língua portuguesa, si querendo também por esse lado fazer alguns reparos (...)

Mal a atividade crítica acabara de surgir no país, Magalhães já fora vítima. Respondia a Porto Alegre a acusação de que não teria conseguido se desvencilhar dos modelos clássicos e criar uma obra com as cores nacionais, mesma acusação que os historiadores da literatura lhe fizeram posteriormente:

*Os críticos acusam os poetas de falta de invenção quando eles seguem a risca certas regras, e os exemplos do que sem elas primeiro inventaram; querem até como o critico uma poesia toda nova, ainda não pensada, nem sonhada, escrita com uma pena não sei de que raparo[?] que ele provavelmente conhece, mas que não quis nomear, para que ninguém possa o seu segredo de embeber uma dessas penas garridas nas cores das palhetas do Brasil. Mas se nos desviamos um ponto da estrada batida, eil-os que caem-nos em cima com Homero Virgilio, Camões e Tarso!
Quem pode ser juiz com tais mordomos, ou mordomo com tais juizes?...⁹⁹²*

Interessante na argumentação de Magalhães é sua tentativa sincera de retratar "as crenças e tradições dos índios" e sua afirmação de que ao invés de inventar novos mitos e tradições e de ornar a natureza, ela deveria inspirar o poeta como ela é:

*Si conheces o autor das cartas dá-lhe os meus sinceros agradecimentos. Dize-lhe ao mesmo tempo que das crenças e tradições dos índios eu disse o que se sabe e de propósito não quis inventar novos mitos e novas tradições, que seriam sem valor algum, faltando-lhes o testamento da história; além do que não está nisso a poesia moderna. Morta estaria a poesia invesse [?]de mitos de ficções, de personificações de idéias, de endeusamento de raças e de mentiras.
Orna a verdade, mas não mente a Musa. Como bem exprime o pindárico Diniz.
Não direi enigmaticamente como o autor das cartas que a natureza vesta-se com as roupagens d'arte e da civilização, mas que a natureza saio nua das mãos de Deus e que as mãos dos homens não podiam tocar-a sem offendel-a, porque isso fosse assim, si a arte e a civilização ofendesse a natureza; adeus poesia, adeus musica, adeus pintura, adeus arquitetura, adeus jardins, adeus todas as belas*

⁹⁹² MAGALHÃES, D. J. G. "Carta a Porto Alegre datada de 31 de agosto de 1856". Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

invenções do homem. Dis-ei simplesmente que a natureza é bela ; mas que a poesia não é geografia, nem botânica, nem astronomia, nem psicologia, nem mitologia, nem cousa alguma particular e definível; mas o refluxo de tudo, sentido, percebido, idealizado, harmonizado, e realizado por uma alma que concebe o belo. Esse belo d'arte, bem longe de ofender a natureza, a realça, porque é mais completo e inteligível que o da natureza: porque o homem prepara os seus alimentos, tece as suas vestes, constrói a sua habitação, inventa os seus instrumentos, fabrica as suas armas, supõe a sua nobreza, faz as suas leis, e poetisa e artiza o seu belo; tudo por um modelo interior, que se revela com o estudo da natureza, da qual o poeta e o artista são interpretes, mas não copistas. Esse belo d'arte para ser percebido e julgado recepta de outra alma capaz de produzir: Poetas por poetas sejam lidos. E poetas do mesmo gênero e força; senão melhor é ler e sentir, como todo o mundo lê e sente, ri se e chora, sem comparação, nem conhecimento de regras. A reflexão mata o sentimento, e a simples premeditação da crítica basta para emiurchece o belo tanto d'arte como da natureza. ...⁹⁹³

Assim, Magalhães entendia o poeta como intérprete e não copista da natureza, o belo seria intuição espontânea de sua alma e não fruto de reflexão premeditada. Criar uma poesia nova, erigir uma obra que traduzisse não apenas a natureza, mas os costumes e crenças dos habitantes do Brasil, era uma tarefa árdua a ser efetivada ao longo do tempo e a partir das experiências literárias dos contemporâneos.

O próprio José de Alencar, em *O Guarani*, além de escolher escrever sobre a fundação da nacionalidade com o gênero romance, ao invés da poesia, muito mais difícil, poderia igualmente ter sido criticado por historiadores da literatura contemporâneos por imputar aos personagens indígenas, valores e virtudes europeus.

Consideramos que, se aplicarmos à risca o sábio relativismo de Santiago Nunes Ribeiro, é problemático imputar aos antigos, ou às gerações passadas, os mesmos conceitos, valores políticos, morais e estéticos que compartilhamos na atualidade. A despeito disto, a crítica desempenhou um papel nodal no campo literário em meio à disputa pela doxa e pelo reconhecimento, no sentido de desqualificar ou enaltecer obras e autores.

Este episódio revela-nos não apenas a importância da crítica no processo de autonomização do campo literário - quando o crivo da crítico dos pares e a aceitação do público leitor supera as ligações com o poder, neste caso o patrocínio, amizade e admiração do Imperador e o capital simbólico que Magalhães já tinha acumulado - mas mostra também que estariam longe de ser uma "família", um grupo coeso, com gostos semelhantes.

⁹⁹³ Idem. Ibidem.

Mesmo sendo um romântico moderado em termos de literatura e estética, Magalhães sofreu por suas afinidades românticas. Como mostrou Pinassi, Moutinho, seu colega na classe de literatura do *Institut Historique* e chefe da legação brasileira em Paris que substituiu o Conselheiro Rocha, desconfiava de suas filiações ideológicas e achava que Magalhães "desencaminhava" Sales Torres Homem (que se mostraria muito mais radical do que ele dentro de alguns anos).⁹⁹⁴ Em ofícios trocados com o Ministro dos Estrangeiros no Brasil, Moutinho reclamava da conduta e das idéias do jovem adido:

*A geração de 25 a 40 anos, tem sido nutrida nas mais funestas doutrinas e os órgãos da Imprensa Ministerial com razão se queixa do estado moral do País (a França). Não se pode duvidar que a indicação tem sido pervertida, os laços da obediência quebrados, e ao mesmo tempo que a Escola Moderna exalta sobremodo os direitos do povo, jamais defende ou sustenta os direitos da autoridade. Confesso a V Ex a que é com tristeza que encaro uma geração que tem recebido a sua educação religiosa dos livros de Dupey e a sua educação política do contrato social.*⁹⁹⁵

Em outra carta datada do ano seguinte, Luís Moutinho mostra-se a ponto de suspender de suas funções Torres Homem e Magalhães, antes que este último “contagiasse” toda a Secretaria. Então explica as razões a seu superior:

Não posso mais dissimular que causa destes embaraços tem sido em grande parte a falta de cooperação da Secretaria. Por maior que seja a minha repugnância em usar as personalidades, experimento a necessidade como homem público de prevenir V Ex. a. que o Sr. Torres, secretário interino e um jovem adido chamado Magalhães, que apenas agora começam a sua carreira, a incitam de uma maneira que não os pode acreditar. Pertencem, principalmente o segundo, a uma escola moderna que confesso não foi a minha, para a qual a subordinação é um servilismo, a civildade uma adulação e a oposição feita aos superiores uma virtude liberal e um feito tão glorioso que se procura obter a torto e a direito. Tenho procurado ver se essa desarmonia cessaria com o tempo e por meio da minha

⁹⁹⁴ Ver em PORTO ALEGRE, M. A. “Carta a Monte Alverne de 20 de setembro de 1834”. LOPES, R. Op. cit. Porto Alegre conta que viajaria a Roma com Magalhães, pois Magalhães rompeu com o Alexandre Pinheiro, aluno mandado a estudar em Paris que insultou Magalhães de forma violenta e deixou Porto Alegre indignado. Magalhães ficou deprimido e melancólico a ponto de preocupar o amigo, pois ficou em um estado miserável de magreza e debilidade. Porto Alegre então convenceu-o a viajar com ele. O conselheiro José Joaquim da Rocha passou a abrigar Magalhães, quando foi nomeado pela Regência Ministro plenipotenciário em Paris em 1831, transferido em 1834 para Roma para cuidar da crise com a Santa Sé, pela nomeação do padre Antonio Maria de Moura para bispo do Rio de Janeiro, sucedido por Luís Moutinho. Sales T. Homem obtém para Magalhães um emprego de diplomata na volta em 1835.

⁹⁹⁵ Ofício de 1º julho de 1835, extraído da pasta “Legação Imperial em França” nº 225/1/6 do Arquivo do Palácio do Itamaraty. Apud: PINASSI, Maria Orlanda. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre*. São Paulo: Unesp, 1998. p.115.

*prudência, dando o devido desconto à mocidade sequiciosa de novidades.*⁹⁹⁶

Portanto, o espírito romântico que contagiou os jovens poetas insubordinados, ávidos por originalidade e de marcar seu posicionamento, também contagiou o poeta. Como sugere Pinassi, aparentemente Moutinho e Magalhães estenderam as rusgas e discordâncias geradas pela nova literatura no *Institut Historique* para dentro do ambiente de trabalho. Por esta razão também não podemos concordar com Ana Beatriz Barel, que explica a curta duração da publicação da revista *Niterói* pelo fato de que ela não teria “nenhuma intenção de maior vôleo no que diz respeito à literatura propriamente dita nem ao movimento Romântico”, apesar de reconhecer que muitas idéias e conceitos que fazem parte do programa do romantismo brasileiro estivessem ali presentes⁹⁹⁷. Para a autora a revista simbolizaria a adesão com a literatura, com o modelo cultural e com os valores de superioridade da França como metrópole colonial, que conduziriam o Brasil à civilização e ao progresso, no momento que se constroem as identidades nacionais⁹⁹⁸. Tratar-se-ia assim, a revista de um documento de Estado, importante para consolidar relações diplomáticas entre os dois países, haja visto que os três, nesta fase da vida eram ligados ao corpo diplomático em missão na França e sempre ao longo da vida tiveram um elo com o Estado.

Se por um lado o alinhamento cultural era um gesto apreciável, posto que mais uma afirmação de adesão aos valores franceses e o Romantismo foi uma opção simpática ao ambiente pluralista do Instituto de Paris, por outro lado pontuamos que os jovens Magalhães e Porto Alegre não foram de modo algum “enviados” à França como diplomatas, e neste momento seus elos com o Estado regencial eram absolutamente frágeis: a pensão de Porto Alegre fora negada por D. Pedro e depois pelo governo regencial, apesar dos esforços de Evaristo da Veiga na Câmara de Deputados; Gonçalves de Magalhães, que até então sobrevivera sendo tutor de um rapaz e de favores dos amigos, exonerava-se de cargo recém conquistado na diplomacia, acompanhado de Torres Homem, após indisposição com o chefe da legação.

⁹⁹⁶ Ofício de 29 fevereiro de 1836, extraído da pasta “Legação Imperial em França” nº 225/1/6 do Arquivo do Palácio do Itamaraty. Apud: PINASSI, Maria Orlanda. Op. cit. pp.115-116.

⁹⁹⁷ BAREL, Ana Beatriz Demarchi. “Revista Nitheroy (1836): relações político-culturais entre Brasil e França no século XIX” In: *Revista Nitheroy fac-simile*. Op. cit. p.31

⁹⁹⁸ A autora sugere que a revista *Niterói* não simbolizava um alinhamento consciente com o Romantismo - acontecia que era o romantismo a ideologia do momento

Concluimos que, em realidade, tanto na França como em Portugal, quanto no Brasil, ser poeta romântico em 1836 era visto com desconfiança, como ideologia que insuflava rebeliões e conduzia a mocidade letrada para a política.⁹⁹⁹

4.3 O poeta e o poder

Embora flertassem com o poder, Magalhães, Torres Homem e Porto Alegre, não eram nos anos de 1830 homens de Estado. Sua relação com os dirigentes e com a aristocracia foi tensa em vários momentos e, com exceção de Torres Homem, Magalhães e Porto Alegre por longos períodos não se envolveram com as questões políticas e partidárias e nem se destacaram por seus mandatos eleitorais.

Além da diplomacia, sua atuação notabilizou-se nas letras e artes, estas que constituiriam assim os alicerces da nação, suas raízes culturais mais profundas e autênticas. Desconsiderar as artes e as letras, fragilmente amparadas, significaria condenar a nação à infertilidade e à estagnação.

Contudo, o desinteresse do governo desde o primeiro reinado, seguindo-o à Regência, em efetivar projetos, leis e medidas para garantir a instrução primária, a formação de professores, a reforma das faculdades e academias, o patrocínio de obras, de escritores e artistas, era atribuído à orientação filosófica da classe dirigente, que se constituía cada vez mais de bacharéis. Segundo José Murilo de Carvalho, este segmento letrado da população reuniria os elementos intelectuais, ideológicos e práticos favoráveis à administração dos negócios públicos e passava a ocupar os principais empregos no Estado, desde militares e da magistratura, até a diplomacia¹⁰⁰⁰. Porém, desde muito cedo se verificava um excedente de bacharéis em relação à demanda das grandes cidades, gerando a busca encarniçada pelo emprego público, reforçando o caráter clientelístico da burocracia imperial¹⁰⁰¹. Em uma carta a Monte Alverne, Gonçalves de Magalhães escrevia com desdém a respeito destes bacharéis:

O Padre me aconselha que eu tome aqui um título acadêmico, e diz que para o mundo isto é necessário, seja; fácil me seria obedecer-lhe nesse ponto se me não faltasse dinheiro até para as primeiras necessidades da vida, que moro, e como em casa, do nosso Ministro,

⁹⁹⁹ Ver Marlise Mayer. Op. cit e Ada Scanu, Op. cit.

¹⁰⁰⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. Teatro das sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.99.

¹⁰⁰¹ Idem. Ibidem. pp.86-87.

o Sr. Rocha, o mais o meu caro amigo Araújo me fornece, pois que eu deixei a pensão do Sr. Pinheiro, por motivos de honra, que prezo mais que tudo, e nem podia obrar doutro jeito. Um título nenhuma consideração dá a quem não sabe, nem aumenta o mérito de quem sabe. Ninguém ainda se ocupou de saber se Voltaire, Racine, Platão, Descartes eram doutores por algum Academia, nem lá se diz o Doutor Monte Alverne, o Doutor Paula Sousa, o Doutor Caldas, etc, mas se diz o Doutor Meireles o Doutor etc,etc, que nós conhecemos; não faltam doutores no Brasil sem ciência, como comendadores sem mérito. Eu trato de estudar e escrever, e se nada fizer de importante que me leve à posteridade, não há de ser o título que me recomendará a ela¹⁰⁰².

Diferenciando os literatos e homens de gênios dos meros letrados, Magalhães apontava também para a questão que levou ele, Porto Alegre, e uma geração de escritores ao jornalismo, não apenas para ilustrar os homens letrados, "os doutores sem ciência", mas educá-los quanto às opções dignas e morais, para o bem da sociedade. Afirmava a necessidade do bacharel e do homem público ser também um profundo moralista: "o legislador e o político, que fazem da sua ignorância nas outras sentenças um título de merecimento, estão mui arriscados a cometer graves erros que comprometam a sorte e a prosperidade de seu país"¹⁰⁰³. Para ele a moral de um legislador teria que ser baseada nos "caracteres augustos de justiça, de bondade e de equidade", sem a qual "a política é uma infâmia e uma quimera a prosperidade dos impérios, a paz é ilusória, a lei uma zombaria escrita, e a liberdade licença"¹⁰⁰⁴.

Esta burocracia estatal que se constituía nas primeiras décadas após a independência inspirava-se em princípios da filosofia liberal e utilitária, que eram vistos por muitos escritores em muitos países como danosos ao Estado e à sociedade.

Na Inglaterra, o utilitarismo preconizado por Jeremy Bentham desde o final do século XIX deixava de enfatizar a democracia representativa e passava a orientar as ações de reforma da legislação e das instituições nas décadas de 1830 e 1840.

Convencido de ter descoberto uma nova ciência, da moral e da legislação, baseada no princípio da utilidade, Bentham entendia que deveria ser ela uma arte prática e não meramente especulativa. A consequência foi, entre outras coisas, fábricas que funcionavam com o trabalho de prisioneiros, escolas, hospitais e legislação arquitetadas conforme os preceitos panópticos, além de comissões parlamentares de investigação

¹⁰⁰² MAGALHÃES, D. J. G. "Carta de 15 de janeiro de 1835" In: LOPES, R. Op. cit.p.42-43.

¹⁰⁰³ Idem. *Discurso sobre o objeto de importância da philosophia, para a inauguração do curso de philosophia do Colégio Pedro II*.p.8 Seção de Manuscritos da biblioteca Nacional.

¹⁰⁰⁴ Idem.Ibidem.p.13.

sanitária que averiguavam a questão da saúde pública e das condições de trabalho de crianças e adultos nas minas e usinas nas décadas de 1830 e 1840.

Os utilitaristas conseguiram a parceria estatal para a implementação das *work-houses* destinadas a abrigar indigentes e forçá-los ao trabalho, partindo da idéia de que a pobreza era danosa e de que o sistema social se autoregulava. Mesmo “comungando” do evangelho liberal no campo econômico, sua filosofia utilitária admitia que o Estado interviesse na esfera social, sobretudo no que concernia à situação dos pobres, porque, ao entender o “bem” enquanto a quantidade máxima de prazer para o maior número de pessoas possível, seria desejável que ele os assegurasse contra a fome, protegendo assim a sociedade inteira. Apesar da grande oposição, não apenas do partido conservador inglês, mas de intelectuais contrários à influência do utilitarismo, ele passou a ser a “cartilha” dos legisladores durante algumas décadas.

Estas idéias foram formuladas entre o final do século XVIII e o início do século XIX e orientavam as leis e práticas dos governos na Europa e no Brasil. Ao final da Regência, a direção saquarema defendia o Estado forte e centralizador, capaz de ação política coordenada, em que a administração seria vital e útil para levar o bem a um maior número de pessoas, de acordo com as idéias utilitaristas.

Gonçalves de Magalhães percebia e ressentia-se do rumo trilhado pelo Estado no Brasil e expôs seus sentimentos em várias ocasiões em seus escritos, na “Philosophia da Religião, sua relação com a moral, e sua missão social” publicado no segundo número da *Niterói*, diante do jovem imperador Pedro II no “Discurso sobre o objeto de importância da philosophia, para a inauguração do curso de filosofia do Colégio Pedro II” (1840) e nos *Fatos do Espírito Humano*, publicado nos anos de 1860.

Sobre este estado espiritual da sociedade, Magalhães cogitava que apenas uma reforma na filosofia poderia transformar a orientação e as ações do Estado. Pereira da Silva igualmente avaliava em seu estudo para a *Niterói* que:

*(N)o Brasil atrasado no ensino de filosofia ainda se adotava o sistema de Condillac nas escolas, porém esperamos que as novas idéias, que todos os dias recebe ele da Europa, abram nova estrada à Filosofia, e façam triunfar a verdade.*¹⁰⁰⁵

Contudo o dilema era como realizar esta reforma, sendo que por toda a primeira metade do século XIX existia carência de manuais e livros de referência traduzidos sobre o assunto.

¹⁰⁰⁵ SILVA, J. M. Pereira. “Estudos sobre a literatura” In: Op. cit. p.241.

Embora Monte Alverne não tivesse se perpetuado como primeiro filósofo nacional, uma geração de escritores e letrados como Magalhães e Porto Alegre foi iniciado na filosofia através do célebre orador. Ele ainda dava as suas aulas de filosofia com os deficitários compêndios do Genuense, complementando-os com apostilas manuscritas¹⁰⁰⁶, o que se transformava no grande obstáculo à divulgação do ecletismo e à reforma da poesia até então dominada pelo sensualismo de Locke e Condillac. Havia assim uma razão prática para que Magalhães insistisse tanto para que Monte Alverne publicasse não apenas seus sermões, mas também as suas obras filosóficas, a sua *Lógica*¹⁰⁰⁷. Recomenda-lhe especialmente que enviase ao Instituto Histórico de Paris uma memória sobre o estado da filosofia no Brasil e a influência que tem exercido nos costumes, governo, ou sobre a maneira com que ela tem sido ensinada e a disposição do espírito do povo para receber já este ou aquele sistema¹⁰⁰⁸.

Nas cartas a Monte Alverne, Magalhães alertava seu mestre da urgência da publicação, que residia na crença de que não “possa pôr em relação com a filosofia do tempo, o Ecletismo que no Brasil deve quanto antes ser plantado para que a mocidade aprenda a não dizer blasfêmias contra Deus e os homens”¹⁰⁰⁹. Esta filosofia eclética, última expressão do que há de mais sublimado nos sistemas filosóficos, é “o arrojo da poesia, o vôo da águia na filosofia”. O Ecletismo teria surgido após fundarem-se sistemas sobre sistemas com Bacon (empirismo), Hume e Voltaire (ceticismo), Malebranche na escola escocesa e Kant (fundador da filosofia do Deus tutelar) na escola alemã, e teria como seus edificadores Victor Cousin e Royer Collard em França. O Ecletismo dominaria a Alemanha e mais alguns Estados da Europa e tentaria :

*...reunir o que há de bom em todos [os sistemas filosóficos no mundo] recrutando as verdades, que n'eles se acham, e reunir em um só, denominado Ecletismo; seus esforços têm recompensa merecida, e cada dia o sistema Eclético ganha terreno, e se estende nas nações*¹⁰¹⁰.

A urgência em reformar a filosofia e o ensino de filosofia também é mencionado por Magalhães, que pediu ao padre Monte Alverne um artigo sobre filosofia para ser publicado na *Niterói*, ainda no ano de 1836:

¹⁰⁰⁶ MAGALHÃES, D. J. G. “Carta de 20 de janeiro de 1834” In: LOPES, R. Op. cit. p.15

¹⁰⁰⁷ O *Tratado de lógica* de Monte Alverne só sairia em 1859, publicado no Brasil, mas o próprio dileto discípulo Magalhães pouco valorizou o pensamento filosófico de Monte Alverne ao afirmar na biografia do frei publicada na Revista do IHGB que seu ecletismo não era original.

¹⁰⁰⁸ MAGALHÃES, D. J. G. “Carta de 22 de julho de 1834”. Op cit.p.30.

¹⁰⁰⁹ Idem. “Carta de 15 de jan de 1835” In: LOPES, R. Op. Cit. p.51

¹⁰¹⁰ Idem. Ibidem.

Se quiser escrever um artigo sobre a filosofia , poderá enviar-nos que nós o imprimiremos na revista. E se me é dado indicar-lhe uma idéia, fora útil um artigo no qual se mostrasse a necessidade de reforma do ensino da filosofia no Brasil , tendo esta feito imensos progressos depois de Locke, e não estando em dia a que aí se ensina, com a luz espalhada por Kant e pela escola”¹⁰¹¹

Naturalmente ele tencionava publicá-la na revista *Niterói*, como um texto de referência para as futuras gerações. Porém, diante da relutância do frei, Magalhães assumiu a tarefa, pois estudava com afinco filosofia em Paris, empreendia as leituras de Kant, Reid e Dugald Stewart, as aulas com o filósofo liberal Jouffroy, discípulo de Victor Cousin e sucessor de Roger Collard, que publicaria suas lições de Direito Natural e dos livros recém-publicados sobre o ecletismo¹⁰¹², conforme informava ao seu mestre e correspondente. Acabara de ler os livros mais recentes de Cousin, o *Cours de d’histoire de la philosophie de Cousin e Fragments philosophiques* de 1826 e sentiu-se preparado para escrever a partir do ponto de vista da filosofia eclética, impregnada de religião contra o “sensualismo” de Helvetius, Holbach, Volney, Condillac, J. Locke e J. Bentham, que elegiam o interesse individual como única moral humana. Assim surgiu o artigo “Filosofia da Religião, sua relação com a moral e sua missão social”, publicada no segundo número da *Niterói*, em que constatava que apesar do princípio religioso imperar em todas as sociedades, no século XVIII parece que ele deixou de influir, quando da ascensão dos filósofos enciclopedistas.

A sua filosofia anti-religiosa que o teria substituído, tinha por princípio, segundo Magalhães, a “promulgação categórica e dogmática da teoria da sensação, única expressão da verdade, acompanhada da Moral do interesse, conseqüência necessária de tal princípio”¹⁰¹³. Reunindo sistemas e pensamentos diferentes sob o mesmo rótulo - o ateísmo de Holbach, o empirismo de Locke e Hume, o sensualismo do discípulo de Locke, Condillac e o utilitarismo de Jeremy Bentham - o poeta exerce severa crítica, presente em muitos trechos, em especial neste transcrito abaixo:

Helvetius funda a Moral no interesse individual; e ao mesmo Voltaire tão estranha pareceu esta obra, que assim d’ela se explica: “dir-se-há que o Autor quer que se não seja governado nem por Deus, “nem pelos homens” e mais adiante: “a Moral é gravemente ferida no livro de Helvetius”. Volney compõe o Catecismo da Religião Natural, que ele pretende impor ao homem social! Um grande número de autores subalternos mais ou menos nomeados enchem as

¹⁰¹¹ Idem. “Carta de 29 de janeiro de 1834”. In: LOPES, R. Op.cit .p. 63

¹⁰¹² MAGALHÃES, D. J. G. Carta de 8 de março de 1834. In: Cartas a Monte Alverne. Op.cit .pP26

¹⁰¹³ MAGALHÃES, D. J. G. “Philosophia da Religião, sua relação com a moral, e sua missão social”In: *Niterói n°2 Op. cit. .p25*

fileiras dos combatentes contra a Religião. O combate está decidido; todos pensam em Philosophia como Condillac, em Moral como Helvetius, em Religião como Volney, e Holbach. Quais são as conseqüências d'esta trina aliança? Que penhores dá ela, para ousar pedir tempo, e espaço para seu progresso. Que espetáculo apresenta tal século? Com a história diante dos olhos, esse depoimento dos povos, a todas essas questões fácil nos fora o responder, mas preferimos dar a palavra a um erudito Filósofo, nascido n'esse mesmo século e que ao nosso pertence, a um observador profundo, cujo nome, adquirido em longo estudo, é uma segurança para a verdade. M. Cousin, falando sobre Filosofia do século XVIII assim se exprime: “Qual poderá ser o Governo de uma tal época? Não será certamente um Governo livre, fundado sobre o conhecimento e com respeito dos direitos da humanidade, por que como poderiam ser tais direitos presumidos, reivindicados e conquistados? A Filosofia da sensação, e do egoísmo devia ser contemporânea de uma ordem social sem dignidade, de um Governo absoluto, porém, per si mesmo caído de fraqueza, e de corrupção. Implica que então pudesse qualquer império ter tido sobre as almas a Religião, por quanto toda a Religião, qualquer que ela seja, outra doutrina inculca, e não o predomínio dos sentidos do prazer. As Artes, a Poesia, pequenas e mesquinhas deviam ser de necessidade, por que implicaria ainda que grande fosse a forma do pensamento, e do sentimento, quando carência havia de grandeza ao sentimento e ao pensamento¹⁰¹⁴

Desta forma esta filosofia anacrônica teria conseqüências nefastas para a sociedade, antagônicas àquelas acarretadas pela religião:

É o mesmo objeto tratado poeticamente. Mas este sistema filosófico, representado como um Monstro, que invade o céu, e a terra, que pretende destruir Deus, e a Religião, que aniquila a virtude, o talento, a Poesia, e as Artes, é a verdade do quadro traçado pelo filósofo; e nós, a par do outro, o apresentamos, para mais cabal testemunho darmos, que toda a idéia, que se opõe de frente à Religião, de rasto leva a Moral, Poesia, e as Artes, e que a Moral do egoísmo é uma árvore perniciosa, só destinada a dar amargos frutos à humanidade.¹⁰¹⁵

Comparando este sistema filosófico a um “Monstro” que aniquilaria a poesia e as artes, aludindo, uma vez mais, à metáfora orgânica da árvore “a Moral do egoísmo é uma árvore perniciosa, só destinada a dar amargos frutos à humanidade”, manifestava-se contra o materialismo. Para Magalhães, o principal problema do utilitarismo refere-se à incapacidade deste sistema de produzir gênios, pelo desprezo que esta filosofia concederia às artes e à poesia. O fundamento deste desprezo reside em que o materialismo apenas reconheceria a razão que investiga e o mundo sensível,

¹⁰¹⁴ MAGALHÃES, D. J. G. “Philosophia da Religião, sua relação com a moral, e sua missão social” In: *Niterói n°2 Op. cit.*.p.28.

¹⁰¹⁵ Idem. *Ibidem.*.p.30

convertendo tudo em matéria organizada, reduzindo a inteligência e a liberdade a fenômenos e a "modificações contingentes dessa matéria inerte". Diante deste pensamento o poeta reagia : "Oh! que repugnante causa é o materialismo!¹⁰¹⁶" , investiga mas não confere primazia alguma à faculdade da imaginação:

A vida a inteligência da verdade que tanto lhe importa, recorre a suas faculdades na imaginação acha uma força criadora, ora, a imaginação não é a faculdade de reproduzir imagens, nem lhe foi dada só para iludi-la; ela aí se concentra, imagina, compõe, levanta hipóteses e forma sistemas; isso fazemos nós todos e nem podemos deixar de o fazer por mais experimentalistas que sejamos .¹⁰¹⁷

Por isto ele o comparava a uma enfermidade¹⁰¹⁸ que se abatia sobre o Estado ferido, contagiando toda a sociedade e moribundo se arrastaria até que uma nova força o regenerasse a partir de alguns homens¹⁰¹⁹. Tal moléstia tornaria infértil todas as ações do homem:

N'isto se apóia ele como base de suas ações; se porém ao absoluto sucede o relativo, si o sentimento externo e variável sucede ao sentimento interno e invariável, que fanal seguro poderá indicar ao homem a verdade? Não podemos crer que a Moral do interesse tenha um futuro, apesar de parecer hoje assenhorear-se do mundo: si ela tivesse sido a crença do gênero humano, certo, não teria produzido tantos milagres de gênio, tantas gentilezas d'armas, tantos prodígios de virtude, superiores as humanas fraquezas. Estudemos a história da humanidade; tudo que ela de mais extraordinário e sublime nos mostra, se não é inteiramente produzido por uma idéia religiosa, ao menos com ela se mescla¹⁰²⁰.

Profundamente contagiada pela reabilitação do catolicismo na França durante a Restauração, o ecletismo formou-se em uma doutrina que mantinha esta idéia de religião, mas combinava várias outras correntes filosóficas. Magalhães apresentava características fundamentais desta doutrina na aula inaugural no Colégio Pedro II. Na presença do imperador, discursou explicando que a filosofia eclética ensinada por Victor Cousin concebia quatro grandes sistemas filosóficos que se refeririam mais ou menos todos às diferentes teorias, seriam estes o sensualismo, o espiritismo, o ceticismo e o misticismo. Em qualquer povo civilizado, todo homem que seriamente pensa e

¹⁰¹⁶ Idem. *Discurso sobre o objeto de importância da philosophia, para a inauguração do curso de filosofia do Colégio Pedro II*.p.16.

¹⁰¹⁷ Idem. *Discurso sobre o objeto de importância da philosophia, para a inauguração do curso de filosofia do Colégio Pedro II*.Op. cit p.11

¹⁰¹⁸ Idem. "Philosophia da Religião, sua relação com a moral, e sua missão social" In: *Niterói n°2* Op. cit. p38.

¹⁰¹⁹ Idem. *Ibidem*.p34.

¹⁰²⁰ Idem.*Ibidem*. p.21.

medita, teria experimentado aos quatro: "na mesa do banquete, rodeado de prazeres, embriagados os sentidos, é homem sensualista; quando a noite silenciosa o separa do mundo e o pensamento sobre si reflete, renasce o espiritualismo; se procura entrar no âmago das coisas, se o que vê, se o que pensa não o convence, eis com ele o ceticismo: se a morte lhe rouba um objeto caro às suas afeições, um pai ou um amigo, e lhe apresenta a espantosa eternidade, ei-lo pagando um tributo ao misticismo."

Magalhães considerava que em todas as matrizes filosóficas estava algum fundamento na natureza humana, não eram inteiramente falsos ou inteiramente verdadeiros, e o grande problema seria acreditar que cada uma delas conteria a verdade absoluta. Estes quatro sistemas seriam os elementos fundamentais da filosofia eclética, "única que poderia satisfazer as necessidades do espírito humano, e salvar-nos do rigoroso ceticismo" que destruiria cada um destes sistemas.¹⁰²¹

Magalhães considerava perniciosas as conseqüências do sensualismo que teria valor de lei: cada qual se guiaria pelo seu próprio prazer e nunca pelo alheio. Para o poeta a "moral do interesse" não seria moral alguma, pois liberaria o indivíduo do dever e o entregaria ao seu próprio egoísmo, sendo responsável por todos os males na política.

Também o seu amigo F. Sales Torres Homem, estudioso da economia política, se manifestaria contrário ao sensualismo e a doutrina do interesse, no número inaugural da *Minerva Brasiliense* em 1843. Ele inaugurou a edição quinzenal da *Minerva* com o artigo "Progressos do século atual" em que relatava as conquistas do século XIX sob o ponto de vista material científico e literário, listando as descobertas na história natural (astronomia, geologia, zoologia) nas ciências médicas (a variolação, a arte do diagnóstico)¹⁰²², na física (a lei da eletricidade), na indústria¹⁰²³, ao mesmo tempo em que constatava que a economia política e industrial nascida na Inglaterra não trouxe às classes laboriosas vantagens e benefícios, pois só se preocupava em "abreviar o trabalho e multiplicar os produtos", em descobrir os meios de produzir muito e concentrar capitais e não em procurar meios de manter a vida do obreiro. Mencionava as escolas de Robert Owen, Charles Fourier e Saint Simon que ambicionavam a "realização de um ideal perfeito sobre a terra, com a exclusão de Deus e de alma", acusando tanto as

¹⁰²¹ Idem. *Discurso sobre o objeto de importância da philosophia, para a inauguração do curso de filosofia do Colégio Pedro II.* Op. cit p.15

¹⁰²² HOMEM, F. S. Torres. "Progressos do século atual" In: *Minerva Brasiliense*.nº1.Op. cit. p. I

¹⁰²³ Idem. *Ibidem*.p.IV

escolas socialistas (socialismo utópico) quanto da "poesia do interesse" de ocuparem-se do homem material antes de cuidar do homem moral¹⁰²⁴.

Afirmava neste artigo que industrialismo, o mais engenhoso, não extirparia nunca as misérias de sua natureza moral; e que ao invés de entregá-lo ao incentivo sensual, cumpria, pelo contrário, restringi-lo para dar vigor aos sentimentos da espiritualidade, do amor, da caridade e do sacrifício¹⁰²⁵. Apostava que a reforma da obra "sem alma e sem entranha" dos economistas do século XVIII seria realizada pela filosofia do cristianismo iniciada por Kant, Fichte, Schelling e Hegel - nomeava-lhe a "economia política cristã"¹⁰²⁶. A direção nova das idéias, desviando a razão do mundo dos sentidos e dos fenômenos, teria contribuído, segundo ele eficazmente para a reabilitação do cristianismo, golpeado desde o século XVIII¹⁰²⁷. Constatava que a necessidade de crer seria inerente a condição humana e que ter um apoio à fragilidade e as misérias da alma, de ter esperança, seriam base larga e indestrutível para a sociedade. Acreditava que o catolicismo que ensinara tantos valores morais aos homens, terminaria por pacificar a cisão entre rico e pobre, produzida pela ciência materialista¹⁰²⁸.

Porém, Gonçalves de Magalhães acreditava estar o Estado brasileiro impregnado desta ideologia utilitarista, tendo o Tratado da Legislação de Bentham como código dos legisladores, a ponto de as teorias de Condillac, de Cabanis e de Tracy, decorrentes do materialismo, serem seguidas como verdade incontestável¹⁰²⁹. Já que para Magalhães as nossas ações revelariam nossos pensamentos¹⁰³⁰, as conseqüências desta preponderância para o governo eram de que a imoralidade seria amplamente aceita¹⁰³¹. Esta filosofia não suscitaria mais a capacidade dos homens fazerem sacrifícios pela pátria, e percebe o autor que, inspirados por ela, os magistrados e funcionários públicos não possuiriam caráter elevado, independente e justo. Também a mocidade estaria corrompida pelas doutrinas do prazer, dotadas de uma "falsa aparência de ciência que ajuíza, critica, e decide das coisas mais sublimes com a mesma petulância, e ostentação de um charlatão público das ruas de Paris", que produzem em alguns uma "sede insaciável de dominar"¹⁰³². Ela deturparia ainda o sentido da religião,

¹⁰²⁴ Idem. Ibidem. p.IV.

¹⁰²⁵ Idem. Ibidem. p.IV.

¹⁰²⁶ Idem. Ibidem. p.IV.

¹⁰²⁷ Idem. Ibidem. p.V.

¹⁰²⁸ Idem. Ibidem.p.V.

¹⁰²⁹ Idem. Ibidem. p.31

¹⁰³⁰ Idem. Ibidem.p. 33.

¹⁰³¹ Idem. Ibidem. p.32.

¹⁰³² Idem. Ibidem. p.33

que não possuiria apenas a função moral de conter o império das paixões, mas guiaria o homem no cumprimento dos seus deveres, convertendo o mal em bem, assim como destruiria todos os sentimentos nobres de virtude¹⁰³³.

O ecletismo combateria no campo das idéias o sensualismo, que, predominante em sua época (século XVIII), teria contaminado as artes e redundado apenas em mediocridade:

Eu não encaro as artes como deleito, mas sim como coisa necessária. A arte é o ideal, o ideal é o sublime do pensamento, e este não pode representar senão a imagem da idéia predominante, ou lado para onde pende a filosofia. As produções de arte que tiveram grande voga em seu tempo são as representantes da idéia do tempo, idéia que conquistou o império da inteligência. Quando a filosofia de Condillac e Helvetius predominava, as artes não produziram nada de nobre e grandioso; eram Vênus, Martes, Cupidos, poucas produções sacras; claro está que o Sensualismo invadia a sociedade, e os artistas, devendo seguir o gosto desta, lhe apresentavam simulacros de suas idéias.”¹⁰³⁴

Magalhães e Porto Alegre elegeram a filosofia de Condillac e Helvetius como culpada pela esterilidade das artes e das letras e pela sua desvalorização por parte do Estado. Um acontecimento em especial, revelado na correspondência com Monte Alverne em 1834, contribuiu para a convicção dos amigos de que o Estado desprezava as artes ao invés de contribuir para a sua ascensão. Tendo o deputado Martim Francisco enviado ao Senado projeto para o governo conceder a Araújo Porto Alegre uma modesta pensão, medida apoiada por seu opositor Evaristo da Veiga, o então Ministro Aureliano Coutinho, que anos mais tarde seria líder da facção áulica responsável pelo projeto da Maioridade, interveio e vetou o benefício, acarretando a indignação dos dois amigos e de outros em torno deles. Em uma carta escrita durante a estadia romana dos dois literatos brasileiros, Gonçalves de Magalhães declarava indignado:

...Por falta de Ecletismo um ex- Ministro disse que não havia no Brasil necessidade de escolas de Filosofia e Retórica; outro, que ainda governa[Aureliano Coutinho], em uma portaria disse que as artes não precisam de proteção¹⁰³⁵; um charlatão quis achar a alma no cadinho, um matemático olha com desprezo para um poeta etc etc. Mas eu tenho esperanças no futuro; o império da mediocridade há de cair, mas à condição de uma luta consciente, sem o que governará ainda por algum tempo os espíritos; convém, pois, que nos

¹⁰³³ Idem. Ibidem. p.33.

¹⁰³⁴ PORTO ALEGRE, Araújo. “Carta de 25 de julho de 1834”.Op. cit.p33-34.

¹⁰³⁵ Ele se refere à sansão de Aureliano Coutinho então Ministro ao projeto de Martim Francisco para o Governo dar a Araújo uma modesta pensão em 1834.

*armemos não com punhais, mas com os brandões da sabedoria e ao seu clarão desaparecerão as trevas*¹⁰³⁶.

Porto Alegre também desabafava em uma carta notável, dirigida a Monte Alverne:

*Padre Mestre, há em mim uma escala que me obriga a medir os elogios que se me fazem e veja se eles abundam em quantidade, porém, um deles é meu, como conquistar títulos, como me apodere deles, é o elogio do meu coração pela pátria, sem, por ela farei o que puder, apesar que a pintura e demais artes se cultivam nessa terra como plantas exóticas e o Governo as conserva em estufa, onde se morrerão se uma mão forte as não soltar para que a nação veja. O coração (...) falo; mas assim quando se olha para um povo, que devia ser feliz e não é, o coração rasga-se quando se olha para outro povo, que nasceu para as artes e as não cultivava, é necessário deixar o Brasil para conhecer esta verdade; entre nós todos são poetas, o escravo canta ao som da marimba e improvisam os (seresteiros?) da mesma maneira; todos amam a pintura sem a terem visto, vem do que Mr. (...) disse em Paris que a cabeça de todos os brasileiros era de artista, mas que nela faltava o órgão da ordem e da autoridade; eu creio que os nossos governantes têm esse órgão em demasiada expressão; porque as protuberâncias do gênio nada são sem eles.*¹⁰³⁷

Desanimado com o atraso cultural do país e com a falta de visão do governo, Porto Alegre diz na mesma carta ter iniciado seu quadro sobre Cristo, mas não sabia o que fazer dele, além do que considerava as grandes despesas e esforços sem finalidade aparente. Afirmava desesperar-se ao ler as notícias sobre o país natal no Correio Oficial, sentia até “vontade de morrer na Europa”. As razões para seu pessimismo seriam reveladas nas linhas que se seguiam:

*Padre Mestre, quando os pais brigam, os filhos perdem-lhes o amor; quando um governo é vicioso os súditos o abominam, e quando ele não tem sistema, não há futuro para o cidadão, na minha posição vejo um Aureliano alegar com justiça na Câmara dos Senadores, que a nação não podia dar-me uma pensão; e vejo este mesmo homem fazer outras a estudantes de São Paulo e mandar à custa da caixa da Legação de Paris um menino de treze anos e meio; se quer ser justo seja, mas não sovina, os cofres da nação eram sagrados, mas eu não me recordava que um baixo, o tal sevandija [parasitas] de D. Pedro, diria que as artes e ciências não precisam desta animação o porque aqueles que a elas se dão com bom comportamento sempre acham meios de subir, temia, então, os estudantes de São Paulo e o menino de Paris são homens desmoralizados...*¹⁰³⁸

¹⁰³⁶ MAGALHÃES, D. J. G. “Carta de 15 de janeiro de 1835”. in: LOPES, R. Op. cit. p.45-46.

¹⁰³⁷ PORTO ALEGRE, M. A. “Carta a Monte Alverne datada de 5 de fev 1835” In: LOPES, R. Op. cit. p.49-50

¹⁰³⁸ Idem. Ibidem. p.51.

Tendo seu pedido sido recusado pelo próprio Ministro Aureliano Coutinho após ter sido sustentado na Câmara por deputados de partidos opostos, Porto Alegre abismava-se com a falta de critérios para a distribuição de pensões aos estudantes, critério que claramente passava pelo crivo pessoal e filantrópico. Interessante é que Coutinho, era um liberal que defenderia a maioria liderando a facção áulica, com a qual Magalhães e Porto Alegre viriam a ter especial afinidade. Nesta ocasião, contudo, o pragmatismo e o desprezo do Ministro e dos dirigentes em geral criara uma enorme ferida nos emigrados, tanto que Porto Alegre lembraria do acontecido muitos anos depois em seus *Apontamentos biográficos*.

Ele conclui a carta com um tom profético e ao mesmo tempo irônico:

*Paciência, a mediocridade impera, a mediocridade governa, a ignorância a segue, e o gênio morre; somos filhos dos portugueses, e em alguma coisa nos parecemos com nossos pais!
Adeus, meu Padre Mestre, até cedo, que lá abraçaremos e formaremos uma família forte, um mundo de artistas para preservar o cutelo da ignorância e da intriga manejado pela inveja; em atacadas formas, eu sairei a campo com o meu lápis fazendo caricaturas a dois vinténs; Padre Mestre, e esta qualidade de sátira é tida pelo árabe e pelo alemão, também pelo nacional, e eu conheço a sua influência¹⁰³⁹.*

Estaria preocupado com o futuro do país em que as artes e poesias eram “plantas exóticas” que feneciam em estufas e onde os gênios morriam a mingua em meio ao governo da ignorância, mas igualmente com seu próprio futuro material. Porto Alegre manifestava um desejo que parece fazer parte do ideário dos homens de letras no século XIX: um mundo de artistas, que como uma só família resistiriam e se protegeriam contra todas as intempéries da sua condição.

Viviam na contradição, de um lado assustados com a iminência da pobreza, sem ter uma fonte fixa de renda, pensões, empregos, etc. De outro desfrutavam dos salões, dos teatros, dos livros, das viagens, eram recebidos nas cortes européias, enfim, de todo o estilo de vida aristocrático. É assim que anos mais tarde, ao tornarem-se diplomatas, Porto Alegre e Magalhães alcançariam a estabilidade financeira com a qual sonharam, não deixando, contudo, de reclamar sobre os poucos recursos destinados as suas legações no exterior. Mas o Estado regencial dirigido sob a orientação do utilitarismo, não se convertera no grande mecenas conforme almejavam os intelectuais.

¹⁰³⁹PORTO ALEGRE, M. A. “Carta a Monte Alverne datada de 5 de fevereiro de 1835”In: LOPES, R. Op. cit. p51.

O Estado era antes o lugar em que a aristocracia e os dirigentes apropriavam-se dos privilégios, honrarias e poderes para seu interesse próprio. Pereira da Silva também reflete este pensamento discretamente ao comparar a aristocracia romana aos cortesãos modernos “com o peito repleto de fitas e comendas sem honrá-los contudo com suas vergonhosas ações”¹⁰⁴⁰ enquanto a tirania desagregaria os talentos pois os homens mais talentosos não poderiam usar a “nobre manifestação de suas faculdades”¹⁰⁴¹.

Anos mais tarde, na década de 1860 reconhecemos o mesmo ressentimento, nas ironias do Dr Macedo em *Um Passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. A descrição do Paço constitui-se em uma brecha para exprimir suas crenças políticas, defender a construção de um novo palácio para o Imperador e “espetar” o patronato:

Este palácio que estamos vendo nem tem no seu aspecto exterior bastante majestade, nem em suas disposições e ornatos interiores suficientes magnificência para mostrar-se digno do chefe do Estado e digno da nação. Há na cidade casas de particulares que ostentam mais riqueza e oferecem mais cômodo do que ele.

*Nas monarquias, o esplendor da majestade reflete sobre toda a nação, e a casa do monarca, o palácio do chefe do Estado, que atrai todas as vistas, que abre suas salas aos representantes das nações estrangeiras e a todos os cidadãos, deve ser grandioso como a idéia que representa. Não me digam que o Brasil não tem dinheiro para levantar um palácio. Oh se tem ... O patronato acha sempre recursos financeiros para fazer presentes à custa da pátria amada, e só o dever e o patriotismo terá sempre de esbarrar diante do monstro chamado déficit.*¹⁰⁴²

Em outra passagem Macedo ironiza: “O patronato do outro tempo dizia sempre: ordeno isto! O patronato da atualidade, diz: arranжемos isto!”¹⁰⁴³. A palavra patronato é utilizada para designar a burocracia do Estado e compara o seu trajar: o patronato antigo usava calções e ostentava o poder, produzindo medo e respeito; o patronato novo usava calças, e se escondia da indignação pública. Mas quanto a estes dois patronatos, Macedo complementava: “Notai, porém que a franqueza do patronato velho não era uma virtude, era, pelo contrário, um defeito profundo do sistema. Essa franqueza era a ostentação do arbítrio”¹⁰⁴⁴.

O médico admite que o jeito manhoso, sofisticado e disfarçado deste patronato era perigoso, assim como às vezes a vaidade do novo patronato lhe subia a tal ponto a cabeça

¹⁰⁴⁰ SILVA, J. M Pereira da. “Estudos sobre a literatura” In: *Niterói*. Op. cit. p.230.

¹⁰⁴¹ Idem. *Ibidem*. p.229.

¹⁰⁴² MACEDO, J. M. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo: Planeta, 2004. p.29

¹⁰⁴³ Idem. *Ibidem*. p.46

¹⁰⁴⁴ Idem. *Ibidem*. p.46.

que queria fazer valer suas vontades, fazendo crer que "nasceram predestinados para serem tutores e curadores obrigados do povo, e que, portanto, devem todos curvar-se ao império de sua vontade e ainda em cima render graças a Deus pelos favor e benefício imenso que da sua irresistível influência resulta para o país."¹⁰⁴⁵

No texto manuscrito “Argumentação em defesa do valor pessoal sacrificado ao princípio de uma aristocracia sem antecedentes heróicos”, atribuído a Araújo Porto Alegre, o pintor emite seu juízo sobre a aristocracia:

Não posso admitir, e nunca admitirei que se humilhe um homem laborioso e patriota, para o sacrificar ao falso princípio de uma aristocracia, um serviço sem precedentes heróicos, administrativo, ou literários, sem esses [rasura] brilhantes e sólidas qualidades que exornou o berço de alguns homens, que não tem outras roupês senão [riscado] ou do puro materialismo em seu favor pessoal, ou seu egoísmo.

Os que se identificam com a pátria que se esforçam por elevá-la, que conquistam um lugar permanente em uma especialidade, e que deviam prover de abnegação, [perdendo anos-riscado] durante longos anos, empregados em ? esforços, estão muito acima dos que só em seu benefício [riscado: material] cuidaram em enriquecer-se, estes não devem suplantar e escurecer [aqueles: riscado] que lidaram à sombra de um glorioso estandarte esse bárbaro [que] plantando na terra [riscado: solo] bárbaro, [riscado: como que se sobre a pátria, que] e subir escada da gloria elevando sua haste aos espaços imortais.

[riscado: Nem alta] nem seus ascendentes nunca foram vistos na grande circulo dos edificadores do futuro; nos sujeitos mantenedores da ordem e harmonia social, nos campos defesa da pátria, nos altares dos grandes sacrifícios, nos templos do ? porque recebem a não ser a da invenção da ordem sublime que engrandeça os povos, terão hoje preferência d'aqueles que no meio de suas imperfeições, carregaram com amor e desinteresse uma pedra para o edifício social? e assim ajudaram a erguer o nível [riscadas: da grandeza, altura] em que achara em seu pais ao alvorecer de sua nação ao fortalecer de um [riscada: esta pela] virilidade, e essa delinear da vida por um voto combatente em favor dos seus, e desse tudo que se chama pátria.

Se os dois aristocratas ao menos tiverem feito alguma coisa de superior a mim, razão haveria para isso.¹⁰⁴⁶

Este rascunho foi escrito provavelmente em 1873, em um momento de amargura, quando na ocasião da Exposição de Viena em que participou da comissão brasileira como secretário. O pintor narrou suas desventuras em uma longa carta¹⁰⁴⁷, em que explicava que o Barão de Porto Seguro (F. A. de Varnhagen) apresentou uma lista ao governo

¹⁰⁴⁵ Idem. Ibidem.p.46-47

¹⁰⁴⁶ No verso acha-se rascunho de contabilidade, gastos de PA com datas de abril 1871, fevereiro e abril de 1872 e fevereiro de 1873. “Argumentação em defesa do valor pessoal sacrificado ao princípio de uma aristocracia sem antecedentes heróicos” setor de Manuscritos do IHGB

¹⁰⁴⁷ A carta não tinha destinatário especificado, mas como repetia inúmeras vezes Vossa Alteza, supõe-se que a remetia ao Conde d'Eu, presidente da referida comissão.

austriaco, que desejava dar uma Grã Cruz aos representantes das nações estrangeiras que participaram da exposição universal. Dos três brasileiros que seriam agraciados, Porto Alegre era o único que não era barão, e sendo assim ofereceram em seu lugar uma simples comenda. Varnhagen teria intercedido por Porto Alegre e tentado convencê-lo a aceitar a oferta, explicando-lhe os motivos deste governo. Indignado, menosprezado, sentindo a desigualdade de tratamento, Porto Alegre desabafava na carta que a honraria devia-se ao fato dos dois barões serem vereadores e não por serem barões sem grandeza¹⁰⁴⁸. Assim, no rascunho transcrito acima Porto Alegre questiona não apenas a aristocracia hereditária estrangeira contrastando com a meritocracia, mas também a nobreza brasileira na figura dos seus dois colegas da comissão, cujos serviços à nação não se equiparariam aos seus.

Porto Alegre reagiria ao fato de que aristocratas receberam honrarias enquanto ele que, tantos esforços desinteressados teria feito em prol da pátria, não receberia a distinção. Importante é perceber através deste texto cheio de rasuras o ressentimento que talvez tivesse sido expresso em cartas aos amigos íntimos, algumas das quais se perderam ao longo dos anos, lamentações que para Araújo Porto Alegre talvez tenham se tornado mais frequentes nos anos de 1870, quando grande parte dos seus amigos escritores e intelectuais já tinha sido agraciada com o baronato: Domingos Gonçalves de Magalhães tornara-se barão de Araguaia em julho de 1872, pelos serviços como Ministro Plenipotenciário na Argentina e na Santa Sé, dois anos depois Visconde com grandeza; Francisco Adolfo de Varnhagen tornou-se Barão de Porto Seguro no mesmo ano, elevado a Visconde em 1874; Guilherme Schüch Capanema, seu cunhado, tornou-se Barão e F. Sales Torres Homem foi nomeado Visconde de Inhomirin após a sua atuação em 1858 como ministro da Fazenda do gabinete do Visconde de Abaeté. Enfim, Porto Alegre seria feito Barão de Santo Ângelo em 1874, lugar de seu nascimento, tendo agradecido euforicamente ao Imperador em carta.¹⁰⁴⁹

A despeito de cobiçarem as comendas e título, as aspirações dos intelectuais a outro tipo de nobreza, que os transformaria em heróis da cultura e das letras, e cravaria seus nomes na memória nacional, ganhava forma em *O poeta e a inquisição*. Nesta passagem do 2º ato cena 2, Antonio José constatava a decadência da sociedade no século XVIII, relacionando-a a moral do interesse ao governo corrupto que não pode dar um bom exemplo a seu povo:

¹⁰⁴⁸ PORTO ALEGRE, M. A. "Carta de 28 de abril de 1873". Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis.

¹⁰⁴⁹ Idem. "Carta à V. M Imperial de 16 de junho de 1876". Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis.

ANTÔNIO JOSÉ – (...) *Os frades bem se importam
Que eu faça o povo rir. Tomaram eles,
E todos os mandões que nos governam,
Que o povo só procure divertir-se,
Que viva na ignorância, e não indague
Como vão os negócios, e que os deixem
A seu salvo mandar como eles querem.
Contanto que os impostos pague o povo,
Que cego e mudo sofra, que obedeça,
E viva sem pensar, eles consentem
Que o povo se divirta.*

O CONDE – *Meu Antônio,
Em parte tens razão, porém o povo
É culpado também porque obedece;
Quem tem a força em si por que se curva?
O que é Nação? A soma de escritores,
De artistas, mercadores, e empregados,
Gente do campo, frades, e governo:
Todos querem ganhar a todo custo,
Ninguém quer arriscar; disto resulta
A total decadência em que vivemos.*

ANTÔNIO JOSÉ – *Como vai Portugal! Que triste herança
Receberão de nós os filhos nossos!
Tantas lições sublimes de heroísmo;
Tantos feitos de nossos bons maiores,
Patriótico zelo, amor de glória,
Num século estragamos! Nada resta!
Que contraste terrível! Como um dia,
Nossos Anais a história relatando,
Aparecer devemos! Com que opróbrio,
Com que desprezo as gerações futuras
Dirão de nós, julgando nossos fatos:
– Era de corrupção e decadência!...
E o que fazemos nós! A passos largos
Marchamos para a queda. E que não haja
Um braço forte, um braço de gigante,
Que entre nós se levante, e nos sustente!
(...)*

*Nasce de cima a corrupção dos povos.
Sim, os governos sós são os culpados
Da queda dos impérios: maus exemplos
São sempre pelos homens imitados.
Quando à testa do Estado se apresenta
Um homem sem moral, falto de luzes,
Que as honras Nacionais vende à lisonja,
Quem o circula imita seus costumes,
E este por sua vez é imitado,
Até que de grão em grão, sempre descendo,
A servidão ao povo contagia.
Tudo perdido está; só a vergonha,
Só a miséria, o opróbrio então se espera.
O CONDE – Assim é; mas enquanto o povo dorme
O remédio é sofrer com paciência.*

*ANTÔNIO JOSÉ – O povo acordará.*¹⁰⁵⁰

Enquanto não surge “Um braço forte, um braço de gigante” para resgatar a sociedade da decadência, os sofrimentos abundariam. Ao mesmo tempo em que se refere ao século XVIII, em que a inquisição perseguia os letrados, em que a liberdade de expressão não existia, também expressava os sentimentos a respeito de seu próprio tempo, o temor ou a certeza de que no futuro só haveria o que lamentar. Em outra passagem o autor colocava nas palavras do ilustrado Conde Ericeira a crítica à nobreza (do século XVIII) e principalmente apresenta a grande utopia dos intelectuais:

O CONDE – Pois que se erga, e que marche; eu não o impeço.

Eu não sou desses nobres ociosos

Que pesam sobre o povo; nem desejo

Que reine a tirania, ou a ignorância.

Trabalho pela pátria e pela glória;

Posto que seja Conde, sou Poeta;

Sei que um bom escritor vale mil Condes,

E curo de deixar úteis escritos.

ANTÔNIO JOSÉ – Oh, senhor, vós sois nobre duas vezes,

Nobre pelas ações, nobre no gênio,

Sem falar na nobreza dos Palácios.

(...)

Ato 2 CENA IV

O CONDE (Só) – É um homem de gênio. Assim o Estado

Soubesse aproveitar o seu talento;

Assim o gênio governasse o mundo;

Ou então entre os Reis e as classes nobres

*Só deviam nascer os grandes homens.*¹⁰⁵¹

A vocação do homem de letras relacionar-se com o poder, clara nesta cena de *O Poeta e a inquisição*, já era reconhecida desde o século XVII, e freqüentemente suas pretensões ao governo eram objeto de receio e recusa. Como procuramos demonstrar, os escritores se sentiam parte de uma nova "aristocracia do talento", que por mérito e por meio de suas ações em benefício da pátria, desejava ser reconhecida, senão financeiramente, o que parecia impossível dentro da conjuntura de atraso cultural do país, ao menos simbolicamente. Para esta "nobreza plebéia", sem propriedades e sem título, que certamente "vale mil Condes", seria importante também enobrecer.

José de Alencar, embora tivesse enveredado por algumas polêmicas com o Imperador, esperava que uma vez eleito pelo partido conservador, ingressaria no Senado, poder ocupado pela nobreza imperial. Em um país em que o Imperador possuía

¹⁰⁵⁰ MAGALHÃES, D. J. G. *O poeta e a Inquisição*. Op. cit. pp20-21

¹⁰⁵¹ Idem. Ibidem.p22.

a prerrogativa de conceder honrarias e títulos e que a condição nobiliárquica durava apenas uma geração¹⁰⁵², o enobrecimento passava a ser um capital simbólico fundamental, como constatou L. Schwarcz¹⁰⁵³. O enobrecimento era tanto a compensação por bons serviços, por mérito ou patriotismo, quanto poderia ser um instrumento para atenuar os efeitos impopulares frente à classe proprietária escravista em ocasiões como proibição do tráfico negreiro, Leis do ventre-livre e do sexagenário e Lei Áurea.

Como o grande negócio do Império era o café, os grandes cafeicultores na sociedade escravista estavam no topo da hierarquia social juntamente com os comerciantes de grosso trato.¹⁰⁵⁴ Ao lado da racionalidade para os negócios, estas frações de classe interessavam-se pelas veleidades aristocráticas, obtenção de títulos, comandas, construções suntuárias com o objetivo de enobrecer-se, pois estas seriam formas de reiterar a hierarquia e sua posição no sistema produtivo e na organização social. Os senhores de terras, denominados de “barões de café”, compartilhavam de uma mentalidade, valores de uma visão de mundo detectada por Eduardo Silva, revelando interesses de classe definidos.¹⁰⁵⁵ Um terço dos quase 1000 títulos concedidos pelos dois Imperadores foram para cafeicultores, comissários e banqueiros ligados ao café, como a família Werneck, Nogueira da Gama, Paes Leme, Teixeira Leite, Monteiro de Barros, Souza Breves entre outros.¹⁰⁵⁶

Este grupo hegemônico passava a constituir a Corte do Império, mas compartilhava dos mesmos espaços de sociabilidade que as frações de não-proprietários que eram incorporadas à política ou aos aparelhos estatais. Por isto homens como Araújo Porto Alegre e Gonçalves de Magalhães, que não desfrutavam de propriedades rurais, atribuíam tanta importância e expectativa quanto à concessão de honras do baronato, mesmo que isto ocasionasse o seu endividamento e o dispêndio dos poucos recursos de artistas e escritores.

A distribuição destes sinais de distinção para comerciantes, professores, médicos, militares, políticos, advogados, diplomatas e funcionários altos e médios,

¹⁰⁵² Lilia Schwarcz afirmava mostra que esta nobreza não se beneficia da hereditariedade. Ver SCHWARCZ, Lilia M. *As Barbas do Imperador, D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2ª ed, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.p.160

¹⁰⁵³ Idem. Ibidem.p.162.

¹⁰⁵⁴ Os dados obtidos pelo historiador revelam que enquanto em 1860 1/10 da população detinha 2/3 da riqueza em 1875, 10% dos inventariados controlavam 63% do valor das fortunas.

¹⁰⁵⁵ Idem.Ibidem. p.42. As análises de João Fragoso reforçam a constatação de Eduardo Silva de que a origem deste baronato era de negociantes.

¹⁰⁵⁶ Idem. Ibidem. p.35.

sacerdotes, e em especial para letrados, evidenciava que o desejo do monarca era constituir um ar de dignidade e civilidade para sua Corte, em meio a tantos barões rústicos e sem muita instrução. Esta honra costumava chegar como forma de compensação política no final da vida do indivíduo, por isto, até a idade avançada homens como Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto Alegre ansiaram pelas honrarias que muitos negociantes e traficantes de escravos receberam bem antes deles. Onde o critério aparente era o mérito, os escritores ilustres trabalharam pelo império, na arte, na produção de monumentos à nacionalidade, na diplomacia, junto com homens do porte de Caxias. À estes grandes do Império também dedicaram odes, elogios e poesias, também ajudando a eternizar a sua memória. Enfim receberam o baronato, com os nomes de Barão e depois Visconde de Araguaia (Gonçalves de Magalhães), e Barão de Santo Ângelo (Araújo Porto Alegre)¹⁰⁵⁷. Mas já então se operava uma mudança das formas de subordinação do escritor, em que a condição do Estado como mecenas partilhava espaço com o mercado editorial, e uma geração mais nova como a de J. M. de Macedo, José de Alencar e Gonçalves Dias, já não esperava mais proteção, subsídios ou comendas, e tratava de firmar e negociar contratos que garantissem a propriedade literária sobre o fruto de seu gênio.

Vários intelectuais se dedicaram a produzir a história e a memória desta nobreza sem antecedentes históricos. Nas páginas da revista do IHGB a seção de "biografias de brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc.", resgatava os aspectos principais da vida de notabilidades da pátria. Dentre as pesquisas, memórias, discursos e elogios aos sócios falecidos, constavam também biografias como as de Antônio José, Frei Francisco de São Carlos, Frei Francisco de Monte Alverne, Manuel Odorico Mendes, Cláudio Manuel da Costa e muitas outras figuras conhecidas e menos conhecidas, dentre os quais muitos escritores.

Nas páginas da Revista do Instituto Histórico, Araújo Porto Alegre publicou um artigo intitulado "Iconografia Brasileira" em 1856. Neste texto declarava o intuito de compor seu "Plutarco Brasileiro", com o material biográfico reunido durante alguns anos. O "Plutarco Brasileiro" seria uma coleção de imagens e notícias biográficas dos "homens úteis ao Brasil" já falecidos, para servir de exemplo para a mocidade. Segundo Porto Alegre, nas grandes nações que estabelecem "prêmios para os vivos, e um culto

¹⁰⁵⁷ Lilia Schwarcz explica que os nomes dos novos nobres eram escolhidos pelo imperador e em geral eram nomes guarani, da localidade em que nasceu o indivíduo, da propriedade, atividade política, conquista militar, etc. Ver SCHWARCZ, Lilia M. *As Barbas do Imperador, D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. Op. cit. p.178.

para os mortos, ostentam panteões diversos, afim de que falem às vistas do povo, e ao coração do homem inteligente"¹⁰⁵⁸. O contato entre geração dos vivos e dos mortos faria desaparecer o "criminoso egoísmo" da "indiferença", "ingratidão" e "o esquecimento" dos mortos pelos vivos, o que ele considerava fundamental, pois "Conhecida a biografia de todos os homens salientes de uma época, seja qual for a sua ação civilizadora, está conhecida a história d'aqueles tempos"¹⁰⁵⁹, assim como "a humanidade é uma cadeia de idéias, cujos elos estão na memória sucessiva do homem"¹⁰⁶⁰.

Para perpetuar esta memória propunha ele que o governo desse subsídio a "uma obra popular" com os retratos dos homens úteis ao Brasil, porque "n'essa republica da morte encontrará na mocidade incentivos e esperanças para todas as vocações. O soldado, o marinheiro, o padre e o médico, se harmonizariam perfeitamente com o magistrado, o cultivador, o artífice, o estadista, o poeta, o filósofo, o geógrafo, o naturalista, o empresário, o banqueiro útil, o artista, o empregado público, o orador...". Este panteão não é composto só de sepulturas de mármore e bronze, mas de "livros especiais, cujas narrações edificam, como palavra solene da história". Os livros seriam superiores a sepulturas, monumentos, estátuas, porque estas "individualizam as virtudes", enquanto "os escritos as generalizam e perpetuam"¹⁰⁶¹. Neles poderiam ser eternizados José Bonifácio de Andrade, Visconde de Cayru, São Leopoldo, padre Caldas, José Maurício¹⁰⁶². O critério para a seleção seria a devoção abnegada a missão civilizadora, como acrescentava Porto Alegre, aos "arquitetos da civilização deve pertencer esta recompensa"¹⁰⁶³. Neste caso, o autor elegia o músico Padre José Maurício e o artista Valentim da Fonseca e Silva, como seus primeiros biografados.¹⁰⁶⁴

Dentre os intelectuais que individualmente mais se dedicaram a erigir biografias das "excelências" nacionais do passado, Joaquim Manuel de Macedo se destacava. Em meio a escrita de seus diversos romances, sua atuação como deputado, orador do IHGB e jornalista, dedicou-se a projetos para imortalizar as grandes personalidades da história do Brasil, em *Anno biográfico brasileiro*(1876) e nas *Ephemerida histórica do Brasil* (1877), instituindo uma memória sobre políticos, artistas, fazendeiros, eruditos. Porém,

¹⁰⁵⁸ PORTO ALEGRE, M. Araújo. "Iconografia Brasileira" In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, tomo XIX, 1856.p.350.

¹⁰⁵⁹ Idem. Ibidem. p.553.

¹⁰⁶⁰ Idem. Ibidem.p.353.

¹⁰⁶¹ Idem. Ibidem.p. 353.

¹⁰⁶² Idem. Ibidem.p.351.

¹⁰⁶³ Idem. Ibidem. p.351.

¹⁰⁶⁴ Idem. Ibidem.p.354.

nas crônicas publicadas em 1862 no livro *Um Passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, em que segue um itinerário pelo centro da cidade, examinando a história de conventos, palácios, ruas, igrejas e colégios, Macedo associava a fundação destas localidades à ação de grandes homens que expressariam a atitude de seu tempo, tais quais o governador Luiz de Vasconcellos e o conde de Bobadela.

J. M. de Macedo relacionava inteligências e gênios do cenário brasileiro como o talentoso escultor Mestre Valentim, os pintores Manoel da Cunha e José Leandro de Carvalho, o frei franciscano e orador Monte Alverne, o literato e poeta S. Carlos, o pregador Sampaio, o Padre mulato e músico preferido de D. Pedro I, José Maurício Nunes Garcia, incomparável frente aos músicos portugueses e europeus do seu tempo. Além de criar esta genealogia de talentos, Macedo promovia a valorização do artista e dos gênios que a nação teria produzido em épocas mais rústicas, [antes mesmo de ser nação] e que seriam espécies de "heróis das letras e das artes"¹⁰⁶⁵.

Cabe salientar, todavia que, se os intelectuais se dedicaram a fundamentar e legitimar o mérito desta "jovem aristocracia", não se pode confundir os grandes homens com o gênio¹⁰⁶⁶. Ressaltavam-se as qualidades da nobreza e dos cortesãos, sua atuação, seu talento, seus serviços, mas o "gênio" poderia ser encontrado nos lugares mais inusitados, sua inspiração seria superior, a essência do seu talento divina, sua influência sobre a moral, as artes e as letras nunca superada. Eles seriam louvados, lembrados e não igualados, seriam modelos que integrariam o cânone, capazes de se perpetuar por meio de suas obras literárias. É assim que Gonçalves de Magalhães, antes de enobrecer, concebia a literatura como sua herança:

*Ainda não tive o prazer de receber o exemplar que me foi destinado por S. M O Imperador, da edição que Ele mandou fazer do meu poema, para dar um testemunho aos literatos brasileiros que sua Augusta e generosa Mão está sempre pronta a proteger qualquer grande esforço, mesmo na ausência de um grande mérito e de completa vitória. Eu desejo possuir este volume precioso, onde S. M. Escreveu seu Nome, para deixá-lo a meus filhos como um Diploma de Nobreza, e de glória*¹⁰⁶⁷

¹⁰⁶⁵ MACEDO, J. M. de. *Um Passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garnier, 1991.p.44.

¹⁰⁶⁶ Refiro-me principalmente ao interessante artigo de Armelle Enders "'O Plutarco Brasileiro': A produção dos vultos nacionais no 2º Reinado" In: Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro. FGV/cpdoc. nº 25, 2000/1.

¹⁰⁶⁷ "Sua herança era a obra *A confederação dos Tamoios*, que foi subsidiada pelo imperador e que deveria ser a sua primeira epopéia brasileira publicada em 1856. MAGALHÃES, D.J.G. Carta a Manuel de Araújo Porto Alegre datada de 31 e agosto de 1856. (7 f)Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional

Assim os escritores, intelectuais, artistas e poetas, garantiriam a sobrevivência ao esquecimento: enquanto os títulos de nobreza duravam uma vida, as obras literárias permaneceriam pela posteridade. A aristocracia poderia permanecer o espelho, o outro lado do reflexo dos intelectuais e sempre aspirariam à ascensão social, a frequentar a Corte, a portar insígnias. Contudo, neste complexo processo de superposições que formaram a sua auto-imagem, os escritores e artistas tinham a convicção de que nem por decreto, nem por ancestralidade se nasceria poeta.

4.4 O Império das letras: avanço ou estagnação?

No lançamento da *Minerva Brasiliense* em 1843, Sales Torres Homem discorria sobre os progressos do século XIX e destacava entre os seus feitos, a efetivação de uma mudança muito significativa iniciada no século XVIII referente às belas artes, e em todos os ramos da literatura: "abandonou-se a reprodução dos tipos antigos, as cores do politeísmo que nada correspondia às nossas crenças e sentimentos"¹⁰⁶⁸ e "a moderna poesia voou sobre as asas da musa cristã até a fonte suprema do belo e do santo". Acrescentava que a partir de então os "espíritos independentes", de homens "familiarizados com o movimento da vida ativa", deixavam a trilha dos clássicos e se dedicavam a estudar e a pintar a natureza de outra forma¹⁰⁶⁹.

Além desta ruptura fundamental que o século XIX teria herdado, a imprensa promoveria uma "revolução"¹⁰⁷⁰ a partir da redução de custo das obras, que teria tornado a "leitura popular, o pensamento universal (...) deu a todos, o que outr'ora só aos grandes e aos ricos se distribuía; foi procurar no abatimento, e na solidão o pobre, o pequeno, o desvalido, e sacudiu sobre eles o ramo da árvore da ciência carregado de orvalho, de frutos e de flores"¹⁰⁷¹. Este impulso no sentido da democratização do saber, verdadeira utopia dos letrados e eruditos, era reconhecido por Torres Homem como uma tendência que se tornaria possível para as gerações futuras "destinadas a colher os frutos de tão grandes e úteis trabalhos" graças ao movimento intelectual que se processava em sua época.¹⁰⁷²

¹⁰⁶⁸ HOMEM, F. S. Torres. "Progressos do século atual". Op.cit.p.V.

¹⁰⁶⁹ Idem. Ibidem. p.V.

¹⁰⁷⁰ Idem. Ibidem. p.II

¹⁰⁷¹ Idem. Ibidem.p. II

¹⁰⁷² Idem. Ibidem. p.VI.

Os literatos não se imaginavam mais como os sábios do passado, enclausurados¹⁰⁷³, contemplando a obra de Deus entre os muros de conventos, percebiam-se lutando e trabalhando por causas universais, que estariam acima das "mesquinhas" cotidianas e da política partidária. Se vários deles, inclusive aqueles ligados ao círculo monárquico abraçavam a causa liberal e abolicionista, como Joaquim Manuel de Macedo e Araújo Porto Alegre, ou assumiam a voz de escravos africanos ou índios em sua poesia, como Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães, a sua ação em benefício da cultura nacional estaria em primeiro plano. A "revolução" que anunciava o primeiro redator da *Minerva* - apesar da maioria dos literatos brasileiros preferirem a palavra reforma - estaria no imaginário dos intelectuais, no que concerne as transformações nas letras, artes e cultura e na ampliação horizontal de seus apreciadores, admiradores e consumidores.

Esta idéia torna-se mais evidente ao tomarmos a apresentação ao terceiro volume da revista *Minerva* (1844) pelo novo redator, o jovem Santiago Nunes Ribeiro. Seu artigo intitulado "Grandes fases da civilização brasileira: antecedentes e caráter dos progressos literários e sociais: Jornalismo: nas vistas da *Minerva*, etc", ele passa a tratar do desenvolvimento da cultura e das letras no Brasil, assinalando que desde o final do século XVIII livros e notícias em voga na Europa foram chegando ao Brasil, a filosofia começou a alterar as idéias e a imprensa periódica apareceu e mostrou-se noticiosa, literária, científica. Em seguida, o jornalismo político "se apoderou da imprensa, deixando raramente que aparecesse alguma publicação, destinada à ciência e letras, se excetuarmos as que consignam os trabalhos das sociedades sábias. Assim devia acontecer numa época de demolição e construção social"¹⁰⁷⁴.

Este quadro recente já teria se modificado com a ascensão do monarca ao trono: "tinha-se operado, de um modo latente, uma revolução nos espíritos: haviam renascido os gostos literários."¹⁰⁷⁵ Inserindo-se nesta "revolução" a *Minerva* tinha ambições de tal qual a *Niterói*, sem vulgarizar o conhecimento especializado, torná-lo mais palatável a indivíduos de "todas as classes", em especial à *classe senhorial*:

Até o presente neste como em outros países, o máximo número dos leitores era o dos homens de letras, estudiosos, e as pessoas que sem o serem de profissão, haviam recebido uma educação literária. Hoje porém, além destas que o têm em maior grau, o gosto da leitura se

¹⁰⁷³ Idem. Ibidem.p.VI

¹⁰⁷⁴ RIBEIRO, Santiago Nunes."Grandes fases da civilização brasileira: antecedentes e caráter dos progressos literários e sociais:Jornalismo: nos vistas da *Minerva*, etc" In: *Minerva Brasiliense*.Rio de Janeiro: J. E. S. Cabral,nº1,v.3,1843. p.33.

¹⁰⁷⁵ Idem. Ibidem. p.33

*acha na parte sã de todas as classes, e singularmente nas duas mais úteis ao Estado, a dos negociantes e fazendeiros, pois que são como as artérias do corpo social nas quais gira a riqueza pública. Para estes, bem como para outros muitos leitores, a instrução deve ser mais recreativa que científica na forma, porque não lêem, como os homens de profissão, para entender o que há de geral e abstrato, isto é, de filosófico nas ciências, ou nas particularidades, aquilo que por ser técnico só interessa a quem estuda a ciência, ou exerce a arte. Isto posto, e sabido que os nossos leitores podem contar com artigos mais variados e recreativos que os da Minerva do ano findo, sem que porém se entenda que esta publicação vai descer tanto que se nivele com alguns Magazines, ou armazéns de notícias e descrições nimiamente superficiais e populares. Tão longe estamos de querer tornar a Minerva em extremo democrática, que não duvidaremos inserir um ou outro artigo de ciência ou erudição, dos que interessam aos professores respectivos.*¹⁰⁷⁶

Para estas frações de classe, negociantes e fazendeiros, "artérias do corpo social", a instrução tornava-se essencial no Segundo Reinado, requisito para a inserção no Estado e em suas agências e também para sua atuação na política bipartidária em uma monarquia constitucional. Era sobre este público que as revistas literárias como a *Minerva* miravam, esperando vê-lo crescer. Por isto na reformulação feita por Nunes Ribeiro para o seu terceiro ano, ganharam mais espaço "escritos de mais positiva utilidade" em detrimento das poesias e obras muito eruditas¹⁰⁷⁷.

Alguns anos após o encerramento da publicação da *Minerva*, outra revista vem a luz, o *Guanabara, revista mensal, artística, científica e litterária* (1849-1855), lançada em 1849 e redigida por três escritores notáveis, Joaquim Manoel de Macedo, Antônio Gonçalves Dias e M. de Araújo Porto Alegre. Após quase ter deixado de existir, com exíguas assinaturas e com o afastamento de Gonçalves Dias em comissão ao norte do Brasil e à Europa, a revista em seu penúltimo ano de existência (1854) recebeu o patrocínio do Imperador.

Como consta na apresentação de seu primeiro tomo, ela se propunha a ser a continuação do pensamento que presidiu a publicação da *Niterói* e da *Minerva*, e seu exemplo foi seguido por outras revistas na capital. O *Guanabara* se ocuparia das ciências, das letras e das artes. Prometia artigos nas especialidades dos redatores, "uma crítica animadora e imparcial" a colaboração de notabilidades do cenário das letras,

¹⁰⁷⁶ Idem. Ibidem. p.34.

¹⁰⁷⁷ Idem. Ibidem.p.35.

pretendendo ser o "santuário da reunião de todas as inteligências, e de todas as crenças políticas"¹⁰⁷⁸.

Na sua apresentação declarava o público que visava atingir: as famílias, a mocidade nas escolas, ao comércio, "dedicada às classes da sociedade que procuram um passatempo instrutivo". Encontrariam na revista, ao lado de um conhecimento mais especializado, a mistura de assuntos graves e de obras amenas e variadas, "o que algumas vezes se tornará indigno do filósofo e do estadista". Também anunciavam que abordariam o estado intelectual da época e com ele as tendências do pensamento da atualidade...".¹⁰⁷⁹ Assumiam a tarefa de concentrar todas as forças para o desenvolvimento moral e intelectual, única base de um seguro e permanente progresso."¹⁰⁸⁰ Acrescentavam neste sentido que: "Tudo é grande e prodigioso neste Brasil; tudo se apresenta debaixo das formas mais belas e mais colossais - exceto o homem!"¹⁰⁸¹

A idéia de que o homem precisa ser moralmente aperfeiçoado, de que precisa desenvolver todas as suas potencialidades para poder a sociedade então se reformar, é baseada em uma concepção ligada ao humanismo e à antropologia romântica de que cada homem porta também a divindade dentro de si. Assim Magalhães abordaria esta questão no seu *Discurso sobre o objeto de importância da philosophia* :

*Entre todas as criaturas se levanta o homem como a obra prima do criador, não só pela beleza de suas formas, como pela sublimidade de sua razão; só o homem, sobre esta crosta do globo que habita, procura a verdade e a causa dos fenômenos, é único que melhora de condição, enquanto tudo em torno dele obedece a uma prática inalterável, mas esta perfeição é toda moral*¹⁰⁸².12

Tal perfeição moral consistiria em:

O homem, considerado na sua totalidade, é a harmonia do espírito e da matéria, harmonia sustentada pela força vital, quanto mais desenvolver o homem sua inteligência, tanto mais realizará a vontade divina, porque Deus o criou inteligente e livre para conhecê-lo e amá-lo .O homem que perjura esta lei de sua natureza condena a escravidão sua inteligência, e se vota á inércia, é um monstro na ordem moral, seu castigo neste mundo é a ignorância, a

¹⁰⁷⁸ O *GUANABARA*, revista mensal, artística e literária. Rio de Janeiro: Dous de Dezembro,tomo 1, 1851.p.1

¹⁰⁷⁹ O *Guanabara* publicava poesias, artigos sobre exposições de arte, romances, memórias de viagem, textos sobre economia política, biografias, peças teatrais e comentários.

¹⁰⁸⁰ O *GUANABARA*, revista mensal, artística e literária. Op. cit p.2

¹⁰⁸¹ Idem. Ibidem.p.2.

¹⁰⁸² MAGALHÃES, D. J. G. *Discurso sobre o objeto de importância da philosophia*.Op. cit.p.12.

*escravidão e o despotismo, e tão criminoso é o escravo como o tirano*¹⁰⁸³.

O efeito deste aperfeiçoamento individual, estendido a toda a comunidade, estaria reservado ao futuro, como apontam os redatores em várias passagens ao longo da revista. Sobretudo nesta apresentação ao primeiro tomo, eles expressavam seu desejo, expectativa e o sentido do seu trabalho e de suas vidas. É no futuro é que depositam suas esperanças de ver triunfar as letras, a arte e a memória do gênio nacional:

Então se terá dado um largo impulso a esse grande inventário de nossas riquezas naturais; então já se terá ouvido a palavra do filósofo americano, visto a análise do químico brasileiro, escutado o canto das florestas, e atendido aos dogmas da experiência.

Então estarão colocadas as balizas da estrada do futuro, obtidos sólidos resultados, e planejado esse sistema de grandeza e de prosperidade, que dorme entre a poeira do turbilhão e do egoísmo.

Então seremos uma nação na América.(...)

A nossa literatura terá as bases monumentais que este país proporciona, terá o seu cunho de nacionalidade, o seu caráter próprio; então será maior o catálogo dos mortos, que é o índice dos monumentos de glória, o quadro do passado, os pontos luminosos da história, e o depósito de eviternos lauréis.

O país que deu ao mundo Durão e Caldas, os Gusmões e os Andradas, Camarão e Abreu, Cairu e S. Leopoldo, promete alguma coisa mais, quando o tempo for mais apreciado que o ouro, e o homem se considerar como a primeira alavanca da civilização, como motor de todo o impulso progressivo.

*Eis os pontos cardeais da nossa fé, eis o espírito que anima a todos os redatores do Guanabara, e o pensamento que os abraça, e que os impele a concorrer para aquela grande obra: basta de épocas críticas, basta de inúteis oscilações, basta de perda de tempo: - comecemos a nossa época orgânica.*¹⁰⁸⁴

A passagem expressa a expectativa de que a literatura seria enriquecida, como já estava ocorrendo a partir do trabalho dos escritores, poetas, romancistas do presente, assim como pela recuperação das biografias dos homens de gênio e de talento de épocas passadas, que também ganhou espaço na revista. O panteão de escritores selecionados pela crítica para constituir a literatura nacional seria "o maior o catálogo dos mortos, que é o índice dos monumentos de glória". Os escritores e as obras formariam assim os mais preciosos monumentos nacionais, tal como os definiu Alexandre Herculano em 1834 em seu artigo para o *Repositório* "Qual é o estado da nossa literatura ? Qual é o trilho que ela hoje tem que seguir?". Seriam eles os autores e obras que despontariam

¹⁰⁸³ Idem. Ibidem. p.13.

¹⁰⁸⁴ Idem. Ibidem.p.2.

como símbolos do que existiria de melhor no país, portadores de discursos e olhares sobre o Brasil, sua natureza, sua história, seus habitantes, que evidentemente pareciam interessantes aos dirigentes naquele momento.

A idéia de uma época orgânica¹⁰⁸⁵ ocupa um lugar muito importante no pensamento romântico como uma espécie de "utopia passadista" compartilhada por muitos intelectuais na primeira metade do século XIX. Esta utopia recuperaria a unidade, e o lugar de cada indivíduo na comunidade, conforme uma hierarquia, mérito ou potencial, restabelecendo a harmonia social. Ela contém sobretudo uma idéia de ordem¹⁰⁸⁶, a aspiração à segurança e certezas perante uma realidade de insegurança e estagnação:

*O Guanabara procurará ajudar a todos os atletas que se acham na arena; envidará neste jogo harmônico toda a sua boa vontade, para que em breve possamos unidos entoar o epinício triunfal de uma época que havemos retardado, que está lançada em dívida no grande livro do tempo.*¹⁰⁸⁷

Neste sentido a investigação sobre a condição passada e presente dos literatos tornava-se estratégica na promoção dos intelectuais do presente. O estabelecimento de uma "época orgânica" estava relacionada à organização de uma nova cultura em que não só o escritor seria "canonizado", como quer P. Bénichou, mas que também implicaria na elevação cultural e moral dos demais membros da sociedade através da reforma de instituições culturais e educacionais, da construção e manutenção de arquivos e museus, de conservatórios e monumentos, de exposições de arte e de pesquisa. Nestes espaços os literatos poderiam se formar e trabalhar e mais importante, o patrocínio de suas obras pelo Imperador, como foi o caso da *Revista Guanabara*, da *História Geral do Brasil* de F. A Varnhagen, e da *A confederação dos Tamoios* de Magalhães, revelaria a idéia, muito ligada ao Romantismo de que os escritores formariam uma nova aristocracia de talento, avessa à aristocracia tradicional - ao patronato - e que deveria não apenas receber honrarias, mas participar do governo e das políticas públicas.

Sobre o papel dos literatos na vida nacional, Pereira da Silva confere longo testemunho na revista *Niterói*. Para ele os literatos cumpririam o papel de “mover os

¹⁰⁸⁵ Nas obras do Romantismo europeu a época orgânica por excelência era a Idade Média.

¹⁰⁸⁶ CHANDLER, Alice. *A Dream of order, the medieval ideal in 19 th century english literature*. Nebraska: Nebraska University Press, 1970.p.I

¹⁰⁸⁷ *O GUANABARA*, revista mensal, artística e literária. Op. cit. p.2

homens, ligados à virtude, ao belo ideal e ao mundo moral”¹⁰⁸⁸, que deveriam ser a expressão do pensamento de um povo, de seus costumes, crenças para servir de intérpretes e se introduzir nas superstições e pensamentos secretos do povo, “que ele deseja dissecar com seu escapelo”¹⁰⁸⁹. Já esboçando uma primeira noção de cultura popular, Pereira da Silva observava que um literato de outro modo seria “um anacronismo, e estabelece-se em posição estranha de tal modo, que os vindouros d’ele não podem colher lições”¹⁰⁹⁰.

O autor ainda critica a posição dos sábios que não se dispunham a produzir obras escritas - e neste sentido poderíamos pensar em Monte Alverne que resistia a publicar sua *Lógica* - tarefa a que se lançaram os estudantes em Paris e toda uma geração de letrados da década de 1840 em diante:

*O Brasil conta hoje bastantes literatos profundos, porém eles têm-se somente contentado, (com algumas exceções) em estudar e saber, e não se tem querido dignar escrever, e d’est’arte esforçar-se em elevar a sua verdadeira essência esta ciência, aliás tão útil e proveitosa à todas as classes da sociedade, e que de algum modo está desprezada na nossa Pátria, não percebendo nossos compatriotas a influência que ela tem sobre a política, ciência do dia, a que hoje no Brasil todo o mundo se dá, sem se importar se o país por isso sofre*¹⁰⁹¹.

Pereira da Silva incentivava os intelectuais a escreverem, pelo resultado que estas obras e pensamentos teriam sobre a sociedade e sobre a política. Reparamos que o mesmo público leitor e produtor destas obras revelam-se como aqueles que poderiam interessar-se ou participar direta ou indiretamente da vida política e eleitoral do país. O autor aborda ainda a relação entre prosperidade nacional e recrutamento dos intelectuais pelo Estado, solução que aliás, como vimos, também preconizou Gonçalves de Magalhães, no 2º ato cena 4 de *O Poeta e a Inquisição*:

*Sendo a igualdade política o princípio de toda a constituição filosófica, o governo, que reúne em torno de si, e chama aos empregos os homens de talento, anima a nacionalidade, faz prosperar a Moral, e as letras; porque o gênio nada mais sendo que o bom senso aplicado aos fundos da razão, e esforçando-se em estudar e aperfeiçoar-se, faz com que se aprofunde a arte de mover os homens, os segredos da virtude, do belo, ideal e do mundo moral*¹⁰⁹².

¹⁰⁸⁸ SILVA, J. M. Pereira da. “Estudos sobre a literatura”In: *Op. cit.* p.216

¹⁰⁸⁹ Idem. *Ibidem.* p.216.

¹⁰⁹⁰ Idem. *Ibidem.* p.216.

¹⁰⁹¹ SILVA, J. M. Pereira da. “Estudos sobre a literatura”In: *Op. cit.* p.217.

¹⁰⁹² Idem. *Ibidem.* p.216.

O historiador avaliava que situação do poeta estaria mudando no Brasil, em Portugal e que o preconceito principiava a se dissipar:

É mister também que o Brasil se dispa dos preconceitos, que Portugal legou-lhe no seu descobrimento, sobre os Poetas, acreditando-os homens inúteis na sociedade, e ignorando sua missão e influencia. A civilização fazendo imensos progressos em Portugal, justiça lhe seja dada, os Portugueses d'hoje não são os que deixaram nas fogueiras da Inquisição o poeta Cômico Português, Antonio José, nascido no Rio de Janeiro, autor das únicos comédias originais que existem na nossa língua, pois que todos as mais, com mui poucas exceções, ou são imitados, ou traduzidos (com vergonha o dizemos)¹⁰⁹³.

A introdução do Romantismo no século XIX concorreu para a valorização dos literatos, juntamente com o crescimento do público letrado e a expansão do mercado editorial, mas também para a sua melhor inserção e aceitação na sociedade brasileira de meados do século XIX. Concluía que o literato precisava ter um perfil eclético, erudição, dedicar-se ao estudo extensivo para projetar-se:

Ao Brasil, pois cabe também a começar a apreciar os seus homens, lembrando-se que o poeta, para ser digno d'este nome, deve ser historiador, filósofo, político e artista, e que portanto as dificuldades, que se antolham, e que todas tem de vencer, para ganhar um nome, merecem todo o nosso respeito, e atenção”¹⁰⁹⁴.

Assim, percebemos no discurso dos intelectuais e através das revistas literárias que na virada da década de 1840 e na década de 1850 a expectativa era grande quanto ao progresso intelectual do país. Se a década de 1840 foi marcada pela maioridade e pela consolidação da direção saquarema, após um curto ínterim liberal e o fim das rebeliões provinciais, este período tornou-se muito importante para os literatos, pois é partir dele que surgiram as mais importantes instituições educacionais e culturais do país, que apareceram revistas literárias, os romances, o folhetim, novos talentos em todos os ramos do conhecimento, bem como um público leitor se consolidando junto com a opinião pública.

A década de 1850 tornou-se conhecida pela estabilidade política e pela concretização da atualização técnica, social e artística, especialmente na Corte. Enquanto as técnicas agrícolas e manufactureiras no nível da produção ainda eram primitivas, com o uso da mão de obra escrava, em outras esferas a modernização e os sinais de “civilidade” ganhavam terreno. As estradas de ferro, as comunicações

¹⁰⁹³ Idem. Ibidem.p.239.

¹⁰⁹⁴ Idem. Ibidem.p239.

intensificadas com o telégrafo elétrico, a regularidade da partida de navios para a Europa aproximavam mais o Velho Mundo e o Novo Mundo, agora ligados sob novos termos. As cidades brasileiras sofriam expansão e o comércio prosperava, São Paulo assistia a expansão cafeeira e a Corte se embelezava, as ruas ganhavam calçamento e iluminação a gás, mansões foram construídas em Botafogo, Catumbi e Santa Teresa.

Os contemporâneos, especialmente os intelectuais, percebiam que a atmosfera do país estava mudando, especialmente na capital do Império. Um manuscrito de Gonçalves Dias intitulado “Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro nestes últimos tempos” datado de 1854, e escrito no seu retorno do Rio de Janeiro a Paris a pedido de Ferdinand Denis, discorria sobre a situação de progresso do Brasil e dos seus últimos melhoramentos. Neste documento o poeta mencionava os melhoramentos físicos: a iluminação a gás, e o encanamento de águas potáveis, canalização para esgoto, construção de um cais geral em torno da cidade no Rio de Janeiro, telégrafo elétrico, a fundação da cidade e do palácio imperial de Petrópolis, a estrada de ferro de Mauá - primeira a ser inaugurada no Brasil - servindo para a comunicação entre o Rio e Petrópolis, além de outras que se iniciaram. Havia companhias de navegação ligando norte ao sul do país, abrindo vias de comunicação e comércio, oficinas industriais necessárias e suficientes e supunha Gonçalves Dias, que elas aumentariam e se ramificariam pelas demais províncias¹⁰⁹⁵.

Além desta descrição dos progressos físicos e materiais, Gonçalves Dias apontava a edificação na capital do país do observatório astronômico, montado com os mais aperfeiçoados instrumentos existentes, a Escola Militar que se transformara em Academia de Ciências; o Museu Nacional, que após uma reforma receberia novas coleções; a Academia de Belas Artes, reformulada com aulas complementares para aos artífices e operários, além de abrigar aulas de música; o Instituto dos Cegos formulado segundo modelo francês; a Escola de Medicina no Rio de Janeiro e na Bahia, recentemente reformadas inspirando-se nas melhores escolas da Europa, com professores muito ilustrados, igualmente instruídos na Europa, que assegurariam o futuro destes estabelecimentos. Lista ainda hospitais, colégios, como o Colégio de Pedro II “também sob a proteção de S. M Imperial para os alunos que se dedicam à carreira literária e científica”¹⁰⁹⁶.

¹⁰⁹⁵ DIAS, A. Gonçalves. “Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro nestes últimos tempos”In: Manuscrito doado por Nogueira da Silva. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

¹⁰⁹⁶ Idem. *Ibidem*.

O Rio de Janeiro afirmava-se como o grande centro de irradiação cultural e de difusão, seguido por Recife, São Luís e Salvador. Disseminaram-se locais de sociabilidade: saraus, salões, teatros, repúblicas estudantis, confeitarias e cafés, jornais, livrarias, sociedades literárias etc. A literatura ganhava um novo status, enquanto a poesia tornava-se uma mania. Apesar disto os escritores e poetas eram passíveis de uma representação ambígua: ao mesmo tempo em que ganhavam prestígio, pois eram figuras obrigatórias nos salões, eram tratados com menosprezo por comerciantes, pela classe média incipiente e pelos políticos. Tornava-se inconciliável exercer as profissões de médico ou de advogado e ser poeta¹⁰⁹⁷ devido à má fama que ainda pesava sobre estes últimos. Gonçalves Dias, por exemplo, não conseguiu exercer a advocacia no retorno a sua cidade Caxias, devido a concorrência certamente, mas principalmente pelo preconceito que vigorava na provinciana sociedade maranhense em relação a um jovem poeta¹⁰⁹⁸.

A despeito da desconfiança, é nesta época que surge um público para a literatura, composto por estudantes e mulheres¹⁰⁹⁹ que encontravam na leitura e na participação em saraus e bailes uma forma de libertação do jugo patriarcal. Muitas mulheres da geração de 1840 não eram mais analfabetas, eram educadas em colégios femininos na Corte, que já começavam a serem criados através de políticas públicas de expansão do ensino primário¹¹⁰⁰. Eram elas e os estudantes quem consumiam os romances de folhetins e poesias, lidos perante uma audiência doméstica. Os estudantes que aproveitavam a etapa estudantil para desenvolver seus talentos poéticos, literários, jornalísticos e participar da boemia, eram ao mesmo tempo produtores e consumidores, e utilizavam a palavra escrita para criticar as gerações passadas, através das revistas que editavam¹¹⁰¹. As academias de direito de São Paulo e do Recife eram centros de disseminação dos ideais românticos, pelo cultivo dos versos, pela vida intensa nas repúblicas, circulação de livros e de sociedades literárias.

As associações literárias eram espaços de sociabilidade de desenvolvimento e circulação de idéias. Muitas foram criadas nos anos de 1830, mas a febre de associações

¹⁰⁹⁷ BROCA, Brito. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos*. São Paulo: Polis, 1979. p.150

¹⁰⁹⁸ Ver a obra de Lúcia Miguel Pereira *A vida de Gonçalves Dias*. Op. cit.

¹⁰⁹⁹ Este público feminino tende a aumentar durante o século XIX. Para o início do século XIX Maria Beatriz Nizza da Silva pesquisou setecentos subscritores e calculou que a maioria era de homens leigos, empregados públicos de diferentes hierarquias, sendo que apenas 0,8 % era o percentual de leitoras. Apud. PRADO, Maria Lígia. *América Latina no século XIX, tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp, 2004. p.124.

¹¹⁰⁰ Ver PRIMITIVO, Moacir. Op. cit.

¹¹⁰¹ MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o romantismo*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p.41.

literárias começou em meados dos anos 1840 e se intensificou nos anos de 1850 e 1860, quando as associações se multiplicaram no Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e no Rio Grande do Sul¹¹⁰². Na década de 1850 as sociedades literárias de São Paulo tiveram um grande impulso e traziam prestígio ao ambiente estudantil, diferentemente das existentes na Corte: a associação Ginásio Científico-literário Brasileiro, criada em 1848 em uma sala do Museu Nacional, a Sociedade Ensaio Literários, o Grêmio Português e a Arcádia Fluminense, entre outras, organizavam saraus, festas e recitais¹¹⁰³.

No Brasil disseminou-se a moda dos saraus e a arte de receber praticada pelos aristocratas foi trazida da Europa, principalmente de Paris. Nestas ocasiões a dança, os cochichos, os recitais de poesia, a encenação de teatros eram as atividades preferidas. Os salões ficavam desfalcados sem a presença dos escritores e celebridades literárias e os mais aristocráticos não só eram locais de sociabilidade, mas aonde novos talentos ascendiam através da rede de conhecimentos que se estabelecia. Conforme nos informa Pierre Bourdieu a respeito do campo literário francês, os salões são locais em que "as sujeições inerentes à vinculação com o campo de poder exercem-se também sobre o campo literário graças às trocas que se estabelecem entre os poderosos, na maior parte novos-ricos em busca de legitimidade, e os mais conformistas ou os mais consagrados dos escritores, em especial através do universo sutilmente hierarquizado dos salões".¹¹⁰⁴ Nos salões se operariam trocas em que detentores do poder político visariam impor sua visão aos artistas e a apropriar-se do poder de consagração e de legitimação que eles detém. Os escritores e os artistas por seu turno se esforçariam em assegurar para si um controle mediato das diferentes gratificações materiais ou simbólicas distribuídas pelo Estado.¹¹⁰⁵

O ambiente propício às letras também surgiu com o aparecimento das boas livrarias após 1830. Em 1844 eram 12 tipografias¹¹⁰⁶ e 10 mercadores de livros e livreiros¹¹⁰⁷; em 1855 este número subiu para 24 tipografias¹¹⁰⁸ e 12 mercadores de livros e livreiros¹¹⁰⁹. Alguns dos principais estabelecimentos aglutinavam a clientela de

¹¹⁰² Idem. Ibidem.p.266-267.

¹¹⁰³ Idem. Ibidem. p.271.

¹¹⁰⁴ BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte. Op. cit.*p.66.

¹¹⁰⁵ Idem. Ibidem.p.67.

¹¹⁰⁶ ALMANAK ADMINISTRATIVO MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO, ano de 1844. Rio de Janeiro: Laemmert, 1843.pp.256-257.

¹¹⁰⁷ Idem. Ibidem. p.225.

¹¹⁰⁸ ALMANAK ADMINISTRATIVO MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO, ano de 1844. Rio de Janeiro: Laemmert, 1855.p.652.

¹¹⁰⁹ Idem. Ibidem. pp.466-467.

intelectuais para reuniões literárias e debates, como a Livraria Mongie (1832-1853), a Livraria de Paula Brito (1849-1861) e a Garnier nos anos de 1860¹¹¹⁰.

Alguns dos frequentadores mais assíduos destas reuniões eram Sales Torres Homem, Gonçalves de Magalhães, Araújo Porto Alegre, Gonçalves Dias, Teixeira e Souza, José de Alencar, Santiago Nunes Ribeiro, o cônego Fernandes Pinheiro, Joaquim Norberto e Joaquim Manuel de Macedo, que registrou estas tardes agradáveis em seu livro *Memórias da Rua do Ouvidor*. Além dos escritores consagrados, havia também a presença de debutantes como Machado de Assis, Manuel Antonio de Almeida, Salvador de Mendonça, Casimiro de Abreu. Políticos como José Maria da Silva Paranhos (Barão do Rio Branco), Eusébio de Queirós, Quintino Bocaiúva e Firmino Rodrigues Silva entre outros, e artistas como João Caetano e Furtado Coelho, costumavam confraternizar com os escritores, sentavam nos bancos do lado de fora das livrarias e conversavam sobre política, novidades literárias, a moda francesa, etc.

Além da convivência entre escritores já notabilizados e poetas da nova geração, as livrarias forneciam os livros franceses e ingleses de autores românticos contemporâneos vendidos na Europa. A intensificação da vida cultural e a competição gerada pela multiplicação de livreiros, especialmente dos franceses, fez ampliar a variedade de obras disponível e melhorar a atualização do estoque. Mas não apenas ocasionou o gradual barateamento dos livros (caindo em média de três a seis contos para um conto e meio a dois contos em vinte anos), mas abriu maiores possibilidades para o escritor nacional, que até então era obrigado a editar por sua própria conta as obras. Livreiros como Garnier, em uma "aventura empresarial" para a época, passou a arcar com os custos e riscos da edição de muitos poetas e romancistas brasileiros. Algumas obras já tinham sido lançadas em folhetim, outras eram inéditas, e alguns dos editados foram José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo, ambos amigos de Garnier¹¹¹¹.

No Brasil, sobretudo a partir de 1840, os jornais e revistas estavam cada vez mais presentes e tornaram-se indispensáveis na vida cotidiana das pessoas alfabetizadas, que aliás não superavam 16% da população em 1872¹¹¹². O jornal era considerado um veículo democrático e popular, segundo Machado de Assis que chegou a indagar se o jornal substituiria o livro como aporte literário. As próprias redações de

¹¹¹⁰ MACHADO, Ubiratan. "Livrarias e a vida literária". Op. cit.p.53-64.

¹¹¹¹ MACHADO, Ubiratan. "Livrarias e a vida literária". Op.cit.p53-64.

¹¹¹² Segundo dados do IBGE conforme BESSONE, Tânia "As bibliotecas cariocas: o Estado e a constituição do público leitor" In : *O Estado como Vocação*. RJ, Access, 1999. p.60. Dados semelhantes, de 15,75 % de alfabetização dentre a população livre são apresentados por José Murilo de Carvalho em *A Construção da Ordem: elite política imperial*, Rio de Janeiro, Campus, 1980. p.65.

jornais e revistas eram locais de sociabilidade dos escritores, em que se encontravam escritores de diferentes gerações. Toda esta dinâmica vida social, refletida nas páginas do Almanak Laemmert, e que animava o convívio entre os escritores, políticos, jornalistas, poetas, livreiros, permite-nos imaginar como as idéias circulariam nestes espaços, institucionais ou não.

A imprensa periódica¹¹¹³ aumentava o espaço reservado à literatura e os folhetins atraíam leitores. A partir da década de 1840, os folhetins, publicados semanalmente nos jornais eram responsáveis por um aumento considerável nas tiragens de diversos jornais, aproximadamente de 5 mil em 1840 para 30 mil em 1870.¹¹¹⁴ Nos primeiros anos eles eram traduzidos de idiomas estrangeiros e os primeiros tradutores eram jornalistas e escritores que passaram a criar as suas próprias histórias¹¹¹⁵. O romance tornou-se o veículo mais popular para a literatura¹¹¹⁶ e por isto mesmo seu conteúdo se vulgarizou para atender a um público menos exigente. Ao mesmo tempo o folhetim era uma forma de baratear o acesso aos romances de autores conhecidos, que muitas vezes chegavam a ser colecionados e encadernados, e figuravam em importantes bibliotecas. Jornais da Corte como *O Diário do Rio de Janeiro*, *Jornal do Comércio*, o *Correio Mercantil*, publicavam romances de Alexandre Dumas, Victor Hugo e outros, sem pagar quaisquer direitos autorais¹¹¹⁷.

Um exemplo de grande sucesso de publicação de livros em folhetim foi *O Guarani* no Diário do Rio de Janeiro, cujos capítulos inclusive acabaram sendo publicados por jornais das províncias distantes sem autorização do autor. O jornal e o folhetim faziam sucesso em uma sociedade em que os livros ainda eram caros e onde havia poucas boas bibliotecas, com exceção da Biblioteca Nacional, cujo acervo aumentou a partir da década de 1840, e da Biblioteca Fluminense na Corte (o Real Gabinete Português só seria aberto aos brasileiros a partir de 1850)¹¹¹⁸.

O folhetim começou a ser um veículo de expressão dos gostos, valores e do imaginário nacionais. Também significou uma mudança de hábito para o autor, que precisava "ajustar-se a um novo ritmo de composição da obra literária. Com

¹¹¹³ Apesar do sucesso do folhetim, a maioria das revistas literárias permaneceu fiel à poesia e eventualmente publicavam romances estrangeiros e nacionais em suas páginas.

¹¹¹⁴ MACHADO, Ubiratan. "Surge um público para a literatura". *Op. cit.* p.41

¹¹¹⁵ Idem. *Ibidem.* p.44

¹¹¹⁶ Publicado originalmente em *A Marmota*, Rio de Janeiro, 09 e 23/04/1858.

ASSIS, Joaquim Machado de "O passado, o presente e o futuro da literatura" In: *Obra Completa* de Machado de Assis. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. III, 1994. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.com.br>> Acesso em 10/2008.

¹¹¹⁷ MACHADO, U. "Surge um público para a literatura". *Op. cit.* pp.39-53.

¹¹¹⁸ MACHADO, U. "Bibliotecas públicas e particulares". *Op.cit.* pp.197-215.

responsabilidade de publicar um capítulo por dia, pressionado pelo tempo, o escritor teve de se impor uma dura disciplina de trabalho, desconhecida até então pelo ficcionista romântico, acionado sobretudo pela inspiração"¹¹¹⁹

Alguns romances saíam nos balcões dos periódicos, entre as conversas, galhofas e cantorias, durante as aulas nas Academias ou no Colégio Pedro II. Joaquim Manuel de Macedo terminou *A Moreninha* em um mês de trabalho, trabalhando durante a noite e nos seus anos mais maduros, trabalhava duro escrevendo para vários jornais e lançando um romance atrás do outro, tanto que a crítica e mesmo os amigos passaram a duvidar da qualidade dos textos. Porém este ritmo intenso de produção contrastava com os longos períodos que alguns escritores levavam para completar sua obra, como *A Confederação dos Tamoios* de Gonçalves de Magalhães, iniciado em 1837 e só finalizado em 1856. *Colombo* de Araújo Porto Alegre foi iniciado em 1846 e terminado apenas em 1866. Os dois épicos, contudo não dependiam do mercado editorial nem do público leitor, primeiro porque já tinham saído do gosto dos leitores acostumados aos folhetins, depois porque ambos foram oferecidos ao Imperador, o que quer dizer que esperavam seu patrocínio para a sua publicação, o que de fato ocorreu apenas com *A Confederação*.

Diante do incremento da vida literária e artística no Brasil, Alexandre Herculano em seu texto de 1847 “Futuro Literário de Portugal e do Brasil” ressaltava a mediocridade do ambiente cultural em Portugal, comparando-se a um “hilota embriagado” diante do Brasil, “uma moderna Esparta”. Ele prosseguia oferecendo as razões para este progresso:

Estas amarguradas cogitações surgiram-me na alma com a leitura de um livro impresso o ano passado no Rio de Janeiro, e intitulado: Primeiros Cantos: Poesia por A. Gonçalves Dias. Naquele país de esperanças, cheio de viço e de vida, há um ruído de louvor íntimo, que soa tristemente cá, nesta terra onde tudo acaba. A mocidade, despregando o estandarte da civilização, prepara-se para os seus graves destinos pela cultura das letras; arroteia os campos da inteligência; aspira as harmonias dessa natureza possante que a cerca; concentra num foco todos os raios vivificantes do formoso céu, que a alumina; prova forças enfim para algum dia renovar pelas idéias a sociedade, quando passar a geração dos homens práticos e positivos, raça que lá deve predominar ainda; porque a sociedade brasileira, vergôntea separada há tão pouco da carcomida árvore portuguesa, ainda necessariamente conserva uma parte do velho cepo. Possa o renovo dessa vergôntea, transplantada da Europa para entre os trópicos, prosperar e viver uma bem longa vida, e não decair tão cedo como nós decaímos!

¹¹¹⁹ Idem. Ibidem. p. 45.

Elogiando a nova geração de letrados, comparando as duas sociedades através das metáforas orgânicas para mostrar seu parentesco, Herculano acreditava que o futuro literário do Brasil era promissor em razão de um maior protetor das letras:

*É geralmente sabido que o jovem imperador do Brasil dedica todos os momentos que pode salvar das ocupações materiais de chefe do Estado ao culto das letras. Mancebo, prende-se à mocidade, aos homens do futuro, por laços que de certo as revoluções não hão de quebrar; porque o progresso social não virá acometê-lo inopinadamente nas suas crenças e hábitos. Quando a idéia se encarnar na realidade, o seu espírito, como as outras inteligências que o rodeiam, ter-se-á alimentado dela, e saudará como os seus mais alumiados súditos o pensamento progressivo. Não notais nestas tendências do moço príncipe um símbolo do presente, e uma profecia consoladora acerca do porvir do Brasil?*¹¹²⁰

Esta análise otimista da situação literária do Brasil que mais uma vez explora a imagem da literatura enquanto árvore, atribuía ao jovem Imperador e ao seu interesse o futuro promissor das letras, cujos sintomas começavam a despontar na quantidade de periódicos publicados e livros editados:

*A imprensa na antiga América Portuguesa, balbuciante há dois dias, já ultrapassa a imprensa da terra que foi metrópole. Às publicações periódicas, primeira expressão de uma cultura intelectual que se desenvolve, começam a associar-se as composições de mais alento - os livros. Ajunte-se a este fato outro, o ser o Brasil o mercado principal do pouco que entre nós se imprime, e será fácil conjecturar que no domínio das letras, como em importância e prosperidade, as nossas emancipadas colônias nos vão levando rapidamente de vencida. Por si sós esses fatos provariam antes a nossa decadência, que o progresso literário do Brasil*¹¹²¹.

O Imperador passaria a ser admirado por muitos escritores portugueses e chegou a condecorar alguns e a trocar correspondência com outros. Ao que parece as aulas e a filosofia de Gonçalves Magalhães lhe valeram um bom conselho. Dizia Magalhães em 1840:

O monarca, senhor, está sempre colocado diante do seu povo e da posteridade, o povo quer nele um protetor e amigo, a posteridade um modelo. A história, essa devera mestra e desinteressada conselheira dos príncipes, assaz terá mostrado a V. M, que tanto a consulta, quanto

¹¹²⁰ HERCULANO, Alexandre. "Futuro Literário de Portugal e do Brasil". In: CÉSAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do Romantismo: a contribuição européia: crítica e história literária*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1878. pp.134-136.

¹¹²¹ Idem. *Ibidem*. 134-136.

*da bondade e sabedoria do rei depende a grandeza e prosperidade das nações, e quanto a glória dos sábios e dos literatos reflete na pessoa do rei*¹¹²².

O próprio soberano passou a construir a sua imagem associada a dos literatos que o reverenciavam e solicitavam seu apoio:

*Esses reis que tiveram a ventura de dar seus nomes aos séculos em que viveram tal dita não alcançaram só com os próprios feitos senão também pelo concurso de grandes homens, que como flores esmaltaram o seu reino, e de que se eles souberam aproveitar, tirando-os da obscuridade, e favorecendo-os em suas ciências e artes*¹¹²³

A perspectiva externa de Herculano e a proposição de Magalhães no início do Segundo Reinado de que o Imperador deveria apoiar as ciências, as letras e as artes e aos "grandes homens" contrastava, todavia, com a ponderação de Araújo Porto Alegre em 1853. Sócio do IHGB e professor da Academia de Belas Artes, o pintor escrevia o artigo "Apontamentos sobre os meios práticos de desenvolver o gosto e a necessidade das Belas Artes no Rio de Janeiro" que seria publicado na revista *Guanabara* e também na Revista do IHGB. Escrevendo a pedido do Imperador antes de assumir o cargo de diretor da Academia de Belas Artes durante a Reforma Pedreira, admitia as dificuldades do artista em uma terra de gente pouco versada:

*Os que nascem neste viveiro são como as plantas que precisam, depois de um certo tamanho, um terreno próprio e cuidados incessantes: esta segunda vida está toda fora do estabelecimento*¹¹²⁴..

Constatava que "as belas artes ainda não fazem parte de nossa vida social, quer no culto nacional, quer nas recompensas à virtude e ao heroísmo..."¹¹²⁵. Tanto o governo quanto os particulares demonstravam esta verdade que já constatava nos anos idos de 1834, durante o Ministério de Aureliano Coutinho. Porto Alegre enxergava o problema na "filosofia do balcão e a imperfeição com que temos recebido as doutrinas e economistas", o que fazia com que se confundissem os produtos materiais da indústria com os produtos intelectuais das belas artes¹¹²⁶.

¹¹²² MAGALHÃES, D. J G. *Discurso sobre o objeto da philosophia*. Op. cit.p.18.

¹¹²³ Idem. *Ibidem*.p.19.

¹¹²⁴ PORTO ALEGRE, M. A. "Sobre os meios práticos de desenvolver o gosto e a necessidade das belas artes no Rio de Janeiro" In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, Vol. 166, Tomo 166, 1932.p.605.

¹¹²⁵ Idem. *Ibidem*.p.605

¹¹²⁶ Idem. *Ibidem*. p.605

Afirmava neste texto que os grandes artistas não teriam se formado nas academias, mas sim nas obras públicas: "o gênio se manifestava nas escolas e se desenvolve no meio da sociedade, e a nossa sociedade está como vossa majestade imperial bem sabe, e como claramente a definiu". Ao que tudo indicava a "parte do velho cepo" da "carcomida árvore lusitana" já degenerava aqui também:

*Não temos uma aristocracia como a da velha Europa, e nem na religião do patriotismo um artigo de fé consagrado às artes, o nosso espírito ainda se não libertou do hebraísmo colonial porque olhamos desdenhosamente para as coisas que estão fora do círculo do positivo concreto...*¹¹²⁷

Contradizendo a impressão de Herculano, Porto Alegre clamava pela ação enérgica do governo para que D. Pedro II transformasse o seu pensamento sobre as artes em uma crença de caráter nacional¹¹²⁸. Esperava que as artes que “pouco fizeram no reinado, nada aumentaram na criação do Império e definharam ou quase que desapareceram na Regência” sem o apoio do governo¹¹²⁹, enfim assim despontassem¹¹³⁰. Para tanto alertava que era preciso combater o “efeito provisório” que ainda imperava: a falta de um palácio, o governo, os tribunais e escolas do alto ensino mudando de domicílio continuamente¹¹³¹, em especial a Academia de Belas Artes, o que inspiraria instabilidade e decadência¹¹³².

Atribuindo os avanços obtidos ao Imperador, Porto Alegre criticava os políticos:

*A Academia de Belas Artes existe porque Vossa Magestade, a tem amparado, pois conheço o espírito de uma boa parte das nossas sumidades políticas e a espécie de glória, a que mais aspiram. Com o movimento material e intelectual da atualidade, e com a direção que lhes pode dar o Governo, as artes farão algum progresso.*¹¹³³

A crítica aos políticos, aristocratas e burocratas do governo não eram novas, e as cartas íntimas ao cunhado barão de Capanema revelam que ele acreditava que o Imperador estava sendo iludido e enganado pelos que o rodeavam, ao não conceder ajuda financeira a quem realmente precisava¹¹³⁴. Porto Alegre traça um panorama mais realista da vida cultural no Brasil: a religião não sustenta mais as artes, a música, sem

¹¹²⁷ Idem. Ibidem.p.605.

¹¹²⁸ Idem. Ibidem.p.606.

¹¹²⁹ Idem. Ibidem. p.606.

¹¹³⁰ Idem. Ibidem.p.606.

¹¹³¹ Idem. Ibidem. p.606.

¹¹³² Idem. Ibidem. p.607.

¹¹³³ Idem. Ibidem. p.607.

¹¹³⁴ Cartas a Capanema de 6 de julho de 1867 e de 27 de janeiro de 1868.Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis.

raízes nacionais, estaria em decadência¹¹³⁵, as artes não teriam vigor porque o único comprador de painéis e estátuas seria o Imperador, pois as repartições e a aristocracia não seriam consumidores de arte.¹¹³⁶ Em relação às artes Porto Alegre proporia uma série de sugestões para reforçar seu ensino, como uma Pinacoteca que seria um arquivo nacional, que daria a pintores e escultores a esperança de deixarem um documento de sua perícia, a construção de uma Necrópole para a qual os arquitetos, pintores e escultores pudessem desenvolver trabalhos¹¹³⁷, a expansão do espaço físico da Academia de Belas Artes¹¹³⁸ para o bom desempenho do novo programa dos estudos¹¹³⁹ e a criação de uma Comissão composta por engenheiros civis, arquitetos e pintores, homens de ciência, de arte e de gosto, que unida à Comissão de Saúde Pública, inspecionaria as construções e objetos de arte destinados à vista do público e as edificações da Capital¹¹⁴⁰.

A proposta era de que o governo criasse meios para empregar os artistas, forjando a demanda para aqueles que se formassem pudessem “converter a sua arte em uma necessidade pública e colher dela a civilização do país um duplo resultado”¹¹⁴¹. Porto Alegre complementava afirmativamente: “o pensamento artístico não será anulado, e dará logo os frutos desejados”¹¹⁴². Esta proposta não poderia ter sido formulada de modo mais explícito:

*Para que as artes comecem a ter uma vida regular e floresçam pouco a pouco, para que elas espalhem o seu benigno insulto na moral pública, e na indústria, é necessário que a família artística tenha um ponto de constante apoio no país, e este ponto é o Governo: o artista é precisamente aquele homem da Escritura, que não vive só de pão.*¹¹⁴³

O resultado dos apontamentos de Araújo Porto Alegre é que em 1853 ele foi nomeado diretor da Escola de Belas Artes para fazer as reformas tão necessárias na Academia, sob o Gabinete da Conciliação e com Luís Pedreira do Couto Ferraz,

¹¹³⁵ Idem. Ibidem. p.607.

¹¹³⁶ Idem. Ibidem. p.608.

¹¹³⁷ Idem. Ibidem.p.609.

¹¹³⁸ Porto Alegre explica as dificuldades do prédio da Academia de Belas Artes: não há salas para as novas aulas, não há uma conveniente para o estudo do modelo vivo; não há salas para os concursos, nem os cômodos para o mais. A sala do centro, destinada para a biblioteca não serve para o modelo vivo, por ser mal iluminada” Idem. Ibidem p.610.

¹¹³⁹ Idem. Ibidem. p.610.

¹¹⁴⁰ Idem. Ibidem.p.610.

¹¹⁴¹ Idem.Ibidem. p.609

¹¹⁴² Idem. Ibidem. p609.

¹¹⁴³ Idem. Ibidem. p607.

nomeado barão em 1867 e Visconde do Bom Retiro em 1872¹¹⁴⁴ na pasta do Ministério dos Negócios do Império. O fortalecimento deste Ministério, que tinha um vasto campo de atribuições¹¹⁴⁵ no auge do Segundo Reinado, significava a compreensão de que a administração do Império deveria promover a civilização tanto física e materialmente, quanto moralmente¹¹⁴⁶. Ao assumir a pasta Couto Ferraz empreendeu uma série de reformas na instrução pública (o ensino primário padronizado, renovação no programa curricular do Colégio Pedro II, Faculdade de Medicina do Império no Rio de Janeiro e na Bahia, a criação do Instituto dos Meninos Cegos, a organização da Biblioteca Pública da Corte, incentivo a pesquisas documentais e de campo, como a Comissão Exploradora às províncias do Norte), assim como reformas urbanas e também na Academia de Belas Artes. Nesta, a proposta era a inovação dos padrões de ensino e de reconhecimento da profissão de artista, consolidando a reforma iniciada em 1831 e continuada em 1837 pela descentralização do ensino e inserção de novas cadeiras ao currículo acadêmico. Enfim, esta reforma do ensino das Belas Artes foi fundamental para realização do objetivo de efetuar o progresso artístico e cultural que definiriam a importância do Brasil enquanto nação, medido pela capacidade de se produzir aqui obras originais, com estilo e temática brasileiros e com intérpretes nacionais.

Porém, as necessidades eram muitas e os pedidos constantes. Em 1854, Joaquim Manuel de Macedo e Araújo Porto Alegre escreviam no editorial do *Guanabara*:

O pensamento louvável aias, que dirige a marcha da nossa educação intelectual ainda não está completo; o Estado faz grandes sacrifícios para obter obreiros, porém a lei é uma espécie de Saturno, que devora os próprios filhos. Obreiros da civilização, depois de educado nas escolas é formado no gabinete, precisa de quem cuide da sua sorte, de quem vigie no seu futuro, porque não há progresso onde não há futuro. O estatutário que se formar entre nós, nada fará se lhe não pedirem uma estátua, assim como o menografo nada escreverá se não lhe abrir a cena: os meios de que tem lançado a França e as outras nações estão bem conhecidos, já não podem ser tidos por um enigma: a arte de governar, uma das artes mais experientes, obtém os seus frutos todas as vezes em que ela situa o

¹¹⁴⁴ Ex-político liberal com uma carreira vasta na política, assumiria um papel ativo no encaminhamento de Reformas, em especial na esfera cultural. Era conselheiro de Estado e do Imperador e mais tarde seria indicado senador pela província do Rio de Janeiro. A aproximação com poder e sua condição de moderado graduou-o para integrar o gabinete da Conciliação em 1853.

¹¹⁴⁵ Entre elas estavam de conhecer a população do Império, por meio da organização do registro civil, da realização de recenseamentos e da regulamentação dos direitos civis e políticos dos estrangeiros, cuidar dos assuntos referentes à saúde pública e ao controle sanitário, organizar o ensino primário na Corte e o superior em todo o Império, além do ensino de cunho profissional; estabelecer regulamentos para as diferentes profissões, com exceção da magistratura; administrar os hospitais e regulamentar as habitações urbanas (cortiços); supervisionar os templos de cultos não católicos; regulamentar as eleições e supervisionar os presidentes de províncias.

¹¹⁴⁶ MATTOS, I. Op. cit. p.191

*bem particular no bem geral, e não pelo contrário, porque o monopólio da filosofia, o comércio das idéias é um exclusivo mortífero, é uma barreira contra o desenvolvimento geral.*¹¹⁴⁷

Neste tom os redatores do *Guanabara* aconselhavam as autoridades governamentais a esforçarem-se e criar meios para que os artistas, após sua formação, pudessem trabalhar e viver deste trabalho. Acrescentavam que "o talento do estadista, do homem do futuro, está no saber conhecer os homens e aproveitá-los segundo as suas vocações", pois os grandes gênios quando se perdem, como Antônio José da Silva em Portugal no século XVIII, seria difícil encontrar-se outro¹¹⁴⁸. Concluíam a apresentação recordando as dificuldades pelas quais passavam os teatros:

*Se os teatros entre nós não fossem altamente subvencionados pelo Governo, não era de nossa competência aventurar o referido: deveríamos respeitar o direito da indústria e da propriedade, e sofrer silenciosos o que está acontecendo*¹¹⁴⁹.

É por isto que Araújo Porto Alegre e Joaquim Manuel de Macedo propunham, ao final do editorial em 1854, que o governo comprasse um teatro. O teatro era subvencionado e foi a primeira instituição a receber loterias para se manter ainda na época de D. João VI. A preocupação com o teatro decorre das condições em que se encontravam os edifícios nestas décadas de meados do século XIX. Em 1844 eram três em funcionamento: Teatro de S. Pedro Alcântara, o Teatro de S. Januário¹¹⁵⁰ e Teatro de S. Francisco, dirigido por João Caetano dos Santos. Era este último que tinha a companhia francesa de teatro, com o diretor Fortyune Segond, os atores e atrizes franceses Nongaret Armant, Códerát, Demortain, Segond, Prat etc., que vendia assinatura de um pacote de 15 apresentações, além de ter os preços de camarotes mais caros.¹¹⁵¹

Neste período só se levava ao palco obras já publicadas e que tinham feito sucesso nos palcos da Europa e, portanto, os temas nacionais ou as obras de jovens dramaturgos, como Gonçalves Dias, não eram apresentados. Este, em sua chegada ao Rio de Janeiro em 1846, apresentou a sua peça *Leonor de Mendonça* para João Caetano

¹¹⁴⁷ O *GUANABARA*, revista mensal, artística e literária. Rio de Janeiro: Paula Brito, 1851.Tomo I 1854.p.213

¹¹⁴⁸ Idem. Ibidem.p.213.

¹¹⁴⁹ Idem. Ibidem. p.213.

¹¹⁵⁰ ALMANAK ADMINISTRATIVO MERCANTIL E INDUSTRIAL LAEMMERT DO RIO DE JANEIRO Para o ano de 1844. Eduardo e Henrique Laemmert, 1843.p. p203-206

¹¹⁵¹ ALMANAK LAEMMERT.p.202. Os camarotes lá custavam entre 10\$000 a 4\$000 enquanto no Teatro de S. Pedro Alcântara custava de 4 a 8 \$000 e no Teatro de S. Januário variavam de 1 a 5\$000.

dos Santos (1808-1863), o maior empresário, ator e produtor de teatro da época, e dele nunca recebeu resposta sobre a sua produção e encenação¹¹⁵². O teatro também era um negócio custoso, envolvendo atores, cenários, figurino, aluguel do teatro, pagamento aos funcionários, e igualmente arriscado, em uma cidade em que público era ainda bem limitado e condicionado a determinados tipos de melodramas franceses que sustentavam as bilheterias. O público preferia os gêneros ligeiros - a opereta, o teatro de revista, o *vaudeville*, o café concerto, o teatro de variedades, o cabaré etc. - vistos pela crítica como indecente e imoral.¹¹⁵³ Tanto que nos anos 1830 e 1840 o repertório de João Caetano era muito extenso, porque as peças não se sustentavam em cartaz, e heterogêneo para atrair vários públicos; assim, buscou as tragédias clássicas francesas nos dramas românticos (peças de Hugo e Dumas) de autores espanhóis e portugueses (Martinez de la Rosa, Garcia Gutierrez e Almeida Garrett)¹¹⁵⁴.

As críticas de Émile Adet para a seção de "Belas Artes" da *Minerva*¹¹⁵⁵ incidiam sobre o caráter amador das produções teatrais no Rio de Janeiro. Adet não poupava ninguém, com exceção da atriz Mlle. Nongaret da Companhia Francesa. Reclamava do despreparo dos atores e atrizes que não sabiam suas falas, reclamava da pronúncia dos atores e entonação, questionava as direções que não sabiam manter ordem na cena e instruir os atores ou administrar o teatro. Mas ele criticava os diretores por levarem cenas ou peças imorais ao palco, por encenarem melodramas "sem gosto" muitas vezes antes representados na cidade, a não adaptarem o repertório ao gosto e ao entendimento do público brasileiro, a escolherem peças muito curtas para encenar, principalmente porque grande parte das peças era representada em francês. Sobre a escolha das peças Adet lamentava que os diretores não eram literatos que tivessem amor pela literatura, gosto apurado e conhecessem o repertório antigo e moderno para saber julgar o que valeria a pena ser levado à cena. Dizia Adet: "não se escolhe as peças pelo merecimento; mas, sem as ler, pela quantidade dos atos: e quer-se assim que prospere o teatro, e se torne útil à nação brasileira!"¹¹⁵⁶.

¹¹⁵² Gonçalves Dias reclama desta situação em carta a Teófilo. DIAS, A. Gonçalves Dias. "Carta a Teófilo de 27 de agosto de 1846" In: *Correspondência ativa de Antonio Gonçalves Dias*. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, 1964.p.48.

¹¹⁵³ VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. pp.691-695.

¹¹⁵⁴ PRADO, Décio de Almeida. *História Concisa do teatro brasileiro*. Op. cit. pp.38-40.

¹¹⁵⁵ ADET, Émile. "Revista Dramática: Theatro Francês". In: *Minerva Brasiliense*, Jornal de Ciências, Letras e Artes Rio de Janeiro: J. E. S. Cabral, nº1, vol. 1, 1843. p. 92

¹¹⁵⁶ Idem. *Ibidem*. p.92.

Comentava em particular o caso do Teatro de São Januário, mais freqüentado por estrangeiros do que por seus próprios compatriotas¹¹⁵⁷ e lamenta que a Companhia Francesa deixasse sair os bons atores porque o teatro francês estava em grande déficit e para fazer economia não se contratava nenhum ator famoso, não produzindo representações novas que poderiam atrair o público. Ao invés de encenar peças de Alexandre Dumas, preferiam peças inteiras já vistas ou *vaudevilles* em apenas 3 atos. Assim, em 1843, E. Adet solicitava aos membros do Conselho de Estado para que cuidassem dos problemas do teatro "que há muito tem sido arrastado para o abismo".

A situação do teatro na capital parece que não prosperou, e as solicitações para que o governo interviesse prosseguiram na década de 1850. Em 1855 os teatros se restringiam a dois, o Teatro S. Pedro d'Alcântara, que foi fechado e reaberto em 1852, sob a direção do empresário João Caetano e que tinha em seu elenco atores brasileiros¹¹⁵⁸ e o Teatro Lírico Fluminense, sob a direção de João Maria do Valle, com diretor e artistas, coristas e dançarinos italianos.

No segundo volume da revista *Guanabara*¹¹⁵⁹, os redatores dedicam muitas páginas à crítica do teatro. Em um artigo intitulado "O Nosso theatro dramático", sustentam que o teatro não fazia progressos no Brasil e examinam as causas desta estagnação. Atribuía-na em parte aos atores, especialmente ao maior deles, o ator nacional João Caetano dos Santos. Este ator querido do público e produtor mais importante da época foi criticado por ter feito progressos apenas em 1838, na encenação de Antônio José, quando orientado por Gonçalves de Magalhães. A substituição da monótona declamação pelo gesto corporal e facial, a naturalidade e compreensão do movimento do corpo humano, a elevação do olhar ao ponto certo de fixar os olhos no espectador, o estudo profundo do personagem e da época, a escolha do figurino e da cenografia adequados, foram progressos que não teriam se repetido, prevalecendo a imitação. Segundo os críticos do *Guanabara*, após a "revolução dramática" da peça *O poeta e a inquisição*, João Caetano fazia o mesmo personagem em todas as peças.

Criticavam assim os atores por não se dedicarem ao estudo, atribuindo sua acomodação ao público, que os cobria de popularidade¹¹⁶⁰ sem protestar, sem exigir que os artistas progredissem, permitindo que os empresários levassem à cena peças imorais

¹¹⁵⁷ Idem. Ibidem.p.57.

¹¹⁵⁸ ALMANAK ADMINISTRATIVO MERCANTIL E INDUSTRIAL LAEMMERT DO RIO DE JANEIRO Para o ano de 1844. Eduardo e Henrique Laemmert, 1855.

¹¹⁵⁹ Relativo ao ano de 1852, 1854 e 1855.

¹¹⁶⁰ "O Nosso teatro dramático" In: O *GUANABARA*, revista mensal, artística e literária. Tomo II. Op. cit.pp.99-101.

ou que economizassem a custa do espetáculo, apenas pensando nos lucros. O público, sem o qual a arte não poderia viger, composto não somente pelos que se assentavam diariamente nos bancos, mas por sumidades, de todas as inteligências, seria o “educador”.

O alvo dos redatores era principalmente a falta de compromisso dos empresários e produtores com as peças nacionais, sobretudo as de autores novatos e desconhecidos, esperando que as traduções, mais baratas, trouxessem-lhes lucro garantido. Assim como E. Adet, acreditavam que para se dirigir um teatro seria preciso inteligência e conhecimento das artes¹¹⁶¹. Ressentiam-se de João Caetano não ter dado verdadeiro reconhecimento e prioridade aos artistas nacionais¹¹⁶², particularmente na ocasião em que inaugurou seu novo teatro, quando ao invés de escolher um drama de autores nacionais, que já haviam lhe dado muitos lucros, preferiu uma peça francesa de segunda classe.

Concluem os escritores que a popularidade do ator é individual e passageira, é "um fruto que morre com a árvore que o produziu, e do qual a semente que o renove outra vez tal e qual há sido" e o que garante a imortalidade " e para que se imortalizasse – como os sábios, escritores e artistas¹¹⁶³ - seria necessário que ele se encarnasse na literatura nacional e que com ela caminhasse a par e passo, ou produzindo obras próprias: “o poeta forma o ator, o ator aperfeiçoa o poeta”. Estudando profundamente os seus personagens o ator tornar-se-ia literato e contribuiria com o teatro para a obra de edificação e promoção da literatura nacional, já que o teatro era visto como um meio de popularizar a cultura.

Após apreciarem o público, os atores e os empresários, os redatores do *Guanabara* criticavam “as sumidades governativas com bem raras exceções, quando se lhes fala em artes, respondem, que já temos uma Academia de Belas Artes, um Conservatório dramático, outro de música, e duas casas para representações”. O governo não reconheceria a aplicabilidade do dinheiro investido nestas instituições, e muito menos atenderia aos pedidos de auxílio de autores “impelidos por uma dura

¹¹⁶¹ . “As artes e o público”In: O *GUANABARA*, revista mensal, artística e literária.Op. cit.Tomo II.p.152.

¹¹⁶² Idem.Ibidem.p.98.

¹¹⁶³ Esta idéia está apontada em outro artigo da mesma revista, também de autoria dos redatores. “As artes e o público”In: O *GUANABARA*, revista mensal, artística e literária.Op. cit.Tomo II.p.153.Os autores diferenciam o ator do gênio mostrando que ao primeiro só é dado a posteridade após o segundo:"todos os povos...elevaram estátuas a seus heróis, aos seus gênios, aos seus bem feitos ,e protegeram as artes úteis e instrutivas com igualdade, para que elas se elevassem conjunta mente , e conjuntamente espalhassem o seu benigno insufla...". “O Nosso teatro dramático”In: O *GUANABARA*, revista mensal, artística e literária.Tomo II. Op. cit.p98

necessidade”, dando garantias à propriedade dramática e fixando algumas recompensas a suas obras artísticas, suas produções dramáticas, para que não ficassem sujeitas ao arbítrio dos empresários, mais interessados nos lucros do que no progresso literário¹¹⁶⁴. A questão da recompensa devida por parte do governo, da sua interferência para proteger as artes e os artistas e escritores, e da indiferença que ele manifestava diante do caráter não imediato e imprevisível das obras artísticas, está presente neste artigo e em muitos outros dentro da revista. Concebiam que “a mão do governo é só capaz de combater o mal geral, e de reagir para a elevação da arte, da literatura nacional”¹¹⁶⁵.

No artigo “As artes e o público” complementam esta perspectiva, afirmando que o governo tinha uma visão errada quanto ao mundo das artes, confundindo “a entidade política com a entidade artística”¹¹⁶⁶, acreditando que ela poderia servir para fins políticos. Defendem que a arte não se prestaria à finalidade política:

*Engana-se: as artes só entram no domínio da grande política humanitária, generosa e civilizadora: a sua vida está na esfera do idealismo, a sua existência social no código da glória, e as suas recompensas no coração de todo o público; as artes são de todos os partidos, assim como os Artistas são de todos os matizes políticos que os empregam, que os animam, e que os favorecem: é uma raça, a raça artística, que não é devidamente apreciada nas nações pouco civilizadas, porque estas nações não sabem ainda bem classificar os homens, e fazer d'elles a devida aplicação. Para se exercer uma arte, e elevá-la ao maior grau de perfeição possível, é preciso aplicar toda a força de uma inteligência robusta, sem nunca parar, e que o Artista tenha na sociedade geral, e no Governo, e no Público que o contempla, uma segurança, uma esperança infalível de recompensa*¹¹⁶⁷.

Na passagem transcrita acima aparecem importantes reflexões a propósito da convicção dos intelectuais de que a arte e as letras se situariam acima da política partidária, além dos Gabinetes e partidos Conservador e Liberal, deveria consistir em uma prioridade nacional. As artes seriam objeto de uma “grande política humanitária” que consistiria em “nacionalizar as artes”¹¹⁶⁸, proteger e recompensar esta “raça artística” que se destacava por seu gênio e mérito. Contudo, uma sociedade cuja única virtude era o dinheiro, assim como o único serviço de mérito era o eleitoral, aos literatos, poetas e sábios só retribuiria com “um ordenado mesquinho, que não chega

¹¹⁶⁴ “O Nosso teatro dramático”In: O *GUANABARA*, revista mensal, artística e literária.Tomo II. Op. cit p.98.

¹¹⁶⁵ Idem. Ibidem. p.98.

¹¹⁶⁶ “As artes e o público”In: O *GUANABARA*, revista mensal, artística e literária.Op. cit.Tomo II.p.152

¹¹⁶⁷ Idem.Ibidem.p.152.

¹¹⁶⁸ Idem. Ibidem.p.154.

para as necessidades materiais; uma indiferença para com o resultado de suas lucubrações; e uma lei oculta, que o obriga a pedir como graça o que lhe é devido, e a mendigar um socorro que devia ir procurá-lo?”¹¹⁶⁹

Também a música era objeto de exame por parte dos redatores do *Guanabara*. As instituições musicais, como o Conservatório de Música, dependiam das loterias e sofreram pela burocracia e displicência governamental. O número de músicos, de professores de música e de instituições que ensinavam música havia crescido muito entre as décadas de 1840 e 1850¹¹⁷⁰, mostrando que o interesse pela música e pelos divertimentos contagiava pessoas de vários níveis sociais. Apesar disto, muitos contemporâneos tinham uma visão pessimista da música, de que os melhores talentos já tivessem perecido e de que não se conseguiria fomentar nas novas gerações de músicos o mesmo gênio criador.

Em 1851, na revista *Guanabara*, Joaquim Manuel de Macedo escrevia um artigo sobre o Conservatório de Música ¹¹⁷¹. Macedo aproveita a oportunidade para lamentar sobre a condição do artista, avaliando que se vivia em uma sociedade infecunda, em que haveria enorme indiferença para o que não era comércio ou política¹¹⁷², levando mesmo a "desanimar os poucos que ousar acreditar na missão do artista como uma inspiração divina"¹¹⁷³. Macedo lamenta sobre a difícil condição do intelectual, culpando não apenas o governo, que há muito tempo deveria ter criado incentivos aos que se dedicam à arte, mas a sua geração com sua fatal “indiferença para o belo”¹¹⁷⁴. Acrescentava que

¹¹⁶⁹ Idem. *Ibidem*. p.153. Lamentavam ainda: "As artes no Brasil ainda não tem raízes: são plantas parasitas, que vegetam n'uma ou n'outra vergonosa do tronco social. Amamos a Música, e deixamos morrer ao desamparo o Conservatório; queremos a Pintura histórica, e não pedimos aos pintores uma página da nossa história; queremos a escultura, e não encomendamos uma estátua para uma praça pública; falamos em glória, e não sabemos glorificar as nossas sumidades; queremos ter uma história, e desprezamos a memória dos homens que a fizeram: não temos amor ao túmulo, não respeitamos o passado, não somos gratos para com os nossos maiores, e queremos hoje pagar cantores como a Europa de hoje, sem haver uma lápida honrosa para uma glória da pátria, sem ter um cenotáfio, um túmulo, uma estátua para com estes incentivos promover o amor a glória." Idem. *Ibidem*. p.153.

¹¹⁷⁰ Em 1855 eram três as instituições, o Conservatório Dramático, o Conservatório de música e o Conservatório vocal e instrumental. Cf. ALMANAK ADMINISTRATIVO MERCANTIL E INDUSTRIAL LAEMMERT DO RIO DE JANEIRO Para o ano de 1844. Eduardo e Henrique Laemmert, 1855. p.307-308.

¹¹⁷¹ MACEDO, Joaquim Manuel de. "Conservatório de Música" In: *Guanabara*. Rio de Janeiro: Dous Irmãos, tomo I, 1851. p.166

¹¹⁷² Idem. *Ibidem*. p.166.

¹¹⁷³ Idem. *Ibidem*. p.166.

¹¹⁷⁴ Idem. *Ibidem*. p.166.

o Brasil tinha belezas inesgotáveis da sua natureza, mas era de fato, uma “terra infeliz! Tem tudo grande, sublime, gigantesco, exceto o homem, que é pigmeu!”¹¹⁷⁵

Macedo compreendia que esta indiferença à sorte dos artistas fazia com que a despeito da dedicação e abnegação do poeta, do músico, do pintor, do artista ¹¹⁷⁶ eles produzissem menos, quando poderiam produzir muito mais em outras condições: “Na atualidade o artista é a abnegação, a generosidade, a dedicação personalizadas: ele sabe que não trabalha para si ; mas trabalha sempre, afim de que a estrada fique aberta para o artista de amanhã.”¹¹⁷⁷ O escritor compreende que a situação já vinha mudando desde tempos atrás quando se olhava para o artista, poeta, músico, pintor, com piedade, ou desprezo, enquanto no presente ele é tratado com atenção, quase respeito.

Contudo, se a aceitação do intelectual na sociedade começava a mudar, o apoio às associações e estabelecimentos artísticos caminhava muito lentamente. O exemplo era o do Conservatório de Música, criado pela iniciativa da sociedade de música fundada em 1834,¹¹⁷⁸ que tinha a finalidade de promover a cultura da arte e amparar os artistas e suas famílias que enfrentavam a miséria quando envelheciam: “quem lhe daria arrimo para a velhice, pão para a família, mortalha para o túmulo.” Com os recursos das loterias proporcionados pelo governo, a sociedade fundou um Conservatório, que já funcionava, embora precariamente, com 72 alunos¹¹⁷⁹. Como apenas uma loteria foi liberada pelo parlamento, a instituição passava por dificuldades. Assim, Macedo rogava ao parlamento para liberar outros subsídios, pois o Conservatório precisava do auxílio para progredir¹¹⁸⁰: “Resta que se faça alguma coisa real pelo Conservatório e outras belas artes..” porque, a despeito de tudo, “o Brasil não pode deixar de ser artista e poeta”¹¹⁸¹.

A literatura, a música, o teatro, as belas artes, todas as atividades precisavam de apoio e subvenção, proteção que nem mesmo a Coroa, mas apenas o Estado poderia proporcionar. Os apelos dos escritores nas revistas literárias para o governo e para o público são intercalados com palavras de estímulo aos poetas e artistas, apontando para os frutos de seus trabalhos, a serem colhidos com toda a certeza no futuro. Diziam assim os redatores do *Guanabara* aos literatos:

¹¹⁷⁵ Idem. Ibidem.p.166

¹¹⁷⁶ Idem. Ibidem.p.166.

¹¹⁷⁷ Idem. Ibidem.p.167

¹¹⁷⁸ Idem. Ibidem.p.167

¹¹⁷⁹ Idem. Ibidem.p.168

¹¹⁸⁰ Idem. Ibidem.p.169

¹¹⁸¹ Idem. Ibidem.p.170.

Não nos iludamos; mas também cumpre não esmorecer; quiçá não colheremos os frutos da árvore, que estamos cultivando: pior do que a nossa foi a sorte d'aqueles que escreveram no passado; a terra era então mais estéril ainda, e a planta murchava logo ao desabrochar: hoje ao menos já a vemos reverdescente e bela, já adivinhamos flores que se desabotoam; os frutos hão de vir, por Deus o cremos, e se os não colhermos nós, colhe-os hão nossos filhos, que sem dúvida exclamarão agradecidos: - abençoados sejam aqueles que plantam para os vindouros!¹¹⁸²

Com todo o estímulo do *Guanabara*, os literatos e artistas provavelmente reconheceram nestas palavras suas angústias, necessidades e indignação. Entretanto, o baixo número de assinantes, reflexo também do restrito público leitor interessado na “alta cultura”, foi fatal para o projeto da revista. Vários foram os fatores que contribuía para a morte de uma revista literária como a *Guanabara*, que tinha pretensões a ser lida pelas famílias, pela mocidade, pelos estudantes.

Por um lado, o *Guanabara* possuía como concorrentes, em 1855, vinte e três periódicos, dentre jornais e revistas publicados e vendidos na Corte. Entre eles estavam o *Jornal do Commercio*, o *Diário do Rio de Janeiro*, o *Correio Mercantil*, a *Revista do Instituto Histórico*, o *Jornal das Senhoras*, o *Brasil Ilustrado*¹¹⁸³, além das revistas literárias estrangeiras que se anunciavam nos jornais, como o *Panorama* e a *Revista dos dois Mundos*. Como a revista era mensal, seu valor de subscrição de 15\$ por dezoito números não era exorbitante se comparado ao *Jornal do Commercio* (20\$ por ano) ou ao *Brasil Ilustrado* (16 \$por número). Apesar disto, da proteção do Imperador em 1854 e da contribuição de outros literatos como Joaquim Norberto e do cônego Pinheiro, entre outros, a revista não emplacou. Em um artigo intitulado “Retrospecto literário” o cônego Pinheiro, que assumiu a redação no lugar de Gonçalves Dias, relacionava as dificuldades enfrentadas pelo empreendimento jornalístico em geral e pelo *Guanabara* em particular: lutando com a indiferença da população, que em grande parte preocupada com os interesses políticos e materiais pouco ou nenhum auxílio presta às empresas literárias, carência de matérias para encher suas páginas, debilidade financeira. Além disto, como afirma o cônego “ninguém vive entre nós de ser homem de letras: deixando-lhes estas mui poucas lazeres para se entregarem às lucubrações literárias. A

¹¹⁸² “Apresentação”. O *GUANABARA*, revista mensal, artística e literária. Op. cit.p.166

¹¹⁸³ ALMANAK ADMINISTRATIVO MERCANTIL E INDUSTRIAL LAEMMERT DO RIO DE JANEIRO para o ano de 1855. Op. cit.p.635.

acumulação de empregos indispensáveis entre nós em razão dos nossos mesquinhos ordenados absorve-nos o tempo que poderíamos dedicar ao estudo”¹¹⁸⁴.

Em 1851, no começo da publicação do periódico literário, os redatores já constatavam os riscos e sacrifícios advindos desta atividade. Analisavam as razões, lançando luz sobre a condição do literato na sociedade imperial:

*A dificuldade de uma empresa literária no Rio de Janeiro está mais que muito provada pela quantidade de publicações que rapidamente se sucedem; se essa sucessão de alguma forma revela o amor que entre nós parece que já que se vai tendo as letras, por outro o seu desaparecimento como que instantâneo demonstra que a possibilidade da sua existência não está na razão da vontade nem dos esforços dos que empreendem. As causas destes fatos, mais ou menos conhecidas por todos, só podem ser bem apreciada por aqueles que lutam com os embaraços, de tentativas semelhantes, principalmente quando elas saindo algum tanto das dimensões ordinárias, exigem sacrifícios quotidianos de tempo, de trabalhos, de inteligência e de recursos pecuniários.*¹¹⁸⁵

Diante dos sacrifícios que os literatos tinham que fazer para organizar e publicar o periódico, disponibilidade de tempo, enquanto se desdobravam em vários empregos, gastos financeiros, que muitas vezes tinham que tirar do próprio bolso, um empreendimento vultoso não podia mesmo durar. Em seu artigo o cônego Pinheiro propunha uma solução para as revistas e jornais literários, com pouca ou nenhuma circulação, sobreviverem: “unir seus esforços em um só jornal: fazê-lo chegar às mãos do povo por uma módica assinatura, ou ainda distribuindo gratuitamente por todos aqueles que mostrarem interesse pelo progresso nacional”. Fazia um apelo aos literatos, aos estudantes e jovens jornalistas, para contribuir com a revista para que ela representasse para o Brasil o papel da *Revista dos dois Mundos* na França¹¹⁸⁶.

Enquanto a *Revista dos dois Mundos* tornou-se centenária, o *Guanabara* resistiu por mais um ano com os auspícios imperiais e o auxílio da “aristocracia literária”¹¹⁸⁷. O sonho de tornar o Governo em “um ponto de constante apoio” para a “família artística”, como desejava Porto Alegre e como aspiravam outros intelectuais do círculo monárquico, não se concretizaria a não ser para alguns afortunados, e acabaria por ruir com a crescente pressão do mercado editorial sobre os escritores e homens de talento. A era dos intelectuais enobrecidos terminaria com o raiar da República, mas outra era

¹¹⁸⁴ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. “Retrospecto literário”. In *O GUANABARA, revista mensal, artística e literária*. Op. cit. Tomo II.p.429.

¹¹⁸⁵ “Apresentação” In *O GUANABARA, revista mensal, artística e literária*. Op. cit. Tomo I.p.230.

¹¹⁸⁶ Idem. Ibidem.p.431.

¹¹⁸⁷ Idem. Ibidem.p.429.

princiava. Como previa Machado de Assis, o jornal apareceu, trazendo em si o gérmen de uma revolução das idéias, uma literatura comum que correspondia a democratização da cultura, fazendo desaparecer as fronteiras sociais, nivelando as classes sociais¹¹⁸⁸. Este novo ideal de felicidade não substituíra o antigo projeto de civilizar por meio das letras e das artes, apenas acrescentava-lhe o povo.

¹¹⁸⁸Publicado originalmente no *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 10 e 12/01/1859.
ASSIS, Joaquim Machado de. “O jornal e o livro” In: *Obra Completa*, Machado de Assis, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, V.III, 1994. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.com.br>> Acesso em 10/2008.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meados do século XIX, alguns dos escritores e artistas mais proeminentes no cenário nacional pertenciam ao círculo do Imperador. Eles incumbiram-se da missão de regenerar a sociedade e de criar o homem novo, um homem moral que aperfeiçoasse o seu talento, suas potencialidades criativas, que amasse a religião e o seu país e trabalhasse por ele.

Acreditavam que para empreender esta reforma precisariam promover a literatura que, assim como as artes, a filosofia, a crítica literária, a pesquisa, a história, foi por muito tempo subvalorizada. Porém, tornava-se necessário redimir o poeta e o artista do triste fardo que carregava, de ser visto como “pária” e um inútil pela sociedade. Assim, a promoção da literatura¹¹⁸⁹ empreendida ao longo do século XIX consistia, sobretudo, na promoção dos literatos.

Os artistas e escritores, de acordo com a imagem produzida e reiterada do "mito de Camões", viveram por muitos séculos no ostracismo, passaram angústias e sofrimentos, e em todos os tempos eram portadores do gênio e de uma missão civilizatória e cristã. Até que no século XIX seus maiores representantes e sucessores ergueram-se para revelar as injustiças sofridas e cometidas, reunindo-se ao panteão dos homens brilhantes que transformaram idéias em ações em função do bem coletivo.

A ênfase sobre a "genialidade" do literato explica-se pela importância de revestir sua figura de respeito e reverência através da criação de antecedentes no passado colonial, de um panteão imortal que serviria de exemplo para as gerações presentes e futuras. Separavam definitivamente as artes e letras do trabalho manual e mecânico, transformando-as na atividade criativa por excelência. Contrapunham suas ações ao egoísmo, utilitarismo, materialismo e indiferentismo que impregnaria a sociedade e, sobretudo, ditava as ações do Estado. A atenção dada apenas ao comércio e à política era o manifesto de que a arte e as letras seriam apenas ornamentos para a prosperidade econômica.

Percebido por outro ângulo, a imagem construída pelos poetas e atribuída a seus antecessores, encobria o desejo intenso por reconhecimento, remuneração e recordação. Assim, durante as primeiras décadas do oitocentos todos estes aspectos estavam relacionados ao Estado que se consolidava, e não à opinião pública, aos setores médios urbanos, e muito menos às classes populares. O Estado era percebido como o único

¹¹⁸⁹ BÉNICHOU, P. Op. cit.p.276.

mecenas capaz de garantir a expansão das instituições culturais e proteger os intelectuais. Mas à medida que se abria ao setor privado os teatros, a imprensa, o mercado editorial, cresciam os apelos para que o Estado assumisse e intervisse na administração privada dos bens e instituições culturais, seja subsidiando-as, inspecionando-as, ou criando regras e garantindo direitos sobre a propriedade autoral.

Os poetas e escritores vieram a público nas páginas das revistas para explicitar suas propostas, sua contribuição para a cultura, para exaltar o sentimento nacional, a ilustração e o aperfeiçoamento da sociedade, reivindicando um espaço para a “alta cultura” e para a literatura nascente na agenda do governo e das classes dirigentes. O Romantismo, cuja visão de mundo contagiou algumas gerações de escritores e artistas, foi apreendido não de forma integral, mas nos aspectos de maior relevância para a afirmação dos intelectuais como grupo autônomo e influente nos rumos do país. Estes literatos eram liberais por princípio e cristãos por formação, concebiam a nação como um terreno neutro, acima das lutas partidárias e a literatura como militância.

Sua relação com o poder era ambígua: ao mesmo tempo em que estar próximo do Imperador possibilitava se sentir parte da classe dirigente, persistia a exclusão dos principais postos de poder, das mais elevadas honrarias e da prosperidade financeira. Apesar disto, conseguiram desfrutar de gratificações capitais e simbólicas durante muito tempo. Até que o campo literário estivesse plenamente formado e autônomo, com suas regras, convenções e critérios de sagração próprios, em relação ao campo do poder, permaneceram como os poetas oficiais, os grandes literatos do Império.

Talvez, mais do que o “mito de Camões”, esta poesia intitulada "A Dante" fosse condizente em vários aspectos com a trajetória e com a imagem posterior dos poetas "canonizados" no século XIX:

*Da veneranda Itália eterna gloria,
Vate sublime, cujo nome ovante
De mundo todo saudações recebe
A ti me curvo, oh Dante!*

*Não só da augusta pátria a voz canora
Teus cantos imortais soberba então,
Na mais remota plaga a estranhos povos
A fama os apregoa
Por toda parte os corações que os ouvem,
E as vozes que os repetem te proclamam
Vate divino, e as gerações de louros
A tua frente enramam.*

*A sombra da sua majestosa e polera
É como um Nume protetor, que ampara*

*Esse agregio terrão, berço do gênio,
E tua pátria cara*

*Curva a pesado jugo, escrava, ah quanto
Não sofreu ele em tormentosos dias!
Mas injusta opressão conforto achava
Em tuas harmonias
Nunca em sua alma do heroísmo a chama
De todo se extinguiu, nunca a esperança
Faltou-lhe ao coração, que memorava
de tanta gloria a herança¹¹⁹⁰*

Dante Alighieri (1265-1312), autor florentino do poema épico *A Divina Comédia*, foi considerado o primeiro poeta da língua italiana. Ingressou na carreira médica e farmacêutica apenas para entrar em uma guilda, condição para o ingresso na vida política na república florentina. Fazendo parte do "Conselho dos Cem", como um dos seis priores da república, enviado à Roma em uma delegação para tratar da ameaça de ocupação militar pelo Papa Bonifácio VIII, foi preso, enquanto o partido rival ao seu¹¹⁹¹ ascendia ao poder em Florença e o bania da cidade. Exilado e desgostoso com amigos e inimigos, declarava que "pertencia a um partido único", recusando-se, nas diversas oportunidades que teve de ser perdoado, a pagar multa e prestar o juramento de não ofender a ordem pública. Assim, terminou seus dias, de cidade em cidade, morrendo longe de Florença, protegido pelo Príncipe de Ravena¹¹⁹². Poderiam os poetas oficiais identificar-se com Dante? Um moderado na política, injustiçado pelos contemporâneos, exilado pelos governos, preferindo o auto-exílio à retratação pública, abrigado por um mecenas estrangeiro no final da vida.

Araújo Porto Alegre e Gonçalves de Magalhães preferiram viver com o coração junto à pátria, mas com os pés bem longe dela. Assim também fizeram F. A. de Varnhagen e Odorico Mendes. O pintor e o poeta terminaram suas carreiras bem colocados no aparelho estatal, longe da política e do centro do poder - onde aos intelectuais não cumpria estar - exercendo cargos diplomáticos em vários países. Porém seus nomes acabariam obscurecidos na história da literatura brasileira pela qual tanto lutaram e que ajudaram a fundar. Dentre os "monumentos" que se preocuparam tanto em erigir, talvez o que ficou imune à crítica e ao tempo tenha sido o retrato de Carlsbad, que os imortalizou ao lado de Gonçalves Dias.

¹¹⁹⁰ MAGALHÃES, D. J. G. "À Dante" In: *Opúsculos Históricos e Litterários*. Rio de Janeiro: Liv de R. L. Garnier D. J. G de Magalhães, 1865.pp.393-394.

¹¹⁹¹ Dante pertencia ao partido dos guelfos brancos, o partido moderado.

¹¹⁹²Disponível em <www.wikipedia.org.> Acesso em 11/2008.

O “mito de Camões” perpetuado nos versos de Almeida Garrett marcou gerações de escritores dos anos de 1830 até o final do século¹¹⁹³. Ele também reforçava o mito da incompatibilidade entre as letras e o dinheiro¹¹⁹⁴, que na prática mostrava-se irreal. Se a geração de Araújo Porto Alegre e Gonçalves de Magalhães pedia por remuneração para os literatos, eram engrossados em seus apelos pela geração de Gonçalves Dias e de Joaquim M. de Macedo. Sua posição se aproxima daquela de Alexandre Herculano, que polemizou com seu amigo Visconde de Almeida Garret - autor de *Camões* – quando ele apresentou em 1839 o projeto que combatia os privilégios dos impressores e reconhecia o direito exclusivo de autorizar a utilização da obra literária ou artística e sua transmissibilidade em favor dos herdeiros. O historiador português contestava a noção de “propriedade literária” e preconizava a proteção de obras do espírito através de um sistema de recompensas.¹¹⁹⁵

Uma geração mais nova de literatos que iniciaram suas trajetórias na década de 1840, a de Gonçalves Dias e Joaquim Manuel de Macedo, experimentou mudanças no cenário cultural, político e editorial, e ao lado de buscar sinecuras, colocações junto ao Estado, passa a ter no jornalismo, que a princípio parecia uma opção imprópria e “mercenária” para Gonçalves Dias¹¹⁹⁶, um ganha-pão e a possibilidade de projeção. Os editores negociavam aos escritores os contratos de edição de suas obras e os escritores preocupavam-se em garantir que os editores cumprissem os termos dos contratos que autorizavam as impressões dos livros. As letras tornaram-se pouco a pouco um negócio razoavelmente lucrativo, apesar do tamanho limitado do público leitor, e os editores passaram a assumir muitas vezes os custos e o risco de impressão das obras, em geral quando estas eram sucessos estrangeiros ou já lançados em folhetins.

A geração seguinte que despontava para a literatura nos anos de 1850, a de José de Alencar e Machado de Assis, tinha o mercado editorial e o jornalismo como uma realidade, uma fonte de proventos e de inserção no mundo literário¹¹⁹⁷. Para a geração que cresceu lendo os romances e familiar ao folhetim, o jornal, como profetizaria

¹¹⁹³ Ver LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. “Cartas e Contas”. Op. cit.

¹¹⁹⁴ Idem. Ibidem.p.90.

¹¹⁹⁵ REBELLO, L. F. “Propriedade literária” In: BUESC, Helena Carvalhão. *Dicionário do Romantismo Português*. Op.cit.pp.440-441.

¹¹⁹⁶ Gonçalves Dias faz referência a isto em “Carta a Teófilo de 8 de abril de 1847”. In: Correspondência ativa de Gonçalves Dias. Op. cit.p.21.

¹¹⁹⁷ Machado de Assis assim o afirmava em 1859 : “ O jornal, abalando o globo, fazendo uma revolução na ordem social, tem ainda a vantagem de dar uma posição ao homem de letras; porque ele diz ao talento: “Trabalha! vive pela idéia e cumpres a lei da criação!”Seria melhor a existência parasita dos tempos passados , em que a consciência sangrava quando o talento comprava uma refeição por um soneto?”. ASSIS, J. Machado de. “O jornal e o livro” In: *Op.cit.*

Machado de Assis, marcaria um novo tempo de democratização das inteligências¹¹⁹⁸ e a “arte tornava-se indústria”¹¹⁹⁹. Mas até nesta fase, em que a especialização dos campos já estava se processando, a vida literária se tornava mais complexa e a profissionalização do escritor se processava gradativamente, e as cifras e os contratos conviviam com a prática de indicações, clientelismo e com as colocações¹²⁰⁰ que garantiam a sobrevivência dos escritores já consagrados, assim como a inserção dos novatos.

Dentre as mudanças e continuidades no campo literário no século XIX, talvez a mais importante conquista pela primeira geração de literatos tenha sido a de redimir os poetas e artistas, libertando-os do “jugo dos velhos preconceitos que consideravam o literato e o poeta inúteis à sociedade”¹²⁰¹, estabelecendo como prioridade para a nação e para o Estado incentivar a “alta cultura” em todos os seus aspectos, e se dedicando à obra de formar a literatura nacional. “Literatura” deixava de significar “o conjunto dos livros impressos” de vários gêneros e especialidades ou “erudição”¹²⁰², e passava a ser entendida ao final do século XIX como “a ciência do homem de letras”, “a arte de composição de obras literárias” e “o conjunto de produções literárias de uma nação”¹²⁰³. Esta evolução do termo denota que a literatura nacional deixava de ser história e passava a ser tradição.¹²⁰⁴

Os intelectuais provavam, assim, que o passado não era um terreno infértil onde não se semeava e nada se colhia. “As pazes” com o passado, reabilitando seus antecessores, os gênios, enchiam-nos de esperança de colher belos e tenros frutos no futuro e na eternidade, tal qual Antônio José na peça *O poeta e a inquisição*. J. M de Macedo conclamava os homens de letras a resistir às adversidades da sua condição, nas páginas do *Guanabara*:

...vagarosamente com firmeza irão adiante e darão frutos: “São ainda tênues arbustinhos, e verdades; a multidão, que passa, não para um momento ao menos para contemplá-los; -embora!- trabalhai sempre tempo virá, em que esta mesma multidão hoje tão indiferente, verá

¹¹⁹⁸ Idem. “O jornal e o livro”In: Op.cit.

¹¹⁹⁹ Idem. “O passado, o presente e o futuro da literatura”In: Op. cit.

¹²⁰⁰ Ver LAJOLO, Marisa& ZILBERMAN, Regina. “Cartas e Contas”.Op. cit.p.91

¹²⁰¹ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. “Retrospecto literário”.In O *GUANABARA, revista mensal, artística e literária*.Op. cit.Tomo II.p.431.

¹²⁰² O dicionário de Eduardo Faria de 1865 ainda trazia esta acepção de literatura como erudição, todos os gêneros de conhecimentos literários FARIA,Eduardo. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa.3ªed Lisboa: Imprensa Nacional, 1865. p.476.*

¹²⁰³ CALDAS, Aulette. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*.Op. cit p.1071

¹²⁰⁴ WILLIAMS, R. Op. cit. p.56.

*admirada os nobres cultivadores assentados galhardamente a sombra de corpulentas árvores carregadas de sazonados frutos.*¹²⁰⁵

A despeito das disputas simbólicas dentro e fora do campo literário, permaneceria o ideal de que os “nobres cultivadores” compartilhariam de uma mesma identidade, afirmada a partir de experiências comuns e caracterizada pela independência em relação à política e às classes sociais. As esperanças dos intelectuais para o futuro eram sintetizadas por Joaquim Norberto em suas *Modulações Poéticas*:

*Uma sociedade literária vem de ser instalada nesta Corte, e brevemente terá lugar a sua inauguração solene. A Arcádia Brasileira é uma bela concepção que tem por fim a emulação dos poetas brasileiros, e que por certo assaz concorrerá para o aumento e enriquecimento de nossa literatura. A juventude bem vontade tem de aparecer na arena das artes, das ciências e das letras; seus desejos são ardentes e nobres, seus votos puros e sublimes, porém falta-lhe o sopro animador da administração que a bafeja, o apoio sustentador que a mantenha.... Falta-lhe pois tudo!*¹²⁰⁶

Ao menos esta aspiração, a de uma Arcádia em que os grandes escritores pudessem ser imortalizados como uma grande e extensa família, cuja genealogia remontaria ao passado secular e onde seus “monumentos” pudessem ser conservados, enfim se efetivaria em 1897, com a criação da Academia Brasileira de Letras.

¹²⁰⁵ MACEDO, J. M. de. “Conservatório musica”In: o *GUANABARA*, revista mensal, artística e literária.Op. cit.167.

¹²⁰⁶ SILVA, Joaquim Norberto S. “Modulações Poética: Quinta época”In: ZILBERMAN, R. MOREIRA, E..*O Berço do Cânone*.Op. cit. p.139.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes

1.1 Manuscritos

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo. “Conceitos do Brasil e dos brasileiros”. Lata 653, pasta 31.

_____. “Argumentação em defesa do valor pessoal sacrificado ao princípio de uma aristocracia sem antecedentes heróicos”. Lata 635, pasta 5.

_____. "Estudo para uma publicação sobre brasileiros notáveis". Lata 635, pasta 10.

_____. "Estudo sobre o Brasil a partir da Independência". Lata 635, pasta 21.

_____. "Estudos sobre arte e estética, a atitude de Pedro II frente às artes". Lata 635, pasta 14.

Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis

MACEDO, Joaquim Manuel de Macedo. Carta de Joaquim Manuel de Macedo a Manuel de Araújo Porto Alegre, barão de Santo Ângelo. 10/05/1871. AMI-2 (p.34)

_____. Cartas (14) de Joaquim Manuel de Macedo ao conde d’Eu. Ano de 1869. Maço 154 - Doc. 7238.

_____. Carta de Joaquim Manuel de Macedo ao conde d’Eu. 29/01/1870. Acompanham duas do mesmo. Maço 155 – Doc. 7263.

_____. Carta de Joaquim Manuel de Macedo ao Bom Retiro. 09/07/1877. Maço 177 – Doc. 8103.

_____. Cartas (2) de Joaquim de Macedo a Guilherme S. de Capanema. Itaboraí, 07/07/1867 e 05/02/1872. I-DIF-07.07.1867-Mac.c 1-2.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves. Carta de Domingos José Gonçalves de Magalhães, visconde de Araguaia, a Manuel de Araújo Porto Alegre, barão de Santo Ângelo. Grelle-Vila, 10/10/1864. AMI - 2 (p.33).

_____. Mensagem de Domingos José Gonçalves de Magalhães a D. Pedro II. 15/05/1862. Maço 131 – Doc. 6438.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves. Mensagem de Domingos José Gonçalves de Magalhães a D. Pedro II. Oferecendo um volume de “Confederação dos Tamoios”, datada de Paris, 18/07/1851. Maço 115 – Doc. 5738.

_____. Carta de Domingos José Gonçalves de Magalhães a D. Pedro II, enviando o 3º volume de suas obras. 18/04/1865. Maço 136 – Doc. 6676.

PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo. Carta de Manuel de Araújo Porto Alegre, barão de Santo Ângelo, sem indicação de destinatário. Rio de Janeiro, 31/03/1859.

_____. Cartas (16) de Manuel de Araújo Porto Alegre, barão de Santo Ângelo, a Guilherme Schüch de Capanema, barão de Capanema. Dresden, Lisboa, 20/08/1863 a 13/05/1868. I-DIF-1863/1868-Por.c 1-16.

_____. Carta de Manuel de Araújo Porto Alegre, barão de Santo Ângelo, a Joaquim Manuel de Macedo. Lisboa, 13/05/1868. I-DIF-13.05.1868-Por.c

_____. Carta do barão de Santo Ângelo, sem indicação de destinatário. Rio de Janeiro, 31/03/1859. I-AAG-31.03.1859-SA.c

_____. Carta de Manuel de Araújo Porto Alegre, barão de Santo Ângelo a Silvestre Pinheiro Rebelo - 12/07/1840 Maço 102 – Doc. 5008.

_____. Carta. 27/04/1872. Maço 162 – Doc. 7509.

_____. Carta de Porto Alegre. 09/04/1872. Maço 162 – Doc. 7505.

_____. Canto gentílico em homenagem ao nascimento do príncipe imperial. 25/03/1845.

_____. Carta de Manuel de Araújo Porto Alegre, [barão de Santo Ângelo] a D. Pedro II. 15/01/1867.

_____. Comunicando sobre a reforma da Academia de Belas Artes. 15/08/1853. Maço 119 – Doc. 5911.

_____. Carta de Porto Alegre sobre o Brasil na Exposição de Viena. 28/10/1873. Maço 167 – Doc. 7682.

_____. Carta de Porto Alegre. 15/01/1868. Maço 142 – Doc. 6949.

_____. Carta de Porto Alegre a D. Pedro II . 16/06/1874. Maço 168 – Doc. 7765.

Arquivo Nacional

Cartas da Coleção Barão de Santo Ângelo. Caixa 17

Biblioteca Pública do Maranhão

PORTO ALEGRE, Manoel de Araújo. “Carta datada de 27-04-1860”. 2fls.

Biblioteca Nacional

DIAS, Antônio Gonçalves. *Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro nestes últimos tempos*. I-06,16,19 n^{os} 1-12.

_____. Carta de Gonçalves Dias a Paulina Porto Alegre, sobre assuntos pessoais. Carlsbad, 22/08/1863. I-06, 01, 029 n° 001.

DEBRET, Jean Baptiste. Carta a Araújo Porto Alegre fazendo observações sobre suas viagens no Brasil contando que recebeu a medalha da legião de honra de Paris. (por J. B. Debret) 7/6/1842. 26, 4, 80.

_____. Carta a Araújo Porto Alegre sobre a nomeação substituindo-a como professor de pintura histórica na Academia de Belas Artes. (por J. B. Debret) 1837 26,4,78.

_____. Cartas a Porto Alegre sobre trabalhos feitos no Brasil sem receber (J. B. Debret) Paris, 11/10/1844 . 26,4,79.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves. Cartas acerca da crítica á *Confederação dos Tamoyos*. Turim 31/08/1856. 26,4,81

PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo. Carta elogiando a publicação do novo livro [de um historiador] I-05,33,060.

_____. Cartas de Porto Alegre a Gonçalves Magalhães. Lisboa 12/5/1869. I-03,10,049.

Centro de Memória da Academia Brasileira de Letras

PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo. Cartas a Evaristo da Veiga , de 1834.

_____. Cartas à Porto Alegre entre 1862-1878. (22 cartas).

_____. Cartas íntimas de Porto Alegre.

MACEDO, Joaquim Manuel de. Cartas de Joaquim de Macedo. 1857-1873.(6 cartas).

NUDOM (Núcleo de Documentação do Colégio Pedro II)

LIVRO DE MATRÍCULA DE EMPREGADOS DO CPII 1838-1852. Rio de Janeiro: Colégio CPII.

1.2.Impressas:

ALMANAK ADMINISTRATIVO MERCANTIL E INDUSTRIAL LAEMMERT DO RIO DE JANEIRO. Para o ano de 1844. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/almanak2.htm>> Acesso em 11/2008.

ALMANAK ADMINISTRATIVO MERCANTIL E INDUSTRIAL LAEMMERT DO RIO DE JANEIRO. Para o ano de 1855. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1855. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content/almanak2.htm>> Acesso em 11/2008.

ASSIS, Joaquim Machado de. "O jornal e o livro" In: *Obra Completa*, Machado de Assis, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol.III, 1994. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.com.br>> acesso em 10/2008.

_____. "O passado, o presente e o futuro da literatura". In: *Obra Completa* de Machado de Assis. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol.III, 1994. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.com.br>> Acesso em 10/2008.

DIAS, Antônio Gonçalves. *Correspondências com Pedro II*, 1858. Revista da Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro, s/d.

_____. *Correspondência ativa de Antonio Gonçalves Dias*. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, 1964.

_____. *Correspondência passiva de Antonio Gonçalves Dias*. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, 1972.

_____. *Primeiros cantos*. In: <<http://www.dominiopublico.com.br>>

_____. "Prólogo" In: *Leonor de Mendonça*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro, 1972.

LOPES, Roberto. *Gonçalves de Magalhães e Manuel de Araújo de Porto Alegre. Cartas a Monte Alverne*. São Paulo: Ap. Roberto Lopes, 1964.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Anno biográphico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imperial Instituto Artístico, 1876.

_____. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garnier, 1991.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *A Confederação dos Tamoios*. 3^a ed, Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Cultura, 1994.

_____. *Discurso sobre a história da literatura do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.

_____. *Discurso sobre o objeto de importância da philosophia, Para a inauguração do curso de filosofia do Colégio Pedro II*.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves. *Fatos do espírito Humano*. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. “Índigenas perante a História do Brasil” In: *Opúsculos históricos e literários*. s/l: s/d.

_____. *Opúsculos históricos e literários*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1865.

_____. *Suspiros poéticos e saudades*. 6ª ed, Brasília: UNB, 1999.

_____. *Tragédias: Antonio José, Olgiate, e Otelo*. Rio de Janeiro: Garnier, 1865.

_____. *O Poeta e a inquisição*. <<http://www.dominiopublico.com.br>>

POLÊMICA SOBRE “A CONFEDERAÇÃO DOS TAMOIOS”. São Paulo: FFCL/USP, 1953.

PORTO ALEGRE, Manoel de Araújo. “Apontamentos biográficos” In: *Revista Brasileira da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro, 1931. vol. 37, nº117.

_____. *Brasilianas*. Viena: Imperial e Real Tipografia, 1863.

_____. “Cartas a Porto Alegre - do arquivo de Araújo Porto Alegre”. In: *Revista do Livro*, ano VI, nº23-24, julho-dez, 1961.

_____. *Cântico à inauguração da estátua eqüestre do fundador do império do Brazil (1862)*.

_____. *Canto Genethlico ao faustissimo dia 23 de fevereiro de 1845 dedicado a sua magestade Imperial o Sr. D. Pedro II por Manuel de Araújo Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Typografia Austral, 1845.

_____. *Canto inaugural. Independência ou morte! D. Pedro no Ipiranga. 1822*. Rio de Janeiro: Typografia Paula Brito, 1862.

_____. “Carta escrita a Evaristo da Veiga em maio de 1834”. In: *Revista da Academia Brasil de letras*. vol. 39, 1932.

_____. “Prefácio e notas” in Magalhães, Gonçalves Dias, Eppisódio da infernal comédia ou de minha viagem ao inferno. Paris, Imprimerie de Beauté & Jubin.

HERCULANO, Alexandre. “Qual é o estado da nossa litteratura? Qual é o trilho que ella hoje tem a seguir?” In: *Repositório litterario*. Lisboa, 1834. *Opusculos IX*.

_____. “Imitação-Belo”. *Repositório Literário*, 1835.

_____. “Monumentos pátrios”. In: *Opúsculos*. Tomo II In: Project Gutenberg: <<http://www.gutenberg.org/files/16922/16922-8.txt>>

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. “Curso elementar de literatura nacional (1862)” In: *Historiografia da Literatura Brasileira: textos inaugurais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *História da Literatura Brasileira e outros ensaios*.

Rio de Janeiro: Zé Mario Editor, 2002.

_____. “Modulações Poéticas: Quinta época”. In: ZILBERMAN, R.; MOREIRA, E. *O Berço do Cânone*. Op. cit. p.139.

1.3. Periódicos

REVISTA GUANABARA (1850-51 /1854-55)

"Apresentação". In: *O Guanabara, revista mensal, artística e literária*. (1849). Rio de Janeiro: Dous de Dezembro, tomo I, 1851.

"Aos nossos assinantes". In: *O Guanabara, revista mensal, artística e literária*. (1850). Rio de Janeiro: Dous de Dezembro, tomo I, 1851.

“Apresentação”. In: *O Guanabara, revista mensal, artística e literária*. Rio de Janeiro: Paula Brito, tomo II, 1854.

MACEDO, Joaquim Manuel de."Conservatório de Música" In: *Guanabara, revista mensal, artística e literária*. Rio de Janeiro: Paula Brito, Tomo I, 1851.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. “Retrospecto literário”. In *O Guanabara, revista mensal, artística e literária*. Rio de Janeiro: Paula Brito, Tomo II, 1854.

“O Nosso teatro dramático”. In: *O Guanabara, revista mensal, artística e literária*. Rio de Janeiro: Paula Brito, Tomo II, 1852.

“As artes e o público”. In: *O Guanabara, revista mensal, artística e literária*. Rio de Janeiro: Paula Brito, Tomo II, 1852.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO e GEOGRÁFICO BRASILEIRO

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. “Francisco de Monte Alverne”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, Vol. 45, Tomo 45, 1882.

PORTO ALEGRE, Manuel Araújo de. “Iconografia Brasileira” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, Vol. 23, Tomo 19, 1856.

PORTO ALEGRE, Manuel Araújo de. "Apontamentos sobre os meios práticos de desenvolver o gosto e a necessidade das Belas Artes no Rio de Janeiro". In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico. Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, Vol. 166, Tomo 166, 1932.

"Dados retirados da Relação Nominal dos sócios Nacionais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, falecidos desde o ano de 1838 até 31 de dezembro de 1883". In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, vol. 47, 1884.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico. Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, Vol. 1, Tomo 1, 1839.

Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, Tomo XX, 1857.

REVISTA MINERVA BRASILIENSE: Jornal de Ciencias, Lettras e Artes
(01/Nov. 1843 - 15/Jun. 1845)

ADET, Émile. "Revista Dramática: Theatro Francês" In: *Minerva Brasiliense*. Rio de Janeiro: J. E. S. Cabral, nº 1, vol. 1, 1843.

PORTO ALEGRE, Manuel Araújo de. "Festas Imperiais" In: *Minerva Brasiliense*. Rio de Janeiro: nº 1, vol.1, 1843.

RIBEIRO, Santiago Nunes."Grandes fases da civilização brasileira: antecedentes e caráter dos progressos literários e sociais: Jornalismo: nos vistas da Minerva, etc" In: *Minerva Brasiliense*. Rio de Janeiro: J. E. S. Cabral, nº 1, v.3, 1843.

_____. "Da nacionalidade da literatura brasileira" In: *Minerva Brasiliense*. Rio de Janeiro: J. E. S. Cabral, nº 1, vol 1, 1843.

REVISTA NITERÓI, Revista Científica, Literária e de Artes (1836, vol. 1 e 2).

FERREIRA, Silvestre P. "Idéia de uma Sociedade Promotora de Educação Industrial objeto da Sociedade" In: *Revista Niterói*, Libraire Dauvin et Fontaine, nº 2, 1836.

HOMEM, Francisco Sales. "Considerações econômicas sobre a escravatura" In: *Revista Niterói*. Paris, Libraire Dauvin et Fontaine, nº 1, 1836.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de."Ensaio sobre a história da literatura brasileira". *Revista Niterói*. Paris, Libraire Dauvin et Fontaine, nº1, 1836.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de . “Philosophia da Religião, sua relação com a moral, e sua missão social” In: *Revista Niterói*. Paris, Librairie Dauvin et Fontaine, nº2, 1836.

MONGLAVE, Eugéne de. “Relatório a 2ª classe” In: *Revista Niterói*. Paris, Librairie Dauvin et Fontaine, nº2, 1836.

PORTO ALEGRE, Manuel Araújo de. "Idéias sobre a Música" *Revista Niterói*. Paris, Librairie Dauvin et Fontaine, nº2, 1836.

SILVA, João Manuel Pereira da. “Estudos sobre a literatura” *Revista Niterói*, nº2, 1836

PANORAMA, Jornal Litterário e Instructivo. Lisboa: Imprensa Nacional. nº 1, 6 de maio de 1837. p.1. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Panorama/Panorama_1837.htm>. Acesso em 11/2008.

2.1 - Artigos e livros

ABREU, Márcia. *O caminho dos livros*. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org). *História da vida privada no Brasil. Tomo II. Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

AMARAL, Álvaro de. “Antonio Gonçalves Dias: historiador e pesquisador” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Vol LXXII, s/d.

ANDERSON, Benedict . *Imagined Communities*, London: Verso, 1991.

ANDRADE, Débora El-Jaick. *O paradoxo no pensamento de Thomas Carlyle: a resistência a democracia e o culto ao grande homem*. Niterói: UFF, 2002. (Dissertação de Mestrado)

ANDRADE, Rodrigo M. F. “Araújo Porto-Alegre, precursor dos estudos de história da arte no Brasil” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1944, vol. 184.

d'ANGELO, Paolo. *A estética do Romantismo*. Lisboa: Estampa, 1998.

ANTONI, Carlo. *L'Historicisme*. Gêneve: Librairie Droz, 1963.

ARAUJO, Jaime. *O perfil do leitor colonial*. Ilhéus: Editus, 1999.

ARGAN, Giulo. *A arte moderna*. São Paulo: Companhias das Letras, 1992.

- BANN, Stephen. *Romanticism and the Rise of History*. New York : University of Kent, 1995.
- BARATA, Mário. “Alguns aspectos da vida de Manuel de Araújo Porto Alegre” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico, nº 327, abr-jun, 1980.
- BAREL, Ana Beatriz Demarchi. *Um romantismo a oeste, modelo francês, identidade nacional*. São Paulo: Annablume, 2002.
- _____. “Revista Nitheroy (1836)”: relações político-culturais entre Brasil e França no século XIX In: *Revista Nitheroy*. Coimbra, 2006.
- BARROS, Roque S. M. de. *A significação educativa do romantismo brasileiro: Gonçalves Magalhães*. SP, Editora Universidade de São Paulo, 1973.
- BASTOS, Elide Rugai & RÉGO, Walquíria D. Leão. *Intelectuais e Política, A moralidade do compromisso*. São Paulo, Olho d' água, 1999.
- BÉGUIN, Albert. *El alma romántica y el sueño*. México: Fondo de cultura económica, 1994.
- BENJAMIN, Walter. “A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica” In: *Obras escolhidas*. Magia e técnica, arte e política. 7ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994; São Paulo, Brasiliense, 1989. (Obras escolhidas, vol.3).
- BÉNICHOU, P. *Le sacre de l'écrivain*. Paris: Livrarie José Corti, 1985.
- BESSONE, Tânia Maria Tavares. “Leitores do Rio de Janeiro: bibliotecas como jardins das delícias”. In: *Acervo*, Rio de Janeiro, v.8, nº1-2, jan/dez, 1995.
- BUESCU, Helena Carvalhão. *Dicionário do Romantismo Português*. Lisboa: Caminho, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5ªed., São Paulo, Perspectiva, 1999.
- _____. *As regras da arte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- _____. *O poder simbólico*. Lisboa, Difel, 1990. (Memória e Sociedade)
- _____. *Razões Práticas, sobre a teoria da ação*. SP, Papirus, 2003.
- _____. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BROCA, Brito. *Românticos, pré-românticos e ultraromânticos. Vida literária e romantismo brasileiro*. São Paulo: Instituto Nacional do Livro, 1979.
- BUTLER, Marilyn. *Romantics, Rebels and Reactionaries*. New York, Oxford University Press, 1982.

- CAMI, Franco. "O século XIX: o século da pedagogia. Conflitos ideológicos, modelos formativos e saberes da educação" In: *História da Pedagogia*. São Paulo, Unesp, 1999.
- CANDIDO, Antonio. *A Formação da Literatura Brasileira*. 9ª ed., Belo Horizonte, Itatiaia Ltda. Vol 1 e 2.
- _____. *O Romantismo no Brasil*. SP, Humanitas, FFLCH, 2002.
- CARLYLE, Thomas. *Heroes and Hero-worship*. London, The Macmillan Company, 1897.
- _____. "On History". In: *Thomas Carlyle: Select Writings*. Harmondsworth, Penguin, 1986. p53.
- CASSIRER, E. *A filosofia do Iluminismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem: elite política imperial*, Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- CAVALCANTE, Berenice. "Os 'letrados' na sociedade colonial: as academias e a cultura do Iluminismo no final do século XVIII" In: *Acervo. Arquivo Nacional* :Rio de Janeiro, v.8. nº1-2, 1995. p.55
- CESAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do Romantismo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1878.
- CHANDLER, Alice. *A Dream of order, The medieval ideal in 19 th century English literature*. Nebraska, University of Nebraska Press, 1970.
- CHARLE, Christophe . "La Presse de la Monarchie de Juillet" In: *Le siècle de la presse (1830-1939)* Paris: Seuil, 2004.
- CHARTIER, R. *A ordem do Discurso*. Brasília: UNB, 1999.
- CHAUNU, Pierre. *Interpretacion de la independência de América Latina*. Buenos Aires, Ediciones Nueva Vision, 1973.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001.
- CORREA FILHO, Virgílio. "Araújo Porto Alegre e o Instituto Histórico" In : *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. 1957.
- COELHO, Edmundo C. *As Profissões Imperiais, Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- COSTA, Emília Viotti. "As várias faces da Revolução" In: *Brasil em Perspectiva*, SP, Bertrand do Brasil, 1987.
- COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1986.
- CURRAN, Stuart (ed). *The Cambridge Companion to British Romanticism*. Cambridge, Cambridge University Press, 1998.

- DARNTON, Robert. *O Grande Massacre dos Gatos*. 2ªed, Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- _____. *Boemia Literária e Revolução*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- DURAND, José Carlos. *Arte Privilégio e Distinção. Artes Plásticas, Arquitetura e classe dirigente no Brasil , 1855/1985*. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- EAGLETON, Terry. *A idéia de cultura*. São Paulo: Unesp, 2005.
- FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder*. vol 1, 10ª ed , SP, Globo, Publifolha, 2000.
(Grandes nomes do Pensamento brasileiro).
- FARIA, Maria Alice de Oliveira. *Brasileiros no Instituto Histórico de Paris*. SP, Conselho Estadual de Cultura, s/dp.
- FLEISHMAN, Avron. *The English Historical Novel: Walter Scott to Virginia Woolf*. The Johns Hopkins Press, Baltimore, 1971.
- FONTANA, Joseph. *História: Análise do passado e projeto social*. SP, EdUSC, 1998.
(coleção Ciências Sociais).
- FILHO, Joaquim de Sousa Leão. “O quadro da coroação de D. Pedro II por Manuel de Araújo Porto Alegre”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico, Anais do Congresso de história do segundo reinado*. Rio de Janeiro: IHGB, 1984.
- FRAGOSO, João. *Homens de Grossa Aventura*. 2ªed, Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 1998, p.27.
- _____. *Arcaísmo como projeto.Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro*, 3ª ed, Rio de Janeiro, Sette Letras, 1998.
- _____. “O império escravista e a república dos plantadores”.In: *História Geral do Brasil*. , 9ªed, Rio de Janeiro, Campus, 1990. p.148.
- FURET, François (dir.). *O Homem Romântico*, Lisboa, Presença, 1999.
- FURST, Lilian . *Romanticism*. London, Methuen & Co Ltd., 1976.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*, 7ª ed, RJ, Civilização Brasileira, 1985.
- _____. *A Concepção dialética da história*. 9ªed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- _____. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 4ª ed, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- _____. *Literatura e vida nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Cadernos do Cárcere, os intelectuais, o princípio educativo. jornalismo*. 2ª ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, vol. 2.

- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)” In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico, Rio de Janeiro, jul/set. 1995.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n ° 1, 1988.
- _____. “De Paris ao Rio de Janeiro: a institucionalização da escrita da História” In: *Acervo, Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, vol.4, n.1, p. 135-143, jan /jun., 1989.
- GUINSBURG, Jacó. *O Romantismo*, São Paulo, Perspectiva, 1988.
- GUSDORF, Georges. *Fondements du Savoir Romantique*, Paris, Payot, 1982. (Les sciences humaines et la pensée occidentale, vol IX).
- _____. *L’Homme romantique*, Paris, Payot, 1984. (les sciences humaines et la pensée occidentale, vol XI)
- HADADD, Jamil Almansur. *O Romantismo brasileiro e as sociedades secretas do tempo*. São Paulo, Tese apresentada à Universidade de São Paulo, 1945.
- HADDOCK, *Uma introdução ao pensamento histórico*. Lisboa: Gradiva, 1989.
- HAMILTON, Paul. *Historicism*. London: Routledge, 1996.
- HEIZER, Alda & VIDEIRA, Antonio Augusto P. *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro, Access, 2001.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.
- IPANEMA, Marcol & IPANEMA, Cibele. “Imprensa na Regência, observações estatísticas e de opinião pública “ In: *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro: Abril, Junho, 1975.
- JOBIM, José Luis (org.). *Introdução ao Romantismo*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1999. (Série Ponto de Partida)
- _____. “Gênio”. In: Dicionário dos Termos literários. <<http://www2fcsh.unl.pt/edt/verbetes/G/gênio.htm>>
- KURY, Lorelai & MUNTEAL FILHO, Oswaldo. “Cultura científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: um estudo acerca da Sociedade Literária do Rio de Janeiro” In: *Acervo: Rio de Janeiro*.v.8 ,nº1-2 , 1995. p.112.
- LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *O preçõ da leitura*. São Paulo: Ática, 2001.
- LE GOFF, Jacques. "Monumento/documento". In: *História e Memória*. São Paulo, Unesp, 1992.

- LE GOFF, Jacques .“Memória”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- LOBO, Hélio. *Manuel de Araújo Porto Alegre*. Rio de Janeiro, Livraria ABC Ltd.,1938.
- LOPES, Hélio. *A Divisão de Águas: Contribuição ao estudo das revistas românticas, Minerva Brasiliense (1843-1845) e Guanabara (1849-1856)*. São Paulo: FFLCH / USP, 1972. (Tese de Doutorado).
- LOWENTHAL, David. *The Past is a foreign country*. New York, Cambridge University Press, 1994.
- LINHARES, Maria Yedda. *História Geral do Brasil*. RJ, Campus, 1990.
- LÖWY, Michael & SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia, o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis, Vozes, 1995.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A Acumulação de capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural , 1985.
- MACHADO, Alcântara. *Gonçalves de Magalhães, ou o romântico arrependido*. São Paulo, Livraria Acadêmica/ Saraiva, 1936.
- MACHADO, Humberto. *Escravos, senhores e café*. Rio de Janeiro: Cromos, 1993.
- MACHADO, Ubiratan. *Vida literária no Brasil durante o romantismo*, Rio de Janeiro, EdUERJ, 2001.
- MARZON, Isabel. “O Império da Revolução: Matrizes dos Conflitos da Sociedade Monárquica” In: *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema, a formação do Estado Imperial*, 3ª ed, Rio de Janeiro, Access, 1994.
- _____. & GONÇALVES, Marcia de Almeida. *O Império da Boa Sociedade, a consolidação do Estado Imperial Brasileiro*. 11ª ed, SP, Atual, 1991. p.38.
- MATTOS, Selma R. *O Brasil em lições*. RJ, PUC, 1993.(Dissertação de Mestrado).
- _____. “Lições de Macedo Uma pedagogia do súdito-cidadão no Império do Brasil”. In: MATTOS, Ilmar. *Histórias do ensino de história no Brasil*. Rio de Janeiro: Acess, 1998.
- MEYER, Marlise. *Folhetim*. São Paulo: Companhia das Letras,1996.
- MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides*. 3ª ed, Rio de Janeiro: Top Books, 1996.

- MOISÉS, Massaud. "Paris, berço do Romantismo brasileiro: Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto-Alegre" In: *Revista Brasileira*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, nº43, Abril-Maio-Junho, 2005.
- MOREL, Marcos & BARROS, Mariana M. de. *Palavra, imagem e poder, o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- _____. *O período das regências*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.(Descobrimo o Brasil).
- _____. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec: 2005.
- MYERS, Jorge. "Literatura romântica e projeto social" In: *América Latina, Palavra, literatura, cultura*. vol 2. Emancipação do Discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- NEVES, Guilherme P. "Joaquim Manoel de Macedo: História e memória nacional". In: *Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica - Anais da VII Reunião*. São Paulo: SBPH, 1988.
- NEVES, Lucia Maria Bastos P. & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- _____. "Guerras de Penas: os impressos políticos e a independência do Brasil". In: *Tempo*. Rio de Janeiro: UFF, ago 1999.
- _____. "Corcundas e constitucionais: a cultura política no mundo luso-brasileiro (1820-1822)" In: SILVA, Maria Beatriz da. *Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa, Estampa, 1995.
- OLIVEIRA, Geraldo Beauclair M. de. *Construção inacabada, A economia brasileira 1828-1860*. Rio de Janeiro: Vicio de Leitura, 2001.
- ORLANDI, Eni P. (org) *Discurso fundado, A formação do país e a construção da identidade nacional*. São Paulo: Pontes, 1992.
- ORTIZ, Renato. *Românticos e Folcloristas*. São Paulo: Olho d'água, s/d.
- PEREIRA, Lúcia Miguel. *A vida de Gonçalves Dias*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1943.
- PINASSI, Maria Orlanda. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre*. São Paulo: Unesp, 1998.
- PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. "Os simples comissários", *Negociantes e política no Brasil Império*. Niterói: UFF, 2002.(Tese de Doutorado)

- PRADO, Maria Lígia. *América Latina no século XIX, tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp, 2004.
- PRADO, Décio de Almeida. “Antonio José de Gonçalves de Magalhães”. In: Revista da Universidade de São Paulo, <http://www.usp.br/revistausp/15/decio.php>
_____. *História Concisa do teatro brasileiro*. São Paulo, Edusp, 1999.
- RAEDERS, Georges. “Um grande poeta romântico brasileiro em Coimbra: Antônio Gonçalves Dias” In: *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, s/d.
- RAMA, Angel. *A cidade das Letras*, São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no 1º Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Daumará, 2002.
- RIBEIRO, Ivan Marcos. *A imprensa romântica do Brasil: O Minerva Brasiliense e seu segmento literário (1843-1845)*. Assis: Unesp, 2001. (Dissertação de Mestrado)
- ROCHA, João Cezar de Castro. *Literatura e cordialidade, O público e o Privado na Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- RODRIGUES, E. “Formas de viver em 1836. ”Nitheroy, Revista Brasiliense”, edição fac símile. Coimbra: Minerva Coimbra, 2006.
- ROMERO, Silvio. *História da literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 2001. (Tomo 1 e 2)
- ROSADO, Sofia. “Revistas Literárias” In: E-Dicionário de termos literários. Coord. Carlos Ceia <http://www.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/R/revista_literaria.htm>
- SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial, a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: TopBooks, 1996.
- SCANU, Ada Myriam. “Romantisme et fantastique dans la presse litteraire française”. em : <http://www.rilune.org/dese/tesinepdf/Scanu/Scanu_HistoiredesIdees.pdf>
Acesso em 4/2008.
- SCHWARCZ, Lilia M. *As Barbas do Imperador, D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2ª ed, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
_____. “Romantismo tropical: enfim um belo casamento entre as artes e o mecenato do estado” In: *Cadernos Ceru*. São Paulo: Imprensa, nº9, 1998.
- SERRA, Tânia. *Joaquim Manuel de Macedo, ou os dois Macedos: A luneta mágica do 2º reinado*. Brasília: UNB, 2004.

- SERRA, Tânia. “Memória Cultural e a Construção da Identidade Cultural Brasileira: o Cânone Literário Romântico Oficial”. *Cerrados*. Brasília: UNB, nº8, ano 7, 1998. pp.45-54.
- _____. “A oficialização do cânone literário no ano biográfico brasileiro (1876-1880), de Joaquim Manuel de Macedo”. *Letras hoje*. Porto Alegre: dez 1996, v.31, nº4, p.63-71.
- SILVA, Eduardo. *Barões e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- SODRÉ, Nelson, Werneck. *História da Imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SQUEFF, Leticia Coelho. *O Brasil nas Letras de um pintor: Manuel de Araújo Porto Alegre*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2000. (Dissertação de Mestrado)
- STÄEL, Mme de. *De L'Allemagne*. Paris: Garnier/ Flammarion, 1968.
- SÜSSEKIND, Flora. “O escritor como genealogista” In: *América Latina, Palavra, literatura, cultura. América Latina, Palavra, literatura, cultura*. vol 2. Emancipação do Discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- THOMPSON, Edward P. *Os Românticos: A Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato Pombalino e poesia neoclássica*. São Paulo: Edusp, 1999.
- WATT, Ian. *A ascensão do romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- WEHLING, Arno. *Estado, História e Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- WELLEK, René . *Conceitos de Crítica*. São Paulo: Cultrix, 1963.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.
- WOLF, Frieda. “Gonçalves de Magalhães e Antônio e Antônio José da Silva” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, nº 348, jul/set, 1985.
- VECHIA, Ariclê & CAVAZOTI, Maria Auxiliadora (org.) *A Escola Secundária- Modelos e planos (Brasil, Séculos XIX e XX) L'Enseignement secondaire – des plans et des Programmes (Brésil, XIX ème et XX ème Siècles)*, 1ed. São Paulo: Anna Blume Editora, 2003.
- _____. & LORENZ, K. *Programa de Ensino da Escola Secundária Brasileira- 1850-1951*. 1
- VIANNA, Helio. *Contribuição a historia da imprensa*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1945.

VILLALTA, Luiz Carlos. “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. In: *História da Vida Privada no Brasil*, vol.1, São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.334

2.2 - Obras de referência

BACELLAR, Bernardo Lima e Melo. *Diccionario da Língua Portuguesa*. Lisboa: Oficina de Jozé de Aquino Bulhões, 1783.

BLAKE, A. V. Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Conselho Federal de Cultura, 7 vol, 1970.

CALDAS, Aulette. *Diccionario Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

FARIA, Eduardo. *Novo Diccionario da Língua Portuguesa*. 3^aed Lisboa: Imprensa Nacional, 1865.

NOGUEIRA, Octaciano & FIRMO, João Sereno. *Parlamentares do Império*. Brasília, Senado Federal, 1973.

SILVA, Antônio Moraes da. *Diccionario da Língua Portuguesa*. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813.

VAINFAS, R. *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

_____. *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

ANEXO



Figura 1: Gonçalves Dias, Porto Alegre e Gonçalves de Magalhães em Carlsbad, atual República Tcheca, 1863.

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional